



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

THEO DA ROCHA BARRETO

**O “SEM EMPREGO” NA CONDIÇÃO DE “SEM TETO”:
a negação do emprego e do consumo para trabalhadores precários e a sua
resistência enquanto movimento classista - o caso do MSTB.**

Salvador (BA),

2014

THEO DA ROCHA BARRETO

**O “SEM EMPREGO” NA CONDIÇÃO DE “SEM TETO”:
a negação do emprego e do consumo para trabalhadores precários e a sua
resistência enquanto movimento classista - o caso do MSTB.**

Texto apresentado para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Graça Druck

Salvador (BA),

2014

Barreto, Theo da Rocha
T53 O “Sem Emprego” na condição de “Sem Teto”: a negação do emprego e do consumo para trabalhadores precários e a sua resistência enquanto movimento classista - o caso do MSTB / Theo da Rocha Barreto. – Salvador 2014
329f. : il.

Orientadora: Profª Drª Maria da Graça Druck de Faria.
Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2014.

1. Trabalho – Brasil. 2. Precarização - Trabalho. 3. Moradia - Salvador, Região Metropolitana de (BA). 4. Trabalho – Aspectos sociais. I. Faria, Maria da Graça Druck de. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD – 331.11

THEO DA ROCHA BARRETO

O “SEM EMPREGO” NA CONDIÇÃO DE “SEM TETO”:
a negação do emprego e do consumo para trabalhadores precários e a sua
resistência enquanto movimento classista - o caso do MSTB / Theo da Rocha
Barreto. – Salvador 2014

Tese apresentada ao Programa Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais, com área de concentração em Sociologia.

Aprovada em ____ de _____ de 2014.

Banca Examinadora:

Maria da Graça Druck de Faria (Orientadora)

Doutora em Sociologia, Universidade de Campinas (UNICAMP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Antonio Jorge Fonseca Sanches de Almeida

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Inaiá Maria Moreira de Carvalho

Doutora em Sociologia, Universidade de São Paulo (USP)
Universidade Católica de Salvador (UCSAL) / Universidade Federal da Bahia
(UFBA)

Maria Elisabete Pereira dos Santos

Doutora em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Selma Cristina Silva de Jesus

Doutora em Sociologia, Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

*Ao Movimento Sem Teto da Bahia,
A Marco, que nos deixou tão cedo deixando um deserto nos meus dias!*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos trabalhadores e trabalhadoras Sem Teto que foram entrevistados durante a pesquisa de Campo e gentilmente descreveram suas trajetórias de luta e trabalho. Ao grupo de Teatro do Oprimido do MSTB pelo aprendizado. Aos membros da Comissão Pedagógica. À toda Coordenação do movimento, por sua luta e vontade de transformar a realidade. À Nego, pelo apoio incondicional na realização da pesquisa de campo. Por vocês existe esta Tese.

A equipe de pesquisadores e técnico-administrativos do Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia, por toda minha formação acadêmica desde os tempos de iniciação científica.

A professora Elisabete Santos da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia/CIAGS e coordenadora geral da pesquisa que deu origem ao *Atlas sobre o direito de morar em Salvador*, pelas imprescindíveis contribuições no exame de qualificação e por possibilitar o acesso aos dados do Atlas que compuseram a pesquisa qualitativa desta Tese.

A Elba Veiga, responsável pelos dados estatísticos do Atlas sobre o direito de morar em Salvador, pela paciência e prontidão diante das minhas insistentes e inconvenientes solicitações e dúvidas a respeito do banco de dados.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, em especial à Dora Alencar, pelo cuidado com os encaminhamentos burocráticos.

Às Diretoras Geral, Professora Norma Souza, e de Ensino, Professora Ana Carla Portela, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - Campus Seabra, por concederem a licença total de minhas atividades no Campus na reta final de escrita da Tese, mesmo diante de todas as dificuldades.

Aos colegas e estudantes do IFBA dos Campus de Camaçari e de Seabra.

A Rithiani, Jardel, Larice, Ana Paula, Tatiane pelo duro trabalho de transcrever as entrevistas.

A Iuri Falcão e Pedro Cardoso por me ensinarem sobre a luta e por continuarem lutando, mesmo que o mundo diga não.

A Selma Cristina, pelo apoio quando eu não acreditava mais que era possível e pelas considerações no Exame de Qualificação que mudaram o rumo deste trabalho.

A Luiz Paulo, o que dizer? Sua amizade e confiança não cabem em palavras!

A meus familiares, pela dor da perda de nosso Marco, por me darem força e me fazerem ser quem eu sou.

A Compay pelo carinho incondicional.

A Leila, porque só você sabe o significado, as dores e dimensão de tudo isso! E porque suas sugestões pontuais foram e são imprescindíveis.

E por último, agradeço à Professora Graça Druck. Primeiro, por ter esquadrinhado o texto desta tese de forma minuciosa e dedicada. Por acreditar e não me deixar desistir quando em meio a construção deste trabalho perdi o meu irmão, vítima de um câncer. Pela sua luta e compromisso em defesa de uma Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade. Pela sua missão de construir um conhecimento emancipador, comprometido com a construção de uma sociedade na qual o poder possa ser distribuído de forma mais igualitária. Obrigado por ser uma referência de vida.

RESUMO

O presente estudo busca analisar as relações entre produção e consumo para parte de um segmento de trabalhadores soteropolitanos Sem Emprego que se encontram, também, na condição de Sem Teto e que participam de um movimento social de luta pela moradia, o MSTB. Parte-se da seguinte pergunta: *O que consome o Sem Emprego na condição de Sem Teto?* A pergunta carrega uma dubiedade que visa dar conta da dupla situação: como e o que consomem e como são consumidos (usados) no processo de reprodução do capital? Constata-se, de um lado, que a despeito da possibilidade de acesso a alguns bens, a inserção precária no mundo do trabalho nega a estes trabalhadores o acesso à casa e aos serviços básicos necessários a uma moradia digna. Enquanto Sem Emprego, os Sem Teto, na condição de Exército de Reserva, favorecem a reprodução do capital ao favorecer a concorrência e conseqüente fragmentação da classe trabalhadora. Somadas as trajetórias de trabalho fragmentadas às condições de moradia, constata-se que estes trabalhadores vivenciam uma experiência de vulnerabilidade e insegurança que os coloca como uma dimensão limite da Precarização Social, forma de exploração do trabalho característica do capitalismo flexível. Divididos enquanto trabalhadores, encontram na luta pela moradia, dentro de um movimento social organizado, uma identidade coletiva materializada em ação prática que, ao propor transcender a luta pela moradia, expõe o caráter classista desta luta.

Palavras-chave: trabalho, precarização, moradia, consumo, Sem Teto, Sem Emprego.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the relation between production and consumption for a *Sem Emprego* (jobless) *soteropolitano* worker's segment who are also in the condition of *Sem Teto* (homeless) participating in a social movement struggling for housing, the MSTB. The starting point is questioning: What consumes the *Sem Emprego* in the *Sem Teto* condition? The question carries a dubiousness intending to account for the dual situation: how and what they consume and how they are consumed (used) in the reproduction process of capital? It's noteworthy, that despite the access to some goods, the precarious integration in the work context denies these workers the access to house and basic services needed to decent housing. As *Sem Emprego*, the *Sem Teto*, as a part of the Reserve Army of labour, favor the reproduction of capital to promoting competition and consequent fragmentation of the working class. When put together the poor working and living conditions, one can observed that these workers live an experience of vulnerability and insecurity which puts them as a threshold dimension of *Precarização Social*, a form of work exploitation intrinsic of flexible capitalism. Divided as workers, they find in the struggle for housing, within an organized social movement, a collective identity embodied in practical action that, by proposing the transcendence of the struggle for housing, exposes the class character of this struggle.

Keywords: labour, precariousness, housing, consumption, *Sem Teto*, *Sem Emprego*.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO:	13
INTRODUÇÃO:.....	14
- O OBJETO:	16
- O PROBLEMA DE PESQUISA:.....	20
- HIPOTESES:.....	20
- NOTA METODOLÓGICA:	22
- COMO ESTÁ ESTRUTURADA A TESE:	23
CAPÍTULO 1 – ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICO-EMPÍRICAS:.....	26
1.1 – A dialética da produção e do consumo:.....	26
1.2 – A dialética do trabalho:	59
1.3 – A historicidade do trabalho:	63
1.4 – Sobre o tempo de trabalho e o tempo de não trabalho:	69
1.5 – E quem são, afinal, o Sem emprego?.....	86
1.5.1 – Preâmbulo:.....	87
1.5.2 – A construção dos Sem Emprego:.....	88
1.5.2.1- Sua mensuração estatística:.....	88
1.5.2.2 – Os limites da noção de informalidade:	92
1.5.2.3 - A sua função social – como são consumidos os sem emprego: abordagem clássica e atualização do conceito de Exército Industrial de Reserva:	96
1.5.2.4 – O Sem Emprego na condição de Sem Teto:.....	105
1.5.2.5 – A condição de Sem Emprego como resistência ao modelo de acumulação flexível:	108
CAPÍTULO 2 – A QUESTÃO URBANA E O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: ESPOLIAÇÃO URBANA E PRECARIZAÇÃO SOCIAL.....	114
2.1 - A evolução do mercado de trabalho no Brasil:	115
2.1.1 – A estruturação do mercado de trabalho brasileiro no pós 1930:	117
2.1.2 – O “abandono” do projeto de industrialização nacional e a desestruturação do mercado de trabalho brasileiro:	133
2.1.3 – A Precarização Social:.....	137
2.2 – Notas sobre a questão urbana no Brasil.....	150
2.2.1 – Preâmbulo:.....	150
2.2.2 – Um breve histórico sobre a propriedade urbana no Brasil.	154
2.2.3 – Alguns pontos de síntese:	169

CAPÍTULO 3 – O PRECÁRIO MERCADO DE TRABALHO NA BAHIA E A REPRODUÇÃO ESPACIAL DE SALVADOR: OS CAMINHOS PARA SE FORJAR O SEM EMPREGO NA CONDIÇÃO DE SEM TETO.	174
3.1 – A produção e reprodução precária da cidade de Salvador:	174
3.1.2 – A invasão europeia: o início de tudo?	176
3.1.3 – Salvador, mercado de trabalho e ocupação espacial no período colonial:	183
3.1.4 – O início da República:	187
3.1.5 – O (re)surgimento das invasões e a “primeira” fase da industrialização na Bahia: duas formas de realização do trabalho.	192
3.1.6 – A consolidação do emprego fordista na Bahia convive com o avanço das invasões na cidade:.....	201
3.1.7 – A devastação neoliberal:.....	209
3.1.8 – Os anos 2000: consolidação da Precarização Social em Salvador.	215
3.1.9 – Considerações finais:.....	220
CAPÍTULO 4 – TRABALHADORES SEM EMPREGO E SEM TETO: EXPERIÊNCIAS PRECÁRIAS DE (NÃO)CONSUMO E TRABALHO.	231
4.1 – Quem são e como vivem os Sem Teto: os números dessa história	235
4.1.1 – Os Sem Teto são Sem Emprego:	236
4.1.2 – Perfil:	239
4.1.3 – Condições de Moradia:	241
4.1.4 – Acesso a bens de consumo:	243
4.1.5 – Lazer:.....	246
4.2 – Histórico do MSTB:	248
4.2.1 - As origens dos movimentos de luta pela moradia.....	250
4.2.2 - Contexto histórico	251
4.2.3 - A formação do MSTB:	253
4.2.4 - Estadualização:.....	255
4.2.5 - A divisão interna:	256
4.2.6 - De 2006 até os tempos atuais	259
4.3 – O MSTB enquanto experiência de precarização social e de resistência.....	261
4.3.1 – Experiência: o termo ausente.....	264
4.3.2 – Os Sem Teto enquanto Sem Emprego: trajetórias e experiências de precarização social do trabalho	269
4.3.2.1 – O trabalho é central, precário e “dignifica”.....	296
4.3.3 – Alguns antecedentes da luta pela moradia:.....	300
4.3.3.1 – O princípio de tudo: aprendendo com as experiências de invasão de um passado recente.....	304
4.3.3.2 – A luta pela moradia aprendida na experiência familiar:.....	309
4.3.3.3 – O aprendizado com a experiência com a identidade étnica:.....	312

4.3.3.4 – O aprendizado com as experiências em lutas anteriores ao MSTB.....	316
4.3.4 – A experiência de luta e precarização social no MSTB: a sua singularidade histórica.	321
4.3.4.1 – Preâmbulo:.....	321
4.3.4.2 – A singularidade do MSTB:.....	323
4.3.4.3 – A experiência no MSTB: o início difícil na ocupação.	327
4.3.4.4 – A experiência no MSTB: a moradia precária na ocupação – uma dimensão da Precarização Social.....	334
4.3.4.5 – A experiência de luta no MSTB: organizar, ocupar e resistir... para transformar...342	
CONCLUSÃO.....	361
REFERÊNCIAS:	372

APRESENTAÇÃO:

Esta Tese intitulada **“O ‘Sem Emprego’ na condição de ‘Sem Teto’: a negação do emprego e do consumo para trabalhadores precários e a sua resistência enquanto movimento classista - o caso do MSTB”**, é o resultado de uma pesquisa que resume os meus 15 anos de vida acadêmica e militância política. O presente trabalho, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia se constitui como um momento fundamental da minha trajetória por ser o resultado de uma entrega à dura, mas apaixonante, missão de produzir e reproduzir conhecimento nas difíceis condições nas quais estão imersos todos aqueles que se aventuram a Lecionar e fazer Ciência neste país, se construindo, política e eticamente, junto à luta dos movimentos sociais de trabalhadores. É a partir de uma perspectiva crítica e reflexiva a respeito das condições de produção do conhecimento e de minha inserção sócio política neste processo que acredito ter finalizado mais uma etapa de uma trajetória acadêmica principiada em 1998, quando ingressei na graduação em Ciências Sociais desta mesma instituição, dando os primeiros passos para a construção, não só de um ofício, mas de uma paixão. Esses passos, que se constituíram em um caminho percorrido, uma trajetória forjada, na estrada da Sociologia do Trabalho e se transformaram no ofício, um fazer a vida, que me trouxe a possibilidade de garantir a minha própria sobrevivência, ao se constituir enquanto profissão que, aos poucos, se tornou paixão sedimentada nas histórias de vida das trabalhadoras e dos trabalhadores que passaram a compor minha trajetória e me fizeram defender a Sociologia como um compromisso político de luta pela coletivização do poder, tanto no seu fazer científico, enquanto pesquisa, quanto na difícil tarefa de construir conhecimento dentro e fora das salas de aula. O fazer ciência das linhas que se seguem é, portanto, uma tomada de posição política, fruto de um compromisso com as trajetórias de vida de trabalhadores e trabalhadoras, dos Sem Teto, militantes, professores e estudantes que me forjaram e, todos os dias, me forjam enquanto Sociólogo-professor-pesquisador.

INTRODUÇÃO:

Um dos períodos mais intensos de minha infância, na década de 1980 e 1990 foi vivido nas ruas/ladeiras de terra do Alto do Coqueirinho, bairro popular próximo à orla atlântica norte da cidade de Salvador, que se formou a partir de uma ocupação “irregular” de uma região de mata densa da cidade.

Na época, nós, moradores de Salvador, chamávamos estes bairros desenhados de barracos de plásticos e madeira, com chão de terra, mesclados com algumas poucas casas de alvenaria, de invasão. Eu não sabia sobre a carga política do termo, mas sentia que dizia respeito a uma coisa não vista com bons olhos pelas pessoas que estavam ao meu redor. Digo isso porque meus familiares insistiam em dizer que a casa da minha família, em que eu passava as férias, no Coqueirinho, era a última casa antes de começar a invasão. E, de fato, havia diferenças entre a casa construída, também com muita luta, pela minha família, e a grande parte das casas, e barracos dos garotos com quem eu, irmãos e primos brincávamos. Uma destas casas era de meu tio Gilmar, irmão de minha mãe. Claro, que ao final da década de 1980, eu já conhecia um Alto do Coqueirinho bem estruturado, com asfalto nas ruas principais, luz elétrica e água, mesmo que esta última com abastecimento bastante irregular. Penávamos com isso.

Nesta época eu morava, de fato, em um prédio ao lado do DETRAN de Salvador, na ladeira que dá acesso ao bairro de Pernambués, vizinho a também invasão de Saramandaia, na qual morava meu tio Aureliano (pra nós Lili), irmão de meu avó, que era mestre no violão e no cavaquinho e que foi uma das vítimas da velocidade dos carros da Avenida ACM, antes de ser construída a passarela da Saramandaia.

Eu não fazia ideia, naquela época, do significado daqueles bairros, de sua história, de como e porque foram construídos. Do porque de aquelas pessoas, entre elas meus tios, viverem em casas tão pequenas, de um único vão, com estruturas que, mesmo aos meus olhos de menino que sempre achava tudo bom, sentia que por ali a vida era mais difícil.

Só o afastamento, já iniciando a adolescência, me mostrou as dores daquele lugar com mais clareza aos olhos. Lembro-me de pedir a minha avó para não irmos

mais, nas férias, para o Alto do Coqueirinho, porque já não era mais seguro quanto na recente infância. Já não fazíamos fogueira de São João na porta de casa até amanhecer, nem andávamos correndo em bando nas “ruinhas” e becos de terra e escadas do Coqueirinho. Porque cada rua se tornava proibida, passava a ter donos, que andavam armados de um lado a outro. Ouvíamos histórias de roubos, assaltos, mortes e estupros. E noutras vezes, era a polícia que aparecia. Dava mais medo ainda, a gente dentro de casa, tudo trancado com todos os cadeados que minha vó e minha tia pudessem encontrar. Aí, elas vigiavam a gente pra aquietar nossa curiosidade de querer ficar espiando pelas frestas do portão. E minha tia/mãe dizia aperreada: “Sai daí menino, se sair tiro, a bala atravessa esse portão!”

Não quis mais ir pra lá! Eu tinha escolha! Décadas depois eu também fiz a escolha de retornar, com esta pesquisa, e mesmo antes dela, não só ao Alto do Coqueirinho e à Saramandaia, mas a outros locais, mais novos, que se construíram e se constroem sob a mesma condição, sob o mesmo estigma, dor, mas também lutas e resistências das invasões de ontem. Os espaços de hoje são as ocupações do Movimento Sem Teto da Bahia, nas quais cheguei pela militância, e que recuperam as lembranças de infância e as reescrevem, agora, sob o signo de um compromisso político. Esse compromisso é resultado de minhas experiências, minha história, minhas memórias, que se alimentaram com a formação crítica da Universidade e que me deram, pelo conhecimento prático/teórico, a vontade de entender e participar de forma mais consciente e posicionada da construção desta luta.

As ocupações de hoje negam o estigma da invasão, porque não se invade o que já é, ou deveria ser, seu, por direito. Elas são resultado da continuidade histórica dos mesmos processos estruturais que geraram as ocupações de ontem: a precariedade da inserção no mundo do trabalho de grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras de Salvador, o que resulta também na reprodução de condições de vida que tem que subsistir com baixíssimos rendimentos, impactando diretamente na forma de morar, de ocupar os espaços da cidade e ter acesso a um teto, à moradia.

Como veremos, embora se trate de uma continuidade histórica, as condições estruturais de precarização, bem como as formas de luta para a obtenção deste bem de consumo de primeira necessidade, que é a moradia, adquirem também configurações com realidades que são totalmente novas.

Por isso, a construção deste projeto de pesquisa partiu, também, da intenção de consolidar e reafirmar as questões suscitadas por pesquisas anteriores que compuseram minha trajetória de iniciação científica e mestrado. Assim, retomei a categoria dos Sem Emprego, entendendo-a como um resultado do processo de precarização do mundo do trabalho decorrente desta forma histórica de exploração do Capitalismo em sua forma flexível.

Mas, será acrescida à condição de precarização do trabalho, vivida pelos Sem Emprego, a dificuldade de obtenção de bens de consumo, dando destaque à impossibilidade do acesso formal à moradia através da compra, restando a estes trabalhadores a criação de outras estratégias para poderem consumir este bem. É assim que, neste estudo, os Sem Emprego serão estudados a partir da sua condição de serem também Sem Teto. Assim, esta tese cruza estas duas instâncias fundamentais e complementares na vida destes sujeitos: a sua inserção precária no mundo do trabalho e as consequentes estratégias para acessar, adquirir e consumir um teto para morar.

- O OBJETO:

Circunscrever um objeto de estudo não é tarefa fácil para o pesquisador. Mas há algum tempo não tenho me importado tanto com as querelas entre a subjetividade e objetividade da produção do conhecimento, nem tampouco com a suposta necessidade de neutralidade ou isenção política para que a pesquisa se torne mais séria e respeitável, mais científica, portanto.

Embora eu esteja fazendo ciência, a escolha deste tema de estudo está carregada de subjetividade, amor, desejo de transformação, amizades e afetos, indignação e senso de cumplicidade com as histórias e condições de vida dos amigos e amigas, parceiros e parceiras que ganhei nestes cinco anos de militância política junto ao MSTB. Optei por transcrever um trecho do Atlas sobre a Direito de Morar em Salvador que descreve com clareza e exatidão o meu sentimento no que diz respeito à relação entre ciência, política, objetividade e subjetividade e ao “apaixonamento” que carrego, hoje, comigo, pela causa dos Sem Teto:

Aprendemos desde cedo que uma pesquisa para ser qualificada como científica precisa estabelecer uma relação de distanciamento com o objeto

de pesquisa. Nós nos apaixonamos pelo nosso “objeto de pesquisa” e, mais do que isso, fomos tomados pelo sentido de urgência, pela necessidade de nos inserirmos na luta pela mudança da situação dos moradores das ocupações. Epistemologicamente, afirmamos, convictos, não existir contradição entre nossa mobilização afetiva, pessoal e política diante da realidade dos Sem Teto e a *objetividade* da pesquisa ora realizada. Partimos do pressuposto de que a relação entre sujeito e objeto do conhecimento é permeada por uma dimensão subjetiva, ideológica, que perpassa todo o processo de produção do conhecimento. A tese da neutralidade positiva é um *discurso de poder*, cujo objetivo é apresentar como universal aquilo que é particular, socialmente comprometido e historicamente circunscrito. A nossa inserção como pesquisadores é plenamente carregada de significados teóricos e, conseqüentemente, políticos. Somos sujeitos políticos e como tais tomamos posições acerca da conservação ou transformação da vida social. Situamo-nos, então, no campo da política em seu sentido mais amplo e substantivo – sendo as nossas opções teórica e epistemológica – resultado do modo como concebemos a relação entre conhecimento e interesse, entre teoria e transformação social.

A escolha de trabalhar com o MSTB já estava feita antes mesmo de ser explicitada no projeto da Tese, mas não aparecia com clareza no texto, senão em forma de pequenas provocações e reflexões. Como eu convivía com o MSTB e partilhava algumas das angústias vividas nas ocupações, era natural que parte dessa percepção aparecesse na minha produção científica. Até que, por recomendação da Banca de Qualificação, o projeto original que visava estudar os Sem Emprego em Salvador, se converteu num estudo sobre os Sem Teto. Que nesse caso, são também, Sem Emprego. Como já dito, as ocupações de Sem Teto em Salvador são um espaço de concentração dos Sem Emprego. Para a banca essa relação era simples. Além do mais, a luta pela moradia, expressa uma forma especial de consumo. A casa, entendida como um bem essencial, não é uma mercadoria facilmente distribuída e ou acessada por todos os consumidores que a procuram e que dela necessitam.

Mas a recomendação da Banca de Qualificação veio, antes de tudo, para mim, como agonia. Não aceitei bem a ideia, porque, como alguém que conhecia de perto algumas das dores do movimento, sabia que a relação com as pesquisas e pesquisadores não era das melhores, tanto entre as lideranças, quanto na base do MSTB. Sempre escutei histórias sobre o pesquisador A, B ou C que fez pesquisa sobre o movimento, sugou o que podia e sumiu! Agora me via na possibilidade de ser eu este personagem. Papel que não queria assumir e nem quero. Por isso, antes de iniciar a pesquisa, expus sinceramente as minhas angústias ao próprio MSTB, conversando com quem tive oportunidade. E foi assim que este trabalho se tornou

também um compromisso político com o próprio movimento. Entendi que a aprovação do movimento para a realização da pesquisa significava uma relação de confiança, mais do que pessoal, mas acima de tudo, política. Lembro-me das falas de Pedro Cardoso e Nego (lideranças do MSTB): “*Você é militante do movimento, você é gente nossa... é nossa gente que tem que escrever sobre o movimento... quem ajuda a construir de fato!*”.

Assim, a descrição da circunscrição deste objeto de estudo passa também por esta reflexão e admissão dos aspectos subjetivos e valorativos que compõem a produção do conhecimento.

A primeira vez que pisei os pés numa ocupação do MSTB foi no início do ano de 2009. Não me recordo precisamente data e mês, só sei que foi no primeiro semestre daquele ano. Naquela época, já há alguns meses, Leila, companheira com quem divido minhas lutas cotidianas, me falava sobre a necessidade de eu conhecer “o movimento”. Era assim que chamávamos, ainda é assim que chamamos. Ela, então estudante de Direito, participava do Núcleo de Educação Popular (NEP), do Serviço de Assistência Jurídica (SAJU), da faculdade de Direito da UFBA, que realizava atividades de assessoria ao MSTB.

Um dia fui convidado por Fabrício Moreira, um colega que pegava disciplinas em comum na Pós Graduação, que militava no movimento, a visitar algumas ocupações. Com tantos convites, aceitei realizar a visita e foi um caminho sem volta. Naquele dia, com a condução de Seu Raimundo (liderança da ocupação do Cajueiro em Mata Escura) e a ajuda de Fabrício e Leila, conheci a Cidade de Plástico, em Periperi, e o Quilombo de Escada, em bairro de mesmo nome. Um tempo depois, pela primeira vez, participei da preparação de uma atividade de formação do movimento construída pela Comissão Pedagógica¹ do MSTB, a respeito do dia do trabalhador.

Desde então, as reuniões na Comissão Pedagógica e as constantes atividades nas ocupações passaram a ser uma rotina em minhas semanas e não demorou para que eu e Leila, juntos com outras pessoas do NEP/SAJU (Núcleo da Educação Popular/ Serviço de Assistência Jurídica da UFBA), passássemos a fazer

¹ A Comissão Pedagógica era uma espécie de subnúcleo do Núcleo de Formação Política do MSTB do qual participavam lideranças, coordenadores, pessoas da base do movimento, mas também estudantes, professores (como eu), de forma independente ou através de organizações estudantis ou da sociedade civil como a CJP e o CEAS, que vinham da Igreja Católica.

parte também do Grupo de Teatro do Oprimido do MSTB, no qual fizemos algumas montagens com apresentações dentro das ocupações.

No princípio, a participação em cada atividade do movimento se dava pela crença de que poderíamos contribuir para a reprodução de uma visão e práticas mais críticas entre os Sem Teto, mas com o tempo percebi que estávamos ali, de fato, para aprender e nos transformarmos com as experiências cotidianas daquelas pessoas.

Assim, a proximidade e cumplicidade construída com o MSTB e, conseqüentemente, a facilidade para transitar nas ocupações e conversar com as lideranças foi decisiva para a escolha desse movimento social para a realização dessa pesquisa. Mas este não foi o único fator decisivo para o recorte empírico ter se realizado com o MSTB. As práticas e os posicionamentos políticos do movimento acabam se constituindo também como condições para esta escolha. Como um dos pontos centrais desse projeto é tentar compreender a condição de Sem Emprego também enquanto uma forma de resistência às formas de exploração do capital, as relações do MSTB com o Estado e com o capital imobiliário, bem como as concepções políticas defendidas pelo movimento, mais do que qualquer outra organização de luta pela moradia em Salvador, evidenciam melhor essas formas de resistência.

Definiu-se, então, como objeto de estudo desta pesquisa os “**Sem Emprego na condição de Sem Teto**”, ou seja, o conjunto daqueles que podem ser identificados como trabalhadores informais, precários, subempregados, autônomos etc. e os desempregados da Região Metropolitana de Salvador que, diante da impossibilidade de obter a moradia pela via do consumo formal deste bem, a conquista através da ocupação forçada dos espaços urbanos, realizada junto a um movimento social organizado específico, neste caso, o **Movimento Sem Teto da Bahia - MSTB**. Mais precisamente, este projeto se propõe estudar as **práticas cotidianas desses trabalhadores**, verificando de que modo estas práticas se constituem, enquanto trabalho e enquanto consumo, que condicionam as maneiras desses trabalhadores garantirem a própria sobrevivência material e simbólica, seja através do labor que garante o sustento de cada dia, ou através das lutas para conseguir um lugar para morar. Neste sentido, esta pesquisa se propõe a investigar

os bens e as práticas de consumo e o consumo das práticas e dos bens dos trabalhadores Sem Emprego, da RMS, que estão na condição de Sem Teto.

Embora tenha tratado do consumo de diversos bens e serviços, este trabalho guarda atenção especial à casa. O primeiro motivo é, obviamente, o fato de se tratar de um estudo sobre um segmento de trabalhadores que faz parte de um movimento social que luta pela moradia. O outro motivo diz respeito ao fato de a moradia ser um bem imprescindível à subsistência e reprodução digna das pessoas. Por isso, a casa se constitui em um bem de consumo carregado de complexidade, com conteúdos e significados subjetivos e também econômicos de relevância. Ermínia Maricato nos explica:

A habitação é uma mercadoria especial, de produção e distribuição complexas. É a mais cara entre as mercadorias de consumo privado (roupas, sapatos, alimentos, móveis etc). Nem todo mundo pode ter um automóvel, também uma mercadoria cara, de consumo privado; mas todo mundo precisa de alguma forma, morar em algum lugar. Devido ao seu preço, a habitação é uma mercadoria que tem longo período de circulação; isto é, o comprador frequentemente demora dezenas de anos para pagá-la; ela exige um capital de financiamento ao consumo. Mas não é apenas o seu período de circulação que é longo. O período de sua produção também exige a imobilização de capital por longo prazo (um ou dois anos, em geral); em função disso, a habitação necessita de um capital de financiamento à produção. Segundo alguns autores, há outro fator central nos problemas ligados à moradia. É a sua vinculação com a terra. Cada novo edifício exige um novo solo. (MARICATO, 1988)

- O PROBLEMA DE PESQUISA:

Assim, esta pesquisa partiu da seguinte questão: **o que consome o Sem Emprego que vive na condição de Sem Teto?** O trocadilho propõe a dupla questão: o que e como eles consomem (bens e serviços) e como são consumidos pelo capitalismo, ou seja, como são úteis ao sistema?

A discussão proposta também visa problematizar de que forma e até que ponto é possível delimitar o processo de construção de identidades e interações sociais dos Sem Emprego na condição de Sem Teto a partir do consumo.

- HIPOTHESES:

A tentativa de responder a estas questões passou pela construção e pela problematização de algumas hipóteses. Algumas delas, as que foram formuladas conscientemente, podem ser enunciadas:

1. Os Sem Emprego na condição de Sem Teto encontram, na luta através da ocupação forçada dos espaços urbanos, um meio de acessar a moradia, e constituem, através dessa luta uma identidade coletiva. Assim, a construção dessa identidade não se dá pelo consumo, mas pela luta organizada por acesso à cidade.
2. O acesso à moradia pelos Sem Teto através das ocupações expressa a negação do consumo a um bem essencial à sobrevivência e reprodução dos trabalhadores, a casa.
3. A impossibilidade material de obter – no mercado (na forma de locação ou de compra) – a moradia, devido à condição de sem emprego e dos baixos salários, leva os trabalhadores a questionarem a propriedade privada na sua forma fundiária, através das ocupações.
4. O movimento e a luta que questiona a propriedade fundiária privada e que dá origem a uma organização política que se estrutura como MSTB é um movimento classista.
5. Os Sem Emprego na condição de Sem Teto, como parte do Exército Industrial de Reserva, são força de trabalho em potencial com super-oferta para o capital, que a reforça como mercadoria a ser consumida pelo processo produtivo em condições de sub-remuneração.
6. O consumo individual de bens dos Sem Teto, enquanto classe trabalhadora, é produção e reprodução do meio de produção mais indispensável ao capitalista: o próprio trabalhador, cujos custos de reprodução são cada vez mais rebaixados, barateando a força de trabalho, o que é demonstrado pelas formas de (auto)construção da moradia dos sem teto.
7. Os desejos e prazeres revelados pelos indivíduos dos sem teto, quando compram bens no mercado, ou seja, tem acesso ao consumo individual, e os consideram produto do seu trabalho, do seu “suor”, é a forma mitificada, fetichizada e estranhada do trabalho e do consumo numa

sociedade capitalista. Pois enquanto frutos do trabalho alienado, são frutos do capital.

8. Os Sem Teto e a luta pela moradia são mais uma dimensão da precarização social do trabalho, representada pelas formas de reprodução precária da força de trabalho, onde sequer o direito a morar lhes é propiciado pelo capital.

- NOTA METODOLÓGICA:

Este projeto realizou sua pesquisa a partir de dois procedimentos investigativos básicos, um quantitativo e outro qualitativo. O método quantitativo foi usado para uma leitura mais geral do perfil, além do levantamento estatístico do acesso a bens e serviços, bem como das condições de moradia nas ocupações, utilizando-se de uma fonte de dados secundários, a partir da manipulação do banco de dados da pesquisa que construiu o Atlas Sobre o Direito de Morar em Salvador, coordenada pela professora Elisabete Santos (UFBA).² Importante frisar que os dados construídos pelo Atlas dizem respeito à totalidade dos movimentos de luta pela moradia existentes em Salvador no momento da pesquisa e, neste sentido, os dados quantitativos utilizados nesta Tese agrupam todos estes movimentos e não apenas o MSTB.

Já a definição da pesquisa qualitativa é mais complexa. O rigor da ciência, do tempo e dos prazos nos obrigou a fazer um recorte capaz de nos possibilitar a realização de um estudo de caso. Uma parte deste estudo diz respeito, única e exclusivamente, a um conjunto de entrevistas semiestruturadas realizadas com um conjunto de trabalhadores Sem Teto, nos seus locais de moradia, nas ocupações construídas e mantidas apenas pelo Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB). A outra parte, diz respeito a minha experiência pessoal de militância junto ao MSTB, que me permitiu, durante os últimos anos, um contato mais direto com as ocupações, as

² Resultado de um estudo analítico ao abrigo da Faculdade 2 de Julho, do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social – CIAGS da Escola de Administração da UFBA com as parcerias da Secretaria Municipal de desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio-Ambiente – SEDHAM/PMS, Defensoria Pública do Estado da Bahia – DPE e o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB

peças, os Sem Teto e algumas de suas histórias de resistência. O primeiro critério, portanto foi definir o MSTB como público alvo desta pesquisa.

O segundo, foi estabelecer um recorte geográfico. Por serem as áreas de maior concentração de Sem Teto em Salvador, ficou decidido que seriam feitas entrevistas com moradores de ocupações localizadas nos bairros de Periperi, Valéria e Escada, no Subúrbio Ferroviário, e Gal Costa e Mata Escura, no Miolo de Salvador.

Para a realização dessas entrevistas foi utilizado o critério de casos múltiplos, com representantes tanto da base, quanto das lideranças do Movimento Sem Teto da Bahia, com distintas experiências de desemprego, trabalho e origem. Foram realizadas, portanto, 15 entrevistas, com roteiro semiestruturado com representantes do movimento, além das entrevistas com Iuri Falcão, advogado, militante e estudioso do MSTB e Pedro Cardoso, uma das principais lideranças do movimento, totalizando 17 entrevistas. As entrevistas foram interrompidas quando as informações obtidas já passaram a se tornar repetitivas.

A necessidade de ampliar a investigação a respeito da continuidade de experiências entre os Sem Teto de hoje e os das décadas passadas que construíram Salvador através das invasões nos levou, além de todo mergulho nas pesquisas produzidas nas décadas de 1970 e 1980, à realização de três entrevistas com pessoas com participação efetiva no processo de invasão de três bairros consolidados da cidade; a Saramandaia (Miolo), Alto do Coqueirinho (Orla Atlântica) Calabar (Centro). Ainda é importante esclarecer que foram usados critérios diferentes no que diz respeito à identificação dos entrevistados. Em algumas situações a identidade dos informantes foi resguardada optando-se por identificá-los com nomes falsos ou simplesmente citando apenas a ocupação da qual fazem parte. Em outras situações, como no caso de Pedro Cardoso e Iuri Falcão, do MSTB, e no caso dos representantes das gerações anteriores que tiveram experiência com invasões na Saramandaia, Calabar e Alto do Coqueirinho, optou-se por manter os nomes dos depoentes, com as devidas autorizações.

- COMO ESTÁ ESTRUTURADA A TESE:

A Tese está organizada em 4 grandes capítulos, mais a conclusão. O primeiro capítulo é uma tentativa de esclarecer, conceitualmente, alguns dos fundamentos que sustentam esta pesquisa. Primeiramente, foi feita uma revisão crítica a respeito do consumo. Partindo de algumas das principais abordagens da Sociologia do consumo, reconstruímos este conceito a partir de uma releitura construída através do referencial Marxiano. Assim, o consumo foi tratado como parte da síntese dialética da produção, retomando o debate sobre a centralidade do trabalho e os conflitos entre a noção de tempo livre, trabalho e lazer.

Além disso, ainda neste primeiro capítulo, foram definidos conceitualmente as condições de Sem Emprego e Sem Teto, relacionando-as com o referencial marxiano a respeito da reprodução da Superpopulação Relativa e sua função na reprodução do capital.

Já o segundo capítulo, foi uma tentativa de articular o processo de formação do mercado de trabalho brasileiro com a questão urbana. Neste capítulo foi problematizada a condição estrutural de precariedade da força de trabalho no Brasil, atentando para o que há de novo, neste processo, a partir da noção de Precarização Social. Em um segundo momento analisou-se o processo de urbanização do Brasil concluindo que a formação dos grandes centros urbanos do país se deu por um processo de espoliação, sustentado na sobreexploração de grande parte dos trabalhadores brasileiros. O ponto culminante deste processo resulta que a moradia, neste início de século, no Brasil, se apresenta como uma das dimensões da Precarização Social (DRUCK, 2007/2010; 2011a) característica do capitalismo flexível.

No terceiro capítulo o debate sobre a questão urbana e a precarização recai sobre Salvador e sua região metropolitana. Nesta parte da tese é que a noção de que o processo de invadir/ocupar se consubstancia como uma experiência comum, uma regularidade que se transmite ao longo de gerações, sendo condicionada pela situação estrutural das condições de trabalho de um segmento de trabalhadores soteropolitanos que atravessa gerações, mas que ganha novos contornos, enquanto precarização social no início do século XXI.

Por fim, o quarto capítulo diz respeito ao processo de análise dos dados, tanto os obtidos com a pesquisa do *Atlas sobre o direito de morar em Salvador* e,

fundamentalmente, a análise da pesquisa de campo realizada nas ocupações do MSTB, junto aos Sem Teto. Neste capítulo também, na tentativa de identificar e justificar o recorte empírico, foi feito um breve histórico sobre a origem e desenvolvimento do MSTB nos anos 2000. A maior parte deste tomo é narrada pelos próprios Sem Teto, são suas memórias e experiências que dão sentido e articulam cada questão e conceito propostos desde a primeira linha deste trabalho. As narrativas destes trabalhadores demonstraram a sua luta pela sobrevivência, tanto como Sem Emprego, exemplos extremos da Precarização Social, e também como Sem Teto, que, imersos na insegurança e vulnerabilidade da ausência da moradia e dos serviços que deveriam acompanhá-la, são obrigados a lutar, constituindo um movimento que lhes confere uma identidade coletiva e que questiona a lógica da produção capitalista.

Na conclusão, são retomadas as questões e hipóteses propostas no início do trabalho e se reflete sobre em que medida elas foram problematizadas de forma satisfatória e se os resultados obtidos com este trabalho alcançaram os objetivos pensados em seu início.

CAPÍTULO 1 – ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICO-EMPÍRICAS:

1.1 – A dialética da produção e do consumo:

O primeiro objetivo deste capítulo é esclarecer o meu posicionamento a respeito das possíveis contradições acerca desses dois fenômenos que, como já fora dito antes, se mostram como centrais, não só no debate acadêmico, mas também na vida cotidiana dos seres humanos, o **Trabalho** e o **Consumo**. O caminho que me proponho a trilhar neste debate leva em consideração que estas duas instâncias da realidade humana caminham juntas, sobrevivem e se reproduzem numa relação de interdependência, de reciprocidade. O fato de as tratarmos como categorias distintas advêm, primeiro, da necessidade de evidenciar o caráter contraditório dessa reciprocidade, o caráter dialético, portanto. Mas embora estas duas categorias sejam entendidas, por mim, como o resultado contraditório de uma síntese dialética, a distinção entre consumo e trabalho, verificada na produção acadêmica como um todo, vai além de uma mera distinção semântica, ou mesmo de um sofisticado recurso conceitual metodológico que os separam apenas para proporcionar uma melhor compreensão e explicação da realidade. A separação entre consumo e trabalho é, também, um resultado de processos históricos de produção e reprodução da realidade, que acabam por demarcar posições ideológicas distintas de entendimento de mundo, com consequências reais práticas para a ciência e, conseqüentemente, com efeitos políticos para a compreensão e para a própria reprodução da vida social.

Não me isentando de tomar uma posição neste debate que, por ser teórico-metodológico e, portanto, científico, não deixa de ser político, problematizarei essa relação entre consumo e trabalho à luz do referencial marxiano. Assim, trabalho e consumo serão entendidos, como dito antes, como uma relação de negação e completude, que sintetiza a dialética da produção e reprodução da realidade. No entanto, antes de chegar a Marx, observemos algumas definições e cercamentos do conceito de consumo a partir de teóricos contemporâneos que defendem a autonomia do consumo como esfera ou campo de ação e identidade social.

Numa das obras clássicas dos estudos sobre consumo³, Mary Douglas e Baron Isherwood (2006, p. 102) definem o consumo como o “uso de posses materiais que está além do comércio e é livre dentro da lei”. O objetivo dos autores é formular um conceito que seja supra histórico e possa ser reconhecido em todos os contextos e civilizações humanas, a despeito da complexidade e arranjos econômicos, culturais e políticos das mesmas. Neste sentido, propõem a construção de um conceito antropológico no qual o consumo seja entendido como parte de um modo de vida, como uma esfera autônoma que, ao se relacionar com outras esferas da vida, compõe uma série de desejos e rituais que supõem doações, partilhas e séries de obrigações que não necessariamente estão submetidas à esfera econômica. Assim formulam os autores: “Em vez de supor que os bens sejam em primeiro lugar necessários à subsistência e à exibição competitiva, suponhamos que sejam necessários para dar visibilidade e estabilidade às categorias da cultura”. (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2006, P. 105). Desta forma os autores relacionam o consumo de bens à esfera da cultura criando uma dicotomização entre a esfera cultural e econômica, entre consumo e produção, estabelecendo a partir de então, uma tendência, uma tradição nos estudos sobre o consumo.

Descrevendo o consumo, Lívia Barbosa afirma que “consumir é uma das mais básicas atividades do ser humano – pode-se viver sem produzir, mas, não, sem consumir” (BARBOSA, 2006, p.7). Lembrando Zigmunt Bauman:

Se reduzido à forma arquetípica do ciclo metabólico de ingestão, digestão e exceção, o consumo é uma condição, e um aspecto, permanente e irremovível, sem limites temporais ou históricos; um elemento inseparável da sobrevivência biológica que nós humanos compartilhamos com todos os outros organismos vivos. Visto dessa maneira, o consumo tem raízes tão antigas quanto os seres vivos – e com toda certeza é parte permanente e integral de todas as formas de vida conhecidas a partir de narrativas históricas e relatos etnográficos. (2008, p. 37)

Assim, de fato, o consumo se realiza enquanto fenômeno universal, presente em todo e qualquer ser vivo, em qualquer época. Mas, discordando de forma veemente da afirmação de Lívia Barbosa, é a produção, a característica essencialmente humana, e só humana. Se o consumo é um fenômeno que abarca todos os seres, a capacidade de produzir, transformar ou reproduzir, de forma

³ A primeira edição foi publicada em 1979 e desde então esta obra tem sido uma das principais referências dos estudos sobre consumo.

singular, aquilo que consome, é essencialmente humana. Nenhum outro ser vivo, como o ser humano, produz o que consome. Sem produzir, apenas consumindo, o ser humano resta reduzido a qualquer outro animal.

Ainda, na tentativa de formular um conceito que sirva como instrumental teórico para elaboração desta pesquisa, me arrisco numa tarefa pouco usual nos meios acadêmicos, principalmente na tradição sociológica, que é o levantamento do termo estudado – neste caso, o consumo – nos dicionários de língua portuguesa, para, antes de tudo, observar de que maneira este fenômeno é significado em nosso uso linguístico cotidiano.

Consumo é entendido como “utilização de mercadorias e serviços para a satisfação de necessidades humanas”, ou de forma mais imediata, como “ato ou efeito de consumir”. Já para o verbo consumir foram encontrados significados diversos tais quais: “1. Gastar ou corroer até a destruição; devorar, destruir; extinguir; 2. Destruir pelo fogo, queimar; 3. Gastar pelo uso; 4. Absorver alimento ou bebida; 5. Aniquilar, anular; 6. Enfraquecer, abater; 7. Desgostar, afligir, mortificar; 8. Fazer esquecer, apagar; 9. Gastar, esgotar; 10. Aplicar, empregar, despende; 11. Absorver bens de consumo ou de produção; 12 Comungar.”

Assim, como bem destacam Lívia Barbosa e Colin Campell (2006), ao lembrarem a etimologia do termo consumo, pode-se observar que, por um lado, ele deriva do latim *consumere*, que significa usar tudo, esgotar e destruir. Por outro lado, consumo também deriva do inglês *consummation*, que significa somar, adicionar. No Brasil, portanto, o termo se atém à visão negativa do latim, enquanto a noção de consumação, como algo positivo, se associa à realização do ato sexual, na língua portuguesa.

Para a autora, o predomínio do sentido negativo do termo tem origens históricas, fundamentadas na forma como o consumo é tratado por intelectuais e acadêmicos e também pelo senso comum. No entanto, nas últimas décadas, a academia passa, também, a recuperar o sentido positivo do consumo, dando ênfase nas suas formas de adição, realização e criação de sentidos (BARBOSA, 2006).

Ora, seja como destruição, que também é uma forma de produzir realidade, seja como gerador de sentidos, o objetivo deste meu primeiro escrito é tentar

superar esta oposição entre produção e consumo, entendendo, este último, como uma parte da manifestação da própria produção da realidade material e simbólica.

Assim, é tomando como ponto de partida o referencial marxiano para desenvolver este debate, que pontuamos que, consumo e trabalho se negam, mas se afirmam dialeticamente, já que, fazem parte de um mesmo movimento de produção e reprodução da realidade, engendrado pelos seres humanos. O que possibilita a vida, a reprodução material e simbólica do ser humano é o consumo daquilo que foi transformado ou produzido pelo trabalho. O ato de retirar da árvore um fruto e comê-lo é uma ação transformadora que se constitui, ao mesmo tempo, em ato de trabalho e consumo. O fruto retirado da árvore é objeto transformado, sofre a ação humana, se torna produto, portanto, que se realiza no consumo. Esse transformar-se em outro e ser “si mesmo” manifesta a síntese dialética em que o consumo se evidencia como um elemento deste fenômeno mais amplo que é a produção da realidade.

Mas é preciso tomar cuidado ao relacionarmos estas duas categorias, para que não as adotemos de forma dual, correndo o risco de submeter o processo produtivo à finalidade do consumo como faz a Economia Clássica, segundo Marx. Retomando as formulações feitas nos *Grundrisse*, Marx nos mostra a necessidade de avançar com relação ao entendimento que a Economia Política traz a respeito da igualdade entre consumo e produção. Marx desvenda de que forma a Economia Política, ao analisar o processo de reprodução social, fragmenta este processo em partes distintas, interdependentes, mas autônomas, o que explica, por um lado, essa visão dicotômica, através da qual o tema da produção e do consumo estão postos na modernidade. Nas palavras do próprio Marx (2011, p.44):

A representação superficial claramente perceptível: na produção os membros da sociedade apropriam (elaboram, configuram) os produtos da natureza às necessidades humanas; a distribuição determina a proporção em que o indivíduo particular participa desses produtos; a troca o provê dos produtos particulares nos quais deseja converter a cota que lhe coube pela distribuição; no consumo, finalmente, os produtos devêm objetos do desfrute, de apropriação individual. A produção cria os objetos que correspondem às necessidades; a distribuição reparte-os segundo leis sociais; a troca reparte de novo o que já tinha sido repartido, mas segundo a necessidade singular; finalmente, no consumo, o produto evade-se desse movimento social, devêm diretamente objeto e serviço da necessidade singular e a satisfaz no desfrute.

Nesse modelo, desenvolvido pela Economia Política (burguesa), como demonstra Marx, a reprodução social estaria dividida nestas quatro esferas ou etapas: produção, distribuição, troca e consumo. E todo o processo tenderia para sua etapa final, o consumo, o espaço da realização do prazer e da fruição, no qual a liberdade e escolha individuais se expressariam de forma autônoma com relação a todo processo (MARX, 2003, p.44-45). Como o próprio autor afirma, trata-se de um encadeamento, é bem verdade, mas, tratado de forma simplista e fragmentada. A análise da Economia Política não admite que cada uma destas etapas diz respeito a um único e mesmo processo que é, em primeira e última instância, a produção. Distribuir, trocar e consumir são, antes de tudo, formas de produção da realidade. Mas mesmo se a analisarmos separadamente, como querem os economistas burgueses, só existem se a produção em si do produto as impulsionar oferecendo o objeto de suas realizações (o produto a ser distribuído, trocado e consumido). Neste sentido que antecipo uma conclusão do autor para que guie os comentários que seguem:

O resultado a que chegamos não é que produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. A produção estende-se tanto para além de si mesma na determinação antitética da produção, como sobrepõe-se sobre os outros momentos. É a partir dela que o processo sempre recomeça. É autoevidente que troca e o consumo não podem ser predominantes. Da mesma forma que a distribuição... (MARX, 2011, p. 53)

É preciso observar que na análise que Marx faz da produção, este termo aparece, em alguns momentos, em um sentido mais amplo, como a produção em geral, que se estende para além de si e sobre todos os termos. Neste momento ele está falando da reprodução de todas as esferas da vida humana e tudo que implica nesta sobrevivência em suas instâncias material e simbólica. Por outro lado, Marx usa o termo produção, também em sentido restrito, para falar de um momento histórico da produção da vida em geral, o modo de produção capitalista. Mas mais do que isso, dentro do modo de produção capitalista, Marx usa o termo produção para se referir, ainda de forma mais restrita, ao ato propriamente dito em que o produto material é realmente elaborado dentro da fábrica, por exemplo, estando as outras etapas, como a circulação, a troca e o consumo, fora dessa produção entendida em sua manifestação mais restrita. Neste sentido, se há o espaço em que

a produção se apresentaria de forma autônoma frente às outras instâncias, estas também seriam, em algum momento, autônomas frente à produção. Assim, existiria, para a Economia Política, um consumo puro, livre da esfera econômica, livre, portanto, da esfera produtiva.

A forma como a análise de Marx vai solucionar esta possível visão fragmentada ou dicotomizada é entendendo-as como movimentos de uma síntese dialética, em que cada etapa nega e/ou completa, ao mesmo tempo, a outra. Pensando então, consumo e produção como uma síntese dialética que compõe a produção em geral, Marx enuncia três formas de identidade entre estes dois fenômenos.

Primeiro, afirma Marx, “**A produção é também imediatamente consumo**” (MARX, 2011, p.45, grifos meus). Ora, no ato mesmo da produção, o trabalhador queima energias e, portanto, consome seu corpo, além de desgastar as ferramentas ou quaisquer outros utensílios neste processo produtivo propriamente dito. “Por isso, o ato de produção é, em todos os seus momentos, também um ato de consumo” (Idem). Neste caso, em que a produção é imediatamente idêntica ao consumo e o consumo é imediatamente coincidente com a produção estamos tratando, portanto, do **consumo produtivo**.

Marx insiste que o conceito de consumo produtivo é criado para diferenciar este consumo que é, ao mesmo tempo produção, do consumo propriamente dito, que está além da produção e a nega, o consumo do produto já produzido, quando já terminada a produção, no seu sentido restrito, portanto, consumo que ocorre fora do processo produtivo e o completa. Assim ele acrescenta:

Consideremos, portanto, o consumo propriamente dito.

O consumo também é imediatamente produção, do mesmo modo que, na natureza o consumo dos elementos e das substâncias químicas é produção da planta. Por exemplo, na nutrição, que é uma forma de consumo, é claro que o ser humano produz seu próprio corpo. Mas isso vale para todo tipo de consumo que, de um modo ou de outro, produz o ser humano sob qualquer aspecto. Produção consumptiva. (MARX, 2011, p. 46)

Assim, quando se alimenta pra reproduzir e produzir a própria vida, este ato é, ao mesmo tempo, ato de consumo, do ar, da água e da energia do alimento que nutre o corpo. No entanto, alega a Economia, conforme aponta Marx, que, este alimento, ao ser produzido pelo homem, é consumido em um segundo momento,

fora da produção primeira. Trata-se de uma segunda produção (produção consumptiva) que “muito embora seja uma unidade imediata de produção e consumo – é essencialmente distinta da produção propriamente dita” (MARX, 2011, 46). Desta forma, define o autor alemão, a unidade imediata entre produção e consumo mantém, também, uma dualidade imediata, conformando uma contradição, um movimento dialético. Um é imediatamente o outro, mas também é imediatamente o seu contrário.

Desta forma se apresenta a segunda forma de identidade entre produção e consumo. Embora sejam um e outro a mesma coisa, ao mesmo tempo em que não são e se negam, e exatamente quando não coincidem, “tem lugar simultaneamente um movimento mediador entre ambos.” (Idem) A **Produção é intermediária do consumo**, pois, produz os objetos, os produtos que serão consumidos. Por outro lado **o consumo é intermediário da produção**, pois, justifica a existência do produto realizando-os ao serem usados, consumidos. Conforme Marx (Idem), “Sem produção, nenhum consumo; mas também, sem consumo, nenhuma produção, pois neste caso a produção seria inútil.”

Assim, ancorados em Marx (2011, p.46), é que se pode afirmar que “o consumo produz a produção” já que: i) é no consumo que o produto se realiza efetivamente enquanto produto, já que “uma casa que não é habitada não é de fato uma casa efetiva; logo o produto, à diferença do simples objeto natural afirma-se como produto, devém produto somente no consumo” (Idem); ii) o consumo cria a necessidade de uma nova produção, sendo o impulsionador do processo de produção que, não esqueçamos, é o seu pressuposto. Assim:

O consumo cria o estímulo da produção; cria também o objeto que funciona na produção como determinante da finalidade. Se é claro que a produção oferece exteriormente o objeto do consumo, é igualmente claro que o consumo *põe idealmente* o objeto da produção como imagem interior, como necessidade, como impulso e como finalidade. Cria os objetos da produção em uma forma ainda subjetiva. Sem necessidade, nenhuma produção. Mas o consumo reproduz necessidade. (MARX, 2011, p.46-47)

Neste sentido, mesmo como meio para a produção, consumo é também, e inquestionavelmente, processo produtivo, já que cria, produz.

Reciprocamente, a produção produz o consumo na medida em que: i) fornece ao consumo o objeto, a coisa a ser consumida e, desta forma, “Um consumo sem

objeto não é consumo; portanto, sob este aspecto, a produção produz o consumo” (MARX, 2011, p. 47); ii) determina o modo como o próprio consumo se realiza, dando-lhe o conteúdo, forma e vida através do bem oferecido, que, por ser como é determina a forma como pode ser consumido, determinando a forma do consumo; iii) por fim, a produção gera, também, a necessidade do consumo, como uma obra de arte que, depois de feita, enquanto produto acabado, gera a cobiça (MARX, 2011, p.47).

Assim para Marx, produção e consumo:

[...] cada qual aparece como meio do outro; é mediado pelo outro; o que é expresso como sua dependência recíproca; um movimento em que são referidos um ao outro e aparecem como mutuamente indispensáveis, mas ainda mantêm-se exteriores entre si. (Idem, p.47-48)

Por fim, e sintetizando as duas formas de identidade anteriores, consumo e produção não apenas possuem uma identidade imediata, nem é um o meio do outro, mas **cada um cria efetivamente o outro** na medida em que se realizam. Para Marx (2011, p.48):

O consumo só termina o ato da produção na medida em que realiza o produto como produto, o dissolve, consome sua forma de coisa autônoma; na medida em que eleva à destreza, pela necessidade da repetição a disposição desenvolvida no primeiro ato da produção; o consumo, portanto, não é apenas um ato conclusivo pelo qual o produto devém produto, mas também o ato pelo qual o produtor devém produtor. Por outro lado, a produção produz o consumo na medida em que cria o modo determinado do consumo e, depois, o estímulo ao consumo, a própria capacidade de consumo como necessidade.

Assim a identidade entre produção e consumo é sintetizada por Marx (2011) sob três aspectos. Primeiro; há uma **identidade imediata** entre ambos, a produção é consumo e o consumo é produção. Segundo, deve se entender o “fato de que cada qual aparece como **meio do outro**”. O consumo cria a necessidade da produção e a produção cria o material para o consumo. E, por fim, sintetizando as duas anteriores, **cada um cria o outro** efetivamente.

Mas Marx adverte sobre o risco de se concluir, com isso, uma igualdade entre consumo e produção, desprezando o caráter dialético e, portanto contraditório da identidade entre ambos, desconsiderando o caráter histórico desta relação de identidade, correndo o risco, com isso, de submeter a produção ao consumo.

Quando levamos em consideração um indivíduo, isolado, produzindo um determinado bem, claramente enxerga-se produção e consumo como momentos de um mesmo ato, pois, o “vemos” criar, produzir, mas também o “vemos” gastar suas energias e gastar os instrumentos e a matéria prima usados na produção. Consumo e produção aparecem como idênticos. Mas Marx adverte:

O importante aqui é apenas destacar que, se produção e consumo são considerados como atividades de um sujeito ou de muitos indivíduos, ambos aparecem em todo caso como momentos de um processo no qual a produção é o ponto de partida efetivo, e, por isso, também o momento dominante. O próprio consumo como carência vital, como necessidade, é um momento interno da atividade produtiva. Mas esta última é o ponto de partida da realização e, por essa razão, também seu momento predominante, o ato em que todo processo transcorre novamente. O indivíduo produz um objeto e retorna a si ao consumi-lo, mas como indivíduo produtivo e que se autorreproduz. O consumo aparece, assim, como momento da produção.

Na sociedade, no entanto, a relação do produtor com o produto, tão logo este esteja acabado, é uma relação exterior, e o retorno do objeto ao sujeito depende de suas relações com os outros indivíduos. Não se apodera dele imediatamente. Tampouco a imediata apropriação do produto é a finalidade do produtor quando produz em sociedade. Entre produtor e os produtos se interpõe a distribuição, que determina, por meio de leis sociais, sua cota no mundo dos produtos, interpondo-se, assim, entre a produção e o consumo. (MARX, 2011, p.49)

Ora, o próprio processo de reprodução da sociedade capitalista implica em uma cisão entre produção imediata e consumo do bem produzido. No capitalismo, o sujeito que produz não é dono do produto gerado por suas forças, este produto pertence a outrem. Os atos de produzir e consumir devém, desta forma, apartados, um do outro. O sujeito que produz se aliena do produto produzido e só pode se reconciliar com ele em uma outra situação de todo este processo mais geral de produção da realidade, qual seja, o mercado, através da compra. Mas as condições de acesso a esta compra não são iguais e, neste sentido, o produtor do bem a ser consumido, nem sempre acessa os bens que produziu, para consumi-lo. Isto é uma condição histórica, não ilusória, mas real. Produção e consumo restam, neste caso, historicamente separados, o que não nega, ainda assim, a sua unidade enquanto síntese dialética da produção, em geral, da realidade.

É neste sentido que se pode dizer que a própria Economia Política, que Marx critica, mas não só ela, não produziu suas interpretações sobre o processo de reprodução da realidade a partir de uma ilusão fantasmagórica e inexistente. A produziu como filha de seu próprio tempo e construindo o conhecimento dentro das

mesmas armadilhas e interesses que as lutas existentes nas relações de produção condicionam. Dito de outra forma, a leitura dicotomizada a respeito da relação entre trabalho e consumo se dá como resultado de transformações reais que se deram e ainda se dão na vida social e que são incorporadas (no sentido de tornar-se corpo) não só pelos produtores do debate científico, mas por toda sociedade. E essa divisão está atrelada a interesses e visões de mundo distintas. Mesmo se partimos de uma compreensão que trata consumo e trabalho como esferas do mesmo ato geral de transformação, produção e reprodução da realidade, é preciso deixar claro que, de um lado, no debate acadêmico e, de outro, na prática cotidiana, estes dois fenômenos são tratados e vividos como esferas autônomas e dissociadas que, embora se relacionem, guardam entre si papéis distintos nas configurações da sociabilidade humana.

Isso porque, como nos mostra Marx, com a explosão da produção e do consumo desencadeada de uma forma histórica singular, no capitalismo, realidades como a fetichização da mercadoria, a subsunção do trabalho ao capital, a alienação e estranhamento do trabalho para a maximização do capital através da exploração da mais valia passam a ser uma condição sob a qual estarão imersos todos os seres humanos, mesmo que em situações distintas de privilégio e poder. Nessa condição histórica singular, enaltecer trabalho ou consumo, diferenciando-os, separando-os, ou pensando-os como uma síntese dialética, acaba atendendo a interesses ideológicos e práticos distintos.

Na esfera acadêmica, diversas interpretações de cunho Marxista tratam o fenômeno do consumo como subproduto da produção, esquecendo-se da relação dialética que os sintetizam.

Por outro lado, ainda na esfera acadêmica, as teses culturalistas depõem a favor de um processo histórico, que culmina na modernidade e que se define por um processo de autonomização das diversas esferas da vida, dando destaque, neste caso ao consumo. Sendo assim, o consumo perde, na modernidade, sua relação de reciprocidade com a produção, atuando e existindo, na sua imediatez ou forma aparente, como um fenômeno distinto, autônomo, capaz de gerar, por si só, os processos de identidade e sociabilidade definidores de distintos tipos de sociedades em seus distintos contextos sócio-históricos. O consumo é tomado, dessa forma, como uma manifestação da esfera cultural, e a Esfera Cultural é, neste contexto,

tomada como uma instância da realidade autônoma com relação ao trabalho e a Produção. Atividades como lazer, cultos religiosos, atividades políticas, práticas de esportes, neste caso, são tratadas enquanto manifestação da Esfera Cultural, e são entendidas como o lócus de manifestação mais liberta e autônoma das práticas de consumo, sendo a evidência clara da manifestação do tempo de não trabalho.

Assim, o trabalho estaria definido como o momento da vida dos seres humanos em que há o dispêndio do tempo para a subsistência física imediata, normalmente, pensado como o tempo gasto para obter a renda necessária a esta subsistência. Por outro lado, todo tempo que não estiver sendo gasto nisso, é tomado como tempo livre, tempo liberado, espaço propriamente dito, de manifestação da cultura, estando a cultura, neste caso, apartada da produção. O tempo de produção e o tempo de consumir o que foi produzido aparecem de forma separada, se reificam e são tomados como instâncias distintas de nossa vida cotidiana, e este cotidiano se separa em instâncias tomadas como opostas e inconciliáveis: de um lado o mundo do trabalho, da produção da própria subsistência física, tempo de infortúnio, desgaste e perda de identidade; de outro lado, o mundo da vida propriamente dito, tempo liberado do infortúnio do trabalho, da subsistência, em que o ser humano se entrega à práticas sublimes e libertas como o lazer, a arte, a política, a cultura, como um todo.

Desta forma está posta uma parte do debate acadêmico. De um lado, há o grupo dos teóricos e pesquisadores de envergadura que defendem que esse ato da garantia da subsistência física imediata, o trabalho, é elemento central para a compreensão da realidade e que todas as outras esferas da vida estão determinadas e ou condicionadas pelo que se dá neste ato de trabalho. Assim, religião, política, esporte, lazer, arte a cultura, seriam subproduto do que acontece com o trabalho. De outro lado, a outra perspectiva que vê a abordagem anterior como um reducionismo econômico e, embora admita o papel fundamental de reprodução da vida pelo trabalho, pressupõe que as outras esferas da vida, na era moderna conseguem se emancipar, através da produção da abundância, da condição histórica da necessidade de sobrevivência e atuam, para além do trabalho, como elementos de efetivação dos sentidos da existência humana e real espaço de realização mesmo desta humanidade.

Assim, tanto algumas tendências do Marxismo, quanto a produção acadêmica culturalista, acabam por abordar a obra marxiana a partir de um viés economicista bastante reducionista. Não há condições, neste trabalho de esquadrihar completamente este debate. Até porque, os vieses são muitos e não há um acordo que unifique as distintas abordagens. O que tentarei fazer, de forma sucinta, é, a partir do mergulho em alguns clássicos e alguns trabalhos importantes produzidos no Brasil, a respeito da temática do consumo, levantar certos pontos de ruptura radical e outros de possíveis continuidades com o debate a respeito do consumo fundamentado pelo referencial marxiano, na maneira como o interpreto, bem como, com a atual leitura que diversos autores, que são referência na sociologia do trabalho, fazem do atual estágio do capitalismo flexível. Ao analisar estes pontos de continuidade e rupturas, serão reveladas, também, certas características das abordagens que elegem o consumo como elemento central para explicação da realidade.

Não se trata de esgotar o debate, nem mesmo de considerar os aspectos escolhidos para tratar aqui mais relevantes que outros, para definir a produção acadêmica a respeito do consumo. Nem quero, com isso, uniformizar o debate e, assim, tratar as teorias do consumo da mesma forma reducionista. Apenas, a partir da leitura das obras, abordarei aspectos que aparecem com certa frequência e que interessam, sobretudo, à discussão a qual me proponho neste estudo, porque implicam numa tentativa de desconstrução teórico-científica e também política, do referencial marxiano sustentado na centralidade das relações de produção como forma de explicação e intervenção na sociedade.

Assim, uma primeira premissa que tenho encontrado na produção culturalista a respeito do consumo é, vale repetir mais uma vez, **a separação clara entre as esferas da produção e a esfera do consumo**. (BAUDRILLARD, 2010; BAUMAN, 2008; CAMPBELL, 2006, 2001; DOUGLAS, ISHERWOOD, 2006; FEATHERSTONE, 1999) O que implica, também, na análise social e histórica, na **separação da história da humanidade em momentos distintos**, entendidos como **a Sociedade dos Produtores que seria, depois, superada pela Sociedade dos Consumidores** (ou Sociedade do Consumo). A sociedade dos Produtores corresponderia ao período de consolidação do capitalismo com a Revolução Industrial, no século XIX, até a Primeira Guerra Mundial. Enquanto a Sociedade de Consumo corresponderia

à onda de consumo que se estabelece com a Era de Ouro do Capitalismo, após a Segunda Guerra e se estenderia até os dias atuais (BAUMAN, 2008; BAUDRILLARD, 2010). De certa forma, estas análises a respeito do surgimento da Sociedade de Consumo tendem a desconsiderar as condições desiguais de inserção dos sujeitos sociais neste mercado de consumo, exatamente por desconsiderar a condição de classe como central para explicação da produção e reprodução deste consumo.

A constatação desta revolução do consumo engendrada pela consolidação do capitalismo fordista no século XX, é também encontrada nas análises de autores do referencial marxista, como se pode ver em Hobsbawn, em *O Breve Século XX*, ou Gramsci, em *Americanismo e Fordismo*. Mas para estes autores, esta revolução do consumo é determinada pelo modo de produção capitalista, ao qual corresponde um modo de vida. Assim, para este referencial marxista, evidencia-se o entendimento de que esta revolução do consumo enquanto expressão histórica da consolidação e expansão da produção capitalista, expressa também que o capitalismo e as relações de poder (classe) que o sustenta são os fenômenos centrais para a explicação do real. O que se consome no capitalismo precisaria, de qualquer forma, ser produzido por ele. Além disso, a expansão e distribuição desta produção, embora seja desigual, se constitui como um dos fatores centrais para expansão, também de um modo de vida e de uma cultura necessárias à hegemonização deste modo de produção e das relações de poder que o reproduzem.

Ora, esta primeira tomada de posição que propõe a existência da Sociedade de Consumo implica, dentro desse referencial acadêmico sobre o consumo, em ***uma explícita hierarquização entre consumo e produção, sendo o consumo entendido como um fenômeno central na produção da realidade***, fenômeno iminentemente humano e indissociável dessa condição humana, mas sem historicidade. Enquanto a produção é tratada como um fenômeno circunstancial. Assim, nas palavras de Livia Barbosa, citada anteriormente, todo ser humano consome, mas nem todo trabalha, nem produz. A autora junto com Campbel, acrescenta:

[...] embora todo e qualquer membro de uma sociedade seja um consumidor ativo de bens e serviços, nem todos têm um papel no processo produtivo. Desempregados, estudantes em tempo integral, crianças, adolescentes, aposentados e doentes entre outros, não produzem qualquer tipo de riqueza do ponto de vista econômico, embora consumam de forma

permanente os mais diversos tipos de bens e serviços. (BARBOSA, CAMPBELL, 2006, p.21)

A leitura dos autores reduz a produção unicamente ao seu caráter economicista, confundindo, por exemplo, trabalho e emprego, e desconsidera o papel que os desempregados, ou mesmo os estudantes etc, tem no processo de produção e reprodução da exploração capitalista, assunto do qual já tratamos em outros escritos e que é retomado nesta tese.

Assim, a literatura culturalista tem construído um forte arcabouço teórico de tentativa de **desconstrução e esvaziamento do trabalho e da produção como construtores da realidade social**. Ao descolar o consumo da produção e tomar **o consumo como produtor da realidade**, a produção passa a ser esvaziada do seu caráter de produtora. Parece uma brincadeira de palavras, mas, é exatamente isso que quero dizer. Dentro desta leitura, a produção, o trabalho perde a centralidade no processo de produção da realidade e de reprodução social, sendo substituído pelo consumo que, embora produza realidade, não é produção.

Este estado de coisas, presente na assim chamada Sociedade do Consumo, permite Baudrillard afirmar que, na “prática cotidiana, os benefícios do consumo não se vivem como fruto do trabalho ou dos processos de produção; vivem-se como *milagre*” (BAUDRILLARD, 2010, p.22, grifos do autor).

Observemos mais uma tentativa de dar conta do fenômeno do consumo proposta por Barbosa e Campbell (2006, p.22, grifos nossos):

Do ponto de vista empírico, toda e qualquer sociedade faz uso do universo material a sua volta para se reproduzir física e socialmente. Os mesmos objetos, bens e serviços que matam nossa fome, nos abrigam do tempo, saciam nossa sede, entre outras “necessidades” físicas e biológicas, são consumidos no sentido de “esgotamento”, e utilizados também para mediar nossas relações sociais, nos conferir status, “construir” identidades e estabelecer fronteiras entre grupos e pessoas. Para além desses aspectos, **esses mesmos bens e serviços que utilizamos para nos reproduzir física e socialmente nos auxiliam na “descoberta” ou na “constituição” de nossa subjetividade e identidade.**

Fica evidente a **substituição da categoria trabalho pelo consumo enquanto a práxis humana responsável pela reprodução física e social dos seres humanos** e na construção ou descoberta de suas identidades. Esta substituição ou esvaziamento do conteúdo criativo e dos espaços que o trabalho, ou

a produção, ocupam na reprodução social vem acompanhada de duras críticas a alguns dos alicerces que fundamentam o referencial marxiano.

Algumas podem ser destacadas, dando continuidade a este levantamento das características das abordagens sobre o consumo. Primeiro, a negação do paradigma da produção se sustenta, também, na **negação e esvaziamento de sentido do paradigma da necessidade**. Os estudiosos da obra de Marx sabem que, a resolução das necessidades básicas para garantir a sobrevivência biológica entre os seres humanos constitui um pressuposto ontológico da relação entre os seres humanos e a natureza, entre os seres humanos e próprio processo de produção e reprodução da realidade.

Ao fazer a crítica ao paradigma da necessidade, as análises sobre o consumo apontam a ideia da necessidade como um fundamento da história humana, presente no pensamento marxista, como um valor moral, que serviria mais a objetivos políticos desse campo do conhecimento do que à produção de um conhecimento científico, de fato. Ao priorizar o paradigma da necessidade, as práticas de consumo não voltadas para a satisfação desta necessidade imediata são tratadas, sob este julgamento moral, como menos importantes.

Estas críticas dirigidas ao paradigma marxista desprezam um ponto fundamental da análise de Marx, qual seja, o fato de o autor alemão tratar a necessidade também como um processo coletivo e não individual, e, exatamente por isso, como processo histórico. Assim, na leitura de Marx, não se pode pensar a noção de necessidades básicas de forma estática, aquilo que será tratado como básico em cada grupo humano dependerá dos incontáveis fatores históricos e culturais que se relacionam no momento analisado. Assim, respeitando as singularidades históricas e culturais presentes em cada época e contexto, é possível afirmar que o ritual da antropofagia entre os Tupinambás no século XVI se constituía enquanto uma necessidade básica para a reprodução daquele grupamento humano e, da mesma forma, o uso de determinadas tecnologias da informação, com a transmissão de dados em cabos de fibra óptica também se constitui como uma necessidade indispensável à reprodução da sociedade moderna como a conhecemos.

A leitura equivocada e desistoricizada desse paradigma da necessidade, também entre os marxistas e críticos do fenômeno do consumo produziu um conjunto de julgamentos de valor separando as necessidades humanas entre aquelas consideradas mais básicas e indispensáveis e as mais superficiais e, portanto, supérfluas.

Neste ponto, as teorias sobre o consumo, mesmo sem considerar as análises de Marx sobre o fetiche e o estranhamento e tratando o consumo a partir de suas manifestações e significados individuais, parecem compreender como, na sociedade moderna, as mercadorias (materiais e simbólicas), descoladas dos princípios básicos originários da humanidade, condicionam uma relação de necessidades que não necessariamente precisam estar atreladas à reprodução imediata da existência. Assim, o que pode ser supérfluo numa dada sociedade tradicional, é tido como indispensável, na sociedade moderna, coletivamente ou individualmente, como é para alguns, o uso, ou a simples posse de um *smart fone*.

Neste sentido, **a necessidade, entendida fundamentalmente como um fenômeno cada vez mais individual**, se constitui, também, como uma das características dessa Sociedade de Consumo, abordada pelas teses culturalistas. O **individualismo ou a crença na escolha individual** e, conseqüentemente, da **plena liberdade de escolher o que se quer consumir**, para além das determinações sociais que possam impor comportamentos a esses indivíduos, também se constitui como um dos fundamentos da sociedade de consumo. (BAUDRILLARD, 2010; CAMPBELL, 2006, 2001).

Uma segunda forma de negação da centralidade da produção se dá através do **esvaziamento de sentido da possibilidade da utopia da emancipação humana**, negando-a no passado e no futuro. Ora, a emancipação humana, pensada pelo referencial comunista/socialista está fundamentada minimamente na possibilidade de tornar todos os seres humanos iguais. A possibilidade dessa igualdade, segundo a visão de Baudrillard, está intimamente ligada à premissa da necessidade:

A noção de necessidade é solidária da de bem estar, na mística da igualdade. As necessidades descrevem um universo tranquilizador de fins e semelhante antropologia naturalista cimenta a promessa da igualdade universal. A tese implícita é a seguinte: perante as necessidades e o princípio de satisfação, todos os homens são iguais porque todos eles são iguais diante do valor de uso dos objetos e dos bens (se bem que sejam

desiguais e se encontrem divididos em relação ao valor de troca). Porque a necessidade se cataloga pelo valor de uso, obtém-se uma relação de utilidade objetiva, ou de finalidade natural, em cuja presença deixa de haver desigualdade social ou história. Ao nível do bife (valor de uso), não existe proletário nem privilegiado. (BAUDRILLARD, 2010, p. 50-51)

A resolução para a questão da emancipação humana seria, neste caso, a redução de todas as formas de consumo à condição consumo de valores de uso. Ora a questão é que, para Baudrillard e para a literatura sociológica sobre o consumo, os seres humanos jamais se relacionam com os bens apenas ou majoritariamente enquanto valores de uso, ou dito de outra forma, a relação dos seres humanos com os bens não é, nem nunca foi mediada fundamentalmente pela satisfação de necessidades. Segundo estes estudiosos, isso reduziria o ser humano a um animal qualquer, sem cultura. Mesmo o mais miserável dos seres humanos, numa situação limite guardaria, com as coisas, uma relação supérflua, ou seria capaz de sobrepor um valor moral sobre a condição da necessidade. Desta forma, a utopia da igualdade é tomada como um dado impossível, como uma ideologia ingênua, já que estaria alicerçada num análise que se sustenta menos em evidências históricas e científicas do que em um julgamento moral calcado na ideia de que, consumir valores de uso (satisfazer apenas as necessidades básicas), seria o melhor caminho para a felicidade humana (BAUDRILLARD, 2010; BARBOSA, CAMPBELL 2006;).

Ora, a crítica realizada pelos estudiosos do consumo à utopia da emancipação humana, não está, também ela, carregada de julgamentos morais e escolhas de valor a respeito da história e das ações humanas? Não estaria também negando a possibilidade da imprevisibilidade da criatividade histórica do ser humano? Por ser histórico, por ser capaz de criar e recriar a sua realidade, o ser humano extrapola a natureza das coisas, tornando-se capaz de experienciar formas de convívio social indefinidas. Assim, sob o referencial marxiano, respeitando o caráter histórico da humanidade, a possibilidade da utopia da emancipação da humanidade, baseada em princípios de igualdade de condições de satisfação das necessidades, é sim uma possibilidade. Realizá-la ou não, deve ser resultado das escolhas e ações práticas de homens e mulheres, ao fazerem a história.

Neste sentido, se tanto o referencial marxiano, quanto o referencial da sociologia do consumo são julgamentos de valor, qual é o mais verdadeiro? A escolha por um ou por outro se fundamenta enquanto perspectiva política!

Um outro aspecto dessas características da literatura sobre o consumo diz respeito ao tratamento dado às relações de poder. ***Não são mais as formas de inserção na produção social que definem a distribuição e concentração do poder, mas sim, as formas de inserção no consumo***, o que advém de uma concepção fetichizada do consumo. A consequência fundamental deste processo é o esvaziamento do significado da classe social, a partir das condições vivenciadas e mediadas pela produção. O poder passa a ser definido pela possibilidade de acesso e uso, ou demonstração de posse de determinados bens e serviços, ou mesmo de certos comportamentos condicionados por esses bens e serviços. Assim, a demonstração desse acesso, uso ou posse, condiciona situações de diferenciações e aproximações que possibilitam distinções de status e prestígio. Normalmente as análises da sociedade se dão entre grupos pertencentes a uma mesma clivagem social, apenas separando os graus de status e prestígio dentro de um mesmo grupo, ou acabam homogeneizando a realidade social ao analisar todo corpo social sem problematizar o ponto central que esclarece que a diferença de distribuição, acesso ou posse dos bens e serviços produzidos numa dada sociedade está condicionada pelas formas de inserção das pessoas nessa produção.

Esvaziando-se a noção de classe social, condicionada pela forma como os seres humanos produzem sua realidade, conseqüentemente esvazia-se a determinação da divisão do trabalho, na sociedade capitalista, enquanto uma condição fundamental de distribuição, retenção e irradiação das distintas formas de poder (gênero, raça, etnia, política, etc). Uma consequência disso é se pensar essa divisão do trabalho cada vez de forma mais harmônica e equilibrada, não mais geradora de conflitos ou significados sociais, reforçando o papel de outras instâncias da realidade, neste caso, o consumo, como fenômeno desencadeador dos conflitos, das mediações de identidades e, portanto, de emanção do poder.

Assim, um pressuposto sempre presente nessas análises é o alcance ou não, na (pós)modernidade, da ***condição da abundância plena dos bens (materiais e simbólicos) e dos serviços***, ou mesmo, da relação entre abundância e escassez. (BAUDRILLARD, 2010; BAUMAN, 2008; CAMPBELL, 2001). Ora, a produção da

abundância na era moderna é tratada por diversos autores como a condição histórica necessária para livrar a população mundial da condição de ter de satisfazer as suas necessidades sempre submetidas a relações de poder e, conseqüentemente, de distribuição desigual dos bens. A luta pela produção desta abundância, mas como forma de emancipação humana, aparece como condição necessária, também, para todo o referencial marxista.

A primeira consequência da produção histórica da abundância seria o fato de que **os seres humanos ficariam liberados de ter que lutar cotidianamente para produzir as formas de suprir as necessidades básicas**, pois isto já seria feito. A luta fundamental deixa de ser a luta para produzir as condições de subsistência imediata e passa a ser **a disputa pela distribuição desta abundância, ou seja, a luta pelo acesso a ela**. Neste ponto, em certa medida, concordam, mesmo os mais toscos dos teóricos do comunismo/marxismo, até os mais lúcidos dos estudiosos sobre o consumo.

A outra consequência histórica (da qual já me afasto em termos de concordância teórica e política) é o fato de que, ao não mais precisar “cuidar das necessidades básicas”, o sentido mais central da vida humana deixa de ser a luta pela sobrevivência imediata através da satisfação dessas necessidades básicas, passando a ser **o consumo das coisas abundantes no mundo para a satisfação de desejos e prazeres**. Assim Colin Campbell, com muita lucidez, sintetiza essa ideia ao falar do que ele considera ser os aspectos cruciais do consumismo⁴:

O primeiro é o lugar ocupado pela emoção e pelo desejo, juntamente com um certo grau de imaginação.[...] Deixem-me apenas enfatizar minha crença de que o processo de querer e desejar está no cerne do fenômeno do consumismo moderno. Isso não quer dizer que questões referentes a necessidades estejam ausentes [...] Quero apenas afirmar que o dinamismo central que impulsiona tal sociedade é a demanda do consumidor, e que isso, por sua vez, depende da habilidade do consumidor de exercitar continuamente seu desejo por bens e serviços. Nesse sentido, são nossos estados emocionais, mais especificamente nossa habilidade de “querer”, “desejar” e “ansiar por alguma coisa”, sobretudo nossa habilidade de repetidamente experimentar tais emoções, que na verdade sustentam a economia das sociedades modernas desenvolvidas. (CAMPBELL, 2006, p. 48)

Numa outra fala bastante esclarecedora a respeito do papel do desejo na Sociedade de Consumidores, Bauman afirma:

⁴ O outro aspecto que Campbell trata é o individualismo, do qual já falamos anteriormente.

Difícilmente poderia ser de outro jeito, já que o consumismo, em aguda oposição às formas de vida precedentes, associa a felicidade, não tanto à satisfação de necessidades (como suas “versões oficiais” tendem a deixar implícito), mas a um volume e uma intensidade de desejos sempre crescentes, o que por sua vez implica um uso imediato e a rápida substituição dos objetos destinados a satisfazê-la. Ele combina, como Don Slater identificou com precisão, a insaciabilidade dos desejos com a urgência e o imperativo de “sempre procurar mercadorias para se satisfazer”. (BAUMAN, 2008, p. 44)

Isso implica numa outra consequência que caracteriza profundamente os estudos sobre o consumo. Embora nunca se tenha produzido tantos bens e serviços na história da humanidade, por mais que sejam tantos e demais, ainda assim, eles se defrontam diante das pessoas como escassos, já que, nunca são suficientes para satisfazer estes desejos. Neste sentido Baudrillard alerta para **o fato de estarmos vivendo uma espécie de falsa abundância**. Primeiro porque **nem todos tem acesso igual ao excesso produzido**. Segundo que, **mesmo aqueles que alcançam este acesso, nunca estão exatamente satisfeitos**, não sendo, com isso, verdadeiramente saciados (BAUDRILLARD, 2010).

Por isso, tanto se cria e produz para que logo e imediatamente seja descartado. Assim **a era do consumo também se caracteriza pela insaciabilidade ou pela insatisfação contínua e eterna**. Como bem coloca Bauman, a sociedade do consumo, como nenhuma outra forma de organização social, promete, o tempo todo, a satisfação dos desejos, no entanto, esta promessa de satisfação, só funciona de fato, só permanece sedutora e, portanto, objeto de desejo sempre renovável, se este desejo continua sempre insatisfeito⁵.

A sociedade de consumo prospera enquanto consegue tornar perpétua a não satisfação de seus membros (e assim, em seus próprios termos, a infelicidade deles). O método explícito de atingir tal efeito é depreciar e desvalorizar os produtos de consumo logo depois de terem sido promovidos no universo dos desejos dos consumidores. (BAUMAN, 2008, p. 64)

⁵ Talvez isso explique o fato de diversos Sem Teto continuarem lutando por ter uma casa mesmo depois de terem sido “atendidos” pelo Programa Minha Casa Minha Vida. É notícia comum nos conjuntos habitacionais do programa os relatos de militantes que já obtiveram a casa continuarem participando de novas ocupações. Alguns destes, quando questionados respondem que estão fazendo isso apenas pra garantir uma casa pra um parente ou amigo muito próximo. Outro fato comum é encontrarmos nas ocupações de Sem Teto barracos ou terrenos vazios, que pertencem a moradores do bairro onde se encontra a ocupação, que possuem casa, mas que se utilizam do movimento como forma de obter outra.

Disso resulta mais uma consequência com a qual parecem concordar tanto os defensores do paradigma da produção, quanto os do consumo, qual seja, a da **existência de uma obsolescência programada de tudo que é produzido**, na sociedade de consumo, na (pós) modernidade, no capitalismo flexível, ou na modernidade líquida. Assim, para Ricardo Antunes:

Na fase da intensificação da *taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias* (Mészáros, 1995: cap. 15 e 16), necessária para a reposição do processo de valorização do capital, a falácia da *qualidade total*, tão difundida no “mundo empresarial moderno”, na empresa enxuta da era da reestruturação produtiva, torna-se evidente: quanto mais “qualidade total” os produtos devem ter, *menor deve ser seu tempo de duração*. A necessidade imperiosa de reduzir o tempo de vida útil dos produtos, visando aumentar a velocidade do circuito produtivo e desse modo ampliar a velocidade da produção de valores de troca, faz com que a “qualidade total” seja, na maior parte das vezes, o *involucro*, a *aparência* ou o aprimoramento do *supérfluo*, uma vez que os produtos devem durar pouco e ter uma reposição ágil no mercado. [...] Por isso, em seu sentido e tendências mais gerais, o modo de produção capitalista converte-se em inimigo da *durabilidade* dos produtos; ele deve inclusive desencorajar e mesmo inviabilizar as práticas produtivas orientadas para a durabilidade [...] Desperdício e destrutividade acabam sendo os seus traços determinantes. (ANTUNES, 2009, p. 52-53, grifos do autor)

E para Jean Baudrillard:

O que hoje se produz não se fabrica em função do respectivo valor de uso ou da sua possível duração, mas antes *em função da sua morte*, cuja aceleração só é igualada pela inflação dos preços. [...] Sabe-se ainda que a ordem da produção não sobrevive a não ser ao preço de semelhante extermínio, de perpétuo “suicídio” calculado do parque dos objetos e que tal operação se baseia na “sabotagem” tecnológica ou no desuso organizado sob o signo da moda. A publicidade realiza o prodígio de um orçamento considerável gasto com o único fim, não de acrescentar, mas de *tirar valor* de uso dos objetos, de diminuir o seu valor/tempo, sujeitando-se ao valor/moda e à renovação acelerada. (BAUDRILLARD, 2010, p. 44-45, grifos do autor)

Ambos destacam essa condição de **fugacidade das coisas produzidas no capitalismo**. E acrescentam mais uma característica da assim chamada sociedade dos consumidores, ou do capitalismo flexível. Trata-se de uma **forma de reprodução social baseada na cultura do excesso, desperdício e destruição como reflexo de riqueza, prestígio e prosperidade**. A sociedade moderna alcançou um grau de produção de bens e riquezas tão extraordinário, que pode se dar ao luxo de descartá-los em grande e inimaginável quantidade. A lógica que predomina é a seguinte: quem tem muito, dá prova desse muito esbanjando,

lançando fora aquilo que por ser demais, se constitui em excedente. Mas isso não se refere aos comportamentos individuais somente, mas também, à forma de reprodução do sistema. A produção de trabalhadores em excesso, por exemplo, como veremos, é o que possibilita o processo de reprodução do capitalismo, também em sua forma flexível.

Baudrillard, numa bela reflexão sobre a modernidade, questiona o ponto a que chegou a sociedade de consumo que sente a necessidade de proteger seus produtos com embalagens que custam caro para serem produzidas, sendo que, o destino destas embalagens é tornar-se resíduo, é a destruição. Assim, todos os dias, a sociedade produz a riqueza, através do trabalho, e destrói e descarta grande parte dessa riqueza, materializada na forma de embalagens que envolvem os produtos, em forma de lixo. Quando se chega ao ponto de destruir, em massa, a riqueza produzida em massa, é que se tem a exata sensação de ter alcançado, de fato, a era do ouro da abundância. Assim afirma Baudrillard (2010, p. 46):

A sociedade de consumo precisa dos seus objetos para existir e sente sobretudo necessidade de os destruir. O “uso” do objeto conduz apenas ao seu desgaste lento. O valor criado reveste-se de maior intensidade no *desperdício violento*. [...] O *stock* é a redundância da privação e sinal de angústia. Só na destruição é que os objetos existem por excesso, dando testemunho da riqueza no próprio acto de desaparecimento. De qualquer maneira, é evidente que a destruição, quer sob a forma violenta e simbólica (“*happening*”, “*potlatch*”, “*acting out*” destrutivo, individual ou coletivo) quer sob a forma de destrutividade, é uma das funções preponderantes da sociedade pós-industrial.

Por fim, mas sem esgotar a discussão, e ainda na tentativa de encontrar contradições e continuidades entre os paradigmas da produção e do consumo, retomo a proposta de Bauman que, **diferencia o consumo e o consumismo**. Primeiramente, pensando o consumo a partir da já citada “forma arquetípica do ciclo metabólico de ingestão, digestão e excreção” o consumo é entendido como uma condição “permanente e irremovível”, “inseparável da sobrevivência biológica que nós humanos compartilhamos com todos os outros organismos vivos.”(BAUMAN, 2007, p. 37). O consumo é, portanto um atributo dos seres humanos como indivíduos. Já o consumismo é pensado, por Bauman, como um atributo da sociedade. Nas palavras do próprio autor (2006, p. 41):

Pode-se dizer que o “consumismo” é um tipo de arranjo social resultante da reciclagem de vontades, desejos e anseios humanos rotineiros, permanentes e, por assim dizer, “neutros quanto ao regime”, transformando-

os na *principal força propulsora e operativa* da sociedade, uma força que coordena a reprodução sistêmica, a integração e a estratificação sociais, além da formação de indivíduos humanos, desempenhando ao mesmo tempo um papel importante nos processos de auto identificação individual e de grupo, assim como na seleção e execução de políticas de vida individuais. O consumismo chega quando o consumo assume o papel-chave que na sociedade dos produtores era exercido pelo trabalho.

Como é possível notar, Bauman toma a superação da sociedade de produtores pela sociedade de consumidores como um pressuposto. Utilizando algumas formulações semelhantes às encontradas em autores mais ligados à sociologia do trabalho a respeito da passagem do capitalismo fordista ao capitalismo flexível, as formulações de Bauman pressupõe a existência de uma Sociedade de produtores que estaria relacionada com o que ele denomina de “Modernidade Sólida”, ou seja, um arranjo social, segundo o próprio autor, baseado na formação de projetos a longo prazo, na projeção de carreiras futuras, num Estado centralizado e beneficente, calcado em projetos coletivos de redenção do gênero humano, na aquisição e posse de bens como símbolo de segurança, resistência ao tempo, solidez e durabilidade. Já a sociedade dos consumidores diria respeito à Modernidade Líquida, um tempo fugaz, ao qual nada se prende, baseado no presente contínuo (ou tempo pontilhado descrito por Bauman) e na não existência de trajetórias de longo prazo, na insegurança e incerteza, na flexibilidade, instabilidade e polivalência das personalidades, estruturas e instituições (BAUMAN, 2007). É mais uma vez Bauman que afirma que para existir uma sociedade consumista é preciso que:

[...] a capacidade profundamente individual de querer, desejar e almejar deve ser, tal como a capacidade de trabalho nas sociedade de produtores, **alienada** dos indivíduos e reciclada/reificada numa força externa que coloca a sociedade dos consumidores em movimento e a mantém em curso como uma forma específica do convívio humano. (2008, p. 41, grifo meu)

De certa forma, ao tentar realizar uma alusão ao período que autores como Sennett, Harvey, Castell, chamariam de Capitalismo Fordista, ou a Sociedade Salarial, no caso da Modernidade Sólida, ou o período do Capitalismo Flexível, no caso da Modernidade Líquida, Bauman acaba esvaziando o conteúdo político contido nas formulações que mantém o trabalho como explicação central da realidade. Nas análises de Harvey, Sennet, Castell, etc., as formulações sobre a

acumulação flexível, mantém uma análise da realidade social tendo como referência a centralidade do trabalho e não a sua substituição pelo consumo, como formula Bauman. Em suas formulações, ao opor modernidade sólida (sociedade de produtores) e modernidade líquida (sociedade de consumidores) e negar a centralidade do trabalho, o autor desconsidera a oposição entre capital e trabalho, como fundamento explicativo destas duas formas de sociabilidade (a modernidade sólida e líquida). Isto implica em desconsiderar a relação de exploração inerente ao processo de produção de mercadorias e conseqüentemente ao consumo das mesmas. Negar a produção e enaltecer uma sociabilidade calcada no consumo implica em não problematizar que os bens consumidos nesta “modernidade líquida” são mercadorias e, por isso, continuam sendo produzidos dentro de uma relação de exploração, na qual o trabalho (e seu produto) assume uma condição, alienada e fetichizada, central.

Assim, para os termos que defendo neste estudo, a oposição entre capital e trabalho, ou seja, a produção de mercadorias, é ainda o fundamento explicativo para o entendimento das relações sociais no momento histórico que estamos vivendo, inclusive quando se trata das relações de consumo. Afinal os bens consumidos são mercadorias. O consumismo reflete, neste caso, um momento histórico de exacerbação do caráter fetichizado do consumo das mercadorias produzidas pelo trabalho e alienadas deste, que é característico do capitalismo, mas que assume um grau de reificação ainda mais acentuado neste capitalismo em sua forma flexível.

Neste sentido, não temos qualquer intenção de negar as avassaladoras transformações ocorridas neste século, no comportamento humano, no que diz respeito às suas formas de produção e consumo da realidade. A relação do ser humano com o mundo mudou com o advento do capitalismo e estas mudanças têm suas próprias singularidades, nas distintas fases que o próprio capital assume. O estudo e entendimento dessas mudanças, que refletem as mais variadas formas de divisão do trabalho e, conseqüentemente, se efetivam como atualizações históricas das formas de exploração da mais-valia, da fetichização da mercadoria e do estranhamento se constituem como preocupações centrais da Sociologia do Trabalho.

Dentre estas mudanças é inegável a produção de riqueza de forma nunca antes vista na história da humanidade. A questão é que estas mudanças não

contribuíram para a construção de uma emancipação humana e, também, mesmo com toda promessa de felicidade que as propagandas que incentivam o consumo repetem, não tornaram o ser humano mais feliz. É neste sentido que Richard Sennet afirma:

Os apóstolos do novo capitalismo argumentam que sua versão a respeito destes três temas – trabalho, consumo e talento – redundaria em mais liberdade para a sociedade moderna, uma liberdade fluida, uma modernidade líquida, na excelente formulação do filósofo Zygmunt Bauman. Meu motivo de disputa com eles não está em saber se sua versão do novo é real; as instituições, as capacitações e os padrões de consumo efetivamente mudaram. O meu ponto de vista é que essas mudanças não libertaram as pessoas.” (2006, p. 20-21)

Ao contrário, com a consolidação das sociedades urbano-industriais e as passagens das etapas *fordista fossilista* e *fossilista flexível* do capitalismo, a forma de os seres humanos se relacionarem entre si e com a natureza sofreu transformações com consequências que, no início desse século XXI, beiram uma catástrofe sem limites em termos socioambientais (FRANCO, 2011).

No que diz respeito ao plano da produção, em seu sentido restrito, pode-se falar num aperfeiçoamento e consolidação do estranhamento do trabalho e numa extraordinária capacidade de produzir, cada vez mais, em menos tempo, aumentando a exploração com a intensificação do trabalho. É o que torna possível o chamado milagre da abundância e do excesso. No plano do consumo, com o advento da abundância, o mercado fica abarrotado de infinitas possibilidades, mas estas possibilidades não são acessadas igualmente por todos. Como dito anteriormente, quem produz (o trabalhador) não acessa imediatamente o bem produzido, ou, em diversos casos, sequer acessa este bem para o consumo em qualquer momento ou situação⁶.

Ainda, este modelo de produção e consumo se baseia numa cadeia linear que se sustenta na exploração/consumo desmedido dos recursos físicos dos trabalhadores e da natureza. É linear, porque não há fechamento da cadeia. Ela funciona apenas com a retirada de recursos sem devolução, sendo que, no caso da natureza, e mesmo dos seres humanos, se não lhes é dado o tempo de recuperar as

⁶ Como por exemplo, os inúmeros casos de Sem Teto que trabalham na construção civil, construindo moradias e não tem acesso à sua própria moradia.

forças, trata-se de recursos limitados e finitos, portanto. Assim Tânia Franco reflete sobre este ritmo de produção e consumo do capitalismo moderno:

Tecnologias (e no limite, a ciência) têm sido instrumentalizadas como meio de aumentar a produtividade, de garantir a competitividade e como meio de *sujeição dos homens e da natureza*. Ambos – homens e natureza – passaram a ser representados como meros recursos instrumentais sob variadas denominações (“fator humano, recursos humanos, recursos naturais, insumos, matérias-primas”...), cujos *biorritmos e ciclos naturais* são *negligenciados* no equacionamento do mundo da produção e do trabalho com o do livre mercado. (2011, p. 179)

E demonstra o agravamento desta condição, ao analisar o grau máximo a que chega o estranhamento e consequente submissão do ser humano e da natureza às necessidades da produção e consumo da riqueza no Capitalismo Flexível:

A flexibilização do trabalho mantém esse processo de inversão e o radicaliza. Assim, tanto o despertencimento social quanto o despertencimento em relação à Natureza revelam o atributo inerente do capitalismo de ser um padrão civilizatório incapaz de incorporar os limites humanos e da Natureza. Trata-se de um padrão civilizatório inerentemente avesso à natureza e à vida humana, na medida em que sua perspectiva é a dominação, o controle e a apropriação. Tocamos, aqui, nas raízes e fundamentos de uma *sociedade patogênica* – cujos tempos sociais são incompatíveis com os biorritmos humanos (tempos para autorregulação dos indivíduos) e com os tempos da Natureza (ciclos de autorregulação dos ecossistemas). (FRANCO, 2011, p. 185-186)

Neste sentido, o caráter negativo da relação entre produção e consumo, na forma como esta relação se consolida nas distintas formas de reprodução do capitalismo não são apenas fruto de picuinhas teóricas ou semânticas. São frutos reais, de processos históricos também reais. E um olhar crítico sobre a possibilidade da catástrofe ou simplesmente da extenuação das forças e recursos humanos e naturais do planeta não podem ser confundidos com ingênuos julgamentos morais. E mesmo que sejam julgamentos de valor, exigir do cientista pesquisador, que também é humano, que venha a se despir desses valores de defesa da própria saúde humana e planetária, é cair nas próprias armadilhas criadas pelos valores que reproduzem esse modelo de sociedade tecnicista e falsamente neutra. Sociedade esta, liderada pelo interesse daqueles que se beneficiam⁷ com as formas de

⁷ No bastante conhecido documentário *A história das coisas* é suscitada a tese de construção proposital, por parte do governo dos EUA, ao final de Segunda Guerra, de um plano de Estado com o objetivo de criar material e ideologicamente a cultura do consumismo, com o objetivo de universalizá-la. A reprodução desta cultura do consumismo seria a única forma de garantir o domínio efetivo da lógica do capital naquele momento histórico tão sujeito à possível ameaça Socialista.

exploração da natureza e do trabalho e, por isso, fazem uso da ciência, como instrumento de poder que, sob o falso invólucro da neutralidade, impõe as ideologias que sustentam a reprodução dessas formas de exploração.

Bem, o lugar em que me proponho atuar neste debate retoma a tradição marxista, mas, para além de tratar a esfera cultural como subproduto do trabalho, pretendo, como acredito fazer o próprio Marx, entender a cultura e suas diversas formas de manifestação, já citadas acima, como manifestação e realização mesmo da própria produção. Não se trata de negar as mudanças substanciais ocorridas no capitalismo, nas últimas décadas, mas mantendo um entendimento de que, consumo e trabalho fazem parte de uma síntese dialética da produção e reprodução da realidade, proponho que o consumismo seja entendido como uma forma histórica do consumo no capitalismo.

Mais uma vez é preciso retomar Marx quando afirma que cada modo de produção corresponde a um modo de vida. A explosão do consumo, na maneira em que assume a forma extrapolada do consumismo está intimamente condicionada ao surgimento do capitalismo e desenrolar das suas distintas fases. Como aponta Gramsci, a explosão do consumismo ocorrida no século XX foi um dos resultados do processo de produção e reprodução do capitalismo em sua forma fordista e que, para além do analisado por Gramsci, posteriormente, assume novas configurações no capitalismo flexível.

Assim, somente tomando a relação dialética entre produção e consumo como um postulado é que posso admitir as distintas formas de manifestação do consumo, considerando inclusive a sua possibilidade de produzir a realidade e, assim, engendrar identidades. Mas isto porque, neste caso, o consumo é parte, um momento da produção em geral e, assim, em última instância, é na relação de produção que se engendra a realidade e, portanto, criam-se identidades.

Ainda mais, em uma sociedade capitalista, os bens e serviços estão reduzidos à forma mercadoria. E fundamentalmente, no caso desta Tese, a casa e o espaço urbano, objetos de luta dos Sem Emprego na condição de Sem Teto, são, indiscutivelmente, mercadorias. Numa sociedade mercantil capitalista, o processo de produção e reprodução da força de trabalho e da própria sociedade está subsumido à lógica da acumulação cujo fim é a produção de mercadorias para a maximização

do valor, a produção de mais-valia. Neste sentido, tudo é mercadoria, tanto a força de trabalho, quanto os bens e serviços produzidos para o consumo.

Mas os autores ligados ao referencial culturalista ainda acrescentam:

Assim, na sociedade contemporânea, consumo é ao mesmo tempo um processo social que diz respeito a múltiplas formas de provisão de bens e serviços e a diferentes formas de acesso a esses mesmos bens e serviços; um mecanismo social percebido pelas ciências sociais como produtor de sentido e de identidades, independentemente da aquisição de um bem; uma estratégia utilizada no cotidiano pelos mais diferentes grupos sociais para definir diversas situações em termos de direitos, estilo de vida e identidades; e uma categoria central na definição da sociedade cotidiana. (BARBOSA, CAMPBELL 2006, p. 26)

Ora, mais uma vez, na definição de Barbosa e Campbell, o consumo é apresentado assumindo os mais distintos espaços e instâncias da vida, absolutizando esta categoria e sua capacidade de produção e reprodução da realidade.

Como já dito, defendemos algo bastante distinto. Ao contrário desta condição absoluta assumida pelo consumo, entendemos esta categoria como um dos distintos momentos da produção e reprodução em geral da sociedade e não como o único e totalizante definidor de identidades. Não é demais repetir, defendo mais uma vez, que, em primeira e em última instância, é produzindo que os seres humanos constroem a realidade e as identidades sociais. O consumo é, portanto, uma parte desse processo de produção, que é muito mais amplo.

É somente neste sentido que posso afirmar que a luta histórica e cotidiana dos trabalhadores Sem Emprego e Sem Teto de Salvador, para conseguir um trabalho pra se reproduzir e adquirir bens materiais e simbólicos e, conseqüentemente, a luta por um lugar para morar, são formas de, tanto estes trabalhadores consumirem o espaço e o tempo em sua volta, como também de serem consumidos pelo sistema que os produz (e que se reproduz ao consumi-los), mas, acima de tudo, são formas de produção e reprodução da realidade. Nesse processo de produção e reprodução da realidade, os trabalhadores consomem e são consumidos concomitantemente ao próprio processo de produção e reprodução do Capital. Ao mesmo tempo em que são usados para a reprodução dessa realidade, sua práxis, contraditoriamente se constitui em resistência, em luta contra o próprio processo de exploração.

Um melhor entendimento deste processo passa por um aprofundamento da discussão que retoma o debate proposto por Marx a respeito do que é produção, do que é trabalho. Deve-se entender que o mundo, a realidade objetiva e simbólica que existe, é produto do trabalho humano. Assim, deve-se entender, também, que o produto do trabalho humano é o próprio trabalho, ação prática do ser humano no mundo, existindo enquanto forma objetivada. O não reconhecimento de que este mundo não é o próprio trabalho é resultado, também, da hegemonização de uma das formas históricas do trabalho que, para além do capitalismo, se realiza enquanto **trabalho estranhado**. Trabalho estranhado que fundamenta, produz e reproduz uma interpretação e uma prática de mundo dicotomizadas, que separam mente e corpo, homem e natureza, matéria e espírito, produção e consumo, trabalho e cultura.

Desta forma, quando afirmei anteriormente que, tanto no mundo acadêmico, quanto no mundo da nossa prática cotidiana, lidamos com a esfera do consumo como dissociada (ou dicotomizada) da esfera da produção, parto do suposto de que estes dois mundos se retroalimentam e que são também produtos e produtores dessa forma estranhada que o trabalho assume hegemonicamente no capitalismo.

Isto porque, toda forma de sociedade, para existir e garantir alguma longevidade precisa produzir, mas também, ao produzir, deve reproduzir as condições, relações, ideologias, bens materiais, enfim, o modo de vida que a mantém. Como afirma Marx, uma sociedade não pode parar de produzir, nem de consumir, por isso, cada sociedade, nestes mesmos termos se reproduz. Isto significa que, é preciso considerar que parte do que é produzido em uma dada sociedade precisa ser voltado para o consumo necessário à própria reprodução dessa sociedade. Segundo Marx:

As condições da produção são simultaneamente as da reprodução. Nenhuma sociedade pode produzir continuamente, isto é, reproduzir, sem reconverter, de maneira constante, parte de seus produtos em meios de produção ou elementos da produção nova. Permanecendo invariáveis as demais condições, só pode produzir ou manter sua riqueza no mesmo nível substituindo durante o ano, por exemplo, os meios de produção consumidos, isto é, instrumental de trabalho, matérias-primas e substâncias acessórias, por quantidade igual de artigos da mesma espécie, separados da produção anual e incorporados ao processo de produção que continua. Determinada parte do produto anual pertence, portanto, à produção. Destinada, desde a origem, ao consumo produtivo, essa parte possui formas que, em regra, tornam-na inteiramente inadequada ao consumo individual. (MARX, 2001, p. 661)

E assim conclui que se a produção tem a forma capitalista, assim também se dá com a reprodução. Ou seja, o objetivo primeiro e último deste processo é a produção e reprodução das condições de maximização do valor. Com isso, as relações humanas e instituições estão hegemonicamente submetidas ao processo de produção e reprodução de mercadorias. Neste sentido, as mais diversas formas de relações humanas são usadas (consumidas) no próprio processo de reprodução social, enquanto processo de produção e reprodução de mercadorias. Desta forma, tanto a sociedade quanto os indivíduos, consomem produzindo e produzem consumindo. Neste processo é preciso reproduzir, incondicionalmente, a mercadoria capaz de gerar mercadorias e, conseqüentemente, gerar valor, qual seja, a força de trabalho.

No modo de produção capitalista o processo de produção se inicia com a venda e compra (imediate ou mesmo indireta, como no caso dos assim chamados trabalhadores informais e autônomos, como será demonstrado) da força de trabalho. Parte mínima do que os trabalhadores produzem, ao vender direta ou indiretamente sua força de trabalho, retorna a estes trabalhadores, por exemplo, sobre a forma de salário. Esta remuneração, o pagamento recebido pelos trabalhadores pela realização de seu trabalho, ao ser convertido em consumo de bens, em consumo de mercadorias produzidas pela massa de trabalhadores, garante a subsistência destes e, conseqüentemente, garante a produção e reprodução da mercadoria força de trabalho, que, ao ser consumida pelo capitalista que a compra, produz e reproduz novas mercadorias, além de reproduzir o próprio processo de produção e reprodução.

Neste processo de reprodução, as mercadorias, produtos do trabalho humano, não pertencem ao trabalhador que a produz, mas àquele que compra a força de trabalho e é detentor dos meios de produção. Nas palavras de Marx (2001, p. 665-666):

Por um lado, o processo de produção transforma continuamente a riqueza material em capital, em meio de expandir valor e em objetos de fruição do capitalista. Por outro lado, o trabalhador sai sempre do processo como nele entrou, fonte pessoal de riqueza, mas desprovido de todos os meios para realiza-la em seu proveito. Uma vez que, antes de entrar no processo, aliena seu próprio trabalho, que se torna propriedade do capitalista e se incorpora ao capital, seu trabalho, durante o processo se materializa sempre em produtos alheios. Sendo o processo de produção, ao mesmo tempo,

processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o produto do trabalhador transforma-se continuamente não só em mercadoria, mas em capital, em valor que suga força criadora de valor, em meios de subsistência que compram pessoas, em meios de produção que utilizam os produtores.

Desta forma, continua Marx, o trabalhador produz riqueza, sob a forma de capital, força que lhe é exterior e o domina, ao mesmo tempo em que o capitalista produz o trabalhador sob a condição de trabalhador assalariado. Este trabalhador participa do processo realizando duas formas de consumo, segundo Marx. O primeiro é o já citado anteriormente **consumo produtivo**. Na produção, de mercadorias o trabalhador consome meios de produção, transformando-os com seu trabalho, em produtos com valor maior do que o investido pelo capitalista. Neste caso, ao mesmo tempo em que produz e consome, o trabalhador é consumido pelo capitalista que comprou e faz uso de sua força de trabalho.

Ora, a segunda forma de consumo é quando o trabalhador faz uso de sua remuneração investindo-a em bens que garantam a sua reprodução e sobrevivência. Este é o **consumo individual**. Em um primeiro olhar, esta segunda forma de consumo satisfaz as necessidades e desejos do indivíduo, fora do processo de produção e reprodução do capital e diz respeito à fruição do trabalhador. Enquanto o consumo produtivo dá vida ao capital. Ambos são, claramente distintos.

Mas quando se deixa de observar o capitalista individual e o produtor individual para olhar o processo produtivo em geral, observando toda a classe capitalista e toda a classe trabalhadora e sua participação na continuidade do modo de produção capitalista e suas formas de extensão em todos os níveis da sociedade a análise precisa mudar a sua forma de compreensão sobre estas duas formas de consumo. Conforme demonstra Marx, neste processo, o capitalista, quando transforma parte do seu capital em força de trabalho (2001, p.667):

Lucra não só com o que recebe do trabalhador, mas também com o que lhe dá. O capital que fornece em troca da força de trabalho se converte em meios de subsistência, cujo consumo serve para reproduzir músculos, nervos, ossos e cérebro do trabalhador existente e para gerar novos trabalhadores.

Desta forma, o Consumo Individual da classe trabalhadora possibilita a reprodução constante de força de trabalho disponível ao capital, garantindo, desta forma a reprodução da mercadoria que é o meio de produção mais imprescindível ao

capitalista. Neste sentido, pouco importa ao processo de reprodução do capital se, ao consumir bens e serviços, esse consumo possa servir como meio de prazer, de fruição para o trabalhador. Nas palavras de Marx:

O consumo individual do trabalhador constitui fator da produção e reprodução do capital, processe-se dentro ou fora da oficina, da fábrica etc., dentro ou fora do processo de trabalho, do mesmo modo que a limpeza da máquina, ocorra ela no processo de produção ou em determinadas pausas. Pouco importa que o trabalhador realize seu consumo individual tendo em vista sua própria satisfação e não a do capitalista. As bestas de carga saboreiam o que comem, mas seu consumo não deixa, por isso de ser um elemento necessário do processo de produção. A conservação, a reprodução da classe trabalhadora, constitui condição necessária e permanente da reprodução do capital. (2001, p. 667)

O objetivo do capitalista e dos seus ideólogos é escamotear essa condição e separar o consumo individual do processo de produção e reprodução do capital, denominando de improdutivo o consumo realizado pelo trabalhador para o próprio prazer deste. Mas Marx adverte mais uma vez:

Na realidade, o consumo individual do trabalhador é, para ele mesmo, improdutivo, por isso reproduz o indivíduo necessitado; é produtivo para o capitalista e para o Estado, pois constitui a produção da força que cria a riqueza alheia.

Do ponto de vista social, portanto, a classe trabalhadora, mesmo quando não está diretamente empenhada no processo de trabalho, é um acessório do capital, do mesmo modo que o instrumental inanimado de trabalho. Dentro de certos limites, mesmo seu consumo individual não passa de um elemento do processo de reprodução do capital. (2001, p. 668)

Neste sentido que se pode afirmar que, mesmo quando consome pra si (consumo individual), o trabalhador produz e reproduz o capital, mesmo que, de uma forma distinta de quando tem suas forças consumidas quando está vendendo sua força de trabalho, produzindo para outro, portanto (consumo produtivo). E mesmo nos momentos em que produz realidade, tentando resistir às formas de exploração do trabalho pelo capital, este último faz de tudo para converter, até mesmo as formas de luta dos trabalhadores em formas de produzir e reproduzir mercadoria, ou em formas que possam reproduzir as estruturas sociais que garantam o processo de produção e reprodução destas mercadorias.

Ora, para o enfrentamento deste debate, se faz indispensável, nessa discussão, retomar, de um lado, parte das reflexões de Marx que consolidam o trabalho como categoria ontológica e histórica, definidora e realizadora do ser

humano e do mundo. Isso nos remeterá imediatamente, por outro lado, a partir dessa reflexão na qual situarei o lugar do trabalho nesta pesquisa, a um debate sobre a relação entre tempo de trabalho, tempo de não trabalho, cultura, lazer e consumo, tendo como “incômodo” epistêmico a existência empírica dos Sem Emprego e a sua inserção nessas práticas sociais. Portanto, este debate aparece de forma ainda mais escorregadia quando partimos de uma realidade empírica que não participa desse processo de produção da realidade (seja na esfera do consumo ou do trabalho – pensando ainda de forma dicotomizada) naquilo que se costuma denominar de “os moldes clássicos formais do capitalismo”, como pressupõe as interpretações mais ortodoxas e economicistas. Os questionamentos que informam esta reflexão se estendem a campos sombrios quando falamos em trabalho, consumo, tempo livre, lazer, cultura, acesso a bens e serviços, se os atores-autores do espetáculo da vida sobre o qual a Sociologia se debruça vivem sob as realidades material e simbólica que constituem a condição de Sem Emprego. Condição esta em que não se verifica, hegemonicamente, a venda e compra direta da força de trabalho, pois, em muitos destes casos, trata-se de trabalhadores autônomos. Neste caso, como será demonstrado, a exploração da mais valia se realiza mediante a uma forma de assalariamento indireto.

Assim, este Sem Emprego, encontrando-se também na situação de Sem Teto, já se encontra duplamente desfavorecido no mercado. Seja como força de trabalho que, enquanto mercadoria, se oferece à venda para ser consumida ao produzir bens e serviços, seja como força de trabalho que consome estes mesmos bens e serviços produzidos pela massa total dos trabalhadores. Em um caso e no outro, há a dificuldade de vender-se ou de comprar para o consumo, dentro das vias “formais” estabelecidas pelo mercado capitalista. Mas não quer dizer que, nesta dialética do trabalho e do consumo, estes Sem Emprego/Sem Teto não se “vendam”, não produzam e nem consumam. A questão é como, e de que forma, ao venderem sua força de trabalho, ao produzirem realidade, fazendo-a propriamente ou consumindo-a, são consumidos por esta mesma realidade, e se constituem, ao mesmo tempo, como reprodutores do modelo de sociedade que os produz e consome, mas também, como uma forma de resistência e transformação histórica desta mesma realidade?

De que maneira o trabalho pode ser central para uma categoria de trabalhadores, como no caso dos desempregados, que supõe-se, erroneamente, que não trabalham, confundindo trabalho e emprego? Ou aqueles que vivem nas condições mais precárias de exercício de sua atividade de subsistência como no caso dos trabalhadores de rua, por exemplo? Como compreender a oposição entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho para estes trabalhadores que, supostamente, não realizam trabalho produtivo ou não realizam qualquer trabalho? Trabalhadores que mal conseguem acessar bens de necessidade básica, como a moradia, no caso dos Tem Teto, através da venda de sua força de trabalho, dentro da formalidade do mercado. Estes trabalhadores refletem um ponto nodal desta nova forma histórica do Capitalismo. O número de trabalhadores Sem Emprego, nas mais diversas formas de inserção e “não inserção”, cresce em todo mundo e, de sua forma singular, eles contribuem para o processo de produção e reprodução desse sistema. Eles representam o que há de mais novo no que diz respeito aos processos de exploração do capital sobre o trabalho, ao mesmo tempo em que este novo se reinventa enquanto atualização de formas pretéritas, originárias do capitalismo recém nascido da Revolução Industrial. E essa “forma amorfa” de exploração, que é nova, mas antiga, compõe o cenário daquilo que a Sociologia do Trabalho chama de **precarização**, conceito fundamental, ao qual voltarei em outros momentos deste estudo para trata-lo de forma mais precisa.

Somente retomando a categoria Trabalho como elemento central para a compreensão da realidade e como elemento fundante das identidades dos seres humanos, independentemente das formas históricas e contextos nos quais o trabalho estiver inserido é que poderemos começar a entender este nó e construir elementos para, se não desatá-lo, neste momento, começar a construir os instrumentos para que as gerações futuras possam fazê-lo.

1.2 – A dialética do trabalho:

Construir teoricamente uma abordagem da categoria trabalho não é uma tarefa fácil, pois tentaremos sempre apreender esse processo de realização da vida a partir de uma forma de construção da linguagem que é sempre fragmentada e

limitada. Ao mesmo tempo em que a linguagem, uma das formas de objetivação do ser humano no mundo, contribui para libertar o ser humano de sua condição animal e lançá-lo para além do pensável e do palpável, essa mesma linguagem nos aprisiona em seus limites de significados, sejam eles visuais, táteis, silenciosos ou sonoros. Mas enfim, é a via do discurso filosófico científico que nos resta, atrelada à experiência empírica desse nosso mundo vivido a cada dia.

No seu caminho de apreender a categoria trabalho e construí-la enquanto objeto da análise científica, Marx terá como interlocutores fundamentais, de um lado, a economia clássica Inglesa, a partir da qual ele reconstruirá, sob novas diretrizes, alicerçando-se na argumentação dialética e, superando, com isso, as raízes da economia política liberal, a teoria do valor trabalho e, de outro lado, a extensa, difícil e valiosa dialética hegeliana, da qual Marx edifica, na Ciência, a ontologia e a historicidade do trabalho.

Por hora, para a argumentação que aqui interessa, ficarei com esta discussão que diz respeito ao trabalho como constituidor da essência do ser humano e do mundo. Claro que, em Marx, a teoria do valor está diretamente imbricada com a ontologia e historicidade do trabalho. O trabalho que, essencialmente, gera sempre e em qualquer circunstância histórica, valor de uso é o mesmo trabalho que, hegemonicamente, no capitalismo, enquanto trabalho estranhado, gera, majoritariamente, valor de troca, ou simplesmente valor, de onde se extrai a mais valia, portanto.

Assim, o trabalho é dialeticamente a expressão da dimensão ontológica e da dimensão histórica do ser humano. Dito de outra forma, o ser humano possui uma essência, que o define enquanto ser humano, mas essa essência, o trabalho, é histórica, assume formas históricas distintas, continuando sempre a ser a essência do ser humano nessas distintas formas assumidas. A compreensão destas duas dimensões passa necessariamente pelo entendimento de duas categorias fundamentais desenvolvidas por Hegel e reformuladas por Marx: as condições de alienação e estranhamento⁸.

⁸ A apropriação desses termos e, fundamentalmente, a superação do uso que Hegel faz dos mesmos pode ser encontrada nas sistematizações de obras como Os Manuscritos Econômicos Filosóficos, A sagrada família e A Ideologia Alemã. No Brasil, a recuperação do uso diferenciado que Marx faz dos termos Alienação e Estranhamento é fruto de um belo trabalho de retradução da obra de Marx realizado por Jesus Ranieri. Além de participar da retradução de algumas das obras citadas acima,

Marx, na Ideologia Alemã, afirma que o que diferencia o ser humano de qualquer outro ser, dos outros animais, é a capacidade que o ser humano tem de fazer a história e fazer a história é ser capaz de se relacionar com o próprio meio (a natureza e os seres humanos) transformando-o, criando e recriando a realidade para garantir sua sobrevivência material e simbólica. Essa sobrevivência que, em princípio, é a sobrevivência física imediata, mas que, por intervenção do próprio agir humano extrapola essa imediaticidade. Esse fazer história, esse fazer o mundo, fazer o real para sobreviver nele, é o trabalho.

É preciso que investiguemos como se dá este processo de criação e apreensão da realidade por meio do trabalho, e de que forma as noções de alienação e estranhamento definem a ontologia e a historicidade do trabalho.

Primeiramente, para Hegel o processo de produção, reprodução e apreensão da realidade é fruto de um movimento da Consciência, do Espírito. O trabalho atua como elemento de exteriorização (alienação) deste Espírito. Assim, na tentativa de superar a dualidade do conhecimento humano cindido em um mundo material e outro espiritual que se negam, Hegel acaba convertendo a dialética do trabalho numa nova Metafísica (des)historicizada do Saber Absoluto. A consciência percebe o mundo, pergunta-se sobre ele, apreende-o, e o interioriza. Voltado para si este sujeito do conhecimento se vê, também, como objeto do conhecimento, enquanto consciência que pergunta e responde, enquanto consciência que conhece e é conhecida. A consciência se estranha e se separa do corpo, do mundo e da matéria. A consciência é, em Hegel, o sujeito do conhecimento, que se exterioriza do corpo enquanto ente espiritual, imaterial e também enquanto realidade objetiva materializada e coisificada no mundo (eis o lugar do trabalho em Hegel). O trabalho em Hegel é, então, esse processo de exteriorização da consciência. As condições de Estranhamento e Alienação (exteriorização) são condições necessárias do conhecimento e da produção da realidade. A emancipação do ser humano se dá, em Hegel, quando a consciência, ao se dar conta de seu processo estranhado de produção do mundo e da História, estranha o próprio estranhamento e vê nessa mesma vida estranhada, a verdadeira vida humana. (RANIERI, 2001). Hegel nos dá

Ranieri publicou sua tese de Doutorado intitulada "A Câmara escura: alienação e estranhamento em Marx", de 2001. É esta obra de Ranieri que tomarei como texto de auxílio para mergulhar nas difíceis obras de Hegel e Marx..

a primeira pista para pensar o mundo como obra humana, e a partir daí, pensar na noção de cultura.

Para Hegel, esse humano, sujeito produtor do real, formador da cultura, é a consciência, consciência esta, ontologicamente estranhada. Ele comete, para Marx, erros básicos; primeiro ao centrar, mais uma vez na consciência, o lócus da criação e determinação do real, caindo, mais uma vez, na metafísica que ele mesmo queria superar; segundo, por subsumir o trabalho apenas ao de externalização dessa consciência e; terceiro, por desistoricizar o estranhamento, tomando-o como fundamento da própria condição humana, que é, antes de tudo, consciência estranhada e, assim, desistoricizar o próprio trabalho.

Para superar o que chamou de idealismo hegeliano Marx trava um diálogo com o Materialismo de Feuerbach. Ao propor em sua crítica ao hegelianismo uma substituição do Espírito absoluto por uma exacerbação do mundo sensível, Feuerbach reproduz a dicotomia presente na filosofia ocidental de seu tempo. Avançando com relação às posições do filósofo materialista alemão, Marx vai afirmar que o materialismo não pode ser entendido somente como a realidade sensível, palpável, como coisa, mas acima de tudo como ação, processo, práxis, produção e reprodução da realidade. A superação da dualidade não passa por centralizar o processo de produção da realidade, nem na consciência, de um lado, nem na realidade sensível, de outro, mas sim na relação entre estas duas instâncias. Eis a dialética marxiana, que começa a aparecer quando se define o peso da categoria trabalho no esquema explicativo construído por Marx.

Em meus aprofundamentos sobre a obra de Marx, tenho aprendido a tomar a consciência sempre enquanto corpo agente. A consciência só é porque existe enquanto agência e esta agência se efetiva pelo corpo (humano) que age. Essa agência, que manifesta o humano no mundo é o trabalho. Assim, diferente de Hegel, para Marx, o trabalho não é efetivação da consciência no mundo, ao contrário, mundo e consciência, são o próprio trabalho. Mundo e consciência, a realidade, material e simbólica existem enquanto fazer-se, enquanto relação e processo, enquanto reciprocidade, que se contradiz e se realiza numa síntese dialética. A produção da realidade é este processo de efetivação do humano no mundo, transformando e criando a realidade, sendo transformado e criado pela realidade. Como diz Marx, é este processo de humanização da natureza e naturalização do

humano. Assim, como em Hegel, toda objetivação do humano no mundo, toda exteriorização do humano no mundo é trabalho, porque é processo de produção, reprodução, apreensão e transformação do real, a alienação do homem no mundo é o trabalho, é a condição humana. Nesta relação com o mundo o ser humano produz a linguagem, a cultura, o tempo e o espaço, todas formas de externalização do humano, frutos do trabalho que se aliena (exterioriza) no mundo, produtos do trabalho, que na síntese dialética, são o próprio trabalho.

O trabalho é, portanto, esta realização do ser humano no mundo, realização esta que se manifesta nos produtos deste trabalho. Estes produtos são, ao mesmo tempo, os bens materiais e simbólicos produzidos, transformados e criados pelo ser humano. Esses bens são a natureza humanizada, as mercadorias, as práticas, a significação das coisas, do tempo e do espaço, as festas, a arte, a terra, os utensílios materiais do ser humano, a cultura etc. Neste princípio dialético, cada elemento é produto do trabalho, logo, não passam de trabalho efetivado, sendo, portanto a própria essência humana no mundo.

O consumo, como foi dito anteriormente, é parte desse movimento dialético mais amplo que compõe a realização do ser humano no mundo e do mundo no ser humano, parte desse processo de subjetivação/interiorização dos produtos do trabalho. Assim, fica a pergunta, por que então cada uma dessas instâncias são vistas, apreendidas, significadas por nós, como fenômenos autônomos e dissociados?

Até então, me ative na compreensão da dimensão ontológica do trabalho e, portanto, do ser humano e do mundo. A compreensão desta dicotomização passa necessariamente pelo entendimento de sua dimensão histórica. E neste caráter histórico do próprio trabalho, o processo de estranhamento que nele se desenvolveu.

1.3 – A historicidade do trabalho:

A leitura da obra de Marx abre brechas para várias interpretações deterministas da história. Acredito que essas brechas realmente existam e dizem respeito ao que resta na dialética marxiana da lógica hegeliana, de um lado, e, por

outro lado, diz respeito ao tom de convocação política, de tentativa de construção mesmo de uma nova realidade que marca diversas obras de Marx, como O Manifesto do Partido Comunista, por exemplo.

Mas me atenho a um elemento da obra marxiana no qual este determinismo histórico perde espaço. A história, em Marx é o fazer humano, é o que os seres humanos fizeram dela, é o trabalho, portanto. Há, no trabalho, um caráter indeterminado, imprevisível. Há, é claro, no trabalho um alto grau de condução racional, de uma lógica de meios e fins que conduzem suas consequências, mas há um caráter de imprevisibilidade nisto tudo também, já que, embora façam a história, os seres humanos não a fazem em condições que possam ter escolhido completamente. Além disso, as consequências das interações entre as diversas ações humanas no mundo geram, para além do produto final esperado na linha de montagem de uma fábrica, resultados que podem ser imprevisíveis. Daí conclui-se a indeterminação também.

Em Hegel, como foi dito anteriormente, o estranhamento é um fenômeno intrínseco ao movimento da produção da realidade pela consciência e, neste sentido, transcende a história. Em Marx, não. O estranhamento, foi (é) um resultado histórico do próprio trabalho, fruto de uma condição histórica específica desse processo de externalização (alienação). O estranhamento é o resultado do processo desigual de apropriação do trabalho e do excedente dos produtos desse trabalho pelos seres humanos que não necessariamente produziram. Neste sentido, só há estranhamento, para Marx, quando há propriedade privada, e, ao contrário do que proclamam os teóricos do Capitalismo, a propriedade privada não é, para este pensador, um fenômeno intrínseco à humanidade. A existência da humanidade prescinde de sua existência. A eliminação da propriedade privada, para Marx, significa a superação do próprio estranhamento e a continuidade da humanidade sob outras formas de sociabilidade.

Avancemos neste caráter histórico do trabalho para examinarmos mais cuidadosamente a questão da propriedade privada e do estranhamento. Logo no início da *Ideologia Alemã*, Marx e Engels afirmam que o seu método de investigação não parte de bases arbitrárias ou dogmas, as premissas das quais partem são bases reais, são os homens reais, suas ações e condições materiais de existência, tanto

aquelas que estes encontram no mundo desde que nascem até aquelas que são construídas, engendradas pela sua própria atividade.

A primeira condição de toda história é, portanto, a existência de seres humanos vivos e são estes seres vivos que agem no e sobre o mundo. Marx parte, então, do pressuposto de que, devido a sua própria constituição corporal, natural, física-biológica, o ser humano tem necessidades e essas necessidades condicionam a relação do homem, em primeiro lugar, com a natureza depois, com outros homens. O primeiro ato histórico é, portanto, esta atividade primeva em que os homens agem sobre o seu meio para garantir a sua existência e sobrevivência. Assim, ao interferir no seu meio o homem passa a produzir sua vida material.

Marx segue afirmando que a maneira como estes homens vão produzir seus meios de existência vai depender, antes de mais nada, da natureza dos meios de existência já encontrados pelos homens e que eles precisam reproduzir. Ao produzir e reproduzir primeiramente as suas condições de existência mais básicas, o homem, a partir de sua ação em seu meio, produz novas necessidades que precisam ser satisfeitas. Esta relação do homem com o meio deixa de ser, portanto, somente a reprodução de condições de existência física, mas também, simbólica. Deixam de ser apenas a reprodução de necessidades básicas, porque novas necessidades são produzidas, a partir da satisfação das necessidades anteriores. Assim, a produção e reprodução das condições de existência dos homens representa um modo de vida próprio, uma maneira própria de estes homens manifestarem suas vidas. E a maneira como manifestam suas vidas reflete exatamente o que estes homens são.

O que os homens são, coincide, portanto com a sua produção, seja esta produção entendida como o produto final da atividade realizada ou como a atividade em si mesma, a ação mesmo de produzir. Se a maneira como os homens produzem depende das condições materiais de produção encontradas e a forma como os homens produzem e reproduzem suas vidas reflete exatamente o que os homens são, o que os homens são também depende das condições materiais nas quais produzem. O trabalho é o próprio fazer histórico e social do homem e é através do trabalho que o homem passa a ser outro com relação a tudo que existe, mas ao mesmo tempo retorna a este outro na forma de produto da ação, da ação propriamente dita e das relações entre ambos.

Bem, mas, ao realizar trabalho, ao realizar sua atividade sobre o mundo, o homem produz realidade e esta realidade é deixada de herança para as várias gerações que se sucedem na história. A forma como estas gerações vão se relacionar com o seu mundo (o trabalho nestas gerações) vai ser profundamente determinada pela realidade que herdaram das sociedades anteriores. Mas cada geração também age e interfere no seu meio podendo modificá-lo para garantir a sua sobrevivência e criar novas necessidades. Tem-se, então, o movimento, a transformação da realidade e assim a história tem sua continuidade.

Cada momento histórico é marcado por distintas formas de organização e níveis de desenvolvimento das forças produtivas, com isso, a relação dos seres humanos com o seu meio, com o próprio ser humano, a relação do ser humano com o seu trabalho e os produtos do seu trabalho também assumem formas distintas nos diversos momentos históricos. Pode-se verificar que, a partir de suas próprias relações de produção os seres humanos produzem as mais diversas formas de organização e divisão do trabalho, dos produtos do trabalho e do meio em que se produz. Tem-se assim, ao longo da história, a divisão, por exemplo, entre trabalho do campo e da cidade, entre o trabalho agrícola, comercial e industrial, entre o trabalho manual e intelectual e a própria divisão e distribuição dos produtos do trabalho engendradas pelas relações de propriedade construídas pelo próprio homem.

Este processo, passível de ser apreendido e reconstruído racionalmente, mas também, carregado de indeterminações, como as diversas formas históricas assumidas pelo trabalho, resultou no engendramento de distintas formas de divisão dos bens materiais e simbólicos produzidos e, portanto, em distintas relações históricas de apropriação do trabalho e de seus produtos, conhecidas classicamente como modo de produção escravista, o modo de produção servil, até o engendramento do capitalismo, a mais “aperfeiçoada” dessas formas de propriedade.

Quando nós falamos em propriedade privada estamos falando de uma relação social na qual, em primeiro lugar, o trabalho de alguns seres humanos é apropriado por outros e que, conseqüentemente, em suas relações de produção, os produtos desse trabalho também são apropriados por uma minoria. Logo, a maioria fica alheia, alienada do seu trabalho e dos produtos que ele realiza. Estes, já não

fazem mais parte dos produtores, senão através de uma outra relação de apropriação que pode se dar pela força, pela troca, ou pela compra. O ser humano deixa de ser o produto do seu trabalho para relacionar-se com ele através do ter. A relação produção X uso (consumo) encontra-se fragmentada, o movimento dialético não realiza o movimento de retorno por outro caminho que não seja o artifício do ter (que no capitalismo se manifesta na compra), e não pelo ser sendo da unidade da produção e do consumo. Desta forma, alienado do produtor e não podendo se realizar enquanto parte essencial deste mesmo produtor, o produto do trabalho humano aparece como coisa, alheia e estranhada deste produtor. Nas palavras do próprio Marx:

Na determinação de que o trabalhador se relaciona com o produto de seu trabalho como [com] um objeto estranho estão todas estas conseqüências. Com efeito, segundo este pressuposto está claro: quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (ausarbeits), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (fremd) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio. É do mesmo modo na religião. Quanto mais o homem põe em Deus, tanto menos ele retém em si mesmo. O trabalhador encerra sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. Por conseguinte, quão maior esta atividade, tanto mais sem objeto é o trabalhador. Ele não é o que é o produto do seu trabalho. Portanto, quanto maior este produto, tanto menor ele mesmo é. A exteriorização (Entäusserung) do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa (äussern), mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe fora dele (ausser ihm), independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência (Macht) autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha. (MARX, 2004, p. 81)

Se retornarmos ao debate anterior e entendermos o mundo, a natureza, a realidade material e simbólica, o tempo e o espaço, a cultura e a arte como produtos do trabalho humano, conclui-se que cada instância dessa do real se defronta diante do ser humano e, fundamentalmente, do trabalho humano, e estes diante delas, numa relação estranhada. Estas instâncias da vida acabam se autonomizando do próprio ato de sua produção e reprodução, do processo que lhes dá existência. Assim, a cultura, a arte, o lazer, a política, o sexo, a religião, que são exteriorizações do humano no mundo, trabalho propriamente dito, parecem só realizar um movimento de retorno ao ser humano, de um lado, pelo artifício da apreensão intelectual, de outro, pela posse desses bens, no capitalismo, em forma de mercadoria, através da compra. Neste sentido se não sou o real, eu tenho ele para nele ser, para poder consumi-lo. E o consumo aparece, neste sentido como sinal da

posse, sendo esta última, a verdadeira (aparente) produtora de sentidos e identidades da vida.

O ato mesmo de viver e fazer a arte, a cultura, o sexo e tantas outras instâncias da vida, embora possam ser vistos como ação transformadora, não são entendidos como ato de produção do real, como trabalho, portanto, mas como espaços de não trabalho, alienados deste e estranhos a este mesmo trabalho. Desta forma, observamos a manifestação das quatro características do estranhamento descritas por Marx nos Manuscritos Econômicos Filosóficos, sendo elas: o estranhamento do trabalhador com relação ao produto do seu trabalho; o estranhamento com relação à própria atividade (o próprio trabalho); o estranhamento com relação ao outro ser humano, ao seu ser enquanto gênero, ser no mundo que é também natureza, separando-o deste mundo e desta natureza; e por fim, o estranhamento com relação a si mesmo, que parece expressar a síntese de todas as outras formas de estranhamento.

Este estranhamento, que surge nas primeiras formas de produção e reprodução da propriedade privada, se reproduz também ao longo de diversas gerações e, hoje, na modernidade reifica estas mesmas relações estranhadas, tendo como algumas de suas manifestações mais claras este processo de autonomização das esferas, essa bipartição entre mundo da produção e o mundo da vida, sendo este primeiro, o espaço da infelicidade, do desgaste, da escravização e do flagelo do ser humano, enquanto o mundo da vida propriamente passa a ser alheio, alienado do trabalho, o espaço para a fruição, o prazer, o encontro com o belo, as experiências estéticas e eróticas, a política e a cultura como um todo. Isto porque, na modernidade, no modo de produção capitalista, a separação da realidade se dá, antes de tudo, enquanto uma separação entre os seres humanos, em classes distintas, os que estão subordinados ao trabalho e produzem a riqueza e os que vivem do trabalho dos outros e podem, conseqüentemente, usufruir, consumir dos bens produzidos pelo trabalho alheio. Dito isso, é preciso que avaliemos, a partir de agora, como esta separação da sociedade em classes tem como consequência uma separação entre o tempo de trabalho e o tempo de não trabalho.

1.4 – Sobre o tempo de trabalho e o tempo de não trabalho:

Retomando em parte o debate iniciado no início deste texto, lembremos que, embora estejamos tratando consumo e trabalho como a síntese dialética da produção, do processo mesmo de reprodução e criação do ser humano no mundo, salientamos que na nossa prática cotidiana e no âmbito acadêmico estas duas categorias são vistas majoritariamente sob uma perspectiva autonomizada. Acreditamos que toda a argumentação exposta anteriormente parece ser suficiente para demonstrar as razões desse processo de dicotomização destas instâncias da produção. O trabalho estranhado produz uma realidade em que as esferas da vida humana, também produtos deste trabalho estranhado, não se identificam com o próprio trabalho, aparecendo como independentes dele, estranhas a ele. Assim, o tempo da vida humana se encontra dividido em tempo de trabalho e tempo para o não trabalho. O tempo de trabalho fica sendo identificado como o espaço da vida humana no qual o ser humano apenas realiza o necessário para a garantia da produção e reprodução imediata desta vida, que deve ser vivida plenamente nas outras instâncias desta, que também são objetivações do humano no mundo, exteriorizações do humano no mundo, mas não são vistas e vividas como tal, como trabalho, mas como tempo e espaço de libertação deste. Assim se dá, portanto, com o consumo, negado enquanto produção, mesmo quando admitido pela literatura enquanto potência criadora. Dá-se também com os bens e serviços produzidos pelo trabalho e que são alvos, objetos, da ação de consumir.

Marx nos explica no que consiste esta exteriorização (Entäusserung) estranhada do trabalho:

Primeiro, que o trabalho é externo (äusserlich) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] trabalha... O trabalho não é por isso a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele (MARX, 2004, p. 82-83).

Mais na frente, afirma ainda: “O trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para sua existência” (MARX, 2004, p.85).

Assim, o tempo do ser humano não gasto nessa manutenção imediata da sobrevivência não é tomado, a partir desta leitura estranhada da realidade, como tempo de trabalho.

O que estou tentando demonstrar até então é que a despeito de posições ideológicas e políticas que possamos tomar a respeito da abordagem da realidade, pautada ou não na centralidade do trabalho, parecem existir condições concretas que sustentam este princípio de dicotomização, autonomização das esferas e estranhamento do trabalho. O que quero demonstrar é que, em primeiro lugar, estas condições concretas não surgiram do nada, são fruto da própria atividade humana e, em segundo lugar, que não é intrínseco⁹ ao ser humano tratar a realidade a partir dessas esferas autonomizadas. Este é um fenômeno que marca a formação do que no meio acadêmico passou a se chamar de modernidade. Modernidade essa que, para a abordagem marxiana, marca a hegemonização da forma capitalista da propriedade privada e, portanto, do estranhamento produzido nas relações sociais engendradas neste modo de produção.

No Capitalismo, modo de produção definido pela relação de venda, por parte da maioria dos seres humanos, de sua própria essência, sua força de trabalho, para outros seres humanos, como única forma de garantir a sobrevivência e reprodução dessa maioria, Marx acredita haver uma total subsunção do ser humano à lógica de produção de mercadorias que geram mais capital ao serem vendidas. É a chamada subsunção real do trabalho ao capital, que se dá no processo de consolidação da grande indústria, e permanece até os dias atuais, na qual todas as horas da vida do trabalhador, de sua família e de seus amigos são transformadas em horas de trabalho estranhado, produtor direta ou indiretamente de mais valia.

Na contramão da argumentação do referencial Marxiano e de tantas pesquisas realizadas no campo da Sociologia do Trabalho em nossa contemporaneidade, algumas escolas, normalmente relacionadas aos estudos culturalistas¹⁰, compreendem essa modernidade como o momento de libertação do tempo do ser humano da necessidade de garantir a própria sobrevivência.

Nessa perspectiva, a modernidade apareceria como a etapa final da luta entre o ser humano e a natureza, da qual, através de um processo civilizador consolidado

⁹ Numa perspectiva histórico dialética a única coisa intrínseca ao ser humano é a sua historicidade.

¹⁰ Não é difícil encontrar referências, neste tipo de abordagem, às obras de Weber e Elias.

a partir do modo de racionalização ocidental europeu, o ser humano saíra vitorioso e encontrara sua “verdadeira” essência. Tendo como eixo central desta luta as diversas formas de racionalização do mundo, o ser humano trava, numa primeira forma desta racionalização, uma batalha mística, na qual a natureza, o mundo e a realidade como um todo, ainda entendidas como consequência de entidades extramundanas e sagradas, exercem um poder sobre a humanidade. Este ser humano, através desta significação mítica, mágica do mundo, ainda mantém com a realidade natural uma relação mimética da qual não consegue se desprender. Mas a modernidade é o despertar de uma racionalidade mundana, que se manifesta, entre tantas formas, através de uma ciência que inaugura uma forma de controle do ser humano sobre a realidade como jamais se experimentara. A natureza, antes vista como um temeroso mistério, passa a ser cada vez mais apropriada pelo controle racional, tornando-se mais previsível. Neste sentido, a relação mimética entre homem e natureza passa a ser uma relação de controle que se desdobra, de um lado, em uma relação de conhecimento (separação entre sujeito, o ser humano, e objeto, a natureza) e exploração. Problemas como as pragas, intempéries e a escassez vão passando por uma larga redefinição de significância na vida do homem civilizado. O ser humano parece ir, aos poucos, se liberando da submissão da necessidade de lutar todo o tempo pela manutenção e reprodução da própria sobrevivência. Dentro desse processo histórico de racionalização do mundo, evidencia-se concomitantemente uma transformação nas relações dos seres humanos com o tempo, inaugurando uma nova forma de controle da realidade.

Mesmo absorvendo as análises de Marx sobre a Revolução Industrial, esta abordagem busca entender este processo de formação do capitalismo, da grande indústria e de toda revolução tecnológica que as acompanha, como um processo de produção da abundância que retira grande parte, ou a totalidade do homem civilizado europeu, da possibilidade da escassez e da necessidade da luta imediata pela sobrevivência (SAINT-GEOURS, 1871 apud PADILHA, 2006). Produzida a abundância, a luta pela satisfação de necessidades (básicas que garantem a sobrevivência), perderia, neste caso, sua força explicativa como propulsora do processo de produção e reprodução da realidade. Abre-se a possibilidade para a incorporação, no debate acadêmico, da ideia de superação do período conhecido como a sociedade dos produtores, que se consolida com a Primeira Revolução

Industrial. A produção da abundância prepara as condições históricas para a construção do que tem se costumado chamar de sociedade de consumo, cujo exemplo evidente se manifesta na chamada “Era de Ouro do Capitalismo” e na exportação, por todos os recantos do mundo, do modo de consumo típico dos E.U.A.

Nesse contexto, o uso do tempo passa a ter novo significado. Somam-se a essas transformações científicas as novas configurações políticas que marcam o advento da modernidade. Importante lembrar que as lutas operárias, ainda mesmo no século XIX e se estendendo pelo século XX, que proporcionaram a redução das jornadas de trabalho de 14 a 18 horas dos primórdios do capitalismo, para 14 e 12 horas de trabalho, também proporcionam uma suposta liberação do tempo do trabalhador. O debate ganha contornos mais concretos quando, com o advento da microeletrônica e a universalização da mesma pela globalização ocorrida ao final do século XX, houve uma expansão do desemprego e expulsão de trabalhadores de seus postos “tradicionais” de trabalho.

No debate mais geral sobre a formação dessa Sociedade do tempo liberado do trabalho que marca a formação da modernidade e da assim chamada pós modernidade, destacam-se autores como André Gorz, Habermas, Offe e outros que aludem sobre o fim da sociedade do trabalho. A reflexão proposta por estes autores coloca como centro da discussão das ciências humanas a seguinte pergunta que se desdobra em outras tantas com o mesmo sentido: o que foi feito pelo ser humano neste tempo livre do trabalho? E o que define a identidade de um ser humano que não mais se constitui enquanto trabalhador?

A literatura culturalista, mais ligada ao debate sobre a sociedade do consumo, depõe em favor do surgimento de uma sociabilidade na qual as identidades são configuradas através do uso do tempo para a afirmação de estilos de vida específicos. Estes estilos de vida se definem pela forma como as pessoas consomem o mundo ao seu redor, através dos bens que podem obter e da maneira como usam (consomem) o tempo para além do tempo de trabalho. Assim, sob esta perspectiva:

Neste cenário, desenvolve-se uma nova lógica de construção das identidades, não mais em função do passado e da tradição, mas a partir da vivência num ambiente em permanente transformação, no qual a posição social não é mais herdada e, sim, conquistada, num mundo em que as referências deixam de ser preestabelecidas para serem constantemente reconstruídas. Os estilos de vida, no mundo moderno e contemporâneo,

tornam-se uma das principais instâncias de construção de identidades, que afloram e ganham visibilidade no interior de um mosaico de práticas culturais. As maneiras de beber, comer, vestir e morar, associadas às escolhas literárias e artísticas, remetem a níveis de reconhecimento mais profundos: a classe social, a ocupação, mas também as opções éticas, políticas, estéticas e morais. (BUENO, 2008, p. 13)

Como foi dito antes, hábitos e usos de bens, para além das horas gastas no ambiente de trabalho, são os definidores das identidades e simbolizam a efetivação mesma do ser humano moderno. No entanto, nem precisamos realizar uma análise cuidadosa da citação para perceber que esta argumentação pressupõe uma sociabilidade baseada na possibilidade plena de escolha racional do indivíduo, como se essa possibilidade fosse universal. Pressupõe também que esta conquista das posições sociais e o exercício de certos estilos de vida, através do consumo de práticas e bens, parecem pautados numa possibilidade equilibrada de efetivação por todos os atores sociais.

Não me nego a indagar para a autora citada de que forma um desempregado, que vive em um bairro da periferia de Salvador escolhe ou conquista o que, como, quando e onde vai beber, comer, ler e escutar, praticar esportes e exercer seus estilos de vida. De certa forma esta é exatamente a indagação que motiva o tempo toda esta pesquisa. Da mesma forma que estes trabalhadores não escolhem completamente as condições nas quais vão produzir e reproduzir a vida, não escolhem, também, de forma irrestrita as suas condições de consumo. Assim, do ponto de vista no qual me insiro neste debate, vejo como imprescindível a necessidade de retomar como elemento central da análise a questão da produção. Retomar este debate à luz das análises de autores como Istiván Mészáros e Ricardo Antunes e diversos pesquisadores da Sociologia do Trabalho que apontam para uma ampliação da exploração e intensificação do trabalho no Capitalismo nas suas formas Fordista (que marcou todo século XX) e Flexível (que marca a nossa contemporaneidade) e para manutenção de uma análise da realidade sustentada na centralidade do trabalho como elemento de explicação e produção e reprodução do real, como a essência humana propriamente dita.

Desta forma, pode-se admitir que, dentro de certa instância, o processo histórico que marca a constituição da modernidade é sim o momento em que os seres humanos passam a exercer um controle “mais eficaz” da realidade através do

uso da razão científica e, conseqüentemente, um uso diferenciado do tempo. Mas de que eficácia estamos falando? Como se dá este controle do tempo e por quem? Assim, é preciso ser dito, primeiro, que as possibilidades de exercício desse controle não foram distribuídas igualmente. Em segundo lugar, é preciso dizer que o processo histórico que desembocou na formação do modo de produção capitalista deixou bem claro na mão de quem ficou majoritariamente este controle da realidade; da classe que não precisa produzir para sobreviver, porque vive do trabalho, da produção da grande maioria da humanidade. Por fim, é preciso esclarecer que este controle da realidade se dá efetivamente por um controle do tempo gasto na produção desta realidade e mais especificamente, pelo controle do tempo gasto na produção do excedente, da riqueza.

Como demonstra Marx em *O Capital*, no capitalismo há um esforço para que toda vida humana, todas as horas da vida humana, sejam transformadas em horas para a produção direta ou indireta da mais valia, assim o controle do tempo da produção é central para a própria reprodução deste sistema. Assim também afirma Padilha:

A sociedade industrial veio para controlar o tempo do homem, que passou a ser medido pelo dinheiro. No entanto, o tempo das máquinas é o tempo dominante, e os donos das máquinas transformam-se nos donos do tempo. Por isso não é só a posse dos meios de produção que caracteriza o capitalista; a posse do tempo dos trabalhadores também. (PADILHA, 2006, p. 146-147)

A produção e reprodução do Capitalismo dependem claramente de um controle do tempo gasto pelo trabalhador na produção da mais valia. Por isso o processo de consolidação e aperfeiçoamento das formas de exploração do trabalho pelo capital passa por uma definição deste tempo de trabalho através de uma fixação do trabalhador em seus postos de trabalho, pelo uso da tecnologia e pela definição da jornada de trabalho. Desta forma, no capitalismo, tempo de trabalho, tempo de produção, é tempo de produção da mais valia. Tempo de trabalho é, no capitalismo, tempo de trabalho apropriado, alienado ao capital, trabalho estranhado, portanto.

O debate que se estabelece, portanto, é entender em que medida o advento da modernidade libera o tempo dos seres humanos para viver mais. Ou, dito de outra forma, resta entender como o tempo de trabalho se separa do tempo da vida e

em que medida há realmente uma redução do tempo de trabalho na vida dos seres humanos. Assim, é preciso distinguir as transformações históricas que marcaram o engendramento da modernidade e, junto com ela a sua consolidação como forma de produção e reprodução hegemônica, com suas distintas fases e formas de produção e consumo da realidade.

Um ponto de partida desta análise são as formas de organização social que antecederam o capitalismo e que, de certa forma, ainda existem, ou absorvidas pelo próprio sistema, ou como forma de resistência a sua destruição avassaladora. Assim Franco (2011, p.172) descreve estas sociedades:

Tomamos como pano de fundo as *sociedades pré-capitalistas*, ou seja, aquelas sociedades que, em termos gerais, eram predominantemente rurais, artesanais, tradicionais e conservadoras, nas quais o tempo social e a vida eram fortemente regidos pelos ciclos naturais, com a observância da alternância do dia e da noite, das estações do ano, etc. Grande era o peso das forças da natureza sobre a vida social, assim como sua sujeição às catástrofes naturais. As forças, os limites e os ciclos naturais estavam incluídos nas representações sociais, fazendo parte do imaginário social. O ser humano fazia parte da Natureza e a ela se subordinava. Capaz de culturalizar a vida (criando práticas e leis sociais), era um “ser da espécie” ainda permeável ao reconhecimento e à sujeição às leis naturais, não sem grandes temores. Em suma, o *ser social* e o *ser biológico-natural* estavam amalgamados [...].

Nestas sociedades, como mostra Franco, o ritmo e o tempo de trabalho estavam condicionados pelas forças e limites naturais, condicionando assim, uma produtividade e consumo também limitados, submetidos a uma relação mais harmônica com as capacidades biopsicossociais dos seres humanos e do seu meio.

Nesta condição mais limitada, os períodos históricos que antecedem o Capitalismo e mesmo em sociedades capitalistas modernas, nos lugares em que persistem formas pré capitalistas de produção, como as zonas rurais de diversos territórios de países como o Brasil, vemos práticas cotidianas nas quais não há ainda esta diferenciação entre tempo de trabalho e tempo de lazer. Os cantos de trabalho presentes nas manifestações culturais do interior da Bahia demonstram isso. O espaço e o tempo de moer o milho, catar o algodão e dobrar o fumo é também espaço e o tempo de compor versos e responder as rimas que acabavam e ainda acabam em sambas de roda nas cidades do Recôncavo baiano. O camponês, o trabalhador rural que orienta sua vida, seu tempo, pelo nascer e por do sol, pelo movimento dos pássaros, estabelece também uma relação mais mimética com a

natureza definindo uma outra relação com o tempo, estabelecendo uma prática cotidiana não manifesta na dualidade tempo de trabalho e tempo de não trabalho. O trabalho no campo parece representar, ainda hoje, uma ligação dos seres humanos com os valores mais tradicionais que a Modernidade, através, fundamentalmente, do Capitalismo, trataram de solapar e redefinir. Podemos ver a descrição destas formas de organização social nas palavras de Padilha (2006, p.149):

Na civilização rural tradicional não há separação clara entre trabalho e “tempo livre”, pois os momentos de lazer podem ser também os de trabalho, e o trabalho em si pode ser a oportunidade para o divertimento. Na França rural do século XIX, as práticas de ajuda mútua misturam trabalho e festa no quadro de uma economia não monetária: o trabalho é livre e gratuito, mas implica a reciprocidade das trocas de dons. Isso ainda pode ser encontrado na França de nossos dias.

Podemos encontrar exemplos assim também em áreas urbanas do Brasil de hoje, como o famoso evento de “bater laje”, comum nos bairros populares de Salvador, no qual toda uma vizinhança de um bairro ou comunidade se junta em um dia de domingo pra trabalhar gratuitamente na construção da laje da casa de um dos moradores. O evento é realizado com música e cerveja e, ao final da empreitada, o morador da casa na qual a laje foi feita deve oferecer uma grande feijoada para todos os participantes. Neste caso, o trabalho duro, debaixo de sol é ao mesmo tempo a realização de uma prática de solidariedade, de um costume, a supressão de uma carência (a necessidade do telhado) e um motivo para festa¹¹.

Mas o processo de estranhamento, característico da nossa modernidade tende a se sobrepor também sobre estes espaços. O estranhamento se reproduz e se manifesta, também, é preciso deixar claro, como divisão do trabalho. Divisão que se expressa, como foi mostrado, na separação entre trabalho rural e trabalho urbano, trabalho tradicional e moderno, mas principalmente, como a separação entre quem produz a riqueza e quem fica com ela e entre quem realiza a atividade e quem a concebe mentalmente. Essa divisão entre o trabalho intelectual e o manual é decisiva para alienar e estranhar a instância da produção e do uso (consumo), e entre o material e o simbólico (cultural). O processo histórico que leva à expropriação do saber fazer do trabalhador de ofício é a condição essencial de

¹¹ Mas também, como autoconstrução, como será demonstrado mais na frente, é também uma forma de exploração.

apropriação do trabalho, elemento fundamental que dá conteúdo à propriedade privada.

Os mestres artífices de instrumentos musicais eram normalmente os virtuosos que tocavam nos instrumentos que eles mesmos fabricavam. Ainda hoje no interior da Bahia, também no Recôncavo, encontramos poucos mestres artesãos do marchete, viola tocada por eles mesmos nos sambas de roda. Encontramos ainda mestres saveleiros que fazem uso de seus barcos para pescar. Ou marceneiros estofadores que conhecem todo o procedimento de fabricar e reformar móveis. Os mestres rabequeiros, no estado de Pernambuco, ainda são aqueles que, ao mesmo tempo fabricam e tocam virtuosamente as rabeças nas manifestações culturais populares. Ou mesmo na ocupação do MSTB, na antiga fábrica da Toster, no bairro do Lobato, pude conhecer um fabricante artesanal de instrumentos musicais, que fazia violão, guitarra, baixo, violinos e também, tocava em todos eles.

São incontáveis os exemplos, mas estes ofícios e seus mestres tendem a desaparecer ou perder seu conteúdo através da expropriação do seu saber e, junto com eles, tende a desaparecer também uma forma de vida, marcada por uma relação com o tempo bem característica de um momento histórico que ainda se mantém vivo. Mas o avanço técnico produzido pela e produtor da modernidade caminha no sentido de solapar este envolvimento mimético entre produtor, produto e produção, separando-os e subordinando, cada vez mais, o produtor a uma relação de produção que não o pertence, concretizando a relação social da propriedade privada do trabalho e reificando os produtos desta relação de propriedade enquanto produtos que, alienados de seu produtor, tornam-se lhe estranhos. Assim, tempo de trabalho e tempo da vida, também são alienados um do outro.

O controle do tempo na Modernidade, que se manifesta, majoritariamente, no controle deste tempo para a produção e reprodução do Capital, transformaram completamente esta relação entre tempo e trabalho:

A partir da Revolução Industrial exigiu-se uma sincronização e um controle do tempo maiores, tanto no trabalho como fora dele. Antes da sociedade industrial, o limite entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho era muito mais tênue, pois os homens tinham mais autonomia sobre seu tempo. A expansão das indústrias não trouxe apenas tecnologia e máquinas, mas favoreceu também a migração do campo para cidade, e com isso, o aumento da população urbana. Dessa forma, começou a ficar mais clara a diferença do uso do tempo no campo e na cidade (PADILHA, 2006, p. 146).

Essa divisão social do trabalho não se dá de forma fantasmagórica ou meramente ocasional, ao contrário, ela se constitui sob bases objetivas concretas, se produziu e reproduziu em relações sociais reais que, nos últimos séculos, engendrou o mais extraordinário processo de divisão do trabalho e distribuição desigual dos bens por ela produzidos. Produziu com esta divisão um sistema complexo de interdependências no qual o ser humano, produtor, ficou submetido a um fim último de produzir mercadorias, para extração da mais valia cuja existência essencial é, unicamente, a expansão do Capital.

Desta forma, o mecanismo citado anteriormente, sustentado no ciclo produção – distribuição – troca – consumo – produção, revela uma relação social real, que determina todas as instâncias da vida humana. Produzir mercadoria, para distribuir mercadoria, trocar (através da relação de propriedade e, portanto, de compra e venda), consumir e depois retornar de novo à produção. Neste sistema complexo de divisão social do trabalho que vai da produção ao consumo, a mercadoria, produto do trabalho, se aliena realmente do produtor, não só no plano conceitual teórico, imaginativo ou simbólico, mas concreta e fisicamente em um processo vivo, uma relação social vivida na carne, todos os dias pelos seres humanos na modernidade.

Ora, mas o avanço das relações capitalistas de produção é um avanço histórico de uma relação social na qual todo trabalho humano e todo produto se transforma em mercadoria. Logo, toda realidade, fruto do trabalho, passa a ser mercadoria, alienada e estranha aos produtores. Ocorre, portanto, o que Marx chama de fetichismo da mercadoria. As relações sociais de produção do real se tornam relações sociais entre coisas, alheias e estranhas ao produtor e à produção. Mas não se trata de uma enganação a ser desvendada. No capitalismo, as relações sociais de produção “assumem a forma de coisa e não podem se expressar senão através de coisas” (RUBIN, 1987, p.20), alheias ao sujeito produtor e estranhas a ele. Com o processo de reprodução dessa relação de separação e apartamento entre produtor e produto, o processo de coisificação se reifica. A realidade social, cada vez mais reduzida, em suas diversas instâncias, a mercadoria, é também coisa, alheia e estranha.

O processo que descrevemos até então, de certa forma, visa dar conta das diversas expressões da divisão do trabalho que marcam a passagem, tão bem analisada por Marx, do trabalho artesanal de ofício para a cooperação, da cooperação para a manufatura, desta para o uso da maquinaria e, por fim, o advento da grande indústria. Consolidada a Grande Indústria, as distintas formas de exploração do trabalho, para a produção de riqueza no Capitalismo, vão, também, assumindo formas históricas diferenciadas, como já falamos anteriormente, quais sejam, a fase pré-fordista, o fordismo e, por fim, o Capitalismo Flexível. Cada uma dessas formas históricas do Capitalismo apresentam suas próprias características, mas guardam algumas essências que conservam a mesma experiência histórica de exploração do trabalho “livre” para a exploração da mais valia, direta ou indireta.

Esta essência da exploração do trabalho no capitalismo se fundamenta, portanto, na divisão do trabalho, citada acima, iniciada com o processo de formação da era moderna. Divisão do trabalho que submeteu e submete uma sequência de gerações de trabalhadores à completa subsunção de suas horas de vida para a reprodução e ampliação do capital. Estes trabalhadores que vendem sua essência para produzir a riqueza e o ócio da burguesia. Neste sentido, a verdadeira divisão entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho, entre tempo de produção e tempo livre, não se dá necessariamente no seio da classe trabalhadora, mas entre aquele que produz a riqueza e aquele que a detém, e não precisa trabalhar (no sentido de que não precisa produzi-la diretamente) para tê-la.

Com as complexificações das relações sociais no capitalismo, como o advento do que se costumou denominar, dentro de algumas terminologias economicistas sobre o mercado de trabalho, de classe média, e o surgimento, no século XX, de um operariado com altos poderes de consumo, diversos valores burgueses passam a predominar mesmo entre a própria classe trabalhadora. A demonstração da posse de tempo para não produzir diretamente riqueza para o capital passa a ser, para parte da classe trabalhadora, um sinal de diferenciação e ascensão social diante do proletariado “mais subjugado”.

Essa divisão do trabalho se configura, também, enquanto trabalho estranhado, nessa divisão entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho, sendo o uso (consumo) deste último, nas sociabilidades pós-modernas, entendido como um elemento fundamental para a definição de estilos de vida, distinção social e

identidades. Assim, este estranhamento regula, também, a própria fragmentação do trabalhador enquanto classe, separando as suas formas de inserção social a partir das condições e estilos de vida engendrados por esse uso do tempo de não trabalho.

Na verdade, o que defendo aqui, é importante mais uma vez deixar isso bem claro, é que todo tempo humano é tempo de produção e reprodução da realidade, tempo de trabalho, portanto. No entanto, na sociedade capitalista, engendrada por um tipo de sociabilidade do trabalho estranhado, este trabalho, alheio de si mesmo e do mundo, é apenas o tempo da produção indireta ou direta da mais valia, é apenas este tempo vendido pelo trabalhador ao capital para tirar a sua subsistência. É, portanto, o tempo em que os trabalhadores estão nas linhas de montagem nas fábricas, nos balcões de atendimento das lojas, nas repartições públicas, produzindo seu salário, ou nas “guias” nas ruas, ganhando seu dinheiro para sobreviver. Trata-se do trabalho apropriado, que separa a sociedade entre os que produzem e os que fazem uso do que é produzido. E como dissemos anteriormente na citação de Marx, o tempo de trabalho estranhado é degradante, é um infortúnio, distanciamento do homem de sua própria felicidade, de sua própria essência.

Mesmo quando ocupa terrenos, desmata, levanta madeirites e lonas de plástico para obter uma moradia, esta práxis está em disputa pelo capital. Estas ações são, ao mesmo tempo, resistência, luta e desafio às formas de propriedade do capital, mas também acabam sendo absorvidas pelo próprio capital e podem funcionar como formas de reprodução desse modo de produção e, conseqüentemente, como forma de exploração e apropriação indireta do trabalho.

O outro tempo, em que o trabalhador não está sob esta condição, é tomado, na modernidade, como tempo livre, entendido, segundo as definições das próprias agências de pesquisa sobre o mercado de trabalho, como lapso de tempo que excede o tempo gasto no único ou principal trabalho remunerado. Este tempo aparece como tempo em que o trabalhador está liberado da necessidade de ter que produzir e reproduzir a própria vida e não seria, portanto, tempo de trabalho. É este tempo livre que é tomado como o verdadeiro tempo do uso das coisas do mundo. É este, portanto o tempo do lazer, da educação, da cultura, das vivências das práticas religiosas, momento em que os seres humanos, em seu tempo livre do trabalho, podem usufruir (consumir) as coisas do mundo. Sendo que, é neste tempo livre que

o trabalhador se recupera para estar disponível para produzir ao capital, sendo tempo útil ao capital também.

Parte destas coisas do mundo, consumidas no tempo livre, são claramente entendidas como produtos do trabalho, mas outro tanto delas chegou a um tamanho grau de estranhamento que já nem se identificam desta forma. O carro comprado, o tênis nos pés ou a casa em que se mora são claramente vistos como produtos, e sua relação com o trabalho humano está clara. Mas o momento do uso desses bens não é entendido como processo produtivo, o ato criador inscrito na categoria trabalho parece se desvanecer. Da mesma forma, o ato de ir a um culto religioso, praticar esportes, frequentar o cinema, o teatro, dançar, tocar, ouvir música, ler, estudar, brincar podem até, no limite, ser associados à produção material e simbólica da realidade, mas não são tomados, nem no senso comum, nem no plano acadêmico, como tempo de trabalho. Com isso, o trabalho é em certo sentido, separado de certas instâncias prazerosas da produção e da criação. Ficando estas entendidas, enquanto fruição, satisfação de desejo, como consumo. Consumir, enquanto ato de criar, ocupa o espaço de ato produtor de realidade, mas não é relacionado com o trabalho, ou melhor, é o seu outro, que se lhe opõe, simbolicamente, politicamente, até mesmo nos espaços de disputas acadêmicas. Assim, não só as instâncias do trabalho (tempo cotidiano submetido à ordem da necessidade) e do consumo (tempo do uso prazeroso do mundo) são tomadas como instâncias separadas e opostas, mas há também uma divisão na própria relação entre trabalho e produção. O trabalho, como foi dito, passa a ser o tempo vendido, como força de trabalho, pelo trabalhador ao capitalista, para a produção de bens, que são, de fato, mercadorias (relações de poder e exploração). É a realização da propriedade privada no seu sentido mais explícito para a produção da mais valia. E de fato, historicamente, no capitalismo, o trabalho é hegemonicamente reduzido a uma mercadoria – força de trabalho -, na condição de trabalho estranhado.

Parte da produção da realidade, relacionada com o prazer, com satisfação, passa a ser entendida como algo que vai além do trabalho e, esvaziada de seu sentido criador, enquanto trabalho, essa produção do mundo encontra o seu lugar como consumo (tempo de não trabalho), sendo este último, a referência para a construção de estilos de vida e da constituição das identidades na (pós)modernidade. Descolado do tempo de trabalho o tempo do uso do mundo,

definido pelo consumo passa a ser, no entendimento da sociedade do capitalismo flexível, numa perspectiva do indivíduo racional, fora da perspectiva das classes, como tempo da liberdade e do pleno exercício da condição humana. Qualquer forma de interferência do tempo de trabalho (tomado como momento da exploração, fadiga e degradação do ser humano) no tempo livre, significa a explicitação clara das condições de inserção dos indivíduos de não poder determinar o uso o seu tempo de consumo, do seu tempo livre. Pode significar, portanto, degradação da condição da vida do indivíduo e perda de prestígio social.

Nunca é demais repetir, no modo de produção capitalista todas as formas de produção e reprodução da realidade devem ser reduzidas a formas de produção e reprodução do valor, da mercadoria, e isso é uma condição histórica. Mas mesmo nesta condição histórica, de fato, na vida vivida, nem todo tempo de produção da realidade está submetido diretamente à produção de mercadorias. Há uma tendência a este movimento, mas existem também momentos que se constituem como tempo de resistência, de luta, de lazer, de prazer e diversão, e nunca como tempo de trabalho. O trabalho se afasta, se separa, neste caso, da luta, da resistência, do prazer, dos sentidos “positivos” da vida, dos espaços que podem estar, até certa medida, além da subordinação ao capital.

Diante disto, coloca-se uma questão central: como se dá a construção desse prestígio baseado no uso do tempo livre em um tipo de sociedade que se sustenta principalmente na subordinação de todo tempo humano em tempo de trabalho estranhado?

Para maior enriquecimento deste debate analisemos a realidade recente do Brasil. Em pesquisa publicada pelo IPEA, no dossiê Trabalho e Tempo Livre do Sistema de Indicadores e Percepção Social (2012, p.5), podemos verificar o seguinte:

De acordo com as informações da Pnad/IBGE, ao longo das décadas de 1990 e 2000, houve uma redução do tempo dedicado ao trabalho no Brasil. Considerando-se todas as ocupações (principais e adicionais), é possível verificar que a porcentagem da população que gasta 45 horas ou mais por semana trabalhando reduziu-se ligeiramente no primeiro período (de 41,7% em 1992 para 40,9% em 2001), bem como acentuadamente no segundo (de 40,9% em 2001 para 31,8% em 2009). Ou seja, o limite constitucional de 44 horas semanais (instituído em 1988) funcionou como uma referência concreta para uma porcentagem cada vez maior da população ocupada no país, especialmente ao longo dos anos 2000.

Em um primeiro momento a citação mostra que, a partir das informações da Pnad/IBGE, os dados indicam uma redução da relevância do tempo efetivo de trabalho na vida diária da população brasileira. No entanto, o próprio dossiê ressalta que não é possível dimensionar a relevância do trabalho na vida cotidiana dos pesquisados levando em consideração apenas a redução das horas efetivas gastas no trabalho. A pesquisa acrescenta que fatores como a intensidade do trabalho durante a jornada, o desgaste físico e psíquico, as atividades realizadas no tempo livre e outros devem ser levados em conta.

Assim, o dossiê do IPEA demonstra que a percepção dos trabalhadores pesquisados a respeito da relação tempo de trabalho e tempo livre parece conflitar com as tendências apontadas nos dados anteriores da Pnad/IBGE. Nos dados apresentados, quase a metade dos entrevistados (45,4%) afirmam que não se desligam totalmente do seu trabalho mesmo após o término da jornada. Entre os motivos explicitados, os principais são a necessidade de ficar de prontidão, para a realização de alguma atividade extraordinária (26,0%); a necessidade de planejar ou desenvolver alguma atividade de trabalho, com internet, celular, etc. (8,0%); e a necessidade de estar aprendendo coisas sobre o próprio trabalho (7,2%). Ainda sobre este dado o IPEA destaca que a dificuldade de se desligar do trabalho é maior entre os autônomos do que entre os trabalhadores subordinados (assalariados).

Outro dado avaliado pelo IPEA mostra que um número muito significativo (70,3) dos entrevistados não assumem nenhum tipo de compromisso regular para além do trabalho. E dos 29,7% que afirmam possuir algum compromisso regular, 6,2% ocupam o que seria seu tempo livre com outro trabalho remunerado. A análise segue mostrando que mais de um terço dos entrevistados (37,7%) sente que o tempo livre vem diminuindo no período recente, devido ao tempo gasto com o trabalho remunerado. Por fim, um último dado significativo mostra que 63,8% dos entrevistados, caso fosse aprovada uma nova lei de redução das atuais 44 horas semanais de trabalho, usariam seu novo tempo livre para outros fins. Os 36,2% restantes afirmam que não sentiriam qualquer alteração no seu tempo cotidiano pois já não cumprem normalmente jornadas regulares.

Na síntese final do SIPS/IPEA, o dossiê aponta para uma diluição do tempo livre no tempo de trabalho, o que traz consequência significativa para as reais condições de vida dos trabalhadores entrevistados:

Em suma, para um grupo relevante dos entrevistados (composto por algo entre 30% e 50% deles), há uma percepção comum da relação entre o tempo de trabalho e o tempo livre. E essa percepção aponta para o fato de que o tempo de trabalho remunerado afeta bastante o tempo livre disponível. Aponta também para o fato de que isso tem consequências significativas para a qualidade de vida em geral (ao gerar cansaço, estresse e desmotivação; ao prejudicar as relações familiares e as relações de amizade; ao inviabilizar as atividades esportivas, educacionais e assim por diante).(IPEA, 2012, p. 22)

Os dados apresentados pela SIPS/IPEA revelam uma percepção geral compartilhada pelos entrevistados, destacando os impactos significativamente negativos do tempo de trabalho em suas vidas, explicitando e até contrariando os dados da Pnad/IBGE – tomados de forma absoluta - que mostram uma redução da jornada de trabalho ou uma aparente redução da relevância do trabalho no tempo da população brasileira. A simples redução legal da jornada de trabalho não resulta numa perda da centralidade do trabalho na vida cotidiana desses trabalhadores. Mesmo diminuindo a jornada, o trabalho estressante, degradante, o trabalho estranhado do qual fala Marx, ocupa os espaços do tempo livre desses trabalhadores, seja se apropriando de sua mente ou fatigando seu corpo. Assim, mesmo reduzido o real tempo gasto no trabalho remunerado, a percepção social do tempo ocupado por esse trabalho perpassa as horas do seu real exercício e invade às várias instâncias da vida que deveriam ser “livres”.

E como nos mostram os dados do IPEA, essa diluição do tempo livre no tempo de trabalho parece atingir de forma mais significativa os trabalhadores autônomos, nos quais estão inseridos parte relevante dos Sem Emprego.

Diante disso, admitindo por um instante esse entendimento cindido entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho, é que uma pergunta se nos coloca como central: Como é, então, o tempo livre, o tempo do não trabalho dos Sem Emprego? Como pensar a constituição de estilos de vida, distinção e prestígio quando a vivência no “tempo de não trabalho” não passa por uma escolha, mas é, antes de tudo, uma imposição, no caso dos desempregados? Esta pergunta, para ser respondida a contento para esta pesquisa, exige uma análise mais aprofundada, que passa por um outro tempo de escrita teórica debruçada sobre as fontes empíricas. Mas, antes de tudo, cabe problematizar o seguinte: primeiro, partimos de uma premissa de que não há, ou quase não há realmente tempo livre no capitalismo

para aquele que tem que trabalhar para sobreviver. Desta forma cabe salientar que é um engano achar que o Sem Emprego não trabalha, seja ele trabalhador informal ou desempregado. Ele não tem emprego, mas isso não significa não trabalho. Ainda assim, resta um incômodo, já que, a consolidação do modo de produção capitalista se dá por uma definição clara do tempo de trabalho e do tempo de não trabalho, da definição de quem, como, quando e onde produz diretamente a mais valia pela fixação do trabalhador nos seus postos de trabalho, como demonstra Castel (1998) ao discorrer sobre a formação da Sociedade Salarial. Ora, o processo de desmonte dessa mesma Sociedade Salarial passa exatamente por uma descaracterização da rigidez da fixação nesses lugares de trabalho e “não trabalho” ou, dito de outra forma, uma desconstrução do lugar fixo e estável representado pelo contrato de emprego. O trabalhador Sem Emprego é a expressão mais evidente disso. É um desafio para as estatísticas do trabalho enquadrá-los, pois se definem pela inconstância e indefinição de suas posições no mercado e, conseqüentemente, pela indefinição dos tempos de trabalho e de não trabalho, de uma forma ainda mais explícita e funcional.

A resposta para esta inquietação passa pelo entendimento do lugar que estes trabalhadores Sem Emprego ocupam na produção e reprodução do capital enquanto Superpopulação Relativa, em primeiro lugar. Ou seja, de como são consumidos pelo Capital trabalhando para a reprodução do sistema enquanto informais, autônomos e desempregados. E em segundo lugar, passa por um entendimento do contexto histórico que favoreceu o processo de formação da Sociedade Salarial, atentando para os aspectos políticos que acirravam a luta de classes conferindo possibilidade de conquistas para a classe trabalhadora.

Assim, a pergunta que nos colocamos é: o que faz o trabalhador sem emprego quando não está lutando para garantir sua sobrevivência? Continua produzindo e reproduzindo sua realidade e, portanto, produzindo e reproduzindo a sua sobrevivência. Este trabalhador que ao mesmo tempo em que vende cerveja na rua, dança ao som dos trios e alto-falantes no Carnaval e nas festas de largo que garantem o seu ganho enquanto ambulante ou cordeiro, por exemplo. Este mesmo trabalhador que passa o dia procurando emprego e, ao retornar pra ocupação em que vive, ao fim do dia, se reúne com os companheiros para organizar uma nova “invasão” de um terreno “abandonado”, fazendo-o cumprir, à força, a sua função

social da moradia. Na vida cotidiana destes seres humanos, o tempo de lazer, luta política e uso das suas próprias forças físicas para a sobrevivência cotidiana parecem mais uma vez não ter espaços bem definidos. Mas esta relação mimética não parece se manifestar com a mesma carga valorativa que caracteriza as sociedades tradicionais pré-capitalistas. O Capitalismo Flexível, repetindo uma fórmula iniciada nos tempos do Fordismo, institui a promessa de lançar os trabalhadores nessa sociedade do tempo livre, na qual as horas do dia destas pessoas são, a cada dia, mais ocupadas por tempos dedicados ao ócio, ao lazer, às práticas políticas e esportivas, ao mundo da vida. Há até espaço para “levar o trabalho pra casa” e decidir sobre o melhor momento para executá-lo. No entanto, o que se verifica é a invasão do trabalho estranhado sobre todas as horas do dia desses trabalhadores, nos espaços da casa, da família, dos amigos e do lazer. Esta mistura entre os tempos de trabalho e de não trabalho carrega outro gosto, aquele dos primórdios do Capitalismo e não dos seus antecedentes históricos. Assim, os Sem Emprego escancaram o que, no capitalismo, está escondido, porque estranhado, para todo o resto da classe trabalhadora, que todo tempo de nossas vidas é tempo de trabalho, tempo de trabalho estranhado.

Para concluir, pensando este mesmo problema sob uma outra perspectiva, a experiência empírica que já há algum tempo venho vivenciando com estes Trabalhadores Sem Emprego tem me aberto outros horizontes. Algumas das formas de ocupação do seu tempo, mesmo sob a lógica do estranhamento, parecem se configurar enquanto uma ação mais concreta e, em certas instâncias, bastante conscientes, de acirramento desta luta de classes. Falo fundamentalmente dos diversos movimentos sociais urbanos que têm em seu seio a presença marcante desses homens e mulheres que na instância da aparência formal estão “expulsos do mundo do trabalho”. O entendimento desses processos que engendram as práticas desses trabalhadores Sem Emprego se faz imperioso neste momento, se ainda queremos fazer da ciência um instrumento de uma tomada de posição política no mundo, a despeito do que pregam os princípios da vigilância axiológica, tão caros à nossa produção científica.

1.5 – E quem são, afinal, o Sem emprego?

1.5.1 – Preâmbulo:

Como já anunciamos anteriormente, o mote para a discussão sobre os Sem Emprego que condiciona este estudo é o consumo. Mais precisamente, é o enfrentamento com toda uma tradição acadêmica que propõe uma autonomização da esfera do consumo em relação às outras instâncias da vida e mais especificamente da produção, sendo então, o consumo, o atual definidor de identidades na nossa contemporaneidade.

Ora, toda análise que fizemos anteriormente busca tratar o consumo sob uma perspectiva dialética, como parte indivisível de todo o processo de produção e reprodução da realidade. Ao produzir, o trabalhador constrói o objeto a ser consumido e, ao consumir, produz também a realidade à sua volta. Mas também, ao produzir, este trabalhador é, também, consumido em suas forças físicas, em suas interações simbólicas, no sentido de ser usado mesmo. Desta forma, o consumo está sendo abordado, neste estudo, sob duas perspectivas que realizam entre si uma complementariedade dialética: ***de um lado, sob uma perspectiva mais particular ou mais microestruturante, investigamos as práticas e bens de consumo cotidianos dos Sem Emprego em sua condição de Sem Teto, enfim, o processo de incorporação do mundo objetivado realizado pela compra ou simples uso prático dos bens materiais e simbólicos e certos serviços, dando devido destaque àqueles que dizem respeito à sua inserção em um pleno direito à cidade (principalmente a moradia); por outro lado, mas dialeticamente enleado ao primeiro, numa perspectiva mais sistêmica ou macroestruturante, investigamos como este trabalhador sem emprego e sem teto, ao produzir sua realidade, produz e reproduz as condições para ser usado, consumido por esta mesma realidade, não só no sentido estrito de suas forças físicas individuais, mas também como força coletiva que, ao ser consumida (usada), define e condiciona as relações de poder que garantem, no nosso caso específico, o funcionamento e reprodução deste capitalismo em sua forma flexível.***

Neste sentido o desafio deste trabalho e de toda pesquisa sociológica é, como nos lembra Jessé Souza (2010, p.40), elucidar de que forma regras e relações de poder que estruturam as sociedade em classes distintas realmente se tornam carne, osso e pensamento (significado) na vida cotidiana e, também, como este(s)

corpo(s) de carne e osso pensa, estrutura, produz e reproduz essas mesmas regras e relações de poder. Para tanto, a construção teórica deste estudo não pode se sustentar em outros alicerces que não sejam a existência empírica, as relações práticas reais dos trabalhadores Sem Emprego com o seu meio, em suas instâncias particular e coletiva e que, na maioria das vezes se apresentam a nós estudiosos, não só através da memória, da narrativa, mas, também, através dos objetos, dos corpos, gestos, olhares e ações vividas e compartilhadas, possíveis de ser captadas e compreendidas apenas pelo contato e a troca entre o pesquisador e o “seu objeto”, sujeito real vivo.

A definição dos Sem Emprego, coloca fundamentalmente um desafio que construa de forma dialética, uma abordagem teórica que dê conta, dessa realidade empírica, prática, vivida enquanto processo, na carne e na pele dessas trabalhadoras e trabalhadores, de forma que a realidade empírica, o processo vivido não esteja submetido às necessidades da teoria, e que a teoria possa desvendar os elementos não traduzíveis, os mistérios não percebidos por quem está imerso no ato de viver a própria vida.

Desta forma, a definição dos Sem Emprego exige um esforço teórico empírico de definir, delimitar e enlevar alguns jargões de mensuração estatística, que também ganham significado histórico na cultura do trabalhador, como as noções de Emprego, Desemprego e Trabalho Informal com aportes teóricos complexos como a Superpopulação Relativa desenvolvida por Karl Marx. É o que apresentarei a partir de então.

1.5.2 – A construção dos Sem Emprego:

1.5.2.1- Sua mensuração estatística:

Já se vão mais de 10 anos de experiência de pesquisa e consequente convívio com estes trabalhadores que carregam e estão imersos na condição de Sem Emprego, e defini-los, apreendê-los, mensurá-los, descrevê-los ainda é um desafio. Toda tentativa reduz, não dá conta da realidade destes trabalhadores que é feita de inconstâncias, transitoriedade, fugacidade das estruturas, rupturas de

trajetórias e de identidades pessoais e profissionais. Se partirmos de uma análise das histórias pessoais e profissionais individuais, encontramos trajetórias fragmentadas e entrecortadas por situações de emprego, desemprego, trabalho autônomo, trabalho ilegal, trabalho familiar, terceirizações, voluntarismo etc., por outro lado, quando tratamos da análise da história coletiva de um segmento do mercado de trabalho encontramos, ao mesmo tempo, as mais diversas e heterogêneas formas de inserção, marcadas também pela inconstância e fragilidade dos laços de estabilidade.

Em quaisquer destes olhares, a heterogeneidade das condições e posições ocupadas por estes trabalhadores os transforma em uma massa homogênea de sujeitos imersos numa condição única: todos eles estão fora da condição do Emprego. Emprego entendido aqui como o emprego protegido, uma condição histórica real, de estabilidade e perenidade vivida nas relações de contrato de trabalho experimentada por um segmento de trabalhadores (amplo nos países do capitalismo de “primeiro mundo” e restrito nos países de capitalismo periférico como o Brasil), ou uma condição de expectativa de participar desta estabilidade, vivida em larga escala pelos trabalhadores que ocupavam as posições dos setores mais fortes das economias de países periféricos. A noção de Sem Emprego está diretamente ligada, portanto, ao desmonte, ou desconstrução desta condição histórica que define a situação de Emprego. Esse processo histórico que põe fim, até certa medida, ao que se costumou chamar de Sociedade Salarial (CASTEL, 1998) ou Capitalismo Fordista, e que instaura novas formas de gestão do trabalho, acompanhadas por novas formas de sociabilidade, que definem o chamado Capitalismo Flexível (SENNET, 1999; HARVEY, 1999). Estas novas formas de sociabilidade e gestão do trabalho inserem uma massa incontável e heterogênea de trabalhadores na condição de Sem Emprego, homogeneizando-os numa situação de mais completa **precarização** de suas condições de trabalho e, conseqüentemente, de suas vidas.

É neste sentido que a noção de Sem Emprego, para além de um conceito, se constitui enquanto uma categoria explicativa que visa dar conta de um processo histórico que se reflete em condições empíricas “reais” vividas na pele e significadas cotidianamente na vida de trabalhadores e trabalhadoras nos tempos do capitalismo flexível.

Nestes mais de 10 anos de minha trajetória como pesquisador, a maior parte deles se deu no contato direto com os trabalhadores que viveram na pele esse processo histórico de precarização do mundo do trabalho¹². Trabalhadores estes que passam a ter na situação de ausência de emprego, seja no “bate perna” da procura diária ou semanal por trabalho, ou pelo trabalho mesmo na rua, nas feiras, no trabalho domiciliar (das empregadas domésticas, doceiras, costureiras, até o técnico de informática), nos carros de transporte escolar ou no taxi, ou na submissão às “gatas” e contratos de terceirização, nos bancos, nas plantas das fábricas e postos de telemarketing, a forma de garantir o seu sustento depois de perderem seus empregos com carteira assinada, ou perderam qualquer expectativa de um dia alcançar a condição de empregado, devido ao processo de reestruturação produtiva que alterou a tendência de um tipo de “fordização” das posições no mercado de trabalho da RMS.

Os Sem Emprego são, portanto, todos os trabalhadores que não tem um contrato de trabalho por tempo indeterminado, nem um salário fixo, nem direitos e benefícios garantidos por lei. Ou seja, se usarmos as denominações da literatura, são todos aqueles que se encontram na situação de desemprego e/ou exercendo uma atividade informal unidos pela condição estrutural de precarização.

Na tentativa de mensurar e compor um perfil destes trabalhadores Sem Emprego durante o Mestrado, através dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-DIEESE), foi necessário estabelecer critérios para definir os segmentos dos desempregados e dos trabalhadores informais.

No caso dos desempregados, os conceitos usados foram as noções de desemprego aberto e desemprego oculto (por desalento e por trabalho precário) já bem desenvolvidas pela PED. Já no caso dos trabalhadores informais utilizei uma conceituação desenvolvida por Filgueiras, Druck e Amaral (2004), na qual estes autores fizeram um esforço para a construção de um aparato conceitual-empírico que permite, a partir de agregações distintas das categorias de medição do mercado de trabalho, análises mais precisas com relação ao fenômeno da informalidade.

¹² O processo de construção desse objeto de estudo, não se deu através de uma construção teórica que depois adequou a realidade empírica às suas necessidades. Ao contrário, a formação do pesquisador e de seu objeto de estudo se deu de forma concomitante e dialética, no tempo em que se construíam juntos o contato com os trabalhadores nas pesquisas de campo e a escolha e dedicada leitura do referencial teórico que engendra este projeto.

Desta forma, partindo das categorias utilizadas na PED, os autores dividiram o mercado de trabalho em atividades Fordistas e atividades Não-fordistas.

Na classificação proposta por Filgueiras, Druck e Amaral (2004) fica definido que as atividades fordistas são todas as atividades capitalistas registradas. Ou seja, a noção de atividades capitalistas vem da noção clássica que leva em conta, principalmente, a relação direta de venda e compra da força de trabalho e a noção de atividade registrada diz respeito às atividades que não estão na ilegalidade e que são definidas por um contrato previsto em lei. Desta forma, são empiricamente falando, atividades fordistas: os assalariados com carteira de trabalho assinada, os assalariados públicos, parte dos empregadores (aqueles que contribuem e/ou recolhem para a previdência) e os autônomos universitários.

Já as atividades não fordistas são atividades capitalistas não registradas somadas àquelas atividades não caracterizadas pela venda e compra direta da força de trabalho, ou seja, que se caracterizam pela posse direta dos meios de produção. Assim, empiricamente falando, são não fordistas: trabalhadores familiares, dono de negócio familiar, empregado doméstico, assalariado sem carteira assinada, assalariado não sabe, trabalhador autônomo para empresa e para o público, parte dos empregadores (que não contribuem e/ou não recolhem para a previdência), desempregados ocultos por trabalho precário e inativo com trabalho excepcional¹³.

Assim, no que diz respeito à sua dimensão empírica estatística, os Sem Emprego são, portanto, todos os trabalhadores classificados como desempregados, somados aos trabalhadores Não-Fordistas. Esta forma de agregação pode responder algumas das questões empíricas suscitadas pela vida vivida desses trabalhadores.

¹³ É preciso deixar claro que, mesmo esta divisão da economia em atividades fordistas e não fordistas apresenta também suas deficiências, já que, inclui, por exemplo, atividades e serviços domésticos exercidos com contratos com carteira assinada no mesmo patamar de atividades sem qualquer cobertura. O fato é que não há mensuração perfeita, principalmente em se tratando de fenômenos tão complexos, fluidos e instáveis como as situações de desemprego e informalidade. A utilização da categoria de atividades não-fordistas é, portanto, uma tentativa de fazer um levantamento do perfil dos trabalhadores informais da RMS, mesmo que reconheçamos que as diversas formas de mensuração têm os seus limites.

1.5.2.2 – Os limites da noção de informalidade:

Sabemos bem que os dados de uma pesquisa estatística representam uma fotografia momentânea, um recorte de uma relação espaço tempo limitada e estática, o que se torna um problema quando estamos lidando com uma realidade empírica cuja condição é inconstante e mutável para muitos dos casos. Hora se está empregado, noutra momento faz apenas bicos, noutra dia consegue uma ocupação mais estável, mas em seguida engrossa novamente as fileiras do desemprego aberto. Desta forma, se entrecruzam histórias de vida e de trabalho de pessoas como Juarez, que se aventurava como pedreiro, e Ana Rosa que vivia entre os bicos e o total desemprego, que nunca experimentaram a situação de emprego (trabalhador fordista), com as trajetórias de Fabiano, Garçom de profissão, ou Tiago, estudante universitário, que experimentaram a suposta segurança da carteira assinada, mas que flutuam no mercado de trabalho, como trabalhadores temporários, terceirizados e também desempregados¹⁴. A inconstância da sua condição de trabalhadores sem emprego não se desvenda no dado estatístico estático, mas no exame de suas trajetórias.

Neste sentido, alguns autores (DRUCK, 2011b; MACHADO DA SILVA, 2002; TELLES, 2006) tem apontado para os limites que os termos trabalho informal, setor informal ou informalidade, tão caros ao conceito de Sem Emprego, passam a ter na tentativa de compreender e explicar a complexidade das trajetórias destes trabalhadores nas formas atuais de precarização de suas condições de trabalho e de vida.

Segundo Druck (2011b):

O termo informalidade esteve fortemente associado a realidades específicas do mercado de trabalho brasileiro ou latino-americano, isto é, à periferia do capitalismo, marcado por uma análise que tinha por perspectiva o desenvolvimentismo via industrialização e urbanização, integrando e inserindo os trabalhadores nas relações de emprego. Assim, os informais eram associados aos excluídos (do mercado de trabalho regulado), não “tipicamente assalariado”, onde a dinâmica industrial tardia e subordinada do Brasil favorecia apenas um segmento pequeno que poderia se tornar maior com o avanço da indústria capitalista.

¹⁴ As pessoas citadas são alguns dos personagens da pesquisa realizada na minha Dissertação de Mestrado – os nomes foram modificados para resguardar a identidade das mesmas.

Assim, desenvolveu-se no meio acadêmico e político brasileiros, duas formas mais destacadas de interpretação do fenômeno da informalidade. Uma que entende que, com o desenvolvimento do parque industrial nacional, haveria uma tendência à absorção desses trabalhadores nos postos de trabalho formais e, conseqüentemente, a eliminação contínua e progressiva das atividades tidas como não tipicamente capitalistas.

Por um outro lado (e é desse que me coloco), desenvolve-se uma interpretação em que esses trabalhadores e as atividades que aparentemente não acompanhavam, ou não eram absorvidas pelo processo de desenvolvimento industrial que o país passava, faziam parte da própria lógica de reprodução do tipo de capitalismo que se engendra nos países de industrialização tardia na América Latina. Assim, baseadas num mercado que elimina qualquer possibilidade de desenvolvimento sustentado numa política de pleno emprego, associada às suas heranças escravocratas, a industrialização e a conseqüente efetivação do capitalismo no Brasil se engendram com a produção e reprodução de um imenso contingente de trabalhadores e atividades que, embora não sejam absorvidos pelo setor estruturado do sistema produtivo, cumprem funções claras e decisivas no próprio processo de reprodução desse sistema.

Ora, ainda assim, tomando como referência as reflexões propostas por Druck (2011b), é preciso salientar que há uma singularidade histórica no Brasil quando o termo informalidade foi usado largamente para a compreensão e explicação dos movimentos de retração e expansão do mercado de trabalho brasileiro. Assim, nas palavras da autora:

No Brasil da “informalidade”, o contexto histórico mais geral do capitalismo estava dado pela hegemonia do processo de industrialização, ou pelo “espírito” do capital industrial que norteou o fordismo, isto é, todos poderiam ter acesso a mais bens e serviços, através do acesso ao emprego e ao consumo de massa. Nesta perspectiva, os investimentos privados ou públicos na indústria assumiam um lugar central para o progresso e desenvolvimento nacionais. (DRUCK, 2011b)

E continua afirmando que, neste período, as indústrias multinacionais que aqui se instalaram e os investimentos estatais no processo de industrialização do país, juntamente com a consolidação das leis trabalhistas e os direitos sociais dela advindos, geraram, de fato, novas oportunidades de emprego e criaram um estado

de coisas no qual a perspectiva, mesmo que distante, da sociedade salarial e de bem estar, europeias, passa a ser a referência. Neste contexto, era mais do que normal que, tanto no meio político quanto na academia, a informalidade, de fato, pudesse ser considerada como um fenômeno transitório ou como um grande resíduo.

Ora, o contexto histórico atual, do capitalismo flexível, é bem diferente, e o conceito de informalidade na forma como fora construído e concebido anteriormente parece não dar conta completamente de nossa atual condição histórica. Desta forma, para Druck (2011b), não se pode considerar que, na atualidade, informalidade e precarização sejam sinônimos, nem nos países que perderam a condição do “pleno emprego”, nem nos de capitalismo periférico como o Brasil. Mais uma vez, segundo Druck (2011b):

No Brasil da “precarização/flexibilização”, assim como no resto do mundo, o momento histórico é outro, marcado pela hegemonia do capital financeiro, cujo “espírito” leva até as últimas consequências o fim único de “fazer mais dinheiro” do dinheiro e pelo dinheiro, agora, não mais tendo como meio principal a produção em massa de mercadorias, mas sim a especulação financeira, pautada na lógica da volatilidade, efemeridade, do curtíssimo prazo, sem estabelecer laços ou vínculos com lugar nenhum [...] Assim, não é mais o padrão da sociedade do pleno emprego, mas de uma sociedade de desempregados e de formas precárias de trabalho, de emprego e de vida que passam a predominar [...]

Neste sentido a autora segue analisando que, no que diz respeito ao seu “espírito”, a informalidade deixa de ser apenas um resíduo da dimensão mais estruturada do modo produtivo vigente. Exclui-se também, no atual contexto do capitalismo flexível, a possibilidade de pensar esse “espírito”, esse modo de ser da condição de informalidade, como algo transitório, passível de ser superado pelo desenvolvimentismo. Os “valores ideológicos e culturais mais típicos” da condição de informalidade “se generalizam para todos os tipos de trabalho na era do capitalismo flexível, deixando de ser exclusividade do trabalho informal, ao tempo que as formas concretas de trabalho e emprego se tornam majoritariamente precárias.” (DRUCK, 2011b)

Assim, desse processo histórico que define novas formas, imiscuídas com velhas formas de exploração do trabalho, institui-se o fenômeno da precarização social do trabalho (DRUCK, 2011b, 2011a, DRUCK & FRANCO, 2007) – do qual trataremos mais na frente – em sua dimensão cultural e ideológica, para a

construção de um “novo” tipo de trabalhador em um novo modo de vida, adequados e indispensáveis para a produção e reprodução do capitalismo flexível (DRUCK, 2011b; BARRETO, 2003).

O “espírito” da informalidade, esse modo de vida característico do trabalhador informal (empregabilidade, empreendedorismo, adaptabilidade, flexibilidade, instabilidade, volatilidade etc)¹⁵, se torna, como nunca antes visto na história, central no processo de reprodução do sistema. No entanto, o trabalho informal propriamente dito e as diversas atividades que ele encerra são, atualmente, uma, entre tantas outras, expressões empíricas dessa precarização social do trabalho.

Assim é que, seguindo as reflexões propostas por Druck (2011b), entende-se que o conceito de informalidade parece esgotado quando se leva em consideração o contexto histórico de seu surgimento e sua eficácia explicativa naquele momento. Entende-se também que a informalidade sempre foi usada para se referir à mensuração das inserções no mercado de trabalho, e, assim entendida simplificada como trabalho não protegido, significa “apenas uma das expressões da precarização social”. Sendo utilizada como conceito operacional de uma dimensão empírica quantitativista para mensurar uma parte das formas de inserções precárias no mercado de trabalho, a noção de informalidade pode ser e é bastante útil. E é desta forma que ela aparece nesta pesquisa sob a denominação de trabalho não fordista.

Mas, como foi dito anteriormente, a leitura estatística da realidade é apenas uma das diversas possibilidades de recortes e interpretações do real. A compreensão da condição de Sem Emprego, exatamente por sua condição de instabilidade e inconstância, prescinde de uma forma de compreensão da realidade que conjugue ou que permita a interpenetração de análises empíricas quantitativas e qualitativas, objetivas e subjetivas, com uma dimensão teórica, não distanciada desta realidade empírica. A noção de precarização social do trabalho, da qual trataremos mais cuidadosamente mais na frente, propõe exatamente estas mediações (DRUCK, 2011a). À luz desta chave teórica e empírica pode-se compreender de que forma se relacionam velhas e novas práticas de exploração do trabalho e, assim, pode-se compreender o que há de velho e novo nesse sempre

¹⁵ Para maior aprofundamento desta relação entre os modos de vida do trabalhador informal e do trabalhador flexível, recomenda-se ver: BARRETO, 2003; 2005 e OLIVEIRA, 2005.

precário mundo do trabalho. Assim, antecipando brevemente as análises sobre a precarização social do trabalho, para melhor entender a condição dos trabalhadores Sem Emprego, mais uma vez recupero uma citação de Druck (2011b), se referindo a atual condição de precarização dos trabalhadores no capitalismo flexível:

O que os “(des)unifica” é a falta de vínculos (de empregos, de proteção social, de um coletivo de trabalho, de uma perspectiva de estabilidade, etc) e a extrema e constante situação de riscos e incertezas, onde predomina a instabilidade e a insegurança típicas das “leis férreas do mercado”, marcado pela concorrência como disputa permanente não somente entre os capitalistas, mas também cada vez mais forte entre os trabalhadores. É a condição de vulnerabilidade social, de que fala Castel (1998), amplificada e que atinge de forma indiscriminada, embora diferenciada, a todos os trabalhadores.

Esta condição de precarização é que define a situação dos Sem Emprego, que diz respeito exatamente à negação e desconstrução histórica da referência do assalariamento fordista. No entanto, não posso cair na armadilha de fazer do conceito de Sem emprego, uma categoria totalizante, universal, já que, sendo todos Sem Emprego, decreta-se o fim do emprego, o fim dos direitos e benefícios sociais com ele adquiridos e a própria categoria perde razão explicativa e política. Os Sem Emprego são, portanto, também uma parcela, uma dimensão desta condição histórica complexa de precarização. O que os faz tão úteis e necessários é o fato de exercerem claramente diversas funções no processo de reprodução do capital. Prossigamos então.

1.5.2.3 - A sua função social – como são consumidos os sem emprego: abordagem clássica e atualização do conceito de Exército Industrial de Reserva:

Para além da eficácia de uma mensuração quantitativa que o conceito de Sem Emprego pode nos dar, é preciso destacar, também, sua eficácia enquanto possibilidade de mediação entre esta mensuração estatística e a confrontação desta com as dimensões empíricas subjetivas (qualitativas) e os aportes teóricos que contribuem para melhor entendimento da realidade dos que vivem do trabalho. A pesquisa qualitativa possibilita, no contato direto com as memórias e histórias de vida dos trabalhadores, uma melhor compreensão da condição de Sem Emprego.

No entanto, para além de revelar o carácter subjetivo, que aflige diretamente as trajetórias pessoais desses trabalhadores, a partir do entendimento de como é vivida na carne destes trabalhadores a precarização do trabalho e da vida desses sujeitos, a pesquisa qualitativa, se confrontada com o referencial teórico marxiano, pode nos ajudar a construir as funções fundamentais que os Sem Emprego cumprem para o processo de produção e reprodução deste mesmo conjunto de relações que os produz.

Uma melhor compreensão dessa condição de Sem Emprego se dá, portanto, através de uma interpretação de sua existência como Superpopulação Relativa (SR) ou Exército Industrial de Reserva (EIR). Como o próprio Marx explicou, estão na condição EIR todos aqueles trabalhadores desempregados ou parcialmente empregados, definição muito semelhante à composição do que chamamos de Sem Emprego. Mas é preciso salientar que a apropriação dessas categorias marxianas neste trabalho não se dará de forma descuidada, desprezando as particularidades históricas e locais que guardam certamente distâncias significativas. No entanto, por se tratar de um mesmo modo de produção, mesmo guardadas as distâncias históricas e espaciais, observa-se também proximidades inegáveis entre o capitalismo nascente analisado por Marx e Engels na Inglaterra e a situação dos trabalhadores Sem emprego em Salvador em pleno século XXI. Este não é o primeiro e nem será o último estudo que se debruçará nas categorias marxianas do Exército Industrial de Reserva para explicar o mercado de trabalho, as relações de poder e as condições de vida dos trabalhadores Brasileiros e soteropolitanos. A Sociologia baiana, por exemplo, está felizmente abarrotada de diversos estudos clássicos que, desde as décadas de 60 e 70, explicam com êxito o uso destas categorias para a compreensão do precário mundo do trabalho baiano¹⁶. Assim debruçado nestes clássicos baianos é que retornaremos a Marx.

Ao demonstrar a lei geral da acumulação capitalista, Marx examina qual a influência que o aumento do Capital tem sobre a sorte da classe trabalhadora. Assim, o autor mostra como através de suas próprias mãos, os trabalhadores, ao propiciarem a acumulação do Capital, produzem a sua subsunção ou submissão

¹⁶ Como, por exemplo, o clássico *Bahia de Todos os Pobres*, de 1980, organizado por Guaraci Souza e Vilmar Faria.

completa ao sistema capitalista, estando ou não este trabalhador dentro de uma fábrica.

O que se pode observar é que através desta subsunção real do trabalhador ao capital, as forças produtivas sociais do trabalho se desenvolvem possibilitando a aplicação da ciência e da maquinaria para a produção imediata e em larga escala de mais mercadorias com, relativamente, um mínimo de trabalho possível. Este aumento na produtividade provoca uma imediata redução da quantidade de trabalho necessário, provocando uma redução relativa na necessidade de trabalhadores, possibilitando a formação de um excedente de pessoas prontas para o trabalho e que cumprem uma função fundamental no processo de produção e reprodução do Capital.

Então, é a própria população trabalhadora juntamente com os capitalistas que, ao produzir a acumulação do capital, desenvolvendo as forças produtivas, criam as condições que fazem dela mesma uma população supérflua. A produção de uma população excedente é, portanto, um produto necessário do desenvolvimento da riqueza do sistema capitalista.

Assim, além de ser um produto do próprio sistema, esta população excedente passa a ser imprescindível para a sua sobrevivência, já que se constitui num “exército industrial” de reserva absolutamente disponível ao capital, proporcionando material humano sempre pronto para ser usado no sistema como uma função reguladora, tanto do mercado de trabalho quanto dos salários.

A existência deste excedente exerce forte pressão sobre os trabalhadores empregados, e o capitalismo acirra esta pressão dividindo a classe trabalhadora em três blocos: empregados, parcialmente empregados e desempregados. Uma parte da classe trabalhadora é submetida a uma exclusão forçada - parcial ou total - do sistema fabril, ou do mercado formal, exclusão esta que é fruto da exploração excessiva da outra parte dos trabalhadores, que, “incluída”, produz para o enriquecimento dos capitalistas e, ao mesmo tempo, junto com os excedentes, produz e reproduz esta fatídica condição de existência num ciclo cruel, vicioso e crescente.

Em suas obras Marx e Engels concentram grande parte de suas atenções para esclarecer as funções que este conjunto de trabalhadores acaba tendo na

reprodução do sistema capitalista. Para os dois autores alemães, o principal elemento de regulação social do capitalismo se fundamenta na fragmentação da classe trabalhadora, ou seja, o sistema tem como seu principal mecanismo de produção e reprodução a concorrência entre os trabalhadores, que instaura no interior da própria classe produtora da riqueza uma competição sem fim, que tem como função o enfraquecimento dos trabalhadores na luta entre o capital e o trabalho. A existência de uma parte dos trabalhadores atuando como população excedente inscreve uma fronteira na classe trabalhadora, dividindo-a entre aqueles que estão inseridos de forma direta no processo de exploração para a reprodução do capital e os que são indiretamente explorados nesse processo, cuja consequência última, seja explorando um ou outro, é a produção da mais valia. Assim Engels (2008, p.117-118), observando o processo de formação do proletariado inglês no século XIX, define a concorrência:

A concorrência é a expressão mais moderna da guerra de todos contra todos que impera na moderna sociedade burguesa. Essa guerra, uma guerra pela vida, pela existência, por tudo e que, em caso de necessidade, pode ser uma guerra de morte, não se trava apenas entre as diferentes classes da sociedade, mas também entre os diferentes membros dessas classes: cada um constitui um obstáculo para o outro e, por isso, todos procuram eliminar quem quer que se lhes cruze o caminho e tente disputar seu lugar. Os operários concorrem entre si tal como os burgueses. O tecelão que opera um tear mecânico concorre com o tecelão manual; o tecelão manual desempregado ou mal pago concorre com aquele que está empregado ou é mais bem pago e procura substituí-lo. Essa concorrência entre os trabalhadores, no entanto, é o que existe de pior nas atuais condições de vida do proletariado: constitui a arma mais eficiente da burguesia em sua luta contra ele.

O conjunto de ativos excedentes, ao servir como concorrência, regula os movimentos gerais dos salários e regula também a oferta de emprego no mercado de trabalho. Se a acumulação do capital aumenta, aumenta a necessidade de trabalho, mas aumenta também a oferta de trabalhadores, já que o crescimento da acumulação possibilita liberação destes trabalhadores através da implementação de algum incremento tecnológico que possibilita a extração de mais trabalho de cada vez menos gente. Além disso, uma alta oferta de trabalhadores desempregados faz com que os empregados ofereçam mais trabalho através da intensificação do seu trabalho, possibilitando ao capitalista a nada milagrosa multiplicação da força de trabalho nas fábricas sem a necessidade de se contratar um homem sequer ou aumentar qualquer salário. Da mesma forma, o desempregado, que está na

condição de SR, precisando garantir sua sobrevivência, acaba realizando qualquer tipo de trabalho que lhes gere algum recurso, e desta maneira, se oferece ao mercado formal a qualquer preço, derrubando o valor dos salários a níveis que interessem ao Capital, ou se utiliza especialmente da estratégia de inserção no mercado informal para a sua sobrevivência, tornando comuns as mais perversas práticas de inserção no mercado de trabalho em geral. Assim, a existência do Exército Industrial de Reserva possibilita, nos dias atuais, o mais completo despotismo do capital sobre todos os trabalhadores, generalizando para todas as posições do mercado de trabalho a condição de precarização. A respeito desta relação entre a concorrência dos trabalhadores e a precarização entendida aqui como condição intrínseca ao capital¹⁷, Engels (2008, p.119) acrescenta:

Mas no pior dos casos, o operário, para subsistir, preferirá renunciar ao grau de civilidade a que estava habituado: preferirá morar numa pocilga a não ter teto, aceitará farrapos para não andar desnudo, comerá batatas para não morrer de fome. Preferirá, na esperança de dias melhores, aceitar metade do salário a sentar-se silenciosamente numa rua a morrer na frente de todo mundo, como já aconteceu com muitos desempregados. É esse pouco, quase nada, que constitui o mínimo de salário. E se há mais operários que aqueles que à burguesia interessa empregar, se, ao término da luta concorrencial entre eles, ainda resta um contingente sem trabalho, esse contingente deverá morrer de fome, porque o burguês só lhe oferecerá emprego se puder vender com lucro o produto do seu trabalho.

As observações feitas por Marx (e Engels) sobre o Exército Industrial de Reserva, embora tenham a pretensão de alcançar a universalidade, dada a sua centralidade para explicação geral do funcionamento do capitalismo, por outro lado, estão diretamente ligadas ao contexto histórico em que o autor produziu suas considerações (FALCÃO, 2011, 2013). No entanto, como demonstramos, a análise mais geral do autor a respeito da função do EIR se mostra como elemento fundamental para entendermos a condição de Sem emprego e o funcionamento do Capitalismo Flexível. Se pensarmos esta análise para a atual condição dos Sem

¹⁷ Cabe ressaltar que embora a condição de precariedade do trabalho e do trabalhador seja um fenômeno intrínseco ao Capital, é imprescindível destacar que dos primórdios do Capitalismo até os dias do Capitalismo Flexível, este sistema enfrentou configurações nas quais esta condição de precariedade estava relativamente aplacada por uma condição de seguridade social jamais vista, como nos mostra os exemplos da sociedade salarial das Social Democracias europeias. A precarização aparece como fenômeno novo ao desconstruir esse modelo de seguridade da sociedade salarial, trazendo ao capitalismo de então práticas que reatualizam as do capitalismo originário, instaurando um estado de incertezas que caracteriza a atual forma de sociabilidade no “novo” capitalismo na impossibilidade de organizar o presente para planejar o futuro. A importância deste debate faz com que tenhamos que retornar a ele mais na frente neste trabalho.

Emprego, fundamentalmente aqueles considerados “inempregáveis”, tratados como excluídos por muitos estudiosos, a superpopulação relativa, para além de ser reserva, pronta para ser absorvida, continua sendo, antes de tudo um produto social do capital que cumpre funções políticas claras de enfraquecer a unidade da classe trabalhadora, fragmentando-a em concorrentes, regulando os salários e o mercado. Estas últimas funções, marcam muito mais a condição da superpopulação relativa hoje, do que a função de reserva no seu sentido estrito. Diria que há uma reserva, senão efetiva, mas simbólica, que coage perversamente, permitindo a superexploração e a precarização do trabalho nos níveis que vemos, tanto dos empregados Fordistas, quanto dos Sem Emprego. No caso do Sem Emprego na condição de Sem Teto, o grau de precarização de suas condições de vida é ainda mais agravado pelas dificuldades acrescidas pela ausência da moradia, ou pelas péssimas condições de moradia que se tem. A forma como é representado preconceituosamente no ideário de grande parte da população soteropolitana demonstra que o Sem-Teto, visto como “bando de invasores, marginais, drogados,” que só trazem coisa ruim para os bairros vizinhos das ocupações, é tudo aquilo que ninguém quer ser. Neste sentido, sua existência enquanto Sem Emprego é, também uma das formas evidentes dessa relação entre precarização e concorrência entre os trabalhadores construída na e pela sua condição de SR, na atual conjuntura do capitalismo soteropolitano.

A própria forma como Marx define empiricamente os segmentos da Superpopulação Relativa em **flutuante**, **latente** e **estagnada**, ao terem sofrido atualizações históricas, possibilitam a compreensão de como se dá a regulação dos mercados no Capitalismo de hoje. Podemos observar, portanto, como se deu o incremento do Exército Industrial de Reserva em todos os seus três subtipos. As décadas de reestruturação produtiva expulsaram trabalhadores dos postos de trabalho nos principais setores da economia, devido à revolução tecnológica e organizacional, ampliando a superpopulação flutuante. Observamos também a manutenção de processos poupadores de mão-de-obra (mecanização da produção rural, por exemplo) e a não superação dos mecanismos de concentração de terra no campo, forçando o êxodo rural, não na mesma magnitude de períodos anteriores, mas ainda existente, ampliando a superpopulação latente. Por fim o Capitalismo Flexível está marcado pela disseminação das mais diversas formas de manifestação

do precário trabalho não fordista, a exemplo do subemprego, terceirizações, atividades informais, camelôs, etc., expandindo o que Marx chamou de população estagnada (FALCÃO, 2011; 2013).

Neste contexto, de reprodução e atualização de suas formas pretéritas, o Capital encontra formas de submeter o trabalho do Sem Emprego ao seu julgo. Na condição de trabalhador informal, trabalha para o Capital das mais diversas formas: substituindo funções e atividades e fazendo circular as mercadorias dos setores formais da economia, produzindo mais-valia indireta, pressionando o mercado de trabalho e estabelecendo trocas com o setor formal. Sintetizando as análises dos artigos publicados no clássico *Bahia de Todos os Pobres*, de 1980, Francisco de Oliveira, no prefácio da obra, assim analisa uma das funções desse trabalhador excedente na condição de conta própria na Salvador da década de 70:

O trabalhador por conta própria se define, assim, como, a rigor, uma criação da forma extremamente concentrada da expansão capitalista na sua forma regional, denunciando, de outro ângulo, a elevadíssima taxa de exploração da força de trabalho. A força de trabalho operária e trabalhadora em geral, pela industrialização, tem que se “urbanizar”, o que significa que sua reprodução passa pelo consumo de bens “urbanos” ou, dito de outra forma, pelo consumo de mercadorias; mas a forma extremamente concentrada de expansão do capitalismo no Brasil cria o “conta própria” como um elemento produtor não-capitalista de alguns desses “bens urbanos” que a força de trabalho tem de consumir. É um elemento de mediação na distribuição da riqueza e da renda, operando no sentido de baratear a reprodução da força de trabalho.

Mas não há nenhuma “associação de interesses” entre o “conta própria” e os capitalistas ou o capital. Ao contrário, os “conta própria” e os trabalhadores empregados diretamente pelo capital que constituem o seu mercado ou sua demanda são, conjuntamente, parte do mecanismo global de exploração. Os interesses do capital na esfera da circulação criam, por negação, os “conta própria”. No fundo, são as diferenças entre valor e preço da força de trabalho que criam os “conta própria”. É uma categoria de agentes da divisão social do trabalho inequivocamente ligada ao processo de proletarização da população. E não apenas pela sua “função”: estão colocados na base da pirâmide de remuneração ou renda, pelo próprio fato de que seus rendimentos são determinados, basicamente, pela renda ou pelos salários dos trabalhadores diretamente empregados pelo capital; não é apenas lógico que assim seja, mas na equação geral entre capital e trabalho esses produtores de bens e serviços para os trabalhadores, cujo salário real é deprimido pela violenta competição que o capital estabelece entre eles, desempenham, tragicamente ligados ao proletariado, o papel de rebaixar ainda mais o preço da força de trabalho.

O trabalhador da ativa é, no fim das contas, aquele que paga, indiretamente, o salário do conta própria. Assim o faz, pois o conta própria oferece um conjunto de bens e serviços a um custo mais barato para o também comprimido salário do trabalhador da ativa. Desta forma o operário que se desloca de Salvador pra

trabalhar em Camaçari, faz sua refeição matinal comprando o mingau de tapioca vendido por uma trabalhadora ambulante no ponto de ônibus de dia, e, no retorno pra casa, no fim da tarde, prefere pagar 1 real em três pacotinhos de mendoratos, comprados na mão de um vendedor ambulante, no ônibus, para tapear a fome, do que pagar o mesmo 1 real, para comprar apenas um pacotinho do mesmo salgadinho em uma loja de um grande supermercado local. O baleiro do ônibus, além de fornecer mercadoria mais em conta para o trabalhador assalariado, trabalha para a indústria que produz as guloseimas que ele vende, fazendo circular, essa forma, a mercadoria dessas indústrias, sem que tenha nenhum vínculo direto com as mesmas. Neste sentido, embora o vendedor ambulante do ônibus trabalhe para a Nestlé, por exemplo, vendendo suas barras de chocolate, quem paga o “salário” deste ambulante são os trabalhadores que compram este chocolate no ônibus. Como aponta Chico de Oliveira na mesma publicação citada, quem sustenta esta SR numa cidade como Salvador, diferentemente do que ocorria nos períodos áureos do capitalismo nos países centrais, nos quais o Estado era responsável, através da assistência social, por prover os trabalhadores da reserva, é a própria classe trabalhadora que está na ativa.

Desta forma, Souza e Carvalho (1980, p.93), analisando a presença e reprodução de formas de trabalho não tipicamente capitalistas em um contexto em que a cidade de Salvador começava a consolidar seu processo de industrialização tardia depois das instalações no estado da Bahia da Refinaria Landolfo Alves, do Centro Industrial de Aratu e do Polo Petroquímico de Camaçari, demonstram de que forma a população excedente que se forma neste modelo de industrialização, ao ocupar as posições mais precárias desse mercado de trabalho, contribuem para a reprodução deste sistema, reafirmando as funções da Superpopulação Relativa:

A coexistência de diversas formas de organização da produção com a manutenção de numerosas atividades de caráter não-capitalista, ao mesmo tempo que decorre do caráter parcial e dos padrões que assume a expansão do capitalismo em Salvador, parece vir contribuindo para favorecer esta expansão, na medida em que:

- facilita, de maneira mais direta, o processo de acumulação em algumas empresas do setor capitalista;
- assegura a manutenção do exército de reserva que o desenvolvimento capitalista necessariamente exige produz;
- atende à demanda de certos bens e serviços quando ainda não existem condições que atraiam investimentos capitalistas para a produção de bens e serviços equivalentes ou sucedâneos;

- estimula um maior consumo de determinadas mercadorias do setor capitalista, principalmente ao facilitar a sua circulação;
- contribui para diminuir os custos de reprodução da força de trabalho na produção capitalista.

Para além da condição de trabalhador informal, na condição de desempregado, o Sem Emprego trabalha para o Capital, também pressionando o mercado de trabalho como um fantasma indesejado, que o tempo todo ameaça trocar posições com os informais e empregados. Sendo o revés da condição desejada do emprego estável, a existência do desempregado derruba o valor da força de trabalho às condições desejáveis à exploração capitalista, por ampliar a oferta de trabalho disponível no mercado. As duas facetas da SR se completam, regulando o mercado de trabalho e os salários, que mesmo sendo baixos, devido à existência de serviços e bens oferecidos pelo trabalho informal por valores mais em conta, proporcionam o consumo de mercadorias e serviços, favorecendo a reprodução do capital numa condição de falta de vínculos, vínculo precário e baixos salários.

Assim, no fim, ambos atuam como agentes do capital, pois sua existência carrega a função política de fragmentar e enfraquecer a classe trabalhadora, realizando para o Capital trabalho não pago, pois só por existirem enquanto Sem Emprego, trabalham para o capital, ao atuarem como instrumentos ativos de produção e reprodução do processo de precarização das relações de trabalho, o que tem ampliado consideravelmente a superexploração do trabalho em todas formas de ocupação (formais ou não) no capitalismo flexível, constituindo o que Druck denomina de Precarização Social do Trabalho¹⁸. Nas palavras de Druck (2011a, p.41):

Afirmar que a precarização social do trabalho está no centro da dinâmica do capitalismo flexível significa também entendê-la como uma estratégia de dominação. Isto é, força e consentimento são os recursos que o capital se utiliza para viabilizar esse grau de acumulação sem limites materiais e morais. A força se materializa principalmente na imposição de condições de trabalho e de emprego precárias frente à permanente ameaça de desemprego estrutural criado pelo capitalismo. Afinal, ter qualquer emprego é melhor do que não ter nenhum. Aplica-se aqui, de forma generalizada, o que Marx e Engels elaboraram acerca da função política principal do “exército industrial de reserva”, qual seja: a de criar uma profunda concorrência e divisão entre os próprios trabalhadores e, com isso, garantir

¹⁸ O conceito de Precarização Social do Trabalho será mais bem tratado no capítulo seguinte.

uma quase absoluta submissão e subordinação do trabalho ao capital, como única via de sobrevivência para os trabalhadores.

Vale ressaltar, e essa é uma tese que defendo desde meu primeiro contato como pesquisador com estes trabalhadores excedentes, que a existência de uma Superpopulação Relativa nunca assumiu antes na história um lugar tão forte e tão decisivo para a reprodução do Capital. Essa nova, e ao mesmo tempo velha, forma que a superpopulação relativa assume é, como afirma Druck (2011a e b), uma dimensão desse novo espírito necessário à reprodução deste capitalismo flexível e, portanto, um dos fenômenos centrais para o entendimento deste novo caráter que a precarização assume neste momento histórico. Assim, reafirmado o papel que cumpria nos primórdios do capitalismo, nos tempos do Capitalismo Flexível, as funções de regulação que esta superpopulação engendra se efetivam de forma central para a reprodução do sistema, mas neste caso, por ser outro momento histórico, velhas formas são atualizadas, criando também novas e perversas formas de precarização das condições de vida da classe que vive do trabalho, instaurando novos velhos desafios, não só para compreender e explicar, mas também para ser possível superar esta condição atual de precarização (DRUCK, 2011a).

1.5.2.4 – O Sem Emprego na condição de Sem Teto:

Assim como a condição de Sem Emprego, a condição de ser Sem Teto vai muito além de uma descrição conceitual ou estatística. A condição de Sem Teto, na maneira como será tratada aqui, é, antes de tudo, um compartilhar de inúmeras experiências históricas de luta. Entre estas lutas, pode-se destacar, como eixo condutor dessa práxis de luta, as estratégias para a obtenção da moradia, fora dos caminhos formais desejados oficialmente pelo mercado. No caso da cidade de Salvador, pode-se afirmar, sem medo de errar, que ganham destaque entre estas estratégias e obtenção informal da moradia as invasões ou ocupações forçadas do espaço urbano, como veremos no capítulo seguinte.

Assim, mesmo que nos proponhamos a conceituar os Sem Teto à luz da literatura sobre o tema, será somente no capítulo seguinte, quando ousaremos fazer

um breve histórico¹⁹ sobre a luta pela moradia na cidade de Salvador que estas experiências começarão a ficar mais claras e, junto com elas, a condição de Sem Teto.

Nos trabalhos já produzidos, a condição de Sem Teto é sempre abordada como uma categoria da discussão urbanística, e, seja na perspectiva dos movimentos sociais, da academia ou do Estado, sua conceituação está ligada à questão da habitação (FALCÃO, 2013), como mostram as duas citações seguintes.

Segundo a Coordenação do Movimento Sem Teto, para uma pessoa ser considerada “sem teto” e fazer parte das ocupações, alguns fatores são levados em conta, como: morar de favor ou de aluguel (e não ter condição de arcar com essa despesa); não possuir nenhuma moradia para si e sua família; serem moradores/as de ruas, de viadutos ou em áreas de riscos condenadas por órgãos oficiais. (MACEDO FILHO, 2010, p. 89)

Pela experiência do pesquisador no cotidiano do MSTB, de fato, a definição de sem-teto liga-se à coabitação familiar ou moradia “de favor” em casa de parentes ou amigos, a situação em que o valor pago pelo aluguel é muito vultoso, em relação à renda da família e em situações onde a habitação é precária ou se encontra em área de risco. (FALCÃO, 2013, p.97)

As definições se repetem mantendo sempre a questão, como é de se esperar, dentro da questão da habitação enaltecendo a dificuldade ou impossibilidade de pagar o aluguel e a condição de total ausência de moradia ou a moradia precária. O curioso e trágico é que mesmo com a ocupação forçada de um prédio ou terreno a condição da moradia continua sendo marcada pela condição da precariedade.

A definição de Bochicchio, além de destacar a condição de precariedade da moradia, acrescenta também as formas de inserção precárias no mercado de trabalho, tanto no que diz respeito à informalidade ou ausência de vínculos empregatícios que pudessem garantir algum direito ou benefício, quanto pela baixa remuneração na atividade realizada. Assim, segundo a autora:

Os integrantes do Movimento são, sobretudo, pessoas que moravam de aluguel, em casa de parentes ou de conhecidos, e/ou em condições precárias, em casa condenadas, em áreas de risco de deslizamentos e que têm uma renda insuficiente para pagar aluguel ou adquirir um imóvel. Isto foi dito quando perguntamos o que é um sem-teto, nesse contexto. Estas pessoas são em sua maioria empregadas domésticas, biscateiros, catadores, camelôs e, em torno de 80%, têm uma renda mensal de até R\$ 300,00. De todo modo, muitos não possuem renda e tentam sobreviver com

¹⁹ Aos moldes limitados da Sociologia e não com a completude invejável da historiografia.

a ajuda de outros. Observamos que é habitual que alguns se alimentem na “casa” dos vizinhos da ocupação. (BOCHICCHIO, 2008, p.101)

Por fim, o Atlas Sobre o Direito de Morar em Salvador corrobora as citações anteriores definindo os Sem Teto como “moradores dos bairros populares, que não conseguem ter acesso, através do mercado, à moradia, que têm dificuldade de arcar com o ônus do aluguel ou garantir esse direito através da autoconstrução” (SANTOS et al, 2012, p. 22). No entanto, observa-se que, muitas vezes, o ato de autoconstruir passa por uma decisão política, às vezes individual e noutras coletiva, que tem sido cada vez mais frequente nas ocupações de Sem Teto, em Salvador.

Assim, como dito antes, a luta pela moradia, a moradia precária e a dificuldade de acessar o espaço e os benefícios da cidade através dos caminhos formais estabelecidos pelo mercado dizem respeito a um conjunto de experiências históricas, das quais trataremos no capítulo seguinte, que sintetizam um dos diversos olhares possíveis a respeito da condição de precarização em que vivem e viveram incontáveis gerações de trabalhadores e trabalhadoras, não só em Salvador, mas em qualquer centro urbano do país. Mais do que explicar, nossa intenção será a de compartilhar essa experiência, que produz e reproduz a condição de Sem Teto, para torna-la mais compreensível. Para tanto, esse cercamento conceitual, mesmo que construído pela experiência empírica de outros pesquisadores, embora seja elucidativo, será confrontado com uma revisão historiográfica e também empírica a ser construída nos tomos seguintes da tese. Para entender a complexidade dessa condição fechemos com a síntese apresentada no Atlas Sobre o direito de Morar em Salvador (2012, p.13):

Os Sem Teto de Salvador são, predominantemente, filhos dessa cidade. São mulheres e homens na sua maioria negros, jovens, trabalhadores informais, com renda média inferior ao salário mínimo, que convivem diariamente com a violência (contraditoriamente resultado da presença e da ausência do Estado e do tráfico de drogas), que moram em prédios, galpões e terrenos situados em áreas centrais degradadas e na periferia da cidade – lugares abandonados ou distantes dos centros urbanos consolidados e infraestruturados, sendo os mesmos convidados, sempre, a se retirarem quando ameaçados pelos proprietários, públicos ou privados da terra. Os Sem Teto vivem onde raramente o Estado se faz presente, onde a norma é ditada pela lei do mais forte e o exercício dos direitos fundamentais se transforma em uma labuta cotidiana. Não ter um teto, um endereço, esgoto na porta de casa, água na torneira, um vaso sanitário, acesso à escola, à saúde (às vezes por não possuir um endereço fixo), ao transporte público (pela impossibilidade de pagar a passagem), à justiça ou ao que a cidade oferece como possibilidade de usufruto material e simbólico, transforma a

vida dos moradores das ocupações em um verdadeiro suplício. E a luta cotidiana pela sobrevivência, que tem na mulher negra um dos seus principais sujeitos coletivos, machuca, embrutece e restringe seus horizontes.

Por fim, Pedro Cardoso, uma das principais lideranças do MSTB, explica a concepção do próprio movimento a respeito do que é ser Sem Teto, evidenciando, inclusive as discordâncias com as formas de mensuração desenvolvidas pelos órgãos oficiais:

Então, o movimento não existiria se não houvesse o déficit habitacional que no Brasil atualmente chega a 12 milhões. Nos dados oficiais são 9, mas os parâmetros utilizados pelo governo pra definir o que são sem teto são parâmetros diferentes dos nossos. Por exemplo, se uma jovem como você já tivesse um filho, pra nós já é um núcleo familiar. Mas você está morando na casa de seu pai e tem um filho, então você não é contabilizada porque você tem seu pai que tem um teto pra dar. Você não é considerada um núcleo familiar. Então, entende? Pra nós, você é um sem teto. Você está na casa de seu pai, mas você deveria ter o direito de junto com seu marido, que também é jovem, com seu filho, de ter um teto. Então, isso, eles não consideram nas estatísticas. (PEDRO CARDOSO – entrevista ao Projeto Copa do Mundo do IFBA/Camaçari)

1.5.2.5 – A condição de Sem Emprego como resistência ao modelo de acumulação flexível:

O Sem Emprego, para além de um dado estatístico ou uma posição, mesmo que transitória, ocupada no mercado de trabalho, é uma experiência prática estruturadora de, e estruturada por diversas formas de precarização do trabalho manifestadas de forma evidente através das funções de regulação que a condição de Exército de Reserva exerce sobre o sistema Capitalista e sobre as vidas individuais dos trabalhadores. Mas esta mesma condição que fragmenta e lança as trajetórias de milhares de trabalhadores numa situação de desalento e precariedade carrega o seu revés, fazendo com que estes trabalhadores por não ter mais nenhuma alternativa, por não ter mais nada a perder, venham a se constituir individual ou coletivamente, como um lócus de resistência ao atual modelo de sociabilidade engendrado pelo Capital.

No mundo, nestas duas primeiras décadas do século XXI, vemos eclodir movimentos sociais, normalmente encabeçados por jovens desalentados, sem

qualquer perspectiva de inserção consistente e segura no mercado de trabalho. Suas bandeiras fundamentais são a oposição às medidas políticas e econômicas engendradas pelos Estados neoliberais, que lançaram trabalhadores e trabalhadoras em todo o mundo em um penoso processo de precarização do trabalho e das relações humanas, fazendo com que grupos sociais ou nações inteiras, que vivenciaram a experiência de uma sociedade de bem estar, enfrentem a inconstância, o medo e a instabilidade do capitalismo Flexível.

Mas, para além das ações coletivas, que ocorrem, cada vez em maior grau e algumas, cada vez mais violentas, parte das atividades que compõem o dito mercado informal e muitas das estratégias de sobrevivência dos desempregados não se inserem necessariamente nas formas clássicas da exploração capitalista. Desde o surgimento do capitalismo, diversos modos de produção não capitalistas sobrevivem, e alguns deles se constituem como resistências ao modelo de modernização que funda o modo de produção capitalista. Estas formas de reprodução da vida mantêm formas de produção e de organizações sociais ainda baseadas em valores e tradições que não coadunam de forma alguma com as exigências da moderna sociedade capitalista. Assim, simbolizam pequenas formas de resistência ao Capital em geral e também à sua forma Flexível. Como nos lembra Jessé Souza (2010, p.31), “o outro do capitalismo não está apenas fora dele, mas também pode ser gestado no seu interior”. Podemos citar como exemplo os mestres da cultura popular citados anteriormente, artesãos, trabalhadores autônomos que ainda carregam a essência do mestre de ofício, pois fabricam o seu instrumento de trabalho, conhecendo as técnicas de construí-lo e depois de utilizá-lo fazendo arte, como fazia o Mestre Salustiano, que fabricava e tocava a sua própria rabeca, liderando as manifestações culturais do Cavalo Marinho e do Maracatu na cidade de Olinda, no estado de Pernambuco. São inúmeros e complexos exemplos que ainda irão emergir neste estudo. A existência destes mestres e destas práticas representam uma resistência de uma tradição que ainda não fora engolida completamente pela volatilidade do capital. Sob esta mesma forma de interpretação é possível constatar a existência de moradores de rua que enfrentam os mais modernos centros urbanos capitalistas sobrevivendo como se ainda estivessem numa sociedade de coletores e caçadores.

Não é à toa que grande parte dos movimentos sociais urbanos no Brasil, e também da RMS, como os de luta pela moradia, trazem em sua base contingentes significativos de trabalhadores Sem Emprego. A luta pela moradia é, no fim, uma parte de um enfrentamento contra um modelo de sociabilidade que atinge os sujeitos sociais, primeiramente, a meu ver, a partir de suas formas de inserção no trabalho (tanto individuais como familiares e geracionais), situação que se constitui como elemento decisivo para as outras formas de inserções sociais, inclusive o próprio processo de obtenção da moradia.

Outro exemplo também pode ser dado no que diz respeito aos movimentos sociais do campo. Neste segundo caso, são escassos os estudos da Sociologia do Trabalho sobre os Trabalhadores Sem Emprego no campo, mas não significa que não existam, e são objeto de estudo de diversas áreas das Ciências Humanas. Ao contrário, o processo de modernização que tomou as atividades rurais transforma as relações sociais no campo fazendo com que o debate sobre a precarização também atinja de forma contundente estes trabalhadores. Os trabalhadores camponeses que lutam nos movimentos sociais do campo, caracterizados pela luta pela terra, também engrossam as fileiras dos Sem Emprego e se constituem com uma forma de luta contra o modelo de acumulação que os produz.

Retornando ao caso da luta pela moradia, é comum se analisar a condição de Sem Emprego e sua situação de precarização sempre a partir de sua dimensão de subordinação ao sistema produtivo. A dupla condição de sem emprego e sem teto carrega um conjunto de contradições nas quais, mesmo que se possa explicitar de forma latente suas formas de subordinação e sua funcionalidade no processo de reprodução do sistema, a própria condição histórica da luta pela moradia explicita também uma possibilidade de resistência a esta condição de subordinação. Quando examinados sob uma das dimensões do trabalho, a sua condição de estranhamento, de venda direta ou indireta da força de trabalho ao capital, suas trajetórias aparecem fragmentadas e sob a condição da concorrência mútua por um lugar no mercado de trabalho. Nada parece capaz de unificá-los a não ser a própria condição de Sem Emprego e a situação de precarização que ela encerra. No entanto, sob a condição de sem teto, uma outra dimensão do trabalho se manifesta. Para além de ser desempregado, informal, subempregado, conta própria, terceirizado etc, mas ao mesmo tempo sendo tudo isso, cada um deles, devido a sua historicidade e a sua

inserção precária no trabalho, está também sob a condição de luta pela moradia. E esta condição os unifica, enquanto práxis, enquanto ação e tomada de posição diante do sistema. Estas pessoas estão, de certa forma, unidas sob a mesma condição histórica de distintas gerações que tiveram de tomar a força o espaço de sua moradia, mesmo quando este espaço passa a se constituir como mercadoria, e, portanto, como um bem de consumo caro e proibitivo para os mais pobres. Como será demonstrado mais adiante, a luta pela moradia na cidade de Salvador foi e é uma das mais incríveis potências criadoras alavancadas por diversas gerações de trabalhadores e trabalhadoras, dando a cara que esta cidade tem atualmente, definindo não só seus limites, seus desenhos, suas cores e seus contornos, mas também seus conflitos, suas lutas e seus desafios. Acrescenta-se a isso o fato de que a moradia, a casa, é um dos bens de consumo permanentes, duráveis indispensáveis à sobrevivência do ser humano. No capitalismo, só se obtém este bem, como qualquer outro, através da relação de posse ou de propriedade. De uma forma ou de outra, assim como os Sem Terra, ocupar ou invadir qualquer terreno, qualquer prédio numa cidade como Salvador, na qual o espaço urbano, assim como a terra no campo, se configura claramente como uma mercadoria e como um bem de consumo dos mais desejáveis e indispensáveis, passa a ser, de certa forma um enfrentamento às formas capitalistas de propriedade. Nosso estudo mostrará que, no caso do Movimento Sem Teto da Bahia, esta tomada de posição, num dado momento histórico, se configura enquanto um movimento organizado e com propósitos políticos de enfrentamento ao capital muito bem definidos.

No entanto, mesmo atento a este caráter de resistência presente nas formas não capitalistas de reprodução que existem dentro do próprio capitalismo, vale recuperar também Jessé Souza, quando ele relembra a emblemática obra de Luc Boltansky e Eve Chiapello (2009), *O novo espírito do capitalismo*, e nos recorda que “o capitalismo só sobrevive se assimilar, nos seus próprios termos, seus inimigos em cada época histórica” (SOUZA, 2010, p.30). Ou mesmo a interessante reflexão de Zygmunt Bauman ao analisar a Sociedade dos Consumidores:

A sociedade dos consumidores desenvolveu, a um grau sem precedentes, a capacidade de absorver toda e qualquer discordância que ela mesma, ao lado de outros tipos de sociedade, inevitavelmente produz – e então recicla como fonte importante de sua própria reprodução, revigoramento e expansão. (BAUMAN, 2008, p. 66)

Esta tensão, entre resistência e subordinação iluminará o tempo todo esta pesquisa. Perceber que em certa medida, a condição de Sem Emprego e de Sem Teto faz de grande parte desses trabalhadores uma ação de negação e resistência com relação ao capital em geral e à sua perversa forma flexível, mas ao mesmo tempo, assimilando os valores, estratégias de luta e resistência de seus inimigos, este mesmo capital converge esta existência de seu outro, de seus opostos, em instrumento de sua reprodução, como mostra a tese sobre a Superpopulação Relativa ou a bela análise de Francisco de Oliveira sobre a autoconstrução (que ainda veremos no capítulo seguinte). O Capitalismo Flexível revoluciona e se apropria das formas mais distintas do trabalho de artistas populares, artesãos, ambulantes, autônomos, e atividades tradicionais, no século XXI, com a mesma ferocidade que o Capitalismo do século XIX devastou o modo de vida e de trabalho de artesãos, mestres de ofícios, camponeses e outros, com o nascimento da Indústria moderna. Da mesma forma, esse capitalismo assimila as ideologias e os campos de luta desses trabalhadores quando os mesmos aparecem organizados em movimentos ou associações, firmando com eles compromissos e formas de convergência de ideias e condutas (SOUZA, 2010 p.30). Nas palavras de Jessé Souza (idem): “É isso, também, afinal, que permite que o processo de acumulação econômica assuma a aparência de generalidade e universalidade como se realizasse princípios éticos universais”, mesmo diante de realidades e formas de vida que se lhe opõem. Ainda assim, a permanência de atividades e formas de sociabilidade, na Salvador moderna, em pleno século XXI, que expressam formas e ritmos de vida que remetem às sociedades pré-capitalistas, representam, de certa forma, a sobrevivência e reprodução insistente de alguma espécie de resistência, de formas de tradição ou de luta, que se recusam a morrer.

Dito isso mais uma vez lembramos que definir os Sem Emprego ou o Sem Teto passa, portanto, por este exercício teórico prático de entrecruzar as trajetórias dos trabalhadores com mensurações estatísticas, além de desvendar a sua condição histórica, através da revisão de grandes aportes teóricos como a noção de Superpopulação Relativa a partir do confronto dessas teorias com a realidade vivida cotidianamente por estes trabalhadores.

O próximo passo agora é tentar reconstruir teórica e empiricamente o processo de reprodução e o uso da força de trabalho no Brasil e na Região

Metropolitana de Salvador. Para tanto, deve-se atentar para a condição estrutural desse mercado de trabalho marcado pela reprodução da relação entre a existência de um largo excedente de trabalhadores e a situação de precariedade que condiciona suas vidas e permite a superexploração do trabalho para a reprodução do capital. Assim, deve-se atentar, também para a maneira como o capital se apropria das formas de resistência dos trabalhadores ao longo de todo século XX e início do século XXI, seja nas lutas mais diretamente ligadas ao conflito entre capital e trabalho na sua forma clássica (venda direta da força de trabalho ao capitalista), seja através das lutas pela obtenção de um dos mais importantes bens para a subsistência e reprodução destes trabalhadores, a moradia.

CAPÍTULO 2 – A QUESTÃO URBANA E O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: ESPOLIAÇÃO URBANA E PRECARIZAÇÃO SOCIAL.

Não é objetivo deste texto fazer uma digressão que dê conta da formação política, econômica e social do Brasil, mas é preciso esclarecer que é sob as bases de um conhecimento histórico a respeito das lutas e das formas de dominação que compuseram a nossa história é que se baseará esta breve análise sobre a formação do mercado de trabalho no Brasil e na Bahia. Como é sabido, em países periféricos, como o Brasil, jamais se constituiu um tipo de sociedade nos moldes do pacto social que se estabeleceu nos países centrais europeus e nos Estados Unidos. Isto porque o fordismo periférico, como é conhecido o tipo de industrialização que se desenvolve nos chamados países de terceiro mundo, é marcado, por exemplo, no Brasil e em outros países da América Latina, por um conjunto de singularidades e especificidades condicionadas por uma herança histórica complexa em que se inter cruzam experiências de lutas e resistências indígena, negra, operária, camponesa e popular, frente à imposição dos interesses de poder das classes dominantes nacionais e estrangeiras, que engendraram as distintas formas de dominação que marcam a história de nosso país.

Mesmo quando as formas de exploração capitalista se tornam hegemônicas para a estruturação do mercado de trabalho no Brasil, o processo histórico que aqui se desenvolve engendrará um tipo de sociabilidade bem distinta daquelas construídas nos chamados países centrais. A herança histórica da violência física e simbólica características do tipo de dominação colonial e também do trabalho escravo que sustentou esta dominação condicionou a formação do mundo do trabalho no Brasil e, somada a novos aspectos sócio políticos que compuseram o cenário de “modernização” de nosso país no período pós colonial, engendrou uma forma singular de luta de classes periférica, construindo uma sociabilidade de cunho capitalista com contornos bem mais perversos que os encontrados nos países centrais. O assim chamado “capitalismo selvagem” dos países de terceiro mundo se constituiu e se constitui sob a égide de um mercado de trabalho cuja marca fundamental sempre foi a condição de precariedade sob as quais esteve imersa a classe trabalhadora brasileira.

Neste sentido, embora não se possa falar em um Estado de Bem Estar Social ou em um pacto fordista no Brasil, o modelo de industrialização desenvolvido no país, bem como o conjunto de políticas sociais, somado à legislação trabalhista “criada” pelo Estado, inauguram uma fase na história do Brasil na qual se passa a acreditar na possibilidade de uma formalização completa das relações de trabalho e, com isso, na construção de uma sociedade salarial capaz de levar o país a um tipo de desenvolvimento característico dos países centrais. Este sonho que se constrói mesmo sob as mazelas de um país *de economia dependente* se desfaz, quando, nas décadas de oitenta e noventa do século XX, o Brasil adota as medidas de liberalização da economia e ingressa, também, na era do capitalismo flexível.

É sob esta ótica que, neste capítulo, será feita uma breve digressão sobre a transformação do mercado de trabalho no Brasil e na Bahia. No caso da Bahia, devido ao próprio foco da pesquisa e também condicionado pelo histórico de dependência de todas as outras regiões do estado à sua capital, a análise se concentrará na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Devido aos rumos tomados por esta pesquisa, a partir da definição do recorte empírico que volta completamente a atenção deste trabalho para a vida dos trabalhadores Sem-emprego/Sem-teto, este capítulo conterá algumas considerações acerca das transformações e fenômenos que marcam, de uma forma mais geral, a formação de alguns dos principais centros urbanos do Brasil, tendo esses processos como elucidativos também para uma melhor compreensão a respeito da formação da cidade de Salvador.

2.1 - A evolução do mercado de trabalho no Brasil:

A constituição e desenvolvimento do mercado de trabalho no Brasil revela uma heterogeneidade que se reflete também nas distintas formas de exploração do trabalho no campo e na cidade, por exemplo. Ainda assim, deixando clara a evidência desta heterogeneidade, é possível fazer uma abordagem visando abranger aspectos mais gerais sobre este mercado de trabalho, que, de uma forma ou de outra, condicionam inclusive estas singularidades temporais e locais e que

ajudam a elucidar as questões mais diretamente ligadas ao mercado de trabalho da Região Metropolitana Salvador.

Segundo Feitosa dos Santos (2000), a história do recrutamento da força de trabalho no Brasil é, desde sua origem como colônia escravista até os dias atuais, mesmo que às vezes de forma simbólica, neste segundo caso, marcada pelo autoritarismo, a submissão e a violência. As análises deste autor sobre as formas de trabalho presentes no Brasil Colônia ou Império esclarecem sobre uma dificuldade de se falar em mercado de trabalho no país durante estes períodos. Segundo demonstra a literatura sobre esta temática, convivem nesta fase de nossa história distintas formas de exploração do trabalho que, mesmo sendo majoritariamente formadas pelo trabalho de escravizados, em parte trazidos à força da África e, em outra parte, pelo uso da escravização dos povos nativos locais, são complementadas pelo trabalho livre, também brutalizado, fazendo funcionar, assim, a complexa estrutura do mundo do trabalho das cidades que formavam o Brasil deste tempo. A historiografia recente demonstra que é ainda a partir desta época que se pode remontar o processo histórico de formação de uma experiência capaz de formar uma identidade entre os trabalhadores que construíram o Brasil. Assim, mesmo não se podendo ainda falar em um mercado de trabalho no sentido que se entende atualmente, é possível se falar na formação de uma experiência de classe, já nesse período, a partir das diversas experiências de revoltas e movimentos compartilhados pelos trabalhadores escravizados e livres (BADARÓ, 2004; 2007).

Mesmo com a abolição da escravidão em 1888, leva-se cerca de meio século até que se efetive historicamente o duro processo de estruturação e institucionalização do mercado de trabalho no País. Assim, é somente no século XX, mais precisamente a partir da década de 40, que se começa a identificar a formação de um mercado de trabalho no Brasil, mesmo que de forma singular e precarizada, nos moldes tipicamente capitalistas. Segundo Márcio Pochmann (2012, p.23-24):

Mesmo com a transição do trabalho escravo para a situação de trabalho livre, decorrente do avanço do capitalismo no Brasil, não houve imediata interrupção das atividades de natureza servil, que se manifestavam já há muito tempo e por diversidade regional fundamentalmente em formas de criadagem, prestação de serviços domésticos ao modo de vida dos ricos, capangagem, entre outras. A abolição do trabalho escravo desacompanhado da realização da reforma agrária se deu com o ingresso de um significativo contingente de trabalhadores imigrantes europeus, o que favoreceu o surgimento de grande contingente de trabalhadores sobrantes logo na formação do mercado de trabalho livre no país (final do século XIX).

Desta forma, começa a se formar o mercado de trabalho necessário ao tipo de capitalismo que se desenvolve no Brasil, com a existência sempre marcante de uma superpopulação relativa, garantindo um contingente de trabalhadores sempre disponíveis ao capital, mantendo as condições de reprodução da força de trabalho no Brasil, seja sob baixos salários, ou nas formas “não tipicamente capitalistas” de inserção, como o trabalho autônomo, sempre na condição de precariedade. A existência e reprodução destas atividades “não tipicamente capitalistas”, em sua maioria, ou quase completude, marca uma outra característica forte desse modelo de industrialização brasileira, qual seja, o fato de que o maior absorvedor de postos de trabalho, mesmo em períodos de crescimento do setor Secundário, é o setor Terciário, lugar, por excelência destas atividades “não capitalistas”²⁰ (OLIVEIRA, 2003). Esta condição, que marca o processo de industrialização do Brasil, é parte indispensável dos interesses do tipo de capitalismo que se desenvolve no país, associados aos interesses do capitalismo internacional. Assim, mesmo durante o período de industrialização do Brasil (1930-1980), as mais modernas atividades trazidas com este processo, convivem com as mais diversas formas de trabalho, de ocupações, que não atendem às características de contrato e condições consideradas, naquele momento histórico²¹, “típicas do capitalismo”, mas que existem alimentando e contribuindo funcionalmente para a reprodução do capitalismo periférico brasileiro.

2.1.1 – A estruturação do mercado de trabalho brasileiro no pós 1930:

²⁰ O uso do termo “não tipicamente capitalista” é usado, desta forma, na literatura, com o objetivo de diferenciar a relação de venda e compra direta da força de trabalho pelo capital, considerada a relação definidora do modo de produção capitalista, das outras formas de exercício do trabalho nas quais a subordinação ao capital se dá pelo assalariamento ou venda indireta da força de trabalho, como no caso do trabalhador autônomo, o conta própria, etc. Neste caso, a relação de trabalho fugiria, numa concepção mais ortodoxa, ao caso típico que define uma relação de trabalho capitalista, mas como já foi demonstrado anteriormente, nos termos deste estudo, trata-se de relações de subordinação do trabalho ao capital.

²¹ Trata-se de um período histórico no qual a referência ao contrato de trabalho nos moldes do emprego protegido era entendida como a condição mais típica, mais normal, definidora da relação capitalista. Isto por conta do predomínio, naquele momento histórico, nos países desenvolvidos de uma forma de exploração do capital característica do Estado de Bem Estar, predominante nas nações europeias.

Assim, em se tratando desse mercado de trabalho mais estruturado, Pochmann (1999) aponta dois períodos distintos na evolução do mercado de trabalho no Brasil. O primeiro, que vai de 1940 até 1980, diz respeito ao movimento de estruturação do mercado de trabalho ocorrido de forma simultânea ao processo de industrialização do país, marcado pela institucionalização das relações de trabalho (criação da CLT), expansão do emprego assalariado e com registro, principalmente nos segmentos considerados “tipicamente” capitalistas.

Nesse período, sustentada numa política desenvolvimentista alavancada, ao mesmo tempo pelo Estado, quanto pelos interesses das classes dominantes nacionais e internacionais, mas sustentada de fato pelo braço e suor da classe trabalhadora, começa a se construir no Brasil, junto a este processo de industrialização, um tipo de cidadania engendrada no e pelo trabalho. Esse processo histórico foi, portanto, constituído por diversas lutas de trabalhadores que, partindo ainda do período colonial, passando pela primeira república, até chegar nas “eras” de Vargas e Juscelino, visam, algumas delas, superar a brutalidade das condições do trabalho escravo ou livre no Brasil, ou mesmo, visam outras, transformar, de fato, de forma profunda e definitiva, as formas de organização da moderna sociedade industrial que começava a se constituir no país. Apropriando-se de diversas dessas lutas, mas também sendo pressionados por elas, e sendo obrigados também a ceder a diversas das reivindicações históricas dos trabalhadores, o Estado e as elites²² econômicas nacionais e internacionais também arquitetam seu projeto de desenvolvimento nacional, sustentado na relação existente entre a própria lógica estruturante advinda das relações internas do país e a dependência aos interesses do capital internacional.

Assim, desse processo dialético histórico entre os interesses do Estado, do capital e da classe trabalhadora, engendra-se um modelo de desenvolvimento industrial, ou de modernização no país que, para se efetivar de fato dentro dos interesses da expansão do capitalismo no mundo, precisava superar certos entraves da economia colonial, mas manter também práticas antigas, culturais, políticas e econômicas que pudessem atender ao processo singular de modernização que

²² Quando me refiro ao processo inicial de industrialização do Brasil, acabo optando por usar, em certos momentos, o termo “elites nacionais” em detrimento de “burguesia nacional”, por se tratar de uma fase em que a burguesia industrial ainda está se formando e o projeto de modernização do país estava sendo alavancado por diversos setores dominantes, entre eles, até mesmo a elite agroexportadora.

requer uma economia dependente. Desta forma, se por um lado se tem a consolidação de uma Legislação Trabalhista, por exemplo, fruto da luta de diversos trabalhadores desde o início do século XIX, o resultado final da luta, com a efetiva consolidação da lei aparece historicamente como dádiva do Estado Populista de Vargas. E parte dos efeitos da lei, aqueles que beneficiariam de fato os trabalhadores em alguma medida, não serão sentidos pela imensa parcela da classe trabalhadora brasileira, por um longo período. Mesmo não alcançando a todos, os benefícios e conquistas irão se expandir entre os trabalhadores brasileiros. Isso se dará lenta e paulatinamente, mas será este processo lento que criará as condições para a estruturação de um mercado de trabalho que atendesse as condições de formar uma economia de fato pertencente ao moderno capitalismo industrial. A construção de direitos e benefícios aos trabalhadores brasileiros, mesmo que mínimos, se comparados aos que de fato foram concedidos aos trabalhadores europeus, é, portanto, fruto da luta destes mesmos trabalhadores, mas é também, naquele momento histórico, uma necessidade ou uma condição para a própria economia capitalista se estabelecer. Constitui-se, assim, o ambiente político, ideológico, cultural e jurídico adequado para que o contrato de compra e venda da força de trabalho, que instaura a relação capitalista típica geradora de mais valia direta, se legitime, se torne um hábito, ou até mesmo, um símbolo de cidadania, de vitória pessoal e de inserção digna na sociedade. Sobre esta questão assim reflete Francisco de Oliveira ao analisar a função da Legislação Trabalhista no processo de formação do moderno capitalismo brasileiro (2003, p.38):

O decisivo é que as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação. Para tanto, a população em geral, e especificamente a população que afluía às cidades, necessitava ser transformada em “exército de reserva”. Essa conversão de enormes contingentes populacionais em “exército de reserva”, adequado à produção do capital, era pertinente e necessária do ponto de vista do modo de acumulação que se iniciava ou que buscava reforçar, por duas razões principais: de um lado, propiciava o horizonte médio para o cálculo econômico empresarial, liberto do pesadelo de um mercado de concorrência perfeita, no qual ele devesse competir pelo uso dos dois fatores; de outro lado, a legislação trabalhista igualava reduzindo – antes que incrementando – o preço da força de trabalho.

E num outro momento acrescenta:

O populismo é a larga operação dessa adequação que começa por estabelecer a forma da junção “arcaico” e do “novo”, corporativista como se tem assinalado, cujo epicentro será a fundação de novas formas de

relacionamento entre o capital e o trabalho, a fim de criar as fontes internas da acumulação. A legislação trabalhista criará as condições para isto. Ao mesmo tempo que cria as condições para a acumulação necessária para a industrialização, a legislação trabalhista, no sentido dado por Weffort, é a cumeira de um pacto de classes, no qual a nascente burguesia industrial usará o apoio das classes trabalhadoras urbanas para liquidar politicamente as antigas classes proprietárias rurais[...] (OLIVEIRA, 2003, p.64)

A fixação do salário mínimo, por exemplo, se torna elemento central nesse processo de reprodução do capital, baixando o valor da força de trabalho, tornando esse mínimo o máximo gasto que o capital tem obrigação de ter com a reprodução da classe trabalhadora, ao impedir, já que fixado pelo Estado, que este salário fosse regulado pelas “livres leis do mercado” (OLIVEIRA, 2003).

Apesar de atravessar um processo crescente de estruturação e formalização do mercado de trabalho, a vasta literatura que discorre sobre este processo de industrialização no país (CARVALHO, 1986; CACCIAMALI, 1989; MATOSO, 1990; OLIVEIRA, 1972, 2003; BORGES, 2003; FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004) aponta que o padrão de desenvolvimento adotado pelos países subdesenvolvidos, sustentado num sistema de substituição de importações, se dá mediante uma industrialização com insuficiente oferta de empregos para absorver toda a população economicamente ativa. A consequência disto é a reprodução e manutenção de um excedente de mão-de-obra que se apresentava sob a forma de trabalhos realizados em atividades ainda não organizadas nos moldes “tipicamente capitalistas”. Com isso, mesmo atravessando um período longo de crescimento das relações formais de trabalho, impulsionado pela implementação do projeto de industrialização nacional (1950-80) e institucionalização destas relações devido a Consolidação das Leis do Trabalho (1943), ou seja, não se fundou neste país um pacto social que garantisse um pilar de direitos para a maioria de sua população como se deu nos países centrais do capitalismo.

Para compreender este fenômeno que forma o mercado de trabalho brasileiro e, de certa forma, de toda América Latina, diversas análises e teorias foram criadas a partir de estudos concretos sobre o processo de industrialização dos países de terceiro mundo. Ater-nos-emos a um desses clássicos, já citado acima, para melhor compreender este processo histórico. Trata-se da obra, *Crítica à Razão Dualista*, de

1972²³, de Francisco de Oliveira. Nesta obra, Chico de Oliveira busca desvendar o processo de industrialização do Brasil opondo-se às interpretações marcadas pela dualidade *moderno x arcaico* presentes, por exemplo, nas teorias da *dependência* e da *marginalidade*, e nas teses Cepalinas sobre a modernização/industrialização dos países de terceiro mundo.

Francisco de Oliveira parte da premissa que o processo de industrialização do Brasil que se efetiva no pós anos 1930 diz respeito ao processo mais geral de expansão do Capital em geral. No entanto, no Brasil (e em outros países da América Latina), este processo se dá com uma especificidade particular, ou seja, “não repete nem reproduz *ipsis litteris* o modelo clássico do capitalismo nos países desenvolvidos nem a estrutura que é seu resultado.” (OLIVEIRA, 2003, p. 61)

Assim, Francisco de Oliveira destaca duas “especificidades particulares” do modelo de industrialização no Brasil que, por sua vez, podem ser desdobrados em diversas outras possibilidades de entendimento. A primeira delas é o fato de que, diferente do modelo clássico, o processo de industrialização que se deu no Brasil e a sua progressão ocorreu sem a necessidade de completa destruição do modo de produção anterior. Ao contrário, a manutenção do modo anterior, é condição necessária para a reprodução do tipo de capitalismo que se desenvolve no país. A segunda “especificidade particular” diz respeito à estruturação da economia industrial urbana, mais especificamente no que tange à proporção das participações dos setores Secundário e Terciário na estrutura do emprego. Dito de outra forma, trata-se da questão sempre recorrente da incapacidade do setor Secundário gerar uma quantidade de empregos suficientes para incorporar a massa de trabalhadores que passa a compor o mercado de trabalho brasileiro, ingressando majoritariamente no ramo de Serviços, composto fundamentalmente por atividades “não tipicamente capitalistas”.

Para compreender, então, este processo histórico de modernização/industrialização do Brasil, Francisco de Oliveira realiza o levantamento e análise de alguns aspectos que, na verdade, se relacionam dialeticamente, um condicionando o outro e produzindo resultados interdependentes.

²³ Embora a obra *Crítica a Razão Dualista* tenha sido publicada primeiramente em 1972, nos cadernos CEBRAP, o nosso acesso à obra, neste trabalho, para efeito de citação foi a recente publicação deste artigo em um livro editado pela Boitempo Editorial em 2003.

Assim, o primeiro desses aspectos diz respeito à intervenção do Estado na estruturação da oferta dos fatores necessários à formação do mercado nos moldes exigidos por uma economia capitalista moderna. Neste primeiro ponto, Francisco de Oliveira destaca, como já tratamos anteriormente, a intervenção do Estado na regulação da relação entre trabalho e capital, com a Consolidação das Leis Trabalhistas, regulando os salários (através da fixação do salário mínimo) e a oferta da força de trabalho no mercado, produzindo um contingente de reserva, disponível aos diferentes usos do capital.

Para além desse “incentivo” à criação das condições necessárias à instauração da concorrência entre os trabalhadores demonstrados por Francisco de Oliveira, Druck (1999) destaca a intervenção do Estado Brasileiro sobre o controle dos movimentos dos trabalhadores, em especial, sobre os sindicatos. É bastante difundida na historiografia brasileira (GOMES, 2005; BADARÓ MATOS, 2008; WERNEK VIANA, 1999 e outros) as análises sobre os intensos movimentos de luta e resistência do “operariado” do país na primeira metade do século XX. O Estado varguista responderá com a construção de uma estrutura sindical, no pós anos 1930, oficializada pelo Ministério do Trabalho, totalmente verticalizada, corporativa e submetida totalmente ao controle do Estado (DRUCK, 1999, p 57). A autora ainda acrescenta:

Ou seja, foi necessário vencer a resistência operária através de seus sindicatos livres, colocando-os na ilegalidade, reprimindo e prendendo seus dirigentes, para estabelecer, a contento, o ideário taylorista. Esta política do Estado varguista se completava com a aplicação da legislação trabalhista, que visava regulamentar o mercado de trabalho ao tempo em que impunha limites a uma certa selvageria existente nas práticas dos empresários brasileiros. Além do mais, esta legislação atendia também a algumas reivindicações operárias (direito a férias, regulamentação da jornada de trabalho, folga no domingo, salário mínimo etc.) e, nesta medida, foi usada como instrumento de persuasão por Vargas, na tentativa de ganhar adesão dos trabalhadores ao seu projeto. (idem)

Desta forma, além de engendrar a concorrência entre os trabalhadores, a Legislação Trabalhista cumpre um duplo papel. De um lado, serve como instrumento de cooptação dos trabalhadores, ao colocar em prática algumas de suas reivindicações e, por outro lado, funciona como um freio para própria burguesia, protegendo-a de si mesma, ao impedir que o excesso de suas práticas de exploração entravasse o próprio processo de desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil.

O segundo aspecto destacado por Francisco de Oliveira diz respeito à intervenção da estruturação dos outros fatores, além do trabalho, que são necessários ao “desenvolvimento” e reprodução da economia capitalista. Assim, cabe ao Estado interferir no preço, distribuir perdas e ganhos entre os diferentes estratos da própria classe capitalista, criar as estruturas para a consolidação e reprodução do setor industrial, destruir e conservar o velho sistema (agroexportador sustentado no cultivo do café), reproduzir o novo sobre o velho, criar subsídios, etc.. Assim, o “Estado intervém para destruir o modo para o qual a economia se inclinava naturalmente, criando e recriando as condições do novo modo de acumulação.” (OLIVEIRA, 2003, p. 40)

O terceiro aspecto, diretamente ligado aos dois anteriores, é o papel que a agricultura passa a ter neste processo de reprodução do capital. Segundo Francisco de Oliveira (2003, p. 42-43):

A solução do chamado “problema agrário” nos anos da “passagem” da economia de base agrário-exportadora para a urbano-industrial é um ponto fundamental para a reprodução das condições da expansão capitalista. Ela é um complexo de soluções, cujas vertentes se apoiam no enorme contingente de mão-de-obra, na oferta elástica de terras e na viabilização do encontro desses dois fatores pela ação do Estado construindo a infraestrutura, principalmente a rede rodoviária. Ela é um complexo de soluções cujo denominador comum reside na permanente expansão horizontal da ocupação com baixíssimos coeficientes da capitalização prévia: numa palavra, opera com uma sorte de “acumulação primitiva”.

Este conceito utilizado por Marx para descrever o processo de expropriação do campesinato é redefinido na análise de Francisco de Oliveira. Primeiro porque no Brasil, há um processo em que não se expropria a propriedade (a lógica do latifúndio permanece), ao contrário, expropria-se o excedente produzido, sendo este revertido para o processo de reprodução da “nova” economia capitalista. Segundo, neste tipo de capitalismo que se desenvolve sob esta lógica, esta “acumulação primitiva” não representa uma etapa transitória que se supera com o avanço das forças produtivas, ela é necessária e, portanto, estrutural e, por isso, permanece.

A agricultura, neste caso, destituída paulatinamente da posição de centralidade no projeto da economia nacional, passa a assumir um duplo papel: primeiro, no que diz respeito aos seus produtos de exportação, “ela deve suprir as necessidades de bens de capital e intermediários de produção externa”, antes de simplesmente servir para o pagamento de bens de consumo. É dela que vem o

capital para as inversões necessárias à reprodução do “novo” modo de produção. Segundo, no que diz respeito aos seus produtos voltados para o mercado interno “a agricultura deve suprir as necessidade das massas urbanas, para não elevar o custo da alimentação principalmente e secundariamente o custo das matérias primas” (OLIVEIRA, 2003, 42), barateando desta forma os custos com a força de trabalho. O ponto nevrálgico deste processo, segundo Chico de Oliveira, consiste em manter a estrutura agrária ativa, funcionando a serviço do processo de construção e reprodução do “novo” modelo urbano-industrial, sem estimula-la como atividade central do sistema.

Desta forma, longe de se comportarem na lógica do moderno e atrasado, a agricultura e a indústria no Brasil, neste período, se completam numa relação dialética que visa à implementação de uma relação capitalista original, típica dos países periféricos. A agricultura dentro desse processo mais geral de acumulação que proporciona o desenvolvimento industrial no país, fornece, de um lado, contingentes de força de trabalho em número suficiente para que seja absorvido parcialmente pela indústria, formando um exército de reserva funcional às necessidades do capital e, de outro lado, fornecem os alimentos mais baratos para o consumo da massa dos trabalhadores urbanos mediante a exploração da força do trabalho no campo. Já a indústria redefine as condições de produção e exploração do trabalho no campo, já que este passa a ter que atender as necessidades de barateamento dos custos de reprodução do capital, o que leva à formação de uma espécie de proletariado rural.

O quarto aspecto analisado por Francisco de Oliveira diz respeito ao processo de formação do setor industrial propriamente dito. Neste caso, o autor chama a atenção para a interpretação equivocada do chamado “processo de substituição de importações” que teria alavancado a industrialização que se dá no país pós anos 1930. O processo é interpretado da seguinte maneira: a crise cambial de 30 que encarece os produtos importados, juntamente com a II Guerra Mundial impossibilitam o acesso aos bens de consumo importados para o País, estes, passam a ter que ser produzidos internamente, alavancando o processo de industrialização no Brasil. Disso duas deduções acabam sendo feitas: primeiro a de que a industrialização substitutiva de importações atendera à uma demanda do consumo e não da produção e conseqüentemente da acumulação do capital;

segundo, que a produção de sofisticados bens de consumo, mediante este processo de industrialização é que teria criado a estrutura de classes no Brasil, gerando uma desigual distribuição de rendas e fundando a estrutura desigual dualista em nossa economia. A esta interpretação, Francisco de Oliveira responde:

[...] a industrialização sempre se dá visando, em primeiro lugar, atender as necessidades da acumulação e não do consumo. Concretamente, se existe uma importante massa urbana, força de trabalho industrial e dos serviços, e se é importante manter baixo o custo de manutenção dessa força de trabalho, a fim de não ameaçar a inversão, torna-se inevitável e necessário produzir bens internos que fazem parte do custo de reprodução da força de trabalho; o custo de oportunidade entre gastar divisas para manter a força de trabalho e produzir internamente favorece sempre a segunda alternativa e não a primeira. (OLIVEIRA, 2003, p.50)

Desta forma, neste processo de substituição de importações, segundo Francisco de Oliveira, se produziu internamente, em primeiro lugar, os bens de consumo necessários à reprodução das classes populares, visando garantir a redução de custos necessária à inversão. Mais uma vez, o baixo valor desses bens de consumo mais imediatos às classes mais populares rebaixa o custo de reprodução da força de trabalho. Analisando assim, a substituição de importações seria a alternativa para a industrialização brasileira, havendo ou não a crise internacional.

Mesmo no governo de Kubitschek, quando a economia brasileira se internacionaliza e a produção de bens de consumo duráveis, de alto custo, principalmente os automóveis, se torna hegemônica no país, esta lógica não se desfaz. Desde que o custo da produção desses bens duráveis não rebatesse num aumento do valor da reprodução da classe trabalhadora, a economia brasileira, sustentada desde então numa fortíssima concentração de renda, podia vender automóveis a altos preços a um seletos público com renda suficiente para sustentar este mercado e reproduzi-lo, sem impactos sobre o valor dos bens necessários às classes populares.

O quinto aspecto desse engendramento da sociedade urbano industrial no Brasil é a tão debatida hipertrofia do setor Terciário. A tese subdesenvolvimentista defende que houve um desproporcional crescimento do setor terciário no Brasil, marcado por formas de organização do trabalho não tipicamente capitalistas que impediam o desenvolvimento de uma moderna indústria capitalista no país. A origem

desse terciário se daria, por um lado, pela incapacidade do setor Primário de reter estes contingentes de trabalhadores no campo e, de outro lado, pela dificuldade desse aumento do contingente populacional urbano, provocado pelo êxodo rural ser absorvido pelo setor Secundário (industrial). Francisco de Oliveira, se opondo a essas interpretações propõe uma hipótese distinta:

O crescimento do terciário, na forma em que se dá, absorvendo crescentemente a força de trabalho, tanto em termos absolutos como relativos, faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil; não se está em presença de nenhuma “inchação” nem de nenhum segmento “marginal” da economia. (OLIVEIRA, 2003, p.54)

A expansão do sistema capitalista no Brasil se deu em um mercado extremamente pobre, sem o desenvolvimento de uma estrutura urbana sobre a qual pudesse repousar o desenvolvimento industrial. No entanto, esse crescimento industrial não poderia se dar sem o apoio de serviços propriamente urbanos, que não existiam de fato na estrutura social e econômica brasileira. A criação desses serviços, indispensáveis, poderia concorrer com o empreendimento do setor Secundário para o qual se destinavam todos os recursos da acumulação. A solução encontrada foi a implantação e reprodução desses serviços utilizando a mão de obra excedente abundante (a reserva), através do crescimento horizontal de antigas e novas atividades com baixíssimos níveis de capitalização. Segundo o próprio Francisco de Oliveira (2003, p.56-57):

Em poucas palavras, o fenômeno que existe não é o de uma inchação do Terciário. O tamanho deste, numa economia como a brasileira, do ponto de vista de sua participação no emprego total, é uma questão estreitamente ligada à acumulação urbano-industrial. A aceleração do crescimento, cujo epicentro passa a ser a indústria, exige, das cidades brasileiras – sedes por excelência do novo ciclo de expansão -, infra-estrutura e requerimentos em serviços para os quais elas não estavam previamente dotadas. A intensidade do crescimento industrial, que em trinta anos passa de 19% para 30% de participação no produto bruto, não permitirá uma intensa e simultânea capitalização dos serviços, sob pena de esses concorrerem com a indústria propriamente dita pelos escassos fundos disponíveis para a acumulação capitalística. Tal contradição é resolvida mediante o crescimento não capitalístico do setor Terciário.

Assim, o próprio sistema gera um terciário que garante dialeticamente a reprodução do sistema sob dois aspectos: por um lado, estas atividades engendradas e reproduzidas sob um baixo coeficiente de capitalização não consomem excedente; por outro lado, os serviços realizados por uma força de

trabalho extremamente mal remunerada, transferem para as atividades capitalistas, de forma direta ou indireta uma quantidade de valor, gerando mais valor. Desta forma, como já dito anteriormente, um conjunto de bens, como aparelhos eletrônicos, de higiene pessoal e beleza, vestuário, alimentos e tantos outros, são oferecidos no chamado mercado informal e estes trabalhadores fazem circular estas mercadorias, trabalhando, desta forma, para o capital. Trabalham também para este capital ao cumprir a função de contribuir diretamente para o processo de reprodução do mesmo, regulando o salário e o mercado e ampliando a concorrência entre os trabalhadores. Estes trabalhadores compõem, em sua maioria, o que se denominou, nos estudos sobre o mercado de trabalho brasileiro, de trabalhadores informais ou setor informal.

Por fim e de forma central para a discussão que me proponho neste trabalho está o processo de urbanização do Brasil. O crescimento urbano é, portanto, a “contrapartida da desruralização do produto”. A forma desta urbanização também será marcada por este tipo singular de capitalismo que se desenvolve no país, sustentada no empobrecimento da grande parte da classe trabalhadora. A reprodução dessa classe trabalhadora se dará, portanto, mediante a reprodução da ocupação urbana e da moradia precárias. A esses trabalhadores urbanos serão reservados os espaços mais arriscados e insalubres para a construção de suas moradias, como avenidas de vale, morros, encostas ou locais distantes do seu trabalho, com pouca ou nenhuma infraestrutura de serviços urbanos como transporte, hospitais, postos de saúde, escolas, espaços de lazer, etc. Nestes espaços a alternativa para a moradia se dará pelo modelo da autoconstrução, realizada pelos próprios trabalhadores de forma individual, ou através de mutirões realizados nas horas de “não trabalho”. Mais uma vez a reprodução da classe trabalhadora se realiza com pouquíssimo ou nenhum ônus para o capital. A moradia, não esqueçamos, é um dos bens indispensáveis à reprodução da força de trabalho e sua obtenção por parte do trabalhador. Através da autoconstrução, desonera-se o capital barateando ainda mais o valor da força de trabalho. Nas palavras de Francisco de Oliveira (2003, p.59):

Uma não insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o “mutirão”. Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se reproduz por trabalho não pago, isto é, super-trabalho. Embora aparentemente esse bem não seja

desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de “economia natural” dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho.

É neste sentido que afirmo que, mesmo as formas de luta para a obtenção da moradia que se tornaram históricas nos grandes centros urbanos do país, embora representem uma espécie de resistência aos modelos “formais” de obtenção e consumo da moradia, através da compra ou do aluguel, podem significar também uma forma de exploração do trabalho, já que desonera o capital dos custos com a moradia que estariam embutidos no valor da força de trabalho. Como o trabalhador “se vira”, “dá seu jeito”, pra conseguir morar, as formas de moradia informais acabam se constituindo como mecanismos de reprodução do capital, no mesmo tempo em que se evidenciam em formas de resistência e luta dos trabalhadores, encerrando uma contradição, característica do tipo de urbanização necessária ao tipo de capitalismo que se desenvolve no país.

Ora, todo este processo descrito por Francisco de Oliveira demonstra as transformações estruturais que formaram o modo de acumulação característico da expansão capitalista no Brasil depois dos anos 1930. Essa expansão se dá “introduzindo relações novas no arcaico”, o que leva a uma liberação de força de trabalho que “suporta a acumulação industrial-urbana” e “reproduzindo relações arcaicas no novo”, que possibilita a preservação do “potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo.” (OLIVEIRA, 2003, p.60)²⁴

Segundo Druck (1999, p.58), o projeto de industrialização da era Vargas, de conteúdo nacionalista, mal se completara quando passa a ser substituído por uma intensa internacionalização da indústria brasileira através da implantação do setor de bens duráveis controlado por multinacionais, a partir do governo de Kubitschek. A

²⁴ Apesar de já se terem transcorrido mais de 50 anos que esta obra foi escrita por Francisco de Oliveira, a forma original como o sociólogo brasileiro atualiza e instrumentaliza as categorias de análise e as teorias marxianas fazem da *Crítica a Razão Dualista* um aparato teórico conceitual, a meu ver, ainda indispensável, para se compreender a formação e tendências estruturais que permanecem no processo de reprodução do capitalismo brasileiro até os dias atuais.

consequência deste processo foi, no plano exterior, uma ampliação considerável da dívida externa e uma maior dependência da economia nacional com relação aos interesses do capital internacional. No plano interno, tem-se um acirramento das condições de precariedade de parte da classe trabalhadora brasileira sustentada numa fortíssima concentração de renda, baixos salários, um mercado informal gigantesco e baixa participação política nas decisões sobre os rumos do país.

No entanto, esta condição de implementação do capitalismo brasileiro através de um tipo de fordismo periférico não impediu o país de se modernizar. Para que esse processo se consolidasse foi preciso uma intervenção mais direta e dura de um Estado autoritário que se estabeleceu na década de 1960 com o golpe militar de 64 (DRUCK, 1999). No mundo, e também no Brasil, não eram poucas as insatisfações com o projeto capitalista fordista, e a ameaça Socialista como alternativa de outro modo de organização social ultrapassara as fronteiras da Europa e chegara a América com exemplos práticos de Cuba e do Chile. No Brasil, a agitação social também era grande e a tendência à luta pela construção de uma alternativa diferente do projeto da classe dominante brasileira culminara na eleição de João Goulart à presidência da República. Sentindo o seu projeto político e econômico ameaçado, os grupos dominantes nacionais, em 31 de março de 1964, apoiam o golpe militar que derruba Jango do poder, e “devolve as rédeas da história” à burguesia nacional, retomando o projeto de desenvolvimento vigente até então. Segundo Druck (1999, p. 59):

Em linhas gerais, o golpe de 64 veio para selar este padrão de desenvolvimento periférico e, para isso, teve que por fim a todas as lutas e mobilizações da sociedade civil que se opunham a este projeto. Foi então, centralmente, pela via da força e da coerção que se consolidou o Fordismo no Brasil.

Ao se afirmar sobre o caráter conservador e autoritário do padrão fordista brasileiro, não se quer dizer que não houve lutas e resistências e, em alguns casos pontuais, até mesmo vitórias. Contudo, efetivamente, não ocorreu no Brasil o processo de integração de amplas massas ao mercado de trabalho e de consumo. A exclusão social integra a estrutura histórica da sociedade brasileira.

Mantém-se, portanto, a lógica da estrutura descrita por Francisco de Oliveira, marcada por um desemprego estrutural crônico. Desemprego este, que se configura na prática, devido à necessidade de sobrevivência dos trabalhadores e

trabalhadoras nas mais diversas formas de inserções precárias no mundo do trabalho, denominadas, neste momento histórico, de atividades informais. Entre os trabalhadores que ingressam no setor fordizado da economia nacional, já com um parque industrial consolidado ao final dos anos 70, resta uma administração e gestão do trabalho, por parte do capital e indispensavelmente apoiada pelo Estado, baseada no controle e intervenção sobre as organizações dos trabalhadores de um lado e, de outro, na manutenção de práticas predatórias e autoritárias dentro do próprio contrato de trabalho formal, desrespeitando até mesmo as leis trabalhistas vigentes. Assim, segundo Druck (1999, p.61):

Jornadas extensas, não pagamento de horas extras, rotatividade de mão-de-obra, falta de treinamento e investimento em qualificação, instabilidade no emprego, falta de registros e de contratos, baixos níveis salariais são as formas mais usuais as quais o empresariado brasileiro recorreu para aumentar a produtividade do trabalho. Nestas práticas, em geral, contou-se com a cobertura do Estado, seja com a conivência com a não aplicação da fiscalização ou de sanções quando a lei permite, seja pela a cumplicidade com o patronato já embutida na própria legislação trabalhista.

Esta superexploração do trabalho que se sustentou na existência estrutural e sempre funcional de uma população excedente de trabalhadores levou a um desempenho extremamente dinâmico da economia brasileira, elevando-a, desde o fim da década de trinta até o final da década de 1970, à frente das economias mais desenvolvidas da América Latina (DRUCK, 1999).

É desta forma que, de fato, se dará o processo de estruturação de um mercado trabalho no Brasil que atenda à necessidade de um processo de Industrialização e modernização nascentes, com características e singularidades próprias. Assim, é no período de 1940 a 1980 que a população nacional efetivamente urbaniza-se, e o assalariamento de fato passa a se tornar hegemônico. Mesmo permanecendo em situação de desigualdade, concentração de renda, informalidade, baixos salários e subemprego, os dados referentes à evolução do mercado de trabalho no país eram significativos e, para alguns, esperançosos. Segundo Pochmann (1999, p.67):

Entre as décadas de 40 e 70, o mercado de trabalho apresentou fortes sinais de estruturação em torno do emprego assalariado regular e dos segmentos organizados da ocupação. Em outras palavras, a presença de taxas elevadas de expansão dos empregos assalariados com registro formal em segmentos organizados e a redução da participação relativa das ocupações sem registro, sem remuneração e por conta própria, e ainda do

desemprego, possibilitaram a incorporação crescente de parcelas da População Economicamente Ativa ao estatuto do trabalho brasileiro.

O autor acrescenta ainda que, no mesmo período, ocorreu uma diminuição das ocupações não-organizadas e do número de desempregados, conta própria e sem remuneração que deixam de representar 55,7% da PEA, em 1940, passando a representar 34,1% no ano de 1980 (POCHMANN, 1999, p.67), o que representa ainda um número expressivo e funcional na moderna economia capitalista brasileira.

Antes de avançar neste processo histórico é preciso esclarecer uma questão que diz respeito a uma característica fundamental, não só do capitalismo brasileiro e “terceiro-mundista”, mas de todo o capitalismo, qual seja, a condição de precariedade das condições de trabalho, necessárias à própria reprodução do capital. A precariedade das condições de trabalho é inegavelmente uma característica intrínseca ao processo de reprodução do capital. As formas e extensões dessa precariedade vão variar de acordo com os contextos históricos, tendo relação direta com os distintos níveis de organização das lutas dos trabalhadores, nos distintos contextos históricos de cada nação. Assim, de formas distintas, a condição de precariedade no trabalho sempre existiu, seja nos países onde o Pacto Fordista se consolidou de forma plena, seja em países como o Brasil, nos quais o nível de organização das lutas de classes não permitiu a consolidação e alcance de proteção social no mesmo nível dos países centrais, cada qual com alcances, formas e expressões distintas.

No entanto, o que demonstrarei a partir de então, e que tem sido defendido por alguns estudiosos na Sociologia do Trabalho, é que, após o processo de consolidação do capitalismo fordista nos países centrais, bem como, o processo de estruturação dos mercados de trabalho ocorridos durante parte significativa do século XX, essa precariedade (necessária à reprodução do capital) no período seguinte de reestruturação do capital, observado no final do século XX, assume uma dimensão, configuração e significados históricos ainda não vistos, atualizando velhas e tradicionais formas de exploração e recriando novas, engendrando o tipo de exploração do trabalho e de configuração social necessário a este “novo” capitalismo reestruturado.

Neste sentido, a precarização do trabalho iniciada no final do século XX, mesmo guardando as características da precariedade estrutural do capital, nas

últimas décadas se constituiu como um processo novo que unifica as suas distintas formas históricas, bem como as distintas formas que esta precariedade assume e/ou assumiu em distintos países, seja naqueles em que o emprego protegido se universalizou, ou naqueles em que isto não ocorreu. Um ponto nodal é que a precariedade, intrínseca à exploração capitalista, passa a alcançar um grau de legitimidade nunca visto e passa a ser “aceita” com algo irreversível e normal, contra o qual não se pode lutar e atinge, até mesmo, os espaços do mundo do trabalho que, em outros tempos eram socialmente mais seguros e protegidos.

Na tentativa de dar conta deste processo, que se inicia com as distintas formas de reorganização e reestruturação social, política e econômica que visam dar conta da crise do capitalismo fordista, Druck formula a noção de Precarização Social do Trabalho:

A precarização social do trabalho é um fenômeno velho e novo, é diferente e igual, é passado e presente e é um fenômeno de caráter macro e microssocial. A precarização (**precariedade**) histórica e estrutural do trabalho nas várias fases de desenvolvimento do capitalismo se transforma, se reconfigura, ou seja se metamorfoseia. (DRUCK, 2013)

E acrescenta:

Trata-se, portanto de uma metamorfose da precarização que, mesmo presente desde as origens do capitalismo, assume novos contornos, consequência dos processos históricos marcados por diferentes padrões de desenvolvimento, frutos das relações de forças entre capitalistas e trabalhadores. (DRUCK, 2013)

Descrevendo as transformações históricas ocorridas nas últimas décadas nesta condição de precarização como uma metamorfose, Druck evidencia esse processo de conservação e atualização de antigas formas de exploração do trabalho e a criação de novas, que compõem o que há de diferente neste atual processo de precarização nesta etapa do capitalismo.

Nas linhas seguintes aprofundaremos este conceito desenvolvido por Druck, dando continuidade à análise das transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro. Veremos, portanto, como o processo de precarização, que marca o capitalismo flexível no Brasil, desconstrói uma tendência histórica de estruturação do mercado de trabalho no país, significando um retrocesso em termos de direitos e proteções sociais e demais conquistas dos trabalhadores.

2.1.2 – O “abandono” do projeto de industrialização nacional e a desestruturação do mercado de trabalho brasileiro:

A partir da década de 80, com a implementação de um conjunto de medidas macroeconômicas para conter o colapso financeiro da economia brasileira e regular o crescimento da dívida externa, se inaugura a segunda fase identificada por Pochmann. Segundo este autor, o período pós-80 representa um retrocesso na trajetória geral das ocupações, com a inauguração de uma fase de desestruturação do mercado de trabalho. Observa-se um desassalariamento de parcelas crescentes da PEA e uma expansão dos segmentos informais e do desemprego, sustentado numa política nacional de adoção das determinações do Consenso de Washington, que visa uma inserção do Brasil no processo de globalização, a partir de uma abertura comercial indiscriminada, ausência de políticas defensivas, sobrevalorização da moeda, altos juros e abandono do projeto de industrialização nacional (POCHMANN, 1999; SEGNINI, 2001).

Ao final dos anos 1970, diversos indicadores apontam para uma crise que refletia um processo de esgotamento do padrão de “substituição de importações”. A crise do “milagre brasileiro” refletia, em grande medida, a crise mais geral do capitalismo fordista, de âmbito mundial, iniciada ao final dos anos 1960. A resposta do capital à sua crise veio com a implementação das políticas neoliberais e a reestruturação do modo de produção fordista, instaurando uma nova ordem política e econômica que, conservando as velhas práticas fordistas de exploração do trabalho, associando-a às novas formas, instaura, de certo modo, uma nova forma de reprodução do capital que exige também um novo espírito, que diversos autores denominarão de Capitalismo Flexível, em oposição à rigidez e rotina do capitalismo fordista (HARVEY, 1999; SENNETT, 1999; BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009).

A disseminação desta reestruturação do capitalismo, tanto no plano político, quanto no plano produtivo, pelas economias dos países periféricos está marcada historicamente pela divulgação, durante as décadas de 1980 e 1990, do conjunto de ideias e teorias econômicas desenvolvidas em Washington, nos EUA. A compilação destas ideias pelo economista John Williamson ficou conhecida como Consenso de Washington e expressa a proposição da comunidade financeira internacional (FMI e BIRD) para ajustar as economias dos países periféricos às novas exigências do

capitalismo flexível. Em linhas gerais, Druck (1999) assim descreve os objetivos econômicos do Consenso De Washington:

a) estabilização da economia (corte no déficit público, combate à inflação), em geral, tendo por elemento central um processo, explícito ou não, de dolarização da economia e sobrevalorização das moedas nacionais; b) reformas estruturais com redução do estado, através de um programa de privatizações, desregulação dos mercados e liberalização financeira e comercial; c) abertura da economia para atrair investimentos internacionais e retomada do crescimento econômico.

Ainda segundo Druck, o plano de estabilização de conteúdo neoliberal proposto pelo consenso de Washington se deu de forma relativamente semelhante, no caso dos países periféricos, sendo que a maior diferença foi a época em que esse processo de subordinação às políticas neoliberais de fato ocorreu. A razão dessa diferença se deu basicamente devido à capacidade de resistência interna que esses países, sobretudo na América Latina, conseguiram impor. O Brasil é um exemplo emblemático deste caso, já que foi um dos últimos países a se subordinar de fato às determinações do Consenso. À própria luta contra a ditadura, que se inicia desde o golpe de 64, somada ao clima político que se instaura na luta pela redemocratização já no início da década de 1980, acrescenta-se o “renascimento” do movimento de trabalhadores a partir do ressurgimento do movimento sindical autônomo, que dá início a uma nova fase de lutas, que, por uma década inteira, será capaz de barrar o avanço neoliberal no país. Assim a década de 80 será marcada por greves históricas dos mais diversos setores de trabalhadores, passeatas, mobilizações e protestos dos mais diversos movimentos sociais urbanos que reivindicam contra a carestia, melhores condições de moradia, transporte e serviços públicos, melhores condições de trabalho e salário, enfim, um conjunto de bandeiras que se unem num mesmo projeto de redemocratização do país. O saldo positivo deste movimento culmina com a construção da Constituição Popular de 1988, considerada, por muitos especialistas, a que contém o texto mais avançado e vanguardista no que diz respeito aos anseios populares. Sendo até hoje, mesmo não se realizando, verdadeiramente, na prática, uma das maiores vitórias da luta popular no Brasil.

O saldo negativo se dá com a derrota do projeto político que parecia representar, naquele momento histórico, a negação completa da submissão do Brasil às investidas neoliberais, com a derrota de Luiz Inácio Lula da Silva nas

eleições de 1989. A campanha e posterior vitória de Fernando Collor para a presidência da República, naquele momento, simbolizou a construção de um certo consenso da burguesia brasileira no intuito, mais uma vez, de manter em suas mãos “as rédeas da história” e reafirmar sua estreita relação com os interesses do capital internacional. A implementação completa dessas políticas neoliberais e o ingresso completo do Brasil no espírito do novo capitalismo Flexível só se dará, de fato, um tempo depois, com a implementação do Plano Real, pelo então ministro da Fazenda do presidente Itamar Franco, o sociólogo e professor Fernando Henrique Cardoso, que depois, em dois mandatos consecutivos como Presidente da República, selará de vez a inserção do Brasil na nova ordem do capitalismo mundial.

Assim, diante deste quadro internacional a década de 90 se inicia para o Brasil debaixo de pressões das instituições financeiras internacionais (FMI e Banco Mundial), de segmentos do capital multinacional e de governos dos países centrais, principalmente os Estados Unidos (DRUCK, 1999). Os anos 1990 foram, na prática, o período em que, definitivamente, o Brasil implementa as medidas políticas e econômicas necessárias à adequação do país à agenda proposta no “Consenso de Washington.” Druck afirma que nesse período verifica-se a intensificação do processo de reestruturação produtiva e a propagação do modelo japonês, isso sustentado na adoção e avanço das políticas neoliberais, que garantiam o ambiente ideológico adequado aos planos de estabilização econômica determinados pelo Consenso de Washington.

Para adequar o Brasil à nova onda neoliberal foram feitos alguns ajustes na economia como a abertura dos mercados, através de uma drástica redução das alíquotas de importação e a adoção de um programa de privatização e desregulamentação da economia. Os impactos destas medidas se fizeram sentir rapidamente através de um desaquecimento da economia, somado a uma súbita abertura das importações, o que provocou o fechamento, falências e concordatas de várias empresas, implicando em inúmeras demissões fazendo crescer o desemprego. Além disso, pôde-se observar uma redução significativa do número de empregos, devido à redução de quadros realizada pelas várias empresas estatais privatizadas.

Neste contexto de implementação das políticas neoliberais observa-se que, no âmbito mais econômico, esta ideologia se manifesta a partir do processo de

reestruturação produtiva do capital, tanto no setor produtivo quanto no de serviços. Assim, segundo Druck (1996, p. 27), de um lado, este processo de reestruturação produtiva:

[...] constitui-se enquanto processo de reorganização e reconversão dos vários setores, com grandes investimentos na indústria de ponta (informática, química fina, novos materiais, biotecnologia, telecomunicações,...); reconversão em setores dinâmicos (automobilística, máquinas e equipamentos e petroquímica); declínio de setores tradicionais (siderurgia, têxteis, etc.) e privatização de setores estratégicos (energia, petróleo, etc.).

Ainda segundo a autora, no plano mais geral, a reestruturação produtiva se efetiva através da introdução de novos padrões de gestão e organização do trabalho, através da implementação do Modelo Japonês, inventando novas e reconfigurando velhas práticas fordistas de exploração do trabalho. Dentro deste processo há também uma “redefinição” da relação sindical, visando enfraquecer as representações coletivas dos trabalhadores, dando cada vez mais ênfase às relações baseadas nas negociações individuais. Por fim, além das transformações e reorganizações técnicas e políticas, a reestruturação produtiva implicou numa desterritorialização ou reterritorialização da produção, visando transferir empresas tradicionais para locais onde se pudesse impor níveis salariais mais baixos e encontrar laços coletivos mais frágeis entre os trabalhadores.

Em outro trabalho, também analisando a década de 90, Druck (2000) aponta que, nos países periféricos como o Brasil, os processos de reestruturação produtiva, e a aplicação das políticas de estabilização econômica, para atender os interesses do capital internacional, redesenharam completamente os processos de organização e gestão do trabalho, introduzindo novas tecnologias, flexibilizando jornadas de trabalho e o emprego, provocando uma política de enxugamento do quadro das empresas, levando a economia do país a uma séria crise de desemprego estrutural. Além disso, com a desregulamentação do mercado de trabalho e a flexibilização de suas relações (com o intenso processo de desconstrução e flexibilização da Legislação Trabalhista) aumentam as modalidades de inserção na produção que estão ligadas diretamente aos chamados modelos de produção não formais, como o trabalho clandestino, trabalho à domicílio, terceirização, quarteirização, o comércio de rua, trabalhadores por conta própria e outros. (DRUCK, 2000)

Como consequência deste estado de coisas, Pochman (1999) destaca que em 1989 o total de assalariados no país representava 64% da PEA, enquanto em 1995 esta proporção caiu para 58,2%. Já os assalariados com carteira assinada representavam 38,3% em 1989, caindo para 30,9% em 1995. Ao fim da década de 1990 o quadro geral do mercado de trabalho brasileiro é de total fragmentação. As principais capitais Brasileiras batem recordes de desemprego, e o trabalho informal, assumindo diversas facetas, seja através das velhas e tradicionais formas já presentes no mercado de trabalho brasileiro desde a sua gênese, seja através das novas atividades como o subemprego, a terceirização, entre outras, passa a ser a alternativa para quem já não consegue se manter empregável no novo mercado flexível. Mais uma vez a população de trabalhadores excedentes aparece como um elemento central na reprodução do capital. Assim, tendo como um dos seus sustentáculos a reprodução de uma massa de Sem Emprego, o capitalismo reproduz, através de uma nova/velha forma de precarização da vida, a exploração do trabalho necessária ao seu atual processo de reprodução. Com o capitalismo flexível definitivamente consolidado, os anos 2000 serão o palco desta história.

2.1.3 – A Precarização Social:

Quando os primeiros trabalhos publicados no Brasil sobre as transformações no capitalismo nas décadas de 1980 e 90 surgiram, o enfoque era de que se tratava de uma crise do capital e que as medidas econômicas e políticas adotadas, bem como os seus reflexos socioculturais mais imediatos, ainda pareciam efeitos dessa crise. Mas a marca da transitoriedade, da fugacidade, insegurança e instabilidade que caracterizara os tempos de crise, contraditoriamente, foi se firmando e, depois de passados 30 anos, ao invés de ser superada, se fixou como a característica fundamental deste novo momento do capitalismo. Dito de outra forma, esse estado de coisas, que se configura, na prática, como um estado de Precarização Social do trabalho e da vida de milhares de trabalhadores, não só no Brasil, mas em todo mundo, se constitui como o espírito necessário para a reprodução desse capitalismo flexível (DRUCK, 2011a).

Embora, no início do século XXI, os índices mais gerais do mercado de trabalho tenham apresentado uma significativa melhora no que diz respeito à sua dimensão numérica, quantitativa, ao final da década de 2000, e mais precisamente nos anos que se referem ao período de “retomada do crescimento econômico”, a partir de 2004, com a efetivação do projeto político petista na presidência da república, um olhar mais cuidadoso, para além dos números e das metodologias que produzem estes índices, pode levar a uma compreensão menos otimista a respeito desta suposta melhora das condições dos trabalhadores brasileiros. Vejamos!

De fato, a partir da segunda metade dos anos 2000, pode-se observar uma melhora significativa nos indicadores quantitativos no mercado de trabalho brasileiro. Inclusive no que diz respeito à ampliação dos padrões de renda dos trabalhadores, de forma que diversos especialistas passam a alardear sobre uma drástica redução da pobreza no Brasil, sustentada, para alguns desses especialistas, na adoção significativa, por parte dos trabalhadores mais pobres, de padrões de consumo semelhantes àqueles vividos apenas pela classe média brasileira.

Embora não concorde com a ideia de formação de uma nova classe média a partir da melhoria das condições salariais e ocupacionais dos trabalhadores dos estratos mais pobres no Brasil, Marcio Pochmann enfatiza as melhorias ocorridas no mercado de trabalho brasileiro. Assim, segundo Pochmann (2012, p.21):

De maneira geral, constata-se o sentido mais amplo das mudanças sociais recentes no Brasil, as quais apresentam características distintas das verificadas nas últimas décadas. Percebe-se que o Brasil tem conseguido combinar no período recente a maior ampliação da renda *per capita* com a redução no grau de desigualdade na distribuição pessoal da renda do trabalho. Além disso, verifica-se a recuperação da participação do rendimento do trabalho na renda nacional acompanhado pela melhora generalizada do exercício do trabalho, com diminuição do desemprego e crescimento do emprego formal.

E Ângela Borges acrescenta:

Nos anos 2000, mais especificamente a partir de 2004 (Pochmann, 2010, p.215), a economia brasileira volta a crescer como resultado da confluência de fatores internos e externos favoráveis e, diferentemente do observado na década anterior, a curva do emprego ou ocupação voltou a acompanhar a da produção, um movimento que, somado à recuperação dos rendimentos – em especial daqueles próximos ou vinculados ao salário mínimo –, iniciou um ciclo de expansão do consumo e da produção, com reflexos positivos sobre a capacidade de geração de novos postos de trabalho da economia (BORGES, 2010, p.619-620).

Ao analisar a evolução da economia brasileira durante o período de 2002 a 2009, segundo dados da PNAD, Ângela Borges demonstra que o mercado de trabalho urbano no Brasil apresentou tendências radicalmente distintas das apresentadas na década anterior. Em primeiro lugar observa-se que o número de ocupados cresceu mais do que a população economicamente ativa (2,6% a.a. e 2,4% a.a., respectivamente) e esse aumento na ocupação teve um impacto direto na queda da taxa de desemprego aberto no período (de 10,6% para 9,3%). No que diz respeito às formas de inserção dos ocupados, a proporção de assalariados passou de 59,9% para 63,5% e o número de empregados com carteira assinada elevou-se numa proporção de 33,0% para 39,3%, no período citado (BORGES, 2010).

No entanto, diferente do caminho otimista tomado por Pochmann, Borges demonstra que esta tendência de crescimento da economia brasileira na última década não repete as condições passadas vivenciadas em outros períodos de crescimento. Trata-se, portanto de uma realidade nova, diferente, já que o mercado de trabalho fora totalmente alterado pelas formas de estruturação econômica e social que conformam o novo espírito desse capitalismo flexível. Mais uma vez, retomando a formulação sobre a metamorfose neste processo de precarização, elaborada por Druck (2013), é neste sentido que, embora a condição de precariedade seja inerente ao próprio processo de exploração do trabalho por parte do capital em qualquer época histórica e embora a existência de postos de trabalho precários sempre tenha sido a tendência do mercado de trabalho brasileiro, a condição histórica que condiciona a (des)estruturação do capitalismo flexível no Brasil instaura, também, o estatuto do novo nesse processo de precarização do trabalho e da vida que reproduz o capitalismo na contemporaneidade.

Desta forma, somente após rever os números que apontam para uma melhoria das condições econômicas do Brasil, na década de 2000, à luz desse processo histórico de consolidação desse capitalismo flexível e das exigências de mudanças culturais e políticas que o mesmo impõe para a sua reprodução, é que se pode compreender de fato o seu significado e seu impacto real, encarnado na vida dos trabalhadores brasileiros, revelado no que Druck denomina de Precarização Social do Trabalho. Assim, segundo a autora:

Na era da acumulação flexível, as transformações trazidas pela ruptura com o padrão fordista geraram outro modo de trabalho e de vida pautado na flexibilização e na precarização do trabalho, como exigências do processo

de financeirização da economia, que viabilizaram a mundialização do capital num grau nunca antes alcançado. Houve uma evolução da esfera financeira, que passou a determinar todos os demais empreendimentos do capital, subordinando a esfera produtiva e contaminando todas as práticas produtivas e os modos de gestão do trabalho, apoiada centralmente numa nova configuração do Estado, que passa a desempenhar um papel cada vez mais de “gestor dos negócios da burguesia”, já que ele age agora em defesa da desregulamentação dos mercados, especialmente o financeiro e o de trabalho. (DRUCK, 2011a, p.41)

E acrescenta ainda que, essa hegemonia do capital financeiro passa a impregnar todos os âmbitos da vida social, exigindo a constituição de um “novo” tipo de trabalhador e, assim, um “novo” tipo de ser humano e em uma “nova” vida também precarizada. Esse novo ser humano, trabalhadores e trabalhadoras, produtores e produtos dessa nova lógica, são caracterizados pela flexibilidade, volatilidade, descartabilidade e efemeridade que condiciona a reprodução de suas vidas e relações sociais e estruturam o que há de velho e novo nesse capitalismo de então.

Ao analisar as publicações da Organização Mundial do Trabalho (OIT) a respeito das transformações ocorridas no mundo do trabalho na América Latina e no Brasil nas décadas de 1990 e 2000, Druck (2011a) observa que estes documentos demonstram que não houve uma ruptura “das tendências e indicadores” referentes ao mundo do trabalho, no período citado. Assim, uma das características que fundamenta o processo de reprodução desse novo/velho capitalismo é o fato de sua expansão e crescimento se dar com a criação e reprodução de condições estruturais de fragmentação dos trabalhadores combinadas dialeticamente com um mercado alimentado pelo desemprego estrutural e ocupações precárias.

Para melhor compreender este processo histórico de reprodução do capitalismo flexível no Brasil, que tem como fundamento central um ampliado processo de Precarização Social do trabalho (DRUCK) que o condiciona (e que é por ele condicionado), Franco e Druck (2009) elaboraram uma “tipologia da precarização”, retomada depois por Druck (2011a) para construir indicadores que permitem desvendar melhor as supostas melhorias no mercado de trabalho brasileiro.

O primeiro tipo ou dimensão desta precarização é a *vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais*. Analisando os dados da Pesquisa

Nacional por Amostra de Domicílios – IBGE, de 2009, Druck (2011a, p.46) demonstra que as “formas de mercantilização da força de trabalho produziram um mercado de trabalho heterogêneo, segmentado, marcado por uma vulnerabilidade estrutural e com formas de inserção (contratos) precárias, sem proteção social”, sustentado também num desemprego estrutural, revelando um mercado de trabalho que tem por fundamento de sua reprodução a precarização das condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras, gerando também uma desigualdade no que diz respeito às formas de precarização, quando realizados cortes de gênero, escolaridade e faixa etária (DRUCK, 2011a; BORGES, 2010).

Assim, conforme demonstra Ângela Borges, embora os dados da PNAD demonstrem que, entre 2002 e 2009, o número de ocupados tenha crescido mais do que a população economicamente ativa (2,6 a.a. e 2,4 a.a., respectivamente), derrubando as taxas de desemprego aberto no país (de 10,6% em 2002 para 9,3% em 2009), ao final de 2009, haviam ainda, no Brasil, 7,9 milhões de desempregados reafirmando o caráter estrutural do desemprego nesta etapa do capitalismo.

Analisando a mesma PNAD de 2009, Druck demonstra que das 101,1 milhões de pessoas economicamente ativas no Brasil, 16,6 milhões (16,4%) eram desempregadas ou tinham alguma ocupação sem remuneração, ou seja, estavam “fora” do mercado de trabalho. Dentre os 84,5 milhões e ocupados que recebem remuneração monetária, 43,5 milhões (51%) não tinham carteira assinada o que significa que mais da metade dos ocupados com remuneração no país estavam sem as proteções do emprego formal. Agrupando-se os desempregados, os ocupados sem remuneração e os ocupados sem carteira assinada, somavam-se 60,1 milhões de pessoas, ou seja, 59% das pessoas economicamente ativas estavam em situação de precariedade no mercado de trabalho, fora das proteções do direito básico do trabalho assalariado (DRUCK, 2011a). São, portanto, estes 60 milhões de trabalhadores e trabalhadoras que compõem a massa mais explícita dos Sem Emprego que compõem o mercado de trabalho brasileiro.

Um dos pontos mais exaltados pelos defensores da política econômica petista diz respeito ao aumento no poder de compra dos estratos mais baixos do mercado de trabalho brasileiro evidenciado pela crescente inserção destes trabalhadores no assalariamento. Conforme mostra Pochmann (2012) o maior incremento dos postos de trabalho no Brasil na década de 2000 se deu exatamente na base da pirâmide

social, ou seja, 95% das vagas tinham remuneração mensal de até 1,5 salário mínimo. Embora este número seja positivo no que diz respeito a um aumento do assalariamento, por outro lado, estes números revelam a reprodução de um mercado de trabalho empobrecido²⁵, cujos postos abertos se dão nas atividades de baixa remuneração. Importante frisar, conforme ressalta Druck (2011a) que, embora o salário mínimo tenha sofrido uma considerável elevação de 171% entre 2003 e 2009, segundo o DIEESE, o salário de R\$ 510,00 pago aos trabalhadores brasileiros no período, é 4,4 vezes menor do que o que é estimado como necessário (R\$ 2.227,53).

Ainda a respeito destas transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000, Luiz Paulo Oliveira, em sua Tese de Doutorado, aponta, analisando também os dados da PNAD, que entre 2001 e 2011, “houve uma expansão significativa da ocupação, notadamente do emprego assalariado formal, no setor privado e no setor público, que resultou na redução do desemprego, beneficiando diversos segmentos da força de trabalho” (OLIVEIRA, 2013, p.166). E segue acrescentando que houve um crescimento no número de ocupados em valores anuais maiores que o crescimento da PEA, porém de forma heterogênea entre as capitais pesquisadas. Os números da PNAD analisados por Oliveira (2013) seguem apontando para uma “melhoria” na oferta de postos de trabalho já que “o aumento da ocupação nas áreas metropolitanas provocou uma redução significativa das taxas desemprego aberto de 5.3 p.p., reduzindo-se de 13% em 2001 para 7,8% em 2011” além de ter se verificado, no mesmo período um aumento na “proporção de trabalhadores com carteira assinada do setor privado de 39,7% em 2001, para 49,6% em 2011; bem como, a proporção de trabalhadores assalariados do setor público que passou de 5,9%, em 2001, para 6,7%, em 2011.” (Idem).

Mas, corroborando as teses sobre a Precarização Social do Trabalho, Oliveira (2013, p. 167) adverte:

Entretanto, nada assegura que esta seja uma tendência ao longo prazo, uma vez que a inserção do país na nova divisão internacional do trabalho é ainda bastante subordinada e depende dos capitais externos. Basta lembrar que, em 2009, houve um acréscimo de 409 mil trabalhadores no estoque de desempregados no agregado do Brasil Metropolitano, efeito direto da crise de 2008.

²⁵ Discorda-se veementemente da análise de Pochmann que diferencia os assalariados de base e os pobres, como se a condição de ganhar um salário mínimo fosse suficiente para retirar parcela gigantesca de trabalhadores brasileiros da faixa de pobreza.

E acrescenta ainda:

Decerto, este novo “dado” é efetivamente um elemento positivo da dinâmica do mercado de trabalho nos anos 2000. Entretanto, a criação de posto de trabalho gerados em meados dessa década até o momento atual, tem sido em sua grande maioria de baixa remuneração, concentrando-se basicamente nas faixas até 1 salário mínimo ou de 1 até 2 salários mínimos. Esta é uma das facetas mais evidentes da nova configuração do mercado de trabalho pós-reestruturação, ou seja, os baixos salários se constituem como a base pela qual se assenta à retomada do crescimento econômico, explicitando a perversão da precarização social do trabalho nos anos 2000. (Idem)

O segundo tipo de precarização é a *intensificação do trabalho e a terceirização*. A tentativa de aumento indiscriminado da produtividade, o estabelecimento de metas inalcançáveis, a intensificação da tecnologia de ponta tem gerado uma intensificação do trabalho cujo alicerce principal se dá através das práticas de terceirização. Esta última acaba por se constituir como a principal estratégia de gestão e organização do trabalho, com fins práticos e econômicos, mas também políticos, que levam a uma estratificação e hierarquização dos postos de trabalho, instaurando a discriminação e ampliando a concorrência entre os trabalhadores. A consequência é a possibilidade de o capital imprimir sobre os trabalhadores um grau cada vez mais ampliado de exigências sobre a produtividade.

Druck (2011a) salienta que na década de 1990, as políticas de terceirização surgiram de forma intensa sob a justificativa de serem uma prática de gestão eficiente para o enfrentamento da crise do capital e que a necessidade de implementação de modelos de organização do trabalho mais flexíveis adequariam as empresas de ponta às regras de competitividade do mercado nacional e internacional dos tempos da crise. No entanto, acrescenta a autora, na década seguinte, mesmo em um ambiente favorável, tanto interna, quanto externamente, a terceirização continua a crescer em todos os setores atingindo inclusive o setor público, se constituindo, portanto como uma prática de gestão do trabalho (des)estruturante dessa etapa do capitalismo flexível. Assim conclui a autora:

Essa “epidemia” da terceirização, como uma modalidade de gestão e organização do trabalho, explica-se pelo ambiente comandado pela lógica da acumulação financeira que, no âmbito do processo de trabalho, das condições de trabalho e do mercado de trabalho, exige total flexibilidade em todos os níveis, instituindo um novo tipo de precarização que passa a dirigir a relação entre capital e trabalho em todas as suas dimensões. E, num

quadro em que a economia está toda contaminada pela lógica financeira, sustentada no curtíssimo prazo, mesmo as empresas do setor industrial buscam garantir os rendimentos, exigindo e transferindo aos trabalhadores a pressão pela maximização do tempo, pelas altas taxas de produtividade, pela redução dos custos com o trabalho e pela “volatilidade” nas formas de inserção e de contratos. E a terceirização corresponde, como nenhuma outra modalidade de gestão, a essas exigências (Druck, 2011a, p.47).

As diversas pesquisas setoriais sobre a terceirização no Brasil, para além de mostrarem através das estatísticas o crescimento real dessa prática da terceirização, ao estudar as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores terceirizados evidenciam o alto grau de precarização em que se encontram, refletido na insegurança e instabilidade dos contratos, altos índices de problemas de saúde ocupacional, nas baixas remunerações (em comparação com os “efetivos”) e na fragmentação completa da representação sindical (DRUCK, 2011a; 2011b).

A terceira dimensão da precarização social do trabalho é a *insegurança e saúde no trabalho*. Segundo Druck (2011a) houve um considerável aumento no número de acidentes de trabalho no país. Em 2001 foram registrados 340,3 mil acidentes e em 2009 esse número passou para 723,5, ou seja, um aumento de 126%. Para a autora essa condição de insegurança e os problemas de saúde ocupacionais que tem aumentado no país são resultado de uma forma de gestão do trabalho que desrespeita as medidas preventivas e os limites reais dos trabalhadores enquanto seres humanos, em nome de um aumento da produtividade, mesmo que ao custo da perda de vidas humanas. Para além dos números, as formas de gestão baseadas no “espírito” da flexibilidade, exigem do trabalhador uma inserção no mundo do trabalho e, conseqüentemente, no mundo da vida baseada na insegurança, incerteza, instabilidade, na falta de vínculos, no desapego que, somadas a outras necessidades da produção que exige competitividade, volatilidade, velocidade etc, passa a constituir um ambiente laboral e perverso no que diz respeito à própria constituição do caráter social e individual dos trabalhadores e trabalhadoras flexíveis (SENNETT, 1999; DRUCK, 2011a). Essa “psicopatologia da precarização” se manifesta, portanto num quadro geral de

adoecimento do trabalhador com quadros que vão desde os problemas de saúde mental pontuais, até os casos mais graves que levam ao suicídio.²⁶

O quarto diz respeito à *perda das identidades individuais e coletiva* e tem suas bases sustentadas na condição de desemprego estrutural que, a partir da reprodução de um imenso contingente de reserva de trabalhadores, fragmenta a identidade de classe, fazendo predominar a concorrência entre todos os trabalhadores, os da ativa e os que estão desocupados. Este quarto aspecto da precarização, associado ao aumento e hegemonização das formas de trabalho desprotegido, característicos das formas de subemprego, trabalho autônomo, contra-própria etc., que definem a condição de Sem Emprego refletem, no caso dos Sem Teto, a dificuldade desses trabalhadores constituírem uma identidade de classe a partir do trabalho²⁷, como verificou Falcão em sua Dissertação de Mestrado (2013).

Conseqüentemente o quinto tipo de precarização social do trabalho se configura enquanto uma *fragilização das organizações dos trabalhadores*. Segundo Druck, os indicadores que revelam uma diminuição das greves, aumento do número das centrais sindicais e a queda nas taxas de sindicalização, por si só, não são suficientes para elucidar a real condição histórica de desconstrução e deslegitimação ideológica e política das organizações de trabalhadores. Os impactos da “vitória” da ideologia neoliberal sobre a ação sindical reflete-se numa postura resignada, sustentada na crença na inexorabilidade das investidas do capital flexível. As práticas de gestão e organização da política e da economia e seus reflexos sobre o mundo do trabalho acabam sendo tomadas como um evento natural da ordem econômica, não podendo ser alterada ou transformada. Ocorre, desta forma, uma fetichização das necessidades do mercado, cuja consequência maior é a perda da crença na possibilidade de superá-las, incidindo diretamente nas formas de organização e nas reivindicações dos trabalhadores. Nas palavras de Druck (2011a, p.49):

A violência da ofensiva liberal no contexto da globalização foi de natureza material e simbólica. A reestruturação produtiva e do trabalho – via

²⁶ Estes problemas de saúde relacionados ao trabalho extrapolam inclusive a condição de exploração daqueles que estão de certa forma ocupados no mercado, atingindo também os desempregados como demonstrou João Bosco Feitosa dos Santos (2000) ao constatar entre os desempregados a Síndrome Subjetiva do Desemprego, demonstrada pelo autor como uma espécie de problema de saúde (des) ocupacional.

²⁷ Esta questão será abordada de forma mais aprofundada no capítulo seguinte.

demissões, enxugamentos, terceirização, polivalência –, inspirada no modelo japonês, levou, no plano objetivo, a condições de fragilização dos trabalhadores e de sua capacidade de luta, que foram reforçadas, no plano subjetivo, pela defesa de uma política e uma atuação sindical dentro dos limites dessa nova ordem (neoliberal) do capital, neutralizando a vontade política coletiva no sentido de não apenas resistir, mas de buscar rupturas com essa nova ordem.

O sexto e último tipo de precarização social do trabalho é a *condenação e descarte do direito do Trabalho*. Assim, a Consolidação das Leis Trabalhistas que, num outro momento histórico, atendeu às necessidades de reprodução do próprio capital, agora é vista como entrave às novas necessidades impostas pelo capitalismo flexível, e por isso, vem sendo paulatinamente desconstruída.

A partir da década de 1990 a Legislação Trabalhista passa a ser alvo de várias transformações que visam atender a necessidade de maior liberdade para as empresas poderem demitir e contratar de acordo com a exigências da eficácia dos ganhos de produção (THÉBAUD-MONY & DRUCK, 2007) com destaque para a quebra da estabilidade do funcionalismo público e a denúncia da convenção 158 da OIT, que facilita a demissão sem justa causa.

A combinação dessas dimensões acima expostas permite formular o fenômeno da Precarização Social do Trabalho como:

[...] um processo em que se instala – econômica, social e politicamente – uma institucionalização da flexibilização e da precarização moderna do trabalho, que renova e reconfigura a precarização histórica e estrutural do trabalho no Brasil, agora justificada pela necessidade de adaptação aos novos tempos globais marcados pela inevitabilidade e inexorabilidade de um processo mundial de precarização.

O conteúdo dessa (nova) precarização está dado pela condição de instabilidade, de insegurança, de adaptabilidade e de fragmentação dos coletivos de trabalhadores e da destituição do conteúdo social do trabalho. Essa condição se torna central e hegemônica, contrapondo-se a outras formas de trabalho e de direitos sociais duramente conquistados em nosso país, que ainda permanecem e resistem.

O trabalho precário em suas diversas dimensões (nas formas de inserção e de contrato, na informalidade, na terceirização, na desregulação e flexibilização da legislação trabalhista, no desemprego, no adoecimento, nos acidentes de trabalho, na perda salarial, na fragilidade dos sindicatos) é um processo que dá unidade à classe que- vive-do-trabalho e que dá unidade também aos distintos lugares em que essa precarização se manifesta. Há um fio condutor, há uma articulação e uma indissociabilidade entre: as formas precárias de trabalho e de emprego, expressas na (des)estruturação do mercado de trabalho e no papel do Estado e sua (des)proteção social, nas práticas de gestão e organização do trabalho e nos sindicatos, todos contaminados por uma altíssima vulnerabilidade social e política. (DRUCK, 2007/2010, p.23)

E em um texto mais recente segue formulando:

Precarização Social do Trabalho é um processo econômico, social e político que se tornou hegemônico e central na atual dinâmica do novo padrão de desenvolvimento capitalista – a acumulação flexível – no contexto de mundialização do capital e das políticas de cunho neoliberal. Trata-se de uma estratégia patronal, em geral apoiada pelo Estado e seus governos, que tem sido implementada em todo o mundo, cujos resultados práticos se diferenciam muito mais por conta da história passada de cada país, refletindo os níveis de democracia e de conquistas dos trabalhadores, do que da história presente, cujos traços principais os aproximam e os tornam semelhantes, pois a precarização social do trabalho se impõe como regra e como estratégia de dominação assumindo um caráter cada vez mais internacionalizado. (DRUCK, 2013)

Tratar este fenômeno como uma forma de dominação “significa perceber que o capital se utiliza da força e do consentimento, como recursos para viabilizar um grau de acumulação sem limites materiais e morais” (Idem). A imposição e consequente conquista do consentimento se materializa através das práticas sucessivas da implementação de condições de trabalho precárias que aparecem como única opção frente ao desemprego aberto. Mais uma vez, a condição de Sem Emprego e sua função como reserva, opção sempre disponível no mercado para o capital poder pressionar os trabalhadores dos núcleos mais protegidos, aparece como central nesta atual etapa do capitalismo. Mais uma vez Druck esclarece esta legitimação da precariedade, que passa a ser tratada como algo inexorável e que deve ser aceito:

Aplica-se aqui, de forma generalizada, o que Marx e Engels elaboraram acerca da função política principal do exército industrial de reserva, qual seja: a de criar uma profunda concorrência e divisão entre os próprios trabalhadores e, com isso, garantir uma quase absoluta submissão e subordinação do trabalho ao capital. O consenso se produz a partir do momento em que os próprios trabalhadores, influenciados por seus dirigentes políticos e sindicais, passam a acreditar que as transformações no trabalho são inexoráveis e, como tal, passam a ser justificadas como resultados de uma nova época ou de um “novo espírito do capitalismo” (Boltanski e Chiapello, 2009). (DRUCK, 2013)

Os indicadores a respeito do mercado de trabalho no Brasil apontam para uma recuperação dos índices de crescimento depois de 2009, quando os impactos da crise de 2008 parecem já ter sido assimilados. Os dados da PNAD 2012 apontam para um crescimento na ocupação, aumento no trabalho com carteira assinada e queda na taxa de desemprego. No entanto o conceito de Precarização Social do

Trabalho proposto por Druck, ao combinar suas diferentes dimensões sumariadas acima nos alerta para o cuidado com a fetichização dos números. As formas de gestão e organização do trabalho, como foi demonstrado, fazem destes postos de trabalho espaços nos quais se efetivam diversas formas de precarização, ainda presentes na vida dos trabalhadores e trabalhadoras no Brasil. A condição de Precarização Social do Trabalho permanece e se agrava e compreender sua significação, dimensão e alcance implica em expandir o olhar investigativo para além desses números mais aparentes para tentar dar conta das outras formas de manifestações empíricas e subjetivas dessa precarização.

É por isso que, nos dizeres de Druck, essa precarização é social, porque seu alcance se estende para além dos espaços laborais mais visíveis e passíveis de serem demonstrados de forma mais direta pelos números. É social porque, embora venha a incidir de forma mais direta sobre a atividade laboral, o fato de o trabalho ser uma dimensão central na vida dos seres humanos, faz com que os efeitos e desdobramentos dessa precarização alcancem as mais diversas instâncias de vida. Segundo a autora (2013):

[...] a precarização social do trabalho é *social* porque : i) torna-se uma estratégia de dominação do capital num determinado momento histórico, combinando a crise do fordismo e dos estados de bem-estar-social, a financeirização da economia, as políticas neoliberais e a reestruturação produtiva, que formam um novo regime de acumulação flexível ; ii) desta forma, não é um resultado da flexibilização do trabalho, conforme afirmado em muitos estudos, ela é a própria flexibilização, pois flexibilizar é precarizar e precarizar é flexibilizar. iii) é geral no sentido de que é um processo mundial, conforme já afirmado, mas é geral também porque rompe determinadas dualidades, a exemplo dos excluídos e incluídos, empregados e desempregados, formais e informais, ou seja há um processo de precarização que se generaliza para todas as regiões e para todos os diferentes segmentos de trabalhadores; como uma « institucionalização da instabilidade » ; iv) as implicações destas transformações do trabalho atingem todas as demais dimensões da vida social : a família, o estudo, o lazer e a restrição do acesso aos bens públicos (especialmente saúde e educação) ; v) se expressa não apenas no âmbito do mercado de trabalho, (contratos, inserção ocupacional, níveis salariais), mas em todos os campos, como na organização do trabalho e nas políticas de gestão, nas condições de trabalho e de saúde, nas formas de resistência e no papel do estado [...]

A inserção no mundo do trabalho sob a condição de Sem Emprego é decisiva, por exemplo, para impor, aos Sem Teto, as dificuldades de obter a moradia dentro das condições formais do mercado, é decisiva, portanto, para engendrar a própria condição de Sem Teto. Sendo proibitivo o acesso à moradia pelas vias formais,

resta a este segmento da classe trabalhadora ocupar, de maneira “informal” os espaços desprovidos da maioria ou da quase totalidade dos serviços urbanos essenciais. A inserção precária no mundo do trabalho, portanto tem como consequência uma inserção precária, também, no espaço urbano. Neste sentido, os indicadores relatados acima permitem concluir, como uma das consequências da precarização no mundo do trabalho, a reprodução, também, das condições de precarização da ocupação espacial urbana no Brasil, ou seja, a condição de precariedade da moradia de inúmeros trabalhadores e trabalhadoras no país. Assim, para além da condição de Sem Emprego, um novo, mas que é o mesmo e velho ator social se apresenta: o SEM TETO.

O Sem emprego, na condição de Sem Teto, para além dos números que demonstram a tão falada e significativa melhoria do mercado de trabalho no Brasil, representam o avesso desse crescimento. As suas condições de trabalho, as suas formas de acesso e consumo de bens básicos primordiais como a moradia e todos os serviços públicos que deveriam acompanhar esta moradia, conferindo o acesso digno à cidade, demonstram que estes trabalhadores são um dos polos mais frágeis desta Precarização que convive com o crescimento.

Mas como dissemos, os Sem Teto não são uma novidade na nossa história, não surgiram nessa nova etapa do capitalismo flexível. Ao contrário, assim como o Sem Emprego e, dizendo melhor, sempre na condição de Sem Emprego, esses trabalhadores Sem Teto são parte fundamental dessa história de precarização que se reproduz, mas se reinventa e se renova. Mas, assim como no atual contexto do capitalismo, as formas e alcances da precarização do trabalho se metamorfoseiam e trazem práticas, significados e consequências novas, os Sem Teto de hoje, resultado também desta precarização velha e nova, reproduzem velhas práticas, mas também carregam o estatuto do novo.

Nessa condição de Sem Emprego Sem Teto estes trabalhadores, ontem e hoje, construíram e deram forma às principais cidades brasileiras. Esse é um ponto crucial nesta tese e ficará mais claro ao longo deste trabalho. Assim, vejamos como se dá também a construção da condição de Sem Teto.

2.2 – Notas sobre a questão urbana no Brasil.

2.2.1 – Preâmbulo:

Antes de tudo, se faz necessário deixar claro algumas premissas que conduzem a visão que se tem sobre a questão urbana neste trabalho. Ou, dito de outra forma, qual o aparato ideológico que condiciona o olhar e os caminhos que, nesse trabalho, serão utilizados para se compreender e explicar a questão da ocupação espacial e o problema da moradia no Brasil.

Primeiramente, inspirado na obra de Henri Lefebvre, é preciso fazer uma diferenciação entre a cidade e o urbano. Para este autor, estas duas realidades, embora, e exatamente porque, se completem dialeticamente, não são a mesma coisa e não podem ser confundidas. Pode-se pensar, ainda com certa limitação, que a cidade é uma realidade física, mas não estática, porque se transforma, ao se reproduzir e produzir historicamente. Já o urbano é um processo histórico e o conjunto de relações sociais espaciais que compõem uma certa forma de produção e reprodução espacial da humanidade em um dado contexto de expansão da cidade. Nas palavras de Sobarso (2006, p. 58):

Para Lefebvre, a cidade pode ser lida como uma morfologia material, uma realidade presente, imediata, um dado prático-sensível, arquitetônico. O urbano corresponde à morfologia social, uma realidade composta de relações presentes e relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento. Neste sentido, as relações entre cidade e urbano são estreitas, já que é impossível para a vida urbana dispensar uma base prático-sensível, que se constitui em produto e condição da dinâmica social.

Em certa medida, portanto, a cidade antecede o próprio urbano. A cidade, ao longo da história apresenta algumas dimensões, que embora assumam condições de predomínio ou hegemonia em dados momentos históricos, não se excluem e nem significam necessariamente um processo evolutivo. Assim a cidade possui uma dimensão da cidade política, a cidade comercial e a cidade industrial. Na passagem da cidade comercial para a industrial ocorre o que Lefebvre denomina de “inflexão do agrário para o urbano” (LEFEBVRE, 1999).

O urbano, ou o processo de urbanização diz respeito, portanto, a um processo, momento em que, na constituição da cidade industrial, a cidade, num primeiro instante atrai tudo pra si, concentra pessoas, realidades, riquezas, ideias, havendo uma absorção do campo pela cidade, instaurando novos costumes e novas formas de vida (urbanas). Num segundo instante, “explode” e se dispersa e se expande por toda parte, invadindo o campo e todos os espaços sociais. Mas não é apenas uma expansão no sentido físico material, pensando as ruas, as construções, mas também a expansão de uma lógica, “um conteúdo social, que é a lógica surgida com a industrialização”, que instaura a lógica da mercadoria, da compra e venda da força de trabalho, da reprodução do capital, dispersando esta lógica por toda parte. Projetando-se sobre todo lugar também como periferia, subúrbio, residências precárias etc (SOBARSO, 2006). O processo de urbanização, de produto, passa a ser produtor, modifica os meios de produção ao expandir sua lógica, sem de fato transformá-lo (LEFEBVRE, 1999).

Ora, o processo de urbanização transforma a cidade, expandindo-a. Esse processo não é um fenômeno natural, ele é histórico e social. Na perspectiva defendida aqui, isso significa dizer que é uma ação realizadora dos seres humanos. Assim, é preciso evidenciar uma segunda escolha teórico-prática delimitada por este olhar. A cidade é fruto do trabalho social humano e as formas e os conflitos que constituem sua construção e ocupação espacial estão condicionados pelas relações de produção material e simbólicas hegemônicas em cada contexto histórico, bem como pelas relações de poder e domínio que delas surgem.

Assim, no modo de produção capitalista, na era urbana, definida por Lefebvre, sendo produto do trabalho, a cidade também está submetida à lógica da mercadoria. E o que confere seu valor é a quantidade de trabalho utilizada para produzi-la material e simbolicamente. Sobre este entendimento assim discorre Ferreira (2005, p.7- 8):

[...] o solo urbano tem seu valor determinado por sua localização. Esta se caracteriza pelo trabalho social necessário para tornar o solo edificável (a infra-estrutura urbana), as próprias construções que eventualmente nele existam, a facilidade de acessá-lo (sua “acessibilidade”) e, enfim, a demanda. Esse conjunto de fatores é que distingue qualitativamente uma parcela do solo, dando-lhe certo valor e diferenciando-o em relação à aglomeração na qual se insere.

A localização é um fator de diferenciação espacial por motivos óbvios: terrenos com uma vista privilegiada, ou situados em locais de fácil acesso, ou muito bem protegidos, ou próximos a rodovias ou ferrovias, tornam-se

mais valiosos para interesses variados. São mais agradáveis para o uso habitacional, ou melhor situados para escoar a produção de uma fábrica, ou para atrair mais consumidores para uma loja, e assim por diante.

Assim, o que determina a qualidade da localização de uma área na cidade é a significativa quantidade de trabalho social utilizada para produzi-la, material e simbolicamente. Nesse processo de construção do espaço social pelo trabalho, é preciso destacar, o Estado assume um papel indispensável. Primeiro, porque o Estado aparece como a instituição neutra, autônoma diante das classes, criadora das condições estruturais para a produção e reprodução da cidade, que devem atender ao interesse geral, visando o bem comum. Na prática, ao exercer seu papel de gestor do bem público o Estado cumpre uma dupla função: por um lado, devido à sua estrutura classista se constitui como espaço de realização dos interesses da classe dominante, também no que diz respeito à reprodução do espaço urbano. Por outro lado, como bem sinaliza Marx, ao assumir uma certa autonomia relativa diante das classes, cumpre a função de proteger a burguesia dela mesma, evitando os abusos desta última, e atendendo a certos (e bem limitados) anseios da classe trabalhadora, criando, desta forma as condições de reprodução da própria lógica do sistema. Assim, no Brasil, ao tempo que as grandes obras públicas de infra estrutura urbanas, bem como os projetos governamentais de intervenção na ocupação espacial visavam, por um lado atender os interesses diretos das classes dominantes nacionais, essas práticas conviviam com as vistas grossas que o Estado fez para os processos de “invasão” de terrenos públicos e privados realizados pelas classes subalternas como única forma de garantir a moradia. Como aponta Maricato (2000), não fosse as vistas grossas do Estado com relação à alternativa de moradia e ocupação espacial irregulares no Brasil, a ausência completa de opções para a classe trabalhadora já poderia ter levado o país a uma guerra civil. Nas palavras da autora:

Nunca é demais repetir que não é por falta de planos e nem de legislação urbanística que as cidades brasileiras crescem de modo predatório. Um abundante aparato regulatório normatiza a produção do espaço urbano no Brasil- rigorosas leis de zoneamento, exigente legislação de parcelamento do solo, detalhados códigos de edificações são formulados por corporações profissionais que desconsideram a condição de ilegalidade em que vive grande parte da população urbana brasileira em relação à moradia e à ocupação da terra, demonstrando que a exclusão social passa pela lógica da aplicação discriminatória da lei. A ineficácia dessa legislação é, de fato, apenas aparente pois constitui um instrumento fundamental para o exercício

arbitrário do poder além de favorecer pequenos interesses corporativos.(MARICATO, 2000, p. 147)

Assim, analisando a obra do geógrafo Roberto Lobato Correa, Falcão demonstra que o espaço social, numa sociedade capitalista, é o resultado de um processo histórico engendrado por diversos agentes que, ao produzir e reproduzir o espaço urbano, buscam consumir a cidade como uma mercadoria, disputada por esses agentes. Estes agentes são precisamente: “os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos” (CORRÊA apud FALCÃO, 2013).

Ainda citando Corrêa, Falcão (2013, p.69) sintetiza dessa maneira as ideias do autor:

Os agentes de produção do espaço urbano atuam dentro de um marco jurídico que condiciona sua ação – marco que está longe de ser neutro, “refletindo o interesse dominante de um dos agentes” e constituindo “uma retórica ambígua, que permite que haja transgressões de acordo com o interesse do agente dominante”. Estes agentes atuam no espaço urbano mediante estratégias que variam no tempo e no espaço em função de causas externas aos agentes e de causas internas, “vinculadas às contradições inerentes ao tipo de capital de cada agente face ao Movimento geral de acumulação capitalista e dos conflitos de classe”. Embora seja possível encontrar diferenças nas estratégias dos três primeiros agentes, há entre eles denominadores comuns: a apropriação da renda da terra, a reprodução das relações capitalistas de produção e o esforço pela minimização de conflitos de classe.

Mas como aponta Falcão a esta primeira ideia pode ser acrescida a noção desenvolvida por Milton Santos de que a cidade pode também ser entendida como um meio no qual as relações sociais de produção (capitalistas) se realizam com maior facilidade. Assim, para Milton Santos no que diz respeito ao espaço urbano numa sociedade capitalista:

A cidade – sobretudo a grande cidade – constitui um meio material e um meio social adequados a uma maior socialização das forças produtivas e de consumo. [...] A socialização propiciada por uma rede diferenciada de firmas e agentes à disposição dos processos produtivos complexos da cidade facilita o consumo até nas camadas mais pobres, possibilitando a inserção na economia urbana de um número crescente de pessoas. (SANTOS, 2009, p.116)

Sendo o espaço urbano ao mesmo tempo uma mercadoria e um meio de

vida, ele deve ser entendido, conforme salienta Falcão (2013), a partir dos aspectos estruturais e conjunturais de produção e reprodução da cidade brasileira. Entram em disputa acirrada neste processo, de um lado a classe trabalhadora que tem na cidade, principalmente um meio de garantir a sobrevivência e, de outro lado, o mercado imobiliário, para o qual, o solo urbano é uma mercadoria cuja função é a maximização do lucro e a própria reprodução do capital.

A disputa se dá pela capacidade desses agentes de mobilizar o Estado pautando a agenda pública de acordo com o atendimento de seus interesses. Como veremos, no processo de ocupação espacial no Brasil os interesses das classes dominantes prevalecem sistematicamente sobre os da classe trabalhadora, no que diz respeito a ação do Estado. Com a urbanização do Brasil e a transformação do solo urbano em mercadoria, o mercado imobiliário conseguirá impor à ação pública a implementação de benefícios nas áreas da cidade de seu interesse. Fazendo do solo urbano uma mercadoria de difícil acesso e portanto impossibilitando o consumo da mesma, pela classe trabalhadora, exatamente nos lugares em que as obras de infra estrutura e os serviços públicos dos mais essenciais aos supérfluos, bem como o acesso ao lazer etc., se dão de forma realmente eficiente.

Por outro lado, ao ocupar à força, de maneira informal, áreas não beneficiadas por infraestrutura, os trabalhadores acabam, ao pressionar o Estado para a realização da urbanização destas áreas, valorizando as mesmas, tornando-as objeto de interesse para o capital imobiliário. Realizadas as benfeitorias, a tendência histórica nos centros urbanos brasileiros é a expulsão destes trabalhadores destas áreas que passam a receber bens e serviços urbanos básicos para locais mais distantes da cidade. Desta forma, as ações de luta pela moradia digna destes trabalhadores acabam, indiretamente, favorecendo os interesses do capital imobiliário, já que, a ação prática destes trabalhadores para melhorar os seus locais de moradia agrega valor ao solo urbano que passa a ser disputado pelo capital.

2.2.2 – Um breve histórico sobre a propriedade urbana no Brasil.

Tratar da questão da ocupação urbana, no Brasil, passa primeira e necessariamente pela compreensão de como a terra foi transformada em

propriedade privada, a partir do genocídio incontestado das milhares de etnias dos povos nativos deste território, no momento da invasão europeia. Genocídio que teve como princípio, não só exterminar fisicamente estes povos, mas também exterminar através da tentativa de acabar com seus costumes, seu modo de vida, sua maneira de lidar com a realidade, com a natureza e com a terra. O princípio da propriedade da terra, advindo com a invasão europeia assume caráter devastador ao se opor categoricamente à condição de pertencimento característica dos povos autóctones. Essa é uma primeira premissa que precisa ser admitida para a continuidade deste trabalho e que iluminará a sua escrita daqui pra frente²⁸.

Desta primeira premissa decorre uma segunda. Este território, antes de ser Brasil, ou antes de ser “descoberto” era, portanto, habitado por povos nativos diversos, que nele reproduziam seu modo de vida. Neste sentido, esse território, como dissemos, foi invadido pelos europeus, foi tomado à força. Assim, o ato de invadir, do qual falaremos insistentemente nesta tese é, se levarmos em consideração que o princípio do Brasil é de fato 1500, o ato fundacional desta nação, e como veremos logo mais, se constitui, como instituto fundamental de sua reprodução espacial até os dias atuais.

É importante destacar que a construção dos primeiros e principais centros urbanos do Brasil se dá no litoral, local de chegada dos Portugueses e, portanto, de primeiro contato destes últimos com os povos nativos. Ao contrário do que se costuma contar, esse contato não foi sempre harmônico, ao contrário, quase nunca foi assim. A transformação das terras de cá em terras de propriedade da Coroa Portuguesa se deu através da invasão violenta deste território e custou milhares de vidas e extermínio, de fato, de etnias inteiras, através do apresamento, estupros, catequizações, da escravização e assassinato em massa desses povos, com o aval, de um lado, da Santa Madre Igreja, que queria “os humanizar” pela catequese, e do outro, da coroa Portuguesa, que justificava esse extermínio através da legitimação das chamadas Guerras Justas. Essa é a primeira relação de propriedade da terra que se dá neste espaço, a conversão violenta das terras em que viviam os povos

²⁸ Sobre esta reflexão recordo do clássico *Sete ensaios de interpretação da realidade Peruana* de Mariátegui, no qual o autor peruano afirma que a América Latina só enfrentará de fato a questão da propriedade privada da terra e da reforma agrária, no dia que estas questões passarem pelo enfrentamento e resolução da questão indígena, sobre o ponto de vista e a decisão soberana dos próprios povos indígenas.

nativos em propriedade da Coroa D'além Mar. Importante lembrar que a fundação da cidade de Salvador é o passo inicial desse processo.

Sendo propriedade da coroa, a nova terra “descoberta” precisava ser “ocupada” (como se já não estivesse). Assim, a segunda forma de propriedade que se estabelece neste território se dá, por um lado, através da concessão de terras pela coroa através do sistema de sesmarias. Por outro, devido à dificuldade de controle, essa propriedade se dava também através da livre ocupação, em parte, através dos conflitos e mais derramamentos de sangue com os nativos locais e noutras, com certa harmonização entre os “povoadores” e esses nativos. O que confirmava a propriedade da terra era, neste caso, a comprovação da posse. Nesta época o elemento determinante da riqueza não era a terra, mas sim, a quantidade de escravos que se possuía. Importante frisar que, com início e posterior intensificação da escravização dos povos africanos no Brasil, as formas de resistência e de luta destes povos contra a escravidão, construíram no território deste país espaços que se consagraram como locais de enfrentamento contra a propriedade e a sua forma enquanto latifúndio. Os quilombos, espaços construídos juntamente com os nativos locais, são o maior exemplo disso.

Esse processo predominará até meados do século XIX, quando será criada a Lei das Terras de 1850. (FERREIRA, 2005; MARICATO, 2000). Segundo Maricato, as décadas que antecedem a criação desta lei são, de fato, o período de consolidação do grande latifúndio no país a través da ação indiscriminada dos grandes proprietários que invadiam e ocupavam “novas” terras e expulsavam, também, os pequenos proprietários.

No entanto, com a criação da Lei das Terras fica determinado que quem quisesse ser proprietário de terra teria que comprar, embora na prática, o processo de ocupação e apropriação indiscriminada das terras pelas elites continuasse se dando de forma intensa. Neste sentido a lei que determinava a propriedade pela compra, no fim das contas, excluía a possibilidade dos menos abastados de obter a propriedade, reproduzindo, desta forma o modelo baseado no latifúndio. Segundo Ferreira (2005, p. 2):

O resultado dessa disputa foi o fim do projeto liberal de financiamento de uma colonização branca de pequenas propriedades, baseada nos colonos europeus, por meio da venda das terras do Estado. No lugar, promoveu-se uma demarcação da propriedade fundiária nas mãos dos grandes

latifundiários, que nesse processo conseguiram inclusive apropriar-se de muitas terras do Estado. E os imigrantes, em vez de colonos de pequenas plantações, serviram de fato como mão-de-obra nos grandes latifúndios, substituindo a mão-de-obra escrava. Pois o processo político de aprovação da Lei das Terras tem muito a ver com o fim do tráfico de escravos.

Com a abolição da escravidão, em 1888, somam-se a estes não abastados, sem condições de obter a terra pela compra, os milhares de ex-escravizados e os diversos imigrantes europeus que serviriam de mão de obra substitutiva da escrava nos grandes latifúndios brasileiros. Assim, os escravizados de origem africana se somam a indígenas (de quem de fato as terras foram usurpadas), despossuídos de toda ordem e aos pequenos proprietários. Desta forma, saem supostamente do cativeiro do trabalho escravo para ingressar, junto com todos estes, no cativeiro da terra. A sociedade brasileira fica dividida em duas categorias bem distintas: os proprietários latifundiários de um lado e, de outro, todos os despossuídos de propriedade e incapazes de obtê-la através da compra, seja por não possuir o capital para tal, ou por desconhecerem totalmente os meios legais para obter o título de propriedade²⁹, no caso dos imigrantes que vieram para o Brasil (FERREIRA, 2005).

Segundo Maricato, somente em 1854 a Lei das terras foi, de fato regulamentada e mesmo com o advento da Lei (e até por causa dela) o processo indiscriminado de privatização das terras devolutas se intensifica, constituindo durante esses quase 5 séculos que compõem a história do Brasil, a propriedade da terra concentrados nas mãos da elite agrária como o modelo fundamental, que se sustenta até os dias atuais, de uso da terra em nosso país.

Ora, essa relação de propriedade da terra que se estabelece no âmbito das relações rurais terá seu reflexo nas relações que se constituem também nos centros urbanos. Conforme aponta Maricato (2000,p.150):

O processo de urbanização será marcado fortemente por essa herança. Embora a urbanização da sociedade brasileira se dê praticamente no século XX, sob o regime republicano, as raízes coloniais calcadas no patrimonialismo e nas relações de favor (mando coronelista) estão presentes nesse processo. A terra é um nó na sociedade brasileira... também nas cidades. A legislação é ineficaz quando contraria interesses de proprietários imobiliários ou quando o assunto são os direitos sociais.

²⁹ A separação da sociedade entre proprietários e não proprietários, enfim, a separação da sociedade brasileira em classes, estabelece as bases necessárias para a produção e reprodução das condições históricas para o engendramento do modo de produção capitalista no país.

A lei de terras tem seu efeito também nas cidades ao definir e diferenciar pela primeira vez as terras públicas e privadas, o que possibilitou a regulamentação do acesso à terra das cidades, definindo, desta forma seus padrões de uso e ocupação. Desta forma, assim como no campo, esse processo de regulamentação da ocupação da cidade irá privilegiar as classes dominantes, reproduzindo, na construção das cidades brasileiras, a mesma hegemonia do poder das elites através da reprodução da mesma estrutura baseada nas estreitas relações entre as ações do Estado e os interesses destas elites.

Assim na segunda metade do século XIX e início do século XX, período de uma industrialização insignificante, mas que marcava uma expressiva participação do Brasil no mercado internacional, com a exportação do café, as primeiras formas de intervenção do Estado na cidade estavam carregadas de um ideal modernizador que, na prática, se efetivará apenas como uma maquiagem, para inglês ver. Acreditando que a aparência das maiores cidades do país não podiam evidenciar o real “atraso” em que vivíamos, o sentido dessas primeiras reformas visava criar uma forma de cidade em conformidade com os modelos estéticos europeus.

Como mostra Lícia Valladares (1996) é nesse período que se constroem as primeiras representações sobre a pobreza no Brasil. As primeiras dimensões da pobreza surgem como herança do fim da escravidão e o surgimento, a partir desse processo, de uma incontável massa de trabalhadores que não tinham como ingressar na “nova” forma do trabalho livre. Assim, surge do seio dessa condição de não trabalho e pobreza a figura do vadio, uma denominação com uma forte conotação moral, entendida como sinônimo de ociosidade, que responsabilizava o indivíduo pela sua condição de pobreza já que entendia-se que o vadio recusava-se voluntariamente a não querer vender sua força de trabalho nos moldes que impunha a nova ordem do Capital. O seu local de moradia, o espaço da cidade ocupado pelo vadio era, por excelência, o cortiço e, em alguns casos, já se via a ocupação dos morros centrais das maiores cidades. Lícia Valladares descreve com presteza a representação social que se tinha do cortiço:

A vadiagem tinha um espaço na cidade que lhe era próprio: o cortiço. Locus privilegiado da doença e do contágio, o cortiço era entendido como território que reunia os integrantes do mundo do não trabalho. O *modus vivendi* que ai se desenvolvia, não só viciava seus habitantes como reforçava as

práticas contrárias ao exercício do trabalho honesto. Um certo “vício da pobreza” partia do cortiço contagiando os demais habitantes da cidade. Uma “classe perigosa” aí se concentrava e se reproduzia ameaçando a ordem urbana e social. (VALLADARES, 1996, p.132)

A organização da cidade reproduzia, desta forma, a mesma forma de segregação espacial já vivenciada no meio rural, relegando aos pobres e sem condição de adquirir posses os lugares mais precários também nos centros urbanos. Portanto, no ideário destes grupos dominantes, que, de fato, construíram e reproduziram essa condição de “exclusão”³⁰ do mundo do trabalho e da própria ocupação da cidade para a grande parcela da sociedade, estes sujeitos “excluídos” eram ainda responsabilizados pela sua própria condição de exclusão. De fato, o cortiço era um local insalubre, marcado pela violência, proliferação de epidemias, sem qualquer estrutura sanitária e desprovido de benefícios públicos. Mas as condições de vida precárias não emanavam do cortiço, como se as pessoas que ali vivessem fossem a incorporação dessas mazelas. Era fruto das relações de poder existentes naquela sociedade, que tinha e tem na base de seu processo de reprodução a distribuição desigual dos recursos, resultando na desgraça da maioria, enquanto uma minoria ficava e fica com as benesses desse processo. Era exatamente esta condição de vida do cortiço, condicionada pela própria elite urbana, que essa mesma elite queria afastar de seus olhos, ao realizar as primeiras formas de intervenção nas cidades.

Assim, um conjunto de leis elaboradas no início e reproduzidas durante todo o século XX, expunha na sua letra a intenção de colocar um fim nesse tipo de habitação insalubre, mas na prática, se efetiva apenas enquanto relocação dessas formas de habitação, retirando-as dos lugares de maior interesse para a reprodução dos negócios ou até das moradias das classes dominantes, afastando os pobres para as periferias da cidade.

Segundo Ferreira (2005) os primeiros planos urbanísticos, que ficaram conhecidos como de Melhoramento e Embelezamento, se iniciaram no rio de

³⁰ Lembrar sempre, de acordo como que já foi afirmado anteriormente neste trabalho que partimos de uma premissa que a construção e reprodução de excedentes de trabalhadores no mercado de trabalho brasileiro é funcional e necessária à própria reprodução do sistema. Neste momento histórico tratado, estes supostos “excluídos” estão construindo a base da estrutura que comporá a superpopulação relativa tão indispensável a construção do tipo de capitalismo que se desenvolve no Brasil.

Janeiro (então capital nacional) e foram replicados por todas as grandes cidades do país. Esse projeto se justificava numa necessidade inquestionável de implantar um projeto de controle sanitário nas cidades no intuito de extirpar a proliferação de doenças comuns da época, cuja relação direta com a condição de insalubridade era inquestionável. Justificando-se na intenção de sanear os locais onde predominava condições de moradia e vida insalubres, estas intervenções urbanas tem como consequência, de fato, uma verdadeira “higienização social”. Assim, a “população pobre foi sistematicamente expulsa dos cortiços e dos morros centrais, deslocando-se invariavelmente para locais distantes – menos valorizados – ou mesmo para outros morros” (FERREIRA, 2005), enquanto esses bairros centrais, tem suas formas de ocupação renovadas de acordo com os interesses dos grupos dominantes.

Ferreira acrescenta que, junto com estas reformas de “embelezamento”, datam desta época, também, um conjunto de leis que regulamentavam normas extremamente rígidas para construção e para as possibilidades de uso e ocupação do solo urbano. Essa legislação acaba mais uma vez privilegiando o mercado imobiliário e os interesses da burguesia, única capaz de cumprir ou passar por cima das regras postas, devido a sua condição financeira, ou pela sua capacidade de intervir direta ou indiretamente no Poder Público.

O início do processo de industrialização, a partir da década de 1940 vai reforçar ainda mais essa distribuição desigual do espaço urbano ampliando a condição de precariedade do trabalhador brasileiro que começava a ganhar o status de operário. Com a industrialização, a diferenciação espacial pela localização e a intervenção estatal evidenciam-se. Ferreira descreve o processo da seguinte maneira:

O capitalismo industrial, ao exacerbar a divisão social do trabalho e a luta de classes, acentuou a divisão social do espaço: era quase natural que as classes dominantes continuassem a apropriar-se dos setores urbanos mais valorizados, justamente por sua localização privilegiada, por sua acessibilidade, e pela infra-estrutura disponível, deixando os bairros menos privilegiados para as classes mais baixas. Como se sabe, a industrialização é um fenômeno essencialmente urbano. Ou seja, a diferença agora era que a cidade tornava-se o *locus* do próprio sistema de produção, e não mais o campo. Por isso, aumentava consideravelmente a população urbana de baixa renda, pela necessária presença do operariado urbano, e a segregação espacial-urbana tornava-se mais visível. As leis funcionavam mais do que nunca para demarcar os lugares de cada um, e as classes dominantes intensificariam ainda mais sua presença na máquina do Estado

para garantir os novos espaços de alta valorização em que se implantavam.(FERREIRA, 2005, p. 12 – 13)

A diferenciação da ocupação do espaço das cidades brasileiras paulatinamente vai começando a assumir os contornos de uma verdadeira cidade industrial com a formação de bairros proletários com condições de habitabilidade também muito precárias. Ferreira (2005) aponta que até o início dos anos trinta a habitação das classes populares foi garantida pela iniciativa privada, seja pelos investimentos das primeiras empresas que construíam vilas operárias em locais isolados, seja através da política de aluguéis, baseada na construção de cortiços em péssimas condições de habitabilidade. As vilas operárias eram espaços mais bem estruturados, a sua construção por parte das empresas tinha incentivo fiscal do poder público e ainda assim, o custo de sua obtenção, ficava mais caro para o trabalhador. Com isso, apenas os trabalhadores com postos mais qualificados conseguiam este tipo de moradia.

O período do governo de Getúlio Vargas marcará a primeira forma de responsabilização mais direta do Estado em dar conta do problema da habitação e ocupação espacial das cidades para a classe trabalhadora. Como mostrado anteriormente é nesse período que de fato se dá a primeira onda da grande industrialização nacional, concentrada sobretudo na região sudeste do país, gerando uma gigantesca onda migratória, principalmente da região nordeste. Assim, o problema da habitação assume dimensões nas quais a iniciativa privada não teria condições ou interesse de resolver (FERREIRA, 2005). Cabe ao Estado assumir essa empreitada que, de certa forma, cairá como uma luva na política populista impressa por Vargas. A habitação, assim como a CLT, por exemplo, surgirá como uma dívida.

Mas assim como os direitos do trabalho e seus benefícios não se universalizam para a grande massa de trabalhadores brasileiros, a política de habitação de Vargas também não resolverá o problema da habitação no país. As cerca de 140 mil moradias, em grande parte destinadas ao aluguel, produzidas pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões entre os anos de 1937 e 1964, não darão conta deste problema. Deste forma Ferreira, retomando Maricato, sintetiza a consequência desta incipiente política habitacional:

Com a oferta de moradia de aluguel declinando, e sem que o Estado suprisse a conseqüente demanda por habitações, restava à população pobre uma solução que, na prática, “liberava” tanto o Estado quanto o mercado da responsabilidade pela questão da moradia: a ocupação pura e simples das terras, ou o loteamento das periferias, estimulado pela chegada do transporte público sobre rodas, que garantia o necessário acesso, mesmo que precário, aos loteamentos mais distantes, que sequer recebiam a infra-estrutura urbana necessária (Maricato, 1997:36). Estava começando a delinear-se o que seria a matriz do crescimento urbano no Brasil a partir de então. (FERREIRA, 2005, p. 16)

Mais uma vez a invasão de terras aparece como ator principal do processo de ocupação espacial no Brasil. Sempre tomada como modo de ação das elites para a obtenção da propriedade desde a origem do Brasil, a invasão de terras publicas e privadas passa a ser a única forma de obtenção de moradia para a população pobre no país. Segundo Maricato (2000, p.152):

A invasão de terras urbanas no Brasil é parte intrínseca do processo de urbanização. Ela é gigantesca, como pretendemos mostrar aqui, e não é, fundamentalmente, fruto da ação da esquerda e nem de movimentos sociais que pretendem confrontar a lei. **Ela é estrutural e institucionalizada pelo mercado imobiliário excludente e pela ausência de políticas sociais.** No entanto, a dimensão e os fatos são dissimulados sob notável ardid ideológico. (Grifos meus)

Importante salientar que, neste momento, o processo de invasões de terras para a construção da moradia popular passará a ser uma das principais formas de desenho do espaço urbano das grandes cidades brasileiras. Seus contornos, formas das ruas, cores das casas, para qualquer lugar que se olhe nas grandes concentrações urbanas do país é possível ver de que forma o processo de invasões contribuiu na construção e reprodução de suas cidades. A práxis extenuante de invadir, levantar barraco, enfrentar a polícias e “capangas” dos proprietários das áreas invadidas, fugir, reinvidir, resistir e autoconstruir, passa a ser uma forma de trabalho coletivo incorporado pelo próprio mercado, servindo a um tipo de reprodução do espaço urbano que atende aos interesses do tipo de capitalismo que se reproduz nas cidades brasileiras.

No período de Juscelino Kubitschek esta condição tende a se agravar e se solidificar com a abertura da economia brasileira aos investimentos estrangeiros e o abandono do projeto de industrialização baseado numa política nacionalista protecionista que marcara a era de Vargas. Trata-se de um período de expansão do

capital monopolista em todo o mundo e de sua entrada devastadora também no Brasil. Lembremos que este processo de industrialização veloz pelo qual optaram as classes dominantes nacionais teve sérias consequências. Primeiro, se consolida no Brasil uma industrialização subordinada a uma impossibilidade autônoma de desenvolvimento tecnológico nacional. A impossibilidade de concorrer com a tecnologia trazida pelas multinacionais irá solapar o ainda incipiente processo de desenvolvimento tecnológico do Brasil. Em segundo lugar, a industrialização baseada na abertura da economia ao capital internacional exacerbará o modelo já iniciado na era Vargas, sustentado na política de baixos salários e na produção e reprodução de um gigantesco exército de reserva.

Lembremos que na Europa, e também nos EUA, vivia-se a era de ouro do capitalismo, e o “oneroso” Estado de Bem Estar Social encarecia o valor da força de trabalho nos países centrais. A solução seria, portanto, buscar mão de obra barata nos países periféricos, instalando lá os seus parques produtivos. No Brasil, assim como nos outros países subdesenvolvidos, o modelo de crescimento baseado na grande reserva de trabalhadores possibilitava o pagamento de baixos salários. E ao contrário do que acontecia nos países de primeiro mundo, como já nos lembrou Francisco de Oliveira, a não incorporação do valor de produção e reprodução da moradia no valor pago a força de trabalho contribuía sensível e decisivamente para a possibilidade de se pagar baixos salários na parte de baixo da linha do Equador.

Neste período, segundo a literatura urbanista no Brasil, é que se dá efetivamente o processo de urbanização do país. Como mostra Ferreira (2005, p.18), “se em 1940 a população urbana no Brasil era de apenas 26,34% do total, em 1980 ela já era de 68,86%, para chegar em 81,20% no ano 2000.” O autor ainda acrescenta que, “de 1970 a 1980, as cidades com mais de um milhão de habitantes dobraram, passando de cinco para dez”.

Como o capital se recusa a financiar a moradia para a reprodução da classe trabalhadora, a solução é a reafirmação das invasões e da autoconstrução como forma de garantir, da forma mais precária o direito de morar. É o momento da favelização das cidades brasileiras. Segundo Valladares (1996) este período marca a segunda forma de representação social da pobreza no Brasil. A sua forma de ocupação espacial é a favela. Esse sujeito social favelizado não é mais o vadio, mas sim o desempregado e/ou subempregado que correspondem a uma das bases

fundamentais de reprodução da economia ao se constituírem como um gigantesco exército de reserva.

As diversas correntes teóricas da época substituem o rótulo carregado de cunho moral de tempos anteriores substituindo por uma condição sobredeterminada por uma condição econômica. Assim segundo Valladares (1996, p. 133):

[...] os pobres urbanos não são mais tidos como vadios ou ociosos, sendo agora considerados uma massa de marginalizados, colocados na periferia do sistema pelo mercado de trabalho que os absorve tão somente na condição de subempregados. A marginalidade tem sua expressão máxima na favela, relegada pelos poderes públicos nos anos 50 e 60 e vista como síntese mesma da não integração de amplos segmentos da sociedade urbana. O termo “favelado” passa a ser sinônimo de pobre e o espaço da favela ganha atributos muito semelhantes àqueles associados décadas antes, ao cortiço: área insalubre, constituída de habitações precárias, verdadeiro câncer que precisa ser extirpado do tecido urbano.

Conforme reflete Ferreira, a situação de abandono e precariedade na qual se encontrava a questão da moradia no País só sofreria uma intervenção mais responsável do Estado no momento em que o quadro geral já apontava para o risco de uma grande revolta popular. Esse contexto, de certa forma, começa a se desenhar no início dos anos 1960, quando diversos setores progressistas da sociedade civil pressionavam o governo de João Goulart para a realização de reformas sociais drásticas, dentre elas, aquelas que alteravam a relação de propriedade da terra. Em resposta a essas reivindicações as classes dominantes brasileiras arquitetaram e colocaram em prática o Golpe Militar de 1964.

Assim, é exatamente em um dos períodos mais duros da História brasileira que se efetiva o maior volume de políticas estatais voltadas para a habitação popular. Com a criação do Banco Nacional de Habitação - BNH e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS o regime militar produziu cerca de 4 milhões de moradias (FERREIRA, 2005). No entanto o mesmo Ferreira observa o revés desta política habitacional:

Porém, o modelo do SFH/BNH, mais do que promover políticas públicas de universalização do direito à habitação, tinha como objetivo central a acumulação privada de setores da economia envolvidos com a produção habitacional, como as grandes empreiteiras, no bojo dos esforços para alavancar o chamado milagre brasileiro. O uso dessa significativa poupança para o financiamento habitacional, saneamento e infra-estrutura urbana proporcionou mudanças importantes nas nossas cidades, porém proporcionalmente muito mais significativas nas faixas de população de renda média ou alta: os centros verticalizaram-se, gerando a valorização

especulativa da terra urbana, a produção imobiliária para a classe média foi dinamizada, grandes empresas de obras públicas de infra-estrutura foram beneficiadas.

As habitações voltadas para as populações mais necessitadas foram construídas sem todo o equipamento de serviços necessários à uma moradia adequada e saudável. Surgiram, com isso, verdadeiros conjuntos dormitórios, distantes dos centros urbanos, longe das zonas de ofertas de emprego, desprovidos totalmente de uma infraestrutura urbana adequada (FERREIRA, 2005). Assim, embora uma parte da população pobre consiga efetivamente o direito de morar em algum lugar, isso não se constitui efetivamente enquanto a obtenção de um pleno direito à cidade.

Com a dificuldade cada vez maior de conseguir terras públicas e privadas para exercer seu direito à moradia através da invasão, devido à escassez e esgotamento desses espaços ou devido uma maior intervenção do poder de polícia do estado em alguns casos, a solução de grande parte dos trabalhadores brasileiros será ocupar as chamadas áreas de risco dos centros urbanos (beiras de córregos, encostas, terrenos encharcados etc) e as Áreas de Proteção Ambiental.

A década de 1980 marca a retomada da luta social no país, tendo como bandeira centralizadora dessas lutas o processo de redemocratização no Brasil. Junto com as greves, os trabalhadores brasileiros retomam a luta por melhores condições de moradia reinaugurando uma nova fase dos movimentos sociais urbanos. Antes mesmo da década de 80, a força de muitos desses movimentos sociais tem um impacto também no ideário social (e acadêmico) que se tem sobre a pobreza no País. Segundo Valladares, pela primeira vez ao rótulo do pobre vai sendo acrescentado e até mesmo substituído pela condição de trabalhador. Ganha força as noções de trabalhador por conta própria, trabalhador informal, substituindo a condição do pobre. Da mesma forma o estigma do favelado é substituído pela condição do morador da periferia e esta, passa a ser vista como um lócus de resistência, berço da luta social urbana dos que estavam “excluídos” das benesses do “milagre brasileiro”.³¹

³¹ A oposição entre os conceitos de pobreza e trabalho remete ao debate das classes sociais. Enquanto o tratamento da questão social se sustenta em uma compreensão da sociedade dividida em classes e a pobreza como resultado desta divisão. O enfrentamento desta pobreza, inevitável na

Numa perspectiva mais audaciosa, Lúcio Kowarick (2000) analisando mais especificamente a realidade da Região Metropolitana de São Paulo, aponta que as greves do final da década de 1970 e sua extensão nas greves e movimentos sociais que explodiram pela década seguinte são o resultado de um complexo enredamento de relações e lutas políticas que remontam as organizações populares de bairros e suas reivindicações construídas ainda na década de 1970, no período duro, em que a ditadura militar conseguira silenciar parte significativa das lutas contra o regime autoritário no país.

Segundo Kowarick, desde o início dos anos 1970, variados grupos e associações (clubes de mães, grupos de jovens tec.) sob influência determinante de facções mais à esquerda da Igreja Católica (Comunidades Eclesiásticas de Base), passam a discutir as condições de vida e moradia “espoliativas” das classes populares, pressionando o poder público e construindo, com isso, uma “consciência da exclusão”. Com isso, essa população pobre passa a se reconhecer na igual condição de espoliação, passando a “perder o medo de pensar e agir”, começando “a esboçar um campo de resistência e organização popular” (KOWARICK, 2000, p.38). E continua a analisar o desenrolar desse processo já na década de 1980:

[...] o tortuoso percurso de abertura política foi empalmado por um restrito grupo de empresários, teve ampla acolhida entre intelectuais, estudantes, a Igreja e a imprensa, constituiu a plataforma do partido de oposição, então o MDB, foi a bandeira de muitas associações profissionais; mas teve, desde cedo, quando por omissão ou comprometimento muitos permaneciam calados, forte enraizamento nas aglutinações populares sobre as quais as consequências do regime autoritário desabaram de modo mais intenso: alastrava-se um sentimento de oposição e revolta, experimentavam-se formas variadas de resistências e reivindicações, fragmentadas e parciais, mas que muito iriam contribuir para as ações de desobediência civil, greves, passeatas, ocupação de terras, depredações e inúmeros outros tipos de manifestações organizadas ou espontâneas que passaram, no decorrer dos anos 1970, a desafiar abertamente a ordem instituída. (KOWARICK, 2000, p. 38)

O ponto culminante desses movimentos foi a participação popular na Assembleia Constituinte de 1987. Cerca de 130.000 cidadãos brasileiros subscreveram a Emenda Constitucional de Iniciativa Popular Pela Reforma Urbana,

sociedade capitalista, passa pelo enfretamento do próprio processo de reprodução dessa divisão da sociedade em classes distintas. Extinguir as classes é única forma de extinguir a pobreza. Mas se o debate da pobreza se descola do debate das classes, a pobreza passa apenas a ser resultado de uma gestão inadequada da coisa pública pelo Estado, e a condição de pobreza, estrutural, no capital e, geral, passa a ser vista apenas como um problema circunstancial de má gestão pública.

tendo como consequência a inserção, na Constituição de 1988, dos artigos 182 e 183 que, entre outras vitórias, como a criação de instrumentos de controle público da ocupação do espaço, introduzia, na Carta Magna, o princípio da Função Social da Propriedade da Terra (Ferreira, 2005). Somente 11 anos depois é que, de fato, se dará a regulamentação destes dois Artigos e a definitiva aprovação do Capítulo sobre Reforma Urbana. Como consequência, foi criada em 2001, a Lei 10257, o Estatuto das Cidades.

No entanto, estas conquistas que se deram na letra da Constituição ainda estão longe de se efetivar na prática. Importante lembrar, mais uma vez, que as décadas de 1990 e de 2000 representam, no Brasil, o período de implantação e consolidação da perspectiva neoliberal. As reivindicações e possíveis conquistas constitucionais, também no que se refere à questão urbana e da habitação, se chocam com os princípios de exigência do Estado mínimo, enxugamento dos gastos sociais e financeirização das relações humanas exigidas nas épocas atuais. Os novos tempos trazidos pela Globalização impactam nas cidades também aumentando a precarização, criando novas práticas e reforçando velhas formas de diferenciações e segregações sócio espaciais, num ambiente agravado pela precarização social do trabalho. Permanece e mais uma vez, se renova e se agrava uma estrutura de valorização fundiária que atende aos interesses do mercado imobiliário e das classes dominantes nacionais.

Assim, o clima de vitória com a construção da Constituição Cidadã no final da década de 1980 se transforma. Abre-se espaço para a produção e reprodução de uma ideologia da derrota, que como demonstramos, terá um impacto forte sobre a luta dos trabalhadores, as organizações sindicais, os movimentos e a crença social na possibilidade de construção de uma cidadania plena no Brasil e também sobre as formulações acadêmicas. Nesta perspectiva Lúcio Kowarick coloca o seguinte:

O mínimo que se pode dizer é que no Brasil jamais houve instituições políticas sindicais ou comunitárias com força suficiente para garantir a efetivação de direitos básicos do mundo do trabalho ou proteger o morador, transeunte e usuário de serviços básicos das intempéries do mundo. (KOWARICK, 2009, p.78)

E continua a análise sobre as lutas dos anos 1970 e 80:

É o 'momento de fusão' das lutas urbano-operárias, cujo clímax foram as greves metalúrgicas do final dos anos 1970 e seu espraiamento para os

outros setores no decorrer do decênio seguinte. Abre-se então uma longa conjuntura de lutas que, não obstante seu vigor, raramente atingem suas reivindicações, traduzindo-se, no mais das vezes, naquilo que se convencionou de nominar “experiências da derrota” [...] A movimentação operário-sindical teve efeitos diminutos ou nulos do ponto de vista da expansão dos direitos: a modernização tecnológica, produtiva e organizacional significou destruição do trabalho assalariado permanente e regular, em grande parte substituído pelo emprego precário, flexível, instável, irregular, autônomo, informal ou outras designações. (KOWARICK, 2009, p. 79)

A reprodução das péssimas condições da ocupação espacial e da moradia nas grandes cidades brasileiras, por parte de grande parte desses trabalhadores, completa este quadro geral de vulnerabilidade. As moradias precárias construídas nas favelas, nas invasões, nos morros, nas avenidas de vale, nas encostas e beiras de rios, nas ocupações em terrenos públicos, em condições insalubres, marcadas pela violência da polícia, do tráfico, do álcool e do vício, da ausência de estrutura e bens públicos continuam sendo a grande alternativa de moradia de grande parcela desses trabalhadores destituídos da condição do emprego formal e de parte dos ainda “protegidos” no emprego.

O quadro descrito por Kowarick evidencia, nada mais nada menos, que a condição de Precarização Social do Trabalho (DRUCK, 2011, 2011a) descrita anteriormente. No entanto, a ideologia da derrota, presente na abordagem de Kowarick, responsabiliza os trabalhadores ao acentuar a sua incapacidade de impor ao Estado e à burguesia nacional as transformações políticas reivindicadas nas décadas de 1970 e 1980, necessárias à construção de uma nação cidadã ou de um capitalismo mais ameno, tanto no âmbito da exploração do trabalho, quanto no que diz respeito ao direito efetivo à cidade em sua plenitude. Assim, a responsabilização do próprio trabalhador pela sua inserção precária no mundo do trabalho e da vida, já demonstrara Druck (2011a), é mais uma das facetas perversas da Precarização Social, que como aponta a autora, é fruto de um projeto político econômico claro que favorece aos interesses dos grupos sociais que se beneficiam com a reprodução desse modelo de Capitalismo Flexível.³² Ao invés de experiências da derrota, prefiro

³² Espera-se que a exposição feita até então por si só seja suficiente para demonstrar que a responsabilização dos trabalhadores por sua própria condição de precarização é parte de uma ideologia perversa. A letra morta da Constituição e a precária efetivação de direitos sociais e laborais no Brasil fazem parte de um processo histórico complexo engendrado em relações de mando e poder nas quais as elites nacionais, por meio da coerção e violência física de um lado, ou da construção e reprodução de uma eficiente ideologia da subordinação das classes populares conseguiriam conduzir

interpretar essas lutas como experiências de resistência que se acumulam para manter viva a possibilidade de realização das utopias, mesmo que em outro momento histórico, para outros trabalhadores.

Segundo Valladares (1996) este quadro geral de precariedade, instabilidade instituído pela crise do capital e as respostas conjunturais estruturais a esta crise levaram a uma nova representação da situação de pobreza através do que ela denomina como uma banalização real e conceitual da condição da exclusão. Apesar da leitura sobre a experiência da derrota, Kowarick, retomando as formulações de Robert Castel, demonstra como essa condição de vulnerabilidade no mundo trabalho e da vida urbana se constitui enquanto um processo de “desfiliação”. Nessa condição de desfiliação, não só estes trabalhadores se apartam da condição histórica de estabilidade que marca o emprego formal, mas também experienciam precárias condições de moradia e acesso aos bens públicos urbanos, evidenciadas pela ampliação da favelização na década de 1990 (KOWARICK, 2009), fato que veremos mais de perto, ao analisarmos as condições de vida e (não)acesso ao consumo dos trabalhadores Sem Emprego na condição de Sem Teto na RMS. A condição de desfiliação, ao contrário da condição de exclusão, exprime uma situação em que a ausência de direitos e benefícios sociais, somadas a impossibilidade de exercer as potencialidades do consumo que, embora os reduza a uma condição de subcidadania (KOWARICK), fazem desses desfiliaados, sujeitos funcionais, fundamentais para a reprodução do capital. Assim, são sujeitos excluídos sim, do direito de ter direitos, mas, por isso mesmo, incluídos no processo de reprodução da exploração.

2.2.3 – Alguns pontos de síntese:

Como vimos e como bem afirma Maricato, a cidade é resultado, em grande parte do processo de reprodução da força de trabalho. O retrato de um mercado de trabalho precário, desde a origem, e que renova e reconfigura esta precariedade no início do século XXI, se repete, também, no que diz respeito ao processo de

parte significativa do desenrolar desse processo histórico. E quando assim, não o fez, essa elite trata de apagar as páginas da história em que estão escritas suas derrotas de forma eficiente. A construção e disputa ideológica no campo da ciência é mais um capítulo desta história de poder.

ocupação espacial nas cidades brasileiras, para a maior parcela da classe trabalhadora.

Assim, o que predominou neste processo de construção das cidades brasileiras foi a produção e reprodução, de um lado, de formas de habitações insalubres expostas ao risco da violência social, dos intempéries da natureza, do descaso do poder público, como sendo a única forma de alternativa de moradia para parte dos trabalhadores brasileiros. De outro lado, vê-se a reprodução de cidades modernas, com infra estrutura e fácil acesso a bens públicos. Essa outra cidade custa caro, alimenta o mercado imobiliário e seu alto custo a torna proibitiva para os mais pobres.

O que complica ainda mais a apreensão deste fenômeno de reprodução precária do espaço urbano é o fato de que, como afirma Maricato, não há números confiáveis a respeito do número de favelas e loteamentos ilegais no Brasil, já que os números apresentados pelo IBGE são extremamente subdimensionados.

Como síntese desse processo de segregação e exclusão, Maricato (2000) aponta três características dessa urbanização brasileira. A primeira é a **industrialização com baixos salários e mercado residencial restritos**. Como já repetido diversas vezes a necessidade de industrialização do país a baixos custos e conseqüentemente com baixo salários engendrou uma forma de exploração da força de trabalho na qual a moradia não seria inclusa no valor de reprodução desta mesma força de trabalho. A possibilidade de acesso e consumo da mercadoria na qual se constituiu a moradia se tornará bastante limitada para os trabalhadores brasileiros, tanto para grande parte daqueles que ocupam os espaços formais de trabalho, e principalmente, para os subempregados e desempregados que terão de acessar a moradia através das formas precárias e informais de consumo dessa mercadoria.

A segunda característica sintetizada por Maricato (2000) diz respeito ao fato de as **gestões urbanas terem uma tradição de investimento regressivo**. Nas palavras da própria autora:

As obras de infra-estrutura urbana alimentam a especulação fundiária e não a democratização do acesso à terra para moradia. Proprietários de terra e capitalistas das atividades de promoção imobiliária e construção são um grupo real de poder e de definição das realizações orçamentárias municipais. (2000, p.157)

Disto resulta que as obras realizadas pelo poder público, como as estruturas viárias, por exemplo, não são construídas para responder às necessidades da população em geral, mas sim aos interesses do mercado, fundamentalmente o imobiliário.

Por fim, a terceira característica diz respeito à **legislação ou à aplicação arbitrária da lei**. O Estado atua, assim como na reprodução capitalista do mercado de trabalho, de forma não parcial, no que diz respeito ao processo de ocupação do espaço urbano. E como se dá essa ação? Por um lado, o Estado não exerce o seu poder de polícia não inibindo o processo de ocupações ilegais e precárias que, como vimos é funcional ao sistema de reprodução do capital. Por outro lado, sabemos que não é todo lugar também que essas ocupações populares são permitidas. Nas áreas de interesse do mercado imobiliário a lei se aplica sobre os processos de invasões. Desta forma, como afirma Maricato, os trabalhadores, sob as vistas grossas do Estado, conquistam o direito à invasão, mas isso não significa ter direito, de fato, à cidade.

Acrescentaria ainda mais uma característica nesta síntese. A alternativa da moradia ilegal, que remediou precariamente o acesso a casa para a classe trabalhadora brasileira, construiu um tecido urbano marcado por um gigantesco déficit habitacional. Em 2010 o censo indica a presença de 84% dos brasileiros vivendo nas cidades. Segundo o Ministério das Cidades, existe no Brasil, atualmente, um déficit habitacional na ordem de 4 milhões e 600 mil unidades.

Esta realidade, sintetizada anteriormente, constitui um fenômeno denominado por Lúcio Kowarick de **Espoliação Urbana**³³, que o autor define como:

[...] a somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia, apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação

³³ Importante frisar que o próprio Kowarick afirma que, em sua obra, a noção de Espoliação Urbana assumiu conotações diferentes nos diferentes momentos da produção acadêmica do autor. Num segundo momento, na fase mais recente de uso do termo, Kowarick adverte que foi retirada a noção de “aguçamento da dilapidação da força de trabalho” sob a alegação de que estaria livrando, desta forma, a ação social das “amarras das determinações macroestruturais” ao retirar o peso da questão da reserva de mão de obra para a explicação sobre o desequilíbrio de poder entre o capital e o trabalho e sua interferência nas lutas sociais (ver Kowarick, 2000, p. 106). Sem querer alongar muito o debate, permaneço com as concepções mais antigas do autor, que se mostram mais adequadas às necessidades deste trabalho.

decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta. [...] É preciso reafirmar que a espoliação urbana está intimamente ligada à acumulação do capital e ao grau de pauperismo dela decorrente. Isto porque os trabalhadores assalariados e autônomos ou os desempregados são também moradores espoliados, e, sobretudo, porque é a dinâmica de criação e apropriação do excedente econômico que gera estes dois aspectos interligados da reprodução dos trabalhadores. (KOWARICK, 2000, p. 22 - 23)

Mais um vez, é neste sentido, portanto, que reafirmo que esta espoliação urbana, presente na vida dos trabalhadores e trabalhadoras com e sem emprego constitui, no atual contexto do capitalismo flexível, mais uma das evidências da Precarização Social do Trabalho (DRUCK, 2013, 2011a, 2007/2010) e da vida da classe trabalhadora. Como afirmamos anteriormente e está reforçado na citação de Kowarick, são as condições de inserção no mundo do trabalho, sob a perversidade das distintas formas de precarização, que condicionam de forma decisiva a impossibilidade de acesso a formas de moradia dignas.

A moradia diz respeito a um bem fundamental, indispensável à reprodução dos seres humanos, não só como mercadoria força de trabalho, indispensável à reprodução do capital, mas também como indivíduo que existe para além de suas funções de geração de valor. A casa é subjetiva e materialmente representada como espaço de descanso, lazer, proteção, segurança, convívio familiar, espaço privilegiado de experienciar o “mundo da vida”. A inserção precária no mundo do trabalho implica, historicamente em uma inserção precária no espaço urbano, na moradia e, conseqüentemente, nesse mundo da vida.

Apesar de histórica, essa inserção precária no espaço urbano, por conta da própria historicidade das formas de precarização do mundo do trabalho, assume um novo perfil no início dos anos 2000, quando os efeitos do processo de flexibilização da economia e da gestão do trabalho no Brasil se consolidam e passam a ser exercidos, não como tentativa de superar uma crise, mas como escolha política, contínua e perene e estabelece esta condição de precarização social do trabalho.

Curiosamente, diante desta nova e velha condição de precarização, um segmento de trabalhadores passa a construir, como resposta a uma dessas dimensões da precarização social - a falta de moradia - formas de ocupação do espaço urbano apoiadas na organização de movimentos sociais, com formas de institucionalização de sua luta, ainda não experimentadas na história da questão

urbana do país. O surgimento destes movimentos organizados de luta pela moradia se deu exatamente no período em que as taxas de desemprego nas grandes metrópoles do país chegaram ao seu número recorde, no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000.

O que demonstraremos é que, numa das dimensões da vida dos Sem Teto, estes últimos se constituem como um dos exemplos mais extremos desta condição de Precarização, ao tempo em que simbolizam uma evidente forma de resistência à esta mesma lógica de reprodução do capital que os explora. Mas antes de aprofundarmos esta questão é preciso, ainda, rever o processo de construção dos Sem Emprego, na condição de Sem Teto, na cidade de Salvador.

CAPÍTULO 3 – O PRECÁRIO MERCADO DE TRABALHO NA BAHIA E A REPRODUÇÃO ESPACIAL DE SALVADOR: OS CAMINHOS PARA SE FORJAR O SEM EMPREGO NA CONDIÇÃO DE SEM TETO.

3.1 – A produção e reprodução precária da cidade de Salvador:

Qualquer tentativa de reconstruir, mesmo que de forma breve e resumida, o processo histórico de formação do mercado de trabalho na Bahia e principalmente em Salvador, deve levar em conta o papel sócio histórico de destaque assumido pela região Nordeste em todo processo de formação histórica do Brasil, no contexto de um desenvolvimento desigual das diversas regiões do país, reproduzindo um processo de divisão do trabalho que proporcionará ao eixo sul-sudeste um crescente processo de modernização e industrialização, legando ao nordeste uma situação de atraso e dependência, o que levará alguns autores a denominar o norte e nordeste do Brasil de periferia da periferia do sistema capitalista.

Assim, a Bahia e mais precisamente Salvador, que ocuparam durante todo o período colonial e também na fase do Império uma posição sócio-política-econômica central para a formação histórica do Brasil, com o deslocamento do eixo político e econômico para o centro sul do país, sofrem um processo de submissão com relação às classes dominantes do sul-sudeste. É preciso destacar que este deslocamento do eixo econômico-político do nordeste para o sul-sudeste é acompanhado também por um processo de desconstrução ideológica da importância histórica da região nordeste dentro do próprio processo de formação política e econômica do Brasil, bem como da tentativa de modernização do país.

Um aspecto importante sobre a evolução do mercado de trabalho na Bahia é que, mais precisamente, a sua capital possui um caráter singular em se tratando do chamado trabalho informal. Diversas atividades que são indicadas como pertencentes, atualmente, ao chamado setor informal sempre existiram em Salvador, desde a sua fundação, e se reproduziram por todo período colonial, República Velha e República Nova³⁴. Quando a cidade se urbaniza, de fato, e o processo de

³⁴ Em trabalho anterior a este afirmei: “Na verdade, não é historicamente adequado chamar as formas pretéritas de organização do trabalho, predominantes desde o século XIX, na cidade de Salvador, de trabalho informal. A noção ou conceito de informalidade não existia, já que não havia um aparato estatal encarregado de regulamentar as atividades realizadas pelos trabalhadores do século XX, nos

industrialização, ocorrido localmente, parecia ser capaz de varrer essas formas de trabalho para o passado. Mas essas atividades se mostraram funcionais ao tipo de desenvolvimento sócio econômico engendrado no Brasil, e que tem na cidade de Salvador um dos exemplos máximos. Assim, ao mesmo tempo atuando de forma funcional ao modelo de desenvolvimento capitalista, mas também existindo como uma espécie de resistência e permanência de um modo de vida de uma Salvador que luta por não ser superada por esse avassalador processo de modernização e capitalização das relações humanas, diversas atividades e formas de ganhar a vida permanecem e contribuem decisivamente para a produção e reprodução da cidade.

Mantendo a coerência com relação ao conceito amplo de trabalho proposto no início desta tese, pode-se afirmar que a forma como os baianos soteropolitanos ganham sua vida se reflete também de forma decisiva no processo de ocupação espacial da cidade, tanto ao longo do processo histórico mais geral de formação da mesma, quanto cotidianamente quando reparamos as formas e cores da cidade todos os dias que os trabalhadores deixam suas casas para trabalhar, seja lotando as ruas de automóveis, abarrotando os ônibus, ou no montar e desmontar de barracas e mercadorias, das mais diversas, pelos passeios e ruas da cidade, catando latinhas nas ruas ou cantarolando bordões nos ônibus na tentativa de vender balinhas e pastilhas que ajudam a “refrescar a boca e passar o tempo no engarrafamento”. Algumas dessas imagens se repetem há séculos, desde a fundação da Cidade da Bahia. Esse trabalho, que ocupa as ruas, é o mesmo que edificou a cidade e deu a ela a forma que ela tem, seja no antigo centro, parte mais tradicional, ou nas “novas periferias”, o suor e o sangue do soteropolitano³⁵ se mistura ao barro, pedras, taipas, palhas, madeira, plástico, bloco, cimento, concreto e vergalhões que ergueram e erguem essa cidade, desde a colonização até os dias

moldes de uma classificação entre formal e informal. A formalização ou institucionalização do mercado de trabalho no Brasil e na Bahia só se dá no século XX, nas décadas de 40 e 50. O que se pode observar é que havia um conjunto de atividades não capitalistas ou pré-capitalistas, que reuniam uma gama de vendedores ambulantes, carregadores e prestadores de serviço dos mais diversos tipos, trabalhadores que deixaram uma marca na história e na composição cultural e econômica da cidade de Salvador, sendo possível observar, até hoje, sobrevivências claras destas atividades nas ruas da cidade. O que hoje se chama de trabalhador ambulante ou camelô, nesta cidade, é uma herança histórica de atividades antigas e tradicionais de uma Salvador ainda não propriamente capitalista (DURÃES, 2002).” (BARRETO, 2005, p.150)

³⁵ Os escravizados, indígenas, africanos, mestiços e vagabundos de toda ordem, do passado, ou os ambulantes, autônomos, comerciantes, operários e jovens traficantes ou marginais de toda ordem, do presente.

atuais, nos novos condomínios da paralela, levantados por trabalhadores que não podem neles morar, nas casas de tijolos expostos que vemos nas avenidas de vale da cidade, ou nos barracos de plástico que dão nome a uma das ocupações de Sem Teto³⁶ no subúrbio ferroviário de Salvador. Analisemos então, uma perspectiva desse processo em que o trabalho humano forja essa cidade.

3.1.2 – A invasão europeia: o início de tudo?

Como já repetido diversas vezes o processo de invasão de terras se constitui como um dos fundamentos para a produção e reprodução do espaço social no Brasil, tanto no campo quanto nas cidades. A produção acadêmica tem mostrado acertadamente que o período das grandes invasões coletivas populares, como alternativa de garantia de uma moradia, ainda que precária, para diversos trabalhadores soteropolitanos, se inicia, de forma mais hegemônica, na década de 1940.

Não tenho qualquer intenção de questionar estas pesquisas, mas apenas a título de provocação gostaria de retornar alguns séculos para lembrar uma outra invasão, responsável pela fundação da cidade de Salvador. Se entendemos que o ato de invadir se constituiu como uma das práticas essenciais para a produção e reprodução dos espaços sociais no Brasil, é preciso deixar claro que o ato de fundação da cidade de Salvador e de todos os centros urbanos do Brasil colônia se deram mediante invasões.

De forma nenhuma estou pretendendo comparar ou equiparar as invasões³⁷ de terras urbanas feitas por trabalhadores, na tentativa de garantir sua sobrevivência ao fazer valer, na marra, o direito à moradia, a partir da década de 1940, com as invasões europeias, que nada mais eram do que a expansão do capitalismo

³⁶ Estamos nos referindo à Cidade de Plástico – CDP, ocupação do Movimento Sem Teto da Bahia, no bairro de Periperi, no subúrbio ferroviário de Salvador.

³⁷ É preciso já neste momento fazer uma breve explicação sobre esta questão: Os movimentos de luta pela moradia historicamente passaram a rejeitar o termo invasão e preferem o uso do termo ocupação, já que, segundo esses movimentos, só se invade o que não é seu e se ocupa o que é seu. No entanto, o termo invasão, durante muito tempo foi usado na cidade e Salvador, como sinônimo de favela, se referindo às chamadas ocupações precárias de todo tipo. Por enquanto, permaneceremos com o termo invasão e ao longo do texto, acompanhando o a própria evolução histórica do termo, problematizaremos também suas transformações.

mercantil Ibérico. Relações de poder bem distintas, situações bem diferentes, portanto, que devem ser colocadas em seu devido lugar. Na verdade, o tipo de sociedade que se engendra com as invasões portuguesas em Salvador (e em todo Brasil) é que definirá e condicionará a necessidade das invasões populares nos séculos que se seguem.

Assim, a chegada e instalação dos portugueses marca o processo de criação da cidade de Salvador, mas não é o início da ocupação espacial e social deste território. Esta terra, toda ela, que compreende o atual território da cidade de Salvador e mesmo de sua Região Metropolitana e todo o litoral da Bahia já estava habitada pelo povo Tupinambá. Se a construção dessa cidade se deu, por um lado, através de um contato amistoso dos europeus com os Tupinambás, proporcionando uma imensa miscigenação entre estes povos, por outro lado esse contato também se efetivou através da escravização, violências de toda sorte como estupros, assassinatos, guerras, expulsão e uma das maiores tentativas de extermínio que a história humana já presenciou, não só sobre o povo Tupinambá, mas sobre todas as nações “indígenas” que habitavam e habitam este território. Vale a longa citação:

O índio do litoral baiano recebeu o europeu sem hostilidade. Até o ajudou, indicando-lhe fontes de água potável, raízes e frutas comestíveis. Colaborou na construção de tapumes de barro e casa de taipa da primitiva cidade do Salvador. Foi o grande canoeiro e remeiro para todos engenhos do recôncavo. Era capaz de remar do Iguape ao porto da cidade do Salvador, transportando caixas de açúcar, esforço físico que levou milhares deles à morte. Pode-se acrescentar que diversos fundadores das famílias do recôncavo tiveram mulheres índias e descendentes mestiços. Com o passar dos tempos, e na medida dos conflitos e guerras contra os índios, a parceria inicial foi substituída pela hostilidade do europeu contra o índio e do índio contra o europeu.

O colono europeu queria o índio para o trabalho escravo, que ele desconhecia. Utilizou-o como escravo e cativo. Castigou-o com penalidades físicas. Quando os conflitos se estabeleceram e se ampliaram, a política da Coroa, exercida pelos governadores Duarte da Costa e Mem de Sá, foi a do extermínio, varredura acionada do litoral ao sertão e que alcançou os Kariri nos séculos XVII e XVIII. (TAVARES, 2001, p.25)

Assim, analisando obra clássica de Kátia Mattoso³⁸ (1978) pode-se verificar que essa invasão do território Tupinambá por parte dos Europeus e que leva à fundação da cidade de Salvador pode ser dividida em três etapas. Invasão que não se dará sem a resistência, até as últimas consequências, por parte dos povos nativos. A primeira fase vai de 1500 a 1534 e está marcada pela “ausência de

³⁸ O clássico “*Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*”, de 1978.

qualquer atitude que levasse ao estabelecimento real do domínio português no Brasil” (MATTOSO, 1978, p. 88). Conforme analisa Florestan Fernandes (2009)³⁹ este primeiro contato submetia os europeus (franceses e portugueses), que pela primeira vez aportavam no território Tupinambá, ao modo de vida dos povos nativos. Personagem mítico desse período é o português Diogo Álvares Correa, o Caramuru, que, a partir da boa relação que ele construíra com os tupinambás, gera os primeiros mestiços de índios e portugueses e inicia a primeira ocupação do território por um estrangeiro a partir do mar onde atualmente se encontra a praia da Barra, em Salvador, estendendo-se a uma parte mais alta que compreende atualmente os bairros da Graça e Vitória. Neste lugar, Diogo Álvares vivera por mais de 20 anos como mais um Tupinambá.

A segunda etapa, que se inicia em 1534, com a criação do sistema de ocupações na forma das Capitânicas Hereditárias, altera sensivelmente esta relação com os verdadeiros “donos da terra”. O objetivo dos europeus agora é outro conforme demonstra Florestan Fernandes (2009, p. 34 - 35):

Passamos então ao período de tensões encobertas para área do convívio social com os índios. Os alvos dos brancos só poderiam ser alcançados e satisfeitos pela expropriação territorial, pela escravidão e pela destribalização [...] O anseio de “submeter” o indígena passou a ser o elemento central da ideologia dominante no mundo colonial lusitano.[...] “submeter” os indígenas equivalia a reduzi-los ao mais completo e abjeto estado de sujeição. Tomar-lhes as terras, fossem “aliados” ou “inimigos”; convertê-los à escravidão, para dispor *ad libitum* de suas pessoas, de suas coisas e de suas mulheres; trata-los literalmente como seres sub-humanos e negociá-los - eis o que se entendia como uma solução razoável e construtiva das tensões com os diferentes povos aborígenes.

Assim, iniciando esta nova etapa da invasão, o donatário Francisco Pereira Coutinho, recebe o território que hoje corresponde à Baía de Todos os Santos⁴⁰, incluindo todo o território em que habitavam os Tupinambás e Diogo Álvares. Logo foi construída uma fortaleza na região de Santo Antônio da Barra e na parte mais alta da cidade construiu uma vila com casas para cem moradores. Assim estava construída, como primeira tentativa de povoamento estrangeiro do território Tupinambá, a Vila do Pereira, depois denominada Vila Velha, a primeira vila, antes da cidade do Salvador (MATTOSO, 1978; TAVARES, 2001). Segundo aponta

³⁹ A edição original da obra é de 1975.

⁴⁰ Os limites prováveis se estendiam da margem direita do Rio São Francisco, no norte, até a ponta do Padrão (atual farol e forte da Barra) ao sul. (TAVARES, 2001)

Tavares, ainda no ano de 1545, resistindo ao processo de domínio português, os Tupinambás destroem esta primeira vila expulsando Francisco Pereira Coutinho, que foge para o sul. Ao tentar retornar o português é capturado e morto pelos indígenas.

Apesar do fracasso da empreitada de Francisco Pereira Coutinho, esta segunda etapa marca a definitiva usurpação deste território por parte dos portugueses. Todo território é declarado terra da coroa portuguesa que passa a permitir a ocupação das terras, através do sistema das Capitânicas, mediante a concessão de sesmarias.

A partir de 1549, inicia-se a terceira e definitiva fase dessa invasão com a construção de Salvador, cidade fortaleza que serviria ao combate de outros navios europeus que rondavam a costa da terra que os portugueses se diziam donos, mas principalmente, ponto estratégico para a guerra que se iniciaria com o verdadeiro dono da terra.

A chegada de Tomé de Souza demarca o início de implementação das ordens da coroa a respeito da construção da fortaleza. Segundo relata Tavares (2001), Lisboa tinha conhecimento de que existiam cerca de seis mil guerreiros Tupinambás habitando a região, ocupando seis léguas para a costa norte, cinco léguas em direção ao “sertão” e mais três povoados. A implantação do Governo Geral Português por Tomé de Souza deveria iniciar suas ações castigando duramente os que destruíram a Vila do Pereira, incentivando a hostilidade entre as diversas tribos, com o objetivo de enfraquecê-las e, conseqüentemente, dominá-las, usando para isso também o recurso da catequese. Para esse fim o “governador e os seus imediatos cuidariam de construir ‘hua cidade fortaleza’ logo que desembarcassem” (TAVARES, 2001, p.103).

Assim, com tais objetivos é fundada a cidade de Salvador. Este processo marca a completa usurpação deste território pela coroa portuguesa. O documento da coroa determinava que a cidade fortaleza fosse construída mais pra dentro da baía, excluindo a possibilidade de se construir a cidade nas mediações das terras ocupadas pelos Tupinambás com os quais convivia Diogo Álvares, bem como a região da Vila Velha do Pereira. A região escolhida foi, portanto, a área correspondente atualmente à região da Conceição da Praia (cuja área de terra era

muito menor que a atual) e, na parte de cima, a área que corresponde atualmente à Praça Municipal e Praça Castro Alves, sendo logo depois inserida a região do Terreiro de Jesus. Conforme apresenta Mattoso (1978, p. 94):

O ponto escolhido foi uma “área de terreno irregular de perto de um quilômetro de comprimento por mais ou menos 350 metros em uma linha direta no ponto mais largo.” Esta área ficava mais pra dentro da baía, para o norte e fora escolhida por apresentar uma morfologia que estabelecia defesas naturais: “a subida pela montanha íngreme era difícil e penosa, mas a coroa da colina era quase plana e suas vertentes da banda da terra davam par ao vale do rio das Tripas, que a cercava e a defendia, ora mais caudaloso, ora menos profundo, ora fazendo charcos e lamaçais... Diante da ribanceira havia um ‘porto acomodado’ em que o mar era mais limpo com a vantagem de ‘uma grande fonte à borda d’água que servia para a aguada dos navios.”⁴¹

Com a ajuda dos indígenas que viviam com Diogo Álvares, num espaço bem curto de tempo a cidade foi erguida, entre abril e junho de 1549, com construções ainda precárias, feitas de taipa, madeira, palha. Como era uma fortaleza, toda a cidade fora murada. A cidade alta possuía duas grandes portas levadiças, com as de um castelo. Uma, ao sul, na região que liga atualmente a praça Castro Alves ao mosteiro de São Bento e a outra, ao norte, traça o limite da cidade fortaleza na fronteira entre as atuais praça Municipal e o Terreiro de Jesus. Logo esta porta do norte é estendida até os limites do pé da atual ladeira do Pelourinho com o crescimento da cidade para o resto da colina ao norte. Ainda em 1552 as duas primeiras zonas de ocupação estrangeira do território são erigidos pela coroa portuguesa à condição de freguesias: a Freguesia da Sé, a cidade fortaleza, e a Freguesia de N.S. da Vitória, a vila velha, apenas protegida pela floresta (MATTOSO, 1978).

Num espaço não muito longo, depois de travadas guerras sangrentas com os Tupinambás, os muros da cidade cederiam ao seu crescimento e ocupação de toda área no entorno. Essas guerras que consolidam a usurpação do território se iniciam com o massacre dos Tupinambás que viviam no entorno da cidade fortaleza⁴² já no governo de Duarte da Costa.

⁴¹ O texto citado por Kátia Mattoso é: CARNEIRO, Edison. A cidade de Salvador. Rio de Janeiro. Org. Simões. 1954.

⁴² Por todo caminho que levava a cidade fortaleza até a Vila Velha (atuais Avenida Sete de Setembro e Carlos Gomes), os tupinambás estavam espalhados; também na região além do rio das tripas, em todo território que hoje ocupa a nossa Salvador.

Os Tupinambás reagiram e em maio de 1555 fizeram um levante, “ ocasião em que existiu o perigo de desaparecimento de todos e tudo que fosse europeu nas léguas em torno da cidade do Salvador” (TAVARES, 2001, p. 109). Quando conseguiram reagir, os portugueses, liderados por Duarte da Costa trataram de imprimir uma guerra com a intenção de dizimar tudo que se referisse ao povo Tupinambá, do litoral até o sertão. E tendo Salvador como cidade fortaleza desta grande guerra, engendrou-se contra os Tupinambás, um dos maiores genocídios testemunhados na história dos povos indígenas na América.

Além da guerra direta e sangrenta contra os portugueses, os Tupinambás fizeram uso, largamente, de outras formas de resistência, como as fugas para o interior, adentrando a mata e também mais pra oeste, em direção ao sertão, ou simplesmente, a “integração”, através dos aldeamentos⁴³, via catequese, por exemplo, com os costumes portugueses (FERNANDES,2009). Assim como a guerra, a alternativa da integração (embora não se possa falar de uma escolha neste caso por parte dos indígenas) contribuiu para ceifar diversas práticas culturais desses povos, embora, de certa forma, tenha poupado vidas, que deixaram descendentes. Assim, a despeito desse genocídio, parte significativa desses povos sobreviveu, não só na cultura grandiosa que também lhes é negada, mas em corpos vivos que voltam a falar nos tempos de agora. No passado, logo se juntaram a eles a incontável massa de escravizados africanos que, com o passar da história, iriam formar o exército da pobreza que compõe a paisagem de nossos centros urbanos e das zonas rurais brasileiras.

O governo de Mem de Sá dá continuidade ao massacre dos povos indígenas e acrescenta-lhe esse novo ingrediente. É nesse período que são trazidos os primeiros africanos escravizados, vindos do golfo da Guiné. Mas é somente a partir do século XVII que a escravização africana se tornará a principal forma de reprodução social e econômica da cidade de Salvador. Virão para a Bahia, majoritariamente escravizados de Angola, da Costa da Mina e do Benin. Importante salientar que o tráfico e comercialização de africanos no território brasileiro foi um dos negócios mais rentáveis para Europa durante todo período colonial do Brasil e mesmo depois dele. A economia baiana assentada na monocultura da cana fez

⁴³ Pode-se afirmar, sem medo de errar que, de certa forma, para o povo Tupinambá, o processo de aldeamento imposto, principalmente pelos jesuítas, está para os indígenas, assim como a senzala está para os escravizados da África.

largo uso da escravidão, basicamente como sua única forma de produção e reprodução.

Base fundamental desta economia monocultora, os escravizados africanos, despatriados e desterritorializados construirão na nova terra um espaço de resistência e sobrevivência. Assim como, e junto aos indígenas sobreviventes, resistirão, nas guerras, nas fugas para o interior, quando encontrarão os indígenas e construirão os quilombos, na cultura grandiosa que edificarão, na religião e na própria capacidade de miscigenação e permanência que caracteriza, tanto o povo Tupinambá, quanto os povos escravizados da África. O território invadido de antes, tornado cidade da Bahia, cidade do Salvador, assim se fez, construído e expandido sob o sangue e suor de indígenas e africanos que se misturaram, também aos brancos, na violência do estupro, ou pela camaradagem construída com muitos. É possível notar suas presenças na cor preta, morena e mestiça que a pele do soteropolitano carrega, no português diferenciado que se fala no Brasil, quando comparado a outros países de colonização portuguesa, nos candomblés de Angola, em que se toca o samba pro caboclo da terra, no xiré, toré, poranci, e auê, das rodas nos terreiros e nas aldeias, na capoeira, luta, dança e canto afro indígena, no sincopado que fundamenta nossos ritmos e danças atuais e que é matriz das nossas danças ancestrais, aqui e na África, no sambaqui e no semba. Essas presenças vivas compõem hoje, um dos maiores símbolos de resistência e sobrevivência histórica e étnica que a humanidade já viu, a despeito da tentativa de extermínio pela qual passaram estes povos, os da África e os daqui. Assim, Salvador criada para conquistar, passa também a ser conquistada e construída através do surgimento das ocupações populares que se constituíram, nos quilombos urbanos do passado e de agora, uma forma de resistência, que fez e continua fazendo esta cidade ser o que é.

Compreender Salvador e suas formas de ocupações passa pelo entendimento desta história feita de usurpação, roubo e mortes. A espoliação que constrói esta cidade custou a vida de civilizações inteiras, dos que aqui sempre moraram e dos que vieram para ser escravizados⁴⁴.

⁴⁴ Este trabalho não tem como foco central a discussão étnica, mas escrevo estas linhas, sem qualquer objetivo ou capacidade de esgotar o assunto, com a intenção de calar o silêncio de trabalhos anteriores em que nunca gritei por estes antepassados, desta forma. Este grito só se tornou possível agora porque a própria pesquisa de campo, o encontro com os Sem Teto me obrigou a me

3.1.3 – Salvador, mercado de trabalho e ocupação espacial no período colonial:

Bem, reduzidos os conflitos com os indígenas a cidade do Salvador se consolida e aos poucos, vai perdendo as características de fortaleza para tornar-se um dos maiores entrepostos comerciais do Atlântico. Novos povoados se formam e em 1623 o povoado da cidade baixa também sobe à categoria de freguesia de N.S. da Conceição da Praia. A cidade se expande e em um século ela já toma a forma bem próxima à Salvador atual, com o surgimento de novas freguesias⁴⁵.

Capital do Governo Geral de Portugal sobre a colônia e, por isso, primeira capital do Brasil, Salvador inicia o seu período áureo, que se estenderá até o século XIX. A capital da colônia portuguesa torna-se um dos maiores entrepostos comerciais do Atlântico e um dos maiores portos do mundo. A cidade fortaleza beneficia-se com a “grande invenção” portuguesa de criar um mercado produtor de açúcar, produto com grande mercado consumidor na Europa. Nas palavras de Mattoso (1978, p.110):

Praça forte nos primeiros anos da colonização a cidade do Salvador é já no final do século XVI uma praça comercial de primeira importância. A cana-de-açúcar, plantada a princípio nas cercanias do burgo fortificado, alastra-se a partir do final da década de 1560, ocupando uma primeira zona úmida litorânea que margeia os rios do Recôncavo. Já em meados do século XVII novas zonas sub-litorâneas são ocupadas e economicamente exploradas através da plantação de tabaco e açúcar e por culturas de subsistência. Porto de exportação de açúcar e de tabaco, Salvador é também um importante porto de importação, pois permanece, por longo tempo, o único entreposto de gêneros alimentícios e produtos manufaturados vindos de Portugal. É também maior o mercado de escravos. Assim, do lado de sua função militar administrativa de sede da colônia, Salvador desempenha uma função de metrópole colonial regional, posto avançado do capitalismo comercial português.

defrontar com meus silêncios anteriores, porque a fala deles foi mais alta que meu silêncio e trouxe à tona essa Salvador, que é ancestral, mas que é também a cidade de agora, na qual afrodescendentes e “tupinambadescendentes” (porque não mais se pode assumir ser Tupinambá) e os “brancos pretos de tão pobres” continuam resistindo à usurpação e à morte.

⁴⁵ Santo Antônio Além do Carmo (1648), Senhora de Sant’Anna (1673), Santíssimo Sacramento da rua do Paço (1718), N.S. de Brotas (1718), N.S. do Pilar (1718), São Pedro o Velho (1676), N.S. da Penha (1760). Além das freguesias consideradas rurais: São Bartolomeu de Pirajá, N. S. do Ó de Paripe, São Miguel de Cotegipe, N.S. da Piedade de Matoim, Santo Amaro de Ipitanga, São Pedro no Sauipe da Torre, Senhor do Bonfim da Mata, Santa Vera Cruz de Itaparica, Santo amaro de Itaparica, N.S. da Encarnação do Passé.

Além da cana de açúcar, a escravização e tráfico de africanos para a produção do açúcar na colônia se torna um dos mais rentáveis comércios do mundo atlântico, no período citado. Desta forma e em torno dessa lógica da escravização e comércio de africanos e da produção da cana, se movimentava e se reproduzia a economia de Salvador. Desde mesmo o século XVI, até o século XIX, segundo Vasconcelos (2006)⁴⁶, são inúmeros os registros de quilombos que começam a se formar no entorno de Salvador. A existência destes quilombos juntamente com as infimas revoltas⁴⁷ que passam a se tornar mais predominantes no século XIX já demonstram que esta exploração do trabalho africano mediante a escravização também não se deu sem resistência e luta por parte dos que foram escravizados.

Assim, explorando o suor e o sangue também do africano feito escravo, durante aproximadamente quatro séculos, Salvador expande sua área de influência para outras regiões do país e assegura sua hegemonia como principal centro econômico e político da colônia, sofrendo uma primeira forte perda de prestígio quando a sede da colônia é transferida para o Rio de Janeiro. Ainda assim, sua capacidade de influência e poder político se mantém, sustentada na pobreza e exploração que mantém em condições precárias as vidas de grande parte dos soteropolitanos.

Nesta Salvador colonial não se pode falar em um mercado de trabalho propriamente dito, já que esta expressão está condicionada à possibilidade da livre concorrência da mercadoria força de trabalho, numa economia capitalista, na qual é hegemônica a forma do trabalho livre. Mas devido a sua condição histórica, Salvador apresenta uma realidade bem complexa na qual coexistem formas de ocupação para a qual concorrem entre si trabalhadores livres e escravizados (MATTOSO, 1978).

A estrutura colonial inibe o desenvolvimento do setor secundário, mas a Cidade da Bahia consegue desenvolver algumas indústrias do ramo têxtil, principalmente, e alimentício, mas como pouca capacidade de absorção de mão de obra. Ainda assim, no clássico *Bahia de todos os pobres*, Vilmar Faria (1980)

⁴⁶ O autor cita a presença de quilombos na orla Atlântica da cidade já em 1575 e a destruição de um outro no atual bairro do Rio Vermelho em 1632. Nos séculos seguintes, foram detectados os quilombos do Buraco do Tatu (1763) e os de Mares e Cabula (1807) (VASCONCELOS, 2006).

⁴⁷ Podemos citar a revolta dos Alfaiates, com participação de negros, indígenas e mestiços, no século XIX, o movimento contra a carestia em 1809 e as revoltas dos africanos de origem hausá, em 1807, 1809, 1813 e 1814. (VASCONCELOS, 2006)

adverte que neste primeiro espasmo da industrialização nacional Salvador teve significativa participação liderando em número de estabelecimentos têxteis, no país. No entanto, um dos setores que mais absorve mão de obra é o setor da construção civil, tanto pública, quanto privada, que abrange trabalhadores tanto livres, quanto escravizados.

Mas sem dúvida, desde sua origem, Salvador já mostra sua vocação para o terciário, sendo este o setor que mais incorpora mão de obra desde o século XIX. Vale mais uma vez a longa citação em que Mattoso descreve este setor terciário, uma imagem que bem lembra a Salvador dos dias atuais:

Grande era a variedade dos comerciantes retalhistas numa cidade porto como a de Salvador onde o comércio era a atividade econômica principal. Havia, primeiro, os comerciantes retalhistas estabelecidos em lojas disseminadas nas freguesias do centro da cidade: armazéns, tabernas, padarias, quitandas, lojas de secos e de molhados serviam uma população de ritmo crescente [...] a esta primeira categoria de retalhistas devemos ainda acrescentar o número infinito de feirantes e vendedores ambulantes de toda espécie, que levavam aos bairros residenciais e até a porta das casas dos fregueses, as iguarias comestíveis e os bens mais duráveis.[...] Por outro lado, havia os vendedores de miudezas, *pulga-prenha* ou mascates que colocavam junto á freguesia feminina meias e peças de rendas, bicos e entremeios, aplicações, fitas, rolinhos, carretéis, e rolos de linha, tubos de retrôs, pressões, botões, pentes, fivelas para cabelo, escova, brilhantina, pentes finos, espelho etc.[...] A estes vendedores ambulantes juntavam-se as caixinheiras, “Tias da Costa”, que em bauzinhos de folhas – as caixinhas – levavam, para os domicílios de suas freguesas, costuras alheias ou próprias, uma série de produtos oriundos da África, e ainda, palas de criança [...]

A grande maioria dessas atividades cujo ganho era baixíssimo, apenas mantinham estes trabalhadores no nível da sobrevivência. Completam estas atividades as ocupações dos chamados escravos de ganho. Normalmente se tratavam dos trabalhos mais pesados e extenuantes, também indispensáveis à vida da cidade, como os carregadores de todas as coisas que saíam e chegavam ao porto, ou dos dejetos que tinham que ser retirados das casas e atirados ao mar numa cidade sem saneamento nenhum, ou mesmo, os carregadores e empurradores de cadeirinhas e charretes que transportavam os “senhores e senhoras” pra todos os cantos da cidade.

Por fim, cabe observar que, por ser uma cidade administrativa, Salvador também abriu postos de trabalho na administração pública, mas em se tratando de

atividades que demandavam o estatuto e a formação do homem livre, sua capacidade de absorção também foi pouca.

Data, também, já deste período, a demarcação do espaço de moradia dos trabalhadores de Salvador. Num primeiro momento, a população pobre se abarrotava na estreita faixa de terra da freguesia da Conceição da Praia, na cidade baixa, enquanto a elite urbana ocupava a cidade alta. Com o crescimento da cidade, logo a grande massa dos seus moradores começa a ocupar as encostas com construções extremamente precárias que desabavam com as chuvas torrenciais que caíam na cidade, uma espécie de tragédia urbana natural e histórica, presente até os dias atuais na vida cotidiana de quem luta pela moradia na nossa cidade. Alguns locais logo se definem como moradia das elites soteropolitanas, como por exemplo, a Vitória, que passou grande parte do tempo esquecida, ocupada pelos indígenas, seus descendentes, por hortas e pela mata nativa e que depois se torna o grande centro de atração para ocupação dos mais ricos. No intermédio entre a Vitória e o centro, erguem-se as mais precárias e miseráveis formas de habitação dos trabalhadores soteropolitanos. Não tardará para que estes trabalhadores sofram o primeiro processo de gentrificação de Salvador, sendo expulsos para as periferias, eles começam a ocupar outras áreas de encostas e os vales dos diversos rios que cortam a cidade.

Importante frisar que, neste momento, o solo de Salvador pertencia a um reduzido número de proprietários privados, a Igreja, em grande parte e, principalmente, o Estado. Estes proprietários concediam a ocupação de suas terras através do regime da enfiteuse e esta passou a ser a principal e quase única via para a “resolução” do problema da moradia para a grande maioria dos trabalhadores e trabalhadoras soteropolitanos. Desde, já, a autoconstrução de habitações extremamente precárias, na maioria dos casos, passa a ser a forma adotada no processo de ocupação espacial da cidade.

Ao final do século XIX dois episódios marcam profundamente a vida da cidade de Salvador. Primeiro é a perda completa e definitiva da hegemonia da cidade como principal entreposto comercial e político do país, já que estas funções se transferem definitivamente para o sudeste, devido ao desenvolvimento da lavoura cafeeira, agora mais rentável e interessante para as oligarquias de lá. Segundo fato importante é o fim definitivo da escravidão. Mesmo tendo sido proibido o comércio

atlântico de escravos anos antes, o tráfico ilegal ainda era realizado indiscriminadamente e continuava sendo uma atividade concentradora de recursos e esforços da cidade de Salvador. Assim, o final do tráfico acaba deslocando recursos para uma infra-estruturação da cidade no final do Império, com a construção da primeira e única ferrovia da cidade e das primeiras vias de transporte urbano de tração animal, permitindo a expansão de Salvador (VASCONCELOS, 2006).

3.1.4 – O início da República:

O início da República (início do século XX) é marcado pelo que Vasconcelos denomina de “uma busca pelo modelo europeu de urbanização” e pelo completo abandono, por parte das elites locais da população mestiça e de origem escrava. Neste período são implantadas as linhas de bondes elétricos, o que vai permitir ainda mais a expansão da cidade. O fim da escravidão também proporcionará um enorme deslocamento de ex-escravos do campo para o centro urbano, levando ao surgimento e ampliação das chamadas casas de cômodos e dos cortiços nas áreas centrais da cidade e ao adensamento populacional das áreas periféricas (VASCONCELOS, 2006), colocando a questão da habitação, já como um problema a partir desta época.

Estes primeiros 20 anos do século XX marcam uma fase de transição em que a perda de poder político e econômico e, conseqüentemente, de prestígio de Salvador e do Nordeste para o Sudeste, marcará uma fase em que a cidade viverá apenas das lembranças de seu passado glorioso. As poucas indústrias dos ramos têxtil e alimentício apenas sobreviveram até a primeira década do século XX e a grande maioria da população sobrevive através de atividades do setor terciário desprovidas da relação de venda e compra da força de trabalho. Nas palavras de Falcão (2013, p. 43):

Neste período, Salvador se consolidou como importante polo comercial e de prestação de serviços e de administração, uma das características que marcam a cidade até hoje. Esse setor terciário crescia com utilização intensiva de força de trabalho e com baixo nível de produtividade, ao tempo em que se sedimenta uma cultura urbana de forte conteúdo tradicional, de subsistência. Tais atividades terciárias correspondiam àquelas ligadas ao setor exportador; o comércio e serviço voltados para atender a demanda de luxo dos setores de alta renda e estratos médios; e poucas indústrias de maior porte, que entram em crise no início do período.

O desenvolvimento da industrialização baseada na substituição de importações, que passa a alavancar a economia do sudeste, afeta diretamente a incipiente industrialização baiana, que se expandira apenas até a década de 1920. Essa hegemonia da industrialização que começa a se firmar na parte mais ao sul do país reconfigura a divisão regional do trabalho, reafirmando o papel designado à cidade de Salvador na modernização do país:

A intensificação do processo de substituição de importações a partir de 1920 acarretou, para a Bahia e para Salvador, um período relativamente prolongado de involução industrial. A população da capital baiana continuou crescendo, embora a taxas bastante modestas, pelo menos até 1940. Mas Salvador consolidou-se, neste período, como importante polo comercial e de prestação de serviços. O setor industrial local tornou-se incapaz de competir com o sistema industrial que se desenvolvia no centro sul do país, particularmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. (FARIA, 1980, p.34)

O crescimento populacional se dá mediante a crise da grande lavoura sustentada na monocultura da cana para exportação, que contribui para a migração intensiva de mão de obra para as cidades⁴⁸, contribuindo para a formação de um gigantesco exército de reserva, que ampliará a pobreza urbana, com o aumento do desemprego e subemprego e rebaixamento dos salários locais. Parte dessa massa de trabalhadores, como dissemos, servirá como mão de obra para o processo de industrialização que ocorrerá primeiramente no sudeste. Outra parte cumprirá, mais tarde, com a industrialização baiana, a função de rebaixamento dos custos de mão de obra por aqui mesmo (FALCÃO, 2006).

Esse gigantesco exército de reserva que se reproduz através da realização de atividades precárias, que minimamente possibilitam a sobrevivência destes trabalhadores, terá de encontrar as formas de habitar e viver na cidade. Assim, terá continuidade o processo de espoliação do trabalhador soteropolitano, não só nas suas formas de trabalho, mas também nas formas como encontra a sua moradia.

Nesse período, segundo afirma Milton Moura (1990), a ocupação das terras em Salvador se dava ainda de maneira relativamente simples condicionada pela necessidade de habitar. Trata-se de uma realidade em que há abundância de espaço, sendo que, este espaço tem, no início, pouca ou nenhuma valorização

⁴⁸ Migração essa que ainda é contida por conta do desenvolvimento da lavoura cacaueteira no sul da Bahia.

como mercadoria. Desta forma, não há ainda neste início de século XX, resistências por parte dos grupos dominantes, ou do poder público, ao movimento de expansão “lento e permanente das famílias pobres em direção às periferias imediatas e aos interstícios dos bairros” (MOURA, 1990, p. 25 - 26). No entanto, segundo o autor, isso não significa que esse processo de ocupação não obedeça a algum tipo de regulação que reflete as segregações sociais presentes numa cidade que ainda carrega sua história de exclusão, escravização e extermínio, delimitando claramente espaços de ocupação a serem preenchidos pelos distintos tipos de trabalhadores, com distintas origens e condições de vida. Assim, segundo Moura (1990, p. 26):

A configuração urbanística de Salvador era a realização espacial de sua sociedade. O modelo de bairro tradicional sintetizava a cidade, abrangendo tipos como o médico e o magistrado, nas casas e sobrados construídos na cumeeira por onde corria a rua principal; o professor, o oficial de justiça e o alfaiate, em casas modestas justapostas nas ladeiras e ruas adjacentes; o servente, a lavadeira e o sapateiro, em barracos isolados, avenidas e pardieiros situados nas encostas e no fundo dos vales. A distribuição do espaço tanto observava a primazia do senhorio como lhe assegurava os serviços de seus subalternos, próximos e sempre à mão, ao mesmo tempo vizinhos e mantidos à “devida distância”.

Com tempo os mais abastados começam a abandonar também os grandes casarões da área central que originou a cidade, indo ocupar a região que compreende atualmente os bairros da Graça, Campo Grande e Vitória, enquanto os grandes sobrados do Centro Histórico passam a ser repartidos pela população pobre que realiza atividades de baixíssima remuneração. Assim, conforme afirma Brandão (1980), embora as formas de habitação precárias ocorressem em diversas áreas da cidade, as concentrações das populações pobres correspondiam a três tipos de vizinhança:

Os cortiços dos trechos degradados do centro histórico; as séries de habitações coladas umas às outras conhecidas por “avenidas” encravadas nas áreas residenciais antigas, e os “bairros pobres” surgidos ou incrementados na primeira metade do século, localizados cada vez mais próximos do centro e das vizinhanças consolidadas. (BRANDÃO, 1980, p.129)

Essas ocupações se davam pela instalação de moradias, tanto em áreas não reclamadas como em terrenos de propriedade regularizada, para posterior solicitação de aforamento, dando continuidade aos modelos de posse da terra baseados na enfiteuse que predominará até a década de 1950, quando será

proibido pelo poder Público (MOURA, 1990; BRANDÃO, 1980). Desta forma, a adoção do regime de enfiteuse engendra uma realidade que passa a ser uma característica constituinte das formas de habitação na cidade de Salvador, com altos índices de propriedade da moradia (a casa própria), que não implica na propriedade do solo, do espaço sobre o qual se ergue esta moradia. O regime de enfiteuse acaba se constituindo como um dos únicos meios de acesso ao espaço urbano para a população de baixa renda, ao mesmo tempo em que atendia aos interesses dos proprietários do espaço urbano que viam na ocupação de seus terrenos uma forma de pressão para que o poder público implementasse algumas medidas de estruturação das áreas circunvizinhas. Como normalmente estes proprietários eram donos também destas áreas vizinhas, eles conseguiam certa valorização de seus terrenos. O “incômodo” de ter terrenos próximos à indesejável vizinhança pobre seria, mais tarde, solucionado com o processo de expulsão desses trabalhadores de baixa renda para áreas periféricas da cidade, normalmente nas margens de vales e encostas, na parte central da península, quando ocorrerá a reforma do centro da cidade.

Com o avançar desta primeira metade do século XX dois elementos irão condicionar este processo de ocupação relativamente frouxo do solo de Salvador. O primeiro diz respeito ao fato de que as elites soteropolitanas começam a se incomodar de forma mais veemente com a vizinhança pobre que cerca os bairros dos mais abastados. É importante lembrar que a proximidade dessas populações pobres se justificavam, como dito, pela necessidade de morar perto dos locais de trabalho e das áreas de comércio da cidade, num centro urbano cujo sistema de transporte e vias de deslocamento impossibilitava a instalação das moradias das classes trabalhadoras nas áreas distantes.

Os mocambos⁴⁹, cortiços e todas as formas de moradia populares eram considerados áreas insalubres, responsáveis pelos surtos epidêmicos que a cidade atravessara durante as décadas de 1920 a 1940. Aos poucos, um projeto de erradicação das “favelas” centrais da cidade começa a se construir e começa a ganhar forma efetivamente quando a prefeitura de Salvador, em 1943, assina um contrato com o escritório do Engenheiro Sanitarista Mário Leal Ferreira, para

⁴⁹ Segundo Maria Raquel Mattedi (1981), MOCAMBO era o nome que se dava às ocupações e habitações precárias do espaço urbano de Salvador pelas populações pobres, antes de estas ocupações ganharem o estigma das INVASÕES.

elaboração de um plano de urbanismo para a capital do estado. Esta primeira tentativa de planejamento da ocupação espacial da cidade resultou no Código de Urbanismo de 1948 que passou a delimitar as áreas da cidade destinadas às habitações operárias. Uma delas, mais próxima à área destinada à instalação de indústrias, em Itapajipe, e a outra, em assentamentos planejados, próximos aos bairros residenciais antigos, áreas de trabalho da população pobre, mas devidamente separados destes bairros pelos vales internos da cidade.

Havia a crença, neste período, que o processo de desenvolvimento e modernização provocados com a industrialização, iniciada com a vinda da Petrobrás, possibilitaria a erradicação da pobreza na cidade e, conseqüentemente, elevaria o padrão das habitações em Salvador, coisa que, como sabemos, não se efetivou.

O segundo fator que irá condicionar o processo de ocupação espacial da cidade diz respeito ao fato de o processo de ocupação espontânea, ao forçar uma maior infraestruturação das áreas ocupadas, levava a uma gradual valorização do solo de Salvador. Aos poucos, esse processo de valorização começa a evidenciar o caráter de mercadoria que conforma o espaço urbano, numa sociedade que começa a se reproduzir cada vez mais sob a lógica do modo de produção capitalista. Assim, o modelo das enfiteuses, que estimula a ocupação espontânea, passa a não ser mais interessante ao novo modelo que transforma o processo de ocupação do solo urbano em um novo e rentável mercado. Assim, segundo Milton Moura (1990, p.26), foi a partir de 1944 que o Estado “passou a restringir a vigência da enfiteuse, respaldando juridicamente a mercantilização do solo urbano”. Além das tentativas de inibição dos aforamentos realizados no regime de enfiteuse⁵⁰, o Estado começará a tomar, até a década de 1940, diversas medidas⁵¹ no intuito de regular a ocupação do centro da cidade.

A valorização do solo urbano enquanto mercadoria, somado à vontade das classes dominantes soteropolitanas de ver distantes as populações pobres que aumentavam ainda mais seu número com os incrementos dos processos migratórios

⁵⁰ O regime de enfiteuse será definitivamente proibido pela Lei 376/51 (SIMÕES, 1985).

⁵¹ O decreto municipal 347/44 ameaça os Mocambos que, em 1930 constituíam aproximadamente 40% das habitações da cidade. No mesmo período, construção, no centro, de edifícios em locais antes ocupados pela população pobre. (SIMÕES, 1985)

no início da década de 1940⁵², fazem da questão da moradia em Salvador um problema social definitivo. Necessitando morar, os trabalhadores soteropolitanos encontrarão um meio de resolver este problema através da ocupação forçada das áreas das cidades. Nas palavras de Moura (1990, p.27):

O acúmulo de famílias que necessitavam prover a moradia de modo rápido e pouco dispendioso e as restrições à continuidade do antigo sistema de ocupação configuram o quadro onde rebenta a invasão. Para as famílias cujos membros de sustentação não conseguem se colocar em alguma ocupação cujo rendimento lhes possibilite comprar ou alugar um alojamento, passou a ser o único recurso para resolver o problema de habitar. Através de estratégias adequadas às condições socioeconômicas, impõe-se a lei da Física pela qual cada corpo ocupa necessariamente um lugar no espaço.

Esta ação, a invasão deliberada dos espaços ainda desocupados da cidade, produzirá, a partir de então, a própria cidade, através do trabalho de homens e mulheres que nela habitam, dando a ela suas formas, seus contornos e suas cores. Este novo processo de ocupação espacial de Salvador está diretamente associado ao ingresso definitivo da capital baiana no modelo de desenvolvimento capitalista nacional capitaneado pela região sudeste, que marca também, o início de uma nova industrialização do estado da Bahia e uma nova configuração das formas de inserção no mundo do trabalho.

3.1.5 – O (re)surgimento das invasões e a “primeira” fase da industrialização na Bahia: duas formas de realização do trabalho.

Como dissemos, a segunda metade da década de 1940 marca o início de uma nova fase de ocupação espacial de Salvador através do processo de invasões.

No entanto, esta “segunda” invasão se dá enquanto uma resposta das classes populares ao processo violento iniciado com a primeira invasão europeia. Tornando propriedade privada de poucos, o território da cidade de Salvador passará por sucessivas reocupações, que chamarei de uma espécie de retomada, por parte dos trabalhadores indígenas, negros, mestiços, pobres, herdeiros da escravização e

⁵² Milton Moura (1990) fala sobre uma intensificação da migração, do sertão pra Salvador, devido a estabilização da capacidade de atração de mão de obra da região cacauieira no sul da Bahia, neste momento.

da expulsão e usurpação dos séculos anteriores. Esta segunda invasão, retomada do que foi usurpado, construirá parte significativa desta cidade.

Assim, o processo de ocupação espacial forçado, através da estratégia das invasões, iniciado no ano de 1946 está marcado também pelo início de um processo de modernização da capital baiana engendrado pela industrialização que começa a se efetivar na segunda metade do século XX. Assumindo novas formas, mas também reproduzindo práticas antigas e tradicionais, o trabalho do soteropolitano começa a construir e reproduzir a cidade de Salvador a partir de duas frentes. Uma, diz respeito às novas e velhas formas de inserção no mercado de trabalho, tanto na indústria, que começa a formar um crescente operariado com padrões de vida distintos, como no tradicional setor de serviços, no qual sobrevivem a grande massa dos trabalhadores para os quais a indústria não se constitui como possibilidade. A segunda frente de atuação do trabalho diz respeito ao próprio processo de expansão e formatação física e espacial da cidade através das invasões, que passam a ser a principal e, às vezes, a única forma de obtenção da habitação para a maioria dos trabalhadores pobres, seja no chamado setor informal, ou mesmo alguns dos trabalhadores que já ocupam os setores estruturados⁵³ desse novo mercado que se forma.

Neste período, a política populista que marca o governo de Getúlio Vargas também vai ser decisiva para a expansão dos processos de ocupação baseados nas invasões. Segundo a literatura que estuda o tema, o processo de invasões avançou e recrudescceu, na cidade, de acordo com a vigência, no poder, de regimes mais ou menos condescendentes com o processo de ocupação forçada dos espaços urbanos.

Assim como a análise feita para o Brasil, é somente no século XX que se pode falar no desenvolvimento de um mercado de trabalho em que o tipo de assalariamento típico do capitalismo fordista começa a se tornar hegemônico na Bahia. É no início da década de 50, que a Bahia passa a participar efetivamente do

⁵³ Adota-se a definição proposta por Ângela Borges na qual entende-se por mercado de trabalho estruturado aquele formado pelos empregos socialmente protegidos, com direitos e garantias claramente definidos no contrato de trabalho. Fariam parte deste trabalho estruturado os vínculos protegidos pela carteira de trabalho e os militares e funcionários públicos, que gozam de proteção estatutária em suas relações de trabalho, condição que sabemos, só se tornará hegemônica na Bahia depois da consolidação do seu parque industrial que começa a se formar na década de 1950.

plano de desenvolvimento industrial implementado por Vargas, através da exploração do petróleo no recôncavo baiano, a partir da criação da Petrobrás.

Segundo Oliveira (1987), com a chegada da Petrobrás na Bahia inicia-se o desenvolvimento de atividades econômicas diferentes do padrão até então predominante na região, subordinado principalmente pela indústria de exploração da cana-de-açúcar. A economia baiana muda profundamente e pode-se observar uma dinamização do setor da construção civil (construção pesada e demandas de habitações) e o surgimento de vários incentivos ao setor metalúrgico e mecânico para a criação de pequenas empresas.

Como coloca Falcão (2013), a instalação da Petrobras no estado provoca mudanças significativas, como, por exemplo, um aumento da massa salarial que transforma a economia da capital e amplia a concentração de renda já característica da região, além de possibilitar o surgimento de atividades econômicas modernas com alta produtividade.

Na década seguinte, a construção de rodovia Rio-Bahia, a BR-116, facilita a uma maior integração da Bahia com o centro-sul do país. Nesta mesma década de sessenta, vem a segunda fase da industrialização do estado com a criação do Centro Industrial de Aratu (CIA). É o período da chamada “industrialização incentivada”, implementada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Observa-se, neste período, a inversão de vários investimentos dos capitais do centro-sul para a região nordeste, principalmente a Bahia, atraídos pelos incentivos fiscais do governo. O que ocorre, na verdade, é que este processo de industrialização tardia do Nordeste e da Bahia, se realiza como complementar à industrialização do Sul e Sudeste do país, produzindo diversos bens intermediários necessários à estas regiões (OLIVEIRA, 1987; DRUCK, 1999).

Assim a complementação desta industrialização do sudeste se dá mediante a manutenção e utilização das funcionalidades do imenso Exército de Reserva existente em Salvador. Isso possibilitará a formação de um pequeno, mas significativo, mercado de trabalho estruturado na Bahia, com uma proposital baixa capacidade de absorção de mão de obra e que se reproduz mediante pagamentos de baixos salários, quando comparados aos do eixo sul-sudeste do país.

Assim, como mostra Mattedi (1979; 1981), a forma encontrada para sobreviver na cidade de Salvador por grande parte de segmentos de trabalhadores, tanto aqueles que formam o grandioso exército de reserva ao se ocuparem de atividades que não compõe o mercado estruturado, quanto aqueles empregados formais e alguns funcionários públicos cuja renda os impossibilita de comprar uma casa, é a invasão das áreas que ainda existem para serem ocupadas na cidade naquele momento. Momento este em que, como dissemos, o solo urbano começa a se evidenciar como uma mercadoria, tornando-se valor. Além da invasão, outra forma de ocupação da cidade se dará mediante a criação dos chamados loteamentos clandestinos, ilegais ou irregulares. Em alguns casos, estes loteamentos sequer podem, de fato, ser diferenciados das invasões.

Neste período, aponta Brandão (1980), a valorização do espaço urbano também acaba sendo acompanhada pelo aumento dos valores dos aluguéis, pressionados pelo sensível aumento de poder aquisitivo de uma pequeníssima parcela da população inserida nos postos de trabalho gerados pela chegada da Petrobras, por exemplo. Outro elemento, não menos importante da valorização do espaço urbano se dá, tão somente, pelo aumento da demanda por moradia, que, seguindo a lei da oferta e da procura, faz elevar os preços das habitações na cidade (BRANDÃO, 1980).

Não esqueçamos, além disso, que os próprios trabalhadores, ao ocuparem determinadas áreas no período anterior, ainda sob o regime das enfiteuses, atraíram investimentos de infraestrutura para as vizinhanças dos locais ocupados, agregando valor ao solo. Por isso, muitas destas invasões, serão até mesmo incentivadas, de forma oportunista por alguns proprietários, visando também esta atração de investimentos e conseqüente sobrevalorização do terreno invadido, para posterior solicitação de reintegração de posse. Salvador experimentou (e ainda experimenta) inúmeros destes casos.

Por outro lado, o crescimento da demanda por habitações na cidade de Salvador impulsionará um movimento contrário de “proteção” das suas terras, por parte de outros proprietários (poucos proprietários privados individuais, Igreja e Prefeitura), que passam a resistir às ocupações espontâneas e literalmente começam a cercar suas propriedades, gerando sérios conflitos na luta pela moradia na cidade.

Diversas pesquisas realizadas nas décadas de 1970 e 1980 (MATTEDI, 1979, 1981; SIMÕES, 1985; GORDILHO, 1990) , evidenciam o papel fundamental do ato de invadir (que trato aqui como uma dimensão do trabalho) como um processo fundamental para a construção da cidade de Salvador.

Produzindo a cidade, estas invasões consumiram terras de vales e baixadas no seu caminho para a periferia, em rápida mutação para uma área intermediária entre a cidade propriamente dita e os futuros distritos industriais, o centro Industrial de Aratu – CIA, e o Complexo Petroquímico de Camaçari - COPEC. (SIMÕES, 1985, p. 39)

Assim, no ano de 1946, ainda sem o reflexo da onda de industrialização, ocorreu o primeiro movimento coletivo com a invasão de um terreno numa parte da conhecida Fazenda do Coronel, em Massaranduba (cidade baixa), correspondendo a uma primeira fase do que seria a grande invasão de Alagados. Ainda neste ano, acontecerá aquela que ainda é destacada como a primeira grande invasão de Salvador por muitos especialistas. A invasão do Corta Braço que deu origem ao atual bairro popular de Pero Vaz. Esta invasão foi duramente reprimida, ocorrendo até mortes nas tentativas de reintegração de posse e durante dias o evento tomou conta dos jornais locais. Assim o movimento acabou mobilizando a sociedade civil que se sensibilizara com as centenas de famílias que lutavam pelo direito de ter onde morar, tendo importante participação na continuidade (e não na origem) do movimento, o Partido Comunista. Assim, segundo Mattedi (1981, p.72):

As tentativas de expulsar os novos moradores do Corta Braço foram respondidas com movimentos que iam desde as procissões de cunho religioso em apelo às autoridades, até medidas mais concreta como a presença de representantes dos “invasores”, como eram chamados, no Fórum da cidade.

Em 1947, finalmente as terras do Corta Braço foram desapropriadas do antigo dono para o fim de utilidade pública para servir de moradia aos trabalhadores e trabalhadoras “invasores”.

A autora aponta que até 1950 diversas invasões ocorreram provocando a expansão física da cidade, a partir da incorporação de novos espaços e, conseqüentemente, ampliando o consumo de determinados serviços públicos e privados. Elas acontecerão no Bairro da Liberdade em toda extensão da rua Lima e Silva, na Vila Conceição, continuação do Corta Braço, a muito citada Gengibirra, no

Largo do Tanque e mais outras na região da Calçada. Destas, a invasão da Vila Rui Barbosa, com mais de 2000 casebres levantados da noite para o dia, depois de diversas tentativas violentas de expulsão, se consolida, ampliando a extensão da invasão conhecida como Alagados que se estendia pelo mangue, adentrando ao mar nas casas suspensas pelas palafitas.

Foi desta forma que novos bairros surgiram e neles, as ruas foram pavimentadas e outras abertas, houve expansão da iluminação pública e domiciliar e a abertura de novas linhas de transporte coletivos. Desta forma, a maioria das invasões ocorridas neste momento sobrevivem e se consolidam como bairros populares da cidade, favorecendo a urbanização, mesmo que precária, e a expansão de Salvador (MATTEDI, 1981; MOURA, 1990).

As invasões que acontecem na década de 1950 marcam uma segunda etapa deste processo. A economia baiana, neste momento já sofre suas primeiras alterações pelo impacto da instalação da Petrobras e do CIA. Como dito, isso implicará numa hegemonização do “espírito” capitalista, que recairá também sobre o espaço urbano, evidenciando o valor do solo enquanto mercadoria. No início da década ocorrem diversas invasões que agora incorporam uma nova área que depois se valorizaria muito, na orla atlântica. Surge assim a invasão de Ondina, na Av. Oceânica e a Bico de Ferro, na Pituba, além da Bolandeira, na Boca do Rio e em áreas mais próximas ao centro, na Federação. Ocorre também, neste período a consolidação e expansão das invasões anteriores e o surgimento de outras próximas no Bonfim, IAPI, Pedra Furada, Rio Vermelho, Brotas, Pirajá e outras.

Junto com as invasões vão ganhar destaque, neste período os loteamentos clandestinos, como os aglomerados habitacionais no Calabar, no Chame-chame, na colina de São Lázaro (onde fica a nossa Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas) e em parte do atual Nordeste de Amaralina.

Embora esse período que se inicia na década de 1950 seja uma fase de expansão e intensificação das invasões, as mudanças políticas e econômicas desencadeadas com a chegada do “espírito” do capitalismo industrial faziam da prática da invasão um empecilho ao livre comércio do solo urbano. Assim o Estado, atendendo claramente aos interesses do capital, favorecendo a consolidação do livre mercado do solo soteropolitano passa a reprimir de forma mais veemente a prática

das invasões, tanto impedindo que novas aconteçam, como eliminando algumas já existentes. Os exemplos mais emblemáticos desta nova postura que o Estado começa a tomar ocorreram no início dos anos 1960 com a demolição das invasões de Ondina e Bico de Ferro, na orla Atlântica, área que se configuraria rapidamente como espaço para habitação das classes de melhor renda da cidade ou para os investimentos comerciais destas elites, como a implantação de hotéis, em Ondina, por exemplo.

Outras tantas invasões foram reprimidas neste mesmo período e seus moradores foram relocados para áreas cada vez mais distantes, na periferia da cidade. Importante notar que esta repressão por parte do Estado, além de atender aos interesses de valorização do espaço urbano da cidade, coincide com o período em que se instaura no país o regime militar, a partir de 1964. Isso evidencia, mais uma vez a o papel que a ditadura teve no processo de imposição de um modelo de desenvolvimento no país.

Outra coisa importante a ser ressaltada é o caráter anticapitalista que as invasões assumem, em certo sentido. A prática da ocupação livre dos terrenos de Salvador, que ficou conhecida como invasão, ataca, em certo sentido, o princípio da propriedade privada e a possibilidade de seu livre uso no mercado, que tentava se estabelecer naquele momento. Assim, a invasão carrega uma contradição. Ao mesmo tempo em que contribui para a valorização do espaço, num dado momento, ao atrair serviços públicos, impede também o livre comércio do solo, atrapalhando o processo de realização do mesmo enquanto mercadoria. Acrescenta-se a esta contradição o fato de que, num dado momento o lote invadido ou o barraco construído pode ser também comercializado pelo “novo dono”.

A participação do Estado no processo de ocupação espacial da cidade e na questão da habitação, porém, irá muito além da repressão violenta às invasões. A primeira dessas intervenções que merece destaque foi a criação, pelo Regime Militar, do Banco Nacional de Habitação, em 1964, que, como já dissemos anteriormente, instaura um dos maiores programas de construção de moradias do país. No entanto este programa sequer ameaça resolver a questão da moradia em Salvador. O formato do programa de habitação criado, que exigia um reembolso para o Estado dos investimentos realizados na construção das moradias através do pagamento de parcelas mensais a serem quitadas ao longo de muitos anos pelos

novos moradores evidenciou claramente que esta nova política não alcançaria a grande massa de trabalhadores espoliados que viviam da prática da invasão. Como coloca Moura (1990, p. 28):

Muitas famílias não somente não podem pagar as prestações da casa, mesmo que mínimas, nem tampouco as contas de água, energia e IPTU. Além disso, os conjuntos habitacionais são construídos cada vez mais longe dos locais de trabalho e/ou do centro da cidade.

Desta forma, o programa habitacional do BNH ira beneficiar de fato a classe média ou os trabalhadores de melhor renda, que terão reais condições de arcar com o ônus das parcelas e novos gastos que a nova moradia acabou trazendo.

Outro acontecimento, que revela o caráter classista do Estado, diz respeito ao processo de privatização do solo urbano de Salvador pela Prefeitura Municipal, em 1968. O então prefeito, o conhecido Antônio Carlos Magalhães, sancionou projeto votado na Câmara que colocava à venda um número gigantesco de lotes municipais a preços relativamente baixos. A “desculpa dada’ era que a Prefeitura precisava adquirir capital para a realização de investimentos em infraestrutura e obras viárias que a cidade tanto necessitava para a sua modernização. Assim, em dezembro de 1968 a Câmara Municipal aprovou a Lei 2.181/1968 que abria à aquisição particular em propriedade plena milhares de metros quadrados da cidade de Salvador. Segundo Brandão, “removia-se assim o mais pesado obstáculo ao mercado capitalista do solo” (1980, p.140). Para a autora:

[...] a segunda metade da década de 1960 marca o início da terceira fase do processo de expansão física da cidade. Caracterizada pela produção estratégica da “escassez” do solo, ela corresponde à redefinição do controle do espaço urbano, controle este, marcado por um processo radical de “privatização” das áreas desocupadas e pela concentração da propriedade fundiária. É a partir daí que as grandes obras de infra-estrutura assumem um caráter programático, sob a retórica do planejamento, como se fornecendo nexos ao caos inescandível do urbano.

Ligam-se desse modo os pontos, antes desarticulados, de ocupação residencial de alto nível, de localização de “obras d’arte”, de empreendimentos privados “arrojados”. E esgotam-se os vazios – terras devolutas, terras públicas, terrenos com donos ausentes, terrenos de posse pouco esclarecida – passados a outras mãos. Solda-se assim toda a estrutura de controle privado do solo, sem deixar brechas, exceto escassas áreas sob controle público, com destinação prevista. (BRANDÃO, 1980, p.141)

Apesar da política repressiva mais explícita do Estado, na figura da Prefeitura Municipal de Salvador, a prática da invasão com o objetivo de garantir alguma forma de moradia para grande parte dos trabalhadores soteropolitanos permanece como a opção principal, conforme demonstra Mattedi (1981), em áreas centrais da cidade, na orla marítima e em regiões mais periféricas, somando-se mais de 40 novas áreas ocupadas na cidade.

Apesar das repressões à essas ocupações, muitas delas se consolidam como bairros. A pobreza extrema da população soteropolitana fazia da questão da moradia um problema cuja solução se dava pela via das “ocupações irregulares” e nestas condições, a própria repressão do Estado se realizava de forma limitada. A ocupação espacial do solo urbano se constituía como um problema social grave, a repressão irrestrita por parte do Estado promovia um risco de desencadear um problema muito maior e insolúvel, o perigo de uma guerra civil, sempre lembrado por Ermínia Maricato.

Mattedi (1981) destaca também, que na década de 1970 a prática da invasão assume formatos também diferentes. Quando já consolidadas, os moradores evitam o confronto direto e violento contra as repressões do poder público, destacando-se nesse caso uma espécie de “resistência passiva, teimosa e constante”, em que, estrategicamente, os “invasores” escolhem o melhor momento para retornar, silenciosamente, dos locais de onde foram expulsos. No processo propriamente dito de efetivação da invasão na década de 1970 a autora mostra que:

[...] a formação de novas invasões nos últimos anos não ocorreu através de uma grande e ruidosa ocupação coletiva de terras urbanas, ocorreu, pelo contrário, de modo mais vagaroso em termos de ocupação total de uma área: às vezes, uma mesma invasão teve várias fases de expansão e crescimento, determinadas por condições externas e relativas sempre à maior ou menor vigilância sobre os terrenos. As áreas ocupadas em geral, não foram tão grandes como o foram as invasões do passado; grande parte delas encontram-se bem afastadas do centro urbano ou de locais mais valorizados no mercado imobiliário. (MATTEDI, 1981, p.43)

A tática da ocupação tem de ser de forma rápida, silenciosa, de forma a não chamar a atenção dos proprietários e do poder público, e ocorre, neste momento, em pequenas áreas, preferencialmente pertencentes ao Estado. Mesmo assim, aconteceram algumas grandes invasões, aos moldes anteriores, como a do Jardim Imperial (1976) e da Rua Bahia (1975), em Sussuarana. Segundo Gordilho (1990),

as invasões ocorridas na década de setenta podem ser entendidas também como parte dos tantos movimentos de resistência à ditadura e de pressão popular para a redemocratização do país.

A década de 1980 inaugura uma nova fase para o mercado de trabalho urbano em Salvador, com a intensificação dos impactos, sobre este mercado de trabalho, da instalação, no estado, do Complexo Petroquímico de Camaçari. A chegada do Polo traria transformações tão drásticas, tanto no plano do mercado de trabalho e no modo de vida dos trabalhadores e trabalhadoras, como na forma como o espaço urbano seria gerido a partir de então, cada vez mais compreendido como uma mercadoria a ser maximizada pelo mercado imobiliário. Isso fará com que algumas das análises sobre as invasões, nos anos 1980, ao observar a dinamização e voracidade desse mercado imobiliário no período, apontem para um possível desaparecimento da prática da invasão, como recurso à moradia.

3.1.6 – A consolidação do emprego fordista na Bahia convive com o avanço das invasões na cidade:

A terceira fase do processo de industrialização da Bahia, nos anos 1970, se deu com a criação do Polo Petroquímico de Camaçari reunindo empresas representativas do complexo químico, sustentadas no modelo tripartite, ou seja, implementadas a partir dos investimentos de capitais do Estado, do setor privado nacional e do setor privado estrangeiro (DRUCK, 1999). A instalação do Polo vai marcar profundamente toda a estrutura sócio-econômica-cultural do Estado e da RMS, representando um sonho de emprego e melhoria de vida para centenas de trabalhadores que se qualificavam em busca de um padrão de vida elevado.

A criação do Complexo Petroquímico de Camaçari integra a Bahia e a região nordeste numa nova divisão social do trabalho e evidentemente as diversas transformações ocorridas, aparentemente somente no âmbito econômico, trazem consigo mudanças sociopolíticas cruciais. Segundo Oliveira (1987), verifica-se na Bahia um intenso e rápido processo de urbanização e uma mudança significativa na estrutura de emprego. O autor mostra que em 1940, 23,6% da PEA, na Bahia, era

rural, passando para 5,7% em 1970. Neste mesmo período o emprego no setor industrial passa de 16,5% para 26,1%.

No entanto, para Oliveira (1987) e para Druck (1999), mesmo que toda esta onda de industrialização tenha marcado profundamente a estrutura social e econômica da região, todas as transformações ocorridas se deram num contexto de desenvolvimento econômico excludente e que não dava as mesmas chances de melhoria de vida para todos os trabalhadores. Assim, enquanto a industrialização do estado proporciona o desenvolvimento de fábricas que utilizam tecnologia de ponta e que empregam trabalhadores altamente qualificados (muitos de outros estados), com chance de melhorar substancialmente sua qualidade de vida, do outro lado da moeda, sobrevive um número gigantesco de trabalhadores que não são absorvidos pela indústria e pelo setor formal urbano, ficando entregues à própria sorte, tendo que se lançar no mundo da informalidade, realizando as mais diversas atividades, vendendo todo tipo de coisas, prestando os mais variados serviços para garantir sua sobrevivência em funções e ocupações não diretamente ligadas ao setor capitalista da economia. Carvalho (1986, p.15) também constata que na Região nordeste:

[...] a incorporação de atividades de porte capitalista e mais moderno, com avanço do assalariamento e a expansão e consolidação de um proletariado urbano, vem coexistindo com a persistência e reprodução de atividades organizadas de forma não capitalista, representadas principalmente pelos trabalhadores autônomos e pelos diversos segmentos da pequena produção.

Ainda neste sentido Druck (1999, p.171) afirma que: “O que é importante problematizar nestas considerações é que o industrialismo, compreendido enquanto uma forma de trabalhar que determina uma forma de viver, não se estabelece de forma completa na Bahia.” E acrescenta ainda que:

A trajetória histórica da região lhe conferiu uma singularidade. A industrialização, embora tenha acelerado e contribuído, decisivamente, para definir um novo padrão de racionalidade na atividade produtiva, fê-lo numa dimensão ainda marcada por traços muito fortes de uma sociedade ‘desorganizada’. Nesta, o trabalho deixou de ser obrigatório e compulsório, mas ainda não é totalmente considerado gratificante e livre, mesmo porque este novo tipo de trabalho - assalariado - é ofertado para uma pequena parcela da sociedade. (DRUCK, 1999; p.171)

O processo de industrialização na Bahia cria, portanto, um mercado de trabalho “estruturalmente fragmentado, diferenciado, hierarquizado, com baixíssimos

níveis de remuneração” onde se pode observar a combinação de formas mais modernas de exploração do trabalho assalariado com a existência de práticas de trocas mercantis (DRUCK, 1999, p.172). Salvador, neste sentido, é apenas um exemplo prático e tardio do processo de industrialização do país, descrito anteriormente, no qual, o processo de capitalização intensa de uma parte da economia se dá mediante a reprodução de um setor de serviços, relativamente bem menos capitalizado, e mediante também, a reprodução de um imenso exército de reserva extremamente funcional para os setores mais capitalizados da economia.

Souza e Carvalho (1980, p. 84), lembram que o processo de industrialização iniciado desde a década de 1950 “ao tempo em que acelerou as taxas de criação de emprego nesse setor [industrial], reativou os mecanismos demográficos e socioeconômicos de aumento da oferta de trabalho em Salvador”, contribuindo para o incremento desta reserva de trabalhadores.

O surgimento de um segmento de trabalhadores com bons salários pressionará o mercado de trabalho e de produtos para a reprodução de bens e serviços que passam a ser alvo do consumo destes salários mais altos da economia soteropolitana. Assim, se desenvolverão um conjunto de atividades que, mesmo não sendo marcadas pela relação capitalista clássica de compra e venda da força de trabalho, essas formas de inserção no mundo do trabalho, “não tipicamente capitalistas”, são criadas e reproduzidas pelo próprio avanço e reprodução do capitalismo em Salvador. Analisando os impactos da instalação do Polo Petroquímico sobre o mercado de trabalho na Bahia, Borges e Franco (1997, p.70) afirmam:

Em pouco mais de sete anos, foram gerados em torno de 20 mil empregos diretos e mais cerca de 25 mil nas empresas prestadoras de serviços – ‘terceiras’. Os postos de trabalhos gerados diretamente nas empresas petroquímicas destacaram-se no conjunto da indústria da RMS por pagarem salários bem acima da média regional, por um nível médio de qualificação/escolaridade da mão-de-obra igualmente elevado, por buscarem a estabilização da mão-de-obra e por concederem benefícios - salários indiretos - usufruídos por parcelas muito reduzidas dos trabalhadores da região.

As autoras ainda acrescentam:

Embora considerado em muitas análises como um enclave na economia do Estado - por manter frágeis vínculos à montante e à jusante com os demais setores da economia regional e por encontrar suas origens sobretudo em

determinações externas à região - este investimento, pelo seu próprio porte, induziu o surgimento de novas atividades e a expansão/modernização de outras pré-existentes, sobretudo nos serviços ligados à produção.

Além disso, a massa salarial gerada no Polo ampliou o mercado consumidor ao induzir o crescimento dos segmentos de renda média e alta, dinamizou a economia regional através do desenvolvimento de atividades ligadas ao comércio de mercadorias e aquelas relacionadas à reprodução da força de trabalho - serviços de consumo individual ou coletivo. O montante transferido para o Estado, via impostos, implicou o aumento da capacidade de investimento do setor público - obras e serviços - e permitiu uma ampliação do já expressivo contingente de empregados na administração pública. (BORGES, FRANCO, 1997, p. 70 – 71)

Com isso, mesmo dentro de um contexto de não estruturação completa do mercado de trabalho, Druck (1999) ressalta que o que passa a prevalecer com toda a onda de industrialização na Bahia é a lógica da venda da principal mercadoria: a força de trabalho.

Por isso que se pode dizer que na década de 80, consolida-se na Bahia e na RMS um padrão fordista de trabalho (DRUCK, 1999). A criação do Polo Petroquímico de Camaçari leva a uma criação de um novo padrão de gestão do trabalho, levando à formação de um contingente de trabalhadores assalariados que amplia o número daqueles já existentes desde a chegada da Petrobrás na Bahia, cujos modos de trabalho e de vida, suas formas de ser e agir no mundo, podem ser definidos como tipicamente fordistas. O Polo surge e se desenvolve como um sonho para uma parcela, mesmo que restrita, da população, que se preparava para entrar numa empresa moderna, ter acesso a um emprego estável e valorizado socialmente, ingressando num novo padrão de vida garantido por um bom salário e prestígio social. Assim, de acordo com Druck (1999, p. 175-176), os trabalhadores da Petrobrás, somados aos do Complexo Petroquímico constituem:

... um conjunto de trabalhadores “fordistas”, porque incluído no emprego formal, com um padrão salarial bem acima da média do mercado, com ampla política de *welfare state* empresarial, o que lhe garante um amplo acesso aos bens de consumo – formas de persuasão típicas da gestão fordista -; ao mesmo tempo estes trabalhadores são obrigados a se subordinarem a um controle extremamente rígido do processo de trabalho, com uma disciplina fabril muito automatizada, com modalidades de contratação – como o horário de turno – que restringem seu convívio social, até mesmo com suas famílias, interferindo diretamente em todas as suas formas de sociabilidade, pois que limitadas e determinadas pelos seus horários “irregulares” de trabalho.

Estão postas, portanto, conforme aponta Druck, as condições necessárias que fazem do trabalhador industrial baiano um trabalhador fordista: a inserção num emprego formal, com carteira de trabalho assinada e um nível de salário acima da média, causando um impacto direto na condição de consumo; a política de benefícios oferecida pelas empresas e, por fim; as formas de disciplinamento e controle do trabalho.

Pode-se, portanto, afirmar que todo este processo de industrialização na Bahia insere uma parte da RMS nos moldes de uma sociedade salarial, com as feições de uma sociedade dirigida por um modo de produção capitalista em sua forma fordista. O fordismo acaba se inserindo e penetrando nos mais diversos setores da economia na RMS. Claro que, por tudo que já foi dito e repetido, devem ser guardadas as devidas precauções neste tipo de afirmação, já que se está falando de uma hegemonização do fordismo numa economia periférica, o Brasil, e de uma periferia da periferia, a Bahia. Com isso deve-se entender, mais uma vez, que o fordismo que se desenvolve no Brasil e na Bahia é singularmente diferente dos tipos que se desenvolvem nos países centrais.

Assim, é desta forma que, reproduzindo uma relação salarial que se universaliza parcialmente, o mercado de trabalho na RMS acompanha o cenário nacional e o emprego se generaliza. Segundo Borges (2003-a), já na década de 80, cerca de 77% dos ocupados da RMS eram empregados, ou seja, o emprego já aparecia como forma dominante de inserção no mercado.

Segundo a autora, já ao final da década de 80, “a metrópole baiana já se constituía, portanto, em uma sociedade de assalariados, frágil e incompleta, marcada pela precariedade, pela heterogeneidade e pela informalidade, características que nela sempre estiveram presentes” (BORGES, 2003a, p.88). As quatro décadas de expansão capitalista consolidada com a instalação do Polo estruturam um tipo de sociedade em que o acesso ao emprego e a qualidade desse emprego serão determinantes para definir as condições de vida e as possibilidades de acesso a bens para a maioria da população. Por isso, para Borges (2003a, p. 88-89):

[...] será no perfil do emprego, isto é, no perfil do mercado de trabalho assalariado, que se revelarão os traços mais negativos do mercado de trabalho regional: os empregados com carteira que, embora majoritários (56,4% dos ocupados em 1981, período de expansão dos investimentos na

petroquímica), conviviam com os empregados sem carteira assinada, os quais somavam cerca de 20% dos ocupados, revelando uma estruturação ainda incipiente do mercado de trabalho regional e a reduzida vigência do estatuto do trabalhador na região. Ao longo da década de 80, a exemplo do que se observou no restante do país, o impacto da crise sobre o mercado de trabalho da RMS se manifestou no aumento da proporção de empregos sem registro e na perda de participação dos empregos protegidos.

Mas, mesmo com as crises ocorridas durante toda a década de 80, que levaram a um aumento da proporção dos empregos sem registros e na perda de participação dos empregos protegidos em todo país e na RMS, observa-se, no entanto que o saldo do emprego formal acabou sendo, ainda, positivo ao fim da década de 80, na RMS. O mercado de trabalho da RMS conseguiu preservar o estoque de postos de trabalhos criados ao longo das quatro décadas de industrialização e “modernização” do estado. Os efeitos negativos dessa crise se refletiram, mais na perda da qualidade dos postos de trabalho (principalmente devido às perdas salariais provocadas com a inflação), para os que estavam empregados, e na redução das oportunidades de acessar a um posto de trabalho formalizado e com chances de carreira, para os que acabam de ingressar no mercado de trabalho, do que em um crescimento efetivo do trabalho informal (BORGES, 2003-a; 2003-b). Assim, se referindo ao período analisado Ângela Borges afirma:

Uma das características mais marcantes do mercado de trabalho metropolitano – a sua pobreza – já resultava muito mais do grande número de empregos ruins, mal remunerados e desprotegidos do que da presença de um “informal” gigantesco e em constante expansão, viveiro de trabalhadores autônomos com baixos rendimentos. (BORGES, 2003-a, p.89)

A presença deste informal, segundo a autora, se constituiu progressivamente juntamente com o processo de industrialização do estado, mas dentro de um espaço subordinado às atividades do núcleo, estruturado, ou formal, da economia, este último, portanto, estabelecia, os limites, as possibilidades de expansão, os níveis de remuneração e o lugar e função que as atividades informais deveriam ocupar e cumprir no processo de acumulação como um todo. De certa forma, a análise de Borges mostra que, já no final da década de 1980 está plantada a semente para o desenvolvimento de uma das dimensões metamorfoseada da Precarização Social do Trabalho conforme Druck e Franco denominam. A tendência do mercado de

trabalho na Região Metropolitana de Salvador já se caracteriza, desde esta época, por um tipo de precariedade dos postos de trabalho estruturados, caracterizados pela relação de emprego, que passa a se somar ao histórico contingente dos trabalhadores inseridos nas atividades “não tipicamente capitalistas”, construído nas décadas anteriores.

No que diz respeito á ocupação espacial da cidade, a década de 1980 consolida um novo centro urbano, impulsionado por obras de empreendimentos públicos e privados, de grande poder de atração realizadas na década anterior, como a avenida Paralela, o Centro Administrativo da Bahia, nesta mesma avenida, a nova Estação Rodoviária e o Shopping Iguatemi. O surgimento incentivado desse novo centro, contribuiu para as zonas de expansão na orla atlântica, bem como na região central geográfica da cidade (conhecida como miolo), bem como, impactou na dinâmica do antigo centro localizado na primeira zona de ocupação da capital baiana, levando a um gradativo esvaziamento (CARVALHO; PEREIRA, 2006).

Estes trabalhadores, empregados mal remunerados, prestadores de serviços de todos os tipos, autônomos tradicionais e tantas outras formas de atividades possíveis, além de terem de trabalhar de forma precária para garantir sua reprodução física e social cotidiana, na Salvador dos anos 1980, precisavam também morar. E esta moradia precisava ser conquistada neste mercado de trabalho que relegava a condição de sobreviver com baixíssimas remunerações para a maioria absoluta dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade. No mercado capitalista que se consolidava, é fundamental salientar que o solo urbano de Salvador desponta, definitivamente, como uma mercadoria cara e disputada, estando cada vez mais limitado ou até mesmo fechado o seu acesso pelos mais despossuídos.

A modernização e conseqüente pressão do mercado imobiliário sobre o solo urbano de Salvador se tornava tão evidente nos anos 1980 que, no período, as análises de Ângela Borges (1982) e Ângela Franco (1983) apontam para uma tendência de desaparecimento das invasões como alternativa de moradia para os trabalhadores pobres de Salvador, para as décadas seguintes. A imposição de uma mercantilização do solo urbano parecia colocar limites às invasões que se evidenciavam como barreiras à consolidação do solo urbano de Salvador como uma completa mercadoria. Como a pobreza era a marca do mercado de trabalho

soteropolitano, a solução para moradia se daria por uma mercantilização, também informal, de parte deste espaço urbano, através dos conhecidos loteamentos ilegais, que também explodiam em todos os cantos da cidade.

No entanto, como constata a própria Ângela Franco (1983), o início dos anos 1980 é marcado por uma onda gigantesca de novas grandes invasões, semelhantes à do final da década de 1940⁵⁴. Quase uma década depois, em sua Dissertação de Mestrado, Ângela Gordilho Souza (1990) demonstra um balanço geral das invasões em Salvador. Segundo Gordilho Souza, desde o início do fenômeno, em 1946, até o final dos anos 1980, ocorreram 444 ocorrências de invasões. Destas, um total de 354 não foram removidas e se consolidaram. Entre 1946 e 1979 ocorreu um total de 204 invasões, enquanto que, somente na década de 1980, ocorreram 240, mesmo num momento em que as condições sociais e econômicas indicassem para o fim destas invasões devido ao processo de mercantilização do solo urbano na cidade. Assim, “as invasões, que já eram tidas como uma modalidade de produção habitacional do passado, em vias de extinção, voltam a ocorrer intensamente na década de oitenta” (GORDILHO SOUZA, 1990, p.92). A persistência e crescimento das invasões como única forma real de obtenção da moradia mostra como o espaço urbano, o local da moradia, se constitui como um bem de primeira grandeza, indispensável à reprodução material e social dos seres humanos, que, quando estão impossibilitados de obter este bem no mercado, através da compra, ou do aluguel, adquirem-no na marra, à força, ou silenciosamente e vagarosamente através das invasões.

Embora , em Salvador, a forma geral da compra e venda da força de trabalho tenha se tornado hegemônica e tenha subordinado todas as outras relações à sua lógica, este processo não significará uma expansão da capacidade de consumo para todos os trabalhadores, ao ponto de possibilitar à maioria deles o acesso à casa própria como mercadoria, através dos aluguéis formais, ou da compra direta deste

⁵⁴ Analisando dados da CONDER (1982) a autora lembra o surgimento das seguintes invasões entre 1979 e 1982: invasão Germira, em Periperi; Lagoa Encantada, em Plataforma; Coutos; Vila canária; Cajazeiras; São Marcos; Malvinas I e II, entre a Avenida Paralela e Itapuã (Atual bairro da Paz); a Pedreira, no São Gonçalo; Nova Divinéia, no IAPI; San Martin; Jaqueira do Unhão, na Avenida contorno; Polêmica, perto da Rodoviária e Baixa do Tubo, na Boca do Rio. A autora mostra que cerca de 2.000 famílias dessas invasões foram relocadas pelo poder público para o Loteamento Municipal de Fazenda Coutos, mas algumas dessas invasões retornaram e se constituíram como bairros, como o caso do Bairro da Paz, na Av. Paralela.

bem tão fundamental. O consumo deste bem, que é a casa, e do espaço urbano da cidade, por parte destes sem teto reproduzidos ao longo de décadas (ou dos 5 séculos que compõem a história do país), se dará mediante a “invasão da cidade”. Estas invasões, consumo do espaço e do tempo por parte de milhares de trabalhadores e trabalhadoras e suas famílias, sintetizarão um conjunto de contradições que resumem uma das formas da dialética do trabalho em nossa cidade. Por um lado, ao consumir a própria cidade, tomando-a a força, ocupando-a, estes trabalhadores a constroem, a fazem ser o que ela é, dando-lhe forma e estendendo seus limites. Por outro lado, a invasão, produção e consumo da cidade, se constitui em uma forma de enfrentamento ao modelo de propriedade privada necessária à consolidação do capitalismo. No entanto, ao se reproduzir através da autoconstrução e da reprodução das formas de trabalho precário que engrossam as reservas aos postos de trabalho de boa qualidade, a existência e reprodução do “invasor”, que é o trabalhador pobre, o Sem Emprego, também alimenta e reproduz o capital, numa síntese dialética perversa.

A década de 1990, período de implementação das políticas neoliberais no país se dará neste quadro, impulsionando o processo de precarização, tanto no que diz respeito às formas de ocupação do trabalho quanto no que diz respeito às formas de ocupação do espaço urbano.

3.1.7 – A devastação neoliberal:

A década de 1990 inaugura uma nova etapa, do capitalismo flexível, no Brasil, com claras consequências para o mercado de trabalho soteropolitano, após uma onda de fordização de parte significativa de suas relações de trabalho. Com a crise do fordismo e a implementação do processo de reestruturação produtiva no "parque industrial" do estado, a condição de manutenção dos postos de emprego formados nas décadas anteriores se altera profundamente desencadeando uma repercussão negativa sobre a economia e a sociedade da capital baiana. A situação de um mercado de trabalho já marcado estruturalmente pela condição de desemprego e ocupações precárias ira se agravar consideravelmente. Segundo Druck (2000):

Os principais indicadores demonstram que : i) ocorre acentuada redução dos ocupados com vínculos empregatícios estabilizados na indústria e nos

serviços, neste último é onde se encontra a maioria das 'terceiras' e o aumento dos assalariados 'sem carteira' e do trabalho 'por conta própria', formas de inserção bastante recorrentes no segmento do mercado dominado pelas 'terceiras' (contratos de prestação de serviços, contratos de 'experiência' não formalizados etc.)... ii) um aumento muito rápido no desemprego.

Se o período compreendido entre as décadas de 50 e 80 pode ser considerado como de consolidação de uma espécie de sociedade salarial periférica e não universal, na Bahia, a partir dos anos noventa, pode-se dizer que, com a globalização, a aplicação das políticas neoliberais e a implementação do processo de reestruturação produtiva, no país, a Bahia se insere no mundo da acumulação flexível, passando a experimentar um tipo novo de precarização das condições de trabalho e conseqüentemente da vida daqueles “que vivem do e no trabalho”, agravadas por uma onda devastadora de desemprego. As transformações políticas e econômicas implementadas na década de 90 trarão conseqüências que, ainda neste princípio de segunda década do século XXI, se potencializam, quando se analisa que o fenômeno da precariedade, mesmo sendo estruturante no tipo de mercado de trabalho como o nosso, ganha novas configurações e atinge até mesmo os postos de trabalho mais estáveis, significando, desta forma, um retrocesso histórico nos anseios e nas condições de vida da classe trabalhadora.

Para Borges (2003-a; 2003-b, 2005), a análise dos impactos dos processos de reestruturação do capital na década de 90, no Brasil, deve levar em conta a heterogeneidade e as marcantes diferenças entre os mercados de trabalho que compõem o processo de acumulação de capital no país. Situando Salvador, portanto, como uma região periférica de um país periférico, Borges (2003-a; 2003-b) parte da noção de “mercado de trabalho amplo”, na qual estão incluídas todas as formas de organização da produção e, para efeito de análise, distingue o mercado de trabalho da RMS a partir de dois segmentos. Tem-se, portanto, um “núcleo duro”, estruturado, formado pelos trabalhadores submetidos ao estatuto do trabalhador, ou seja, este núcleo se refere àqueles trabalhadores submetidos ao conjunto de leis cuja vigência se efetiva, principalmente, na instituição do emprego regular e regulamentado. O outro segmento é o não-estruturado, que abarca tudo aquilo que se convencionou chamar de informalidade, além dos trabalhadores autônomos, donos de pequenos negócios e os profissionais liberais. A autora parte do princípio

de que o núcleo duro do mercado de trabalho da RMS é o eixo estruturador do conjunto do mercado e o centro propulsor das mudanças ocorridas, bem como dos impactos dessas mudanças na reprodução e produção do segmento não-estruturado.

Analisando o núcleo duro do mercado de trabalho da RMS, Borges (2003-a; 2003-b) afirma que, segundo a PNAD⁵⁵, apenas no período 1992-1999 aproximadamente 340 mil pessoas foram incorporadas à PEA e 191 mil à população ocupada, o que reflete o déficit de lugares no espaço protegido do mercado de trabalho na RMS. Assim, nos anos 1990, Borges, citando dados da PNAD, aponta que este núcleo estruturado reduziu sensivelmente sua participação no número total de ocupados, passando de 49,1% em 1992, para 42% em 1999. No mesmo período, ainda segundo a PNAD, de cada 1.000 trabalhadores, apenas 150 conseguiram encontrar um emprego neste núcleo estruturado, fazendo com que os 850 restantes encontrem alguma alternativa apenas no núcleo não estruturado, destacando-se o emprego sem carteira (317), o conta própria (231), o trabalho doméstico (138) e o negócio próprio na condição de empregador (88) (BORGES, 2005).

Importante frisar também que no período citado (1992 – 1999) não houve um incremento na participação dos conta própria no mercado de trabalho soteropolitano, permanecendo na casa dos 22,9%, o que evidencia os limites dessa condição de ocupação em servir como válvula de escape para os trabalhadores que não conseguiram emprego. O reflexo disso é a expansão elevada nos dados sobre o desemprego aberto que saltou de 11,8% em 1992, para 19,2% em 1999, sendo de fato, o verdadeiro centro de absorção dos trabalhadores no período (BORGES, 2005).

Para Ângela Borges (2005), esta realidade de desestruturação no mercado de trabalho soteropolitano, demonstrada pelos números da PNAD, é o reflexo da implementação da agenda neoliberal, no estado da Bahia, a partir de duas frentes: a reestruturação do setor privado e a reforma do Estado.

Com relação ao processo de reestruturação do setor privado Borges (2005, p. 90) assinala que:

⁵⁵ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – IBGE.

[...] tal como ocorreu em todo o país, o segmento privado do mercado de trabalho regional passou por enxugamentos que levaram à redução do tamanho das empresas, reestruturação patrimonial, precarização/informalização das relações de trabalho, achatamento e arrocho salarial, tendo sido também afetado pela recentralização de atividades, com a transferência, para o Sudeste, de sedes de empresas e/ou das atividades de direção e gerência.

Na RMS este ajuste atingiu prioritariamente as indústrias de ponta, mas a absorção de mão de obra a partir das formas disfarçadas de informalização dos contratos de trabalho (falsas cooperativas, falsos estágios, terceirizações e quarteirizações, contratação de serviços de autônomos) fizeram com que o setor continuasse com significativa participação nas ocupações, mas em postos de trabalho com baixos salários e de inserção precária. Por isso que os maiores impactos no setor privado incidiram sobre a queda na qualidade dos empregos remanescentes e na ampliação do desemprego provocada, de um lado, pela baixa capacidade de absorção deste setor do mercado de trabalho, quanto pelo aumento da informalidade nas formas de contratação. Em síntese, segundo Borges (2005) o arrocho salarial e a terceirização se configuram como os dois aspectos centrais de desestruturação do mercado de trabalho no setor privado na RMS.

No que diz respeito aos empregos públicos, responsável por 44,3% dos empregos formais na região, em 1995, a Reforma do Estado tem participação determinante no processo de desestruturação do mercado de trabalho da RMS. Para melhor entender este processo vale a longa citação de Borges (2005, p. 91):

Em linhas gerais, no que diz respeito à política de pessoal, o diagnóstico que orientou essa reestruturação considerava o quadro de pessoal existente excessivo, dispendioso, inadequado e ineficiente e as relações trabalhistas vigentes no setor igualmente inadequadas e rígidas. Desse modo, a reforma neoliberal do Estado – que teve na Bahia um dos seus casos paradigmáticos – buscou reduzir os custos da “máquina” com o enxugamento do quadro de pessoal – demissões, privatizações, terceirizações – e com a redução dos salários pagos e corte de benefícios. Ela incluiu, também, em larga escala, flexibilização das relações de trabalho, por intermédio da generalização de formas de contratação atípicas – por prazo determinado, temporários, prestadores de serviços, além de “bolsistas”, “consultores”, substitutos e estagiários – e com remuneração fora dos parâmetros estabelecidos nos planos de cargos e salários.

Como consequência desta reforma a participação do setor estatal na composição do emprego na RMS caiu para 39,7% em 1999, reduzindo ainda mais as opções em postos de trabalho de certa forma, mais estáveis e com melhor

remuneração, apesar das perdas salariais significativas (a massa salarial em salários mínimos caiu 19%) também neste setor.

Com relação à distribuição nos distintos setores da economia pode-se observar um aumento na já elevada participação do terciário, saindo de 76,1% em 1989, para 85,2% em 1999 e redução da participação do setor secundário no mesmo período, de 19,9% para 14,3%.

A Indústria de Transformação, onde está presente o ramo Químico e Petroquímico, foi palco de um dos mais drásticos ajustes dentro deste processo de reestruturação, já que, em apenas dez anos, foram eliminadas 16 mil vagas de empregos, eliminando cerca de 40% das vagas construídas na década de 1980. A redução do emprego neste setor eliminou as vagas que representavam os postos de trabalho mais bem remunerados e qualificados do mercado de trabalho soteropolitano.

Segundo Borges (2005), a contenção da geração de empregos na indústria manteve o setor de Serviços como o principal polo de atração de empregos na RMS, através da geração de postos de trabalho precários.

De um modo geral pôde-se observar que, durante o processo de reestruturação do capital na década de 90, na RMS, houve uma redução do potencial de agregação do emprego no núcleo duro como um todo, o que leva, conseqüentemente, a um aumento do contingente de ocupados cuja inserção os distancia do emprego protegido. No entanto, os indicadores sobre ocupação no núcleo não estruturado mostram que, também nos anos 90, não se observou um aumento expressivo da proporção de ocupados por Conta Própria, que sempre fora considerada a derradeira alternativa para fugir da condição de desemprego. De uma forma geral o déficit de lugares no núcleo estruturado do mercado de trabalho da RMS não pôde ser compensado por uma possível multiplicação de postos de trabalho precários e mal remunerados, nem tiveram seus efeitos atenuados por uma expansão virtuosa do trabalho autônomo e dos pequenos negócios, revelando os limites do informal e, conseqüentemente, da ideologia do empreendedorismo, tão divulgada como uma alternativa eficaz contra as faltas de oportunidades do mercado de trabalho. Ao contrário, como consequência deste processo explodiram as taxas de desemprego, fazendo da RMS a recordista do país, com conseqüências para os

primeiros anos da década de 2000. Segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)⁵⁶, a taxa de desemprego na RMS saiu de 21,6% em 1997 para 27,5% em 2001. Em julho de 2002, a taxa foi de 27,7%, sendo, neste mês, a mais alta do país. No ano seguinte essa taxa de desemprego anual chegou à 28%, sendo que em junho deste mesmo ano chegou aos impressionantes 30%, mais um recorde entre as regiões metropolitanas.

Desta forma, o processo de reestruturação do capital, faz de Salvador um exemplo emblemático das consequências da instalação do *modus operandi* do capitalismo flexível no Brasil. A ampliação máxima do exército de reserva, já histórico na região, com a elevação das taxas de desemprego, mostradas acima, juntamente com o processo de destruição da qualidade e instauração da condição de insegurança e instabilidade nos postos de trabalho que restaram nos setores estruturados da economia, aparecem como algumas das principais consequências da consolidação deste capitalismo flexível, já no início dos anos 2000, criando novas e atualizando antigas formas de exploração da força de trabalho, configurando uma das dimensões da completa Precarização Social do Trabalho e da vida dos trabalhadores soteropolitanos. Com relação ao que tem de novo nesta precarização do mercado de trabalho ocorrida a partir da reestruturação do capital na década de 1990, comparada com a precariedade estrutural histórica, característica do mercado de trabalho soteropolitano Borges acrescenta:

A crescente precarização das formas de inserção traduzida nestes indicadores vem reforçar um traço estrutural do mercado de trabalho da RMS, mas não pode ser tomada como reprodução pura e simples de mecanismos de exploração vigentes no passado. Tem-se, com efeito, uma reatualização das formas de contratação e uso da força de trabalho pautadas na superexploração, mas não mais apenas como um traço estrutural do modelo de desenvolvimento seguido pelo país, mas como um componente chave do capitalismo globalizado, presente inclusive nos países do centro e cuja intensidade e abrangência estão diretamente relacionados com a posição do país no sistema econômico mundial, com a capacidade de resistência da sociedade e com o grau de consolidação das conquistas dos trabalhadores no passado.

Outro elemento novo no atual processo de precarização das relações e das condições de trabalho está em que ele atinge segmentos até então pouco expostos às formas precárias e inseguras de trabalho, como é o caso dos trabalhadores mais escolarizados, que tinham no emprego formal sua principal forma de inserção. (BORGES, 2007, p. 88-89)

⁵⁶ Pesquisa realizada pela Faculdade de Economia da UFBA, juntamente com o DIEESE, a SEI, SEPLANTEC e SETRAS

Neste processo de Precarização Social do Trabalho, conforme afirmamos anteriormente, soma-se a questão da moradia, que ainda se constitui como um bem proibitivo para uma significativa parcela dos trabalhadores soteropolitanos. Segundo Falcão (2013), infelizmente não existem dados satisfatórios a respeito do processo de invasões na cidade de Salvador durante a década de 1990. Também no que diz respeito às pesquisas acadêmicas, a mudança de foco, agora totalmente voltado para os impactos da reestruturação produtiva do capital no mercado de trabalho soteropolitano, colocou a questão urbana da habitação em segundo plano. No início dos anos 1990, segundo Ângela Gordilho Souza (2000), as invasões correspondiam a 14% da área ocupada da cidade, na qual moravam 30% da população. Se somados a esses dados, os loteamentos informais, os números aumentam para 32% da área ocupada e 60% da população.

Estas mudanças ocorridas no mercado de trabalho em Salvador agravaram consideravelmente a condição de acesso ao espaço urbano por parte dos mais pobres, fazendo da luta pela moradia, juntamente com a procura por uma ocupação, o trabalho cotidiano de uma parte significativa dos trabalhadores e trabalhadoras de Salvador. Talvez, não seja coincidência, que, exatamente no mês de junho de 2003, quando Salvador quebra mais um recorde de desemprego no país (a taxa de 30%), tenha se dado a ocupação do Km 12, que deu origem ao Movimento dos Sem Teto de Salvador, que mais tarde se tornaria Movimento dos Sem Teto da Bahia – MSTB, tema que discutiremos no capítulo seguinte.

3.1.8 – Os anos 2000: consolidação da Precarização Social em Salvador.

Nos anos 2000, acompanhando a tendência que se deu em todo mercado de trabalho brasileiro, com a retomada do “crescimento” da economia no governo do PT, o mercado de trabalho da RMS registrou, também, uma significativa recuperação que se evidenciou, principalmente pelas consideráveis quedas nas taxas de desemprego e no aumento dos empregos com carteira assinada. No entanto, a continuidade das políticas micro e macroeconômicas, no país, dando segmento as práticas neoliberais iniciadas na década de 1990, fez persistir e reproduz diversas formas de precarização do trabalho na RMS. Além disso, a queda

do desemprego e aumento das ocupações com carteira assinada não são suficientes para repor as perdas da década de 1990 e recuperar o patamar que existia antes da reestruturação produtiva. Segundo Borges (2011, p. 462):

[...] as transformações da primeira década do século XXI foram importantes por interromper o processo de desestruturação do mercado de trabalho metropolitano – compreendido como redução do peso relativo dos empregos socialmente protegidos na estrutura ocupacional – , mas ainda são insuficientes para assegurar a estabilidade do novo ciclo de crescimento e a recuperação de direitos e posições perdidas na década anterior. Pelo contrário, o novo período de expansão, mesmo que marcado pelo expressivo crescimento dos vínculos formalizados, funda-se no patamar rebaixado de relação salarial que resultou da reestruturação produtiva. E por não romper com os mecanismos estruturais de precarização, acaba por não sinalizar com horizontes seguros e protegidos para os que vivem do trabalho.

Mesmo com esta consideração, é importante observar que, a partir de 2004, houve uma significativa recuperação nas ocupações no mercado de trabalho metropolitano. Entre 2002 e 2009 houve um incremento de 35% na ocupação, superando os 26,8% da PEA. Uma das consequências marcantes desta relação entre taxa de ocupação e PEA é a queda da taxa de desemprego, no período, de 19,2% para 14,1%, sendo a primeira queda no desemprego desde os anos de 1990. Mesmo assim, como dito, esta recuperação da ocupação não levou a um retorno às taxas de desemprego encontradas em 1992 (11,8%), antes da reestruturação produtiva. Desta forma, o número absoluto de desempregados em 2009 permanecia superior a 300 mil trabalhadores na RMS.

O desemprego observado década de 2000 também atinge de forma desigual os distintos segmentos dos trabalhadores da RMS, sendo mais devastador entre os jovens (dos desempregados, 52,3% corresponde aos jovens entre 18 e 29 anos)⁵⁷ e as mulheres (com taxas de desemprego de 18,3%, enquanto a dos homens era de 10%). Ângela Borges (2011) acrescenta que, no período, com o aumento da escolarização da Pia, aumenta também a participação dos mais escolarizados no contingente dos desocupados (a proporção dos mais escolarizados entre os desocupados salta de 22,5% em 1992, para 46% em 2009), com taxas de desemprego de 1,4% em 1992 e 6% em 2009.

⁵⁷ Para um maior aprofundamento a respeito do impacto desta precarização social do trabalho sobre os jovens soteropolitanos ver: OLIVEIRA, 2013.

Entre os ocupados, houve, como dito, uma recuperação nos empregos com carteira assinada, elevando o peso relativo do núcleo estruturado do mercado de trabalho da RMS de 41,2%, em 2002, para 45,6% em 2009, mas de forma insuficiente para retornar aos 49,1% de 1992 (BORGES, 2011). Segundo Borges, apesar de ter ocorrido uma redução percentual do número de trabalhadores sem carteira assinada (de 16,7% para 15,4%), houve um aumento significativo nos números absolutos, indicando uma continuidade na reprodução da precariedade.

Utilizando a metodologia descrita no primeiro capítulo deste estudo, separando as formas de participação no Mercado de Trabalho da RMS entre os Trabalhadores Sem Emprego e os Trabalhadores Fordistas é possível verificar estas transformações nas formas de ocupação. Em pesquisa elaborada em 2004 obtive os seguintes resultados demonstrados na tabela abaixo:

TABELA 1

Taxa de participação dos Sem-Emprego e FORDISTAS segundo Sexo, Faixa Etária, Cor, Posição na Família e Escolaridade, Região Metropolitana de Salvador- 2004. (Em %)

Atributos	SEM-EMPREGO	FORDISTAS
TOTAL	62,4	37,6
Sexo		
Masculino	56,8	43,2
Feminino	68,3	31,7
Faixa Etária		
10 a 14	96,8	(1)
15 a 17	94,6	5,4
18 a 24	74,7	25,3
25 a 39	56,6	43,4
40 e mais	56,6	43,4
Cor		
Branca	52,0	48,0
Negra	63,9	36,1
Posição na Família		
Chefe	53,3	45,7
Cônjuge	65,4	34,6
Filho	69,0	31,0
Outros	72,7	27,3

Escolaridade

Analfabeto/Sem escolaridade	88,4	11,6
1o incompleto	78,7	21,3
1o completo_2o incompleto	72,4	27,6
2o completo_3o incompleto	53,0	47,0
3o completo	26,6	73,4

FONTE: PED RMS (2004) SEI/SETRAS/ UFBA / DIEESE/SEADE.

Elaboração Própria

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

A condição de Sem Emprego alcançou, em 2004, os impressionantes 62,4%, contra 37,6% de trabalhadores fordistas, demonstrando o impacto da reestruturação do capital ocorrida nos anos 1990. A mesma elaboração para o ano de 2010 demonstra também, uma significativa recuperação na condição de trabalhador fordista, que alcança 50,3%, contra 49,7% dos Sem Emprego, mas sem grande alteração no perfil dos sem emprego que afetam majoritariamente as mulheres, os jovens, negros e pessoas com baixa escolaridade.

TABELA 2

Taxa de participação dos SEM-EMPREGO e FORDISTAS segundo Sexo, Faixa Etária, Cor, Posição na Família e Escolaridade, Região Metropolitana de Salvador- 2010. (Em %)

ATRIBUTOS	SEM-EMPREGO	FORDISTAS
TOTAL	49,7	50,3
Sexo		
Masculino	43,6	56,4
Feminino	56,3	43,7
Faixa Etária		
10 a 14	100	0,0 ⁽¹⁾
15 a 17	95,7	4,3
18 a 24	59,4	40,6
25 a 39	44,7	55,3
40 e mais	48,8	51,2
Cor		
Branca	39,8	60,2

Negra	51,1	48,9
Posição na Família		
Chefe	44,4	55,6
Cônjuge	53,1	46,9
Filho	53,3	46,7
Outros	57,0	43,0
Escolaridade		
Analfabeto/Sem escolaridade	82,0	18,0
1o incompleto	71,5	28,5
1o completo_2o incompleto	63,9	36,1
2o completo_3o incompleto	43,8	56,2
3o completo	19,6	80,4

FONTE: PED RMS 2010 (SEI/SETRAS/ UFBA / DIEESE/SEADE).

Elaboração Própria

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Nos anos 2000 foi mantida a tendência à redução da indústria de transformação na estrutura ocupacional da RMS e, em contrapartida, reafirma-se a tendência da importância das atividades do terciário, que respondeu por 81,6% do incremento da ocupação entre 2002 e 2009, alcançando uma participação de 79,3% dos ocupados em 2009. Neste último caso, destacam-se as atividades no Comércio que se caracterizam pela geração de empregos com baixa remuneração e péssima qualidade de trabalho.

Ângela Borges (2011) aponta que na década de 1990 o salário mínimo atingiu seu patamar mais baixo da série histórica, como consequência de uma política de estabilização econômica sustentada no arrocho salarial. Este achatamento salarial atingiu, principalmente, os assalariados do núcleo estruturado com a redução dos empregos com remunerações acima de 5 salários mínimos. Nos anos 2000, a adoção de uma política de valorização do salário mínimo acabou beneficiando um incremento dos segmentos mais mal remunerados do mercado, que sempre foram maioria na RMS. Assim, a recuperação do mercado de trabalho da RMS, nos anos 2000, juntamente com os ganhos salariais, foram alavancadas pela elevação dos “contingentes que ganhavam entre meio e dois salários mínimos” (aumentaram sua participação de 68,3% para 75%) e uma redução da participação relativa dos que ganhavam mais de dois salários mínimos. Assim, acompanhando a tendência que já

vimos ter se dado no país, embora tenha havido um aumento do número de trabalhadores com remuneração mínima, esta tendência também resultou em um empobrecimento dos trabalhadores da RMS. Não se tratou, de fato, de um processo de redistribuição de renda, atingindo os setores de maior rendimento da economia. O que ocorreu foi uma repartição de rendimentos, ou de prejuízos, entre os próprios trabalhadores assalariados.

Assim, os estudos sobre o mercado de trabalho na RMS indicam que, embora tenha ocorrido uma sensível melhora nos indicadores de desemprego e nas ocupações protegidas, estes números não podem ser tomados como “a sinalização de uma tendência à superação dos traços mais negativos do mercado de trabalho da RMS” (BORGES, 2011, p.462). Ao contrário, a continuidade com as práticas de precarização e a não recuperação, de fato, das perdas ocorridas com a reestruturação da década de 1990, fazem do mercado de trabalho na RMS, “um dos principais espaços de reprodução da pobreza e das desigualdades que marcam esta sociedade” (idem, p.462).

Ora, como dito, esta “nova” e metamorfoseada forma de precarização (DRUCK, 2013, 2011a) é social, também, porque se espalha para além das relações restritas ao mercado de trabalho. O seu alcance se estende, é preciso dizer mais uma vez, para outras instâncias da vida, determinando as dificuldades de condições de acesso de parte desses trabalhadores precarizados a diversos bens e serviços essenciais, dentre eles, a moradia e a infraestrutura e serviços urbanos necessários a uma inserção cidadã no espaço urbano.

Nos anos 2000, imersos nesta condição de Precarização Social do Trabalho, um segmento de trabalhadores soteropolitanos, Sem Emprego e Sem Teto, redefinem as formas de obtenção da moradia, através da reprodução de novas formas de ocupar, agora engendrada por movimentos sociais organizados, dentre eles, o MSTB, com claros princípios e ações contra hegemônicos, opondo-se ao processo de reprodução da sociedade de classes.

3.1.9 – Considerações finais:

Embora, os indicadores apresentados no item anterior demonstrem uma melhora na composição do mercado de trabalho soteropolitano, a insuficiência desta recuperação nos permite afirmar que a “Cidade da Bahia” continua sendo a “terra de todos os pobres”. Carvalho e Codes (2006), analisando dados do IBGE de 2004 demonstram que os pobres e indigentes⁵⁸ atingiam 30,9% em Salvador.

Neste contexto, a questão da ocupação espacial da cidade e o problema da moradia continuam. Há, neste caso, uma relação imbricada com as dificuldades impostas pelas inserções precárias no mercado de trabalho, condicionando a pobreza de grande parte dos trabalhadores soteropolitanos, tornando o consumo “formal” da mercadoria em que a casa se transforma, proibitivo para grande parte destes trabalhadores. Neste contexto explodem em Salvador, na década de 2000, diversos movimentos organizados de luta pela moradia, sendo o primeiro deles, o MSTS, que depois de sua fragmentação e estadualização, passa a ser chamado de MSTB. E é este último, o objeto de estudo desta tese.

Conforme destacam Gordilho e Pereira (2006) a forma de ocupação da cidade de Salvador, assim como de todas as grandes metrópoles brasileiras, diante de um quadro de desigualdades sociais e concentração de renda, instaura um cenário urbano com uma intensa segregação espacial. Assim como o mercado de trabalho, esta segregação espacial também divide a cidade. De um lado, tem-se uma “cidade formal”, com boas ofertas de infraestrutura, regulação do mercado imobiliário e, normalmente, atendendo à legislação urbanística, no que diz respeito as condições das edificações e uso do solo. Por outro lado, verifica-se a existência de uma “cidade informal”, que se caracteriza pela presença de loteamentos irregulares e clandestinos, invasões de áreas públicas e privadas, normalmente ocupadas por trabalhadores de baixa renda e suas famílias, devido a dificuldade de acessar a moradia através do mercado imobiliário, ou devido a ineficiência das políticas habitacionais desenvolvidas pelo Estado (GORDILHO SOUZA, PEREIRA, 2006).

Para melhor entendimento dessas formas de segregação na ocupação do espaço urbano de Salvador, deve-se levar em consideração os vetores de ocupação espacial da cidade. O primeiro vetor de ocupação nas regiões da Barra, Vitória,

⁵⁸ As autoras tomam como indicador de pobreza uma renda mensal familiar per capita inferior a meio salário mínimo e a de indigência, uma renda abaixo de um quarto de salário mínimo.

Graça, Terreiro de Jesus, Pelourinho, Santo Antônio e outros bairros, forma a região denominada de Centro. Depois a cidade se expande e se formam as tendências de expansão em três novos vetores. A Orla Atlântica, que se inicia na Barra, passando por Ondina, Pituba, Itapuã, até alcançar a “fronteira” com a cidade de Lauro de Freitas. O Miolo, que como o nome diz, é o centro geográfico do território ocupado pela cidade. Diz respeito, portanto, à área que se localiza entre a Avenida Paralela e a BR 324, iniciando-se nos limites da Saramandaia, até os limites ao norte da cidade, com cerca de 41 bairros que ocupam 35% da cidade. Por fim, o Subúrbio Ferroviário, área localizada entre a BR 324 e a orla da Baía de Todos os Santos, formado por cerca de 22 bairros populares.

O Centro Histórico e a Orla Atlântica representam geograficamente um espaço de ocupação mais regularizada, uma espécie de área nobre, em termos de moradia, infraestrutura e serviços urbanos. Já o Miolo e o Subúrbio Ferroviário são fortemente marcadas pela presença de loteamentos populares, pelas habitações precárias e pela deficiência de infraestrutura, equipamentos e serviços (GORDILHO SOUZA, PEREIRA, 2006). Segundo Carvalho e Pereira:

De um lado, a metrópole se expande em direção ao Litoral Norte, com franja mais próxima ao mar ocupada pelos estratos médios e altos e por grandes equipamentos e empreendimentos imobiliários e turísticos (centros empresariais e de convenções, shopping centers, complexos de cinema e de lazer, grandes hotéis de luxo), voltados para os segmentos com elevada renda e poder de consumo. Do outro, a maioria da população continua a se aglomerar nos espaços dos antigos bairros populares do centro, do Miolo e dos Subúrbios Ferroviários da capital baiana, assim como em áreas similares dos demais municípios da RMS, sobrevivendo precariamente em uma “cidade” esquecida e desassistida, que não aparece na mídia nem nos mapas turísticos que vendem os encantos de Salvador. (CARVALHO, PEREIRA, 2006, p. 107)

Assim, estes vetores de expansão da cidade representam, também, formas de segregação espacial, que condicionam as áreas da cidade que são privilegiadas com investimentos públicos e privados e que são ocupadas pelos grupos sociais de maior renda, enquanto outras áreas, ocupadas pelas populações mais pobres, estão marcadas hegemonicamente pela ausência das estruturas urbanas e serviços públicos considerados indispensáveis. No entanto, a própria formação geográfica da cidade, entrecortada por vales e com relevo bastante irregular, cria, mesmo nas chamadas áreas nobres, locais que se apresentam inadequados para a ocupação regular para moradia e empreendimentos privados, mas que acabam sendo

ocupados também pela população mais pobre que precisa morar perto de onde trabalham. São criados, assim, grandes espaços de ocupação informal, marcados pela precariedade e péssimas condições de moradia, dentro dos locais reservados, na cidade, para ocupação das classes média e alta. Exemplos disto são a Saramandaia, no Iguatemi, Alto das Pombas, Calabar, Gamboa de Baixo, no centro antigo, Santa Cruz, Nordeste, Vale das Pedrinhas, entre a Pituba, Itaigara e Rio Vermelho, entre outras.

Mesmo com estes núcleos de pobreza nas chamadas áreas “nobres”, Salvador se mostra uma cidade bastante segregada. Assim, Carvalho e Codes (2006) apontam que a riqueza, em Salvador, está concentrada na Barra, Pituba e adjacências, enquanto a pobreza se encontra majoritariamente em bairros como Alagados, São João, Boa Vista do Lobato, Periperi, Fazenda Coutos, Bairro da Paz, Águas Claras e Cajazeiras. É também na região do Miolo e subúrbio que se concentra a maioria dos menos escolarizados (com altos índices de analfabetismo funcional) e também dos negros, enquanto nas regiões da Orla Atlântica e Centro, a maioria dos moradores são brancos e o analfabetismo funcional tem índices inexpressivos (CARVALHO, CODES, 2006; CARVALHO, PEREIRA, 2006)

Por fim, e não menos importante, essa segregação se expressa, também, na territorialização do tráfico de drogas e da violência, que acaba ceifando a vida dos numerosos jovens que moram nos bairros populares da capital baiana. Assim, mais uma vez Carvalho e Codes afirmam:

Na capital baiana, levantamento efetuado pelo DEPOM/CCV sobre o número de assassinatos em 100 bairros de Salvador, constatou que 19 deles respondiam por 39,1% do total de homicídios ocorridos em 2005. Tratava-se de bairros pauperizados como Uruguai, Cajazeiras, São Cristóvão, Liberdade, Nordeste de Amaralina, Sussuarana, Castelo Branco e IAPI. (A Tarde, 2005, p. 19). Nos Subúrbios Ferroviários, onde residem cerca de 500 mil pessoas nas condições apontadas ao longo deste texto, um jovem estava sendo morto a cada três dias, em 2005. (CARVALHO, CODES, 2006, p. 135)

As autoras acrescentam, ainda, que segundo registros da delegacia de Periperi, “entre janeiro e abril de 2005, 45 jovens, com idade entre 16 e 24 anos, foram assassinados nestas áreas”.

Com a consolidação destes vetores, a expansão horizontal da cidade, chega ao seu limite, por conta mesmo das limitações geográfica de Salvador, que é uma

península. Esses limites na expansão horizontal provocaram na capital baiana um dos maiores adensamentos populacionais do país, fundamentalmente através da verticalização das ocupações, inclusive as informais. As habitações surgidas pela autoconstrução já chegam a 3 ou mais andares, aumentando o seu grau de precariedade. Assim, segundo Gordilho e Pereira:

Esse quadro de restrições para o município de Salvador, que concentra 80% da população de sua região metropolitana, tem contribuído para um processo crescente de verticalização das áreas informais, que passam a atingir mais de três pavimentos, agravando as condições de habitabilidade nessas áreas que, desde a sua ocupação primária, já atingia altas taxas de ocupação do solo. Além disso, são frequentes, nos novos processo de ocupação, a construção de habitações em áreas de risco e de reservas ambientais, observando-se, também, na dinâmica habitacional recente, um intenso processo de ocupação de prédios vazios e ociosos, na área central da cidade, por famílias sem teto, sobretudo na área do Comércio e na antiga zona industrial de Itapagipe. (2006, p.139)

Segundo o Plano Habitacional de Salvador – 2008/2025, a questão ganha destaque diante do fato de que o estoque de áreas urbanas livres para a ocupação ocupava menos de 15% do território soteropolitano continental, podendo ter uma porcentagem ainda menor se forem consideradas apenas as áreas aptas para habitação de interesse social.

Utilizando dados do Censo de 2000 Gordilho e Pereira (2006) apontam que Salvador alcançara, no final do século XX, a população de 2,5 milhões de habitantes, sendo a terceira do país, com 651.293 domicílios particulares permanentes, com média de 3,7 pessoas por domicílio. E citando dados dos estudos realizados para o PDDU/2004, os autores apontam que fora estimado um déficit quantitativo de 91.000 unidades, sendo 82.000 para as famílias com renda de até 3 salários mínimos. O mesmo Senso apontou a presença de 89.405 domicílios vagos em Salvador, o que correspondia a 12% do total de domicílios da cidade.

Desta forma, a ocupação de prédios vagos começou a se constituir como uma das principais estratégias para a obtenção da moradia para o trabalhador pobre de Salvador. A “invasão”, ganha agora uma nova significação. Primeiro, há uma desconstrução, tanto dos intelectuais, quanto dos movimentos sociais organizados para colocar cada vez mais em desuso o termo, invasão, considerado pejorativo. A argumentação é que, só se invade o que não lhe pertence. Pensando a moradia como um direito fundamental, previsto na Constituição Federal, no seu Artigo sexto

e, também, com um claro viés de combatividade à propriedade privada como ela é reproduzida nos moldes capitalistas, passou-se a utilizar o termo ocupação. Afinal, se a terra e a cidade são de todos, basta apenas ocupa-la, para se exercer o direito deste bem fundamental, que é a moradia.

Em segundo lugar, diferentemente do que ocorrera nas décadas anteriores, deve-se verificar que esta nova etapa de ocupação do espaço urbano, desencadeada nos anos 2000, passa a ocorrer a partir de movimentos sociais organizados, cujo epicentro de seu surgimento eclode pela necessidade de morar. Os anos 2000, não só em Salvador, mas em todo o Brasil se constituem como a década de explosão dos movimentos organizados dos SEM TETO. Muitos desses movimentos buscam se caracterizar pela constante formação política e um claro viés crítico que se consubstancia em ações práticas de oposição e combate à sociedade organizada nos moldes exigidos pela reprodução do capitalismo. Dentre esses movimentos, destaca-se o MSTB, que opta pela reformulação do termo até como uma forma de demarcar esta forma de ação diferenciada. Num depoimento de 2010⁵⁹, Pedro Cardoso, uma das lideranças do MSTB, sintetiza um pouco dessa necessidade de fazer o enfrentamento com a noção de invasão:

Agente não trabalha com o conceito de invasão. O pessoal trabalha muito, já está no imaginário. Se você está num ônibus que vai passando por uma das ocupações do movimento. Ai o pessoal diz: ali é a Portelinha⁶⁰, a invasão Portelinha. Agente não trabalha com este conceito. Agente construiu ou, de certa forma, ajudou a construir um conceito contra hegemônico porque em nossa avaliação, se o terreno está vazio, não tem função social, você não precisa tirar ninguém pra ocupar. Quem invadiu foram os Portugueses. Os índios estavam aqui, eles chegaram e expurgaram os índios. Só aqui neste litoral foram 120 mil nos primeiros anos de invasão portuguesa. E quando agente ocupa, agente ocupa um espaço vazio, sem função social, tal. Do ponto de vista do conceito da física, dois corpos não podem ocupar o mesmo lugar no espaço ao mesmo tempo. Ora, se tivesse uma função social, se tivesse gente morando, agente não tinha como ocupar, porque, senão, seria uma invasão. Agente teria que expulsar o que tivesse dentro para que tivesse espaço pra que agente ficasse. Então agente trabalha com um conceito diferente. (PEDRO CARDOSO, entrevista ao Projeto Copa do Mundo)

⁵⁹ Entrevista concedida por Pedro Cardoso, a professores e estudantes do Curso Médio Integrado em Técnico em Informática, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia/Camaçari, em 2010, em função da realização do Projeto *Copa do Mundo* sob a coordenação dos professores Theo Barreto, Igor Gomes e Hyngrid Freitas.

⁶⁰ Neste ano a Rede Globo transmitia uma novela tendo como destaque do enredo uma favela que lutava contra um processo de desocupação, cujo nome era Portelinha.

Para além da questão entre invasão e ocupação, me chama atenção, também, no depoimento, um fato que se tornará recorrente em outras falas de integrantes do movimento, qual seja, a constante referência a ancestralidade indígena e africana, e a vinculação da luta de hoje, travada pelo movimento, com a luta de resistência e sobrevivência desses ancestrais. Isso, como veremos, se constitui como um dos princípios norteadores do movimento, estabelecido inclusive em congresso.

Dentre as estratégias de obtenção da moradia desses Sem Teto, uma das principais é a ocupação de prédio privados ou públicos vazios. De acordo com o Plano habitacional de Salvador – 2008/2025, os dados da Sehab, referentes ao período de 2005 à 2007, cerca de 4,5 mil famílias vivem em edifícios ocupados pelo Movimento Sem Teto.

Segundo o Atlas sobre o Direito de Morar em Salvador (SANTOS et al, 2012), existiam até 2012, pelo menos 36 ocupações vinculadas a movimentos sociais de luta pela moradia em Salvador, distribuídas, fundamentalmente, na região do Subúrbio Ferroviário e na região do Miolo, mas também com ocorrências no Centro Histórico⁶¹. Estas ocupações estão distribuídas em diversos movimentos sociais de luta pela moradia e algumas são independentes⁶².

A tabela abaixo, elaborada a partir dos dados elaborados pelo Atlas, mostra a diversidade dos movimentos de luta pela moradia e sua distribuição entre as ocupações. No mesmo sentido, o MAPA 1, anexado ao fim deste capítulo, expõe a concentração das ocupações de Sem Teto nas regiões do Miolo e sobretudo no Subúrbio Ferroviário de Salvador.

⁶¹ Importante lembrar também a emblemática ocupação do antigo clube Português na Pituba, na Orla Atlântica que colocou definitivamente o Movimento Sem Teto de Salvador, nas páginas dos jornais, passando a fazer parte da vida social e política da cidade.

⁶² O Atlas sobre o Direito de Morar em Salvador (2012, p.37) aponta alguns destes movimentos: “Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN); Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB); Movimento dos Sem Teto de Salvador (MSTS); Movimento de Defesa da Moradia e Trabalho (MDMT); Associação de Moradores de Tubarão; Central dos Movimentos Populares (CMP); Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM); União Nacional por Moradia Popular (UNMP); Frente de Luta por Moradia Popular (FLM) e vários grupos que se identificam como politicamente independentes, grupos políticos que organizam e estruturam em várias escalas e níveis de poder”.

TABELA 3

OCUPAÇÃO	Grupo Político	Número de famílias	Proprietário do Imóvel ou Terreno	Tipo
1. Edifício Lord	MNLM	126	Particular	Prédio
2. Ladeira da Praça	MDMT	58	Público (Municipal)	Prédio
3. Ladeira do Prata	MDMT	20	Particular	Prédio
4. J.J. Seabra	MDMT	18	Particular	Prédio
5. IPAC III	MSTB	6	Público (Estadual)	Prédio
6. IPAC II	MSTB	32	Público (Estadual)	Prédio
7. Guindaste dos Padres	MSTS	30	Particular	Prédio
8. Edifício Rajada	MSTS	56	Particular	Prédio
9. IPAC I	MSTB	12	Público (Estadual)	Prédio
10. Edifício Matelba	MSTS	30	Particular	Prédio
11. Dois Leões	MSTB	85	Público (Municipal)	Prédio
12. Saboaria	MSTS	130	Particular	Terreno
13. Galpão da Leste 1 e 2	MSTS	94	Público (Federal)	Galpão
14. Galpão da Leste 3	MSTS	72	Público (Federal)	Galpão
15. Alfred – Mares	MSTS	150	Particular	Prédio
16. Toster Ribeira	MSTS	150	Particular	Prédio
17. Barreto de Araujo	MSTS	120	Particular	Prédio/ Terreno
18. Escola Nossa Senhora da Penha	MSTS	31	Público (Municipal)	Prédio
19. Toster – Lobato	MSTB	100	Particular	Prédio/ Terreno
20. Vila Mar	Independente	100	Público (Estadual)	Terreno
21. Boiadeiro	MSTB	100	Público (Estadual)	Terreno
22. Quilombo de Escada	MSTB	400	Público (Estadual)	Terreno
23. Cidade de Plástico	MSTB	328	Público (Federal)	Terreno
24. Fábrica Mamona	MSTS	300	Particular	Terreno
25. Tubarão	Independente	200	Particular	Terreno
26. Monte Sagrado	MSTB/ Independente	130	Particular	Terreno
27. Caranguejo	Independente	25	Público (Federal)	Terreno
28. Servidão	MSTS	45	Público (Federal)	Terreno
29. Vila via Metrô – BR 324	MSTS	150	Particular	Terreno
30. Quilombo Paraíso	MSTB	320	Público (Estadual)	Terreno
31. Lagoa da Paixão	MSTB	910	Público (Estadual)	Terreno

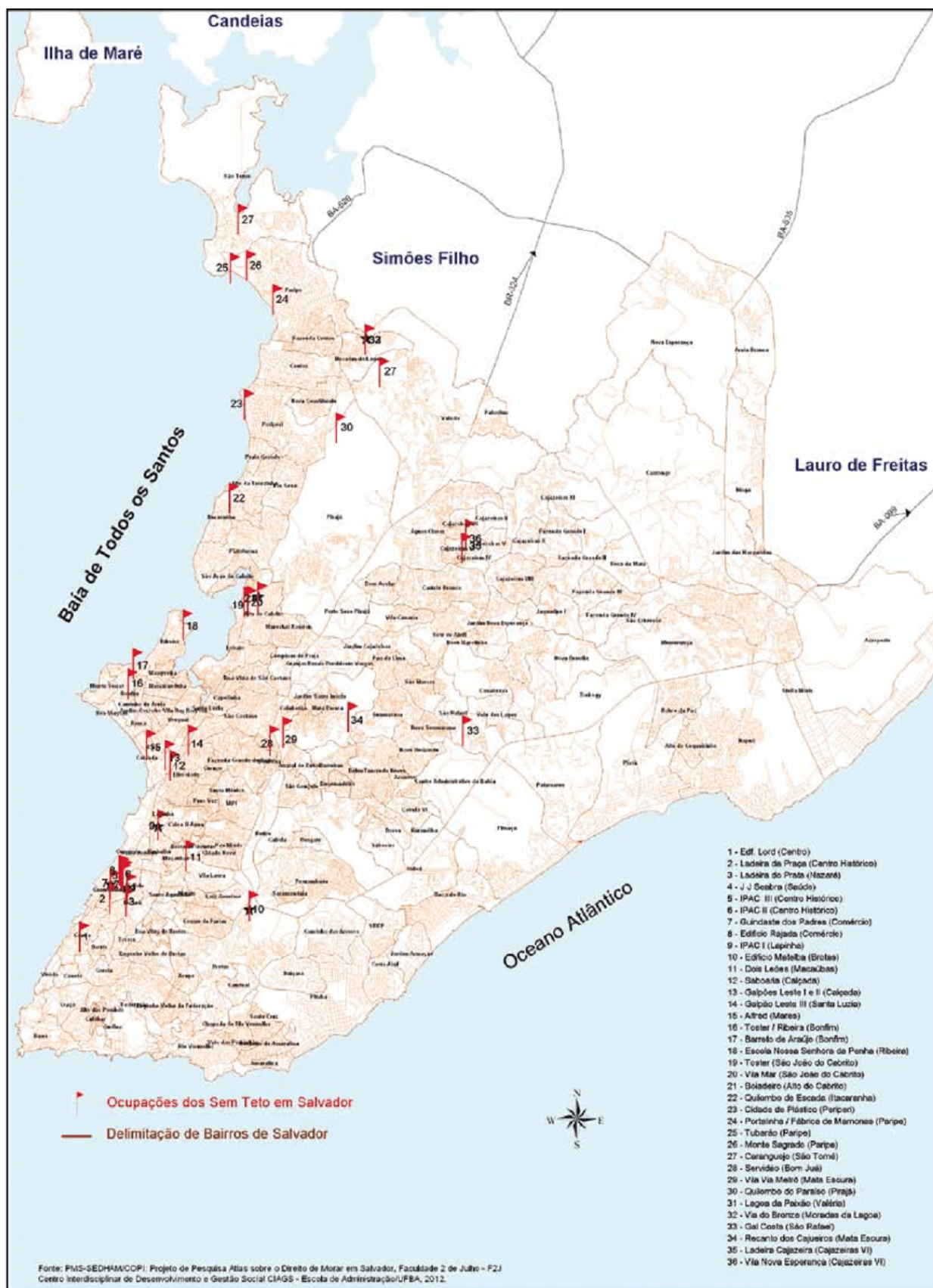
32. Via do Bronze	MSTS	129	Público (Estadual)	Terreno
33. Gal Costa	MSTB	200	Público (Federal)	Terreno
34. Recanto dos cajueiros	MSTB	82	Público (Estadual)	Terreno
35. Ladeira Cajazeira	MSTS	88	Público (Estadual)	Terreno
36. Vila Nova Esperança	Independente	200	Público (Estadual)	

Assim, nos anos 2000, mesmo com a recuperação da economia apontada por diversos indicadores sobre o Mercado de trabalho da RMS, o problema do acesso à moradia continua sendo uma questão central para parcela significativa dos trabalhadores Soteropolitanos. A chamada ocupação forçada, ou a invasão, como era chamada anteriormente, continua sendo uma das principais formas de acesso à casa, entendida como um bem de consumo durável essencial, para estes trabalhadores pobres. Um número significativo dos trabalhadores soteropolitanos são obrigados a incluir na sua jornada diária de trabalho a luta pela moradia. Seja nas organizações e preparação das ocupações, nas vésperas da invasão do terreno escolhido, ou na vigia cotidiana dos barracos, concertando um telhado caído, renovando a lona que rasgou, trocando o compensado, levantando paredes de bloco, ou mesmo, no trabalho cotidiano silencioso da espera, pela próxima chuva, a invasão violenta da polícia, a bala perdida que atravessa a parede mais frágil, ou o temido oficial de justiça com a indesejada reintegração de posse.

A condição de Sem Teto e Sem Emprego não se esgota, portanto, em conceitos e estatísticas. Elas são fruto de um processo histórico que produziu e reproduziu a cidade de Salvador, construindo, de um lado sua riqueza e beleza e de outro, a partir da segregação do seu espaço, a não menos bela, mas extremamente precária cidade dos pobres ou dos menos abastados. O Sem Teto/ Sem Emprego é fruto, portanto, dessa historicidade que se materializa em um conjunto de experiências compartilhadas ao longo de todo processo de formação da cidade, tendo destaque especial, aqui para este trabalho, a experiência de produção e consumo do espaço urbano através das invasões, compartilhadas por distintas gerações de trabalhadores pobres que construíram a cidade de Salvador. Como será demonstrado no reencontro feito com a vida dos Sem Teto, que veremos no capítulo seguinte, esta experiência de luta pela moradia, que se consubstancializa através das invasões/ocupações dos espaços urbanos, se confunde com o exercício

cotidiano da prática laboral para a obtenção do sustento de cada dia. O trabalho, que é, neste processo de estranhamento, característico do capitalismo, ao mesmo tempo, reduzido enquanto a luta por comer, se reproduzir e morar, também evidenciará, como será demonstrado, o compartilhar de experiências geracionais e também de ancestralidades, indígena e negra, tão fundamentais para a construção material e simbólica, não só desta cidade, mas também dos próprios trabalhadores Sem Teto.

Por fim, essa historicidade de experiências compartilhadas, fundamentadas na luta pela moradia, escreve na Salvador de agora, mais uma página desta condição atual do mundo trabalho que insere trabalhadores e trabalhadoras numa situação de Precarização Social do Trabalho e da Vida. A dificuldade ou impossibilidade de obter a casa, através dos meios formais está inegavelmente definida pelas formas precárias de inserção dos Sem Teto no mercado de trabalho. O processo histórico que instaura essa precarização social é o mesmo que cria o Sem Teto de hoje. Da mesma forma, que esta precarização social carrega o status do novo, os Sem Teto de hoje, fruto destas transformações ocorridas, nas últimas décadas no mundo de trabalho, embora se apresentem como uma continuidade histórica, uma forma estrutural desse capitalismo brasileiro resolver a questão da moradia, carregam, junto com este novo contexto, uma forma própria de lidar com essa luta pelo acesso ao espaço urbano. Assim, como dito anteriormente, para além dos fatores já descritos no início deste capítulo, que fundamentam e caracterizam esta Precarização Social, a luta pela moradia e o próprio exercício dessa moradia de forma precária, que foi e é condicionada pelas formas de inserção no mundo do trabalho se constituem como fatores históricos, mas também conjunturais, novos, que reproduzem, em Salvador, esta atual etapa do capitalismo flexível.



CAPÍTULO 4 – TRABALHADORES SEM EMPREGO E SEM TETO: EXPERIÊNCIAS PRECÁRIAS DE (NÃO)CONSUMO E TRABALHO.

A partir da trajetória empírica e conceitual desenvolvida nas páginas anteriores, e as mantendo como alicerce deste trabalho, antes de apresentar uma análise do estudo de caso realizado com integrantes do Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB), é preciso retomar os argumentos apresentados na introdução deste trabalho que serviram de base para a construção desta Tese.

Assim, a pergunta que originou este trabalho foi: O que consome o Sem Emprego que se encontra sob a condição de Sem Teto?

Na busca de uma resposta, a investigação acabou desdobrando a pesquisa em duas grandes questões. Primeiro no que diz respeito, propriamente, às relações de consumo dos Sem Emprego na condição de Sem Teto. Quais os bens e serviços que, de fato, acessam? Quais as práticas que realizam em seu “tempo livre”? Esta primeira questão conduziu, então, a pesquisa para quatro dimensões:

- a) Os Sem Teto consomem bens diversos, alguns deles considerados supérfluos se levamos em consideração a condição de pobreza extrema vivenciada por estes trabalhadores em situação de precarização extrema. Este consumo individual dos Sem Emprego na condição de Sem Teto evidencia uma relação fetichizada com o mercado e materializa a participação perversa destes trabalhadores precarizados no processo de reprodução do capital como consumidores. A mercadoria que consomem converte seus ganhos pessoais individuais em ganhos para o capital. É a mercantilização da pobreza (Telles, 2012).
- b) Os Sem Teto não consomem pelas vias formais a maioria dos serviços básicos ligados à moradia, como eletricidade e água, fazendo com que passem a acessar estes serviços pelas vias informais.
- c) O recorte empírico desta pesquisa, por si só, já define que para parte dos Sem Emprego soteropolitanos é negado o consumo de um bem fundamental, a casa. Por isso são Sem Teto. E são Sem Teto porque são Sem Emprego, ou seja, são trabalhadores em situação de extremo risco, que vivem sob a insegurança do trabalho não protegido e instável. Em sua totalidade, essa

precarização se materializa em baixíssima remuneração que torna o acesso à casa proibitivo.

- d) Mas estes Sem Teto moram, de alguma forma. Ocupam terrenos privados ou públicos e constroem ocupações e, nelas, seus barracos, que abrigam centenas de famílias. Isso quer dizer que, em seu “tempo livre”, os Sem Emprego, na condição de Sem Teto, lutam pela moradia, organizam um movimento, ocupam e resistem.

A segunda questão desdobrada é: Como são consumidos os Sem Emprego na condição de Sem Teto? Ou seja, como estes trabalhadores são usados pelo capital, atuando direta e indiretamente no processo de reprodução da própria exploração que os cria? A resposta pra esta questão também se desdobra em outras dimensões:

- a) A escolha do objeto de estudo desta pesquisa, os Sem Emprego, já define que se trata de um segmento de trabalhadores que participa do mercado de trabalho na condição de Exército de Reserva ou de Superpopulação Relativa, e nesta condição cumprem uma função fundamental de regular o valor da força de trabalho para o capital ao garantir a concorrência e conseqüente fragmentação da classe trabalhadora.
- b) Também por serem Sem Emprego, como já dito, esta condição de precarização extrema com relação a sua inserção no mundo do trabalho condiciona a sua situação de ser, também, Sem Teto. Como Sem Teto, mesmo estando em luta, também contribuem para o processo de reprodução do capital. Primeiro, ocupam áreas degradadas, recuperando-as, pressionando e fazendo o poder público estruturar estes locais. Depois de urbanizados estes espaços, a tendência é a expulsão dos mais pobres para áreas mais periféricas, enquanto o capital imobiliário se beneficia da nova infraestrutura criada para novos empreendimentos. Foi e continua sendo esse o processo de expansão das grandes cidades no Brasil. Em segundo lugar, enquanto Sem Teto, a ação da autoconstrução, como única forma de obtenção da casa própria, garante o processo de sobreexploração do trabalho pelo capital através da redução dos custos com a força de trabalho, que passa a não ter embutido em seu valor os custos com a moradia.

- c) Como já dito, mesmo sendo Sem Emprego, o Sem Teto consome individualmente bens variados, transformando sua remuneração em mais capital que não lhe beneficia, ao contrário, reproduz o próprio processo de exploração.

Por fim a questão inicial desta pesquisa remete, ainda, a um terceiro desdobramento. A situação de ser Sem Emprego condiciona o segmento mais fragilizado dos trabalhadores soteropolitanos à situação de serem também Sem Teto. E como já dito, isto os coloca numa condição de servirem ao próprio processo de reprodução do capital exatamente por conta da condição de precarização social na qual estão imersos. Mas nesta situação de precarização extrema, a luta pela moradia, em um dado momento histórico, se configura, para além da reprodução, também em forma de luta e resistência contra esta mesma reprodução. Esta luta, que em princípio é uma luta pela moradia, ao se dar pela ocupação forçada de áreas públicas e privadas, assume um caráter classista, por questionar a forma de obtenção e “distribuição” da propriedade fundiária urbana nos moldes capitalistas. Neste sentido a negação do consumo formal da casa própria encaminha estes trabalhadores Sem Emprego para luta mediante um movimento organizado que lhes confere identidade coletiva. E é nesta luta, nesta resistência, que estes trabalhadores usam (consomem) seu “tempo livre”, usam o espaço urbano extrapolando os limites impostos pelo Capital, produzindo um movimento social, uma forma de luta com anseios de produzir novas formas de sociabilidade para além das impostas pelo capital. Esta luta é, também, um meio de vida, uma luta pela produção e reprodução da própria subsistência material e simbólica imediata, mas que visa superar esta imediaticidade quando questiona as relações impostas pelo capital. Também por isso, trata-se de uma coletividade de caráter classista.

Além da condição de Sem Teto ser um resultado, um produto de um processo de precarização social característica dos tempos do capitalismo flexível e de suas consequências sobre os mercados de trabalho metropolitanos brasileiros, a compreensão da formação de um movimento organizado, de luta pela moradia, carregado de um caráter classista, como o MSTB, passa, também, pelo entendimento de que sua luta é a materialização, o resultado, do acúmulo de experiências de lutas dos Sem Teto de décadas anteriores que, através das invasões dos espaços mais precários desta cidade, ajudaram a produzi-la,

expandido seus limites e definindo suas formas, seus antagonismos, suas lutas e resistências.

Para melhor entendimento desta condição atual de precarização social e desse processo histórico de luta pela moradia e de suas consequências para a existência dos Sem Teto e de sua identidade coletiva, farei uso do termo “experiência”, trazido para o referencial marxista pelo historiador inglês Edward Palmer Thompson. A opção pelo conceito de experiência em Thompson, implica necessariamente em realizar um debate sobre classe social. Portanto, este conceito é útil porque auxilia na compreensão da experiência dos trabalhadores “Sem Teto” investigados, enquanto experiência de uma fração da classe trabalhadora baiana e brasileira.

Com o resgate deste termo, no marxismo, Thompson visa dar conta, por um lado, da historicidade das estruturas, das relações de produção que determinam as condições de vida dos trabalhadores. No caso dos Sem Teto, a forma atual de exploração do capital sobre o trabalho subordina suas trajetórias laborais e de vida a uma experiência de precarização social, fenômeno característico do capitalismo em sua forma flexível.

Por outro lado, o termo experiência resgata o fato de que estas estruturas são vivenciadas e transmitidas como valores. A resposta a estas estruturas não pode ser demonstrada por uma relação causal imediata, pois ela é, também, o resultado de como a assimilação destas estruturas, como valores, são incorporadas e disputadas subjetivamente e coletivamente, resultando em formas de reprodução, produção ou de resistência a estas estruturas. No caso dos depoimentos dos integrantes do MSTB, dados para esta pesquisa, aparecem com frequência as experiências de lutas no campo político partidário e sindical, a identidade étnica, as experiências familiares, mas também históricas, de luta pela moradia, que antecedem a experiência destes trabalhadores enquanto Sem Teto, condicionando-as, forjando valores que, num dado contexto, se convertem, enquanto resposta a sua condição de precarização evidenciada pela negação do acesso a moradia, em uma luta coletiva.

Antes de serem Sem Teto, esses trabalhadores e essas trabalhadoras já carregam uma bagagem de valores e práticas estruturadas na forma como

experienciam as suas trajetórias familiares, políticas, laborais, étnicas, e as consequências desta experiência na forma como assimilam, enquanto filhos pobres desta cidade, a luta histórica pela moradia, convertendo-a em uma nova práxis de luta, sustentada em um movimento social organizado de caráter classista.

Assim, os Sem Emprego, enquanto Sem Teto representam uma relação de negação e afirmação das relações de exploração que reproduzem as experiências de precarização social na qual estão imersos estes trabalhadores. A compreensão dessa experiência de precarização passa pelo entendimento de como estes trabalhadores vivenciam estas relações estruturais econômicas do mundo do trabalho e as assimilam simbólica e subjetivamente, a partir das lembranças, pessoais, geracionais e ancestrais que compõem o complexo enlace dialético sobre o qual enxergamos o fio condutor dessas experiências compartilhadas.

Experiências que, em seus processos históricos de conservação e transformação de práticas e valores, tiveram, na luta pela moradia, um elo que, sob o olhar desta pesquisa, culmina, no atual contexto histórico, numa forma de identidade capaz de forjar um contexto que reúne inúmeras trajetórias pessoais individuais em um movimento social organizado, sob uma única bandeira, que sintetiza dialeticamente essas experiências e se materializa no mundo enquanto uma práxis política real, capaz de dar vida e contornos à cidade, ao se realizar sob as matizes desse movimento, com forte capacidade organizativa e reivindicativa, passando a dar nome a esses trabalhadores e trabalhadoras, inscrevendo o termo Sem Teto na história de luta e resistência do povo pobre da Cidade da Bahia.

Assim, neste capítulo, estas questões serão retomadas e respondidas à luz dos dados empíricos, tanto os indiretos, construídos a partir do banco de dados que compôs o *Atlas sobre o direito de morar em Salvador*, que visa dar conta da totalidade das ocupações existentes em Salvador organizadas por diversos movimentos de luta pela moradia na cidade, quanto os dados construídos diretamente no estudo de caso realizado com os trabalhadores Sem Emprego moradores de algumas das ocupações coordenadas apenas pelo Movimento Sem Teto da Bahia - MSTB.

4.1 – Quem são e como vivem os Sem Teto: os números dessa história

Primeiramente, na tentativa de circunscrever o perfil e as condições de vida dos Sem Teto de Salvador, iniciarei esse caminho com a análise de parte que me fora disponibilizada do banco de dados da pesquisa o *Atlas Sobre o Direito de Morar em Salvador*, coordenado pela Professora Elisabete Santos (CIAGS/EA – UFBA). A composição do Atlas se deu através da realização de uma ampla investigação sobre as condições de vida e moradia dos trabalhadores Sem Teto organizados em movimentos de luta pela moradia. Mais precisamente:

O *Atlas* descreve, em pormenor, 36 ocupações de áreas urbanas em Salvador, indicando localização, tipo, população estimada, tamanho médio das famílias, faixa etária, escolaridade do grupo, renda, atividades produtivas ou de subsistência, inserção no mercado de trabalho, perfil das lideranças e os vínculos dos ocupantes com os movimentos sociais. (Souza Júnior, 2012, p.7)

Segundo esclarecimento feito na própria descrição metodológica do *Atlas*, na composição do Banco de Dados foram aplicados 1845 questionários com cerca de 137 questões:

[...] com a identificação e caracterização dos moradores e do domicílio, a dinâmica da moradia, condições de habitabilidade, padrão de consumo, formas de deslocamento na cidade, acesso aos serviços de educação e de saúde, segurança, acesso à justiça, lazer, religião, relação com o movimento de luta pela moradia, questões relativas a gênero, raça e etnia, nas 36 ocupações. (SANTOS et al, 2012, p. 14)

No período de realização dos trabalhos de campo do Atlas, estimou-se um total de 5027 famílias, totalizando um contingente de aproximadamente 21.415 pessoas nas ocupações da cidade de Salvador⁶³. A pesquisa visou dar conta de parte da realidade vivenciada por moradores de ocupações ligadas a todos os movimentos sociais de luta pela moradia de Salvador existentes no momento da pesquisa que compôs o Atlas.

4.1.1 – Os Sem Teto são Sem Emprego:

⁶³ Para melhores detalhes a respeito da representatividade e margem de erro da pesquisa realizada para a construção do Atlas recomendo consultar a nota metodológica presente na publicação da pesquisa; O Atlas sobre o Direito de Morar em Salvador (2012, p. 14-15).

O primeiro dado responsável pela guinada desta pesquisa para se debruçar sobre as condições de vida dos Sem Teto diz respeito às suas formas de inserção no mercado de trabalho. De acordo com os dados do Atlas, a maioria (83%) destes Sem Teto em idade ativa (acima de 10 anos) são trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, estando, portanto, fora do status do emprego protegido, o que evidencia um dos primeiros indicadores da condição precária das suas formas de inserção no mundo do trabalho.

Ainda no que diz respeito às formas de inserção no mercado de trabalho e aos tipos de atividade realizadas pelos Sem Teto, Santos et al afirmam o seguinte:

[...] os moradores das ocupações estão situados nas menores faixas de renda e são desempregados, aposentados, trabalhadores dos serviços domésticos, vendedores ambulantes, biscateiros, ajudantes da construção civil, catadores de material reciclável, porteiros e vigias, pequenos comerciantes, manicures, cabeleireiros, pintores, marceneiros, eletricitas, mecânicos, garçons, cozinheiros, auxiliares de serviços gerais e do comércio, pescadores, trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias, motoristas, trabalhadores artesanais, lavadores e guardadores de carro, professores, motociclistas, fotógrafos, frentistas, agentes comunitários, jornaleiros, baianas de acarajé, técnicos em telecomunicações, vidraceiros, trabalhadores tipográficos, músicos, técnicos em eletricidade e eletrotécnica em sua grande maioria sem vínculo empregatício e acesso a direitos trabalhistas. (2012, p.29)

E complementam:

Em sua grande maioria, os Sem Teto são trabalhadores *informais*, ou seja, autônomos ou empregados sem vínculo empregatício e previdenciário, que exercem atividades em condições precárias. O percentual, pouco expressivo, dos trabalhadores com carteira assinada é de motoristas de ônibus, auxiliares de cozinha, cozinheiras (merendeiras), auxiliares de serviços gerais – funcionários públicos, industriários, porteiros e seguranças. Como afirma Mira Nascimento “dá pra contar nos dedos”, quem tem carteira assinada. (2012, p. 28)

Infelizmente a metodologia do *Atlas* não permite identificar o percentual de desempregados, no entanto não é difícil supor uma presença significativa das formas de desemprego oculto por desalento e principalmente por trabalho precário, diante das atividades realizadas por eles como forma de reproduzir suas necessidades cotidianas.

No que diz respeito aos rendimentos, 60,3% dos responsáveis pelos domicílios afirmam não ter qualquer rendimento, e mais 37,8% alcançam até 1 salário mínimo. Além disso, a renda média dos moradores das ocupações não passa

de R\$ 426,20, enquanto a renda per capita é de R\$ 99,92. As ocupações que apresentam os menores rendimentos são a Cidade de Plástico e Quilombo Paraíso, ambas do MSTB.

Em pesquisa realizada no final da década de 1970, Maria Raquel Mattoso Mattedi constata que os moradores das “invasões” em Salvador eram “os extratos mais baixos, e de menor remuneração do proletariado urbano ou os componentes do exército industrial de reserva”. E sintetiza:

São os trabalhadores assalariados dos setores mais tradicionais da economia ou os trabalhadores por conta própria, desempenhando atividades regulares ou irregulares (biscateiros), que compõe o universo ocupacional dos moradores de invasões da cidade. Em sua maioria, mesmo quando em alguns casos, inseridos nos setores mais dinâmicos da economia ou deles subsidiários, percebem uma baixa remuneração mensal, fato que os incapacita a ter acesso ao mercado capitalista imobiliário, pagando pelos custos da habitação ou aluguel. (MATTEDI, 1979, p.117)

A autora afirma ainda, a respeito das invasões surgidas nas décadas de 1940/1950, que era comum a presença de “pequenos funcionários públicos e operários”, com participação mais significativa de “biscateiros, pequenos comerciantes, trabalhadores na construção civil (pedreiros ou serventes), prestadores – assalariados ou não – de múltiplos serviços” (MATTEDI, 1979, p. 118). Por fim, Mattedi destaca que a parcela de trabalhadores totalmente desocupados era pequena e concluía que o que condicionou o surgimento das invasões de Salvador não era a ausência de trabalho, mas sim a baixa remuneração das atividades realizadas por estes trabalhadores.

Cerca de 30 anos depois o baixo valor da remuneração recebida pelos Sem Teto se constitui ainda como um dos condicionantes⁶⁴ para o ingresso desses trabalhadores nos movimentos de luta pela moradia. A grande maioria dos entrevistados no projeto do *Atlas* declara que antes de viverem na ocupação moravam em imóveis alugados (45,4%), enquanto 27,2% moravam na casa de familiares, 14,4% moravam de favor, 9,4% tinham casa própria e menos de 1% eram moradores de rua.

⁶⁴ Falamos em um dos condicionantes porque, conforme foi mostrado nos capítulos anteriores, entendo que a condição de Sem Teto resulta de um processo histórico formado por um conjunto complexo de relações estruturais de exploração nas quais estão em jogo os interesses de poder dos diversos setores que formam as redes de controle do capital, tendo destaque, neste caso, o capital imobiliário.

A necessidade de “fugir” dos alugueis aparece constantemente como justificativa para o ingresso na ocupação:

Fiquei morando de aluguel um tempo. Já fiquei morando um tempo, de favor, na casa de minha irmã também. Assim, minha irmã que me falou da ocupação, aí... falou que teria possibilidade de eu ocupar, mas que era meio dureza. Perguntou se eu queria... E eu precisava mesmo encarar por causa dele (o filho) mesmo, e foi através dela que eu descobri, que eu comecei a frequentar os encontros do movimento... Fui por isso, que eu precisava de uma habitação e não tinha condições de comprar, nem pagar aluguel. Aí... eu era sem teto mesmo. (Moradora da Gal Costa, irmã de uma liderança)

Olha, antes eu morava na casa de minha mãe, minha mãe alugou a casa e eu fui pro aluguel. Me desempreguei e aí vim pra aqui. (Morador da Mata Escura)

Eu vim morar aqui porque eu tava morando de aluguel, tinha me separado do pai das minhas filhas, né, maltratava muito. Aí eu tava trabalhando nesse fabrico de produto de limpeza, aproveitei, reservei um dinheirinho e fui embora, larguei minhas filhas com minha avó dois meses, depois que eu aluguei uma casa direitinho, aí eu peguei e voltei a morar com elas. Aí, trabalhando com vendas, né, eu vi o pessoal com facção, enxada, passando, vindo pra'qui, então eu tive a curiosidade de vir aqui, tudo era matagal, matagal fechado. Aí pronto, tá tendo invasão aqui, aí eu disse: "É invasão é? como é?" "Não minha filha, você pega o facção, enxada, o que você tiver, né, pra derrubar os matos, e o coordenador, que tá presente, vai medir", era "10x6 e aí você vai ter o seu terreno, traz um negocio pra fechar e tá morando." Aí eu vim. Vim com a cara e a coragem, pra sair do aluguel. (Moradora da CDP)

4.1.2 – Perfil:

Segundo o *Atlas*, os Sem Teto são mais mulheres (51,4%) do que homens (48,6%), acompanhando a realidade da RMS. No período da pesquisa constatou-se que a maioria tinha entre 29 e 39 anos (35,8%), seguidos dos que tem entre 10 e 19 anos (20,5%) e dos que estão com 40 a 59 anos (16,2%). Os moradores de ocupações se definiam majoritariamente como negros (53,5%) e como mestiços (38%). Destaca-se ainda o número de 42,2% que se declaram como católicos, seguidos dos 30,08% protestantes e 12% que declaram não ter nenhuma religião

Os dados sobre escolaridade são ainda mais reveladores da condição de precariedade, ao privar os Sem Teto desse bem/serviço tão fundamental que é a educação. Assim, no que diz respeito à escolaridade, 28,3% tem o primeiro ciclo

fundamental incompleto e 26,4% tem o segundo ciclo fundamental incompleto. Apenas 12,4% tem o ensino médio completo. Tanto nos dados do Atlas, quanto nas entrevistas concedidas para esta pesquisa, a necessidade de ter de trabalhar é apresentada como principal motivo para não ter continuado os estudos. Os trechos de depoimentos transcritos abaixo ilustram melhor essa afirmativa:

Larguei os estudos devido a essa dificuldade que tem de trabalhar, que atrapalhou muito os meus estudos. Muitas das vezes eu não conseguia realmente ter um aprendizado adequado, porque eu acordava muito cedo e... quatro horas da manhã, pra vender jornal e tudo, e quando chegava de tarde pra estudar não conseguia ter o mesmo desempenho. (Morador da CDP)

Eu tive de largar, na época que eu comecei mesmo com o negócio próprio, eu tive de largar no mês de novembro, de dezembro, eu tive que trancar a matrícula porque não tinha como eu estudar, porque eu tinha dificuldade de fechar a loja tarde. Já deixei de fazer muita coisa por causa do trabalho, aí as vezes eu trabalhava até a meia noite, as vezes eu dormia no trabalho, porque não dava tempo de vim pra casa. E a maioria das pessoas que tem comercio, quando chega no meado do ano, as vezes acaba dormindo no trabalho. (Moradora da Gal Costa)

Já, e deixei de estudar porque exatamente eu tinha que trabalhar e estudar e peguei um desgaste físico e o médico mandou eu escolher, ou você trabalha ou você estuda, e escolhi trabalhar porque eu tinha dois filhos pra criar. (Moradora da CDP)

E era meio difícil né, porque às vezes chegava atrasada e perdia vários assuntos, e na época que tive meus filhos ainda voltei a estudar, mas não deu pra conciliar né, trabalho, estudo e tomar conta de filho, porque eu pegava as duas e levava pro colégio né, e aí me desliguei um pouco do colégio, e foi aí também que eu me separei, me separei, aí fiquei morando de aluguel, e depois do aluguel é... é que teve aqui a ocupação daqui, aí foi que eu vim, parei de pagar aluguel, água e luz e tô aqui, vai fazer sete anos. (Outra moradora da CDP)

Com relação à sua origem, os Sem Teto são filhos dessa cidade (60,5 %), enquanto 24,5% vieram de diversos municípios da Bahia e o restante de outros estados. Entre os que não são de Salvador, 81,3% já residem na cidade há mais de 5 anos e se deslocaram pra capital baiana em busca de melhores condições de vida.

Em 1979, Mattedi já chamava a atenção para o fato de que, embora a participação dos migrantes fosse significativa nas áreas invadidas da cidade, a migração não podia ser considerada como elemento determinante para a ocorrência das invasões, já que a maioria dos trabalhadores já vivia em Salvador há um tempo

considerável, suficiente para que os mesmos conhecessem a cidade. Mais uma vez, assim como hoje, era o valor proibitivo dos alugueis e imóveis que se colocava como condição para que estes trabalhadores buscassem sua moradia através da ocupação irregular dos espaços da cidade.

No que diz respeito aos Sem Teto de hoje, como refletem Santos et al, é um equívoco pensar que esses “excluídos”, que vivem nos centros urbanos como Salvador, são constituídos por migrantes recém chegados do campo à cidade. Não se pode pensar a pobreza urbana como fruto do inchaço das cidades provocado pela intensa migração, mas sim, compreendê-la pela própria lógica de reprodução do capital que precisa produzir e reproduzir os supostos excluídos, tão necessários ao funcionamento da exploração capitalista.

4.1.3 – Condições de Moradia:

A maioria das ocupações está situada nos bairros das regiões do Subúrbio Ferroviário e do Miolo da capital baiana. Com relação ao tipo de estrutura do local da ocupação cerca de 50% estão alocadas em terrenos, 39% em prédios, 5,5% em galpões e 5,5% associam terreno e prédio.

Já no que diz respeito à estrutura das moradias nas ocupações, o Atlas revela o predomínio das construções qualificadas como mistas, com 42,4% dos imóveis com paredes externas de madeira, papelão, lona, plástico e bloco. Observa-se, ainda, os imóveis feitos unicamente de madeira (25,4%), de bloco (24%) e lona e plástico (5,1%). Santos et al (2012) argumentam que o percentual expressivo das construções de bloco resultaria da localização destes imóveis em prédios ou galpões. No entanto observo que nos 5 anos que acompanho o MSTB (desde 2009) foi visível o aumento das construções de bloco em diversas ocupações em terrenos, chamando especial atenção a Cidade de Plástico, em Periperi. O descaso do poder público e a dificuldade do Movimento para impor a este poder público a elaboração e execução de projetos de urbanização para as ocupações acaba levando os moradores a construir de bloco, por não aguentarem mais esperar uma resposta do Estado. Já que nenhum projeto se efetiva, as bases resolvem o problema da

moradia pela já conhecida via da autoconstrução, que ajudou significativamente a edificar essa cidade.

No que diz respeito ao acesso a luz, água e esgotamento sanitário, verifica-se que se dá “de forma informal e indireta, através de ligação *alternativa*”, também conhecidas na nossa capital como *gatos*, sendo que o acesso a esses serviços nas ocupações de prédios é mais difícil do que nas ocupações de galpão e terreno, nas quais é mais fácil alcançar as redes gerais de abastecimento. Os dados do Atlas apontam ainda que um total de 82% dos domicílios não tem pia, 68% não tem chuveiro e 55% não tem vaso sanitário.

Outros dados do Atlas ilustram claramente a dificuldade de acesso dos Sem Teto a certos serviços de uso coletivo. Pouco acima de 40% declaram não ter cozinha. O mesmo percentual afirma não ter coleta de lixo em suas portas. Dado, este último, que fica bem distante dos números do Brasil (88,8% afirmam possuir coleta regular) e da Bahia (78,6%), conforme indicam a síntese dos indicadores da PNAD/2012.

Observa-se, ainda, que cerca de 40% não tem sanitário e acima de 30%, além de não ter sanitário, faz uso do balão de fezes. Pouco mais de 60% não tem lavanderia. E os dados da precariedade da habitação seguem com os 82% dos domicílios sem fossa sanitária e 68% não tem esgoto canalizado. Por fim, pouco menos de 40% declarou não ter qualquer tipo de abastecimento de água, o que também contrasta com os dados do Brasil (85,4% tem abastecimento de água) e da Bahia (82,8%), de acordo com a PNAD/2012.

No que diz respeito ao acesso a serviço de iluminação, segundo Santos et al, acima de 80% dos Sem Teto tem possibilidade de consumir este serviço, mas lembrando que se trata, majoritariamente, de ligações clandestinas e precárias não sendo incomuns os casos de acidentes com as instalações, provocando incêndios e mortes de pessoas eletrocutadas.

Com relação aos serviços de saúde, cerca de 25,5% registram o não atendimento quando tentaram fazer uso do serviço público de saúde. Vale destacar, neste caso, a recusa de diversos postos de saúde atender os Sem Teto devido a falta de documento comprobatório de local de residência.

Por volta de 40% dos moradores afirmam que estão sujeitos a algum risco constante como incêndios, alagamentos e deslizamentos. Ainda no que diz respeito aos riscos corridos pelos moradores das ocupações vale acentuar que os mesmos:

[...] lamentam a convivência diária com a violência que atinge, sobretudo jovens, mulheres e negros, violência relacionada e decorrente, contraditoriamente, da ausência, mas também da presença do Estado, manifestas na cotidiana falta de segurança e na violência policial, na ameaça que emana das decisões judiciais que impõem a desocupação do terreno ou do imóvel. A violência se faz presente, ainda, no ambiente familiar e na convivência de mulheres e crianças com o tráfico de drogas, o que as coloca em situações de extrema exposição – estando a proteção estatal distante das suas vidas. (SANTOS et al, 2012, p.22)

Assim, pode-se observar de que maneira a negação do consumo da casa, enquanto bem, que implica em uma tipo de acesso informal à moradia, implica, também, na negação ou no acesso informal e/ou precário a alguns dos serviços mais básicos para a reprodução destes trabalhadores.

4.1.4 – Acesso a bens de consumo:

No que diz respeito ao acesso a bens de consumo, um passeio rápido por qualquer ocupação revela que grande parte dos moradores tem aparelho celular e quase todas as casas tem TV e cada vez mais as antenas de TV à cabo se tornam mais comuns, embora ainda escassas. Conforme o Atlas, o fogão (83%) e a televisão (77%) são os bens mais encontrados nos “barracos” dos Sem Teto, mas também não é incomum encontrar celular (67%), geladeira (57%) e rádio (58%).

Santos et al (2012) relatam uma situação comum nas ocupações, qual seja, a ocorrência de barracos que não tem sequer um vaso sanitário, mas tem televisão e seus moradores possuem aparelhos celular de última geração. No cotidiano das ocupações pude escutar diversas declarações de moradores que afirmavam que a saída da condição de ter de pagar aluguel contribuía para facilitar o acesso a outros bens, que embora não se definam como de necessidade básica, se constituem, diante da pressão do mercado, como indispensáveis à sobrevivência social dos indivíduos. O fato de não pagar mais luz, água e o aluguel, de certa forma, “libera” o

dinheiro de certas obrigações cotidianas, direcionando-o para a obtenção dos assim chamados “bens supérfluos”.

Neste ponto, pensar os Sem Teto como consumidores de bens, como eletrodomésticos e eletroeletrônicos de todos os tipos, como rádios ou celulares cheios de recursos, remete a uma reflexão proposta por Vera Telles ao apresentar o livro de Claudia Sciré (2012), qual seja, a ***transformação da pobreza em mercado***. Assim Vera Telles expõe sua reflexão:

[...] os “pobres” (as aspas aqui para sugerir que também não se sabe ao certo do que se trata) parecem ter se constituído em mercado, quer dizer: tornaram-se eles próprios negócio e mercado tão expansivo quanto disputado pelas grandes redes do comércio varejista, também dos empreendimentos imobiliários, tudo isso turbinado pelas redes do sistema financeiro, colocando as assim chamadas classes C e D no foco da mira da oferta de mecanismos, também eles expansivos, do crédito fácil (mas não tão barato) pelas vias dos cartões de banco e das agências financeiras intermediando a compra de eletrodomésticos, celulares e outros tantos artefatos eletrônicos [...] (TELLES in SCIRÉ, 2012, p. 16)

Assim, o Sem Teto, enquanto pobre, passa a ser alvo desse processo de expansão do mercado, em especial do mercado financeiro. É preciso destacar que apenas dois dos entrevistados dessa pesquisa afirmaram ter cartão de crédito e apenas um faz uso do cartão para comprar os atuais bens (móveis e eletroeletrônicos) que tem em casa. No outro caso, o cartão é utilizado apenas para fazer as compras dos mantimentos do mês. A maioria dos entrevistados, possuidores de TV, geladeira, celular, afirmam que juntam o dinheiro para comprar a vista, fazendo uso, principalmente, do dinheiro recebido em rescisões dos inúmeros empregos deixados pra trás. No entanto, a maioria desses entrevistados afirma não poder comprar a prazo e não ter cartão de crédito por ter o “nome sujo” no mercado, por conta do acúmulo de dívidas anteriores.

Um olhar mais cuidadoso sobre o Programa Minha Casa Minha Vida também revela essa perspectiva. A obtenção da casa por parte dos integrantes de movimentos sociais como o MSTB se dá, também, mediante financiamento com a Caixa Econômica Federal. É certo que se dá com valores abaixo do mercado, com mensalidades que chegam ao mínimo de até 25 a 50 reais mensais, mas que no caso de alguns orçamentos familiares se torna extremamente oneroso, quando se pensa rendas mensais incertas que podem chegar a apenas 50 ou 100 reais para

um domicílio. No fim, o sistema de financiamento da desejada casa própria beneficia o mercado imobiliário e o sistema financeiro e insere o Sem Teto na condição de consumidor, através do endividamento.

Um outro aspecto observado entre alguns dos entrevistados que agora já moram em conjuntos habitacionais⁶⁵ do PMCMV é que a obtenção da casa nova demanda o desejo de obtenção de novos bens (móveis e eletrodomésticos), para fazer jus à nova condição de moradia.

Numa visita que fiz a um desses conjuntos habitacionais pude verificar uma situação na qual uma das lideranças do movimento que acabara de receber seu apartamento pelo PMCMV havia remobiliado sua casa completamente, embora no seu barraco, na ocupação em que morava, já tivesse TV, aparelho de som, geladeira e alguns móveis já bastante desgastados. Numa outra situação uma entrevistada afirmava que seu maior sonho, depois de conseguir adquirir sua casa, pelo PMCMV, era terminar de arrumar a casa toda, mobiliando e reformando para colocar no “seu jeito”:

Carro eu não faço questão, moto eu não faço questão. O que eu queria ter hoje mesmo, meu sonho era arrumar minha casa toda, tirar esse piso, mudar o quarto do meu menino que ainda não comprei o guarda roupa dele, arrumar minha cozinha, deixar a casa do meu jeito. (Ex-moradora da ocupação da Gal Costa, atualmente mora em um Conjunto Habitacional do PMCMV)

Percebendo esta demanda, o Governo Federal lançou, como complemento ao PMCMV, o Cartão Minha Casa Melhor, que “facilita” o financiamento de mobiliários e eletroeletrônicos por parte dos credores do Minha Casa Minha Vida⁶⁶. Desta forma, a nova onda do capital financeiro globalizado não reconhece fronteiras para seus avanços em busca de rendimentos e lucros e passa a avançar sobre os mínimos ganhos dos mais pobres.

A partir da vivência que tive nas ocupações, nos barracos que conheci, nos quais os banheiros não tinham sequer um vaso sanitário, ou sequer havia banheiros,

⁶⁵ Nos últimos anos foram inaugurados alguns conjuntos habitacionais que incorporaram integrantes do MSTB. Seis dos entrevistados nessa pesquisa ingressaram em um desses conjuntos e tive a oportunidade de apreender um pouco desta transição.

⁶⁶ Infelizmente a pesquisa de campo já havia se encerrado quando este novo programa de inserção dos Sem Teto no mundo do consumo, através do endividamento, foi anunciado e propagandeado pelo Governo Federal.

de fato, era também incomum encontrar móveis e eletroeletrônicos, ficando estes últimos, mais visíveis naquelas moradias que já apresentavam uma estrutura um pouco mais arrumada e que refletiam uma condição financeira um pouco menos precária, dentro de toda precariedade.

O consumo individual de cada Sem Teto, o anseio de ter acesso e fazer uso dos diversos bens lançados e renovados, a todo momento, no mercado – bens estes, que não são essenciais para a reprodução material destes sujeitos, mas que ganham cada vez mais relevância nos seus anseios e desejos - reflete o grau de fetichização do mercado, destes bens, mercadorias, frutos da exploração do trabalho, cujo consumo desenfreado, serve ao processo de reprodução do capital⁶⁷.

4.1.5 – Lazer:

Por fim, com relação às formas de lazer, os dados do *Atlas*, revelam que a praia é o espaço e atividade de lazer mais utilizada pelos moradores das ocupações. No entanto, embora de difícil tabulação, um mergulho mais atento no banco de dados revela também que escutar música, visitar parentes, o futebol, o bar, o jogo de dominó, baralho, sinuca também se destacam como formas de lazer entre os Sem Teto.

A gente toma uma joga um dominó, vai pra praia (Risos).

... quando consegue é uma cerveja, um dominó, um bate papo e uma praia e aí vai, um churrasquinho, é o que pobre geralmente pode fazer, não pode fazer muita coisa né? A gente gostaria de fazer mais mas a condição financeira não nos permite.

Jogar, tomar cerveja e ir pra praia (Risos), jogo sinuca, dominó, baralho.

Lazer? Tenho realizado pouco, muito pouco. Porque também, a gente vem numa situação, assim, ainda difícil, por débitos, né, então, pagando ainda as dívidas, a gente tá sempre, não tá tendo reserva e hoje pra se fazer um lazer, fazer uma coisa, de uma certa forma tem que ter um dinheirinho pra sair, né.

Pobre só tem dois lazer; ou porta de bar ou terreiro de candomblé. E atualmente nem no bar eu não tô indo porque eu não tenho dinheiro.

(Fragmentos de diversos depoimentos dos Sem Teto entrevistados)

⁶⁷ Voltaremos a esta discussão, mais a frente, quando analisaremos o processo de valorização de seus trabalhos precários, por parte dos Sem Teto, justamente porque este trabalho lhes possibilita adquirir estes bens.

Importante frisar que cerca de 70% dos Sem teto não reconhecem nas ocupações ou no entorno a existência de locais para o lazer. Observa-se ainda que 40,4% nunca foram ao cinema enquanto 64,8% nunca foram ao teatro. A dificuldade e total ausência de acesso dos Sem Teto a espaços de lazer como Cinema, Teatro e Museus também se confirma nas entrevistas concedidas para esta pesquisa. A fala de uma das entrevistadas resume um tanto do sentimento e experiência dos Sem Teto a esse respeito:

Houve uma época que eu ia pra tudo que é lugar, era teatro, circo, cinema, tudo isso. E gostava muito, mais a grana não dá pra se fazer. Se eu tivesse dinheiro, faria tudo isso, invés de tá tomando cerveja e jogando dominó em casa, pode ter certeza. Tem uns dez anos que eu não sei nem o que é vitrine de shopping. (Moradora da CDP)

Muitas das vezes a rotina do trabalhador da periferia se resume, semanalmente ao trabalho cotidiano e ao tempo perdido no transporte público pra conseguir se deslocar.

Levanto cedo, tem o meu horário de pegar o carro, eu me baseio... tem que saber a hora que eu pego o carro aqui pra chegar lá a tempo. Assim, com menos engarrafamento, quando eu vou daqui pra Graça, saio daqui umas cinco e meia chego lá seis e vinte, seis e meia, vinte pras sete. Depois saio quatro e meia da tarde, lá do trabalho, e chego aqui nove dez horas por causa do engarrafamento.

Lembro de questioná-la se levava, realmente, de 5 a 6 horas no deslocamento para casa, após o trabalho, duvidando da situação descrita. A resposta foi taxativa: “É! O processo da gente, daqui de Salvador, é esse. A gente corre contra o tempo pra não pegar engarrafamento. A casa é só pra dormir mesmo e no fim de semana!”

A casa, da qual a entrevistada fala, é o barraco de plástico e madeira na ocupação em que ela vive. Dentre os diversos bens de consumo e serviços não acessados ou parcialmente acessados pelos Sem Teto, a impossibilidade do exercício pleno da moradia e, conseqüentemente, a negação de todos os outros aspectos determinantes, também, para o verdadeiro acesso ao pleno direito à cidade é que acabam definindo a vida cotidiana destes sujeitos, ao ponto de lhes conferir uma identidade, enquanto Sem Teto. De todos os bens citados na pesquisa,

um em especial, lhes é evidentemente negado, o teto, a casa. É exatamente o não consumo da casa que lhes faz Sem Teto.

Mas, mais do que isso, a sua condição de inserção precária no mundo do trabalho, que se constitui como fator determinante para a negação de seu acesso à moradia, à casa, condiciona também, dentro de um determinado contexto histórico, formas de organização para a luta, que conferem a estes trabalhadores Sem Emprego, certa unidade. E é esta luta, pela casa e, conseqüentemente, pelo acesso à cidade, dentro de um movimento social organizado, que confere a estes trabalhadores, que se encontram numa condição de maior exposição e fragilidade neste processo de precarização social do trabalho e da vida, uma identidade coletiva, com um caráter classista.

4.2 – Histórico do MSTB:

A longa narrativa construída no capítulo anterior, evidenciou o processo histórico em que sucessivas gerações de trabalhadores e trabalhadoras de Salvador, diante de sua situação de pobreza, fizeram uso da ação coletiva espontânea da invasão de áreas da cidade, como forma de garantir um lugar para morar. Em grande medida, os trabalhadores Sem Emprego e Sem Teto de hoje, que nos últimos anos passam a engendrar sua luta pela moradia, mediante a atuação em movimentos sociais organizados, são, material e simbolicamente, a continuidade histórica das experiências de inúmeras gerações de trabalhadores e trabalhadoras de Salvador que, num passado recente, através da sua luta cotidiana para realizar sua necessidade básica de morar, contribuíram significativa e decisivamente para a produção e reprodução material e simbólica desta cidade, ao ocupar suas cumeeiras, vales, encostas e estender seus limites e fronteiras através da invasão ou ocupação irregular dos seus espaços, muitos deles mais longínquos e mais precários.

O entendimento deste processo histórico, somado ao contexto sócio político do final da década de 1990 ajuda a esclarecer as condições sócio-estruturais e, também, subjetivas, que condicionaram, neste início de século XXI, o surgimento de

movimentos sociais organizados de luta pela moradia, na capital baiana, dentre eles, o Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB).

Da mesma forma como ocorreu em outros centros urbanos do país e, também, nos movimentos de luta pela terra, no campo, a luta coletiva pela moradia manteve, por vezes, uma relação estreita com as diversas formas de organização de partidos políticos (Partido Comunista Brasileiro, Partido Comunista do Brasil, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, etc.), com grupos representantes das tendências de esquerda da Igreja Católica e, também, com intelectuais e estudantes (SANTOS et al, 2012). Reconstituir historicamente a formação desses movimentos especificamente urbanos passa também pelo entendimento de que muitas de suas lideranças iniciam sua experiência política nos processos de luta contra a ditadura.

Com isso, gostaria de destacar que, para além da luta imediata pela moradia, é possível encontrar, entre esses movimentos urbanos, a luta pela realização ao direito pleno à cidade e a compreensão de que a obtenção da moradia com a plenitude de direitos jamais se dará de forma justa e completa na sociedade capitalista. Assim, além de se constituir como uma luta pela obtenção de uma propriedade, a casa, o movimento de luta pela moradia também pode se constituir enquanto uma luta pela transformação dessa propriedade, adquirindo, desta forma, as características e condições de uma luta de classes. Esta compreensão, da necessidade de superação da sociedade capitalista advém, de certa forma, dessa relação histórica com as organizações de esquerda das quais falamos acima.

Um outro ponto importante a ser destacado é que, historicamente, a luta pela moradia nos grandes centros urbanos do país, como Salvador, é, antes de tudo, uma luta de trabalhadores. Trabalhadores pobres, em sua maioria, trabalhadores informais, desempregados, imersos nas mais diversas formas históricas de inserção precária no mundo do trabalho. Essa forma de inserção precária, que é histórica, condicionou e condiciona, ainda hoje, também as formas de inserção e ocupação do espaço urbano e, assim, interfere, determinando diretamente, na forma como estes trabalhadores consumiram e consomem o bem essencial da moradia, a partir da negação do acesso (CONSUMO) a este bem pelas vias “formais”.

Além de compartilhar a experiência da ação prática de invadir, no passado, e ocupar, no presente, estes trabalhadores e trabalhadoras compartilharam e

compartilham a experiência de ocupar os espaços do mercado de trabalho também de forma precária. Assim, foram e são Sem Teto e Sem Emprego. Mas antes de problematizar mais a fundo esta questão e, até mesmo, para termos mais elementos para melhor compreendê-la, é preciso entender um pouco mais a respeito da história recente destes movimentos, mais precisamente do MSTB, que dentre todos os atuais movimentos de luta pela moradia na cidade de Salvador carrega a luta pela transformação estrutural da sociedade capitalista como uma de suas principais bandeiras.

4.2.1 - As origens dos movimentos de luta pela moradia.

Embora admita que a luta pelo espaço no território de Salvador remonte o processo histórico de formação da cidade, é preciso entender que é na história mais recente que esta luta se configura, a partir da prática de movimentos sociais urbanos, de forma mais organizada. Desta forma, a luta mais recente pela moradia em Salvador remonta o surgimento e consolidação das primeiras associações de moradores na década de 1980. Ainda no Regime Militar estas associações se constituíram como formas de entrenchamento contra a ditadura, se constituindo como espaço de atuação de partidos de esquerda e entidades religiosas que se constituíram enquanto formas de resistência mais radical ao regime (SANTOS et al, 2012)⁶⁸.

Em 1979, com forte radicalidade na luta contra o regime militar, surge a FABS – Federação das Associações de Bairro de Salvador - que chegou a ter 200 organizações filiadas (SANTOS et al, 2012). Com o tempo, a forma duvidosa como

⁶⁸ No imprescindível *Cala a boca Calabar*, é possível encontrar uma das mais ricas reflexões a respeito do surgimento e funcionamento dessas associações de bairro em Salvador. Nesta narrativa, além de garantir a permanência da memória de surgimento e consolidação do JUC, grupo de jovens do Calabar que posteriormente se consolidaria como a associação dos moradores do bairro, Fernando Conceição registra, de forma jornalística, a memória da resistência e luta dos moradores do Calabar, no início dos anos 1980. Junto com a história do Calabar, Fernando Conceição realiza uma interessante descrição a respeito do funcionamento das “guerrilhas” políticas que marcaram as formações das associações de moradores de bairros de Salvador, com as disputas eleitorais da FABS – Federação das Associações de Bairros de Salvador, que fora criada em 1979. A descrição de Conceição mostra como a disputa pela entidade travava uma luta entre representantes de vários setores da sociedade, como os movimentos estudantis, Movimento de Luta Contra a Carestia, partidos como PMDB e o PT (que acabara de surgir) e até mesmo a penetração, na entidade, de grupos infiltrados que representavam os interesses do próprio regime militar e da prefeitura de Salvador (CONCEIÇÃO, 1984).

passou a conduzir a relação com o poder público, devido a ligação de algumas de suas lideranças com a prefeitura, bem como pela estrutura vertical de sua organização política, que facilitava os desmandos dos grupos que lideravam a Federação, foram corroendo seu poder de representação junto aos grupos de bairros com tendência mais a esquerda. Assim, surge, em 1983, com representantes sobretudo dos bairros do Calabar e Alagados, o MDF – Movimento de Defesa dos Favelados, que passa a disputar a base social da FABS, com bastante êxito, nos primeiros quatro anos de sua fundação (SANTOS et al, 2012; CONCEIÇÃO, 1984). Ainda na década de 1980 o MDF entra em profunda crise com a saída do Calabar (1988) de sua organização, mas somente em 1997 o MDF agrava sua crise encerrando suas ações. A FABS existe até hoje, mas sem a mesma expressão e capacidade de mobilização da década de 1980.

4.2.2 - Contexto histórico

A década de 2000 marca um período de surgimento, em todo o Brasil, de movimentos de luta pela moradia que, pela primeira vez, passam a estampar no nome e, conseqüentemente, em suas “plataformas de reivindicações” a admissão da condição de ser Sem Teto. No quadro mais geral do país, a classe trabalhadora enfrenta as conseqüências do processo de “desertificação neoliberal” implementado nas décadas anteriores, no entanto, a vitória de Luís Inácio Lula da Silva, liderança histórica da luta sindical e popular, no Brasil, à presidência da República inaugura um período de grandes manifestações sociais. Ganham destaque as inúmeras ocupações de terra, tanto no campo, como nos centros urbanos. Assim, Falcão, citando Cloux, descreve o período:

Aproveitando-se da conjuntura de ascensão ao poder do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, eleito em um amplo processo de mobilização social, as organizações populares, confiantes que o novo governo atenderia as históricas reivindicações dos setores mais empobrecidos da sociedade brasileira, promoveram uma série de ações para reivindicar uma sólida política de moradia e denunciar a existência de vazios urbanos, através de maciças ocupações, sejam em prédios ou em terrenos, públicos e privados, em muitas cidades brasileiras. O próprio Governo Federal acenou com a maior importância para as questões urbanas ao criar o Ministério das Cidades, quando da assunção do poder. Acreditava-se em uma diminuição da repressão policial, pelo esperado apoio da esfera federal às reivindicações populares. (FALCÃO, 2013, p. 81-82)

Na Bahia, assim como no resto do país, os trabalhadores sentem o impacto do processo de reestruturação do mercado de trabalho, mas com o agravante de que a capital baiana, como já observado no capítulo anterior, batia sucessivos recordes na taxa de desemprego entre todas as capitais do país, chegando aos alarmantes 30% em junho de 2003.

No entanto, neste mesmo período, o grupo político liderado pelo então Senador da República, Antônio Carlos Magalhães, o ACM, que mantivera, por décadas, a hegemonia no controle político do estado, começara a mostrar fragilidade, desencadeada pela deflagração do envolvimento do Senador em um caso de fraude do painel do Senado, que o levou à renúncia mais tarde. Nesta ocasião uma grande manifestação estudantil exigindo a cassação do mandato do Senador foi duramente reprimida pela Polícia Militar do estado da Bahia, como se sabe, com ordens diretas do próprio ACM. A repressão aos estudantes culminou com a trágica invasão das dependências da Universidade Federal da Bahia pela PM baiana, com estudantes e professores sendo agredidos pela truculência típica demonstrada desde sempre pelo regime carlista.

Outro evento muito citado remonta os movimentos contra o aumento de transporte coletivo urbano descrito por Fernando Conceição (1984), ocorridos no início da década de 1980. Assim, em 2003, reeditando antigas lutas dos estudantes de Salvador, um movimento encabeçado majoritariamente por secundaristas, conhecido nacionalmente como Revolta do Buzu, para a capital baiana, impedindo o funcionamento do trânsito, em protesto contra o aumento das passagens de ônibus (SANTOS et al, 2012; FALCÃO, 2013).

Estão dadas, desta forma, junto com todo o acúmulo histórico do déficit de condições minimamente democráticas de acesso à cidade pelos mais pobres, as condições imediatas para o “nascimento” do MSTB, sintetizada assim por Falcão:

Neste quadro de amplo desemprego e da falta de alternativas que apontassem para o avanço na resolução do problema da moradia, havendo muita insatisfação e energia social, como demonstrado posteriormente pela “Revolta do Buzu”, somadas às fissuras na mão-de-ferro do poder local e estadual e suposta “cobertura” pelo novo governo “de esquerda” em nível federal, é que surgem, em julho de 2003, as condições sociais e políticas para a organização do então Movimento Sem-Teto de Salvador. (FALCÃO, 2013, p. 82-83)

4.2.3 - A formação do MSTS⁶⁹:

Neste contexto, no final do mês de junho de 2003, um evento político, com consequências irreversíveis, desencadeia um processo que daria origem imediata a uma forma de organização popular que mudaria a maneira de lutar pela moradia em Salvador. Assim, no dia 28 de junho de 2003 um conjunto de famílias, lideradas majoritariamente por mulheres, motivadas fundamentalmente pela necessidade da moradia, ocupam um terreno particular localizado no km 12 da Avenida Aliomar Baleeiro, mais conhecida como Estrada Velha do Aeroporto – EVA, que interliga a BR 324, Av. Paralela e o Aeroporto, no limite norte da cidade.

De acordo com Falcão, em princípio, esta ocupação em nada se diferenciava dos “modelos comuns” de ocupação ocorridos em Salvador, nas décadas anteriores: “ocupação em terreno público ou privado, resistência contra as ações de remoção por parte do suposto proprietário e, percebendo-se certa “liberação” do local, início do processo de autoconstrução das habitações” (2013, p. 83). Num curtíssimo espaço de tempo já haviam mais de 700 famílias no local. Uma das entrevistadas nesta pesquisa, que viveu esse processo inicial de formação do MSTB, revivencia assim a memória desta experiência:

Foi lá, em frente ao quilometro 12... Tem o terreno da Embasa, a gente ocupou primeiro aquele terreno da embasa, ocupou duas vezes. Uma, por sinal, a polícia botou fogo pra tirar todo mundo de dentro. Depois que a gente foi pro quilometro 12. Depois a gente ficou se reunindo naquele espaço da Embasa pra fazer as primeiras reuniões ali, minto, a primeira foi lá em cima, num terreno mais a frente, depois a gente ficou se reunindo ali. A polícia tirou, aí ficou se reunindo ali, todo domingo, era domingo, eu não vou mentir, domingo e quarta, era quarta e domingo a gente fazia a reunião ali, de manhã. Todo domingo e toda quarta. Duas vezes na semana. Quando foi no dia 21 de Agosto, meu aniversário caiu na segunda, no domingo, a gente invadiu o prédio, invadiu o quilometro 12 de manhã, de noite fomos pro comércio invadir o prédio do comércio, na praça da Inglaterra, e aí, de lá pra cá, não larguei mais, até então né.

Conforme a lembrança citada acima, houve uma dura repressão contra os

⁶⁹ Usaremos, neste item, basicamente as descrições feitas por Irui Falcão em sua Dissertação de Mestrado, que realiza atividade de militância e assessoria deste a origem do movimento em 2003, e atualmente é identificado pelo próprio MSTB como advogado do movimento, juntamente com os levantamentos de relatos levantados pelo Atlas Sobre o Direito de Morar em Salvador e pelas entrevistas realizadas por este pesquisador na realização deste estudo.

ocupantes, com a participação da Superintendência de Controle e Uso do Solo – SUCOM, órgão da Prefeitura Municipal, juntamente com o apoio ostensivo da Polícia Militar. O poder público justificou a dura ação argumentando que o terreno era de Área de Proteção Ambiental – APA. Assim, as famílias foram removidas, mas, dias depois, houve nova ocupação, seguida de nova repressão por parte do Estado. Com forte aparato ostensivo, a polícia “inicia a retirada das famílias às quatro horas da manhã, sob forte chuva, sem qualquer ordem judicial respaldando a intervenção. O terreno é cercado com arame farpado e passa a ser constantemente vigiado” (FALCÃO, 2013, p. 83).

Ainda, segundo Falcão, desde 2003, mesmo após a expulsão, o grupo se mantém mobilizado, à beira da Estrada Velha, e entre os diversos atos realizados, após uma assembleia, acordam a fundação de uma organização social para garantir uma maior organicidade e estruturação da luta dessas famílias. Esta nova forma de organização visava fugir do formato “tradicional” das organizações de bairro já existentes em Salvador. O objetivo era criar uma forma de organização e ação mais próxima àquelas encontradas nos movimentos de luta pela terra, no campo. Assim, segundo Falcão:

Decidiu-se fugir dos modelos tradicionais de associação de moradores, criando-se o Movimento Sem-Teto de Salvador – MSTs, em 20 de julho de 2003, até então, circunscrito àquele grupo de removidos do terreno. O que, inicialmente, era mais uma ocupação popular, reproduzindo a histórica apropriação do espaço urbano da cidade de Salvador, transformou-se, além disto, em um movimento social mais complexo. Parte do contexto para tal transformação foi apontado acima. Entretanto, há que se ressaltar o forte apelo social que os métodos de organização dos movimentos do campo traziam na sociedade, com impacto no imaginário dos grupos urbanos e, no mesmo sentido, a existência de militantes com experiência na luta urbana, e a presença de ex-integrantes dos próprios movimentos camponeses, entre aqueles que somaram forças à ocupação original. Esta junção de fatores possibilitou a formação de um movimento urbano de tipo novo em Salvador.

As primeiras ações do MSTs serão, portanto, o enfrentamento com a Prefeitura em relação à ocupação do Quilômetro 12 da Estrada Velha. Mantendo assembleias periódicas, o recém-formado MSTs realiza, no dia 20 de agosto de 2003, uma caminhada de mais de 30 quilômetros, com mais de 700 pessoas, do bairro de Massaranduba até a Prefeitura. Neste dia, o movimento entregou ao Secretário Municipal de habitação uma pauta contendo um conjunto de reivindicações, como a retirada da cerca do terreno ocupado no Km 12, saída dos

funcionários da SUCOM e da PM do local, distribuição de cestas básicas e materiais de construção e a construção de 119 mil casas populares (SANTOS et al, 2012). Esta caminhada teve forte impacto em diversos meios de comunicação e colocou o MSTS definitivamente no cenário político baiano, chamando atenção de outros grupos que lutavam por moradia, que passaram a engrossar a base do movimento.

Conforme aponta Falcão, dando continuidade às ações, o movimento realiza sua primeira ocupação, também no Km 12 da EVA, em área próxima a ocupada pelas famílias anteriormente. A partir daí foram diversas novas ocupações realizadas. Além da incorporação de outras já existentes sob a “bandeira” do MSTS. No fim do seu primeiro ano de existência o Movimento já contava com 14 ocupações, sendo 08 em prédios e 06 em terrenos, sendo que, duas dessas já estavam localizadas no interior do Estado (FALCÃO, 2013). Desse o início de sua luta o movimento já conta com a parceria de grupos ligados às Universidades (a exemplo do Serviço de Apoio Jurídico – SAJU da faculdade de Direito da UFBA) e instituições ligadas à Igreja (Centro de Estudos e Ação Social – CEAS; Comissão Justiça e Paz – CJP) que caminhariam ao lado do movimento nos anos seguintes.

Um elemento constantemente destacado pelas lideranças do MSTB, que o diferencia dos outros movimentos, anteriores (FABS, MDF) e atuais, é a sua forma de organização, desde as origens, baseada na horizontalidade e na decisão coletiva dos rumos e princípios que devem guiar as ações do Movimento. É claro que, na prática, a realização desta horizontalidade e coletividade também se torna objeto de disputa, afinal, como aponta Pedro Cardoso, uma das lideranças do MSTB, qualquer movimento social, que vise combater os valores e práticas de uma sociedade capitalista, “terá de se bater com estes valores, com estas contradições, dentro de suas próprias formas de organização”. Assim, mesmo carregando um princípio de horizontalidade e democratização de ações e decisões, esse processo, é visto, pelas lideranças do MSTB, como algo em disputa, como um processo. O princípio tem que permanecer, para que não se perca do processo de construção, pra que exista algo para ser disputado.

4.2.4 - Estadualização:

No período que vai até 2005, ano do primeiro Congresso do Movimento e que marca a estadualização do mesmo, com a mudança definitiva do nome para MSTB, alguns eventos importantes ganham destaques. Dentre eles é possível citar a ocupação do antigo Clube Português, localizado na Orla Atlântica, no bairro da Pituba. A ação ousada do movimento ganha muita visibilidade, por se tratar de um bairro de classe média, fazendo com que as ocupações não se mantivessem apenas na periferia da cidade.

Outro ponto destacado por Falcão (2013) é o processo de maior estruturação do movimento com a criação de alguns símbolos e definição de ações e princípios. Neste período ganha destaque o lema “**Organizar, ocupar e resistir**” que passa a ser estampado na Bandeira do Movimento, outro elemento importante na mística de grande parte dos movimentos sociais. Como princípios norteadores destacam-se “a ‘autonomia’ frente ao Estado, partidos e outros movimentos sociais, a ‘horizontalidade’ no processo de tomada de decisões e a ‘solidariedade’ entre os militantes do Movimento e com outros grupos sociais” (Falcão, 2013, p.85).

O Congresso de 2005 consolida cada vez mais o princípio da horizontalidade ao criar a estrutura com coordenações estaduais, municipais e locais, além de estabelecer e fortalecer as organizações nas ocupações nas formas de assembleias e brigadas. Por fim, como já foi colocado, fica mudado o nome de MSTB para, MSTB, Movimento Sem Teto da Bahia.

4.2.5 - A divisão interna:

Outro ponto fundamental a ser entendido na trajetória do MSTB diz respeito a divisão ocorrida no movimento, fundamentalmente após a conhecida ocupação da CONDER, em 2007, que acabou evidenciando duas tendências bastante distintas, criando dois blocos hegemônicos no Movimento. Na verdade, como qualquer movimento social que se torna grande, é normal que aconteçam divergências e oposições internas, mas quando estas divergências alcançam princípios que fundamentam as visões de mundo, podendo atingir diretamente ações e intervenções práticas do movimento, a fragmentação parece inevitável.

A penetração do Partido dos Trabalhadores (e também de outros partidos) como o PC do B) entre lideranças do movimento sempre fora evidente e aceita, desde que não interferisse na autonomia de suas ações. A situação ganha destaque com a vitória do PT no estado, com a eleição de Jacques Wagner para governador da Bahia e a reeleição de Lula na presidência. A subida do PT ao poder passa, de certa forma, a influenciar diversos grupos do movimento passando a interferir nas formas de luta. Surgem, então, divergências quanto às estratégias de ação e de luta, com claras consequências no que diz respeito à relação com o Estado. Desta forma, segundo coloca Luiz Cesar Miranda, formam-se dois grupos políticos bem distintos:

O primeiro com uma concepção de autonomia do Movimento, de construção de poder popular, de mobilização, de conscientização da base, de projeto estratégico para a sociedade. O segundo, como veremos mais adiante, propõe um movimento nos limites da reivindicação economicista e imediatista, sem projeto estratégico, atendendo aos interesses do Estado, embora no discurso não explicita isso, muitas vezes dizendo o contrário. (MIRANDA, 2008, p. 103)

A chegada do PT ao governo do estado selou, portanto, um racha no movimento, já que, os grupos ligados a este partido, decididos a apoiar o Governo, passaram a não incentivar e promover ocupações, partindo para a estratégia de negociar com o Estado. Do outro lado, o outro grupo, que a essa altura já tinha diversos de seus integrantes filiados ao PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), partido de oposição ao Governo, defendia a horizontalidade e autonomia plena do movimento, além de manter uma postura crítica diante do Governo e do Estado, evidenciando sua postura classista, manteve a ação das ocupações como forma de luta fundamental.

Falcão (2013) salienta que essa ruptura nunca ocorreu de forma bem demarcada. Os dois blocos foram se afastando e realizando atividades distintas sem haver um momento exato de ruptura. No entanto, no que diz respeito às relações com outros movimentos sociais, com o Estado e com as ocupações de sem teto, o grupo que defende a horizontalidade e autonomia e combatividade com relação ao Estado manteve a denominação de MSTB, enquanto o outro, atrelado ao PT e ao Estado passou a retomar o antigo nome do MST. Quanto a isso Miranda ainda acrescenta:

Assim, na cisão cristalizada no MSTB/MSTB entre dois campos, categorizo a formação de dois movimentos dos sem teto, apesar do mesmo nome, mas

com direções bem diferentes, eleitas em fóruns diferentes, com organizações e mobilizações diferentes e com concepções e práticas diferentes; um campo adaptado à hegemonia social, política e cultural hoje existente, se pautando por reivindicações economicistas, imediatista, com ações meramente táticas, desconectado com a totalidade da sociedade, sem visão crítica do mundo do capital, desprezando qualquer elaboração teórica, atrelado ao Estado e sem um projeto classista para a sociedade; de outro lado, um campo contra-hegemônico, com **discurso e prática** de crítica à ordem, com concepção classista, independente do Estado, compreendendo que a luta não é só pela casa e sim por mudanças estruturais na sociedade que subvertam a ordem perversa da exploração e precariedade da forma de habitar. (MIRANDA, 2008, p. 145)

E Iuri Falcão, advogado, militante e estudioso do movimento, em entrevista concedida em 2010⁷⁰, acrescenta:

Formou-se dois movimentos que mantiveram durante um certo momento o mesmo nome... mas um tem um perfil muito mais de atuação institucional, faz ocupações que se limitam ao próprio governo, não oferecendo qualquer tipo de contestação a gestão do próprio governo como um todo e um outro que se manteve mais crítico, se manteve mais na luta, manteve focado no trabalho de base, se manteve mais focado na organização popular. E foi esse que a gente se aproximou. Uma parte foi pra debaixo da asa do Governo pra ver se sobrava uma migalhinha e o outro ficou praticamente solto na sociedade, porque foi um momento de muita desmobilização. Muitos movimentos, muitos sindicatos se engessaram também, pra ser base do Governo. Enquanto o MSTB encontrou, pode-se assim dizer, uma acolhida em entidades da sociedade civil como a CJP, o CEAS, que, mesmo com todas as suas limitações, acreditam que é a organização do trabalhador, a organização pela base, a organização a partir dos conflitos de classe, e não vai ser com nenhuma negociação ou feitura de acordos políticos com o Estado que vai se transformar a realidade. (IURI FALCÃO, entrevista dada ao projeto Copa do Mundo do IFBA/Camaçari)

Além das entidades citadas no depoimento acima, o próprio Falcão (2013), agora como autor, cita o apoio de grupos estudantis ao movimento, mas sempre pontuando a postura autônoma diante de todas essas entidades.

A divisão criou uma oportunidade para o MSTB delimitar, com mais clareza, seus princípios, fundamentalmente no que diz respeito à sua autonomia frente ao Estado e aos partidos políticos, como também seu posicionamento frente à necessidade de manter práticas e discursos comprometidos com a crítica e o combate às formas de reprodução da sociedade capitalista, como único meio para a

⁷⁰ Entrevista concedida, em 2010, a mim e aos estudantes do terceiro ano do curso médio integrado em Técnico em Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, campus Camaçari, para o Projeto Copa do Mundo, orientado pelos Professores Theo Barreto, Igor Gomes e Hyngrid Freitas.

realização plena do acesso ao direito à cidade. Com relação a esta questão da autonomia, Pedro Cardoso explica qual deve ser a postura do MSTB:

Eu participo de partido porque eu acho que é importante também. O partido tem uma contribuição a dar à sociedade. Ajuda no processo de organização do povo, dos trabalhadores. Ajuda, mas não é central. Central, pra mim não é o partido, o partido é apenas um meio. Acho que o principal meio para a gente promover mudanças estruturais são os movimentos sociais. Então, partido que não está enraizado nas massas, não está enraizado nos movimentos sociais, pra mim não existe enquanto partido. Entende? Então, partido, pra nós, é assim, é a gente que orienta o partido e não o partido que orienta a gente. Então, se o partido começar a orientar a gente, ele perde sua função e o movimento perde sua função e sua autonomia. (PEDRO CARDOSO – entrevista concedida ao Projeto Copa do Mundo do IFBA/Camaçari)

4.2.6 - De 2006 até os tempos atuais

Os anos seguintes, depois de consolidadas as parcerias com estas entidades, o MSTB começa a se expandir, mas agora entendendo a dificuldade de manter a estratégia da ocupação de prédios, por serem alvos mais fáceis para a reintegração de posse. Ganha destaque a ocupação realizada por cerca de 1200 famílias na região da Lagoa da Paixão. As ocupações do MSTB alcançam o número de 26 mil famílias distribuídas entre 25 ocupações e núcleos, na capital e no interior do estado (FALCÃO, 2013).

Entre 2007 e 2010 são realizados os cursos de formação política do MSTB, tendo surgido, nessa época, a Comissão Pedagógica, que se reunia semanalmente e era formada por membros da Coordenação Estadual do movimento, integrantes da base das ocupações e as acessórias da CJP, CEAS e de diversas organizações estudantis, como o Núcleo de Educação Popular (NEP) do SAJU/UFBA. Neste mesmo período, a partir das ações entre a Comissão Pedagógica e o Núcleo de Cultura do movimento, surge o Grupo de Teatro do Oprimido do MSTB. Ainda em 2008 foi realizado o II Congresso do MSTB com o objetivo de reorientar e solidificar os princípios e estratégias do movimento.

Ao final dos anos 2000, a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida, pelo Governo Federal, trouxe mudanças na atuação do MSTB, que passou a se confrontar com o processo de implementação do programa, assumindo “a realização de uma série de atividades burocráticas – cadastramento, levantamento

de documentação pessoal, comprovações de renda, resolução de problemas familiares, etc. – que acabam por tomar praticamente todo o tempo de suas lideranças e a atenção política do Movimento” (FALCÃO, 2013, p. 89). O programa tornou latente a exposição de um dos maiores anseios da base do movimento, qual seja, a possibilidade real de obtenção da casa própria. O apelo à realização do sonho de obtenção da casa própria redefiniu as ações do movimento e provocou uma certa “desmobilização política e organizativa do grupo neste período, com saldo na redução do número de novas ocupações” (FALCÃO, 2013, p. 89).

Em entrevista concedida para esta pesquisa, Pedro Cardoso, liderança do MSTB afirma:

[...] o programa Minha Casa Minha Vida, ele não resolve o problema da habitação...meio que não tem um projeto urbanístico pra tratar a questão da moradia como um direito humano. Moradia é mercadoria, ainda que exista o programa Minha Casa Minha Vida, porque no programa Minha Casa Minha Vida moradia é mercadoria entendeu? Então, assim, eles entregam, eles facilitam o crédito... os caras vão lá, tomam dinheiro emprestado no banco, constroem, o governo facilita o terreno, pra arranjar terreno, os cara constroem a casa, certo? Depois recebem cinquenta e seis mil reais por cada uma, então o governo vai depois pagar todo a ele, ele tira o lucro dele e o resto paga ao banco e devolve o dinheiro no banco com juros também. Todo mundo ganha, ganha o banco, ganha a empresa de construção civil, e o trabalhador ganha sua casa, nas condições, casa com quatro paredes. Na verdade, o conceito de casa é quatro paredes lá. Eles entregaram agora umas casas, agora essa semana que passou, o pessoal já começou a reunião pra discutir como é que chega na cidade com transporte, porque lá não tem transporte... não tem escola próxima!

A fala de Pedro Cardoso evidencia, também, uma reflexão feita por Baudrillard quando o autor reflete a respeito da transformação dos bens em direitos, como fato característico da modernidade. Um bem, como a moradia, passa a ser direito, exatamente e somente porque, no capitalismo, esse bem passa a ser escasso e, portanto, não acessível para todos, como a saúde, educação, transporte e outros serviços. Observemos o que fala Baudrillard a esse respeito:

Não há direito ao espaço senão a partir do momento em que já não existe espaço para todos e em que o espaço e o silêncio constituem privilégios de uns quantos, às custas dos outros. Assim como não existiu direito de propriedade senão a partir do momento em que já não havia terra pra toda gente, também não houve direito ao trabalho, a não ser quando o trabalho se tornou, no quadro da divisão do trabalho, uma mercadoria permutável, isto é, que deixou de pertencer pessoalmente aos indivíduos. [...] O aparecimento desses direitos sociais novos, que se agitam como slogans e como anúncio democrático da sociedade de abundância, surge como sintoma real da passagem dos elementos mencionados à categoria de sinais distintivos e de privilégios de classe (ou de castas). O direito ao ar

puro significa a perda do direito ao ar puro como bem natural, a sua passagem ao estatuto de mercadoria e a sua redistribuição social desigualitária. (BAUDRILLARD, 2010, p. 62-63)

A fala da liderança, bem como os escritos de Baudrillard, elucidam duas facetas do capital em relação aos bens, tornados mercadorias. De um lado, a produção da necessidade, através da impossibilidade de obtenção do bem, faz do desejo desejado, desejo nunca satisfeito e, por conta disso, desejo sempre desejado. Esse trocadilho de palavras se constitui, na prática, em um fundamento indispensável para a reprodução da lógica do consumismo e, assim, do próprio Capitalismo Flexível. Por outro lado, evidencia-se a transformação do bem, inalcançável através do mercado, em direito a ser reivindicado através da lei. Sendo esta última, condição necessária para a realização da fábula da democracia, em que consumidores devem ser tratados como iguais no mercado de obtenção de bens e serviços. Quando isso não é possível de fato, cabe aos prejudicados lutar por seus direitos, assegurados, no papel e apenas nele - é preciso dizer - através da lei e do princípio de igualdade - que nunca se realiza de fato - que ela representa. Por fim, ainda é preciso lembrar, que a fala de Pedro Cardoso reflete sobre o fato de que obtenção da casa não significa a obtenção do direito pleno à cidade.

O PMCMV, traz á tona a perspectiva de realização do direito e desse desejo tão cobiçado, que é a casa própria e influencia na despolitização da luta pela moradia, sem uma reflexão crítica e práxis necessárias para reivindicar uma reforma urbana que inclua, de fato, essa massa de trabalhadores no acesso aos bens e serviços mais essenciais para a reprodução da dignidade e realização plena da vida na cidade.

Atualmente, segundo Iuri Falcão (2013), o movimento conta, no ano de 2013, com 30 ocupações, sendo 28 na RMS, com um total de mais de 5 mil famílias. Além disso, mais de 1000 famílias, ainda fazendo parte do MSTB, já vivem, atualmente, em quatro Conjuntos Habitacionais entregues pelo Estado, pelo PMCMV.

4.3 – O MSTB enquanto experiência de precarização social e de resistência.

Os resultados da pesquisa empírica que agora aprofundaremos advém da convivência de 5 anos com o MSTB. Neste tempo tive oportunidade de participar da construção de atividades junto ao movimento, entrar e sair das ocupações, conhecer internamente as suas casas, construir relações de amizade e admiração por seus integrantes, sofrer com a perda⁷¹ de alguns deles, comemorar conquistas e o término de um trabalho na mesa do bar, negociar com a polícia, ficar horas ensaiando uma peça, dividir o feijão e o suco “mancha pulmão” e aprender muito com sua luta, para alimentar a indignação com as formas de exploração engendradas por aqueles que se beneficiam majoritariamente com a reprodução do capital.

É preciso abrir um espaço para as falas de algumas destas pessoas, suas experiências, sua luta. O maior desafio é transformar estas falas individuais e particulares, que não podem, por motivos óbvios, ser descritas e transcritas na íntegra, em uma narrativa única, de um grupo que compartilha experiências comuns, que convergem, em algum momento, por um lado, enquanto luta pela obtenção da moradia. Por outro lado, mas ainda enquanto luta pela moradia, estas experiências acabam convergindo em uma forma de oposição à lógica de “distribuição” da propriedade nos moldes como ela é feita na sociedade capitalista.

O desafio do pesquisador, neste caso, consiste em selecionar a diversidade das vidas particulares de cada Sem Teto para narra-las enquanto uma história única. Na descrição de um estudo de caso, o papel da ciência se aproxima do de um contador de histórias. A respeito dessa relação entre contar histórias e fazer ciência Zygmunt Bauman comenta:

Histórias são como holofotes e refletores – iluminam o palco, enquanto deixam o resto na escuridão. Se iluminassem igualmente o palco todo, de fato, não teriam utilidade. Sua tarefa afinal é “limpar” o palco, preparando-o para o consumo visual e intelectual dos espectadores; criar um quadro que se possa absorver, compreender e reter, destacando-o da anarquia de borrões e manchas que não podem assimilar e que não fazem sentido. [...] É missão das histórias selecionar e é de sua natureza incluir excluindo e iluminar lançando sombras. É um grave equívoco, além de uma injustiça, culpar as histórias por favorecerem uma parte do palco e negligenciarem outra. Sem seleção não haveria história. (BAUMAN, 2005, p.26)

⁷¹ Inesquecível o sorriso largo de Joquielson, que foi assassinado quando iniciava uma nova ocupação.

Na história narrada, nesta pesquisa, optou-se por iluminar uma parte do palco sobre o qual atuam, no teatro da vida, os trabalhadores Sem Emprego de Salvador. Nesta narrativa, como já dito, o caminho escolhido foi retirar das sombras a forma como estes Sem Emprego atuam através de suas experiências enquanto Sem Teto. A luta pela moradia vivenciada por parte dos Sem Emprego de Salvador se constitui em uma forma de negação do consumo da casa nos moldes “formais” do mercado, unindo-os sob uma mesma identidade enquanto Sem Teto.

A casa, enquanto um bem, uma mercadoria especial, indispensável à reprodução dos trabalhadores se constitui em uma forma singular e especial de mercantilização do espaço urbano. Mas como sabemos, esse bem durável, não está igualmente ao alcance de todos. A forma como os Sem Teto resolvem esta questão se constitui como uma experiência singular, histórica, de produção e (não)consumo da cidade de Salvador, que aparece como uma síntese/contradição dialética de reprodução, mas também, de questionamento das formas de organização da propriedade nos moldes capitalistas, em nossa cidade.

As formas de consumir e produzir a cidade, negadas pelas vias formais, acabam acontecendo e se materializando, enquanto negação de direitos, através do improvisado, da informalidade, da precariedade, que alimentam a lógica do capital, mas também através de lutas, que desafiam esta lógica.

A compreensão deste fenômeno não pode se dar unicamente pela leitura dos números. Não se compreende esta dialética da produção, consumo e negação do consumo apenas enumerando e contando quantos celulares, TV's, lavadoras entre outros bens as pessoas possuem ou são capazes de comprar. Nem tampouco, contando quantos são vendedores ambulantes, empregados ou catadores de latinha.

A negação ao acesso formal de um bem indispensável, a moradia, já está evidente no recorte empírico dos sujeitos Sem Emprego desta pesquisa, os Sem Teto. Junto com a negação da casa, do consumo formal da moradia, evidencia-se, também, a negação do acesso aos mais básicos serviços urbanos, necessários a uma mínima inserção cidadã, no espaço da cidade, determinadas pela inserção precária destes trabalhadores no mercado de trabalho soteropolitano.

Assim, para além do que se pode enumerar, é preciso saber como estas pessoas vivenciam, na prática, estas relações, como elas se constituem em experiências, que se incorporam, no sentido mesmo de se tornar corpo. Para tanto, é preciso escutar suas memórias, ver como estes trabalhadores e trabalhadoras as transformam em narrativas que evidenciam, por um lado, uma das dimensões mais perversas da Precarização Social, vivenciadas por trabalhadores e trabalhadoras nas mais distintas formas de inserção no mundo do trabalho, mas por outro, evidenciam, também, uma experiência de resistência e luta contra esta Precarização a partir da luta para a obtenção da moradia, dentro de um movimento social organizado.

4.3.1 – Experiência: o termo ausente.

É preciso deixar claro que o termo experiência, na forma como será utilizado neste trabalho, tem direta e inegável inspiração na maneira como foi formulado pelo historiador E.P. Thompson. Para ser mais preciso, o meu encontro mais íntimo com o tratamento teórico que o historiador Inglês dá ao termo se pauta na forma como Ellen Wood e Marcelo Badaró Mattos apropriam, interpretam e reproduzem a obra de Thompson. Mas não é só na obra de Thompson que o “termo presente” experiência nos aparece de forma útil. Em Walter Benjamin e, quase um século depois, com Richard Sennett a noção de experiência, enquanto *Erfahrung*, aparece de forma muito inspiradora, ligada às noções de memória, tradição, narrativa e trajetória. Esses elementos parecem unir, num mesmo plano, as formas de resistência do caráter aurático da obra de arte (Benjamin) e do saber manual físico e intelectual subjetivo do artesão ou do mestre artífice (Benjamin/Sennet) que tentam sobreviver à avassaladora onda de destruição da modernidade e (i)racionalidade objetiva do capital.

Quando Thompson formula o termo experiência ou, dito de outra forma, quando chama atenção para a necessidade de se estar atento à experiência vivida pelos sujeitos sociais, ele visa dar conta do que considera ser um conjunto de lacunas na produção do conhecimento de tradição marxista e na capacidade desta tradição de compreender os mecanismos de transmissão de valores e práticas ao

longo da história. O marxismo (e não Marx), mesmo tendo a história como sua base e alicerce para compreensão da realidade, carece, segundo Thompson, de uma explicação histórica sobre a realidade, ao não conseguir dar conta, de fato, de como se efetiva a complexa relação dialética entre mudanças e permanências que possibilita as transformações históricas e também, como diz Ellen Wood (2011), não consegue reconhecer “a complexidade do mecanismo pelo qual as relações de produção geram as classes” (WOOD, 2011, p. 90)

Para Thompson, em certa idade do marxismo, esta tradição esqueceu-se de se debruçar sobre os próprios ensinamentos propostos por Marx, abandonando a sua fonte de conhecimento primordial, qual seja, a realidade propriamente dita, as ações, as vivências e a forma como cada ser humano responde coletivamente de forma física, mas também simbólica e subjetiva, a estas vivências e situações nas quais estão inseridos. Assim, ele afirma a necessidade de recuperar o que ele chama de termo ausente no marxismo de seu tempo: a experiência. Não é do caráter da obra de Thompson a conceituação pormenorizada dos sociólogos, mas pode-se cercar o termo de algum modo:

O que descobrimos (na minha opinião) está num termo que falta: “experiência humana”. [...] Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através de estruturas de classes resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981, p.182)

Na verdade, não é que não existam tais explicações sobre as transformações, ou sobre a passagem da estrutura às classes, na verdade, Thompson se coloca de forma discordante diante delas porque entende que as mesmas propõem uma separação e hierarquização em que as relações de produção (a base ou infraestrutura - entendida de forma equivocada e limitada pela tradição marxista que ele critica) determinam os valores, sentimentos, a moral, costumes (a superestrutura). Para Thompson, não deve haver separação, muito menos uma hierarquização, mas sim, como ele acredita fazer o próprio Marx em diversos de seus escritos, a compreensão desta mudança deve se dar mediante uma síntese

dialética entre estas instâncias. Para Thompson, o marxismo que ele critica, ao hipervalorizar a equação “a infraestrutura determina a superestrutura”, acabou negligenciando a família, a cultura, a moral, a política, os valores e sentimentos e sua realização enquanto práxis. Consequentemente, a cultura, os valores, a realidade simbólica, vista como separada da produção material da realidade, não são consideradas como participantes do processo de construção das identidades coletivas capazes de formar e forjar lutas de caráter classista. Quanto a isso Thompson responde de forma veemente:

Os valores não são “pensados”, nem “chamados”, são vividos e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem nossas ideias. São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e “aprendidas” no sentimento), no “*habitus*” de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria. (THOMPSON, 1981, p.194)

Com isso, Thompson não está, por outro lado, propondo uma autonomia dessa esfera simbólica ou cultural:

Isso significa, exatamente, não propor que a moral seja uma região autônoma da escolha e vontade humanas, que surge independentemente do processo histórico. [...] os valores, tanto quanto as necessidades materiais serão sempre um terreno de contradição, de luta entre valores e visões de vida alternativos. Se dizemos que os valores são aprendidos na experiência vivida e estão sujeitos às suas determinações, não precisamos, por isso, nos rendermos a um relativismo moral ou cultural. Nem precisamos supor alguma barreira intransponível entre valor e razão. Homens e mulheres discutem sobre valores, escolhem entre valores, e em suas escolhas, alegam evidências racionais e interrogam seus próprios valores por meios racionais. Isso equivale a dizer que estas pessoas são tão determinadas (e não mais) em seus valores quanto são em suas ideias e ações, são tão sujeitos (e não mais) de sua própria consciência afetiva e moral quanto de sua história geral. Conflitos de valor e escolhas de valor ocorrem sempre. Quando uma pessoa se junta ou atravessa uma piquete grevista está fazendo uma escolha de valor, mesmo que os termos da escolha e parte daquilo que a pessoa escolhe sejam social e culturalmente determinados. (THOMPSON, 1981, p.189, p. 194)

Como enfatiza Wood, onde “os críticos de Thompson veem estruturas *por* oposição a processos, Thompson vê processos estruturados” (2011, p.75). Assim, para além da superação da dicotomia entre base e superestrutura, o termo experiência proposto por Thompson contribui, ao seu ver, para um tratamento mais cuidadoso a respeito dos estudos sobre a noção de classe social, já que devolvem a estes estudos o seu caráter historiográfico e à “classe” o seu caráter histórico.

Mas, mais do que isso, em Thompson, falar em experiência é resgatar o papel da cultura e dos valores no processo de estruturação da práxis, tratando-os como partes distintas da síntese dialética da produção e reprodução da realidade e, neste sentido, participam do processo de estruturação de identidades e formas de luta coletivas e, conseqüentemente, participam do processo de formação das classes.

Para Thompson, assim como o capitalismo e os meios de produção, a classe não é uma categoria estática:

Nas sociedades modernas, as relações de produção encontram expressão na formação e luta (ocasionalmente, no equilíbrio) das classes. Entretanto, classe não é, como gostariam alguns sociólogos, uma categoria estática: tais e tais pessoas situadas nesta e naquela relação com os meios de produção, mensuráveis em termos positivistas ou quantitativos. Classe na tradição marxista é (ou deve ser) uma categoria histórica descritiva de pessoas numa relação no decurso do tempo e das maneiras pelas quais se tornam conscientes de suas relações, como se separam, unem, entram em conflito, formam instituições e transmitem valores de modo classista. Neste sentido, classe é uma formação tão “econômica” quanto “cultural”; é impossível favorecer um aspecto em detrimento do outro, atribuindo-se uma prioridade teórica. [...] o que muda assim que o modo de produção e as relações produtivas mudam, é a experiência de homens e mulheres existentes. E essa experiência adquire feições classistas, na vida social e na consciência, no consenso e na resistência e nas escolhas de homens e mulheres. (THOMPSON, 2012, p. 206)

Ellen Wood resume assim a forma como E. P. Thompson constrói sua abordagem sobre as classes sociais:

Seu projeto histórico pressupõe que as relações de produção distribuam as pessoas em situações de classe, que estas situações gerem antagonismos essenciais e conflitos de interesses, e que elas criam assim condições de luta. As formações de classe e a descoberta da consciência de classe se desenvolvem a partir do processo de luta, à medida que as pessoas “vivem” e “trabalham” situações de classe. (WOOD, 2011, p. 76)

Segundo Wood, para além de descrever a classe como consequência da posição ocupada na produção, Thompson propõe que se compreenda a classe “como relação e como processo”. Primeiro percebemos a relação que se estabelece entre uma classe e outra, deduzida evidentemente pelo antagonismo e os conflitos. Mas a identificação deste antagonismo não é suficiente para Thompson, é preciso saber, além disso, como este antagonismo se configura e é vivido enquanto prática, como uma experiência comum entre os indivíduos que vivem a exploração. Neste

caso deve se dar conta da relação interna que se dá entre membros de uma mesma classe.

Embora as pessoas, enquanto trabalhadores que são, estejam submetidas, no plano geral, à mesma exploração que leva à reprodução do capital, a classe não se realiza assim de forma imediata:

Como , na verdade, as pessoas nunca são “reunidas” em classes, a pressão determinante exercida por um modo de produção na formação das classes não pode ser expressa sem referência a uma experiência comum – uma experiência vivida de relações de produção, as divisões entre produtores e apropriadores, e, mais particularmente, dos conflitos e das lutas inerentes às relações de exploração. É no meio dessa experiência vivida que toma forma a consciência social e, com ela, a “*disposição de agir como classe*”. (WOOD, 2011, p. 89-90)

O conceito de “experiência” em Thompson mostra, então, que as estruturas objetivas, construídas historicamente pelos seres humanos, geram efeitos sobre a vida destes seres humanos e dos que vierem nas gerações seguintes, produzindo respostas como a formação da classe. A experiência é exatamente o dado empírico que sintetiza a continuidade e a mudança, sobre o qual deve se debruçar o sociólogo e o historiador. Neste sentido é que a classe, enquanto relação, é também “processo estruturado”.

Apenas a definição estática da classe, pensando apenas o lugar ocupado na estrutura de produção, não dá conta do porque de pessoas que não ocupam o mesmo lugar nesta estrutura chegarem a uma mesma disposição ou comportamento de classe. Mais uma vez a explicação está na experiência compartilhada, mas desta vez, pensada como um processo que, embora seja estruturado, é aberto, por ser processo. Neste sentido é histórico, e o caminho de sua compreensão é a realidade empírica vivida, a práxis, o fazer humano, o trabalho.

Não me arriscarei aqui a fazer uma exegese da discussão de classe social, nem em Thompson, nem fora dele, nem tão pouco sobre o conceito de experiência. Não é objetivo deste trabalho. Ainda menos, é objetivo deste trabalho julgar se as proposições de Thompson são mais verdadeiras ou se suas críticas ao marxismo de seu tempo e ao próprio Marx estão perfeitamente adequadas. Apenas entendo que suas proposições, enquanto método e conceitos, são de imensa contribuição para se problematizar o problema proposto nesta pesquisa, por me obrigar a debruçar

sobre a práxis dos Sem emprego na condição de Sem Teto e, conseqüentemente, “historiar” estas práticas, dentro dos limites que um sociólogo pode e consegue fazer.

O objeto empírico desta pesquisa são os Trabalhadores Sem Emprego na condição de Sem Teto. A princípio, a sua experiência evidente, compartilhada, é a precarização da condição de ser Sem Emprego, que lhes nega o acesso à casa, tornando-os Sem Teto, dialeticamente completada, por consequência da situação de precarização, pela necessidade de lutar pela moradia.

A noção de experiência será de grande valia, portanto, para compreendermos como as distintas gerações de trabalhadores enfrentando a situação de precariedade na sua inserção no mundo do trabalho responderam à necessidade de ter de lutar pela moradia, conservando e reproduzindo determinadas experiências e/ou superando-as ao ponto de estas se constituírem enquanto um movimento social organizado que congrega valores, identidades e práticas de luta.

Serão esses, portanto, os caminhos que guiarão a construção de uma narrativa a respeito desse encontro com as experiências de trabalho, luta, sobrevivência e resistência do conjunto dos Sem Teto, membros do MSTB, que concederam um tempo de suas vidas para a realização deste estudo.

4.3.2 – Os Sem Teto enquanto Sem Emprego: trajetórias e experiências de precarização social do trabalho

Quando Walter Benjamin descreveu o desaparecimento da arte de narrar, solapada pelo avanço da modernidade, ele anuncia uma forma de entender, através da estética, a luta pela sobrevivência, das formas tradicionais da cultura e experiências práticas das formas de vida cotidianas que antecedem a voracidade da (i)racionalidade do modo de vida capitalista. O desaparecimento da narrativa simboliza a morte de formas de ser e agir no mundo que o capitalismo precisou superar para se estabelecer como modo de vida hegemônico:

Contar histórias sempre foi a arte de conta-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido. Quando o ritmo do trabalho se apodera dele, ele escuta as histórias

de tal maneira que adquire espontaneamente o dom de narrá-las. Assim se teceu a rede em que está guardado o dom narrativo. E assim essa rede se desfaz hoje por todos os lados, depois de ter sido tecida há milênios, em torno das mais antigas formas de trabalho manual.

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesanato – no campo, no mar e na cidade –, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada, como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. (BENJAMIN, 1994, p. 205)

A arte de narrar está intimamente ligada à arte de criar com as mãos, sendo assim, o mestre de ofício, o artesão, o artífice, são os portadores da narrativa. Narrar é, antes de tudo, deixar algo no mundo que deva ser transmitido a outro, pela experiência. A morte da narrativa acompanha, dessa forma, a morte da arte de esculpir o mundo e transmitir essa experiência de criação, reconhecendo-a como obra do narrador e como obra de quem escuta a narrativa. Como obra coletiva, portanto. Benjamin (1994, p. 198) ainda acrescenta: “A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores.” A experiência transmitida é a essência da narrativa. Narrar é, nesse caso, assim como faz o trabalho do artífice quando constrói materialmente um objeto, a arte de edificar a realidade, reconhecendo-a como uma experiência coletiva compartilhada.

Ora, mas a trajetória da sociedade capitalista, principalmente em sua forma flexível, está carregada de experiências de narrativas que parecem não ser comunicáveis. Sem se transmitir, narrativa e, conseqüentemente, a experiência desaparecem. Quer dizer então que na modernidade ninguém experiência mais nada? É claro que não, a forma da experiência é que muda.

Em *O Artífice*, Richard Sennett observa que na língua alemã a noção de experiência pode ser compreendida sob dois significados, *Erlebnis* e *Erfahrung*. A primeira diz respeito a experiência de foro íntimo, enquanto a segunda se refere a experiência que nos volta para fora (2009, p. 321).

Benjamin já Chamava atenção para o surgimento, ainda no início do século XX, de experiências intransmissíveis por conta dos horrores da Primeira Guerra. Só que, mais do que isso, ele chama atenção para o fato de que, no mundo capitalista moderno, observa-se o enfraquecimento da *Erfahrung*, a experiência transmitida coletivamente, e um fortalecimento da *Erlebnis*, a experiência do indivíduo solitário

moderno. O indivíduo solitário não narra, não compartilha, apenas sente dentro de si.

Ao fim deste século XX e início do século XXI, as trajetórias humanas também parecem difíceis de se recontar. Parte significativa disso porque o trabalho, pensado e vivido enquanto trajetória, percebida enquanto continuidade, parece ter se esvaziado de sentido. As trajetórias do mundo do trabalho, de tão fragmentadas, parecem não constituir uma narrativa, passível de ser compartilhada. Como bem coloca Richard Sennet (2001, p. 9), “o capitalismo flexível bloqueou a estrada reta da carreira, desviando de repente os empregados de um tipo de trabalho para outro”. Essa troca de trabalho, em alguns casos, parece não ter fim, e o que parece restar de experiência compartilhada entre os trabalhadores flexíveis é uma trajetória de instabilidade, riscos, insegurança e incerteza. Em que medida essas experiências marcadas pela precariedade podem se constituir em narrativas? Ou dito de outra forma, em que medida as trajetórias fragmentadas de experiências com o trabalho podem se constituir em formas de resistências à própria lógica de exploração que cria estas fragmentações, podendo, desta forma, ser transmitidas às gerações seguintes?

Para responder estas questões voltaremos, então, aos verdadeiros narradores dessa história. Os Sem Teto, não esqueçamos, são Sem Teto, em grande medida, porque são Sem Emprego. O que define a condição de Sem Emprego é exatamente essa experiência histórica vivida por milhares de trabalhadores em todos os lugares do planeta de ora estar sem emprego, ora estar empregado com a aparência de estar com direitos sociais garantidos, depois voltar a ficar desempregado, tentar sobreviver fazendo bicos, abrir um negócio próprio para vê-lo “quebrar” em seguida, arranjar emprego de novo, mas sem o patrão novo assinar sua carteira e, assim, nessa trajetória fragmentada, reproduzir uma condição de instabilidade e incerteza quanto a sua posição no mercado de trabalho e quanto à própria vida. Existindo como Superpopulação Relativa, o Sem Emprego é útil ao próprio processo de reprodução da sociedade que o produz. A condição de estar Sem Emprego é, ela própria, um produto, uma mercadoria que, ao ser consumida, contribui diretamente para o funcionamento e reprodução da lógica do capitalismo flexível. Observemos o seguinte relato:

O meu primeiro emprego, emprego, não, trabalho né? Acho que o meu primeiro trabalho foi na faculdade FTC quando minha filha nasceu. Não, meu primeiro emprego, eu já fiz tanta coisa nessa vida (risos). A primeira vez que eu saí de casa pra ir trabalhar, eu trabalhei de baiana de acarajé na praia do Flamengo, eu ajudava uma baiana de lá da escola do meu 2º Grau. Posteriormente eu fui trabalhar na faculdade FTC, também vendendo lanche, não tinha trabalho de carteira assinada, e nos intervalos eu trançava cabelo, pra criar minha filha. Deixa eu ver o que mais que eu fiz? Vendi lanche, vendi acarajé, tomei conta de duas crianças...

Fiquei desempregada, foi no meu terceiro ano. Foi no meu terceiro ano, aí apareceu concurso no PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). Aí eu fiz o REDA, passei, em 2005 eu comecei a trabalhar... foi a primeira vez que, na verdade, não assinaram minha carteira, porque era contrato, mas, assim, passei a contribuir para Previdência Social, que aí eu passei a ter um registro né.

E quando eu saí de lá... lá eu passei 4 anos né, que era 2 anos e foi renovado pra mais 2... quando eu saí de lá eu fui trabalhar, fui trabalhar com estética afro de novo, que era trançar cabelo, e aí nesse processo eu fiz o que meu Pai? Dois anos eu me sustentei como mesmo? Eu sei que eu paguei um pau miserável, mas dentro do Movimento, Movimento Social, aí foi quando eu comecei a administrar o curso de Formação de Educação Social do Movimento, do Núcleo de Formação Política do Movimento, a famosa Comissão Pedagógica... no meio do caminho eu fazia um bico aqui, um bico ali, fiz diária, fiz faxina... aí quando eu passei 2 anos desempregada né, que quem me ajudava era meu companheiro, meu pai, meus irmãos né. Aí minha filha deixou de morar comigo foi morar com painho mais mainha, quando tava com 9 anos, então, exatamente porque eu não tinha condições de manter ela aqui. Aí eu fiquei desempregada, sem filho, numa casa que querendo ou não tem custos, aí eu fui trabalhar de diarista, trabalhava de diarista e trabalhava com cabelo, fazendo, botando fibra, 2 anos. Gente, eu guentei...

Mas nunca passei fome, sem mentira nenhuma eu nunca passei fome na minha vida. E aí eu fiz mais o que? Depois eu fui trabalhar no cinema, trabalhei 7 meses no cinema, trabalho extremamente escravo, numa multinacional. E foi a primeira vez que assinaram minha carteira. E a única até hoje. E assim... foi terrível porque me botaram no shopping e era um trabalho escravo realmente porque, assim, eu trabalhava 8 horas e você tinha que ser um, um profissional multiuso né, você tem que fazer de tudo, de tudo um pouquinho. Claro que eu cresci muito, aprendi muita coisa e, assim, setores, eu fui mudando de setores, ao longo do processo me deram oportunidade, mas aquela oportunidade pro pião não sair do lugar, né. "Vai lá treinar ali, vai treinar aqui". Mas aquela coisa... eu não guentei, fiquei 7 meses só, mas aí eu já tinha direito ao PIS, aí eu recebi o PIS, recebi um bom dinheiro quando saí do cinema, e aí de lá pra cá eu mudei de novo pra estética afro. Mudei de novo, só que agora eu faço unha, cabelo, maquiagem. Aí fui trabalhar na loja do Memorial (Memorial das Baianas de Acarajé) que eu fiquei 3 meses, administrando a loja do Memorial, que por sinal até hoje eu não recebi. E fiquei 20 dias na loja do ILÊ no Center Lapa, mas aí, todo evento que tem no ILÊ eu trabalho de operadora de caixa, e hoje faço um serviço voluntário lá.

Ah, já vendi cerveja na praia, já vendi churrasquinho, esqueci. Já vendi churrasquinho em lavagem, cerveja. É... esqueci também! Trabalho de cordeira há... tem 11 anos que eu trabalho de cordeira, todo ano. E aí eu vou pra Micareta de Feira agora. Por sinal, esse ano de Carnaval, eu trabalhei no Carnaval de cordeira, botei 188 cordeiros pra trabalhar e trabalhei no Camarote do ILÊ. Mas de lá pra cá não trabalhei mais, só fazendo uma unhazinha aqui, fazendo uma diária lá no Memorial, não botei cabelo esses dias porque passou as festas né, todo mundo duro, e vou, tô querendo ver se primeira semana de Abril eu vou pra Micareta de Feira.

O depoimento acima, que retrata fragmentos de diversas experiências de trabalho, diz respeito à trajetória de uma única Sem Teto que identificaremos com o nome de Mariana. Mariana é mãe e teve que deixar a filha aos cuidados dos pais, devido a dificuldade de criá-la, tanto por conta da sua dedicação constante ao Movimento Sem Teto, quanto pela condição de instabilidade financeira devido aos inúmeros trabalhos precários que ela encontra, e insegurança da moradia, lugar entendido como inadequado para ela criar a própria filha, ainda criança. Ela já vivenciou tantas experiências de trabalho, mas tem apenas 30 anos. Está na faculdade porque conseguiu uma bolsa de estudos e diz que está realizando um sonho do seu pai. É negra e tem orgulho de suas origens, de sua ancestralidade africana e indígena. Tem orgulho, também, de um de seus trabalhos, porque cada vez que trança um cabelo, rememora as inúmeras gerações de mulheres negras que se afirmam e reconstroem suas identidades através do seu cabelo, de uma estética própria. Nas falas e memórias de Mariana, as experiências de trabalho e luta política se cruzam. As experiências de trabalho fragmentadas de Mariana serão a nossa linha de condução para a construção desta narrativa, o ponto de partida para costurar essas memórias.

Assim, o primeiro elemento que chama atenção na trajetória dos Sem Teto é sua condição de ser Sem Emprego. Nesta “contação” dessa história, o primeiro holofote iluminará, portanto, esta condição, tão bem sintetizada na fala de Mariana.

Em *Vida Para Consumo*, Zygmunt Bauman (2007) afirma que a inserção das pessoas na sociedade de consumo se dá, antes de tudo, enquanto mercadoria. Ou seja, para ser consumidor o sujeito tem de se oferecer enquanto mercadoria, demonstrar no mercado que também é consumível.

Ora, mais de um século antes, a novidade anunciada por Bauman aparecia nas análises de Karl Marx. Quando escreveu *O Capital*, Marx já compreendia bem como a reprodução da sociedade capitalista necessitava da existência, em abundância, da oferta incondicional de seres humanos como mercadorias. Afinal, se para ser consumidor o ser humano precisa ser objeto a ser consumido, a primeira e mais elementar forma de se oferecer como mercadoria é se reduzir unicamente à mercadoria força de trabalho. Toda vez que cada trabalhador/consumidor, se oferece, no mercado, como força de trabalho, ele se produz e reproduz como mercadoria e assim, produz e reproduz, imediatamente, a Superpopulação Relativa,

produzindo e reproduzindo a condição de Sem Emprego, que se constitui como produto pronto a ser consumido também.

Em trabalho anterior⁷², utilizei uma formulação diferente da Sem Emprego, mas com implicações e entendimentos práticos bastante semelhantes, para tentar dar conta da nova ética do trabalho que se instaura com o declínio da hegemonia da ética da Sociedade Salarial. Ao descrever os trabalhadores informais de rua de Salvador, a partir das formulações de Sennet e Harvey, os chamei de Trabalhadores Flexíveis. E já nesta época atentava para sua necessidade de se vender no mercado e estar preparado para a instabilidade de sua inserção como trabalhador:

A este trabalhador só resta tentar provar que é útil, que sabe trabalhar e que seu trabalho tem algum valor social. Assim, não basta saber trabalhar, ter qualificação, é preciso saber se vender, ser empresário de si mesmo, ser seu próprio patrão, ser uma empresa e negociar seu valor. Os indivíduos são forçados, eles mesmos, a definir sua identidade profissional e convencer a todos, para fazer com que seja reconhecida (CASTEL, 1989). O trabalhador flexível parece não possuir, portanto, estruturas fixas nas quais construir uma identidade e um modo de ser fixos, ele vive sob uma lógica da reinvenção contínua das instituições e, portanto, uma lógica na qual tem que reinventar suas práticas, atitudes e posturas diante das mais diversas situações. (BARRETO, 2003, p.86)

Como Sem Emprego, o Sem Teto é uma expressão clara dessa ética do Trabalhador Flexível. Nessa condição, de se colocar no mercado como produto, os Sem Teto experimentam várias formas de vivenciar a forma mercadoria da força de trabalho, expressa na rotatividade de atividades que realizam ao longo de suas trajetórias. Alguns, como no caso de Mariana, experimentam atividades dos setores mais distintos do mercado de trabalho, conhecendo desde a condição de vendedor ambulante até a subordinação do emprego precário, mesmo quando a carteira assinada se faz presente. Em outros casos, o trabalhador vivencia a condição da “informalidade clássica”, trabalhando como autônomo, mas a condição de Sem Emprego pode se expressar, em outros momentos, na sucessão de empregos com carteira assinada, que pode ou não ser entrecortada por situações de desemprego aberto e oculto.

As narrativas a seguir estão repletas desse vai e vem, mas todas, diante da instabilidade do mercado, parecem culminar numa condição que impossibilita a estes trabalhadores continuarem garantindo a manutenção de seus bens mais

⁷² BARRETO, 2003.

primários para sobreviver, dentre eles, principalmente, a moradia. A moradia, neste caso, muitas vezes adquirida, primeiramente, com o pagamento de aluguel, passa a ser por demais onerosa, tornando, até mesmo, a obtenção da comida do dia a dia mais difícil. Com o tempo, as despesas cotidianas com transporte, aluguel, água e luz vão sendo deixadas de lado, acumulando-se em dívidas, até que a condição de Sem Emprego culmine com a inevitável situação de Sem Teto. Assim, a trajetória de precarização no trabalho e a luta pelo direito à cidade se cruzam. Tendo sido aberta a narrativa pelas memórias de Mariana, tratemos de enlear esses fragmentos de trajetórias.

Outro entrevistado foi o pescador Arthur. Migrante do interior da Bahia, divorciado, mora sozinho em seu barraco na CDP e descreve, dessa forma, sua experiência de trabalho:

Eu já trabalhei em várias empresas. Pra última mesmo, trabalhei em Alagoinhas, entendeu, os dias que eu passei por lá. Antes de vir... aqui pra ocupação eu trabalhei em depósito de material de construção. Eu fui vigilante durante catorze anos, aí larguei a profissão, mas já trabalhei em variedade de empresas. Era carteira assinada, entendeu. Todas que eu falei era carteira assinada! Fui fundador de Baniu, a rainha do CIA, quando era Baniu, eu trabalhei em montagem no Polo Petroquímico na área da... na Setal... e trabalhei na TNG também, na área da Políteno e aí por diante. Então trabalhei em várias empresas, eu trabalhei quando era Paes Mendonça, era pintor no Paes Mendonça, eu trabalhei em vários tipos de serviços, atualmente que eu tô vivendo disso aí entendeu? Eu vendo, minha barraquinha, meu comérciozinho... É... vendo... aquilo que a gente pode botar, é refrigerantezinho, é... cerveja, bebidazinha, tal... Alguns temperos assim...

Aos 64 anos, Arthur experienciou diversas formas de ocupação com carteira assinada e embora destaque a sua atividade como vigilante, essa experiência não chega a se constituir como uma carreira e tampouco assegura no início da velhice qualquer benefício ou segurança. A idade avançada e a falta de qualificação aparecem como condicionadores para a dificuldade de reinserção no mercado.

Ó, trabalho pra mim é o seguinte, não tô achando mais chance, principalmente por causa da idade também, não é! Prevalece isto, e... sou capaz, ainda me sinto capaz pra isso, porque ultimamente eu tive até fazendo..., trabalhado uns dias no CIA aí, foi um período de três meses, no depósito do Maganize Luiza... aí passei durante três meses e dois dias. Mesmo aqui com a minha venda, né, mesmo, atualmente estou desempregado, né. E já fiquei algumas oportunidades, entendeu, já fiquei. Eu fiquei assim... mas nunca cheguei a completar um ano desempregado, mas já fiquei muito assim, porque eu relaxava né, porque na época, no passado, oportunidade de trabalho era fácil. Hoje em dia, trabalho, principalmente para quem não tem alguns cursos, umas coisas assim, se torna mais difícil né, mas antes, ficava bem poucos tempos desempregado.

Em seu depoimento Arthur também consegue demonstrar que conhece a diferença entre emprego e trabalho, fato comum entre os Sem Teto, como mostra a fala de Roberto, mais um senhor, de 62 anos de idade, viúvo e migrante do interior da Bahia, que “nunca estudou na vida”:

Eu trabalhei de ajudante de pedreiro, de servente, ajudante de cozinha, eu não tinha profissão, o que eu achava eu pegava. Agora, não, eu vivo de minha barraquinha aí. Já trabalhei em firma de limpeza, trabalhei de ajudante de cozinha, trabalhei em construção, é isso. Desempregado eu já fiquei um bocado de tempo, só agora tenho uns dezesseis ano, dezessete ano desempregado. Eu vivo aí, vendo uns queimado hoje, outro amanhã, eu sozinho vou passando. Mas isso não é emprego não! No início, aqui, eu tirava até trezentos, quatrocentos reais, mas agora passo o dia todo sem vender nada Antigamente eu vendia, tirava um dinheirinho bom, mas agora tiro nada aí não, viu. Tem dia que eu vendo um real, tem dia que vendo dois, tem dia que vendo dez, tem dia que eu vendo trinta, vai de dias. Tem dia que eu não vendo nada. Hoje, mesmo, não vendi nada aí!

A barraca em que seu Roberto vende os queimados é o próprio barraco em que ele mora. É na sua barraquinha que ele enfrenta o desemprego oculto de longa duração e vivencia a precariedade da condição de autônomo, com baixíssimos rendimentos, dentro de uma ocupação.

Importante salientar que a rotatividade nas atividades enquanto autônomo dificultam, para o Sem Teto, a constituição de uma identidade profissional. Entre os Sem Teto também é possível encontrar situações em que a trajetória de trabalho evidencia a experiência em atividades que exigem qualificação especializada, mas nem isso assegura a estes trabalhadores uma condição de estabilidade e segurança, tendo como consequência o risco e a precariedade da ausência de direitos para quem já está saindo do auge da idade produtiva. É a experiência vivida por Walter, morador e fundador da CDP, que também mora sozinho, veio ainda bebê para Salvador, quando sua família migrou do interior da Bahia e, aos 47 anos, já está há 10 anos sem emprego, apesar da qualificação, e depois de viajar o Brasil inteiro trabalhando.

Primeiro trabalho foi ali em frente à Feira de São Joaquim, como ajudante gráfico, menor ainda, dali eu voltei a estudar, concluí o técnico em mecânica, fui pro Polo estagiar, depois trabalhei no Polo uns dois anos, do Polo eu senti necessidade de uma coisa melhor e na época não tava dando lá mais, aí eu fui pra São Paulo. Coincidiu com a gravidez da minha, na época, esposa, e eu precisei de uma coisa melhor, aí eu fui pra São Paulo. Em São Paulo eu trabalhei na General Motors, dois anos e meio na General

Motors como mecânico especializado, mecânico de máquinas, por conta do curso técnico que eu tinha. Mecânico na General Motors, na fábrica de picapes Chevrolet e Chevet, e aí, de lá, eu voltei e trabalhei no Rio Grande do Sul, trabalhei em São Paulo, trabalhei em São Luís, Sergipe, e mais alguma coisa que eu não me lembro, Rio Grande do Sul eu já falei, no Polo do Triunfo. Eu fui encanador, eu fui mecânico especializado, e fui motorista. Depois disso eu trabalhei em alguns lugares como motorista, mas nada assim oficial, só mesmo pra prestar serviço né, depois eu fui coordenador de serviços em uma..., é, prestando serviço em navios, manutenção de navios aqui em Salvador e em Sergipe, onde o navio tivesse a gente tinha que ir, o navio não ficava ali em um ponto por causa da gente, entendeu? Era precisar sair, era sair e a gente no meio trabalhando e o navio fazendo o serviço dele, e aí rodamos aí um bocado de porto. Depois disso eu trabalhei em uns projetos sociais e ambientais, ganhando dinheiro mesmo, e é isso basicamente, minha vida. Dessas atividades, só a de encanador, mecânico, motorista, esses foram de carteira assinada, e coordenador de serviços. De resto foi tocando mesmo, prestando serviço, autônomo. Me virando!

Interessante notar como Walter define a trajetória de trabalho como a trajetória da própria vida. Mesmo com a trajetória fragmentada em sua vida laboral, o Sem Teto identifica e resume sua vida com os caminhos que trilhou no trabalho. Apesar dessa identidade entre a vida e o trabalho, em sua narrativa ele afirma que o trabalho como mecânico foi apenas uma forma de suprir a sua necessidade, o seu sustento diário e da família significando, para ele, um sofrimento:

Eu me senti nessa situação de sofrimento quando eu trabalhava no Polo e minha esposa na época ficou grávida, e aí foi uma obrigação eu ter que sair da Bahia né. É obrigação, quando você constitui família é assim. Quando uma situação dessa se dá, você tem que dar um jeito né, porque os seus filhos foram gerados por você e eles não pediram pra vir ao mundo, então você tem que se virar, aí é obrigação. Foi um sofrimento danado. Quando a gente faz coisas que não quer, não gosta, e é obrigado a fazer, por essas questões de sobrevivência, já me vi várias vezes, aliás, uma grande parte da minha vida nessa situação, de fazer coisas que eu não gostava, mas eu sabia fazer e fazia.

Apenas agora, mais experiente, desempregado e mais afastado das atividades de coordenação do MSTB é que ele acredita estar, de fato, se realizando profissionalmente, por conta do curso superior, a distância, em Gestão Ambiental, que está “se virando pra fazer”. Todo fim de semestre, desempregado, Walter tem que dar um jeito de arranjar o dinheiro da matrícula e antecipar as mensalidades, o que consegue com ajuda familiar e com os bicos que arranja.

Eu só pago no semestre, eles sabem disso, aí em junho eu tenho que me virar e arrumar mil e seiscentos reais, em junho, senão não sou matriculado. Aí no semestre tem que arranjar o dinheiro de alguma forma... Então isso aí que pra mim é pegajoso, que foi um problema pra eu arrumar isso em

dezembro mas consegui no último dia, com os parentes, consegui e agora, já tô buscando aqui informações agora pra Junho, pra ver como é que eu vou buscar isso aí de novo... é que atualmente, só tô estudando. É... a família tá ajudando e eu não tô trabalhando não, só estudando. Faz alguns bicos né, fazendo projetos, alguma coisa, algum servicinho, assim, que o pessoal pede, fazer algum tipo de consultoria, consultoria vírgula né, uma consulta simples e tal, eu vou vivendo assim, até eu terminar o curso né. Mas tô sem trabalho... tenho que me virar pra continuar estudando, porque é isso que eu gosto mesmo de fazer, com meio ambiente, qualquer coisa nessa área tá bom pra mim!

Na verdade, Walter já está desempregado há 10 anos, e neste longo período de desemprego são as atividades do Movimento, a realização de diversos bicos e, mais uma vez, a estratégia de ajuda com recursos familiares que garantem a sobrevivência da liderança.

Nesses dez anos de desemprego eu fiquei de autônomo. Fazia serviços, eu capinava, qualquer coisa que aparecesse. A gente não faz bem uma coisa específica, mas faz o mínimo de todas as coisas né. E aí vai sobrevivendo. É, teve um tempo que eu tive um bar também, tinha esquecido disso, um bar aqui atrás do Guadalupe, uma escola que tem aqui, e é basicamente com isso, mas sempre tava fazendo alguma coisa. Minha família também tem uma casa que é da família, não é minha, e eles alugaram e uma parte desse aluguel eu pego por mês, e os bicos né, que sempre aparece.

Em outro depoimento, Carla, que morou na CDP e na Gal Costa, também define com clareza a diferença entre trabalho e emprego e relata sua experiência nas condições de desemprego oculto por trabalho precário, diferente da experiência de desemprego aberto:

Pro governo eu estou desempregada, agora, porque eu não tenho nenhum vínculo neste trabalho que tenho na creche, mas... já fiquei, fiquei um ano, de fato sem trabalho nenhum, mas foi quando eu saí da loja que eu também resolvi dar um tempo pra mim. Foram quinze anos na loja, aí eu não tirava férias direito, porque eu fazia tudo na loja, aí eu fiquei um ano e alguma coisa parada.

Carla, de 43 anos, mãe de um garotinho que acompanhou toda a entrevista, também enfrentou a rotatividade que expressa a condição de Sem Emprego e o longo período trabalhando com carteira assinada não se constituiu em uma experiência de segurança e estabilidade. No momento, a sua trajetória de diversos empregos com carteira assinada estacionou em um trabalho sem vínculos e sem proteção, em uma creche que pertence a sua irmã:

Atualmente estou trabalhando numa creche. Mas é sem carteira assinada. Durante quinze anos eu trabalhei no comercio, lá no interior. Era vendedora, depois virei gerente. Aí, a loja fechou e eu vim pra Salvador pra morar com uma irmã minha, trabalhei na Prosegur, Prosegur é empresa de seguro de valores, durante dois anos. Com carteira assinada. Saí, depois fui ser auxiliar administrativa. Saí da Prosegur e fiquei um tempo parada, voltei pra Serrinha, fiquei com minha família. Depois voltei pra Salvador de novo, comecei a trabalhar na Nordeste também empresa de segurança de valores, Nordeste do Brasil. É, aí eu vim pra Nordeste, trabalhei quatro anos, foi quando eu engravidei, só que na volta da minha licença maternidade, eu já sabia antes, todos os antigos iriam sair, com mais de um ano de empresa porque ia ter redução de salário e não poderia permanecer, não pode reduzir o salário com os antigos funcionários, aí quando eu voltei, com um mês e alguma coisa depois eu fui demitida, mas eu já sabia que iria ser demitida. Aí depois disso eu fiquei trabalhando na creche.

Outro caso bastante ilustrativo é a trajetória de Carlos, também morador da CDP que iniciou a sua vida laboral ainda criança e, depois de fazer todo tipo de bicos e trabalhos pra sobreviver, “estabilizou” por um tempo a sua “carreira de rotatividade” na construção civil, alternando as empresas terceirizadas pra quem vendia sua força de trabalho com contratos temporários com carteira assinada:

Rapaz... meu primeiro trabalho foi vendendo jornal. Trabalhei com jornal, depois saí? Na época eu tinha 11 anos. Vendia jornal com 11 anos. Depois trabalhei com concessionária de carros usados. Eu lavava os carros, limpava, fazia esse tipo de serviço assim. Aí depois saí e fui trabalhar como entregador de marmitta. Aí depois que saí, fui trabalhar de novo no jornal. Saí, aí fui trabalhar, já pra cá pra frente, como vendedor de gás. Depois trabalhei com confecções, trabalhava com vendas e cobranças. No de confecções eu trabalhava com carteira assinada. Logo no início não, mas depois, levou um tempo, aí assinou a carteira, né. E aí, desses que eu falei, só esse aí foi de carteira assinada. Saí, entrei numa empresa... LIMPED, que faz serviços gerais, aí trabalhava com vários tipos de serviços: condomínio, escritório... jardinagem. Era serviços gerais mesmo. Depois entrei na área da construção civil, aí só trabalhei em área de construção civil. Trabalhei na LINC, em Ondina. Saí da LINC, fui trabalhar na... WD, lá em Lauro de Freitas. Saí, aí fui trabalhar em outra empresa de construção civil também, não tô me lembrando aqui o nome agora. Aí saí e vim pra CRAFT, trabalhei na CRAFT na área também de construção civil. Aí saí agora, agora tô trabalhando no posto de gasolina. Lá na verdade, no posto de gasolina, é serviços gerais.

O emprego na construção civil durante os anos 2000 foi o responsável pela elevação das taxas de ocupação em Salvador e acabou sendo um dos espaços de inserção de parte dos Sem Teto no mercado de trabalho. A fala de Carlos, pai de dois filhos, que mora com a esposa, desempregada, revela o grau de instabilidade e rotatividade deste tipo de ocupação gerada pelos postos de trabalho da construção civil.

A área de construção civil emprega mais fácil, e demite mais fácil. Tem empresa que quer o funcionário pra vida toda, pra se aposentar lá, pra construir confiança. E construção civil não. É qualquer um. Qualquer um pode vir e sair. Não tem vínculo nenhum com confiança, né. Eles empregam: deu certo, fica; não deu certo, vai embora.

E mesmo depois de sair da construção civil a experiência da rotatividade parece se cristalizar e se manifestar como medo de perder o emprego atual no posto de gasolina:

Eu tenho muito medo de perder meu emprego, tenho. Tenho medo, assim, porque eu já tive, eu até esqueci de citar, um outro emprego antes de eu ir pra CRAFT, né. Eu trabalhei na área de entrega de alimentos. Então eu tinha esse trabalho e ele era um trabalho bom e foi um trabalho que eu tava gostando de fazer, tava aprendendo a fazer e tava gostando de fazer, quando de repente eu fui demitido. Então foi um baque pra mim, porque era uma coisa que eu queria muito, tava me dando estabilidade, eu tava... entendeu? E eu não queria sair do trabalho. Aí, de repente, veio a demissão e pra mim foi um baque, eu fiquei com muito medo, de fato. E hoje eu tenho muito medo.

Assim, a condição de rotatividade e desemprego se repete, também, na experiência vivida por Lara, migrante, mãe de três filhos e indígena:

Atualmente eu trabalho de atendente geral, mas a minha profissão é cozinheira. Eu comecei como babá, depois cuidadora de idosos, depois eu fui garçonete por cinco anos, fui cozinheira por dez, trabalhei de vendedora ambulante por algum tempo também, eu já vendi picolé nas praias com uma caixa nas costas, já vendi cafezinho na rua, mas se eu for lhe contar o que eu já fiz, eu sou tipo faz tudo. Tive mais trabalho com carteira assinada. Na Renault, por exemplo, eu tenho oito anos e dez meses, foi a empresa que mais me suportou. As outras eu tenho dois anos, três anos, um ano e pouco e por aí vai. Nesses períodos o tempo maior que fiquei desempregada foi... eu fiquei dois anos e oito meses e dezessete dias.

Lara enaltece o fato de ter vivenciado mais experiências com carteira assinada, mas estas, não significaram uma estabilidade e segurança em sua trajetória laboral. A carteira assinada, nos tempos dessa precarização característica do capitalismo flexível, não representa a garantia da estabilidade, da constituição de uma carreira, presente em outras etapas do capitalismo.

Ora, nesse ponto das descrições das trajetórias de trabalho do Sem Teto a narrativa começa a ficar repetitiva, redundante. As histórias de desemprego, reemprego, trabalho avulso, bicos etc. começam a se acumular entre os entrevistados. Ao descrever, sob a alcunha de Sociedade Líquida Moderna, as

características da sociedade fundamentada pela ética do Capitalismo Flexível, Bauman define desta forma a redundância:

Ser “redundante” significa ser extranumerário, desnecessário, sem uso – quaisquer que sejam os usos e necessidades responsáveis pelo estabelecimento dos padrões de utilidade e de indispensabilidade. Os outros não necessitam de você. Podem passar muito bem, e até melhor, sem você. Não há uma razão auto-evidente para você existir nem qualquer justificativa óbvia para que você reivindique o direito a existência. Ser declarado redundante significa ter sido dispensado pelo fato de ser dispensável - tal como garrafa de plástico vazia e não retornável, ou a seringa usada, uma mercadoria desprovida de atração e de compradores, ou um produto abaixo do padrão, ou manchado, sem utilidade. “Redundância” compartilha o espaço semântico de “rejeitos”, “dejetos”, “restos”, “lixo” – com refugo. O destino dos *desempregados*, do “exército industrial de reserva da mão de obra”, era serem chamados de volta ao serviço ativo. O destino do refugo é o depósito de dejetos, o monte de lixo. (BAUMAN, 2005, p. 20)

De fato, o Trabalhador na condição de reserva de mão de obra no período do Capitalismo Fordista, na sua forma mais exemplar nos países centrais, tinha como destino a absorção pelo mercado e/ou a assistência social do Estado de Bem Estar. Mas Bauman se equivoca ao não considerar que o fato de não serem mais “reabsorvidos” no Capitalismo Flexível da mesma forma como eram no Capitalismo Fordista não significa que estes trabalhadores redundantes não sejam úteis para o processo de reprodução do capital. Isto porque o autor desconsidera a função política da Superpopulação Relativa - fragmentando e regulando o valor da classe trabalhadora – que se evidenciam de forma latente e exacerbada neste Capitalismo Flexível. Embora Bauman ilustre este “excesso” de trabalhadores de forma criativa ao apontar sua redundância, se equivoca ao não problematizar – por negá-la – a exploração e utilidade desta redundância na forma do Exército Industrial de Reserva. Marx, analisando as características de reprodução do capital, já afirmara a respeito da tendência de aumento da parte da Superpopulação Relativa não absorvível pelo capital⁷³ e que nem por isso deixaria de ser fundamentalmente útil ao processo de reprodução do capitalismo, refutando as considerações de Bauman.

⁷³ Assim Marx esclarece: “A terceira categoria de superpopulação relativa, a estagnada, constitui parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular. Ela proporciona ao capital reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida se situa abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora, e justamente isso torna-se base ampla de ramos especiais de exploração do capital. Duração máxima de trabalho e o mínimo de salário caracterizam sua existência. Conhecemos já sua configuração principal, sob o nome de trabalho a domicílio. São continuamente recrutados para suas fileiras os que se tornam supérfluos na grande indústria e na agricultura, e notadamente nos ramos da atividade em decadência, nos quais o

De fato, a lógica da reprodução do capital, em sua forma flexível torna as mercadorias flexíveis, fugazes, descartáveis. Não é diferente com a principal mercadoria, que reproduz o capital, a força de trabalho. Exatamente porque necessita, cada vez mais, de mais trabalho, o capital produz e reproduz trabalhadores descartáveis e redundantes, trabalhadores na condição de superpopulação relativa. A existência deste “excesso” de trabalhadores no mercado garante a condição da concorrência entre os trabalhadores, regulando o valor da força de trabalho em valores que atendem as necessidades de reprodução do capital.

O refugio humano, que engrossa a fileira dos Sem Emprego, para além do monte de lixo, inútil, fora de uso, desponta como um dos produtos centrais, necessário ao processo de reprodução do capital. Na perversa alegoria proposta na citação de Buaman, comparando a massa de desempregados do capitalismo flexível ao monte de lixo, ainda cabe mais uma observação: neste novo espírito do capital, até mesmo o lixo se transforma em negócio. A onda da reciclagem, por exemplo, alavancada pelo discurso da sustentabilidade também se constitui em uma indústria que alimenta um mercado de precarização, evidenciada pela exploração do trabalho dos catadores, muitos deles vinculados a “falsas” cooperativas, mostrando que o discurso da sustentabilidade parece não incluir o trabalhador no meio ambiente a ser protegido.

A própria condição de catador, como revela o Atlas sobre o direito de morar em Salvador (2012, p.26 – 27), se constitui em uma das atividades mais comuns e precárias vivenciadas pelos Sem Teto da capital baiana.

Ora, os trabalhadores que emprestaram um tanto de seu tempo nesta pesquisa carregam exatamente este estigma da fugacidade, da impossibilidade de construção de uma trajetória de trabalho que se configure nos moldes de uma carreira, conforme os termos da ética de trabalho fordista.

artesanato é destruído pela manufatura ou esta pela indústria mecânica. A superpopulação estagnada se amplia a medida em que o incremento e a energia da acumulação aumentam o número dos trabalhadores supérfluos. Ela se reproduz e se perpetua, e é o componente da classe trabalhadora que tem, no crescimento global dela, uma participação relativamente maior que a dos demais componentes.” (MARX, 2001, p. 746-747) E acrescenta mais na frente: “O crescimento dos meios de produção e da produtividade do trabalho, mais rápido que o crescimento da população produtiva, expressa-se, de maneira inversa, na sociedade capitalista. Nesta, a população trabalhadora aumenta sempre mais rapidamente do que as condições em que o capital pode empregar os acréscimos dessa população para expandir-se”.(MARX, 2001, 748-749)

E esta realidade parece não respeitar sequer as distintas etapas geracionais. Como visto, desde os mais experientes, até os mais jovens enfrentam a mesma experiência de rotatividade e falta de estabilidade na sua trajetória de trabalho. A experiência fordista parece jamais ter feito parte de suas vidas, mesmo entre aqueles que vivenciaram o mercado de trabalho brasileiro como ativos antes mesmo do período de Reestruturação do Capital no Brasil e na Bahia, na década de 1990.

Na verdade, não é que estes trabalhadores tenham fracassado como mercadoria, como produto a ser consumido, como elabora Zigmunt Bauman (2005; 2008) Ao contrário, como nenhum outro trabalhador, dentro da ética do capitalismo flexível, o Sem Emprego, como trabalhador flexível que é, compreende e realiza de forma exemplar o espírito da mercadoria necessário a esta ética do consumismo. A mercadoria deve ser o objeto de desejo do consumidor. E neste caso, a força de trabalho é objeto de desejo insaciável do capital, o capital precisa dela pra sobreviver e se reproduzir. No entanto, na lógica consumista a mercadoria só tem sentido enquanto alimenta, permanentemente, o desejo, ou seja, quando satisfaz parcialmente o desejo, alimentando-o sempre, para que nunca deixe de existir. É o já falado, princípio da insaciabilidade. A mercadoria, o objeto de consumo tem, portanto um tempo limite, preestabelecido para ser usado. Como o valor do trabalho, enquanto trabalho abstrato, é inesgotável, já que é o produtor da riqueza e de todo valor, o indivíduo, o trabalhador é que carrega a pecha de sua desvalorização necessária para a alimentar o princípio do sistema. Assim, cada trabalhador que porta, carrega consigo, e é, efetivamente, mercadoria força de trabalho é visto e contratado como necessário, para ser, em seguida, dispensado como supérfluo. Recai sobre este sujeito as mesmas características, neste caso, de qualquer outra mercadoria. As “leis” da obsolescência programada fazem de cada sujeito, individualmente, uma mercadoria fadada ao envelhecimento precoce, à superação e consequente caminho do desuso.

Neste sentido, é exatamente a condição de serem redundantes que os fazem extremamente úteis ao processo de reprodução da ética do capitalismo flexível. A cada entrada e saída do mercado de trabalho “formal”, a cada estratégia de subsistência através de bicos dos mais diversos, a cada empreendimento próprio, estes trabalhadores e suas energias são absorvidas e convertidas em processo de reprodução do capital. Não é à toa que a descrição de Engels sobre a reprodução da

concorrência no capitalismo nascente do século XIX (vista no capítulo primeiro) se assemelha com as formas de reprodução e práticas cotidianas dos Sem Teto que depuseram nesta pesquisa. A existência destes redundantes de hoje parecem possibilitar a reprodução da concorrência entre os trabalhadores com valores numéricos e significados culturais e simbólicos com magnitudes bem mais avassaladoras do que as descritas por Engels (ou Marx) naquele período.

E são exatamente as características de adaptabilidade e a capacidade de resistência e sobrevivência próprias desses trabalhadores que os fazem tão úteis. Sua flexibilidade portanto. Sua capacidade de se renovar e se desgastar, se vender, de ser comprável, utilizável, ou, para não correr do termo, de ser consumível pelo próprio sistema que os produz é que os fazem tão úteis e necessários. É como estes trabalhadores se reinventassem a cada nova atividade que eles exercem.

Entre as ocupações mais citadas está, certamente, a de empregada doméstica. Entre as entrevistadas que apontam a atividade de empregada como atividade principal, observou-se, nesta ocupação laboral, quase nenhuma rotatividade no que diz respeito a atividade em si. Mas a troca constante acaba acontecendo com relação aos patrões e locais de trabalho. A história de Valéria, que tem orgulho da condição de empregada doméstica, demonstra a precariedade desse tipo de ocupação, mesmo quando ela relata ter vivido boas experiências com os patrões:

Sou dona de casa, mas minha profissão é empregada doméstica, eu sou empregada domestica, mas eu realmente, nesse tempo, eu saí do trabalho. Trabalhei, durante doze anos com carteira assinada. E tive a sorte de ter bons patrões, até hoje sou bem recebida na casa de qualquer um deles. Mas no momento estou desempregada, há 1 ano. É a primeira vez. Mas mesmo doente, sem poder trabalhar, eu faço faxina, lavo uma roupa, passo uma roupa. Se eu achar três vezes por semana, eu faço três vez por semana, se eu achar uma vez por semana, faço uma vez por semana, meus patrões antigos arrumam pra mim, me indicam serviço.

Depois de 12 anos de carteira assinada o desemprego atinge de forma dramática a sua trajetória como empregada doméstica. O trabalho como doméstica exige do profissional que o exerce boas condições físicas, por se tratar de um trabalho duro, que exige esforço. A descoberta da doença nos rins fez da atividade como empregada doméstica uma atividade de risco para Valéria, mas a necessidade de continuar tendo uma renda a obriga a continuar trabalhando, mas não mais com a suposta estabilidade de antes, conferida pela CT. Tendo conseguido um

apartamento pelo PMCMV, ainda quando ela e o seu companheiro estavam empregados, a Caixa Econômica Federal acordou um contrato em que teriam de pagar uma mensalidade de 125 reais pela casa própria, já que existia uma renda familiar suficiente. Ao adoecer, Valéria perdeu o emprego ao mesmo tempo em que o seu marido perdeu o dele e se viu obrigada a trabalhar, mesmo sem condições de saúde, para não correr o risco de perder a sua casa. A dificuldade de se manter empregada, a insegurança e instabilidade da atividade de empregada doméstica e a ausência de rendimentos provocada pela falta de trabalho devolvem a Valéria a possibilidade de voltar a ser uma Sem Teto.

A experiência como empregada doméstica revela, também, outro fator que explicita a condição de precariedade desta atividade, qual seja, o trabalho infantil. A experiência foi vivida pela manicure Márcia, de 26 anos:

Eu sou dona de casa e faço manicure tem uns três anos, pra ajudar em casa. Eu fui empregada doméstica, eu já trabalhei em muito tempo nisso, né! Antes de ter filhos trabalhei em casa de família, eu tinha uns oito anos quando comecei e parei nos quinze dezesseis anos.

E pela guerreira Helena, atualmente desempregada, moradora de uma “bela” casa, já levantada de bloco com as próprias mãos, na beira da Baía de todos os Santos, de frente pra o mar de Periperi, na CDP:

Ó, ultimamente eu tô em casa, mas trabalhei já com vendas. No momento eu não estou trabalhando. Olhe, eu já trabalhei de doméstica né, na casa de família, foi meu trabalho principal, o que fiquei por mais tempo. Desde os dez anos né, minha mãe me abandonou, meu pai não sei quem é, né, nem uma lata de leite, sumiu no mundo e eu fui morar com minha tia e, como minha tia trabalhava na casa de família e não podia ficar comigo, ela me colocou num convento, então a maioria da minha história foi num convento. Nas minhas férias era trabalhar na Ilha, na casa dos pessoal que ela conhecia né, que ela trabalhava. Então, aí, quando eu fiquei no convento dos nove... foi dos nove até uns doze anos, mas sempre quando tinha as férias eu ia trabalhar, né, de faxineira, eu era pequena, trabalhei de faxineira. Aí foi quando eu saí do convento com uns doze pra treze anos aí foi que eu vim trabalhar na casa de família mesmo, trabalhar estudar, vim morar com minha avó em Coutos. Não dormia no emprego, e tinha vez, depende né, porque tinha uns que eu tomava conta de criança e trabalhava e estudava, e depois eu saí desse que tava me escravizando muito né, que eu praticamente não tinha horário para dormir né, eu dormia uma, duas horas da manhã, quando era cinco horas da manhã eles estavam na porta de meu quarto, me acordando, pra fazer o café da manhã e agilizar muitas coisas, então pra mim estava sendo muito sacrificado, tá entendendo, aí foi que eu vim pra casa da minha avó, mesmo assim eu continuei trabalhando na casa de família, né, e não tive ninguém pra me instruir para eu ir pagando o INSS né, então esses tempo todo, essa temporada toda que eu trabalhei eu perdi. Sem carteira assinada nem nada, sem contribuição nenhuma, por que eu não tinha ninguém pra me instruir, tá entendendo?

Depois trabalhei, agora mais recente, com vendas, com produto de limpezas, eu mesma fazia o fabrico de água sanitária né.

A trajetória dos Sem Teto também tem espaço para o empreendedor individual que engrossa as estatísticas do governo entre aqueles que “deram certo” ao apostar no perigoso slogan do “faça você mesmo!”. É caso de Geisa, da Gal Costa, de 43 anos, que durante 20 anos teve um negócio próprio na área de confecções e aluguel de roupas para casamento:

Eu tenho um pequeno comercio lá na Suçuarana, de roupa. Já têm uns vinte anos. É, mas meu primeiro trabalho eu trabalhei num pequeno comércio de costura de roupa, trabalhei numa fábrica, numa pequena fabricazinha lá no pelourinho, de moda praia. Eu era empregada, tinha carteira assinada. Aí depois em noventa e dois aí eu abri meu próprio negocio com minha mãe, abri meu próprio negocio com ela, lá na... lá na avenida sete, um comércio pequenininho, depois a gente começou a fazer em casa mesmo. Aí eu comecei em noventa e dois abri a minha empresa no SEBRAE e até hoje eu estou. Depois eu botei outro ramo, eu botei aluguel de roupa até hoje eu estou. Aí eu tenho duas filhas que mora na Suçuarana e a gente tem um ponto comercial lá, é de aluguel de roupa, de noiva, quinze anos, formatura só roupas de festa. Eu só tive, na verdade eu só tive um emprego mesmo de carteira assinada o resto tudo aí eu peguei e cansei, eu falei vou abrir meu próprio negócio.

O princípio da conversa com Geisa dava a entender que ela tinha um negócio próprio que garantia a ela uma condição diferenciada diante dos outros Sem Teto. De fato, Geisa demonstra ter um padrão de consumo distinto, em sua casa bem mobiliada se encontra todos os eletrodomésticos necessários em uma casa e mais alguns que são tratados também como supérfluos, como forno elétrico, micro-ondas etc. A sua casa na ocupação também se destaca, por ser uma casa rebocada e pintada por dentro e por fora, com varanda, piso, banheiro, enfim, uma casa que se diferencia de forma clara dos barracos ou mesmo das casas de bloco encontradas na ocupação. Enfim, Geisa parece representar um exemplo do empreendedor bem sucedido alardeado pelos defensores dos “lados positivos” da flexibilidade.

No entanto, o aprofundamento da conversa começou a revelar as contradições das conquistas de Geisa. Primeiramente, Geisa acabou cedendo o negócio que tem para as filhas, que não conseguindo uma inserção no mercado de trabalho precisam ter alguma forma de se manter. Assim, depois de trabalhar 20 anos em um negócio próprio, ela volta a procurar emprego:

É já tenho um trabalho em vista porque, porque... porque o comércio vai ficar mais com minha filha, eu quero ter outro meio de ocupação e também pra, pra aumentar mais o salário, o dinheiro né. Na verdade eu já estou trabalhando, eu comecei agora só que ainda não assinou minha carteira não. Estou trabalhando numa loja de estética lá em Caminho das Arvores. Eu trabalho como recepcionista. Assim, aí, o comércio eu deixei, na verdade, pras minhas filhas, porque uma tá sem trabalhar e a outra tá trabalhando, então ela vai ficar lá.

Além de não ser mais dona do negócio, Geisa ainda revela a condição de subordinação dos tempos de sua vida aos tempos do negócio próprio. Assim, embora tenha “equipado” completamente sua casa, pouco fazia uso desses bens e da própria casa que havia construído:

Nunca tirei férias. Tanto, assim, que meu marido viajava e eu tinha de ficar. Era muito puxado pra mim porque eu trabalhava dobrado, não tinha tempo pra mim nem pra me cuidar. Então, uma pessoa que não trabalha pra outro, que trabalha pra si... eu trabalhava de domingo a domingo, às vezes eu nem ia pra casa... eu quase não ficava na ocupação, ficava na casa da minha mãe. Aí meu marido ficava lá. Aí eu quase não tinha tempo pra nada. Se eu trabalhava de domingo a domingo! Não tinha tempo nem pra, nem pra respirar. Foi por isso que eu dei um tempo pra... pra eu poder ter mais tempo pra mim, ter mais tempo pros meus filhos, ter mais tempo mais pro meu marido, no começo eu saía, eu pagava aluguel, o comércio era alugado, aí eu tinha que trabalhar muito mais, pra poder fazer o dinheiro entendeu? Do aluguel. Quando você tem um ponto próprio é outra coisa, que é seu, aí dá pra você pagar outras coisas, mais quando você tem, que tem um comércio que tem o aluguel aí você tem que trabalhar dobrado. Eu não sei o que é férias.

A ideia de liberdade presente no trabalho como autônomo é uma espécie de armadilha recorrente entre os trabalhadores Sem Emprego. Há dez anos que estudo as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores informais e desempregados da RMS e os depoimentos enaltecendo a condição de autonomia do conta própria se repetem em cada conversa realizada com estes trabalhadores:

Sempre tive que correr atrás de diversas maneiras, mas nunca tive oportunidade de entrar completamente no mercado formal e quando eu entrei, por incrível que pareça, a humilhação foi tão grande que eu prefiro, Deus me perdoe, correr atrás do meu prejuízo trabalhando pra mim.(Cícero, vendedor ambulante)

Então eu, hoje eu, eu tô na área informal exatamente por causa disso, porque assim, se eu quero terminar minha faculdade, se eu quero estudar, se eu quero ter tempo pra tá com minha filha, eu quero ter um lazer, uma coisa, infelizmente eu não posso entrar nesse sistema que tá aí, escravista. (...)

Com toda dificuldade na Terra, mas eu faço meus horários, eu faço minha rotina, tenho minhas clientes certas. Não tem dinheiro descontado né, não

tem o desgaste emocional e físico, a tortura psicológica que é feita né. Porque querendo ou não o tempo todo tem que mostrar, a gente tem que é colocado que a gente tem que tá se superando, mostrando nosso melhor, nosso melhor, e o nosso melhor é sendo explorado, explorado cada vez mais. (Mariana, desempregada)

A única coisa que eu desejo fazer, tudo que eu tinha de fazer eu fiz ,agora o que eu desejo fazer hoje é não trabalhar mais pra ninguém, continuar na minha área de comércio, ter meu próprio negócio, quer dizer, ter meu ponto comercial, meu sonho é ter meu ponto comercial ter dinheiro pra pagar, que um ponto comercial hoje em dia é mais caro que uma casa. (Geisa, autônoma)

A própria experiência de precariedade enfrentada nos trabalhos do chamado setor formal recai sobre os Sem Teto como uma vivência ruim, fazendo com que a condição do trabalho autônomo, de ser empreendedor e patrão de si mesmo, sem as possíveis “proteções” da subordinação a um vínculo empregatício, se constitua como uma alternativa mais desejável para alguns dos Sem Emprego. No segundo trecho de Mariana, recortado acima, ela consegue fazer com certa clareza a leitura das exigências que o mercado faz com relação ao trabalhador flexível, exigindo-lhe que faça sempre o melhor, demonstrando sua capacidade ser empregável e, portanto, de ser consumível pelo mercado de trabalho. Esse ser consumível implica em se submeter a qualquer tipo de exploração, com ainda será demonstrado mais a frente em outros depoimentos (alguns da própria Mariana).

Ora, mas a busca pela liberdade do trabalhador autônomo carrega um revés, uma espécie de subordinação à ditadura da liberdade. A condição de poder construir a própria rotina, escolher os horários de trabalho de acordo com a própria disponibilidade nem sempre se realiza como se gostaria. Diversos estudos (BARRETO, 2005; OLIVEIRA, 2005) a respeito das condições precárias de trabalho das ocupações informais em Salvador mostram que estes trabalhadores enfrentam jornadas de trabalho bem acima daquelas encontradas nas ocupações com carteira assinada. Além disso, mesmo enaltecendo a suposta liberdade do conta própria, o desejo de ter um emprego, com a proteção da carteira assinada, sempre é recorrente entre os trabalhadores informais, que manifestam o desejo de alcançarem os direitos e a proteção social que a CT representa (BARRETO, 2003; 2005).

Como visto, em depoimentos acima, muitas vezes a rotina do trabalhador autônomo, obrigado a acumular todas as funções do negócio, como a produção,

controle de estoques, contabilidade, atração de clientela etc., o que resulta numa trajetória de trabalho em que o sujeito jamais descansa, não tira férias e acaba tendo pouco tempo para viver o mundo da vida que está para além da produção da subsistência, representando o perverso perfil do empreendedor, o profissional flexível que a tudo se adapta, capaz de acumular todas as funções do próprio negócio em busca de um sucesso (inalcançável) no mercado que, de fato, tem todos os limites.

Outra questão demonstrada nas falas acima diz respeito a submissão a sazonalidade da atividade. Algumas atividades dos autônomos dependem muito da época do ano em que de fato há alguma procura. No chamado período de baixa temporada da atividade, o trabalhador acaba condicionando os seus ganhos e, conseqüentemente, a obtenção de sua subsistência, o seu consumo, a essa sazonalidade. Na verdade, o que fica evidente é que não há um controle real do trabalhador sobre sua rotina e condições de trabalho.

A representação positiva que estes trabalhadores tem de sua atividade como autônomo está profundamente marcada pela repulsa ao controle e à obrigatoriedade no trabalho representada pela existência do patrão. No entanto, como apontado em pesquisa anterior sobre o trabalho nas ruas de Salvador:

O fato destes trabalhadores se considerarem independentes não significa que considerem sua situação de trabalho boa [...] O fato de serem independentes não significa que estes trabalhadores desfrutam de excelentes condições de vida e trabalho, a independência traz consigo toda uma gama de fatores estruturais ou subjetivos que condicionam a vida e o trabalho destas pessoas.

Conforme aponta Sennett a repulsa à rotina burocrática e ao controle do fordismo, a recusa de ter um patrão, de ser subordinado ou dever algo a alguém, enfim, a busca pela flexibilidade do tempo e do espaço e das relações de trabalho, ao invés de criarem as condições necessárias à livre ação dos homens, produziram novas estruturas de poder e controle que subordinam os trabalhadores a uma condição de precarização, fazendo com que eles se achem livres, donos de seus destinos. (BARRETO, 2003, p. 125)

A percepção dos Sem Teto a respeito da condição de precariedade das condições de trabalho às quais estão submetidos os trabalhadores autônomos fica evidente quando os mesmos são questionados se gostariam de ter um trabalho com carteira assinada.

Em alguns casos, o desejo da carteira assinada está associado ao desejo da estabilidade financeira e a segurança causada pelos direitos associados a carteira de trabalho:

Carteira assinada? Queria sim! Porque... muitas coisas né, é mais o dinheiro, né. E... quando precisar posso encostar, e no final do ano tem aquele dinheirinho extra, né. Sempre tem, né. (Márcia)

Porque tem seus direitos, né! Se você cair doente tem seu INSS, né, vai chegando certa idade, se você tiver alguma doença você já pode se aposentar, por que tá constando ali, como eu disse a vocês, hoje em dia eu poderia estar até, praticamente me aposentando, mas não tinha ninguém para me instruir para eu pagar o INSS... (Helena)

Os depoimentos dos Sem Emprego que revelam o desejo pela carteira assinada evidenciam que a condição de emprego, nos moldes como ela se consolidou na ética fordista, carregada dos direitos e seguranças sociais, decretada extinta, morta e acabada por diversos estudiosos e teóricos da pós-modernidade ainda permanece viva nos anseios de diversos segmentos de trabalhadores da RMS.

Mas o desejo por este trabalho com carteira assinada, em alguns casos, passa por critérios claros em que este trabalho realmente possa trazer satisfação. Uma forma de ocupação que possa, verdadeiramente, garantir a estabilidade financeira e a segurança dos direitos sociais associados à carteira assinada, mas sem a precariedade já presente hoje também no chamado setor formal. Mais além, o trabalho com carteira assinada teria que significar a possibilidade de resgate e manutenção da dignidade pessoal e a afirmação de uma identidade étnica e familiar:

Oh eu não vou ser hipócrita, eu gostaria de tá trabalhando hoje numa área que eu me identifico que é a área social né, mas assim umas seis horas por dia né, pra que no outro espaço do tempo eu pudesse fazer um curso né, sei lá, uma estabilidade financeira né. Porque, querendo ou não, eu tenho uma filha, eu tenho minhas contas batendo na porta todos os dias, meu estomago grita todo dia por comida, então querendo ou não é você ter uma estabilidade, mas muitas vezes você pensa assim “poxa eu vou entrar no mercado de trabalho eu vou ser humilhada né, eu vou ser tratada inferiormente”. Então, assim, eu já dei muito minha cara pra bater, eu acho que eu ainda dou né, mas as vezes eu penso em voltar ao mercado de trabalho, sei lá, eu quero, eu peço ao meu orixá né, eu peço muito a minha mãe Oiá que ela me dê um emprego, de carteira assinada, pra que me dê uma estabilidade, que eu possa comprar minhas coisas, que eu possa ter meu nome limpo, sabe, porque, assim, infelizmente a única coisa que o pobre tem é o nome, e, assim, você ter seu nome sujo é a pior merda que

tem. Então, assim, eu quero ativar meu nome, não pra comprar, mas pra ter minha cabeça erguida, porque eu devo a Banco. (Mariana)

E acrescenta:

Eu não sou, é, como é que se diz? Um bolo de carne jogado amontoado num navio negreiro, eu tenho nome, tenho sobrenome e é esse nome e esse sobrenome é que marca a mim e a minha família sabe, define família. Define uma construção, um vínculo, um laço familiar e que, por incrível que pareça, é exatamente por causa do sistema capitalista que hoje tá sujo, e assim eu quero limpar meu nome. Mas não me vejo no sistema capitalista né, pagando pau pra shopping, pra loja. Deus me perdoe porque posso pagar minha língua né, que a gente sabe do dia de hoje e não sabe do dia de amanhã. Mas eu gostaria sim de ter direito a uma aposentadoria digna, de ter meus anos de contribuição pagos direitinho, ter direito a meu PIS todo ano, ter um 13° pra poder viajar com minha filha. Então assim, são coisas que pesam, hoje eu preciso comprar uma televisão, preciso comprar um computador, mas não tenho renda fixa, então eu não posso fazer dívida né, não tenho como me fiar no dinheiro e, querendo ou não, você trabalhando com a carteira assinada, você tem essa garantia de que você vai receber. Por mais que você seja demitido, fique desempregado, mas você vai ter o seguro desemprego que já lhe segura né, já dá pra você organizar suas contas. (Mariana)

A fala de Mariana expressa, com clareza, o significado da carteira assinada enquanto garantia de proteção e segurança, mas expressa uma realidade que define um revés da CT na lógica do Capitalismo Flexível. A precariedade está em toda parte, está presente também naqueles postos de trabalho que, por causa da existência da garantia da CT, deveriam ser mais seguros e estáveis e os direitos e dignidade dos trabalhadores deveriam estar garantidos. Mas, mesmo os postos de trabalho com registro submetem os Sem Teto a condições degradantes, que exigem capacidade de adaptação e formas de flexibilidade e polivalência que submetem o trabalhador empregado a toda sorte de humilhações. Mais um longo depoimento de Mariana demonstra bem esta condição de precariedade vivenciada na sua experiência trabalhando em um Shopping:

É humilhante porque, assim, eu fui contratada pra ser operadora de caixa, em que eu abria o caixa e tinha que ficar 8 horas com o caixa aberto, no meu intervalo eu tinha que sair e deixar o caixa aberto, mas se faltasse R\$ 5,00 reais no meu caixa eu assinava a advertência. Quer dizer, em muitas vezes você deixa de tirar o seu break, tirar o seu descanso que é obrigatório por lei, com medo de faltar algum dinheiro e você tomar advertência, porque querendo ou não, você assinar uma advertência é declarar que você roubou. Mas quando sobrava, a empresa não dava pro funcionário, ficava pra empresa. Eu passei sete meses, mas eu tive que aprender a limpar chão, eu nunca tinha limpado chão né, não assim, me dispôr a trabalhar especificamente fazendo aquilo. Eu nunca tinha trabalhado de serviços gerais e tive que aprender a lidar com produtos químicos da área de serviço geral, não recebia por isso. Eu ganhava o salário bruto e ainda vinha cheio de desconto. Peguei infecção urinária porque não podia sair pra fazer xixi.

Até a quantidade de água que eu bebia uma vez vieram me questionar porque achavam que eu saía toda hora pra beber água porque eu queria ficar lá dentro conversando, quer dizer, nem pra sair pra beber água eu não tinha direito, né, era regulado, era controlado. Fora que por eu ser negra e usar o cabelo Black e as outras meninas, as outras atendentes serem brancas do cabelo liso, elas podiam desfilarem nos espaços da loja do cinema de cabelo solto mas eu tinha que passar com a boina. Eu senti que era um preconceito exatamente por causa do meu cabelo. E aí, é aquela coisa, às vezes a gente se molda pra entrar no mercado de trabalho.

O trabalho na construção civil também é exemplar dessa condição de precariedade:

Na área de construção civil a pessoa chegava e dizia “vai bater uma laje tal hora”. Eu tinha que ficar. Eu já fiquei até dez horas da noite pra fazer concreto, pra bater laje, fazer contrapiso, piso e tudo, né. Na área de construção civil então, teve momento que pra mim foi sofrimento, porque não tinha descanso, tinha que trabalhar às vezes sábado e domingo, e às vezes até feriado e sempre com ameaça de ser posto pra fora. Não tinha descanso, tinha que trabalhar excessivamente, às vezes passando sempre do horário de serviço. Então pra mim ficou puxado assim, digamos tinha hora que era bastante difícil.

Tem também os limites que essa condição de precarização também impõem à idade:

No início eu gostava de ser garçomete, eu fui garçomete cinco anos, mas aí quando a velhice chega os patrões acham que garçomete tem que ser bonitinha e toda durinha e aí, no que a mulher (Risos) começa a cair, não é mais atrativa, não é mais interessante pro trabalho.

E entre tantas humilhações que muitas vezes a condição de empregada doméstica impõe, não foi incomum aparecerem as opressões de gênero explicitadas nos abusos dos patrões sobre as Sem Teto ainda crianças:

Já passei muito sofrimento no trabalho sim... eu ainda menina, trabalhando em casa de família, meu patrão queria me abusar sexualmente, queria me abusar né, fazer muitas coisas. Eu não passava pra minha tia, não contava. Teve uma vez que eu tomei até uma surra, mas não dizia nada né? Devido nego ver alguma lance e dizer que era eu, que a culpa era minha, mas eu tinha 12 anos. Tá entendendo? Tenho muitas mágoas assim, mas hoje em dia são coisas que eu levo de experiência e passo pras minhas filhas, tá entendendo? Eu passo pras minhas filhas... No trabalho também com fabrico de produto de limpeza também! Muito sofrimento! Tava me prejudicando um pouquinho a saúde, tá entendendo, não tinha assim, quem me instruisse assim a usar luvas, porque você sabe que o cloro danifica as unhas, até a saúde mesmo, você respirando prejudica o pulmão né e tava me prejudicando um pouco aí eu... deixei um pouquinho de mão, mas tô querendo, precisando retornar né.

Ou o excesso de trabalho e falta de estabelecimento claro da função a ser exercida:

Tomei conta de duas crianças abençoadas por Deus, lá em São Cristóvão, mas só passei 3 meses por que eu não guentei, né? Eu nunca tinha trabalhado na casa dos outros, e assim infelizmente o trabalho doméstico é exploração, e aí eu não quis me submeter a relação escravista. Porque foi escravista, que a criatura queria que eu tomasse conta, que pegasse lá 6:00 horas da manhã e largasse 7:00 da noite quando ela chegasse, só que aí no intervalo o dinheiro que ela pagava só era mesmo pra tomar conta dos meninos mas ela queria que eu lavasse, passasse e cozinhasse e eu não faço em casa imagine no trabalho, então eu só fiquei três meses certinho.

Assim, a descrição de cada relato sobre as trajetórias de trabalho transcritos neste capítulo explicita as distintas formas de precariedade nas quais estão imersos os Sem Teto e esclarece o significado da condição de Sem Emprego. O desemprego, o emprego precário, a rotatividade, a exploração, os baixíssimos rendimentos, a jornada de trabalho extensa e incerta, a insegurança, a instabilidade, a ausência de direitos e benefícios que se configuram como uma constante na trajetória de trabalho dos Sem Teto colocam estes trabalhadores como um exemplo empírico singular do fenômeno descrito no capítulo anterior como a Precarização Social. Estas distintas formas de Precarização Social experienciadas pelos Sem Teto expressam o quanto estes sujeitos sociais, enquanto trabalhadores que são, são utilizados pelo capital. É sob o signo da precarização que estes trabalhadores são úteis, que são utilizados pelo capitalismo flexível, são consumidos, ao reproduzir, sob a condição de Sem Emprego, e portanto, de Reserva, o próprio capital que os produz e os explora.

Alguns destes trabalhadores caminham constantemente na fronteira entre o desemprego aberto, os bicos e o reemprego. Esta inconstância nas posições ocupadas no mercado de trabalho afastam estes Sem Teto da experiência da ética fordista. Mas os tornam úteis, consumíveis, como uma reserva, passível de ser absorvida e rapidamente descartada. Cabe a este Sem Teto a polivalência, a capacidade de mudança para ser capaz de se reinserir. Por isso a tamanha mudança de atividades.

Outros Sem Teto até vivenciaram longas experiências de trabalho com carteira assinada e amargam recentemente o desemprego de longa duração, na condição de desemprego aberto por trabalho precário. Sequer são reabsorvidos pelo

mercado de trabalho estruturado. Neste sentido não parecem úteis, não parecem consumíveis. São redundantes neste caso, existem em demasia, são refugos. Mas é como refugio que se tornam úteis e, assim, sua existência é consumida, alimentando a abundância necessária à reprodução do espírito consumista descrito por Baudrillard e Bauman.

A tese defendida pelos teóricos da sociedade do consumo é a de que somente a sociedade capaz de produzir a abundância libera os seres humanos do reino da necessidade, liberando-os para consumir apenas pela fruição, pela satisfação de desejos e não para suprir necessidades. De fato, a produção da abundância não libera os seres humanos de terem que lutar para produzir e consumir para satisfazer as necessidades, para sobreviver. No entanto, esta suposta produção da abundância possibilita a consolidação de uma ideologia, de uma crença de que é possível se livrar desse reino da necessidade. Assim, a produção da abundância de seres humanos disponíveis ao trabalho libera o capital do reino da submissão à escassez da força de trabalho. A experiência histórica da Precariedade Social é a materialização desta abundância de trabalhadores redundantes. Os Sem Teto, na condição de Sem Emprego, são exatamente uma expressão empírica dessa materialização.

Diante disso, que tipo de experiência as narrativas descritas anteriormente podem transmitir? Investigando as características do tipo de sociabilidade engendrada pelas novas formas de organização do capitalismo flexível, Richard Sennett vai questionar a respeito das consequências desta nova ética do capitalismo sobre a subjetividade e ações práticas dos seres humanos. Segundo Sennett, o aspecto do Capitalismo flexível que causa mais confusão é o “seu impacto sobre o caráter pessoal.” Caráter aí entendido como: “o valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas relações com os outros”. Neste sentido, o termo caráter “concentra-se sobretudo no aspecto a longo prazo de nossas experiências emocionais. É expresso pela lealdade e compromisso mútuo, pela busca de metas a longo prazo, ou pela prática de adiar a satisfação em troca de um fim futuro” (SENNETT, 1998, p.10).

Como estes trabalhadores podem estabelecer compromissos mútuos, a longo prazo, numa forma de sociabilidade baseada numa ética flexível baseada na

transitoriedade e na fragmentação? Em que medida as experiências vivenciadas nas trajetórias de trabalho impactam nessa constituição de laços?

A experiência vivida sob a condição da Precarização Social faz da trajetória de trabalho dos Sem Teto uma narrativa fragmentada, apressada, cheia de hífens. Na verdade é possível se questionar até que medida se trata realmente de uma trajetória. A noção de trajetória remete a trajeto, caminho, rota. A rota, o caminho podem ser representados, redesenhados sob uma linha, cujo sentido pode ser desvendado, também, dentro de um ordenamento, de uma cronologia. Relembrando a discussão proposta por Bauman (2008), sabemos que uma linha é formada por pontos subsequentes. A trajetória de trabalho dos Sem Emprego faz com que, ao olharmos a sua trajetória, enxerguemos apenas os pontos que a compõem, sem que se possa compreender o todo.

Existem várias formas de responder a estas lacunas engendradas pelo capitalismo flexível. Quando os Sem Teto rememoram suas experiências fragmentadas voltam a reconstituí-la sob um signo de trajetória, de caminho seguido, caminhado.

Conforme Benjamin, a narrativa está fundamentada na experiência compartilhada, a *Erfahrung*. Ao contar, cada um, sua trajetória individual, cada Sem Teto passa a tecer os laços de comunidade que os ligam, sob o signo da precariedade. Como lembra Sennet em *A corrosão do caráter*, rememorar e contar a trajetória fragmentada de trabalho parece fazer com que estes trabalhadores reordenem seu caminho dando-lhe um sentido. Estes laços não se tecem apenas na rememoração, nas falas concedidas às entrevistas. A narrativa, enquanto experiência coletiva só se rememora porque existe na prática, nas ações práticas cotidianas deste trabalhadores. E esta prática se materializa na relação entre cidade e trabalho, vivenciada por estes sujeitos enquanto trabalhadores Sem Emprego (produzidos x consumidos pela lógica do capitalismo flexível) e enquanto trabalhadores Sem Teto (produtores x consumidores do tempo e espaço urbanos). Neste caminho, é o trabalho, enquanto produtor de realidade, o elemento prático, real desta narrativa coletiva.

4.3.2.1 – O trabalho é central, precário e “dignifica”.

O trabalho, mesmo precarizado, aparece nas representações destes trabalhadores como produtor de dignidade, por garantir a subsistência e assegurar minimamente a inserção destes trabalhadores pobres no universo, mesmo que limitado, do consumo individual de bens (mercadorias) diversos. Mesmo sob o signo da fragmentação, da rotatividade, da insegurança, o trabalho, que garante a sobrevivência, se constitui como elemento fundamental para estes trabalhadores que habitam os espaços mais precários produzidos pela ética do capitalismo flexível. Este momento de positivação parece se constituir como um primeiro instante de junção dessas narrativas tão fragmentadas. Assim, mesmo precarizado e degradante, o trabalho inicia um caminho de remissão, ao menos nas representações destes trabalhadores.

Primeiro o trabalho é pensado desprendido de suas formas concretas, vividas na carne, sendo remetido a sua forma genérica enquanto ato provedor da vida. Neste caso a positivação se manifesta de forma mais aparente e direta, como o definidor da própria vida:

*Rapaz, o sentido do meu trabalho é o sentido é a minha vida né, sem trabalho ninguém faz nada, ninguém é nada sem trabalho.
O homem tem que ter dignidade e pra ter dignidade ele tem que ter um trabalho, é faz parte da vida do homem, não só do homem, da pessoa humana em geral, a mulher também, o trabalho é fundamental, sem o trabalho agente não é ninguém, não é nada.
Uma pessoa não ter trabalho, uma pessoa desocupada é, é triste, é horrível, não consigo viver sem.*

Ou o trabalho é central porque garante a sobrevivência, garante o bem estar e a possibilidade de adquirir bens:

*Ah, tem muita importância, em relação a tudo, eu posso dar uma vida melhor a meus filhos e filhas, posso comprar minhas coisas, é muito importante na minha vida. Então o trabalho pra mim é muito importante, se eu ficar sem trabalhar, a minha vida, não consigo não, é muito importante o trabalho na minha vida, hoje é muito importante.
A importância se dá, né, eu trabalho, eu fico mais sossegada, eu fico feliz que eu tenho o meu dinheirinho pra pagar as minhas contas, não me atrapalha em nada e eu não fico preocupada. Tem conta pra pagar, tem a água pra pagar, eu sabendo que eu tenho aquele dinheirinho durmo satisfeita sem preocupação.*

Mariana, ao lembrar a figura emblemática da Amélia, faz questão de registrar como o trabalho pode significar a dignidade, independência e autonomia feminina:

O trabalho pra mim é dignidade. Eu não sou, nunca fui, nem quero ser Amélia. Não tenho habilidade nenhuma pra ser, habilidade eu até tenho, mas eu não tenho vocação (risos). Então, assim, me bote pra sair seis horas de manhã e chegar meia noite cansada, mas assim, meu dinheirinho, minhas coisas, principalmente saber que fui eu que comprei, fui eu que paguei, sabe? Eu tenho muito essa coisa de independência, é meu, fui eu que batalhei, fui eu que conquistei. Eu não ligo nem tanto pra comida, sabe? Assim porque eu gosto muito de comer gororoba, adoro comidinha rápida, mas, assim, quando eu olho aquela televisão, “poxa aquela televisão é minha, foi eu que comprei, foi meu suor”, não é uma coisa que eu vou dar descarga e vai embora, sabe? E assim eu, eu não quero ficar uma semana inteira dentro de casa, eu tenho que sair, eu tenho que fazer alguma coisa, eu tenho que achar alguma coisa pra fazer... e a ideia de ficar dependendo de alguém também me incomoda muito. Eu aprendi a não pedir, eu fui criada pra não pedir nada nunca, mas pra eu ter pra dar.

Além da independência, o trabalho, na forma de emprego representa uma condição de valorização diante da sociedade:

Sabe o que é, é a independência... É a independência e também a conquista de você ver uma coisa, poder comprar e num depender de ninguém. E também trabalhando, pra sociedade, você muda totalmente, tá entendendo, a pessoa já tem outra visão de você. Você desempregado, não, pro povo ali você não é ninguém, você passa. Você é empregado, todo mundo vai na sua porta e vê que você tá requisitada, e volta aquelas amizades, que os próprios familiar mesmo se afasta de você, tira você como ninguém, apesar que a gente mesmo se dá o nosso valor, mas a pessoa com emprego é bom.

Para Carlos, de Periperi, o trabalho está apenas abaixo de Deus e ao lado da família, já que, é o garantidor da estrutura familiar:

Poxa... (pensativo) Eu acho que Deus, primeiramente, (pausa) família e trabalho. Acho que tá em terceiro, terceiro plano, e a depender até pode inverter a situação, porque o trabalho é essencial, porque acho que se você não tem um trabalho, você não tem uma base, uma estrutura dentro de casa pra manter família. Então acho que os dois, acho, caminham juntos até, de uma certa forma. O trabalho e a família. Porque sem um trabalho, a sua estrutura dentro de casa, eu acho que fica ruim a família, entende? Então, se não tiver esse terceiro plano, trabalho taria em segundo plano, né. Deus primeiramente, depois vem família, trabalho, trabalho, família.

E mesmo quando a precariedade e a rotatividade se fazem constantes, o trabalho ainda simboliza dignidade e autonomia, possibilidade de adquirir seus bens sem depender de ninguém, como nos revela, mais uma vez, a fala de Mariana:

Com muita dignidade, assim, sempre corri muito atrás das coisas. Tudo que eu tenho, se você chegar na minha casa você vai dizer assim: “Mariana como você conseguiu isso?” Tudo fui eu que comprei, tudo fui eu que lutei sabe? Assim, eu não tenho aquela coisa de dizer assim sabe, “isso foi fulano que me deu, isso foi não sei quem”, não, é meu, fui eu e esse é o meu orgulho, sabe, não é que seja soberba não, mas é eu poder dizer assim: “Porra velho oi tá vendo essa geladeira, essa máquina? eu comprei quando eu trabalhava no Estado”, trabalhava com isso. Tá vendo esse colchão aqui? Eu comprei assim. Olha, tá vendo esses talheres aqui, eu comprei quando eu tava vendendo cerveja.

E mesmo quando sendo precário, a vivência no trabalho, a capacidade de enfrentar as condições de precariedade é vista como sinal de força e dignidade pelos Sem Teto:

Trabalho de empregada doméstica é muito pesado, inda mais eu assim doente. Mas mesmo assim eu, eu corro dentro, eu não tenho medo de trabalho não. É com meu trabalho que eu compro minhas coisas, entendeu? Não gosto de ficar parada, eu tenho um filho que não é do mesmo marido que eu estou, eu gosto de ter a merenda dele, ter a roupinha dele, comprar material pra ele do colégio, tenho minha casa pra pagar, tem comida pra comprar.

Assim, mesmo sob o julgo da precariedade, o trabalho é visto como algo dignificante, como possibilidade de independência e autonomia, o sentido de poder tocar a própria vida.

No entanto, esta positividade apenas se confirma, do ponto de vista do trabalhador, em suas representações individuais. Essa é uma visão típica do trabalho estranhado, vivenciada pelo indivíduo e alimentada pela ideologia do consumo capitalista. Essa positividade se materializa, de fato, em ganhos para o capital.

Assim, para Mariana, Carlos e outros na condição de despossuídos, inclusive de um bem básico como um teto para morar, o ter, a apropriação de um bem, aparece como fruto do seu trabalho. É a forma fetichizada do trabalho e do seu produto, a mercadoria, que se expressa no indivíduo que consome.

O trabalhador, mesmo submetido a condições degradantes de trabalho, assimila e reproduz os valores de positividade desse trabalho que, vivenciado como vocação, dignifica. Mesmo que esta dignidade permaneça apenas no campo simbólico, no sentimento individual e no imaginário social, sem jamais se efetivar enquanto materialidade na vida destes trabalhadores.

A positivação do trabalho precário evidenciada nos tão propagados discursos do empreendedorismo e da empregabilidade, símbolos da ética e do espírito necessários à reprodução do capitalismo flexível, contribui diretamente para o processo de reprodução do capital.

Como coloca Marx (2001, p.665), a alienação do trabalho, a separação entre o produto do trabalho e o próprio trabalho é o ponto de partida do processo de produção capitalista. Alheio ao trabalhador, o produto do trabalho tornado mercadoria é o resultado da exploração do trabalho pelo capital.

Mas grande parte destas mercadorias se constituem em bens essenciais necessários à reprodução material e simbólica (social) destes trabalhadores. O uso do pouco ganho proporcionado por este trabalho precarizado para a compra de mercadorias cumpre uma dupla função: por um lado garante a reprodução precarizada do trabalhador, assegurando, com isso, a oferta da mercadoria força de trabalho, mão de obra, sempre renovada para o capital; por outro lado a compra destes bens pelos Sem Emprego converte os ganhos dos trabalhadores em riqueza para o capitalista, capital reinvestido pelo capitalista para a reprodução do processo de produção capitalista como um todo. Neste sentido, o trabalho que “dignifica” reproduz a exploração do trabalhador, convertida, nos tempos de capitalismo flexível, numa precarização social de toda vida.

Bem, até então, o desdobramento destas histórias contadas pelos Sem Teto evidencia de forma mais clara um ponto das questões suscitadas no início deste trabalho. Foi demonstrado como a condição de precarização social do trabalho torna estes trabalhadores úteis ao processo de reprodução do capital. Seja como mercadoria força de trabalho, consumida no mercado enquanto Superpopulação Relativa. Seja como consumidor de diversos bens e serviços que converte seus pouquíssimos rendimentos e sua reprodução individual em ganhos para o capital. Assim como evidencia a hegemonia da ideologia do consumo, do mercado, da mercantilização da vida, cujos valores reforçados pelo neoliberalismo conquistam as mentes e os corações de segmentos dos trabalhadores pobres, como o caso aqui estudado.

Mas é exatamente esta condição de subordinação vivenciada pelos Sem Emprego que impulsiona este trabalho a avançar sobre o terceiro aspecto suscitado no início deste capítulo.

As condições de trabalho vivenciadas pelo segmento dos Sem Emprego estudados nesta tese, por diversas vezes, reduz a reprodução destes trabalhadores ao mínimo possível. Existem alguns bens que, devido aos baixos rendimentos obtidos pelo trabalho, não podem ser comprados e serviços que não podem ser acessados, como já foi demonstrado. É o que conduz este segmento dos Sem Emprego à condição de Sem Teto. A condição de Sem Emprego lhes nega o consumo de um bem essencial para sua reprodução, a casa. Assim, a moradia só pode ser obtida através da luta.

Como veremos mais adiante, essa luta pela moradia, assim como o trabalho precarizado cotidiano, cuja função é gerar renda pela venda direta ou indireta da força de trabalho, se configura enquanto uma das expressões da luta de classes. Lutar pela moradia é, em grande medida, uma luta contra a propriedade nas formas como esta propriedade é concebida numa sociedade em que a lógica capitalista rege as práticas de consumo. Consumir a moradia, no capital, passa pela compra, ou pelo aluguel da casa. Estas formas de consumo da moradia são negadas aos Sem Teto. Para estes, consumir a moradia tem outra regra: “*Organizar, Ocupar e Resistir!*”, é o que diz o lema do MSTB.

Assim como a difícil trajetória de trabalho, a luta pela moradia converge as trajetórias de vida dos Sem Teto sob um mesmo significado, sob uma mesma práxis. Mas neste caso, esta luta forja uma identidade coletiva que torna singular, enquanto Sem Teto, este segmento dos Sem Emprego da RMS.

4.3.3 – Alguns antecedentes da luta pela moradia:

Estar sob a condição de Sem Emprego faz dos Sem Teto um dos segmentos mais precarizados do mercado de trabalho soteropolitano. Exatamente esta imersão nesta situação de precarização extrema, ao negar a estes trabalhadores o consumo da casa própria pelas vias formais do mercado capitalista, obriga-os a usar o tempo em que não estão trabalhando para garantir sua subsistência lutando para

conquistar a casa, através da práxis desenvolvida dentro de um movimento social organizado.

A construção desta luta se dá pelo enfrentamento de condições também bastante precárias. A luta pela moradia passa pela construção de uma ocupação e a vida sob a lógica da ocupação, seja ela pensada enquanto o espaço físico urbano em que vivem os Sem teto, ou seja, pela ação prática mesmo de entrar num terreno ou prédio através da luta, preparando o terreno com o suor do próprio corpo, é marcada pela privação do direito pleno a alguns bens e serviços públicos mais básicos e indispensáveis. Ser Sem Teto é estar preparado para enfrentar os riscos da chuva, dos incêndios, do tráfico, do racismo, do preconceito, da violência de gênero, da polícia, da ausência da segurança do lar, da reintegração de posse, do medo, de todas as faces da insegurança e, exatamente por isso, ser impelido a lutar.

De certa forma, os Sem Teto carregam uma bagagem que lhes permitem responder a estas vicissitudes através da luta. Nesta bagagem existem fatores estruturais que não se escolhe, como a precarização das condições de trabalho que culminam na precarização das condições de vida. E existem também valores e práticas acumuladas e aspectos culturais que a própria história da cidade de Salvador trata de converter em experiências aprendidas e tornadas práticas, quando necessário.

Não se trata de tentar traçar uma relação causal como um dado possível de ser esgotado, mas sim, de permitir que a narrativa dos entrevistados, também apontem seus caminhos através das experiências rememoradas e escolhidas para serem narradas. Assim, algumas condições podem ser indicadas sem que sejam as únicas possibilidades de explicação.

Um primeiro ponto é, como dito, que existem condições estruturais que se reproduziram ao longo destas décadas, desde a “primeira invasão” na década de 1940 até a primeira ocupação do MSTB na Estrada Velha do Aeroporto, em 2003.

Os Sem Teto das décadas passadas enfrentavam a pobreza e a precariedade característica da organização do trabalho numa sociedade capitalista, com todas as especificidades dessa precariedade nos moldes do capitalismo “subdesenvolvido”. Os Sem teto de hoje vivenciam a condição de precarização social, que atualiza a “velha” precariedade, mas instaura também novas formas de exploração,

desconstruindo as conquistas e perspectivas de ganhos históricos dos trabalhadores alcançados nas décadas anteriores.

Mesmo que, em contextos distintos, essas condições estruturais guardam certas características que se impõem como condicionadoras das práticas, resultando em respostas e posicionamentos que guardam diferenças (ocupar x invadir) e semelhanças (a necessidade da moradia) condicionadas por momentos históricos distintos.

Assim, pode-se colocar a pobreza estrutural, provocada pelos baixíssimos rendimentos, a ausência de proteções sociais, a impossibilidade de acesso a serviços públicos essenciais etc, como fatores estruturantes dessas práticas, condicionando a vivência e transmissão da experiência que resulta nestas respostas e posicionamentos. São, portanto, condições estruturais que caracterizam uma parte significativa dos trabalhadores que durante cerca de 60 décadas vivenciaram e vivenciam a condição de ser Superpopulação Relativa, ou seja, de ser um excedente necessário e indispensável ao capital.

Nesta situação de Superpopulação Relativa estes trabalhadores estão submetidos a uma outra condição material, qual seja, a sua condição de ser Sem Teto, a ausência da moradia. Neste caso, a necessidade da casa se transmite imediatamente enquanto experiência de luta. Mas cada uma com sua singularidade histórica e significados políticos distintos bem definidos pela diferença entre os termos e práticas da invasão (dos Sem Teto de ontem) da ocupação (dos Sem Teto de hoje).

Mas a necessidade de lutar pela moradia e o fato de conquista-la de maneira informal são mais uma faceta das contradições que compõem a própria reprodução do capital. Ao tempo que se configura como uma luta contra uma forma de propriedade obtida pela compra, é também uma forma de o capital obrigar ao trabalhador a se virar para obter sua moradia sem que isso gere ônus para o sistema.

Ao responsabilizar o trabalhador pela obtenção de sua própria moradia o capitalista se livra de ter que arcar com mais um custo no valor pago pela força de trabalho. A moradia, neste caso deveria estar inclusa no valor da força de trabalho, gerando custos ao capital, mas o capitalista transfere este ônus ao trabalhador.

Ora, cada trabalhador pode responder de forma diferente diante das condições estruturais. Alguns se submetem a todas as condições do mercado e se viram para pagar as prestações para obtenção da moradia. Não é que escolham isso, mas de certa forma, para alguns, o fato de pagar pelo bem, diante da pressão social marcada pela reprodução das formas de consumo impostas pelo capital, simboliza um certo “tranquilizador” moral. O bem foi obtido pela compra, a forma esperada e legitimada dentro desta sociedade. O Próprio Minha Casa Minha Vida é ilustrativo desta condição. O governo não dá as casas. Ao contrário, endivida o Sem Teto, que passa a ter de pagar prestações pela casa, que é da Caixa Econômica Federal, para que de fato seja sua.

Assim a questão que se põe é que, dentre as distintas respostas possíveis de ser dadas aos condicionadores estruturais, na cidade de Salvador, a luta pela moradia através da ocupação forçada de terrenos públicos e privados se constituiu como uma das respostas e práticas mais significativas em Salvador, a exemplo do surgimento dos movimentos de luta pela moradia nos anos 2000. Isso teve que ser aprendido e, dentro dos limites das escolhas que se tem, devido as distintas formas de inserção no mundo, depois de ser aprendidas, estas respostas tiveram que ser escolhidas enquanto práxis.

Como, por exemplo, foi escolhido por aqueles Sem Teto que, mesmo tendo já conquistado a sua casa, continuaram lutando sob uma mesma bandeira, por uma mesma causa coletiva. Mais uma vez, não há, dentro dos objetivos desta pesquisa, a intenção de responder a respeito de como as motivações das escolhas subjetivas dos Sem Teto se convertem em práxis de luta. Mas, mais uma vez recuperando Thompson, é preciso levar em consideração que, mesmo subordinadas a aspectos estruturais determinados, estas escolhas acontecem. E se manifestam, em certa medida, nas lembranças narradas pelos Sem Teto, quando eles mesmos identificam o substrato que os preparou para a luta que hoje travam em seu dia a dia.

Assim a partir da análise dos depoimentos dos Sem Teto, algumas destas experiências que são lembradas como uma bagagem para a luta de então podem ser destacadas: ***o aprendizado com as gerações de Sem Teto do passado recente de Salvador, a experiência de invadir aprendida na trajetória***

familiar, a afirmação étnica e a vivência em movimentos sociais e partidos políticos, antes da experiência do MSTB.

4.3.3.1 – O princípio de tudo: aprendendo com as experiências de invasão de um passado recente.

Walter contou um pouco de sua trajetória de vida, na beira do mar da CDP. A maré estava cheia e fazia muito calor naquele fim de manhã, em Periperi. Enquanto escutava a história de Walter, olhando aquele mar, tendo uma parte de Salvador na outra margem da baía. Do lado da baía em que se encontra a CDP, olhava a cidade, o subúrbio ferroviário e em meus olhos se desenhavam imagens da Cidade da Bahia de hoje e de ontem, como se eu pudesse ver, através da voz de Walter, parte daquela cidade e de seu subúrbio se construindo em minha frente:

Eu sou de Senhor do Bonfim e saí com um mês de vida na época do êxodo rural. A suburbana estava começando a sua ocupação, timidamente, em mil novecentos e sessenta, com a vinda da ferrovia. Meus pais saíram do sertão da Bahia. Eu já tô com cinquenta anos, aqui em Periperi. Meu pai sempre foi carpinteiro de obras, trabalhou na construção aqui da suburbana, trabalhou na construção do Castelo Branco, trabalhou na construção de muita coisa que seus olhos podem ver. Nessa época, a suburbana tava começando a ser construída, o acesso até o centro da cidade era via estrada velha. Não tinha suburbana pra esse lado de cá. Primeiro meu pai veio sozinho, conseguiu um trabalho na Leste, com a construção desses galpões e aí depois de um tempo chamou minha mãe. O processo de ocupação aqui pra gente morar foi difícil por que nós moramos de favor, inicialmente, no fundo do quintal de uma pessoa, e depois ele conseguiu, a duras penas, comprar um lote. Minha mãe trabalhava de lavadeira, de cozinheira nas casas aqui, não tinha trabalho. Nós pegávamos água em uma das nascentes do rio Paraguari, o rio sendo ocupado aos poucos de um lado e do outro, não era urbanizado esse rio aí de jeito nenhum, era terra, uma lama danada, inclusive o nosso nome, de quem morava aí próximo ao rio era os “pé de barro”, o pessoal aqui da linha, os “burguesinhos” de Periperi botava esses nomes na gente e a gente vivia sujo mesmo de lama, a gente tinha que passar pela lama quando chovia, né.

Walter aprendeu a lutar pela moradia, também a partir da experiência vivenciada por seus pais. Desde a migração, até as formas de vender a força de trabalho para sobreviver, a luta para se firmar em um lugar para morar, passo a passo, os pais de Walter, forjaram, com seu trabalho e sua luta, a cidade de Salvador. Suas ações, suas experiências de sobrevivência e de luta, deixaram um

caminho, um trajeto, uma estrada aberta que acabou sendo trilhada e superada por algumas gerações que se seguiram.

A narrativa de Walter recuperada anteriormente suscita então esta questão: de onde vem esse conhecimento de saber o que fazer diante da situação adversa de lutar pela moradia, quando a inserção precária no mundo de trabalho impede o acesso a este bem, através dos chamados meios formais, como a compra ou o aluguel? A questão é que “alguém” já tinha vivido isso antes e deixou um legado, uma experiência a ser seguida e superada. A luta contra a distribuição desigual do espaço urbano, a luta contra o capital imobiliário e pelo direito de morar é histórica em Salvador. Remonta as origens da cidade, como vimos, e começa a se dar de forma coletiva, mas espontânea, a partir da década de 1940. Como experiência coletiva já se passaram, pelo menos, 70 anos de invasões e ocupações irregulares que deixaram um legado, um saber fazer.

Assim, a condição de ser Sem Teto e ter que lutar para morar, confere a estes trabalhadores uma convergência de trajetórias que é, ao mesmo tempo, conjuntural, por juntar, sob a mesma condição de serem Sem Teto, trabalhadores das mais diversas origens e condições de precarização. Mas é, também, geracional, porque une distintas gerações de trabalhadores, de ontem e de hoje, sob a mesma práxis cotidiana de viver em barracos, autoconstruir, capinar, limpar terreno, erguer o próprio teto, enfrentar a polícia, o Estado, a chuva, a lama etc.

Por isso, é preciso recuperar algumas memórias de Maria, Lindalva e Armândio, que em suas trajetórias de invasão e trabalho, vivenciadas nas décadas de 1970 e 1980 construíram, através das “ocupações informais”, das invasões, os atuais bairros do Alto do Coqueirinho, do Calabar e a Saramandaia. Suas memórias representam as trajetórias de gerações inteiras de trabalhadores que construíram Salvador e instauraram uma práxis, um modo de agir e reagir diante das condições de adversidade que gerações inteiras enfrentaram. A experiência de invasão das décadas anteriores forjou um *modus operandi*, uma experiência compartilhada, acessada pelos trabalhadores pobres de hoje sempre que lhes é negado o acesso à casa própria.

Diferente dos Sem Teto de hoje, para os quais os números revelam que sua origem é majoritariamente de Salvador, as memórias dos Sem Teto de ontem

revelam que a maioria deles veio de outras cidades da Bahia coincidindo com as impressões de Mattedi em pesquisa da década de 1970. Maria descreve as condições que a fizeram deixar sua cidade e tentar a sorte em Salvador:

Nós somos cinco irmãos, só que meu pai morreu quando eu tinha nove anos. A gente nunca teve fazenda, a gente sempre foi pobre e meu pai morava e trabalhava em fazenda dos outros. Só que quando o meu pai morreu a gente não tinha homem dentro de casa. Meus irmãos são mais novos e os donos queriam que tivesse homem pra cuidar da fazenda. Aí eles mandaram minha mãe embora. Foi aí que doeu porque meus irmãos era tudo pequeno e eu também, minha mãe não tinha pra onde ir. Aí a gente dormiu debaixo de uma árvore. Ela botava a gente pra dormir. Eu nunca esqueço, foi um pé de juá. Minha mãe forrava, botava a gente pra dormir e ela ficava sentada pros bois não pisar a gente. A gente não tinha nada, tinha dia que eu via mãe chorando, perguntava: “véia o que a senhora tem?”, “Foi nada não foi a fumaça que entrou no olho”, e aí quando eu completei catorze anos eu saí pra Salvador, pra trabalhar, pra ajudar minha mãe. (MARIA, Alto do Coqueirinho)

Maria soube da invasão, por acaso, no do ônibus. No passeio à praia, na folga do trabalho duro como empregada doméstica, Maria não sabia que o trajeto do ônibus redefiniria o trajeto de sua vida e de certa forma, sua vida faria parte de um capítulo especial da trajetória da própria cidade de Salvador e de seus moradores⁷⁴:

Eu tinha folga nos domingos, aí saí pra vir pra praia, quando eu cheguei no ônibus eu encontrei um monte de gente falando de invasão. Me disseram que iam invadir pra fazer casas, eu perguntei se eu podia ir junto. Aí eles falou: “se você tiver coragem de enfrentar, você sabe trabalhar de enxada?”, eu falei: “Ah isso eu sei!”. Aí eles me disseram que se eu quisesse vir tudo bem, mas quando chegasse aqui era, é cada um por si e Deus por todos né! Eu só queria mesmo aprender o lugar porque o resto eu sabia me virar. Aí a gente desceu lá em Itapuã, ali na Sereia, que num tinha, isso daqui tudo era mato, era uma mata fechada. Meu primeiro terreno eu peguei foi ali no mercadão.

Após se definir o lote e tomar posse do terreno, o ocupante tinha que consolidar esta posse permanecendo na área ocupada, até que, com seu suor, seu trabalho e, fundamentalmente, a presença física propriamente dita, legitimasse o direito sobre o lote ocupado. Cerca de 30 décadas antes, Maria viveu a dor de perder seu terreno, na carne, e parece ter deixado os ensinamentos para os Sem Teto de hoje:

A invasão é assim, você pegou você tem que ficar, porque se você sair, quando você chega no outro dia já não tem mais lugar. Eu cheguei, eu peguei o terreno, cerquei, comprei arame, então, durante a semana eu não

⁷⁴ Maria é uma das primeiras moradoras do atual bairro do Alto do Coqueirinho que na década de 1980 era uma das maiores invasões de Salvador localizada na parte norte da orla atlântica da cidade.

podia vir aqui, quando eu cheguei no outro domingo já tinham pegado o meu terreno, e aí como era invasão agente não podia brigar, não tinha dono. Aí eu tornei a invadir. Só que dessa vez eu capinei, eu cerquei, eu já tinha comprado foice, machado, facão tudo que precisava. Esse terreno ninguém queria porque era um penhasco assim, tinha muito tronco, muito coqueiro, aquelas coisas que é ruim de você arrancar, por isso ninguém queria aquele terreno. Arranquei os toco, moro lá até hoje.

Outro ponto marcante da narrativa dos “invasores” de ontem era a precariedade das formas de moradia irregulares, marcadas pelo enfrentamento contra a chuva, a lama, acrescidos pela ausência de infraestrutura mínima, tornando extremamente insalubres as condições de habitação destes trabalhadores. Assim, o processo de ocupação irregular que construiu essa cidade se deu também mediante muita dificuldade. A luta contra a lama e a chuva perpassa a experiência dos Sem Teto descritos por Kátia Matoso, no século XIX e, também, foi a experiência dos trabalhadores que construíram essa cidade a partir das invasões iniciadas na década de 1940. Esta experiência é narrada assim por Lindalva, no Calabar:

Parte do Calabar era o sumidouro do Campo Santo, era caixão, era ossos era tudo, quando chovia descia e aí os próprios moradores iam fazendo a limpeza e construindo, fazendo a limpeza e construindo. Construímos esgoto, valas, com as próprias mãos, porque quando chovia a lama ia pra dentro de casa. E derrubava os barracos que ficavam mais nas encostas. Muita gente já morreu nessa luta!

E por Seu Armândio, na Saramandaia, coincidindo com a fala de Walter que abriu este item, ao se referir à lama nos pés:

Quando eu cheguei a Saramandaia aqui era lama pura! Na época que eu cheguei aqui, isso aqui era mato... aqui era mato puro, em 1976. Eu cheguei lá pra agosto de 76. Aqui era tudo lama. Chovia e arrastava as casas dos barrancos aí. Pra gente ir pra rua tinha que tirar a alpercata. Tinha que lavar o pé pra tirar a lama. Aqui no DETRAN tinha uma água boa, agente tinha que sair daqui pra chegar no Detran, onde hoje anda os carros, tinha uma água boa, que agente lavava os pés pra poder chegar no asfalto.

Além da precariedade das condições de infraestrutura, a moradia nas invasões também incorporava a precariedade representada no medo da violência, marcada pela necessidade de conviver com o crime organizado e a sempre possível cooptação para o tráfico das crianças e jovens nascidos nas invasões, como relatou Lindalva, no Calabar:

Criar esses filhos, esses seis filhos aqui foi dureza. Muita dureza, muita violência, muita marginalidade, a gente tinha que tá ligada pra poder manter os filhos longe desse processo, tinha que tá matando um leão por dia, brigando com o tráfico, brigando com os auxiliares pra não assediar, e os meninos crescia muito ligeiro. Muitas mães aqui não salvaram seus filhos, muitas perderam. Mas quem salvou não foi assim na harmonia, foi no conflito mesmo de você ir até o chefe de tráfico e pedir pra deixar sua família em paz.

Assim como nas ocupações dos movimentos organizados de luta pela moradia, as invasões das décadas de 1970 e 80 também sofriam com a ausência de alguns serviços básicos como conta Maria:

Aqui não tinha nada, não tinha luz, não tinha telefone, não tinha água, não tinha nada, muitos moravam debaixo de lona, outros em plástico, porque tinha alguns que veio sem nada mesmo, como eu vim com a cara e a coragem, eles também, teve gente que veio com os filhos tudo, e não tinha como cuidar, então eles pegavam plástico, saco de alinhagem, tudo pra fazer a cobertura ou dormia no relento mesmo. A gente não sabia se no outro dia ia tá vivo ou não. Foi os primeiros anos, foi muito difícil, foi difícil mesmo.

A continuidade dos depoimentos ainda demonstra que as similitudes se estendem para além da experiência de luta pela moradia. As experiências de trabalho sob o signo da precariedade também compõe um legado. Desde sempre, pobres e informais. Foi exatamente esta condição estrutural de exploração, através das inserções precárias no mundo de trabalho que os obrigou a lutar pela moradia, também sob a marca da informalidade e da pobreza. Falar do trabalho dos Sem Teto de ontem é recompor uma das etapas históricas da trajetória de precariedade de massas incontáveis de trabalhadores brasileiros. Assim nos contam Maria e Lindalva:

Olha, cada um era uma coisa, uns vendiam coisas na praia, outros era empregada doméstica como eu. Não tinha quase ninguém com carteira assinada, ninguém. Todo mundo era autônomo, era informal. A gente trabalhava praticamente por comida e dormida. (MARIA, Alto do Coqueirinho)

Nós não tínhamos assim pessoas com o nível de escolaridade elevado, muitos analfabetos, que eram pessoas mais que vinham do interior, os serviços eram mais é..., a mão de obra era mais de doméstica, lavadeiras muitas lavadeiras, nós tinha duas fontes livres, no rio, tinha outra lá embaixo, tinha uma ali na frente no pinga, onde era a centenária em que as pessoas viviam também de lavagem de roupa. E tinha também porteiro e pedreiro, só tinha esses. Não tinham carteira assinada, a maioria era trabalhadores autônomos. (LINDALVA, Calabar)

E assim como no caso dos Sem Teto de hoje, as experiências de humilhação, baixos rendimentos e a rotatividade nos seus trabalhos foi uma constante, também, entre os Sem Teto de ontem:

Eu já trabalhei em casas que eu tinha que, as vezes não tinha o que comer, quer dizer, não é que não tivesse comida, mas eu já trabalhei com pessoas que me davam um pedaço de pão de manhã, aquele pão que ninguém mais queria e ficava lá, dois, três dias, já tava duro. As vezes eu tinha que esperar todo mundo comer pra o que sobrar eu comer, já trabalhei em lugar de não ter mesmo nem um lanche, eu me lembro que uma vez eu desmaiei, eu tava com tanta fome, mas eu não contava pra as pessoas. (MARIA, Alto do Coqueirinho)

Fui pra São Paulo trabalhar na construção civil, trabalhei naquele negócio de guincho, trabalhei na Cosipa e depois eu fui pra Petrobras. Hoje eu ganho dois salários mínimos não dá pra nada. Dá pra viver só de comida, e viver só de comida não é bom. A gente trabalha numa profissão perigosa, trabalhando de eletricitista, com fio ligado... não pode trabalhar em baixo de chuva, não pode trabalhar em cima de ferragem, com fio ligado e quando acaba, hoje tô recebendo uma porcaria! (ARMÂNDIO, Saramandaia)

Por fim, além do tempo dedicado na luta pela sobrevivência cotidiana, na tentativa de obter a sua renda para sobreviver, além da luta para construir e manter o espaço de morar, a experiência destes trabalhadores também se constituiu enquanto a construção de uma identidade coletiva:

Primeiro era cada um por si. Invadir, capinar, limpar, construir... cada um fazia o seu. Mas depois tinha que brigar pra ficar. Aí teve que se unir. Tinha que brigar pelos melhoramentos... porque tinha lama... não tinha luz, tinha que brigar pela luz, não tinha água, a gente buscava água na fonte. Não tinha água, não tinha luz, não tinha nada, aí eu peguei, reuni o povo, às quatro horas da manhã, fizemos reunião e foi todo mundo pra câmara de vereadores. A gente fez isso monte de vezes. Teve quando a gente paralisou a ACM pra construir a passarela. Teve que morrer gente pra construir a passarela. (ARMÂNDIO, Saramandaia)

Assim, é quando começa a constituir um senso de coletividade, uma identidade, que a luta pela moradia do passado inicia a formação de um legado. A narrativa dos Sem Teto de ontem parece de fato completar o seu objetivo de se transmitir, enquanto experiência, para as gerações seguintes, não só como forma de se adaptar às vicissitudes, mas também, como forma de enfrentamento e resistência.

4.3.3.2 – A luta pela moradia aprendida na experiência familiar:

Somam-se às aprendizagens com as distintas gerações de Sem Teto a experiência vivida com a luta pela moradia na própria trajetória familiar. Mais uma vez é Mariana quem inicia esta narrativa. A sua história de viver em invasões/ocupações começa ainda na infância. Como ela mesma gosta de falar, sua mãe é uma das fundadoras da Invasão das Malvinas, que depois virou Bairro da Paz. A experiência de expandir os espaços e esculpir os traços e formas de Salvador foi aprendida desde a infância, através das invasões, por causa da dificuldade dos seus pais em poder adquirir uma casa pra família pelos meios formais:

Minha mãe trocou a casa que a gente tinha em 07 de Abril por um terreno em Cosme de Farias que era invasão. 07 de Abril também era invasão. Depois, quando minha mãe saiu de Cosme de Farias ela foi pra Itapuã morar de aluguel, aí surgiu uma invasão ali no, no Areal chamado Morro, ali atrás da Lagoa do Abaeté, próximo ao antigo Quilombo do Catu, que até hoje tem o rio lá chamado Catu. E aí... Minha mãe ficou 07 anos morando ali, a gente morava num barraco de plástico de lona preta. Mas antes disso minha mãe participou do processo de construção da Malvina, minha mãe ocupou a Malvina, largou quando a polícia chegou lá a mando de Antônio Carlos Magalhães na época, dando tiro. Como ela tinha 04 filhos pequenos na época, ela preferiu sair do espaço e foi morar de aluguel em Itapuã. Depois a gente foi pra esse espaço lá no Areal, onde a gente ficou 07 anos, quando a gente saiu de lá do Areal, a gente foi morar na Lessa Ribeiro, que foi uma outra invasão em São Cristóvão, até ela comprar o terreno do Parque São Cristóvão que foi financiado pela Caixa Econômica, que foi com um recurso que a Conder indenizou ela pra construção do Parque Lagoa do Abaeté.

A experiência nas invasões, na infância, ensinou também um saber e capacidade de improviso necessários para a hora de levantar os barracos nas ocupações do Movimento:

A casa de minha vó era toda de massapé, que é aqueles barros, a madeira trançada com os barros. Quando a gente invadiu, minha mãe não teve outra ideia. Eu tinha uns 6 anos de idade e minha mãe mandou eu e um bocado de menino catar pau. Sei que esses meninos saiu trançando com arame e a gente ficou lá tudo melado de lama, todo mundo empurrando barro no pau trançado pra poder fechar a "parede" em volta do barraco.

Os depoimentos de Mariana demonstram, desta forma, como a experiência de vida nas invasões, desde criança, na luta pela moradia travada pelos pais e outros familiares é significativa para a identidade de diversos trabalhadores Sem Teto com os movimentos de luta pela moradia nos quais ingressam na vida adulta. A opção de obter, através da luta, da ocupação informal, da tomada a força do espaço

urbano, apresenta-se também como uma opção aprendida enquanto experiência familiar desde a infância. Esse habito, aprendido desde cedo com a família, constitui-se, também, em mais uma prática coletiva, compartilhada pelas distintas gerações de Sem Teto.

Depois da experiência de luta na primeira ocupação do MSTB, a demora do Governo do Estado em entregar as casas do conjunto habitacional em Valéria fez com que diversos integrantes do movimento ocupassem o conjunto ainda com as obras pela metade. Dentre estes, Mariana, temendo perder sua casa, conquistada dentro da luta do movimento, repetiu o habito aprendido na experiência familiar:

A casa que você tá vendo eu invadi, porque foi a opção a mim colocada. Quando eu cheguei em Valéria já tinham algumas famílias que moravam recebendo o aluguel social, e eu na casa de mainha e painho. Mas, tava uma situação insustentável porque quando a gente tem filho, morar na casa de pai e mãe, as relações começam a ficar conflituosas, e eu sempre subindo e descendo no Movimento. Aí eu lembro que eu fui visitar Valéria pra ver coisas, aí algumas famílias já tinham entrado dentro das casas. Me subiu uma adrenalina de que a minha casa era uma daquelas. Oxe, foi dito e certo, quando terminaram de botar os telhados, de madrugada eu entrei, o chão ainda era de barro, pense assim, a casa não tinha vaso, não tinha torneira, não tinha pia, não tinha energia, era só o barro no chão, meu papelão, a mochila que eu trouxe e a coberta. Pronto, dormi, e assim foi uma das noites mais felizes da minha vida porque eu senti muito medo de dormir sozinha, mas ao mesmo tempo eu senti um conforto uma paz de dizer assim: "Poxa esse espaço é meu, eu consegui, sabe, é meu cantinho". Então, eu acho que uma das coisas que me motivou mesmo foi a adrenalina de tá no meu espaço, de ter meu canto, ter minha privacidade, de que minha casa tá pronta, e eu não queria saber se ela ia ser entregue, quando ia ser entregue, "ela tá pronta e eu vou entrar, eu vou ocupar!"

A casa foi conquistada, literalmente, na marra. O que deveria ser um conjunto habitacional estruturado, em Valéria acabou se tornando mais uma ocupação sob a bandeira do MSTB, com a ausência de diversos serviços básicos, como luz e água, coleta de lixo, transporte público etc, submetendo aquelas famílias a condições semelhantes às enfrentadas pelos Sem Teto nas ocupações, obtendo estes serviços básicos através de instalações clandestinas.

Mesmo após conseguir sua casa, um teto para morar, Mariana continuou a atividade junto ao MSTB, se constituindo em uma de suas principais lideranças. O MSTB passa a significar, na vida de algumas de suas lideranças, uma forma de materializar uma ação prática que expresse suas identidades e necessidades coletivas:

Por que eu continuei? Eu acho que... É ser solidário mesmo, é ter, na verdade, assim, eu acreditava na causa, sabe? Assim, eu recebi minha casa, mas eu fui uma das primeiras a receber das 75, e tinha 720 famílias ainda pra receber. Então assim, eu acho que isso me motivou a continuar. As pessoas que eu vivi, que eu conhecia intimamente, de bater de barraco em barraco, porque quando eu fiquei no km 12 eu fazia a triagem de crianças que precisava de médico, de roupa, de alimentos, ficava na cozinha coletiva, arrecadava doação, então assim, eu construí uma identidade com aquelas pessoas que estavam ali, com aquelas famílias, e aí eu fui solidária com aquelas pessoas, iguais a mim, iguais a minha mãe. Eu vi dona Betinha perder o filho esquartejado ali dentro, eu vi Lucia morrer de câncer de mama ali dentro e a filha dela até hoje não ganhou a casa, dona Betinha até hoje não ganhou, teve Moisés que foi assassinado, assim teve uma menina que foi estuprada. Pessoas assim que eu, sabe, que eu vivi, que eu conheci, e que, assim, esse povo me ajudou, então nada mais justo que eu lutar. E a ideia de dar formação, de dar educação política pra eles, de dizer assim vamos construir um pensamento em que as pessoas acabem sendo independentes e não queiram mais ser submissas a isso, viver desse modo, desse jeito. Eu queria fazer a mudança, eu queria não, eu quero fazer a mudança.

A história de Mariana é o testemunho de uma continuidade histórica, a consolidação da trajetória de inúmeros trabalhadores, incontáveis famílias, que sob condições precárias de trabalho, tendo a possibilidade de conquistar sua moradia através dos meios de consumo formais impedida, conquistaram seu teto através da luta, primeiro de forma espontânea, mas depois, depois de cerca de 6 décadas de experiências de invasões, passam a ocorrer mediante a estratégia de um movimento político organizado. Unem-se nesta narrativa a difícil experiência de ser Sem Teto, de enfrentar as condições precárias de uma ocupação, a luta pela moradia e pelo direito de ter direitos e a vontade de efetivamente transformar esta realidade a partir de um compromisso mútuo, uma identidade compartilhada e forjada em décadas de lutas e, também, no seio das experiências familiares. Lutas cuja origem, como foi sugerido, remontam uma centenária história de invasões.

4.3.3.3 – O aprendizado com a experiência com a identidade étnica:

Muitos Sem Teto constroem o compromisso com as lutas coletivas nas experiências pessoais vivenciadas antes do MSTB na sua luta pela afirmação da identidade étnica e contra os preconceitos que sofrem e sofreram, individual e coletivamente. Muitas destas experiências servem claramente como inspiração para a bagagem política que compõe a mística do movimento.

Dentre estas experiências, a luta pela afirmação da ancestralidade, bem como a relação desta com as lutas e resistências populares históricas no processo de formação de Salvador e de sua pobreza, marcam alguns dos depoimentos dos Sem Teto. Para Pedro Cardoso, esta bagagem e luta pela afirmação da identidade étnica e ancestral, que a base do MSTB carrega serve de inspiração para as ações e princípios do movimento:

O que nos inspira no processo de luta? É exatamente esse processo de organização que remonta as lutas históricas. Aqui no Brasil, no caso, o período dos índios e tal, que lutaram aí contra a ocupação portuguesa, depois disso a vinda dos negros pra cá, todos esses processo de resistência são elementos inspiradores do movimento, porque, se não, o que iria nos inspirar? Seria os cabra lá... da Europa? Não, tem que ser de nossa história, porque se não, não tem significado. A gente pega a partir desse processo de resistência e a gente se considera também parte disso. Quem são aqueles que tão na favela? São os índios, são os negros. São as pessoas pobres que tão na favela. Então foram essas pessoas que resistiram durante esse período todo, foram mais de trezentos anos de escravidão no Brasil, é rica a história de resistência, o negro não aceitou a sua condição de escravo, e nem nós aceitamos nossa condição de, hoje, escravos do capitalismo, porque nós somos escravos do capitalismo, e não aceitamos, além de sermos escravos ainda não temos onde morar? Resistiremos como os índios e negros resistem até hoje! A gente pretende, nas ocupações que a gente faz, criar verdadeiros quilombos de resistência. Eu não sei se você lembra, a gente denominou todas as ocupações de quilombo! (PEDRO CARDOSO)

A relação com a ancestralidade indígena, por exemplo, aparece de forma firme na fala de Lara como determinante pra sua condição de luta e para o fato de a mesma ter coragem de enfrentar a necessidade de viver em uma ocupação:

Eu tenho os meus antepassados... eles são índios. Eu nasci no interior da Bahia. Minha família é de Caldas de Cipó. Fica entre Nova Açoress e Ribeira do Pombal, fica ao lado das Mirandelas. Então eu sou Kiriri. Que é de onde vem minha origem de indígena. Foi daí que vem meu sangue de luta, essa vontade de lutar. Sabe? Tô em Salvador agora, dentro de uma ocupação, lutando pra recuperar as terras que foi tomada dos meus, no passado. É por isso que sou de luta, porque sou índia! É preciso coragem pra morar aqui e enfrentar tudo isso! Aqui dentro, quem sabe o dia de amanhã? E essa coragem vem do meu sangue a do sangue dos meus que morreram no passado.

A condição de ocupar se mistura, no imaginário do Sem Teto, com a própria luta dos povos indígenas no início da formação desta cidade, narrada no capítulo anterior, servindo como inspiração e encorajamento para a sua luta e sua resistência enquanto Sem Teto.

Para Mariana além da questão indígena que se escreve em suas falas e nos traços em seu rosto, a reivindicação, também, da sua ancestralidade africana é sempre lembrada como fator central e determinante para suas tomadas de atitude no mundo, para sua práxis cotidiana e para o seu compromisso coletivo com a luta urbana:

Minha vó, mãe de minha mãe tem muita coisa assim indígena, ela puxa muito pro lado indígena também, é tudo preto com índio, por isso que eu sou guerreira, que eu nasci pra lutar pela memória de meus ancestrais. Dos que morreram pra construir tudo isso que está aí.

Mais uma vez, é na experiência familiar que essa noção de ancestralidade é forjada e se constitui como base para consolidação de compromissos coletivos com a luta popular. E esta experiência familiar é lembrada, também, como compromisso com a ancestralidade e com as histórias de luta dos que foram historicamente explorados “pra construir isso tudo”.

Mais uma vez, é Mariana que relata essa experiência. O hábito adquirido enquanto tradição familiar e ancestral por Mariana, ao mesmo tempo que se configura como símbolo de resistência e afirmação de sua identidade, se converte em meio de vida, em forma de garantir seu sustento, em um trabalho, cada vez que trança cabelos.

Essa forma de garantir o sustento retorna para Mariana também como ato político que se renova cada vez que ela trança um cabelo e revive, nessa atividade, a história de luta de que vieram antes dela. Desta forma, o exercício do seu trabalho, além de um meio de adquirir renda para garantir a subsistência, também contribui para a reprodução de uma identidade com a luta e com valores contra hegemônicos. E são incontáveis as vezes que ela repete esta mesma práxis, e a reflexão que a acompanha, nos momentos e espaços de formação de mulheres construídos pelo movimento dentro das ocupações.

Eu venho de família de mulheres negras, onde minha vó trançava o cabelo da gente, e a gente olhava ela trançando. E aí depois de determinado período eu passei a trançar o cabelo de minha vó e de minhas irmãs. Aí eu fui criando habilidade com tranças. Eu descobri que eu tenho habilidade e virou uma profissão. Trançar o cabelo, querendo ou não é você se valorizar e valorizar o outro, é construir uma identidade e uma afirmação negra. Uma mulher quando ela trança o cabelo, ela levanta com outra estima. Não só por conta da vaidade, mas assim, você reproduz uma relação matriarcal né, que isso é do nosso povo assim é muito africano essa coisa da trança.

Quando eu tranço um cabelo eu me valorizo enquanto profissional, mas não só como profissional, é ter uma identidade afirmativa, é você ver que você não tem limites, que não é imposto pra você um cabresto sabe, que você tem que seguir um padrão, você pode ser diferente. E que a sua diferença é comum a outras mulheres né. Quando eu termino de fazer o cabelo de uma mulher que arruma ela toda, você dá outra vida aquela pessoa e aquela vida lhe retribui sabe, não só porque vai pagar o serviço que foi feito, mas é assim, como se você fizesse assim “poxa velho esse é o meu trabalho, foi eu que fiz” sabe? Eu tô reproduzindo o que minha vó fazia, o que minha bisa fazia, o que minha tataravó fazia, e que todas as mulheres da minha relação matriarcal de origem africana sempre fizeram e nunca foi reconhecido e hoje é reconhecido esse talento através das minhas mãos, como forma de resistência.

No imaginário da Sem Teto, no momento em que trança, ao ver na mulher refeita com a trança no cabelo a imagem e a força ancestral de cada antepassado que morreu em luta, Mariana se reconhece no trabalho feito, se reconhece na mulher que ela trançou, se reconhecendo na luta de toda mulher. O trabalho, mesmo precário, parece provocar um sentimento de uma práxis liberta das amarras da exploração. E assim parece se forjar mais um sentimento de compromisso coletivo necessário pra continuar lutando:

É a questão do pertencimento, é como se eu tivesse reproduzindo o sobrenome da minha família sabe? É como se eu não deixasse morrer a história, porque o ato de trançar o cabelo não é só o trançar, é uma afirmação de uma história de um povo que foi passado de boca a boca, que não precisou de termos científicos, que não precisou de livro, que não precisou que ninguém fosse lá estudar pra poder ensinar. E mesmo assim resistiu. É um empoderamento que é nosso e que nos foi e é negado. Quando você sente isso, você não anda mais no mundo do mesmo jeito não. Cada um na ocupação é um preto pobre, escravo que morreu lutando. Você entra na ocupação e se vê lá dentro, na dor de cada um. Aí é sangue no olho pai (risos).

Ao defender a tradição transmitida pela oralidade, Mariana realiza sua atividade como ofício. Ela age como uma artesã, portadora da Erfahrung, a experiência coletiva, que quer resistir aos tempos, a modernidade, ao avanço do capital. Sua fala é a do verdadeiro narrador que conta enquanto fia, enquanto tece. Ela conta a sua história enquanto trança com as mãos, recontando os passos familiares e ancestrais e também andando, caminhando e lutando sobre estes mesmos passos e assim, além de contar a história, ela também a constrói materialmente, com desejo consciente de deixar um legado. Legado que se materializa com as ações do movimento.

Ocupar tem um significado que é... Coletivo. Tem, assim, eu digo a você, o povo organizado consegue tudo aquilo que quer e que desejar. Se não fosse eu, com outras pessoas, eu não estaria aqui. Eu sozinha não estaria aqui. Eu sei que eu contribuí muito pra muitas pessoas terem no seu espaço hoje, mas esse "muito" contribuiu pra eu estar aqui hoje. E essa casa aqui pra mim é uma conquista, uma vitória. Eu não vendo, eu não me desfaço dela. Eu sou louca pra sair de Valéria, mas pra vender aqui, pra eu comprar em outro lugar eu não vou, eu quero ter essa casa aqui pra amanhã eu dizer pra minha filha, pras minhas netas, pra os meus netos: Oh aqui oh, eu conquistei através do Movimento Sem Teto, fui lá pra luta, enfrentei polícia, enfrentei meio mundo de coisa, mas estou aqui, eu estou aqui. Oxe, quando a polícia invadiu lá no km 12, meu filho, que os homens correram tudo, eu tava com um pedaço de tora na mão que não tinha mais jeito e minha filha debaixo da árvore sentada debaixo do sol quente, chupando bico, pense aí. Eu continuo dentro da minha casa, não saio dela, porque ali pra mim é o meu troféu, ali é o meu prêmio de conquista, por tudo que eu passei, por todas as vitórias, por tudo que eu vivi. Ali, amanhã, ou depois, minha filha vai dizer assim: "olhe velho minha mãe foi uma preta que entrou no Movimento Sem Teto pra me dar uma casa. Essa casa aqui, minha mãe conquistou lutando". Continuar dentro da casa que eu ganhei lutando e continuar lutando no movimento, é a mesma coisa pra mim.

4.3.3.4 – O aprendizado com as experiências em lutas anteriores ao MSTB

Por fim, as lembranças de algumas das lideranças entrevistadas evidenciam, também, os valores absorvidos e práticas realizadas nas experiências em atividades políticas anteriores ao próprio MSTB. Estas também aparecem, no imaginário dos Sem Teto como significativas para a necessidade e vontade de lutar:

Eu aprendi a lutar antes mesmo do movimento. Olha, eu atuei muito na área do sem terra, eu fui sindicalista três anos pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, ganhei eleição fui eleita, na época, e acho que isso me ensinou a lutar entendeu? (IARA, CDP)

Pedro Cardoso também recorda uma longa bagagem dentro dos movimentos sociais antes de contribuir para a fundação do MSTB. Em sua prática, a formação do sentimento coletivo também se deu mediante a aprendizagem e reprodução de valores adquiridos em uma experiência política religiosa, dentro da Teologia da Libertação:

Eu tenho uma vivência antiga na luta... eu faço movimento de moradia, desde... oitenta e um, oitenta dois...entendeu? Você deveria tá nascendo. Eu faço movimento daquela época, eu era militante no grupo de jovem da igreja, fazia trabalho de moradia com o padre Enoque aqui nas ocupações, aqui do subúrbio. Com todo cuidado que se deve ter com esse negócio de religião, a Igreja Católica, a parte da Teologia da Libertação, foi decisiva para um monte de movimento social no Brasil, na luta contra a ditadura... e eu venho daí. Então, eu já vinha fazendo trabalho de moradia. Há muito

tempo! São vinte e dois anos, eu já vinha com essa caminhada, só pra você ter uma ideia, aquele Candeal, onde Carlinhos Brown fez aquele Guetho Square, quem ocupou fomos nós, eu participei daquele processo ali, certo? Isso foi em oitenta e nove. (PEDRO ARDOSO, liderança do MSTB)

Em outro momento da entrevista ele lembra que a sua bagagem dentro da igreja ajudou muito na construção de diversas místicas pra forjar a resistência das famílias na ocupação da Estrada Velha. Havia um grupo grande de famílias evangélicas e católicas e, muitas vezes, ele apelou pra comparações com a terra prometida e as perseguições contra o “o povo de Deus” quando a polícia chegava de forma mais violenta. E estas místicas ajudavam de forma decisiva a impulsionar o ânimo da resistência.

Pedro ressalta, ainda, a necessidade de ter que abrir mão de sua individualidade depois que passou a se dedicar a uma trajetória de luta, a um projeto coletivo:

Eu não to fazendo movimento pra mim, num tenho vaidades, eu não tenho vaidades em fazer movimento, eu faço movimento porque eu acredito na luta, é isso que motiva, é a crença na luta, eu nunca me locupletei com o movimento, como eu falei pra você, eu não tenho uma casa. Porra, eu podia tá estudando rapaz, eu saí do CEFET, eu poderia entrar na universidade rapidinho... tive base, a base pra quem quer construir uma carreira acadêmica porra, eu tive isso. Mas foi uma opção de vida, quando eu entrei nas comunidades eclesiais de base, da igreja, eu andava com aquele anelzinho de coco, você lembra ? Que o pessoal chamava que era aquela opção pelos pobres tal, aquela história. O anel de tucum né? Opção pelos pobres? Eu fiz, opção foi pela luta, os pobres são sujeitos, nós somos sujeitos. Opção pelos pobres? Eu não gostava muito dessa ideia e eu já combatia essa visão na igreja, porque eu acho o seguinte, porra: você faz luta sem ninguém? Tem que fazer luta com o povo, se você não tá junto com o povo fazendo a luta, então, você não tá lutando, então o povão é tão sujeito quanto você. Então é foda, essa ideia da massa lá e você aqui, não existe isso. Então, assim, eu fiz uma opção... uma opção de tá junto, e pra tá junto eu não poderia tá estudando, entendeu? Então acumulei pouco do ponto de vista acadêmico, mas eu aprendi pra caralho do ponto de vista da luta...

Além disso, Pedro também vivenciou uma larga experiência dentro de partidos políticos como o PT e atualmente é filiado ao PSOL. E foi nesta luta e construção de um projeto de sociedade diferente, dentro dos partidos políticos, que Pedro conheceu e ajudou a constituir novas lideranças até que se formasse o primeiro movimento organizado de luta por moradia em Salvador. Walter foi uma dessas lideranças:

Fui vinte anos militante do PT, já participei dessas greves aí todas, da greve de oitenta e oito, a greve de noventa, a greve da UFBA, já tomei vários pontapés de polícia, fantada, já xinguei também, já dei pedrada. Então, eu já sou dos movimentos sociais já uma cara né, desde, peraí. Hum, quer dizer, eu já venho com essa briga por moradia desde a época do Candeal, lá não foi o movimento, mas foi o grupo do PT que se envolveu ali pra que aquilo se efetivasse. Isso não é muito dito nas televisões hoje e tal, mas a gente participou muito daquilo ali. Da ocupação do Candeal, Carlinhos Brown na época não era muito conhecido. As pessoas dos prédios jogavam balão de merda, as pessoas de classe média, de classe rica, jogavam balão de merda lá embaixo pro pessoal sair. A gente insistindo, foi uma briga aquilo ali rapaz, que você nem imagina, enfrentamos mais brava do que aqui. Depois, no começo do movimento, em dois mil e três mais ou menos, nós ocupamos a Estrada Velha do aeroporto, foi lá que começou o movimento, dois mil e três, dois mil e dois, mais ou menos essa faixa. Ocupamos ali, fomos esgarçados várias vezes, mas voltamos na insistência. Aí nós fomos ocupando lá aquele espaço, dali nós criamos o Movimento, pronto aí radíamos pra números que você já conhece a história, e nos lugares, inclusive aqui, na CDP. (WALETR, CDP)

O acúmulo de experiências nestas formas de organização que antecederam o MSTB culminou na fundação do movimento e na disposição de dedicar parte considerável do seu tempo cotidiano nas atividades e ações demandadas pela luta:

Fiz de tudo no movimento. O tempo de minha vida é todo dedicado ao movimento. Ajudei no curso de formação, vamos dizer assim, que foi uma coisa significativa pra o movimento e pra gente como militante né, eu participei ativamente da elaboração. É, uma trajetória longa né. No curso de formação, por exemplo, basicamente a pessoa que ficava responsável em comprar né, e levar comida, e arrumar, e limpeza, e, além de participar do curso. E me propunha a fazer isso porque eu tava me sentindo bem e quando eu me sinto bem eu gosto de fazer uma coisa e faço mesmo. O que mais? Participei de diversas ocupações, inclusive as primeiras ocupações de prédio, no comércio. Todas eu participei, eu era a pessoa que levava os cara que ia arrombar. Eu participei de todas, ia, orientava, chamava o pessoal com o megafone, enfim, fizemos várias ondas né. É... aquele prédio lá da praça das mãos, aquele prédio deu um trabalho pra arrombar aquela porta ali rapaz, teve revezamento e as polícias assim olhando pra gente, de braços cruzados, mais de duas mil pessoas, meu irmão, o que é que oito policiais iam fazer? Participei da Comissão Pedagógica. Toda semana se reunia. Teve essa questão do teatro também, fui ator e tudo no movimento. A coordenação estadual, reunião. E os pepinos aqui na CDP. Separar briga, arrumar cano quebrado, apagar incêndio!

A fala de Walter, liderança da CDP, demonstra como parte significativa do tempo de alguns dos Sem Teto está dedicada às atividades do movimento. Essas atividades são vividas e sentidas como um trabalho um dever que enche de significado a vida cotidiana da liderança. É claro que, por se tratar de uma liderança, com funções dentro da estrutura do movimento existem mais responsabilidades que recaem sobre o seu tempo cotidiano.

Então, a experiência familiar vivida por Walter, através da trajetória de migração de seus pais, narrada anteriormente, juntamente com o seu engajamento nos partidos e movimentos sociais urbanos parecem ter uma relação dialética com o senso de solidariedade e coletividade da liderança e as atividades no movimento são tomadas por ele, como uma responsabilidade e como dever:

O tempo que mais trabalhei na vida é esse tempo que eu tô desempregado. Trabalhando no movimento. Os movimentos sociais, não dá dinheiro, mas me dá prazer, trabalhar com as pessoas, apesar de ser problema você trabalhar na classe mais baixa da sociedade, na base da pirâmide é um problema, porque existem várias coisas em jogo, e a situação de vida das pessoas tá ali na berlinda, entende, então, é uma situação complicada, mas mesmo assim eu gosto. Me sinto bem fazendo o que eu faço, inclusive minha separação basicamente foi por essa ligação, basicamente com os movimentos sociais, eu me separei mais por isso. Eu não consigo me desvencilhar, completamente, não tem jeito, tá no sangue, não tem jeito. Sinto, orgasmos com essa coisa de movimento social, gosto mesmo, se eu pudesse, até morrer eu faria isso, é, se eu pudesse viver com isso, ave Maria, eu faria muito bem isso com todo prazer. Você se vê no outro entende, a dor do outro é a sua também!

No entanto, a fala de Walter realça um ponto a ser lembrado. É comum entre as lideranças a dificuldade de conciliar a vida familiar particular com as necessidades e constantes demandas exigidas pelo movimento social, com já retrataram também as memórias de Mariana e sua dificuldade de criar a filha e a de Pedro, que fala do abandono dos estudos para estar na luta. No fim, muitas vezes a luta coletiva parece ter um peso maior e a necessidade de afastamento da família aparece, até mesmo, com proteção dos familiares, devido ao risco de morar em ocupação e os enfrentamentos com as forças políticas e o crime organizado que ameaçam as lideranças. Apesar disso, como foi dito, é dentro do seio familiar que grande parte desses valores coletivos parecem se transmitir.

O legado contado nestas histórias se constituem em uma narrativa porque carregam um senso de coletividade, de comunidade. Mais uma vez é a narrativa que se transmite enquanto experiência e compromisso coletivo, com intenção de deixar um legado, que predomina. A experiência enquanto *Erfahrung*. A vivência da condição de precarização social, determinada pela inserção destes sujeitos no mundo do trabalho é processada nestas diversas experiências simbólicas e práticas, sendo convertida em uma identidade coletiva, em uma práxis de luta. As necessidades e definição dos princípios, objetivos, fins, meios, desejos, projetos desta luta, que é histórica e ancestral, chega a um grau extremo, ao ponto de ter de

se organizar enquanto movimento político. O surgimento e consolidação do MSTB se constituíram em mais uma etapa histórica singular deste processo de luta, sendo assim, mais um capítulo desta narrativa. O MSTB, desta forma, pode ser entendido como um momento específico em que estas experiências tomam a forma de uma tomada de posição política, coletiva, que parece amarrar e unir cada um desses valores familiares, políticos e ancestrais sob uma mesma bandeira, com os mesmos princípios, cujo mote se resume no lema que simboliza a luta pela moradia, a luta contra uma forma de propriedade da terra urbana: “Organizar, ocupar e resistir!” Além de uma luta pela moradia este movimento é também uma forma de resposta coletiva às formas de precarização social na qual estão imersos estes trabalhadores, já que é um movimento, majoritariamente, dos Sem Emprego. Por fim, este movimento culmina numa forma de resistência contra a propriedade privada do espaço urbano.

É claro que a magnitude que alcançou o MSTB, depois de 10 anos de existência faz com que esta organização carregue um conjunto de contradições e esteja também permeada por diversos dos valores desta sociedade que deseja superar. Cada membro do MSTB vivencia as tensões da sociedade, seja assimilando-as e vivendo-as cotidianamente (enquanto congruências) ou se opondo as relações de exploração (enquanto contradição). É preciso deixar claro que muitas vezes existe uma discrepância entre aquilo que é defendido como práxis e consciência política, como princípios a serem defendidos pelo movimento, a partir de sua militância e suas lideranças e o que de fato é apreendido por grande parte da base. Como nos lembra incansavelmente Thompson, nada decepciona mais uma certa tradição do marxismo do que constatar que determinados trabalhadores não se portaram, diante de uma dada situação de exploração, com a devida atitude revolucionária esperada.

O fato de estar carregado de contradições não descaracteriza a singularidade histórica do movimento. O movimento é uma materialização da luta, ele é a própria luta acontecendo, sendo vivida e, por isso, seus caminhos, princípios e suas ações são processos em constante disputa.

Nunca é demais destacar que, parte desta contradição diz respeito ao fato de que viver dentro de uma ocupação, embora seja uma expressão de luta e por isso

de dignidade e autoafirmação, é também uma experiência de precariedade extrema, que submete algumas das pessoas que as vivencia a condições sub-humanas.

Neste sentido, a luta através da ocupação, ao mesmo tempo em que é resistência e uma ação contra hegemônica diante da condição de precarização social, na qual estão imersos estes trabalhadores, é, também, expressão de uma dimensão desta mesma precarização social. Assim, representa, também, uma contradição, sintetizando numa mesma práxis resistência (luta) e reprodução. Mas sem dúvidas, não se trata de uma reprodução passiva, nem pacífica, por isso o caráter classista do MSTB. É o que veremos.

4.3.4 – A experiência de luta e precarização social no MSTB: a sua singularidade histórica.

4.3.4.1 – Preâmbulo:

Como nos ensina Thompson, a transformação histórica se efetua pelo fato de as “alterações nas relações produtivas serem vivenciadas na vida social e cultural, de repercutirem nas ideias e valores humanos e de serem questionadas nas ações, escolhas e crenças humanas” (THOMPSON, 2012, p.263). As transformações históricas refletem, portanto, uma síntese dialética entre a conservação e a mudança. A compreensão desta síntese dialética passa, para Thompson, pela relação entre Ser Social e Consciência Social, não mais vista através da hierarquia entre base e superestrutura, “mas por meio de a) *congruências*, b) *contradição* e c) *mudança involuntária*” (IDEM, p.262)

As congruências são entendidas, pelo historiador, como as “regras ‘necessárias’, as expectativas e valores” (Idem, p. 262) vivenciados pelas pessoas que compartilham relações produtivas específicas. Trata-se de uma espécie de consenso, um acordo tácito compartilhado, em que essas pessoas vivem relações de exploração sem protestar e resistir, apenas vivendo, portanto, dentro de regras esperadas. O próprio sistema de produção constrói, como dissemos, formas de assimilação das resistências transmutando-as em regras úteis e esperadas. Segundo Thompson, ninguém pode viver o tempo todo protestando.

Já a contradição diz respeito ao “conflito entre o modo de viver e as normas da comunidade local e ocupacional daqueles da sociedade ‘envolvente’”. É a evidencia de que as relações de produção estão, historicamente, reproduzidas a partir de relações de exploração. E o conflito são as formas “pelas quais o caráter essencialmente explorador das relações produtivas se torna experiência vivida, dando origem a manifestações de valores antagonistas e a uma ampla crítica do senso comum do poder” (Idem, p.262). Conflito é a tomada de posição, propriamente dita.

Por fim, por mudança involuntária Thompson está falando das mudanças na tecnologia, fenômenos naturais, demográficos etc., “cujas involuntárias repercussões afetam o modo de produção em si, alterando, perceptivelmente, o equilíbrio das relações de poder.” Neste caso, dizem respeito as condições e transformações conjunturais que causam alterações sensíveis no contexto sócio-político redefinindo, em certa medida as relações de poder, como por exemplo, os contextos situacionais que deram origem ao Movimento Sem Teto, no início dos anos 2000, citados anteriormente.

Mas Thompson adverte que a redefinição das relações de poder, das formas de dominação e organização social tem sido, historicamente, um desdobramento do conflito e arremata: “A transformação da vida material determina as condições dessa luta e parte de seu caráter, mas o resultado específico é determinado apenas pela luta em si” (THOMPSON, 2012, p. 263)

É na luta, na vida vivida que o aprendizado adquirido na experiência compartilhada se configura enquanto escolha, escolha esta socialmente e culturalmente determinada, como já dito, mas também, capaz de carregar todas as possibilidades da transformação vividas no conflito, enquanto condição de antagonismo e conservação.

A prática de construir o próprio caminho, de lutar pela moradia, de vender a força de trabalho direta ou indiretamente, que por si só já se configuram como antagonismos, como luta, se constituem em uma tomada de posição, uma tomada de consciência capaz de forjar um movimento organizado, ousado dizer, de caráter classista.

Na luta, enquanto Sem Teto forja-se uma certa identidade coletiva, um sentido compartilhado de um “nós”, que se opõe a “algum outro”. Ora, a semente desta experiência já estava plantada desde a origem de cada invasão dessa cidade, quando o outro se materializava na forma do “dono” do terreno, da polícia que derrubava os barracos ou da prefeitura. A existência dessa identidade coletiva esteve condicionada ao fato de que estes sujeitos, em algum momento, tiveram que dedicar parte do seu tempo considerado livre (liberto da necessidade de obter renda) pra construir e/ou viver, por necessidade, ações coletivas. Essas ações surgem das próprias condições estruturais que estão postas. Quando a polícia vem tomar o terreno, ou se une todo mundo e faz escudo humano, ou perde o lugar onde descansar os ossos de noite.

Mas no caso do MSTB a identidade coletiva parece ganhar outros contornos. Seu objetivo, enquanto força política parece ser extrapolar esse limite circunstancial de enfrentar a polícia, de garantir a moradia de uns tantos e depois acomodar as ações. Há mais que isso, como será demonstrado mais adiante, e esse algo mais, entre tantas possibilidades, surgiu e se reproduz porque, de certa forma, foi vivido como valor por algumas das lideranças que compõe e desejam “dar a linha” desse movimento. E isso confere a este movimento uma singularidade, mesmo quando comparado com outros movimentos de luta pela moradia.

4.3.4.2 – A singularidade do MSTB:

O Sem Teto de hoje é a expressão de um fenômeno histórico chamado por Lúcio Kovarick de **espoliação urbana**, que marcou a formação de todos os grandes centros urbanos brasileiros. A espoliação urbana diz respeito ao grau extremo de vulnerabilidade enfrentado por diversas gerações de trabalhadores urbanos no Brasil em suas experiências de luta pela (não)participação na divisão do espaço urbano e no (não)acesso aos bens e serviços básicos que possibilitariam uma inserção digna na vida urbana.

Como demonstrado neste trabalho, a urbanização do Brasil se deu através da negação do pleno direito à cidade para grande parte dos trabalhadores que construíram os grandes centros urbanos do país. Dentre as diversas formas de

espoliação e extorsões enfrentadas por estes trabalhadores a ausência do Estado e a recusa do Capital em arcar com os custos de prover a estes trabalhadores o acesso a um bem indispensável a subsistência e reprodução destes trabalhadores, qual seja, a casa. Disto resulta que estes trabalhadores, ao longo da história são obrigados a garantir por conta própria o acesso a este bem. E o fazem de diversas formas, através da autoconstrução, das invasões, num passado recente, e das ocupações organizadas por movimentos sociais, no caso dos Sem Teto de hoje.

Mas além da diferença entre as formas de obtenção da moradia através da invasão ou ocupação, o Sem Teto de hoje é resultado de uma forma singular de Espoliação. Como coloca Kovarick, a Espoliação Urbana está intimamente condicionada pela acumulação do capital e ao pauperismo que ela determina.

A condição de Sem Teto é consequência da condição de Sem Emprego. São todos trabalhadores, despossuídos dos meios de produção, numa situação de extrema precarização porque não conseguem vender sua força de trabalho regular e formalmente ao capital.

Mas a condição de Sem Emprego é a expressão de uma nova forma de precarização, que atualiza e agudiza, metamorfoseando, a precariedade já presente, desde sempre, no mercado de trabalho brasileiro e que é intrínseca ao capital (DRUCK, 2011a; 2013). Lembremos, mais uma vez o que afirma Druck sobre este caráter “novo” e “velho” desta precarização característica do capitalismo flexível(2013):

A precarização social do trabalho é um fenômeno velho e novo, é diferente e igual, é passado e presente e é um fenômeno de caráter macro e microssocial. A precarização (**precariedade**) histórica e estrutural do trabalho nas várias fases de desenvolvimento do capitalismo se transforma, se reconfigura, ou seja se metamorfoseia.

Na atualidade, na era da acumulação flexível, as transformações trazidas pela ruptura com o padrão fordista geraram um outro modo de trabalho e de vida pautados na flexibilização e precarização do trabalho, como exigências do processo de financeirização da economia, que viabilizaram a mundialização do capital num grau nunca antes alcançado.

Assim, o Sem Teto de hoje, mesmo sendo o resultado e continuidade de um processo de vulnerabilidade e de luta pela moradia, enfrentado historicamente por incontáveis trabalhadores brasileiros é, enquanto Sem Emprego, uma das dimensões dessa precarização social do trabalho, característica da forma flexível do capitalismo.

A mesma lógica que incentiva a permanente inovação no campo da tecnologia, dos novos produtos financeiros, atinge a força de trabalho de forma impiedosa, transformando rapidamente os homens que trabalham em obsoletos e descartáveis, que devem ser "superados" e substituídos por outros "novos" e "modernos", isto é, flexíveis. É o tempo de novos (des) empregados, de homens empregáveis no curto prazo, através das (novas) e precárias formas de contrato. O conteúdo dessa (nova) precarização está dado pela condição de instabilidade, de insegurança, de adaptabilidade e de fragmentação dos coletivos de trabalhadores e da destituição do conteúdo social do trabalho, que se generaliza para todos os tipos de trabalho. (DRUCK, 2013.)

Como vimos no início deste capítulo, as formas de inserção no trabalho dos Sem Teto são um exemplo extremo desta condição de instabilidade e adaptabilidade, além de serem majoritariamente desempregados, informais e, mesmo os que experienciam a condição da carteira assinada, o fazem sob a condição da transitoriedade e descartabilidade⁷⁵. É isso que define a sua condição de Sem Emprego. E porque são Sem Emprego, são Sem Teto. Neste sentido a condição de precarização em que estão imersos, porque se inicia no trabalho, se espalha para outras dimensões, determinando a impossibilidade destes trabalhadores acessarem a casa própria. Mais uma vez, como coloca Druck (2013), a precarização é social, primeiro porque atinge o trabalho e como atividade central na vida dos seres humanos, ao afetar o trabalho, afeta também "todas as demais dimensões da vida social: a família, o estudo, o lazer e a restrição do acesso aos bens públicos (especialmente saúde e educação)", além do impedimento ao consumo da casa, enquanto bem essencial para a reprodução e subsistência, para o caso dos Sem Teto. Além disso, atinge também as formas de organização e resistência dos trabalhadores, fragmentando-os ao instaurar a concorrência como forma de gestão e controle social.

A forma como moram, a dificuldade, vulnerabilidade e insegurança da vida cotidiana numa ocupação, determinada por sua condição de Sem Emprego, revela-se como mais uma dimensão desta precarização social, levada a limites extremos e, em muitos casos, sub-humanos. A moradia, numa ocupação, embora digna, porque é uma forma de luta, é também perversamente indigna, devido ao grau extremo de precarização ao qual estão submetidos os Sem Teto.

⁷⁵ Não podemos considerar como mera coincidência o fado de o MSTB ter surgido exatamente no ano (2003) e no mês em que Salvador bate os recordes nacionais das taxas de desemprego, resultado do processo de reestruturação do mercado de trabalho ocorrido na década de 1990.

Mas, no que diz respeito à fragmentação da classe trabalhadora, os Sem Teto, membros do MSTB, representam, em certa medida, uma ruptura com a estagnação na luta entre capital e trabalho. A condição de Sem Emprego, é certo, lhes dificulta a identidade coletiva, dada a dispersão, o isolamento, a concorrência entre eles mesmos. Mas a luta pela moradia – através de um movimento organizado – recupera e dá uma identidade coletiva. Neste sentido, como mostrou Iuri Falcão (2013), a sua identidade como Sem Teto tem, para eles uma dimensão muito mais expressiva do que a de trabalhadores. Mas são trabalhadores, despossuídos de direitos básicos para a sua própria reprodução e é isso que lhes é comum em oposição aos que controlam e detêm a propriedade fundiária em Salvador. E neste sentido, a sua luta, pela moradia garante o caráter classista do movimento.

Como exalta diversas vezes Iuri Falcão (2013), em sua dissertação de Mestrado, os Sem Teto são trabalhadores. Uma parte deles vende sua força de trabalho de forma direta para sobreviver. Outra parte, a mais significativa, vive sob a condição de Exército de Reserva e realiza toda sorte de trabalhos para obter renda e, mesmo assim, são trabalhadores que geram capital, mesmo que pela venda indireta, via o trabalho autônomo, da força de trabalho, ou quando consomem diversos bens convertendo seus ganhos em ganhos para o capital. Porque são trabalhadores, em uma sociedade capitalista, se inserem estruturalmente numa relação de antagonismo.

Mas, para além de sua inserção estrutural, enquanto trabalhadores, explorados pelo capital, os Sem Teto agem, se engajam em uma ação prática quando lutam pela moradia desafiando as formas usuais de obtenção da propriedade na sociedade capitalista. No caso do MSTB, suas lideranças ainda apontam para um projeto político de transformação da sociedade, que partindo desta luta pela moradia, questiona a organização da sociedade em sua forma capitalista.

Assim, a inserção estrutural não explica totalmente a questão no caso dos Sem Teto. As condições estruturais não resultam incondicionalmente em atitudes de oposição, organizadas e conscientes, por parte daqueles que se situam na condição de trabalhadores.

Mas esta tomada de posição aparece de forma evidente nos princípios, fundamentos e anseios políticos do MSTB e na forma como os mesmos conseguem

se materializar em ações práticas conscientes, ao se negarem, por exemplo, a estabelecer acordos e conchavos políticos com o Estado e as classes dominantes, ou quando reafirmam a luta histórica e popular como caminho para transformação da sociedade. Assim a ocupação, por parte do MSTB, de um terreno ou de um prédio ociosos, e a sua transformação em moradia de centenas de famílias, diz respeito a uma forma singular, diferente de consumo e de luta, que desafia, em certa medida, a lógica do consumo prevista pelo capital. Em certa medida porque a estratégia do capital é, também assimilar essas ações em seu favor, como já tratado insistentemente neste texto.

4.3.4.3 – A experiência no MSTB: o início difícil na ocupação.

Como visto, os Sem Teto são uma espécie de “espaço privilegiado” para a vigência das diversas características que definem a Precarização Social do trabalho descritas por Franco e Druck (2009) e Druck (2011a, 2013). No caso dos Sem Emprego que estão na condição de Sem Teto, além da tipologia de precarização já descrita pelas autoras, eles acrescentam mais uma dimensão da precarização social, qual seja, a privação de viver sem o pleno direito à cidade. A ausência da moradia, somada a todas as outras privações dos serviços públicos enfrentadas pelos Sem Teto se somam a toda precarização já vivenciada por eles em suas trajetórias de trabalho. Vejamos, então como se dá o início desta experiência de precarização enquanto Sem Teto, morando em uma ocupação. Porque se tornam Sem Teto?

Primeiramente a resposta para esta pergunta passa por uma reflexão feita pelo próprio MSTB a respeito das continuidades e diferenças entre as ocupações de hoje e as ocupações do passado. Primeiro, numa leitura mais estrutural, feita pelo militante e estudioso do movimento, Iuri Falcão, em entrevista concedida a esta pesquisa:

Olha quando agente olha os Sem Teto como um processo histórico, pra mim, o que marca esse processo como um todo, né, que é estrutural, é o rebaixamento da remuneração da classe trabalhadora no Brasil. Pra mim é uma coisa que não mudou, o patrão já sabe que você vai se virar para fazer a sua casa e não contabiliza isso no salário. Isso pra mim é uma coisa que, desde o processo de industrialização da década de 50, até hoje, o processo de ocupação é utilizado como um dos elementos de rebaixamento da força

de trabalho no Brasil. É o fato de não ser computado o valor da habitação, certo? Então, eu acho que esse é o elemento mais estrutural que dá continuidade às ocupações de ontem e de hoje.

Na fala de Iuri a continuidade do processo de ocupação aparece como resultado de uma condição estrutural extrínseca à vontade dos trabalhadores Sem Teto. Sua condição enquanto Sem Teto é motivada pela necessidade histórica, do capital, de rebaixar o valor da força de trabalho, fazendo isso através da imposição da autoconstrução como alternativa de moradia para distintas gerações de trabalhadores soteropolitanos.

Completando a análise de Iuri, para Pedro Cardoso, o que motiva a existência das ocupações de hoje é a continuidade da necessidade de os trabalhadores mais pobres não terem acesso à moradia, entendendo este fenômeno, também como algo intrínseco ao capitalismo:

Rapaz, o principal elemento em comum entre as invasões do passado e as ocupações de hoje é que todos estavam lutando por moradia, isso é comum, é o elemento comum entre lá e cá...certo? A luta por moradia. O elemento em comum era a disputa pela terra. Entre aquele período de quarenta e agora, o elemento motivador das ocupações é o mesmo, que é a falta de moradia. O cara não tem onde morar e vai lá, certo? Tem várias ocupações motivadas por elementos diferentes, mas o central era e é a questão da moradia. E isso é fruto do processo da crise da moradia, que é um problema estrutural do capitalismo, enquanto houver o capitalismo, vai haver problema da moradia, porque o problema da moradia é produto do capitalismo.

As falas de Iuri e Pedro indicam que, embora a entrada numa condição de invasão ou ocupação forçada de terrenos ou prédios possam ter motivações particulares diversas sejam conflitos familiares, a migração, separações etc, é a baixa remuneração, tornando o impeditivo o acesso a casa própria que impõem ao trabalhador a condição de Sem Teto.

Mas as lideranças do movimento pontuam, também, a diferença fundamental entre estas duas formas de luta pela moradia, destacando a existência dos movimentos organizados e seu papel na direção das ações e na organização da resistência:

Hoje existe uma organização, né? O movimento é expressão de uma organização, que luta, que surgiu de todo esse processo, ou seja, ele é produto de todo esse conjunto de ações que ocorreram desde quarenta. As primeiras ocupações que ocorreram em Salvador não tem esse mesmo

caráter. As pessoas migravam pros grandes centros urbanos e iam ocupando a terra de forma paulatina. Não era aquela coisa: organizar a ocupação e iam pra lá, e em um hora, meia hora, duas hora o terreno estaria todo ocupado como é hoje. Hoje, uma hora depois do início da ocupação já começam as primeiras brigas pelo pedaço de terra, certo? Antigamente não, as pessoas vinham porque tinha muita terra em Salvador, as pessoas vinham e ocupavam de forma mais processual. Há uma diferença substancial certo? Porque hoje foi necessário surgir uma organização como Movimento do Sem Teto da Bahia pra organizar essas ocupações. Então, assim, foi necessário a construção desse movimento pra organizar as ocupações. Então, assim, há uma diferença substancial entre esse processo de organização que existe hoje na Bahia, através do movimento sem teto, que tem todo um regimento interno, que tem uma estratégia definida, né? (Pedro Cardoso)

E luri completa destacando o caráter anticapitalista desta luta enquanto uma luta contra a propriedade:

As invasões quando aconteciam não eram tão articuladas, como elas são pelo movimento Sem Teto. Hoje, você tem um nível de relação entre todas essas ocupações, e elas se dão por um processo único de uma coordenação. Você tem uma estrutura organizativa que organiza esse processo. Naquela época você tinha movimentos, mas esses movimentos eram muito mais frentes, sabe? Você não tinha ocupações da FABS, ocupação do MDF. Hoje você tem um núcleo mais geral que pensa, que pra mim é inspirado na trajetória do MST, o MST se formando enquanto o movimento que faz ocupações, que luta contra a propriedade privada.

Ora, para além destas questões mais gerais, os integrantes do MSTB também rememoram a forma como entraram no movimento, na luta pela moradia, muitas vezes iniciando ocupações ou participando da fundação desta luta, nas origens do MSTB. Demonstam também as dificuldades e vulnerabilidades as quais estão expostos aqueles que se veem, em um dado momento da vida, por circunstâncias individuais diversas, sem um lugar pra morar.

Assim, questões familiares empurraram a jovem Mariana, que morava na casa dos pais, com a filha e seu companheiro na época, pra um evento que mudaria sua vida e passou a marcar também a trajetória política da cidade de Salvador:

Eu comecei a luta pela minha casa assim: começou a invasão lá em cima de casa, mainha nem soube! Oxe, peguei minha filha de manhã cedo e subi. O povo tinha invadido de noite, de manhã eu tava lá com minha filha no braço, oxe botei ela debaixo de um pé de mangueira, arriada no chão, enrolada nuns pano, quando cheguei em casa que a fralda dela tava encardida, meu pai, mainha só faltou me matar. Oxe, fui a primeira vez aí a polícia tirou, aquela agonia, vai e volta, eu sei que eu desisti. Mas teve outra invasão e aí o povo na escola falou: “ Tá rolando uma invasão, lá na Estrada Velha, depois do Vila Verde”. Eu digo: “Oxe, aonde me digam?”, “Bora lá não sei o que” Eu digo: Umbora! Quando chegou de

manhã, eu falei com mainha mais painho. Arrumei minha filha de manhã cedo e fui. Agora foi quando tava começando, ainda tava invadindo. Então, a primeira ocupação que eu participei quanto indivíduo adulto foi o quilo..., a Estrada Velha do Aeroporto. Foi assim, quando eu fiquei sabendo eu já fiquei sabendo pela boca de algumas vizinhas que um grupo de mulheres do Vila Verde tinham ocupado um terreno, e aí pela necessidade e demanda de moradia foi no boca-a-boca um falando pro outro cada um ia pegando loteando um pedaço e capinando e entrando. Aí a polícia tirou, aí a gente começou a se organizar fazendo reunião enquanto Movimento Social. Quando a gente começou a se organizar enquanto Movimento Social se definiu um dia pra todas as famílias que queriam ocupar um terreno em frente ao que a gente ocupou a primeira vez, ocupasse. E aí começou a existir um Movimento que passou a ter essa prática de ocupar.

Mariana é fundadora do MSTB, iniciando a sua experiência como Sem Teto na ocupação do Quilômetro 12. A experiência naquela que ficou marcada como a primeira ocupação do Movimento Sem Teto abriu as portas para a formação de um compromisso coletivo, que passou a confundir a vida da entrevistada com a própria história de luta pela moradia a partir de movimentos sociais organizados:

Assim as ocupações aconteceram. A partir daí, eu acompanhei o processo de ocupação do quilometro 12, Estrada Velha do Aeroporto, acompanhei a que foi a primeira ocupação do Movimento Sem Teto, depois uma ocupação de prédio, que foi a primeira deste tipo, que foi a Leste, lá no Comércio. Acompanhei o processo de ocupação de Periperi, não diretamente né, porque quando eu cheguei já estava, já tinha sido ocupada... Lagoa da Paixão, Paraíso... vixe, tanta história viu!

Assim, como Mariana, Walter também vivencia a luta pela moradia desde as origens do MSTB e a sua memória, é a memória da história de luta da Cidade de Plástico, em Periperi. Vejamos a longa citação:

Agente demorou três anos pra ocupar isso aqui. Essa área aqui já era ociosa. Isso aqui foi, durante mais de trinta anos, uma oficina da Leste, que fazia reparos em vagões, tinha uma oficina mecânica, tinha máquinas operativas diversas, tinha fundição, no pico disso aqui trabalhavam, eu acredito, umas quinhentas pessoas. Mas aí depois com o sucateamento do sistema ferroviário em todo o Brasil. Aí ocupamos aqui, já temos sete anos aqui, vai fazer agora em agosto, a possibilidade de ficar aqui são as mínimas, né, porque é uma área próxima à Baía de Todos os Santos, e eles não gostam que pobre fique numa área dessa, não querem, não gostam e não vão permitir. Aqui tava tudo bagunçado, inclusive buracos que cabiam um carro, pedaço de concreto, que as pessoas quebravam pra pegar o ferro derretido. Acabaram os ferros e ficou esse vão. Logo do início mesmo eu ajudei a ocupar mas não fiz o barraco, eu tava na casa lá da família, depois eu me separei, a ocupação já tinha já uns seis meses de resistência já, foi que eu tive que vir pra cá. Mas isso aqui era uma área de desova, tráfico, prostituição infantil. Era tudo de errado aqui, as pessoas utilizavam para todos os fins, menos pra o fim social, até a gente resolver ocupar. Mas imagina, limpamos tudo e hoje mora gente aqui!

Walter lembra ainda o preconceito que os Sem Teto sofreram com a resistência dos moradores de Periperi em aceitar o surgimento da ocupação, sempre relacionada pela sociedade, como os cortiços do início do século, a um lugar de vagabundagem, malandragem, sujeira e tudo de ruim que socialmente costuma-se a associar com a pobreza. Condição que se agrava ainda mais com a constante presença do crime organizado, que “disputa” com o movimento a ocupação dos espaços da cidade:

Todo mundo de Periperi desaprovava isso aqui, porque os sem teto já tinham uma fama né, de trazer a malandragem, de trazer a vagabundagem, de trazer as coisas ruins, porque quem tá trabalhando com a base da pirâmide é impossível você selecionar quem precisa de casa, de moradia.

Analisando as favelas de São Paulo de hoje Lúcio Kowarick mostra como funciona o imaginário social a respeito das ocupações “irregulares” e seus moradores, prevalecendo a ideia de uma local de “vagabundagem e desordem, tido e havido como antro de vício e criminalidade”(KOWARICK, 2009, p. 85):

Sobre esta modalidade de moradia o imaginário social constrói um discurso que esquadriha a mistura de sexo e idades, a desorganização familiar, a moralidade duvidosa, os hábitos perniciosos, olhando estes locais como focos que fermentam os germes da degenerescência e da vadiagem e daí o passo para criminalidade. Ou seja, a condição de subcidadão como morador das cidades constitui forte matriz que serve para construir o diagnóstico da periculosidade. (KOWARICK, 2000, p.55)

Assim, além de enfrentar o preconceito social, as experiências de ingresso na ocupação são sempre carregadas de muita luta e dificuldade. Se repetem, uma a uma as práticas de sair da casa em que morava, ou por desavenças familiares, ou por não conseguir pagar o aluguel, pela renda insuficiente, pela perda do emprego. Em quase todas as condições, o uso da enxada, do facão, a construção do barraco de lona ou madeira pra marcar o terreno, a necessidade de permanecer na ocupação para não perder o lote se repetem em cada ocupação do MSTB, como acontecia desde a década de 1940, quando a ocupação informal do solo urbano de Salvador passa a se constituir, por falta de opção, ou como forma de luta mesmo, em meio de sobrevivência para uma massa gigantesca de gerações de trabalhadores.

Os conflitos gerados pelo convívio de mais de uma família (filhos que “casam” e moram com os pais) dividindo uma mesma casa aparecem constantemente como motivação para o ingresso numa ocupação. A jovem Márcia, da Gal Costa, que também aponta que teve que ingressar na ocupação devido as dificuldades de relacionamento familiar relembra a sua dificuldade diante da insegurança e vulnerabilidade de morar numa ocupação:

Eu morava com minha mãe, eu e meu marido. Aí minha mãe ficou sabendo que tinha uma invasão, aí ela disse que eu tinha que ir pra lá. Aí primeiro chorei muito pra não ir, que ela tava querendo, precisando da casa que a gente tava morando. Aí disse: “ah você tem que ir que eu estou precisando da casa, não trabalho e vou alugar!” Aí a gente pegou e teve que ir pra lá. Chegou na ocupação, lá na Gal Costa, tinha uma partes vazia... Agente capinou, limpou tudo e invadiu. De, primeiro logo quando a gente foi morar foi de tábuas, papelão, plástico. Depois de dois anos que a gente construiu. Mas foi difícil de mais... eu chorava sozinha... Porque foi um, um, durante quatro anos, muito ruim pra mim, é muito “pagamento”. Briga, era policia direto, morte, então um lugar desse não é bom né.

Já Iara, enaltece o desemprego como motivo principal para seu ingresso na CDP. Apesar de sua entrada na ocupação ter se dado através da compra de um lote (fato mais comum do que se pensa dentro da luta pela moradia)⁷⁶ ela teve que passar pela mesma experiência de “limpar o terreno” e construir seu barraco:

Minha entrada no movimento cara foi quando eu fiquei desempregada, aí não dava pra bancar a vida que eu tinha com o emprego que eu tinha na época, então desmoronou tudo, qual a saída? Eu tenho uma amiga aqui dentro do movimento dos sem teto e que já morava aqui, foi logo quando começou e ela me indicou, tinha um terrenozinho aqui, parece que era barato e eu aí fui, comprei e mudei porque eu fiquei livre do aluguel da conta de água e luz, até então esse foi o grande motivo, o desemprego que me trouxe pra cá. Os próprios que já moravam na ocupação me ajudaram a limpar, tirar mato e entulho e... levantar o barraco.

Além da tomada coletiva de uma área ociosa, a entrada na ocupação, como vimos, pode se dar através da compra de um lote, o que em alguns casos pode alimentar a prática da especulação dentro também das ocupações. Muitas vezes a existência destas contradições que acontecem dentro dos movimentos sociais são

⁷⁶ Numa ocupação como esta, em um bairro popular, muitas vezes, o valor dos lotes ou do terreno correspondendo ao valor de um mês de aluguel o que torna a compra do lote ou barraco uma alternativa irrecusável para se sair da “dívida” mensal do legal.

usadas como argumento, pela mídia, ou pela sociedade para deslegitimar a ação dos movimentos sociais⁷⁷. Esta situação é bem percebida por Mariana:

As pessoas ocupam pela necessidade da moradia, mas também, por um outro lado, eu vejo a especulação imobiliária de pobre, porque assim, as vezes a pessoa já tem um cantinho mas aí tá tendo outra invasão ali, aí já vai invadir lá e aluga a casa de cá, sabe? É a possibilidade mesmo de levar vantagem em alguma coisa, mas também tem muita gente, muita gente que não tem onde morar, muita gente que vive de aluguel, muita gente que mora de favor nas casas dos outros e infelizmente hoje a cidade não permite, não tem estrutura pra você comprar um terreno. Quem ganha um salário mínimo não tem condições de comprar um terreno, não tem condições de pagar um aluguel, não tem condições de financiar uma casa, então assim a maneira mais fácil ou mais prática, ou acessível às pessoas no momento é fazer a ocupação, é ocupar mesmo, é invadir, sabe? É buscar essa moradia de algum modo. (Mariana, Valéria)

Mas como destaca a própria Mariana, o que ela chama de “especulação de pobre”, fruto das próprias contradições inerentes ao individualismo da sociedade capitalista não é a motivação central do MSTB. Ocupar é, antes de qualquer outro interesse, uma necessidade, a única forma de acessar a moradia. Helena que, com facão e enxada, deu os primeiros passos para a construção da CDP, também relata como se constrói majoritariamente, com o próprio trabalho e o suor do seu corpo, a luta pela moradia do MSTB:

Eu vim morar aqui por que eu tava morando de aluguel, tinha me separado do pai das minhas filhas, né, maltratava muito. Aí eu tava trabalhando nesse fabrico de produto de limpeza, aproveitei, reservei um dinheirinho e fui embora. Larguei minhas filhas com minha avó dois meses, depois que eu aluguei uma casa e voltei a morar com elas. Aí eu vi o pessoal com facão, enxada, vindo pra'qui, então eu tive a curiosidade de vir aqui. Tudo era matagal fechado. Aí eu disse: "É invasão é, como é?" e me responderam: "Não minha filha, você pega o facão, enxada, o que você tiver né, pra derrubar os matos, e o coordenador do movimento, que tá presente, vai medir 10x6 e aí você vai ter o seu terreno. Traz um negocio pra fechar e tá morando." Aí eu vim. Vim com a cara e a coragem. Sozinha e Deus. Eu mesma capinei, limpei o terreno. Levantei madeira, tudo. Graças a Deus, e tô aqui até hoje. Minhas filhas, eu trouxe depois de uns três meses que eu fiquei vendo se vinha muitas pessoas pra cá, tinha pai de família assim, pra conciliar uma coisa com a outra. Mas foi uma luta viu. Foi por que eu deixei de trabalhar, por que eu tinha que ficar aqui tomando conta do terreno, porque muita demanda, muito pessoal procurando um pedacinho de terra. Eu consegui cavar, botar uns pauzinhos, eu dormia num colchonete, uma pedra, que eu tirei um tempo atrás, era meu travesseiro. Eu botava um colchonete fininho e botava a cabeça e dormia. Eu botei uns quatro pauzinhos assim e um plástico, um colchonete e essa pedra que era meu travesseiro. Quando era de manhã, umas 5 hora, eu ia correndo pra casa

⁷⁷ A venda de lotes ou barracos em uma ocupação acontece com alguma frequência, mas não é regra e não é uma prática incentivada ou desejada pelas coordenações do MSTB, embora admita-se a necessidade de tolera-la. Mas também não são incomuns os casos de expulsão das ocupações do integrantes que passam a fazer da especulação dos lotes e barracos um negócio.

que aluguei, pra ver minhas filhas. Aí depois eu comecei a conciliar o trabalho, até que fiz um barraquinho, aí trouxe minhas filhas pra cá. Eu não tinha alternativa. Porque o aluguel ocupava toda renda, tem dia até que passava dificuldades, não tinha o que comer, por que tinha que pagar aluguel, água e luz, você sabe como é né. E pra mim foi uma válvula de escape aqui, foi uma vitória né, porque se eu tivesse pagando aluguel não tinha uma geladeira, um fogão né, não tinha muitas coisas né. (Helena, CDP)

4.3.4.4 – A experiência no MSTB: a moradia precária na ocupação – uma dimensão da Precarização Social.

Os depoimentos anteriores mostram como o início da ocupação é extremamente difícil. A intenção, quando se ocupa, é que se trate de uma condição provisória. Espera-se que a luta do movimento, a pressão sobre o Estado, por exemplo, possibilitem a urbanização do espaço ocupado juntamente com a construção de casas populares (no próprio espaço ocupado ou em outro terreno) para estes trabalhadores que não tem outra alternativa para morar a não ser através da ocupação.

Mas a condição de viver numa ocupação se prolonga e a moradia em barracos precários também. Ainda mais que o MSTB procura inibir a autoconstrução com bloco, por um lado, para evitar a favelização do espaço, na esperança de realização de uma urbanização no local e, por outro lado, para evitar a sobre exploração do trabalhador, já tão explicada. Assim, viver em uma ocupação, não só em seu início, mas em todos os casos, é sempre uma experiência difícil.

Apenas descrever as condições de vida dentro das ocupações do MSTB, em Salvador não é o suficiente pra explicitar as dores, as dificuldades e a luta cotidiana que significa ser um Sem Teto e morar em uma ocupação. É preciso estar lá dentro, mesmo que seja por algumas horas, para ver e sentir, e ainda assim, não se chega nem perto da experiência cotidiana nas ocupações. A bela vista da maré calma da Baía de Todos os Santos, à beira da Cidade de Plástico, em Periperi, ou a lagoa e a mata, no Quilombo da Lagoa da Paixão, por exemplo, escondem, atrás do seu aconchego e beleza, os riscos enfrentados dia a dia por quem vive numa ocupação.

A Lagoa da paixão é um paraíso rapaz... é um dos lugares mais bonitos dessa cidade!

Eu não quero sair daqui por nada. Não troco a CDP, não troco Periperi por nada nesse mundo. Olha essa maré... eu moro na beira da praia, meu irmão! Agente vai lutar pra ficar aqui... quando o governo der as casas, vai

ter que construir aqui, porque é o melhor lugar de Salvador!
(Depoimentos dos Sem Teto)

Retomamos, mais uma vez, as memórias de Mariana pra descrever a precariedade de viver numa ocupação. Primeiro, a partir da sua experiência, ainda na infância, quando vivenciou com sua família a luta pela moradia através das invasões, que serviu como acúmulo para a experiência atual nos movimentos sociais:

Eu digo a você, minha mãe é uma nega arretada. Eu lembro de uma cena, a gente morava na Lessa, aí dentro da Lessa Ribeiro passava uma vala no fundo da casa. Aí um belo dia a gente acordou, a casa alagada cheia de merda boiando, sabe as coisas de minha mãe tudo destruindo, a gente tudo pequeno, minha mãe carregando a gente, botando em cima do beliche, tentando pegar as coisas dela, salvar pra não levar, pra não ser levado pelo rio, pela vala, e aí ela chegou chorando sabe aquela coisa aquele transtorno, aquele sofrimento dela. Aí ela chegou pra meu pai e fez assim: “Pelo amor de Deus, homem, bora mudar pra área lá de cima que eu não aguento mais morar aqui, toda vez que chove alaga tudo, agente perde tudo, eu tenho medo dos meninos pegar uma doença”. Tudo que minha mãe fazia era o máximo, porque o mundo que eles criavam em torno da gente a gente não percebia, pense aí você conseguir manter 05 filhos dentro de um barraco de madeirite, dentro de um barraco de lona preta em cima da areia, sem água encanada, sabe? Pense aí. Quando o sol tinha dentro daquele daquela lona preta! Mas o barraco de minha mãe era tão jeitoso que assim o chão era forrado de plástico preto e depois jogava os tapetes grandão. Tinha um beliche onde a gente dormia, um fogão, pronto, era o barraco de mainha. Minha mãe conseguia sair passar o dia todo na rua e deixar os 05 trancados dentro de casa, e ficava os 05 trancados dentro de casa, e pense o abafamento, o calor que devia ser a época debaixo do sol quente e a gente nem tchum, o mundo podia tá pegando fogo do lado de fora a gente nem aí, sabe?

E depois, a sua própria experiência, enquanto adulta, sem a proteção e os cuidados da mãe, numa Salvador, com os mesmos problemas do passado, mas com novos personagens, como o tráfico, não vivenciados em sua infância. Diferente de sua mãe, a necessidade de ter de viver dentro de uma ocupação diante da presença destes novos personagens, separou Mariana de sua filha. Além de ter que lutar contra a natureza e falta de infraestrutura e urbanização dos espaços ocupados pelo movimento, a presença do crime organizado e todas as consequências desta presença, se constituem como um dos elementos de maior insegurança ao qual estão expostos os Sem Teto:

Aqui não é lugar pra criar criança. Estatisticamente a maioria das amigas de minha filha, que cresceram junto com ela, todas ou já estão namorando ou já tão grávidas, ou já tiveram filho. E só querem ser mulher de patrão. E aqui é assim, você não tem o direito de dizer nada. Você perde a autonomia

do seu filho, o seu filho vira soldadinho do tráfico ou puta do tráfico. Eu vou deixar minha filha dentro de casa sozinha pra rua criar ou pro vizinho meter o dedo? Não dá não. Porque pra eu criar a minha filha eu teria que ficar dentro de casa, o dia todo com ela, 24 horas pra ficar de marcação. Eu não tenho condições. Não tenho condições nenhuma pra isso. E aí assim eu não vejo a possibilidade de botar minha filha numa comunidade onde o tráfico tá cooptando as crianças cada vez mais cedo, onde as meninas são criadas e preparadas pra ser filha do patrão, do traficante né, onde o próprio vizinho, o próprio pai, padrasto ou um irmão tá aliciando a criança, tá abusando sexualmente. Eu moro numa comunidade onde infelizmente tem época de ter toque de recolher, a lei lá dentro é do traficante, então eu não posso criar minha filha num espaço desse, eu prefiro abrir mão de criar ela e deixar com mainha e painho que me criou né, que me deu uma estrutura familiar por sinal muito boa. (MARIANA, Valéria)

A fala de Mariana evidencia, também que esta vulnerabilidade recai de forma mais contundente sobre crianças e jovens, que correm o risco de serem recrutados pelo tráfico ou de serem abusados sexualmente. Recai também sobre a mulher, impedida de viver com os filhos, de trabalhar, de exercer sua autonomia, revelando que esta precarização tem suas contradições de gênero também.

Também na CDP, o depoimento de Iara reflete sobre a violência na ocupação e o risco da casa que não se constitui no lugar seguro, para o convívio familiar, o descanso e repouso para reconstituição do corpo após o dia duro de trabalho:

Olha veja bem, com certeza, todos nós aqui vivemos num ambiente de risco, é... insegurança, auto risco, casas de madeira, você não tem nenhum tipo de segurança. Se vier um tiroteio, você vai morrer dormindo, que a bala atravessa dum lado a outro, é auto risco mesmo, uma área periculosa pro ser humano. O tiro vem dos dois lado, pode ser da polícia ou do tráfico e quem morre é agente. E se eu gostaria de sair daqui? É claro que eu gostaria. Pra mim é ótimo, isso aqui é maravilhoso isso aqui é um paraíso. A questão não é o lugar a questão são as pessoas que frequentam o lugar essa é a questão, isso aqui é muito perigoso! (IARA, CDP)

A empregada doméstica Valéria, agora morando em um conjunto habitacional, lembra, sem saudades, da experiência na Gal Costa, onde, além de todos os medos com a presença do crime e da polícia, o fato ser uma área de baixada e encosta, submetia os Sem Teto aos infortúnios das chuvas e alagamentos:

Minha casa lá na ocupação era um vão só. O quarto do meu filho não tinha guarda roupas porque lá não adiantava comprar móveis nenhum que a água quando vinha destruída tudo, eu colocava minhas roupas numa caixa, num balde e colocava tudo em cima da mesa quando a chuva vinha. Quando chovia não dormia direito, bastava armar a chuva e já ficava em pânico. Hoje, que não tô mais em ocupação, eu não tenho medo de morrer,

que antes eu tinha medo, quando eu morava lá na ocupação eu tinha medo, porque lá não era um lugar da gente morar. Minha casa era sem rebocar ficava com medo de tiroteio, de uma bala atravessar a parede. Você sabe o que é não ter banheiro, ter que buscar água longe? Criar filho num lugar desses, usando balão de fezes, com medo da polícia, com medo do tráfico, com medo do céu? (VALÉRIA, Gal Costa)

Além disso, a vida numa ocupação informal do espaço urbano carrega constantemente o medo da perda do terreno ocupado a partir de alguma ação de reintegração de posse:

Queremos ficar aqui, mas tem um problema aqui, aqui ainda não é nosso. Precisamos só desse direito, de dizer "aqui é meu", até no momento não, que não tem nada no nosso nome, não temos garantia ainda nenhuma. Porque a gente só pode dizer que isso aqui nos pertence, quando for nosso mesmo, quando desapropriar o dono. Mas aí nós estamos lutando ainda né, pra ver se vencemos. (ARTHUR, CDP)

A sucessão de depoimentos a respeito das dificuldades enfrentadas na vida cotidiana nas ocupações, somadas as situações experienciadas nas trajetórias de trabalho, por si só, definem as condições necessárias que colocam estes trabalhadores numa condição de precarização extrema. Pois é sob o signo da precariedade que estes sujeitos consomem o espaço e a cidade, para poderem sobreviver e morar.

Mas, além do que está nos depoimentos, existem outras questões que não aparecerem nas falas dos integrantes do MSTB, mas que, no meu convívio dentro das ocupações pude presenciar ou perceber. São vários os casos de incêndios, criminosos ou provocados pelos curto circuito nas instalações elétricas precárias, mortes ou incidentes com choque elétrico, pelo mesmo motivo, brigas entre vizinhos, furtos internos, preconceito dos moradores das redondezas.

Cada Sem Teto ainda tem que dar manutenção no próprio barraco, nas instalações hidráulicas e elétricas clandestinas, quando as mesmas apresentam algum problema, assumindo os riscos decorrentes do exercício destas manutenções.

Além disso, existem também as dificuldades já apresentadas em outros momentos deste texto, como a dificuldade de acesso a serviços sociais como

transporte, saúde, educação, justiça, a ausência de comprovante de endereço que é responsável pelo não acesso a muitos destes serviços etc.

Assim, a moradia dentro da ocupação, é vivida sob o signo do medo. Medo de morrer, medo da polícia invadir o barraco, medo de ver os jovens cooptados pelo tráfico, medo de nunca conseguir a casa, medo da reintegração de posse, medo de incêndios, medo da chuva, medo do choque elétrico, medo de criar os filhos, medo de tudo.

Estes trabalhadores, além de estarem vivendo sob condições de precarização extrema em suas ocupações no mundo do trabalho, vivenciam, no espaço de sua moradia, exatamente por causa da sua inserção no mercado de trabalho, uma situação de vulnerabilidade, medo e insegurança. Neste sentido, a precarização das condições de moradia destes trabalhadores expressam mais uma dimensão da precarização social do trabalho já descrita neste estudo. Isto reforça o argumento de que é social. Porque parte do mundo do trabalho e se irradia para todas as outras instâncias da vida.

Exatamente por isso que Lúcio Kowarick retoma a noção de desfiliação, desenvolvida por Robert Castel, para analisar as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores brasileiros que vivenciam todos os dias e são resultado da Espoliação Urbana, modelo de urbanização baseado na vulnerabilidade e insegurança das formas de trabalho e vida destes trabalhadores que os coloca numa situação de *subcidadania urbana*, e que se constitui numa forma especial de controle social (KOWARICK, 2000; 2009). Assim, segundo Kowarick, desfiliação “significa perda de raízes e situa-se no universos semântico dos que foram desligados, desatados, desamarrados, transformados em sobrantes e desabilitados para os circuitos básicos da sociedade” (2009, p.86).

Desta forma, enquanto desenraizamento social e econômico, a desfiliação significa:

[...] de um lado, enfraquecimento de laços de sociabilidade primária – família, parentela, bairro, vida associativa e o próprio mundo do trabalho; de outro, desemprego de larga duração ou trabalho irregular, informal, intermitente ou ocasional que advém de várias modalidades de desinserção no sistema produtivo. (KOWARICK, 2009, p.86)

O autor lembra que não se trata de um estado ou condição estática. Ao contrário, trata-se de um processo histórico. No caso do impacto deste processo sobre o mundo do trabalho muito já foi dito em capítulos anteriores e, também, pelos próprios Sem Teto ao relatarem suas formas de (não)inserção no mercado. No caso brasileiro, mais uma vez é preciso lembrar, esta desfiliação não é decorrente da crise de uma sociedade salarial (que já vimos não aconteceu no Brasil), mas é “pertinente falar em desenraizamento da condição do assalariado formal, cuja expressão recente é o aumento da fatia de desempregados e a mão de obra sem carteira assinada, à qual se soma a massa de tarefeiros de toda ordem” (KOWARICK, p. 86).

No caso dos laços de sociabilidade primária toda a história relatada a respeito da formação do Brasil urbano ilustra este processo de desenraizamento. As grandes migrações ocorridas entre 1930 lançaram milhares de trabalhadores nos aglomerados urbanos do país, muitas vezes escapando da miséria e violência no campo. No ponto de chegada a inserção na grande metrópole se dava através do trabalho mal remunerado e irregular, no entanto, por ser contínuo, dava a possibilidade “de uma integração na cidade através da autoconstrução [...] lentamente conectada aos serviços urbanos” que, somados ao processo de escolarização dos filhos desta geração, representaram uma positivação destas trajetórias a partir de uma frágil, mas evidente ascensão social para estes trabalhadores (KOWARICK, 2009, p. 88).

Neste passado recente, vivido pelos Sem Teto de ontem, Kowarick considera equivocado pensar em desfiliação porque o ponto de chegada está fundamentado em condições melhores do que o de saída. Mas em se tratando da realidade dos Sem Teto de hoje, Kowarick, analisando a realidade de São Paulo, conclui de forma diferente:

Ao contrário, parece pertinente usá-la [a desfiliação] em conjunturas mais recentes, quando, no processo de deslocamentos sociais e econômicos, o ponto de chegada caracteriza-se por situações de perda e percepções negativas em relação ao ponto de partida: não só o aumento do número de favelados em São Paulo, mas sobretudo, o fato de que muitos já moravam na cidade em melhores condições de habitabilidade, em um momento de acirramento do desemprego e de precarização do trabalho, pode produzir uma situação de desenraizamento que torna pertinente introduzir a noção de desfiliação. (KOWARICK, 2009, p. 88)

A trajetória dos Sem Teto reflete com exatidão essa descendência social e econômica descrita por Kowarick. A necessidade de sair de casa, seja por problemas familiares, seja pelo desemprego, pela baixa remuneração, ao lançar estes trabalhadores na condição de Sem Teto, morando em barracos de madeira, lona, papelão etc, sem a mínima infraestrutura, reforça esta condição de precarização.

O barraco, não estabelece a fronteira clara entre o lar, local de descanso do convívio familiar, da intimidade e a rua, que como diz Roberto DaMata é um espaço de “maldade e insegurança”. Sendo assim, o barraco não funciona como abrigo e proteção diante das adversidades, violências e perigos da rua. Qualquer um, polícia, traficante, o fogo, a chuva, a lama, a enxurrada, ou uma bala perdida podem atravessar as “paredes” e “portas” do barraco. Por mais que tenha sido conquistado com a dignidade de quem luta para sobreviver, o barraco não pode ser considerado necessariamente como um lar, como uma casa, exatamente por não cumprir esta função como deveria⁷⁸.

É neste sentido que afirmamos que o consumo da casa é negado a estes trabalhadores. No entanto, esta moradia, mesmo que sob um estado limite de precarização é a casa que os Sem Teto tem. Foi conquistada com luta e, por isso é, para eles, digna.

A posse e “propriedade” da casa/barraco é incerta, pois há sempre o risco da reintegração de posse do terreno ou prédio ocupado para o “proprietário original”. Mas é incerta, também, porque é, por sua natureza, transitória, também para os Sem Teto que nelas moram. Muitos deles anseiam a não permanência no barraco porque sabem que este é uma etapa da luta para a obtenção da “casa de verdade”. A dignidade do barraco reside no fato de ele ser a materialização da luta pela casa digna que está por vir.

Por fim, esta casa, que é precária e é “digna”, é fruto do trabalho precário. Cada barraco é levantado pelos Sem Teto, individual ou coletivamente. O espaço no

⁷⁸ Nas palavras de Kowarick: “A moradia é o mundo da sociabilidade privada, o que significa dizer ajuda mútua, brigas, rivalidades, preferências, tristezas, alegrias, aborrecimentos, planos, sonhos, realizações. É, por outro lado, abrigo contra as tempestades do sistema econômico.” (2000, p. 84). E ainda sobre a casa própria ele afirma: “... as paredes e o teto que representam real e simbolicamente a proteção contra os perigos e violências da rua, a tranquilidade barulhenta da televisão dominical, a sociabilidade da vida íntima e, no final, a esperança de maior segurança na velhice”. (KOWARICK, 2000, p.90)

qual são construídos são tornados habitáveis devido ao suor destes trabalhadores que limpam, capinam, tiram tocos, lixo, ferragem, entulhos e levantam, com as próprias mãos, as casas em que moram. Mas esta forma de obter seu lar através da autoconstrução, mesmo que seja de barracos precários, é fruto de uma falta de alternativa altamente espoliativa. Conforme Kowarick, a autoconstrução implica em “um tempo de trabalho suplementar no processo produtivo” para a produção e manutenção da casa e para a obtenção clandestina dos serviços necessários (luz e água) à moradia. Assim esta jornada de trabalho usada na autoconstrução consiste em:

[...] um sobretrabalho gratuito que serve para produzir um meio de subsistência para se reproduzir como mão de obra pauperizada pelo processo produtivo. Esse tempo de trabalho extra, retirado do que ironicamente se chama de “tempo livre”, é um tempo necessário à sobrevivência nas metrópoles do subdesenvolvimento industrializado, que decorre do fato de a remuneração ser extremamente baixa. Assim, a autoconstrução, por ser uma fórmula que exclui dos custos da habitação o valor da força de trabalho, constitui vigorosa fonte para manter os salários [mesmos os indiretos] permanentes deprimidos, à medida que barateia os custos de sua reprodução. Fórmula só paradoxal na aparência, pois ao mesmo tempo exclui os trabalhadores do mercado formal de moradias e os obriga a construí-las. (KOWARICK, 2000, p.29 – 30)

Assim, ocupar, enquanto mais uma parte da luta pela sobrevivência, é, também, uma forma de modificar a realidade para garantir a sobrevivência. Quando ocupa, para garantir a sua moradia e constrói seu barraco, está sendo explorado no mesmo tempo em que está lutando contra esta exploração. Ocupar é, também, uma forma precarizada e informal de consumir a moradia. Entendido, também como consumo, resume a dialética entre a produção e uso do tempo e do espaço urbanos.

Por tudo que foi exposto é que concluímos que a condição de Sem Teto, tanto no que diz respeito às suas experiências no mundo do trabalho, quanto nas suas experiências de (não) morar, são uma expressão limite da precarização social. Sendo que, a negação do acesso à moradia expressa os limites mais extremos deste processo de precarização, pois são negadas a estes trabalhadores até mesmo as condições mínimas de subsistir, por não terem onde descansar e recompor as forças para estarem aptos novamente à exploração cotidiana.

Importante destacar que mesmo representando alguns dos extremos dessa capacidade do capital exaurir as forças dos trabalhadores, os Sem Teto, no tempo

em que não estão trabalhando para o capital estão lutando. Estão lutando para sobreviver, cada vez que ocupam forçadamente espaços ociosos, fazendo-os cumprir sua função social, ao lhes dar a possibilidade de obtenção da moradia. E quando lutam para sobreviver desafiam a propriedade privada dentro do espaço urbano. Isto, também, os faz singulares e é esta singularidade que “encerrará” esta narrativa.

4.3.4.5 – A experiência de luta no MSTB: organizar, ocupar e resistir... para transformar.

A tese estaria terminada no item anterior caso não se tratasse de um estudo sobre o MSTB. Resta ainda problematizar mais uma item na trajetória destes trabalhadores Sem Emprego, qual seja, a sua identidade coletiva, enquanto Sem Teto e o caráter classista deste movimento.

A despeito das perspectivas teóricas que visam dar conta dos movimentos sociais terem forjado suas interpretações sobre a realidade em oposição ao marxismo, quase sempre negando a relevância da dimensão da luta de classes na práxis destes movimentos, o olhar marxista sobre este fenômeno implica em levar em consideração que, embora nem todo conflito possa ser reduzido à oposição de classes, todo movimento, mesmo dentro de suas especificidades não pode ser compreendido sem se levar em consideração a centralidade do conflito entre o trabalho e o capital na produção e reprodução das relações sociais no capitalismo (GALVÃO, 2011). Além disso:

Diferentemente de uma perspectiva que faz apologia da sociedade civil e dos movimentos sociais como polo de resistência ao Estado, como se este não mais importasse, como se os sujeitos que se mobilizam pudessem transformar a sociedade prescindindo da tomada do poder e como se esta estivesse definitivamente descartada, a concepção marxista nos permite olhar de maneira dialética para a relação Estado-sociedade civil. Com isso, pode-se discutir tanto os limites quanto o potencial transformador dos movimentos sociais, dependendo dos objetivos e formas de ação que se colocam; discutir o que é uma luta sistêmica e antissistêmica; no interesse da ordem e contra a ordem. Nesse sentido, é importante considerar o papel do projeto político e das ideologias. (GALVÃO, 2011, p.121 - 122)

Dito isto é preciso lembrar que uma das dimensões da Precarização Social do Trabalho, na qual estão imersos os Sem Teto, é a desmobilização da classe

trabalhadora, a fragilização de suas formas organização e luta, como os partidos, sindicatos e associações de trabalhadores, como resultado do processo de controle e dominação sociais impostos pelo capitalismo flexível aos trabalhadores através, principalmente, da reprodução da força de trabalho sob a condição de Exército Industrial de Reserva.

Por diversas vezes, neste estudo, já foi demonstrado de que forma a concorrência, impetrada pela reprodução da superpopulação relativa contribui para a fragmentação da classe trabalhadora e conseqüentemente para a fragilização de suas lutas, contribuindo para a reprodução do capital. Já foi discutida, também, a condição imprescindível que a Superpopulação Relativa alcança na reprodução do capitalismo em sua forma flexível.

Assim, não só entre as organizações de trabalhadores, mas também no mundo acadêmico passa a se reproduzir um certo consenso a respeito da inexorabilidade das atuais condições de precarização do trabalho forjando-se um cenário pessimista a respeito da capacidade de organização e luta entre estes trabalhadores, cada vez mais desempregados, por conta própria, subempregados, informais, concorrentes entre si e alheios aos espaços tradicionais da produção coletiva do emprego protegido, entendidos como os “locais legítimos” para a formação de uma consciência para a luta.

A respeito desta “incapacidade de mobilização” Robert Castell argumenta:

[...] os supranumerários nem sequer são explorados, pois para isso, é preciso possuir competências conversíveis em valores sociais. São supérfluos. Também é difícil ver como poderiam representar uma força de pressão, um potencial de luta, se não atuam diretamente sobre nenhum setor nevrálgico da vida social. (CASTEL, 1998, p. 33)

E, também, Pierre Bourdieu:

Os desempregados e os trabalhadores destituídos de estabilidade não são passíveis de mobilização, pelo fato de terem sido atingidos em sua capacidade de se projetar no futuro, a condição indispensável de todas as condutas ditas racionais, a começar pelo cálculo econômico, ou, em uma ordem diferente, pela organização política. (BOURDIEU, 1998, p. 121)

As análises acima revelam um equivocado entendimento de que estes trabalhadores seriam inúteis ao sistema. Já demonstramos nossa discordância a respeito disso ao discorrer longamente sobre a condição de Sem Emprego. Mas

mais do que isso, os posicionamentos dos dois clássicos, atordoados com o desemprego que assolou a Europa com o fim do Estado de Bem Estar Social e o avanço da onda neoliberal pressupõem impossibilidade de organização política da massa de trabalhadores destituídos da condição histórica do emprego.

Nos últimos anos este pressuposto pessimista dos dois autores felizmente vem sendo refutado. Ora, a própria Europa tem vivenciado uma efervescência política com as inúmeras manifestações de jovens desempregados e desalentados que mais sofreram com as transformações do mundo do trabalho impetradas pelo capitalismo flexível. E em suas manifestações fazem questão de demonstrar, com clareza, concepções e posicionamentos divergentes das políticas neoliberais, demonstrando conhecer a origem de sua condição de precarização.

Dentre estes diversos movimentos urbanos formados majoritariamente por trabalhadores Sem Emprego os movimentos de luta pela moradia despontam com uma ação prática crucial pois sua estratégia de reivindicação e obtenção do que reivindicam, a moradia, se dá por meio de um ataque direto à propriedade privada. Embora fragmentados na sua identidade como trabalhadores devido ao grau de precarização ao qual estão submetidos, é exatamente por conta desta precarização extrema, que lhes furta o direito a casa e a cidade, que os mesmos são impelidos a lutar. Nesta luta, reconstróem uma identidade, mas enquanto Sem Teto.

No caso do MSTB, ainda há uma especificidade. A luta pela moradia, na concepção de algumas de suas principais lideranças é apenas o ponto de partida para uma luta mais geral que visa a transformação da sociedade através do que eles denominam de “poder popular”. É claro que a universalização deste projeto para a base do movimento é um caminho em disputa, mas que está colocado como objetivo a ser alcançado nos princípios que regem o MSTB, como podemos observar na análise da fala de suas lideranças e no único documento construído pelo movimento.

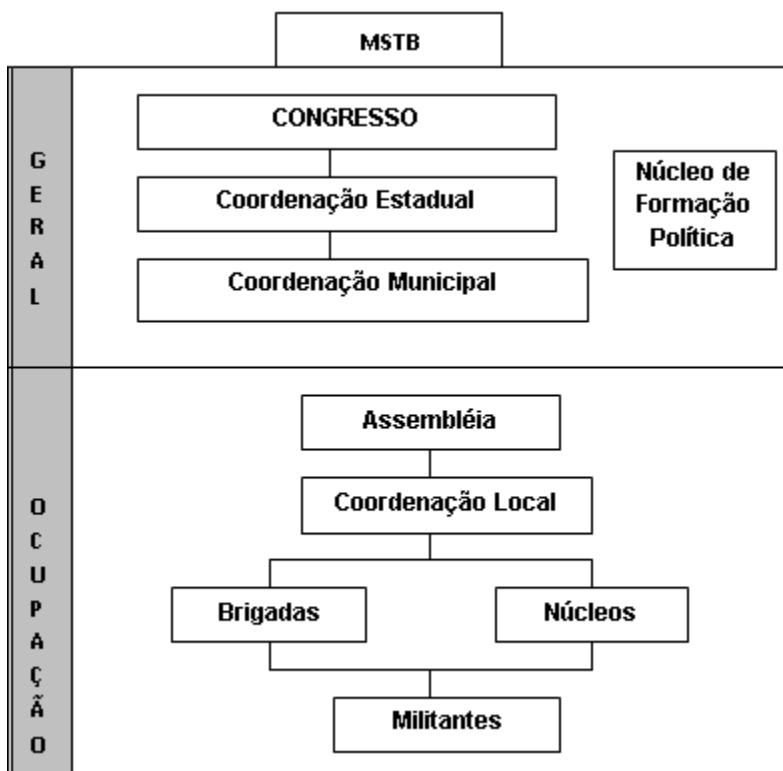
Conforme afirma Galvão (2011), é a partir da observação dos princípios políticos dos movimentos sociais e de sua conversão em uma práxis coerente com estes princípios que se pode avaliar em que medida estes movimentos se posicionam com relação a oposição capital x trabalho, se constituindo, de fato, enquanto uma contestação e oposição à reprodução da sociedade capitalista. É

exatamente a análise destes elementos no MSTB que possibilitam afirmar que a luta deste movimento diz respeito a uma das dimensões da luta de classes.

Quando comparado com outros movimentos de luta pela moradia em Salvador a organização do MSTB está baseada na horizontalidade e os seus princípios e estratégias, presentes nos poucos documentos oficiais do movimento, como será demonstrado, representam uma oposição à atual forma de organização da sociedade com claros objetivos de transformá-la. Segundo Falcão:

Quando se afirma que o MSTB é um movimento social urbano de reivindicação por moradia de tipo novo, diferente dos processos históricos de ocupações ocorridas na cidade, tem-se em mente a estrutura organizativa atual do Movimento e suas formas de luta. Tal estrutura inova em relação ao formato das tradicionais associações de moradores, com seu presidencialismo personalista e secretarias, que acabam por se constituir em mera forma de reprodução da estrutura burocrática de gestão do aparelho estatal. (FALCÃO, 2013, p.89)

A estrutura organizativa horizontal do MSTB, construída coletivamente no I Congresso do Movimento apareceu estruturada da seguinte forma na cartilha elaborada e ratificada pelos delegados no II Congresso:



Importante observar o destaque dado na estrutura do MSTB aos espaços de

instâncias coletivas, priorizando a horizontalidade e coletividade em situações que exigem a presença física da militância, da base, das coordenações etc., o que pode ser evidenciado pelo significado e preponderância que os Congressos e as Assembleias⁷⁹ possuem no MSTB.

Iuri Falcão ainda ressalta como prática de formação e reprodução dos princípios do movimento a realização da “mística”, com o objetivo de valorizar a subjetividade de cada integrante, reforçando o sentimento de coletividade e identidade além do compromisso com a prática revolucionária, com a valorização dos símbolos do movimento e os elementos da cultura popular cotidiana, vivida pelos militantes. A respeito desta mística o próprio MSTB esclarece:

Em todas as nossas reuniões e eventos, devemos dedicar um espaço para: 1) trabalhar as emoções e os valores da luta revolucionária; 2) lembrar porque estamos nela e ali, naquele momento; 3) resgatar os heróis, mártires, lutas e lutadores populares que vieram antes de nós; 4) resgatar nossa cultura, nossa história; 5) Trabalhar os valores que buscamos na(o)s lutadora(e)s do povo; 6) encarnar os valores éticos do mundo com que sonhamos. Através desses momentos, consolidamos um clima de fraternidade fundamental, que tem um papel destacado em nossa sobrevivência. Nesses momentos, recordamos que temos um ideal pelo qual vale a pena lutar. (MSTB, 2008)

Observa-se no trecho transcrito como é ressaltada, como princípio e função prática do MSTB, para além da conquista da casa, a construção da luta revolucionária, relacionando-a, sempre, com a luta ancestral popular. Falcão (2013) ainda acrescenta que, embora a pauta central do movimento seja a conquista da moradia, este bem não é entendido apenas como a casa, mas, ao contrário, inclui o acesso a todos os bens e serviços públicos que definem um verdadeiro acesso ao direito à cidade. Mais ainda, a luta pela moradia aparece como um mote desencadeador para outra luta mais fundamental que é a transformação da sociedade. A respeito disso Pedro Cardoso define os anseios do MSTB:

Mas hoje, o mote aglutinador da população é a moradia, por que é um problema que atinge elementos que tem dimensões inclusive psicológicas. Então, assim, a casa ela aglutina as pessoas, se aglutina as pessoas, nosso

⁷⁹ O Congresso, além de ser a instância máxima de decisão do Movimento tem a função de eleger a próxima coordenação estadual, decidir sobre o Regimento Interno, os princípios norteadores do Movimento, assim como fortalecer a sua simbologia e decidir sobre todas as questões referentes ao Movimento. Já a Assembleia é o espaço soberano de deliberações para se debater/detectar problemas na presença dos moradores da ocupação que encaminham soluções junto com a coordenação. A sua função é de descentralização o poder identificando problemas para deliberar e encaminhar soluções. (MSTB, 2008)

papel enquanto militantes é fazer com que essas pessoas ampliem seus horizontes. Pra isso você tem que dizer “o horizonte é ali ó”, apontar pras pessoas qual é o horizonte. A estratégia do movimento vem com essa perspectiva. (PEDRO CARDOSO)

A casa é o mote da luta, na visão de Pedro Cardoso, é o caminho mais curto pra aglutinar as pessoas, construir a formação para luta, exigir que o Estado cumpra sua suposta função universal, mas não é e nem pode ser o fim do movimento. Nesta fala Pedro esclarece, definitivamente a função do MSTB de formar a base para transformar as estruturas sociais:

Não tem sentido você construir uma luta que não avance na perspectiva de causar mudanças estruturais, não tem sentido. Eu não seria militante pra fazer movimento por moradia. Não tem sentido pra mim uma luta que o objetivo seja uma casa. Pra mim o significado da luta é transformar as estruturas que tão aí. Porque estão erradas, senão o movimento não existia. O movimento tem que pensar muito mais além. Precisa pensar uma estratégia geral, que é transformar as estruturas que estão aí, mas pra isso você precisa dar passos, e aí, pra mim, o movimento cumpre um papel, que é o quê? Que é elevar o nível de consciência crítica das pessoas, pra as pessoas entenderem o mecanismo de funcionamento da sociedade, certo?

A essas formas de estruturação do movimento são acrescentados alguns valores, concepções e princípios que sustentam esta estrutura e dizem muito a respeito dos projetos políticos e às formas de posicionamento do MSTB diante da sociedade. Revelam, também, como defendo nesta tese, que a organização dos Sem Emprego, a partir desse movimento social organizado também significa uma tomada de posição na sociedade que visa a construção e fortalecimento de uma consciência de classe. Em sua cartilha o MSTB, por exemplo, elabora um conceito próprio sobre o significado de um movimento social, que revela esta tomada de posição classista:

Movimento Social é a organização das classes oprimidas, discriminadas e marginalizadas que lutam contra a exploração e a desigualdade social geradas pela sociedade capitalista, machista e racista, por meio da realização de ações diretas, de mobilizações, da formação política, do resgate das identidades étnicas e culturais para acumular forças na construção de um Projeto Popular que vise transformar as estruturas da sociedade, na perspectiva de acabar com a exploração e as diversas formas de discriminação, respeitando o meio ambiente e as diferenças culturais. (MSTB, 2008)

Nesta definição aparecem as noções de classe, exploração e luta, além de identificar claramente que a condição de exploração e desigualdade tem origem na

forma de organização da sociedade capitalista, sendo papel do MSTB transformar esta sociedade para construir outra diferente, baseada no “Poder Popular”. E se pensando enquanto classe, o MSTB também elabora uma compreensão a respeito das classes sociais, definindo com clareza as situações de antagonismo e a consciência da exploração que as define:

As classes vem de uma divisão na sociedade, entre os que tem a riqueza, a propriedade privada, as empresas e o Estado, e usam isso para obrigar os trabalhadores a produzirem o que dá mais lucro, pagando um salário sempre pequeno e deixando muitos sem ter nem mesmo este pequeno salário pra sobreviver, por isso existe uma divisão: as elites (burguesia) e os explorados (trabalhadores e desempregados). Quem somos nós nessa história? Somos os explorados que se organizam e lutam pra mudar isso, que em cada época encontram um jeito: já foram quilombos, anarquistas, sindicatos, partidos e hoje boa parte se organiza em movimentos sociais, como o MSTB. (MSTB, 2008)

Assim, enquanto concepção política, o MSTB constrói claramente sua condição enquanto movimento classista, comparando sua função social com a dos partidos políticos e sindicatos, mas também ampliando esta noção dos conflitos entre exploradores e explorados, identificando a luta do MSTB, enquanto luta de classes, também, com as lutas ancestrais de resistência através dos quilombos, por exemplo.

Estas formas de organização, bem como as concepções que as norteiam aparecem, na cartilha do MSTB, como um caminho para se alcançar aquilo que aparece como o objetivo final de toda a luta do movimento; a construção das “Comunidades do Bem Viver”:

Todas as lutas e todas as relações do Movimento tem como objetivo a construção das Comunidades do Bem Viver, que são para nós a semente de uma sociedade mais igualitária, menos desigual, a contraposição ao Estado burguês (este que defende a propriedade privada e um modelo de sociedade e de família que só se organiza em torno do patrimônio material, do capital). (MSTB, 2008)

É quando define a Comunidade do Bem Viver como objetivo último de suas ações que o MSTB afirma, de novo, a sua condição classista e sua intenção enquanto organização política com objetivos de transformar a sociedade, tendo como foco a desconstrução dos valores e formas de reprodução social que regem a sociedade capitalista. Mais uma vez com Pedro Cardoso podemos ver a defesa de que a própria organização estrutural do MSTB, pautada na horizontalidade e na

coletividade se constituem em um caminho para a construção das Comunidades do Bem Viver como passo inicial para a transformação da sociedade como um todo:

O fato de você horizontalizar as discussões, o fato de você socializar os debates, as coisas, as decisões, você forja uma nova cultura. Você, forjando essa nova cultura, você leva a comunidade a um outro patamar de compreensão da realidade, certo? E aí fica mais próximo de você romper com as estruturas do capitalismo. Então, a gente quer construir verdadeiras comunidades, né? A intenção é ir forjando esses valores, trabalhar nas comunidades a questão do racismo, da violência contra a mulher, e ir construindo um conjunto de ações que avance nessa perspectiva de melhorar a consciência crítica das pessoas pra gente poder avançar, então, a estratégia consiste nisso, construir verdadeiras comunidades que sejam símbolo de resistência, que se contraponha a essa estrutura que tá aí. (PEDRO CARDOSO)

A questão é que esta Comunidade do Bem Viver, projeto social limite do MSTB ganha concretude apenas em pequenas e curtas experiências, como revela Iuri Falcão:

Pedro que fala muito isso... os primeiros três, quatro dias de ocupação são os mais difíceis, mas também são os mais bonitos. É uma espécie de socialismo, porque, tudo é coletivizado e a preocupação de um com o outro é muito forte. Você concretizar a comunidade do bem viver é você generalizar os dois, três primeiros dias. É essa visão coletivizada da sociedade, é você ter valores coletivos, valores socialistas aplicados no cotidiano, numa vida do espaço de moradia. É bonito. Aquela coisa do espaço que não tinha uso, passa ter uso. A antropização do espaço pra exercício de um direito. Fundamentalmente eu acho que o mais bonito é esses três primeiros dias de socialismo total cara, a galera, todas as economias, todas as comidas, todos os sentimentos, tudo a galera socializa... pra segurar a onda. É a comunidade do Bem Viver, o sentido que tem que ter mesmo. (IURI FALCÃO)

Mas, embora não consiga se generalizar, este projeto político e social, mesmo em pequenas experiências concretas, demonstra o caráter contra hegemônico das ações práticas, não só das lideranças do MSTB, mas também da base. Pedro Cardoso destaca a importância destas ações enquanto formas de resistências dentro de todo processo de dominação ideológica que sustenta a sociedade capitalista:

Tem uma ocupação que uma moradora construiu, na tora, um templo evangélico gigante. A ocupação aprovou na assembleia que o templo seria para todas as religiões. Isso aprovou numa assembleia local, com todo tipo de gente cara. Então, o cara bate o atabaque lá, e depois entra o pastor para celebrar missa, sacou? Então a gente quer construir isso dentro das ocupações, porque repare o que representa isso do ponto de vista da consciência das pessoas, de você garantir a unidade, isso não é um valor contra hegemônico? Então, a estratégia das comunidades do bem viver, consiste, em primeiro, na inspiração na trajetória de resistência; depois, a

gente busca construir valores que se contrapõem a esses valores que tão ai, porque a gente acha que é perfeitamente possível, ainda nos limites do modo de produção capitalista, você construir valores que se contraponham a essa modo de produção. Você, por dentro, construindo a fissura do próprio sistema, elevando o nível de consciência crítica das pessoas, forjando valores que apontem para um tipo de sociedade mais comum, certo? (PEDRO CARDOSO)

A repetição dos depoimentos e textos do MSTB a respeito das formas de organização e princípios do movimento é que nos permite afirmar que, se devido às condições estruturais em que vivem estes Sem Emprego na condição de Sem Teto, os mesmos já se encontram em luta, a construção de um movimento social como o MSTB os situa, em certa medida, conscientemente como uma dimensão da luta de classes.

Para mais uma vez sustentar nosso argumento teórico e político retomo as formulações de Thompson a respeito da classe:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõe) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como estas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. (THOMPSON, 2011, p.10)

E ainda:

“Classe”, na minha prática, é uma categoria *histórica*, ou seja, deriva de processos sociais através do tempo. Conhecemos as classes porque, repetidamente, as pessoas se comportaram de modo classista. Este andamento histórico gera regularidade de resposta em situações análogas e, em certo nível (o da formação “madura” das classes), permite-nos observar o nascer de instituições e de uma cultura com traços de classe passíveis de uma comparação internacional. (THOMPSON, 2012, p. 270)

Na clássica trilogia *A Formação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, Edward Palmer Thompson nos ensina, também, que a compreensão do fenômeno da classe social, passa pela compreensão dos diversos fatores estruturais e culturais, todas as lutas e experiências que antecedem a própria formação de classe propriamente dita.

No caso da experiência dos Sem Teto de Salvador, trata-se de pelo menos 60 anos de conflitos e antagonismos que envolvem as condições de trabalho e renda, e

suas consequências sobre o acesso ao bem de consumo essencial que é a moradia, sendo que, as experiências de invadir e ocupar se consolidaram, ao longo desse tempo, como um comportamento comum, transmitido ao longo dessas gerações, como resposta à impossibilidade de obter a moradia. Ao “consumir” a mercadoria essencial que é a “casa”, através da luta, essas gerações de trabalhadores construíram uma práxis e produziram, com esta práxis, parte significativa da cidade de Salvador. Essa prática de luta produziu, também, uma força política nova, que agudiza as contradições inerentes às relações de produção capitalistas, ao questionar a propriedade fundiária do espaço urbano, e visa transformar estas relações, desequilibrando-as em favor do que essa nova força política define como um poder popular.

Ainda mais, a história das ocupações irregulares, a luta pela obtenção da moradia mediante a invasão, não é só uma característica de Salvador, ao contrário, é uma experiência vivida e compartilhada em praticamente todos, se não todos, os grandes centros urbanos do Brasil, além das experiências da América Latina e outros países “subdesenvolvidos”. Em certo sentido, a construção da vida urbana nas sociedades capitalistas em todo mundo universalizou esta experiência e produziu sem tetos e respostas destes sem tetos em todo canto do planeta. A favela não é uma exclusividade nossa!⁸⁰

A coisa vista desta forma contribui pra pensar as formas de luta da classe trabalhadora para além das institucionalizações clássicas, mas não menos importantes e imprescindíveis, dos partidos e sindicatos. Pensar assim é pensar a historicidade do capital e das classes. Pensar os mecanismos de desarticulação da classe trabalhadora engendrados pelo capital, como, por exemplo, a hipertrofia da Superpopulação Relativa e toda sua capacidade de desmobilização e fragmentação dos trabalhadores mediante a concorrência, recriada nos tempos do capitalismo flexível. Mas significa, também, pensar que os trabalhadores, como Sem Emprego, desempregados, autônomos, precariados de todos os tipos, também reagem historicamente e encontram meios de interpretar e assimilar as ações do capital se organizando e materializando esta organização em formas de luta diversas.

Ora, mas se a fala de algumas das principais lideranças, e mesmo alguns dos representantes da base do MSTB, apontam claramente para vigência de uma

⁸⁰ Ver Mike Davis, *Planeta favela* (2006).

dimensão da luta de classe consciente da necessidade da transformação real da sociedade, preocupa a essas lideranças o fato de a maioria da base do movimento apenas ingressar na luta construída, a partir do MSTB, unicamente para obtenção da casa. Sendo alcançado o objetivo da moradia, as lutas e participação no movimento parecem se esvaziar de sentido, como observa Pedro Cardoso:

O grosso das pessoas que entram no movimento, Theo, elas entram, assim, no limite dela. Aí, o objetivo é a casa. Depois que recebe a casa, uma parte abandona completamente e começa a ojerizar o movimento, porque é um problema cultural do Brasil, entendeu? As pessoas não tem a cultura de se organizar pra lutar pelos seus direitos. Se você for buscar nas raízes históricas da formação social brasileira você vai ver como é ... Como essas pessoas vão entender uma estratégia do movimento, como é que elas vão entender o caráter estrutural do problema da moradia, sem conhecer o papel do capital, a relação capitalista? O raciocínio da população é o raciocínio do capitalismo, porque é influenciado por esse modo de produção, entendeu?

Muitas vezes as formas de organização dos trabalhadores resultam em movimentos reivindicativos diversos, visando a conquista de determinados direitos e benefícios prometidos e não cumpridos pelo Estado Democrático de Direito e dos quais estes trabalhadores estão excluídos. Mas, como coloca Andréia Galvão, analisando a relação entre os movimentos sociais e a luta de classes:

[...] se a luta dos trabalhadores pode se limitar a questões imediatas, objetivando melhorar suas condições de vida sob o capitalismo, numa perspectiva de integração à ordem, ela também pode, dependendo da orientação político-ideológica de suas organizações, atingir interesses de classe da burguesia, articulando-se à luta pelo socialismo. (2011, p. 115)

Já Iuri Falcão, em depoimento dado a esta pesquisa, identifica a dificuldade do MSTB de universalizar os princípios construídos pelo movimento, mesmo em espaços coletivos e horizontalizados, com ampla participação, como as assembleias e os Congressos, exemplificando com a dificuldade da base assimilar a formulação tão central para o MSTB que é a Comunidade do Bem Viver:

Eu tenho a impressão muito forte que isso não chega na base não, velho. Minha sincera e honesta impressão é que não chega na base, fica na boca dos principais militantes e dos militantes que poderíamos chamar militantes médios, que vieram do próprio processo de formação direta do movimento e se construíram nele, e de algumas lideranças locais, no máximo, entendeu? Mas falta clareza, por exemplo, do que é essa ideia de comunidade do bem viver entre todos esses militantes, minha sincera leitura é que as pessoas não sabem o que é comunidade de bem viver. Se você chega pra fazer a pesquisa, e você fez a pesquisa, deve ter percebido isso, ninguém sabe direito o que é a comunidade do bem viver, as pessoas tão ali porque

querem uma casa, para ganhar uma casa, e o termo é esse: ganhar a casa. A gente tem que disputar bastante para discutir “não, você não ganhou porra nenhuma, você ocupou dez anos o negócio aí, então você conquistou sua casa”. Até o verbo é alvo de disputa, porque... pra o Estado é muito melhor que saia como “ganhei casa”. (IURI FALCÃO)

E isso porque o trabalhador não pode e nem consegue viver o tempo todo lutando e resistindo, precisa subsistir, reproduzir suas próprias condições de vida e, para tanto, assimila e reproduz as relações de exploração a partir do caráter fetichizado que as engendra. O capital, por outro lado, assimila as formas de resistência dos trabalhadores evidenciando “os obstáculos ao desenvolvimento da consciência de classe inerentes à própria reificação das relações sociais” (GALVÃO, 2011, p.112), reforçando o individualismo e a fragmentação da classe trabalhadora.

Talvez uma das maiores contribuições da obra de Thompson e especificamente da sua concepção de classe é o fato de ela permitir que, ao nos debruçarmos na realidade empírica, a classe se liberte das amarras dos conceitos que a teoria lhe impõe, na tentativa de indicar-lhe o caminho “mais correto”, “mais verdadeiro”, o “grande objetivo” a ser alcançado. É como se, olhando a “história de baixo”, do lugar onde é feita e no próprio processo deste fazer, pudéssemos ver as coisas mais próximas de como são (ao menos aquilo que nos é possível apreender dentro dos nossos julgamentos de valor) e não do que deveriam ser. Não estou defendendo, com isso, um empirismo essencialista, a crença em uma verdade imanente das coisas, que me levaria a um raso positivismo! Apenas, tenta-se evitar, com certos cuidados, uma prática de reprodução de ideais “socialistas” impostos de cima⁸¹. Mais uma vez é Thompson quem nos esclarece que:

A classe se delineaia segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do “conjunto de suas relações sociais”, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural. De tal sorte que, afinal, nenhum modelo pode dar-nos aquilo que deveria ser a “verdadeira” formação de classe em um certo “estágio” do processo. [...] Na história, nenhuma formação de classe específica é mais autêntica ou mais real que outra. As classes se definem de acordo com o modo como tal formação acontece efetivamente. (THOMPSON, 2012, p. 277-278)

⁸¹ Dizer isso não significa, em hipótese alguma eximir os intelectuais de esquerda de se comprometer e engajar no processo de construção de uma sociedade igualitária baseada no poder popular. Apenas insisto que a reflexão desse intelectual deve ser constante e deve ser confrontada o tempo todo com a prática de quem vive de forma mais radical a opressão e exploração do sistema na pele, na carne e nos ossos. Se quer teorizar sobre a luta, ou este intelectual mergulha nela, ou tenta se aproximar dos lugares nos quais ela está mais agudizada.

Os sujeitos sociais, os trabalhadores Sem Emprego e Sem Teto, do qual estou falando aqui não são sujeitos vazios, à espera da “iluminação”, da “verdadeira consciência” que os leve ao caminho das “reivindicações e práticas corretas”. Viveram experiências de vida, experimentaram e ainda experimentam, verdadeiramente, na carne a condição precária de não ter trabalho e renda certos, de não ter onde morar, ou quando tem, terem de dormir sob um teto que sequer lhes garante o que deveria ser a segurança mínima de um lar. Sua vida cotidiana é o próprio antagonismo, é o próprio conflito vivido até os ossos.

Estar em luta, não significa, necessariamente, a tomada de consciência imediata e completa, capaz de dar conta e explicar todas as razões, motivos, relações de poder e dominação que informam e engendram esta luta. Tal vez porque, como insiste Thompson, porque a luta de classes antecede a classe:

As classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. (THOMPSON, 2012, p. 274)

A classe é um processo histórico, não possui uma forma acabada e certa. No máximo, se pode falar de uma forma madura, na qual haveria o desenvolvimento de uma consciência da condição da classe. Mas não se pode dizer também qual é a forma “final” dessa consciência. Como diz Ellen Wood, a “concepção de classe de Thompson é ser capaz de reconhecer e reconhecer as operações de classe na ausência da consciência de classe” (2011, p.75). E a respeito disso ainda acrescenta:

A luta de classes, portanto, precede a classe, tanto no sentido de que formações de classe pressupõem uma experiência de conflito e de luta que surge das relações de produção, quanto no sentido de que há conflitos e lutas estruturados na “forma de classe” mesmo nas sociedades em que suas formações ainda não são conscientes. (2011, p. 78)

Outro elemento que aparece como grande preocupação de lideranças do MSTB, é uma certa ambiguidade na relação com o Estado. Para Luri, a base do movimento não consegue, de forma mais imediata, problematizar o Estado como um mediador da questão da moradia, como um representante dos interesses do capital imobiliário. A relação é ambígua porque, ao mesmo tempo que aparece como repressor, através da polícia, da reintegração de posse, ou mesmo como negociador, este mesmo Estado aparece como dádiva, ao se mostrar, por exemplo, através do PMCMV, como benfeitor. O Estado joga com isso, fragmentando o próprio movimento tirando o foco da compreensão mais geral da relação de exploração e dos ganhos do capital imobiliário.

Sem querer aqui alongar qualquer digressão sobre uma teorização do Estado, precisamos tecer alguns comentários a respeito do papel central que ele cumpre neste processo de controle, administração e cooptação das lutas, não só do MSTB, mas de qualquer movimento, entidade e instituição que se oponha, em alguma medida, aos interesses das classes dominantes. Como observa Ellen Wood (2011), nesta sociedade, as relações de poder e exploração do capital sobre o trabalho, se encontram escamoteadas pelas formas de controle e gestão dos conflitos representadas na figura do Estado, como o Direito, por exemplo.

Embora a sociedade capitalista esteja imersa em lutas, embora estas lutas aconteçam no mesmo tempo e locais em que se opera a exploração, nestes locais o conflito de classes resta, muitas vezes, encapsulado pelas formas de domesticação do capital que só ganham visibilidade pela mediação do Estado. Mascarado pelas regras de reprodução social:

[...] somente quando sai pra rua, o conflito de classes se transforma em guerra aberta, principalmente porque o braço coercitivo do capital está instalado fora dos muros da unidade produtiva. O que significa que confrontações violentas, quando acontecem não se dão, geralmente, entre capital e trabalho. Não é o capital, mas o Estado, que conduz o conflito de classes quando ele rompe as barreiras e assume uma forma mais violenta. O poder armado do capital geralmente permanece nos bastidores; e, quando se faz sentir como força coercitiva pessoal e direta, a dominação de classe aparece disfarçada como um Estado “autônomo” e “neutro”. (WOOD, 2011, p. 47)

Assim, não se pode culpar o Sem Teto pela dificuldade de fazer a leitura completa do papel que o Estado cumpre na administração do conflito de classes em que está imerso. O lugar do Sem Teto é exatamente o espaço dessa luta aberta e

violenta, a rua. Seja como trabalhador, que trabalha na rua ou passa grande tempo nela se deslocando de casa pra o trabalho e do trabalho pra casa, ou mesmo na ocupação, nas quais os “muros”, “paredes” e “portas” das casas não estabelecem uma fronteira clara entre a rua, espaço público e perigoso, e a (in)segurança do lar. Na ocupação, mesmo dentro de casa, há sempre o risco iminente do encontro violento com o Estado na forma da polícia. Fora isso, este contato também aparece seguidamente nas manifestações propriamente ditas dos Sem Teto, quando os mesmos tem de fechar uma rua ou avenida, ou na ordem judicial de reintegração de posse de algum terreno ou prédio ocupado. E é comum não ficar imediatamente evidente, para o trabalhador, a condição classista desses confrontos.

Isto se explica pelas formas de dominação ideológica impostas pela hegemonia da classe dominante. Wood afirma que, para Thompson, a hegemonia não significa a completa dominação de uma classe e completa submissão por outra. Na verdade, no seu processo de dominação, a classe hegemônica “incorpora a luta de classes e traz a marca das classes subordinadas, sua atividade e sua resistência”. O Estado tem papel central neste processo, desde a educação formal até os mais longínquos alcances dos tentáculos das leis.

Com isso se tem em mente que, embora os trabalhadores sejam cooptados em suas lutas, sentimentos, percepções e mesmo nas suas formas de resistência e, em muitas vezes deixem de lutar e simplesmente vivam a exploração, para sobreviver, em tantos outros momentos da vida resistem. E resistem das mais variadas formas, seja pela luta aberta escancarada, ou pela construção de valores cotidianos próprios, que não são necessariamente valores culturais do capitalismo. São valores em disputa. Valores cultivados, reproduzidos e transmitidos no seio das relações de exploração e conflito, mas que estão também além da submissão. Às vezes aparecem como consciência de classe sim, como coloca luri:

[...] pra mim não tem trabalhador que não sabe o que é luta de classe, cara, não tem trabalhador, porque quando ele chega atrasado, o patrão escalda ele; ele sabe que se ele trabalhar dez vezes mais do que ele trabalha, ele vai receber a mesma coisa e o patrão vai enriquecer muito mais, entendeu? Todo trabalhador sabe o que é luta de classes, agora não sabe com a mesma teoria, com a mesma elaboração, mas, sinceramente, eu dizer que o trabalhador não sabe o que é isso, é idiotice, entendeu? Todo trabalhador sabe o que é luta de classe quando ele tá no meio da produtividade e vai no banheiro dar a mijada dele, isso pra mim é luta de classe, agora, em nível micro. Essa compreensão tá minimamente circulando como senso comuzinho no sentido do movimento.

Às vezes como luta aberta, na rua, através das ações práticas do movimento:

Mas a base age cara, tem atitude e peita o sistema também. Por exemplo, lá em Arembepe, quando os caras chegam com a ordem judicial e policial e tudo, a gente trava a Linha Verde, e aí os cabra que vai pegar o avião, que tão lá na Costa do Sauípe, aí vai pegar o avião e não passa. O cara vem lá da Europa pra aqui e precisa pegar o avião, os caras mandam suspender a reintegração de posse, pra a gente sair. Cara, quantos caras perderam voos ali? A burguesia, lá em Costa de Sauípe tá pedindo “pelo amor Deus, resolva isso,” já fizeram uma força tarefa, com o cara de Dias D’ávila, o cara de Camaçari e o cara daqui do Estado, pra discutir a ocupação lá, porque tão prejudicando a galera da burguesia, sacou?

Identificar a dificuldade dos Sem Teto de dar conta de toda a complexidade das relações estruturais, de poder e de dominação que condicionam a sua vida e sua luta, não significa, necessariamente que estes sujeitos não tenham consciência de que estão submetidos a uma relação de exploração. Mas mesmo que esta consciência da exploração não redunde em uma consciência do conflito de classe, isso não os retira de uma situação de luta de classes. Conforme Galvão “mesmo que a movimentação dos trabalhadores não seja consciente e organizada, que a resistência à dominação seja difusa, ela ainda pode provocar efeitos importantes para o desdobramento da luta de classes.” (2011, p.115)

Assim, mesmo nos momentos em que a luta da base do MSTB está voltada unicamente para obtenção da casa própria e mesmo que estes trabalhadores não identifiquem com toda clareza a complexidade das relações de dominação e exploração as quais estão submetidos, a práxis destes trabalhadores redunde em resultados importantes para a luta mais voltada para a superação da oposição capital x trabalho. Por um lado porque a luta pela casa traz de reboque uma série de outros direitos e serviços que acompanham a moradia, contribuindo para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Por outro lado, a luta pela casa mediante a ocupação forçada de espaços (terrenos ou prédios) públicos ou privados é uma clara ofensiva à propriedade privada do espaço urbano.

Os povos respondem a opressão e se libertam ou se submetem a ela de diversas formas; vendendo direta ou indiretamente a sua força de trabalho, fechando ruas, fazendo greves e piquetes, às vezes atirando, noutras cantando e dançando, às vezes trançando cabelo, noutras limpando o chão no cinema, batendo o tambor

pra o caboclo da mata, ou deixando o dízimo para o pastor, fazendo teatro na rua, ou tomando cerveja no bar, também invadindo e depois ocupando, produzindo e consumindo tempo e espaço. Estas respostas cotidianas dizem respeito a uma espécie de cultura popular, que se transmite como experiência que resiste ao tempo e ao espaço.

[...] em qualquer sociedade cujas relações sociais foram delineadas em termos classistas, há uma organização cognitiva da vida correspondente ao modo de produção e às formações de classe historicamente transcorridas. Esse é o ‘senso comum’ do poder, saturando a vida cotidiana e se expressando – mais ou menos conscientemente – na abrangente cúpula da hegemonia da classe dominante e nas suas formas de dominação ideológica. [...] Contudo, no interior e por baixo desse arco, há um sem-número de contextos e situações em que homens e mulheres, ao se confrontar com as necessidades de sua existência, formulam seus próprios valores e criam a sua cultura própria, intrínsecos ao seu modo de vida.[...] Em alguns momentos, a cultura e os valores dessas comunidades podem opor-se ao abarcante sistema de dominação e controle. No entanto, por longos períodos, esse antagonismo pode ser desarticulado e inibido. [...] até o protesto pode vir a ser legitimado nos termos do sistema dominante, apropriando-se de sua retórica e chegando a conferir-lhe um novo propósito.[...] Somente em circunstâncias excepcionais as pessoas realmente vão além da sua experiência local, de seus valores vividos e apresentam um desafio mais amplo. (THOMPSON, 2012, p.260, 261)

Dentro desta relação dialética de continuidade e ruptura existe resistência, acomodação, luta, exploração, libertação, aprisionamento. Cada ser humano dentro da luta carrega uma bagagem de valores que antecedem a própria luta e que também a informam. Valores, alguns deles, que extrapolam a própria lógica do capital, porque remontam tempos anteriores. E eles resistem, transmitidos pela experiência, compondo uma narrativa, de continuidade e superações.

Mais uma vez, Ellen Wood, recuperando Thompson, afirma:

[...] as determinações objetivas – a transformação das relações de produção e das condições de trabalho – jamais se impõem sobre “alguma indefinida e indiferenciada matéria-prima da humanidade”, impõe-se, pelo contrário, sobre seres históricos, os portadores dos legados históricos, das tradições e dos valores. Isso quer dizer, entre outras coisas, que há necessariamente continuidades que perpassam todas as transformações históricas, até as mais radicais, e que, de fato, as transformações radicais só são reveladas e substanciadas com precisão – somente? – quando são descobertas no interior das continuidades. (2011, p.86)

Ora, entender que os Sem Teto de hoje, a partir do acúmulo das experiências de invadir e ocupar, as experiências familiares, a afirmação ancestral e étnica,

transmitidas ao longo de gerações inteiras, constituem uma forma de organização da classe trabalhadora, com voz ativa, capacidade reivindicativa, com ideais de forte cunho revolucionário, significa reconhecer que, historicamente e sociologicamente, as classes acontecem de forma “imperfeita” e “incompleta”. Significa reconhecer, também, que as formas não tão organizáveis da consciência popular representam “expressões autênticas de classe e de luta de classes, válidas nas suas circunstâncias históricas” (WOOD, 2011, p. 97), mesmo que pareçam erradas dentro de uma teoria ou nas consequências de seus atos.

O MSTB, na forma de algumas de suas lideranças, parece reconhecer bem isso, ao deixar em aberto alguns dos seus caminhos políticos, como a própria Comunidade do Bem Viver, que não tem uma definição, propriamente dita, como aponta Iuri Falcão: “A construção de um projeto político coeso e definitivo, elaborado pelas lideranças do Movimento, significaria na própria cassação da voz dos demais sem-teto, a quem caberia a tarefa de meramente executar” (FALCÃO, 2013, p. 96).

Para além de se deter naquilo em que os Sem Teto não correspondem ao que seria esperado como reação adequada esperada, diante de sua condição de exploração, é preciso: “marcar o espaço onde o comando das classes dominantes não é obedecido, e identificar a consciência “popular” – por mais resistente que seja à formação de uma “verdadeira consciência de classe – como a matéria da qual se deve e se pode, apesar de tudo, criar uma completa consciência de classe” (WOOD, 2011, p.97). Ao invés de reforçar uma trajetória de derrota, demarcar os caminhos da luta e da resistência.

A experiência dos Sem Teto nos mostra que os trabalhadores, mesmo sob condições de subordinação das mais precárias possíveis não vive esta precariedade apenas como uma vítima passiva. Resiste, se contrapõe, cria e recria formas de luta e intervenção, produz, em alguma instância, um modo de vida próprio, em meio a toda as formas de exploração e submissão. E nesse modo de vida, nas suas experiências, se forjam, além da submissão, a resistência. Como adverte Wood, não se pode romancear esse poder popular, a cultura popular, como se dela emanasse misticamente a fórmula da libertação dos povos. A luta popular sempre esbarra na disputa ideológica se os recuos do explorador dizem respeito a uma conquista, resultado da luta e resistência dos explorados, ou se fora concedido por benevolência do poderoso. Até isso está em disputa! Nada, nem a cultura popular

carrega a fórmula verdadeira que garanta o resultado final desta disputa em benefício do explorado. Mas como finaliza Wood, “por mais difícil que seja construir a prática socialista a partir da consciência popular, não existe nenhum outro material com que ela possa ser construída”.

Ao invés de fecharmos este trabalho com a experiência de exploração evidenciada pela inserção destes trabalhadores na condição de Sem Emprego, o que seria suficientemente aceitável para silenciá-los em suas formas de organização, o próprio contato com estes trabalhadores Sem Teto impeliu este trabalho no sentido de encerrar a análise de suas trajetórias problematizando as suas experiências de luta e resistência.

Em resposta a sua imersão na precarização social estes trabalhadores Sem Emprego, que são Sem Teto, lutam. E encontram nesta luta, condicionada pela negação ao acesso à moradia uma identidade coletiva que se materializa em prática. Assim, é a negação do acesso formal à moradia que confere identidade a estes trabalhadores e os impele à luta. O conteúdo desta luta está dado pelas passeatas, pela ocupação forçada de terrenos e prédios, questionando a propriedade privada, assembleias, piquetes, formação política etc. Quando ocupam, os Sem Teto, com as próprias mãos, com o suor de seu corpo, com sua força de trabalho, limpam estes terrenos tornando-os minimamente viáveis a habitação, demarcam os lotes, levantam os barracos. Assim, mais uma vez, é o trabalho que sintetiza essa contradição entre consumo x produção, exploração x resistência e confere identidade a estes trabalhadores.

Afirmar a centralidade do trabalho, construir a auto identificação destes Sem Teto como trabalhadores e construir a consciência da precarização e da sobreexploração que ela permite, são caminhos a serem considerados na formação do MSTB para a o fortalecimento de sua resistência e para viabilização deste movimento como um caminho para a edificação, do tão desejado por suas lideranças, poder popular.

CONCLUSÃO

Um dos objetivos implícitos neste trabalho foi a construção de um conhecimento científico engajado. Este engajamento significa que a produção científica deve estar comprometida, não apenas com a produção e reprodução de um conhecimento de relevância acadêmica, mas também, com as consequências políticas de suas investigações e seus resultados.

Assim, este comprometimento se realiza de distintas formas. A primeira delas diz respeito à defesa da centralidade da categoria trabalho como forma de explicação da realidade. Esta defesa foi construída a partir do debate que confronta os paradigmas da produção e do consumo, realizado no primeiro tomo deste texto e que retoma o papel central da categoria trabalho na produção e reprodução da sociabilidade humana.

Mas o consumo também aparece de forma indispensável neste estudo e isto porque o motivo central desta tese são as histórias de vida de trabalhadores que se encontram sob a dupla condição, enquanto Sem Emprego e enquanto Sem Teto, onde, como pude demonstrar, a primeira condiciona indiscutivelmente a segunda. Ser Sem Emprego implica em uma situação de baixa remuneração, em pouca ou nenhuma estabilidade no trabalho, o que torna a reprodução e subsistência destes trabalhadores mais precárias devido ao fato de o consumo de alguns dos bens essenciais a esta reprodução serem, pelas vias formais, inalcançáveis para estes sujeitos. Destes bens indispensáveis, ganha destaque, por motivos já exauridos no texto, a negação do consumo da casa, o teto onde descansar os ossos, recuperar as forças e voltar a trabalhar.

Todo mundo precisa morar, de alguma forma, em algum lugar, e estes Sem Emprego encontraram uma forma de adquirir este bem, a casa, através de uma maneira própria que foge aos caminhos formais do consumo esperados no “moderno” capitalismo soteropolitano e se revela, ao mesmo tempo, como resistência às formas de exploração do sistema, mas também, quando cooptada por este sistema, serve, também, como forma de reprodução de suas formas de exploração.

No caso dos Sem Teto que compartilharam suas trajetórias de vida para a construção deste estudo, a forma de ocupar se deu através da práxis coletiva, uma

forma de luta, organizada a partir de um movimento social que os reuniu sob este objetivo de obter a moradia, mas que, também, extrapola este objetivo, construindo anseios que vão além da casa, até projetar uma intenção real de transformar as estruturas da sociedade.

A segunda forma de realização deste comprometimento diz respeito, portanto, aos Sem Teto, ao respeito e cumplicidade com suas histórias de vida e sua luta, tanto quando essas histórias se cruzam com a trajetória de um movimento político organizado, ou mesmo, quando elas dizem respeito aos anseios e dores particulares vividas cotidianamente por estes sujeitos, como indivíduos, como trabalhadores e como Sem Teto.

A construção desta ciência engajada pressupõe a construção de alguns procedimentos no intuito de responder às indagações postas na introdução deste trabalho e que serão retomadas a partir de então. Assim, o ponto de partida desta pesquisa foi a problematização da seguinte questão: O que consome o Sem Emprego que vive sob a condição de ser, também, Sem Teto? O contato com os Trabalhadores Sem Teto e o confronto de sua realidade empírica com o acúmulo teórico levaram ao desdobramento desta pergunta originária em duas dimensões. Quais os bens, serviços e práticas que estes trabalhadores consomem e de que forma as estruturas sociais necessárias à reprodução do capital consomem (utilizam) estes trabalhadores? Mais ainda, os próprios Sem Teto, enquanto movimento social que os reúne, impeliram este trabalho para uma terceira dimensão, já que estes trabalhadores também resistem e lutam contra estas estruturas.

A questão, entendida sob o seu segundo aspecto implica em reconhecer que, se estes trabalhadores e trabalhadoras são consumidos pela sociedade, ou seja, se são usados por ela, significa que eles são úteis à reprodução das estruturas de poder desta sociedade. Sob a condição de ser Sem Emprego, pode demonstrar que, enquanto parte significativa do Exército de Reserva estes Sem Teto são produzidos e reproduzidos pela própria necessidade do capital em ter um excedente sempre disponível de força de trabalho. Neste caso, o excedente pode ser reaproveitado nas fileiras do chamado mercado formal, mas, fundamentalmente, engrossa as fileiras das ocupações mais precárias do mercado de trabalho, ou o completo desemprego, cumprindo, desta forma, uma função política indispensável à reprodução do capital

ao difundir a concorrência e fragmentação entre os trabalhadores e, conseqüentemente, regulando o valor da força de trabalho a níveis favoráveis ao capital. Exatamente porque são redundantes e excessivos é que estes trabalhadores, que se reproduzem sob o signo da precarização, são úteis.

Por outro lado, estes Sem Emprego, sob a condição de ser Sem Teto, também são úteis ao capital e barateiam os custos da força de trabalho ao se virarem para obter a moradia, principalmente através das práticas de autoconstrução. A moradia, enquanto bem de necessidade básica essencial, deixa de estar embutido nos custos de reprodução da força de trabalho que deveriam ser pagos pelo capital, mas que são transferidos, enquanto ônus, para próprio trabalhador.

No que diz respeito às suas trajetórias de trabalho os Sem Teto são, antes de tudo, Sem Emprego. Ou seja, são trabalhadores que enfrentam as formas mais precarizadas de inserção no mundo do trabalho, seja através da experiência das diversas dimensões do desemprego (aberto, oculto por desalento e por trabalho precário, de longa, média e curta duração) ou na experiência em toda sorte de atividades “formais” ou “informais”, em ambos os casos, sempre marcadas pela vulnerabilidade, inconstância, instabilidade e volatilidade, rendimentos baixos e irregulares, jornadas incertas e tantas outras formas de exploração que evidenciam que as trajetórias de trabalho experienciadas pelos trabalhadores soteropolitanos neste início de século XXI estão marcadas pela completa precarização, mesmo quando se trata de contratos com carteira assinada que deveriam estar sob a condição do trabalho protegido.

Assim, acredito que toda a revisão histórica, bem como os depoimentos exauridos neste texto tenham sido capazes de responder uma parte da questão proposta. Os Sem Emprego, sob a condição de Sem Teto, são úteis, são consumidos e consumíveis. E é exatamente a condição de precarização na qual estão imersos que os torna tão necessários, pois a reprodução da precariedade é a condição necessária da reprodução desta etapa histórica do capitalismo.

A outra parte da pergunta diz respeito àquilo que estes trabalhadores e trabalhadoras consomem, mesmo estando submetidos à condição de precarização e

consequente baixa remuneração. Esta pergunta também se responde a partir de alguns desdobramentos.

Primeiro, como foi demonstrado, também pelos dados do *Atlas*, não é tão incomum quanto se pode pensar a presença de diversos bens como eletroeletrônicos e eletrodomésticos como TV, celular, geladeira etc nos barracos dos Sem Teto. Apesar de muitos dos Sem Teto viverem sob a condição do endividamento, e exatamente por isso, a maioria dos entrevistados nesta pesquisa responderam que preferem adquirir seus bens através da compra à vista, normalmente juntando o dinheiro, ou através das indenizações das inúmeras trocas de trabalho ao longo de suas trajetórias de emprego, desemprego e reemprego.

Isso não significa que não seja, também comum, encontrarmos, nas ocupações, “casas” sem nenhum móvel ou aparelho eletrônico sequer. As ocupações são também um espaço de heterogeneidade, podendo haver tanto trabalhadores com uma maior regularidade de rendimentos, quanto trabalhadores sob as mais precárias das condições, atravessando longos períodos de desemprego o que dificulta consideravelmente o acesso a determinados bens. O consumo individual os diferencia, não lhes dá qualquer identidade coletiva.

Os Sem teto acessam diversos bens e por diversas vezes valorizam o seu trabalho precarizado exatamente pelo fato de lhes proporcionar a subsistência material e simbólica através do consumo, do acesso a estes bens, alguns essenciais e, tantos outros, “supérfluos”. O consumo individual de cada Sem Teto não é mais que a manifestação de uma das dimensões do trabalho estranhado e da fetichização das mercadorias que dele (o trabalho estranhado) resultam. Como bem coloca Marx, o consumo individual do trabalhador se converte em mais riqueza para o capitalista, pois converte os ganhos desse trabalhador em novo capital a ser convertido na reprodução da acumulação, da qual este trabalhador não se beneficia.

Além disso, o consumo, que garante a subsistência individual de cada trabalhador, reproduz para o capital, cotidianamente, a força de trabalho que gera a riqueza para o capitalista. Neste sentido, mais uma vez, ao mesmo tempo que consome, o trabalhador é consumido, é utilizado na reprodução do capital.

O consumo – ou a sua negação - ganha, ainda, outra dimensão quando se trata da questão da moradia. Primeiro no que diz respeito às condições dessa

moradia. Apesar do processo de autoconstrução que tomou conta de algumas das ocupações que ainda pressionam para que o Estado assuma a sua função constitucional de provedor desse bem essencial, na maioria dos casos os Sem Teto moram em barracos feitos de madeira, plástico, papelão e outros materiais frágeis, enfrentam a ausência de serviços básicos como esgotamento sanitário, coleta de lixo e abastecimento de água e luz que são feitos de forma “clandestina”. A precariedade das moradias evidencia-se na ausência de segurança física da própria “casa” que, devido à sua estrutura (ou a ausência dela) está sujeita a inundações e desabamentos, além de não servir como um espaço de fronteira entre a vida privada e a rua, podendo as suas “portas” e “paredes” ser transpassadas facilmente por um pontapé de um policial ou traficante, ou por uma bala “perdida”, a qualquer hora do dia. Além disso, os materiais de que são feitas as casas, muitos deles inflamáveis, fazem dos incêndios – capazes de dizimar uma ocupação em poucas horas, como no caso do Quilombo de Escada – um risco constante enfrentado pelos Sem Teto.

Ainda, com relação ao consumo, o acesso a certos serviços, como educação, saúde, segurança, justiça e infraestrutura também são escassos para os Sem Teto, colocando-os numa situação de completa exclusão do acesso ao pleno direito à cidade, ao lhes ser negada a possibilidade de usufruto dos bens e serviços básicos essenciais para a reprodução de uma sociabilidade minimamente digna.

Por fim, ao contrário da estabilidade, descanso, repouso e segurança que devem significar a moradia, numa ocupação ela está marcada pela inconstância, instabilidade e vulnerabilidade, devido ao risco sempre iminente de ser interrompida por uma reintegração de posse.

Os Sem Teto são, portanto, o resultado de um processo histórico, denominado por Lúcio Kowarick de **espoliação urbana**, no qual, a partir da sobre exploração e empobrecimento de grande parte dos trabalhadores, foi sedimentada a formação dos grandes centros urbanos do país, negando a estes trabalhadores o acesso formal à casa e todos os direitos e serviços sociais que deveriam acompanhar uma moradia digna.

Diante desta negação ao acesso à casa, a invasão como forma de obter a moradia e como forma de produzir e consumir a cidade passa se estabelecer como um hábito, uma experiência que, ao ser ensinada e aprendida ao longo de gerações,

se constitui como uma alternativa aos modelos formais de obtenção desse bem através da compra ou do aluguel.

Obter o bem da moradia através da prática de invadir/ocupar acaba se consolidando como um valor, um modo de vida, uma cultura, um *modus operandis*, uma forma de se reagir a determinadas situações estruturais e conjunturais postas e que vai se reproduzindo e se transmitindo ao longo de gerações. Mas a forma como este modo de vida, que representa uma continuidade, se realiza, adquiriu características novas, de acordo com as conjunturas temporais e espaciais dadas. Como demonstram, por exemplo, as ênfases nos termos invadir e ocupar, no qual, o segundo, diz respeito a uma forma de obter a moradia a partir de movimentos sociais e políticos mais organizados, que passaram a surgir nos anos 2000.

Além disto, apesar da negação do acesso a moradia para sucessivas gerações de trabalhadores brasileiros se constituir enquanto uma continuidade histórica, a trajetória de precarização vivenciada pelos Sem Teto do início deste século XXI se constitui em uma singularidade ao representar um retrocesso ou descenso na recente expectativa de crescimento e solidificação da segurança, direitos e benefícios sociais que deveriam acompanhar a ascensão do trabalho protegido. Os Sem teto, enquanto Sem Emprego são a evidência deste retrocesso e a despeito das “melhorias” nos índices do mercado de trabalho brasileiro na última década estes trabalhadores, desprovidos da segurança, tanto aquela advinda do trabalho protegido quanto a proveniente da estabilidade da moradia, ganham centralidade no cenário político e econômico do país.

Assim, esta Tese, que partiu da investigação inicial a respeito do consumo dos Sem emprego na condição de Sem Teto, **conclui que estes trabalhadores são um exemplo limite da Precarização Social**, diagnosticada por Druck (2007/10; 2009, 2011a; 2013) e Franco (2009) como uma “um processo econômico, social e político que se tornou hegemônico e central na atual dinâmica do novo padrão de desenvolvimento capitalista – a acumulação flexível” (DRUCK, 2013). Trata-se de uma forma de reprodução do capital que impõe a precarização como uma regra social e como uma forma de dominação que não reconhece fronteiras, nem dos Estados Nacionais, nem aquelas que deveriam demarcar os espaços dos empregos protegidos.

A extrema vulnerabilidade à qual estão submetidos estes trabalhadores, para além das tão degradadas trajetórias de trabalho, se espraiam, também, para outras instâncias da vida, alcançando seu estágio limite nas difíceis experiências de moradia nas ocupações, frutos da precarização experienciada nas trajetórias de trabalho. Uma das contribuições centrais deste trabalho é, portanto, demonstrar como a negação do acesso à moradia para incontáveis trabalhadores soteropolitanos se apresenta como uma das dimensões da Precarização Social ao tempo que incentiva e promove um movimento de ocupação que constrói uma identidade coletiva e classista.

Outro desdobramento do problema desta pesquisa foi questionar a tese dos defensores da sociedade do consumo de que o consumo substitui o trabalho no processo de definição das identidades. Ora, se é verdade que o consumo, como é defendido dentro de grande parte do debate sociológico na atualidade é o grande definidor das identidades sociais, parti de um incômodo inicial que é tentar entender as práticas de consumo de um segmento de trabalhadores da sociedade soteropolitana que estão desprovidos da possibilidade de acessar diversos bens e serviços pelas vias formais do consumo, exatamente por ocuparem alguns dos espaços mais precários do mundo do trabalho, sob a condição de Sem Emprego. Conforme os dados do Atlas sobre o direito de Morar em Salvador foi possível demonstrar que, dentro das ocupações dos Sem Teto, a grande maioria dos trabalhadores não tem uma atividade com carteira assinada, sendo eles autônomos e prestadores de serviços de todos os tipos, vivendo sob condições da venda indireta da força de trabalho, sem vínculos ou direitos que lhes possa garantir estabilidade e segurança presente e futura.

Como se consome então um bem como a casa? A primeira e mais lógica resposta é que se consome a casa, morando nela, fazendo uso dela, saindo e entrando nela todos os dias, gastando as dobradiças das portas e janelas, as roscas e borrachas de vedação de torneiras, o piso, cada vez que caminhamos sobre ele etc. Além disso, uma das formas de “medir” o consumo é a obtenção do bem, geralmente, pela compra e no caso da casa, também através do aluguel. No caso dos Sem Teto, tanto a compra, quanto o aluguel estão distantes de suas possibilidades.

Assim, o próprio nome destes sujeitos sociais já respondem a questão. Eles não consomem a casa. Os barracos do início de uma ocupação não tem, de fato, paredes, piso, janelas, dobradiças etc. Mas mesmo no caso daquelas ocupações já mais consolidadas nas quais se desenvolve a autoconstrução, de fato, não se obtém a casa pela compra, mas através da luta, através da tomada coletiva, “na marra”, deste bem tão fundamental. Então, cada ato coletivo de estudar o espaço a ser ocupado, organizar a ocupação e efetivá-la de fato, diz respeito a etapas desse processo de obtenção e usufruto da moradia. Entrar no terreno, ocupa-lo, medir e dividir os lotes, capinar, limpar os lotes, suspender os barracos, de madeira, compensado ou lona, morar, fazer a manutenção do barraco que se consome com o tempo, a chuva, a “pesada” do policial que derruba a porta ou a “parede”, a autoconstrução ou a negação de fazê-la, e por fim, a resistência cotidiana, são formas de os Sem Teto transformarem o espaço e o tempo, consumindo-os, e, também de produzir, a cada dia, individualmente e coletivamente uma nova/velha realidade.

Assim, os atos de invadir e ocupar à força os lugares “ociosos” da cidade se constituem como a forma destes trabalhadores acessarem a moradia na cidade de Salvador. Como já dito, esta resposta foi a experiência histórica de incontáveis trabalhadores dos grandes centros urbanos do país e, também, de Salvador. Mas no caso dos Sem Teto, integrantes do MSTB, esta forma de ocupar se realiza a partir da luta organizada por um movimento social, que confere identidade coletiva a estes trabalhadores e avança no que diz respeito à construção de um projeto político que, além da luta pela moradia e pelo direito à cidade, visa a construção de práticas e valores que se oponham à lógica de reprodução do capital.

Neste sentido é que concluímos que não é o consumo, mas a sua negação nos moldes formais e a resposta desta negação, em forma de luta, que produziu uma ação coletiva e, conseqüentemente uma identidade entre estes trabalhadores, enquanto Sem Teto. A necessidade de obter a moradia, ao longo de gerações, confrontada com as condições estruturais de reprodução da própria exploração do modo de produção capitalista, em sua forma singular desenvolvida em Salvador, proporcionou a reprodução de formas práticas e simbólicas de responder a ausência deste bem fundamental que é a casa.

A luta pela casa convertida também em um projeto de transformação da sociedade evidencia uma forma de organização, reação e resistência destes trabalhadores que se encontram nas condições mais extremas da precarização social. Neste sentido é que a luta dos Sem Teto assume, enquanto trabalhadores que são, um caráter classista. Aponta, assim para uma negação da desmobilização, apatia e passividade que predomina entre os trabalhadores nos tempos de crise de suas formas históricas de organização e luta, como os sindicatos e partidos.

Mas este caráter e identidade de classe não se universaliza ao ponto de se tornar um consenso na base do MSTB, trabalhadores que se identificam muito mais como Sem Teto do que como trabalhadores que são. Mas não significa, com isso, que o caráter classista de sua luta não esteja colocado, já que, diz respeito a uma forma de negação da propriedade fundiária do espaço urbano, dando uma função social a terras ociosas e coletivizando a propriedade.

Por fim, este estudo se coloca um desafio que se constitui enquanto uma inovação ao tentar convergir numa mesma investigação, os olhares de duas grandes correntes da Sociologia, a Sociologia do Trabalho, na qual construí minha trajetória, e a Sociologia Urbana, na qual mergulhei a partir do contato com os Sem Teto. Desta forma, o Sem Teto é visto, antes de tudo, como trabalhador. Um trabalhador imerso em uma condição limite de Precarização, na extremidade da condição de Sem Emprego. A luta pela moradia e pelo acesso à cidade ganham dimensão nas trajetórias precarizadas de trabalho dos Sem Teto. A consequência disto é que o conflito urbano, a “distribuição” desigual do espaço da cidade, a construção destes espaços são vistos, desta forma, sob uma perspectiva classista, são pensados como consequência da condição de oposição entre capital e trabalho, da qual os Sem Teto participam em uma situação limite de precarização. E é exatamente esta precarização do trabalho que condiciona as trajetórias de vida destes trabalhadores impondo-lhes a situação de ser Sem Teto.

No entanto, como já dito, mesmo diante da sua situação de extrema precariedade, diante de todas as formas de cooptação e desarticulação que o próprio capital impõe, através de seus representantes, como o Estado, estes trabalhadores, se colocam em luta, se organizam, resistem e constroem um projeto político visando a construção e fortalecimento do “poder popular”, como apontam os depoimentos das lideranças do MSTB, bem como os princípios e valores contidos na

cartilha do movimento. Mas como dar continuidade a esta luta e tornar reais os projetos de transformação da sociedade? Ou seja, como dar continuidade a esta narrativa, transmitindo esta experiência?

Esta história, olhada sob o signo da precariedade e da dominação, parece não ter um final feliz. Na verdade, ela não tem final resolvido, no qual, no fim, todos que acompanharam e/ou viveram a história sabem onde e como cada coisa vai ficar, tudo muito bem explicado. O final explicadinho, resolvido e “feliz” é característica do Romance (gênero literário que, segundo Walter Benjamin, substitui a Narrativa) ou da Ciência Positivista.

Na língua portuguesa havia a diferença entre os termos *estória* e *história*. O primeiro, se referindo a histórias inventadas, fantasiosas, portanto. Já o segundo, se referia a histórias reais, verdadeiras. Mas estas formas caíram em desuso e prevaleceu apenas o uso do termo *história*. Afinal, qual a história que não é inventada ou criada pelos seres humanos. É exatamente, por isso, que são reais.

Mas se insistíssemos nos termos, a história contada aqui é a história com “h”, feita pelos seres humanos. Por isso não tem um final, uma conclusão, de fato, com uma solução acabada para as questões postas desde o início deste trabalho. Assim, esta história não tem fim, porque, como dissemos, ainda está se fazendo. A sua explicação é, na verdade, a sua própria vivência. E como se trata de vivência coletiva, ela está em disputa enquanto significado e enquanto resultado prático material.

Não é papel da narrativa explicar e, assim, esgotar a história narrada. Os Sem teto que nos narraram esta história atuam como o mestre artesão que ensina, mas deixa espaço para que o aprendiz possa produzir suas próprias criações. É claro que este espaço não é concedido, ele é disputado e conquistado nas brechas daquilo em que o mestre artífice está disposto a ceder. É fundamental que os “mestres narradores do MSTB”, assim como fizeram os “mestres narradores das invasões da Salvador do passado”, e tantos outros lutadores que marcaram com sangue as histórias de resistência nesta cidade, saibam deixar aprendizes. E que estes, deem continuidade a esta narrativa, avançando em suas conquistas, ampliando o seu alcance ao ponto de transformar a realidade, sendo, também, capazes de forjar novos narradores que possam viver e contar, num futuro não muito

distante, uma narrativa que seja uma continuidade desta. Mas com conquistas mais solidificadas e materializadas, não só em casas, mas em direitos efetivos, em uma sociedade mais igualitária e justa, esculpida, a partir da memória ancestral de indígenas, africanos, negros, pobres e trabalhadores de todos os tipos que construíram essa cidade, através da luta feita no verbo e nas mãos dos Sem Teto de hoje. Para tanto, sem querer ditar receitas para a história, é preciso que a luta do MSTB se afirme, cada vez mais como uma luta pela emancipação do trabalho diante da exploração do capital. Na perspectiva teórico prática que fundamenta esta Tese é na superação desta exploração que se encontra a chave para abrir os caminhos para a construção de uma sociabilidade sustentada no poder popular.

Os Sem Teto, em sua luta e resistência simbolizam uma das dimensões deste caminho. Mas ainda é preciso caminhar sobre ele para que os versos do hino do MSTB se reproduzam e resistam ao tempo, tornando-se uma realidade que, podendo ser sentida com as mãos e nos ossos, ultrapassem o plano dos sonhos:

Bandeiras ao vento
O povo em movimento
Fazendo revolução

Bandeiras ao vento
O povo consciente
Fazendo Revolução.

(Trecho do Hino do MSTB, *Bandeiras ao Vento*, de Luciana Moura)

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Fausto Henrique Oliveira de. **As ocupações do Movimento Sem Teto da Bahia na cidade de Salvador e o cumprimento da função social da propriedade**. Monografia de conclusão do bacharelado em Direito, Faculdade de Direito, UFBA. Salvador, 2010. (mimeo)

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

BADARÓ MATTOS, Marcelo. **E.P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

_____. **Escravidos e livres**: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008. 240p.

BARBOSA, Livia. Apresentação. In: BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. **Cultura consumo e identidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. O estudo do consumo nas ciências sociais contemporâneas. In: BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. **Cultura consumo e identidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BARRETO, Theo. **A precarização do trabalho e da vida**: o trabalho flexível nas ruas de Salvador-BA. Monografia de conclusão do bacharelado em Ciências Sociais, Departamento de Sociologia da FFCH/UFBA. Salvador, 2003. (mimeo)

_____. **Trabalhadores Informais e Desempregados - a precarização como homogeneização “sui generis” na formação dos “sem emprego”**: um estudo sobre as trajetórias de trabalhadores informais e desempregados na RMS no final do século XX. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, FFCH, UFBA, Salvador, 2005. (mimeo)

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1998.

_____. **Vida para o consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2007

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BORGES, Â. Trabalho e renda nos anos 90: novos horizontes de exclusão. **Bahia análise e dados**, Salvador, v.3, n.3, p.76-87, dez.1993.

BORGES, A.; FRANCO, A. Mudanças de gestão: para além dos muros da fábrica. In: FRANCO, T. **Trabalho, riscos industriais e meio ambiente: rumo ao desenvolvimento sustentável?** Salvador: EDUFBA: Centro de recursos Humanos, 1997. p. 63-116.

BORGES, Â.; FRANCO, A. Economia informal da RMS: verdades e Mitos. **Bahia análise e dados**, Salvador, v.8, n.3, p.68-89, dez./99.

BORGES, Â. **Desestruturação do mercado de trabalho e vulnerabilidade social: a região metropolitana de Salvador na década de 1990.** Tese de Doutorado. Salvador - BA: Universidade Federal da Bahia - UFBA, 2003a.

_____. *A desestruturação do mercado de trabalho de uma metrópole periférica.* **Cadernos do CEAS**, v. 208, n. Novembro/Dezembro, p. 43 a 61, 2003b.

_____. Mercado de trabalho: mais uma década e precarização. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (orgs.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização.** São Paulo: Boitempo, 2007. p. 81 – 96.

_____. As novas configurações do mercado de Trabalho no Brasil: notas para discussão. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 619-632, Set./Dez. 2010

_____. Mercado de trabalho da RMS: duas décadas de transformações. **Bahia análise e dados**, Salvador, v.21, n.2, p.449-462, abr/jun.2011.

_____. Reestruturação produtiva e trabalho na Região Metropolitana de Salvador: a construção de um novo patamar de precariedade. **Cadernos Metropole**, v. 14, p. 85 – 101, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BUENO, Maria Lucia; CAMARGO, Luiz Octávio de Lima (Orgs). **Cultura e Consumo: estilos de vida na contemporaneidade.** São Paulo: SENAC, 2008.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista.** São Paulo: Boitempo: USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. O ultimo dia da criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador. In: VALLADARES, Licia (org.). **Habitação em questão.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 127-142.

CACCIAMALI, C. As Economias Informal e Submersa: conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, J. M., GIAMBIAGI, F. (org.) **Distribuição de Renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.121- 143, 1991.

CACCIAMALI, C. Globalização e Processo de Informalidade. In: **Economia e Sociedade**, Campinas, Unicamp, Instituto de Economia, n. 14, jun. 2000.

CAMPBELL, Colin. Eu compro, logo sei que existo: as bases metafísicas do consumo moderno. In: BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. **Cultura consumo e identidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. **A ética romântica e o espírito do consumismo moderno**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARVALHO, Inaiá M. M. **Problemas de emprego em áreas urbanas da Bahia**. CRH: Salvador, 1966.

CARVALHO, Inaiá M. M., ALVES DE SOUZA, Guaraci Adeodato. Condições de emprego no estado da Bahia: possibilidades e limites de uma ação do Governo Estadual orientada para o chamado setor informal do mercado de trabalho. In: **Estudos sobre emprego e renda na Bahia**. SETRABS e CRH: Salvador, 1978.

CARVALHO, Inaiá M. M., ALVES DE SOUZA, Guaraci Adeodato. A produção não capitalista no desenvolvimento do capitalismo em Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato; FARIA, Vilmar (orgs.). **Bahia de Todos os Pobres**. CEBRAP/Vozes: Petrópolis/RJ, 1980.

CARVALHO, Inaiá M. M.; PEREIRA, Gilberto Corso. Segregação socioespacial e dinâmica metropolitana. In: CARVALHO, Inaiá M. M.; PEREIRA, Gilberto Corso (orgs.). **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. Salvador: Edufba, 2006, p. 83 – 108.

CARVALHO, Inaiá M. M.; CODES, Ana Luiza M.de. Condições de ocupação, pobreza e desigualdades. In: CARVALHO, Inaiá M. M.; PEREIRA, Gilberto Corso (orgs.). **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. Salvador: Edufba, 2006, p. 109 – 135.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. El ascenso de las incertidumbres: trabajo, protecciones, estatuto del individuo. Buenos Aires: Fondo de Cultura econômica, 2010.

CONCEIÇÃO, Fernando. **Cala a boca Calabar**. Salvador, 1984.

CONNOR, Steven. **Cultura pós-moderna**: Introdução às teorias do contemporâneo. São Paulo: Loyola, 1993.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DAMATA, Roberto. A casa, a rua e o trabalho. In: **O que faz o Brasil Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DIEESE. Observatório do trabalho na Bahia, Relatório anual RAIS – 2011. Set. 2012.

DIEESE. **Pesquisa mensal de emprego**: mercado de trabalho na região metropolitana de Salvador – resultados de dezembro de 2012. Salvador: 2012.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens**: para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização - (des) fordizando a fábrica**: um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. 261p.

_____. **Velhos e novos trabalhadores Informais**: o trabalho nas Ruas em Salvador-BA. Projeto Individual de Pesquisa-CNPq, mimeo. Salvador:CRH/UFBA, 2000.

_____. **A precarização social do trabalho no Brasil**: uma proposta de construção de indicadores. Salvador: CRH/ UFBA/CNPq. Projeto de Pesquisa Bolsa Produtividade do CNPq, 2007/2010.

_____. Trabalho, Precarização e resistências: novos e velhos desafios? **CADERNO CRH**, Salvador, v. 24, n. spe 1, p. 35 - 55, 2011a.

_____. **Precarização e informalidade**: algumas especificidades do caso brasileiro, In: VERAS, Roberto , GOMES,d., TARGINO, I. (Orgs.) Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho., *João Pessoa, Ed. Universitária da UFPb*,2011b. (Org.) sem título., 2011b.

_____. O avanço da terceirização do trabalho: principais tendências nos últimos 20 anos no Brasil e na Bahia. **Revista Bahia Análise e Dados**, Salvador, n.especial, 2011c.

_____. Precarização Social do Trabalho. In: IVO, Anete Brito Leal (Coord). **Dicionário temático desenvolvimento e questão social**: 81 problemáticas contemporâneas. São Paulo: Annablume;Brasília: CNPq; Salvador: Fapesb, 2013, p. 373 – 380. (Coleção Trabalho e Contemporaneidade).

DURÃES, Bruno José Rodrigues. Trabalho Informal: um paralelo entre os trabalhadores de rua da cidade de Salvador no século XIX e no século XXI. **Caderno CRH**. Salvador, n.37, p.289-308, jul./dez. 2002.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

FALCÃO, Iuri. **Os impactos da Reestruturação produtiva sobre o Exército Industrial de Reserva**. Trabalho final apresentado como requisito para aprovação na disciplina “Trabalho e Exclusão Social II: Impactos sociojurídicos da reorganização e flexibilização do mercado de trabalho”. Programa de Pós Graduação em Sociologia e Direito, Faculdade de Direito, ICHF, UFF, Rio de Janeiro, 2011. (mimeo)

_____. **O Sem-teto enquanto trabalhador**: um estudo sobre a inserção no mundo do trabalho e a proteção jurídica dos integrantes do Movimento Sem-Teto da Bahia. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, UFF, Rio de Janeiro, 2012. (mimeo)

FARIA, Vilmar. **Sistema urbano, estrutura urbana e marginalidade**: o caso de Salvador. São Paulo: CEBRAP, 1976.

FARIA, Vilmar. Divisão inter-regional no desenvolvimento do capitalismo: o caso de Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato ; FARIA, Vilmar (orgs.). **Bahia de Todos os Pobres**. CEBRAP/Vozes: Petrópolis/RJ, 1980.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FEATHERSTONE, Mike. A autonomização da esfera cultural. In: **BAHIA ANÁLISE & DADOS**. Salvador, n.2, v.9, p.8 – 22, set. 1999.

FERNANDES, Florestan. **A investigação etnológica no Brasil**: e outros ensaios. 2. ed. rev. São Paulo: Global, 2009.

FERREIRA, João Sette Whitaker. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. In: SIMPÓSIO INTERFACES DAS REPRESENTAÇÕES URBANAS EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO, 2005, Bauru. *Anais...* Bauru: UNESP/SESC, 2005. Disponível em: http://www.faq.edu.br/professores/deniseschuler/P%20d3S%20GRADUA%20c7%20c3O%202009/Textos%20de%20apoio/cidade_para_poucos.pdf. Acesso em: 06 set. 2010.

FERRO, Sergio. Nota sobre “o vício da virtude”. **Novos estudos**, CEBRAP, n. 76, p.229-234, nov.2006.

FILGUEIRAS, Luiz A. M., DRUCK, Graça, AMARAL, Manoela. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Caderno CRH**. Salvador, n. 41, v. 17, mai/ago 2004.

FRANCO, T. Alienação do trabalho: despertencimento social e desenraizamento em relação à natureza. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 24, n. spe 1, p. 169 - 189, 2011.

FRANCO, T; DRUCK, G. *O trabalho contemporâneo no Brasil: terceirização e precarização*. In: **SEMINÁRIO FUNDACENTRO**. Salvador, 2009. (mimeo).

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Prefácio. BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. – (Descobrimo o Brasil)

GORDILHO SOUZA, Ângela; PEREIRA, Gilberto Corso. Condições de moradia e infraestrutura urbana. In: CARVALHO, Inaiá M. M.; PEREIRA, Gilberto Corso (orgs.). **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. Salvador: Edufba, 2006, p. 137 – 153.

GORDILHO SOUZA, Ângela. **Limites do Habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2000.

_____. **Invasões e intervenções Públicas: uma política de atribuição espacial em Salvador, 1946 - 1989**. Dissertação de mestrado – UFRJ. Rio de Janeiro. 1990 (mimeo)

GRAMISCI, A . **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 5. ed. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1984.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 8.ed. São Paulo: Loyola, 1999. 349p.

HEGEL, G. W. F. **A fenomenologia do Espírito**.

IBGE. **Brasil em Números**. Rio de Janeiro, v. 21, 2013.

IBGE. **Indicadores: Pesquisa Mensal de Emprego**. Rio de Janeiro, 2010.

IPEA. **Sistema de Indicadores de Percepção Social**. Dossiê Trabalho e Tempo Livre, mar. 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho e Emprego. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**. Brasília: Ipea: MTE, ano 17, 2012.

IVO, Anete Brito Leal (Coord). **Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 81 problemáticas contemporâneas**. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; Salvador: Fapesb, 2013. (Coleção Trabalho e Contemporaneidade).

KOVARICK, Lúcio. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: 34, 2009.

_____ Escritos urbanos. 2.ed. São Paulo: 34, 2009.

_____ A espoliação urbana. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2008.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LOPES, João Marcos. O anão caolho. **Novos estudos**, CEBRAP, n. 76, p.219-227, nov.2006.

MACHADO DA SILVA, L. A. Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a dominação no mundo do trabalho, Salvador, **Caderno CRH**, n. 37, jul-dez 2002.

MATTEDI, Maria Raquel M. **As invasões na cidade de Salvador**: uma alternativa habitacional. Dissertação de mestrado – UFBA, Salvador, 1979. (mimeo)

_____. As invasões na cidade de Salvador. **Cadernos do CEAS**. Salvador, n. 72, p. 39-50, abr. 1981.

MATTOSO, Kátia. **A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX**. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e cultura, 1978.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado**: Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MARICATO, Ermínia. *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias*. In: ARANTES, Otília, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000, p.165/192.

MARICATO, Ermínia. A cidade é um grande negócio. In: **Teoria e debate**. 3. ed. jun. 1988.

MARX, K., ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. 3. Ed. São Paulo: Editorial Presença e Livraria Martins Fontes, 1976. 55 p.

MARX, K. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

_____. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O capital**: crítica da economia política. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, Livro primeiro, vol. I e II.

MIRANDA, Luiz Cezar S. **Vizinhos do (in)conformismo: O Movimento dos Sem-teto da Bahia entre a hegemonia e a contra-hegemonia**. Dissertação de mestrado – UFBA. Salvador, 2008.

MOURA, Milton; Notas sobre o verbo invadir no contexto social de Salvador. **Cadernos do CEAS**. Salvador, n.125, p. 25-41, jan/fev. 1990.

MOVIMENTO SEM-TETO DA BAHIA – MSTB. **Quem somos e para onde vamos?** Documento para I Congresso do MSTB. Salvador, 2005.

_____. **Cartilha para o II Congresso**. Salvador, 2008.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Invasões em Salvador**: um movimento de conquista do espaço para morar (1946-1950). 1985. 133f. Dissertação (mestrado em história do Brasil) - Programa de Estudos Pós-graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *Salvador: os exilados da opulência*. In: SOUZA, G.; FARIA, V. (Eds.). **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis - RJ: Vozes, 1980. p. 9 a 23.

_____. **O elo perdido: classe e identidade de classe**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. O vício da virtude. **Novos estudos**, CEBRAP, n. 74, p.67-85, mar.2006.

OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de. **A condição provisória-permanente dos trabalhadores informais**: o caso dos trabalhadores de rua na cidade de Salvador. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, FFCH, UFBA, Salvador, 2005. (mimeo)

OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de. **Filhos da precarização social do trabalho no Brasil**: um estudo de caso sobre a juventude trabalhadora nos anos 2000. Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, FFCH, UFBA, Salvador, 2013.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PADILHA, Valquíria. **Shopping Center**: a catedral das mercadorias. São Paulo: Boitempo, 2006.

IBGE/PNAD. **Síntese de indicadores 2012**. Rio de Janeiro: 2012.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **Nova classe média?:** o trabalho na base da pirâmide social. São Paulo: Boitempo, 2012.

PRANDI, Reginaldo. Trabalhadores por conta própria em Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato ; FARIA, Vilma (orgs.). **Bahia de Todos os Pobres.** CEBRAP/Vozes: Petrópolis/RJ, 1980.

RANIERI, Jesus. **A Câmara Escura:** alienação e estranhamento em Marx. São Paulo: Boitempo, 2001.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. 2 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

RISÉRIO, Antonio. **Uma história da Cidade da Bahia.** 2 ed. Rio de Janeiro: Versal editores, 2004

RIDENTI, Marcelo. **Classes sociais e representações.** 2 ed., São Paulo: Cortez, 2001. – (Coleção questões de nossa época; v.31).

ROCHLITZ, Rainer. **O desencantamento da arte:** a filosofia de Walter Benjamin. Bauru, EDUSC, 2003.

RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor.** São Paulo: Polis, 1987.

SANTOS, E. *et al.* **Atlas sobre o direito de morar em Salvador.** Salvador: EDUFBA, 2012.

SANTOS, João Bosco Feitosa. **O avesso da maldição do gênesis:** a saga de quem não tem trabalho. São Paulo: Annablume, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade.** 2 ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SCIRÉ, Claudia. **Consumo popular, fluxos globais:** práticas e artefatos na interface entre a riqueza e a pobreza. São Paulo: Annablume, 2012.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter:** as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Trad. por Marcos Santa Rita. 2.ed. Record: Rio de Janeiro, 1999.

_____. **A cultura do novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. **O artífice.** 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SIMÕES, Maria Lúcia. Invasões: agentes de produção da cidade do Salvador. **Cadernos do CEAS,** Salvador, n.99, p.36-43, set./out. 1985.

SILVA, Josué Pereira da. **Três discursos, uma sentença**: tempo e Trabalho em São Paulo - (1906/1932). São Paulo: ANNABLUME/FAPESP, 1996.

SOARES, Antonio Mateus de C. "Territorialização" e pobreza em Salvador-Ba. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v.4, n.2, p.17-30, dez.2006.

SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (org.). **Cidade e Campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. – (Geografia em movimento).

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros** – nova classe média ou nova classe trabalhadora?. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

_____. **A ralé brasileira**: quem é e como vivem. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SOUZA, Guaraci Adeodato A. de; FARIA, Vilma (org.). Bahia de todos os pobres. Petrópolis-RJ: Vozes; Cadernos CEBRAP, n.34, 1980.

SOUZA, Laumar. Evolução do emprego formal na Bahia nos anos 2000: aproximações ao Trabalho Decente? **Bahia Análise & Dados**, v. 20, n. 2/3, p. 403–421, jul. 2010.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: UNESP. Salvador: EDUFBA, 2001.

TELLES, Vera. Mutações do trabalho e experiência urbana. In: **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1 pp. 173-195, jun. 2006.

_____. Prefácio. In: SCIRÉ, Claudia. **Consumo popular, fluxos globais**: práticas e artefatos na interface entre a riqueza e a pobreza. São Paulo: Annablume, 2012.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa, 1**: a árvore da liberdade. 6.ed. São Paulo: Paz e terra, 2012.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. (orgs.) Antônio Luigi Negro e Sergio Silva. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2012.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VALLADARES, Lícia. Representações da pobreza no Brasil urbano: da vadiagem à exclusão social. **Vivência: revista do centro de ciências humanas, letras e artes da UFRN**, Natal, V.10, n.1/2, p.129-141, Jan./dez.1996.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Pobreza urbana e a formação de bairros populares em Salvador na longa duração. **GEOUSP- espaço e tempo**, São Paulo, n.20, p.19-30, 2006.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 4 ed. rev. - Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

WOOD, Ellen. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.